

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Alexandro Dantas Trindade

André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da
Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

Este exemplar corresponde a versão final
da tese defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 29 / setembro / 2004

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Elide Rugai Bastos (IFCH/Unicamp)
(orientadora)



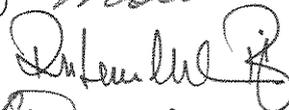
Prof.^a Dr.^a Wilma Peres Costa (IE/Unicamp)



Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (IFCH/Unicamp)



Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego (IFCH / Unicamp)



Prof. Dr. Gildo Marçal Brandão (FFLCH / USP)



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC		
Nº CHAMADA	Unicamp T736a		
V	EX		
TOMBO BC/	62619		
PROC.	16-86-05		
C	<input type="checkbox"/>	D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00		
DATA	03/12-05		
Nº CPD			

Bibid: 340396

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

T736a Trindade, Alexandro Dantas
André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social /
Alexandro Dantas Trindade. - - Campinas, SP : [s. n.], 2004.

Orientador: Elide Rugai Bastos.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Rebouças, André, 1838-1898. 2. Intelectuais - Brasil.
3. Reforma. 4. Reforma agrária. 5. Brasil - História - Império,
1822-1889. I. Bastos, Elide Rugai. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Agradecimentos

Uma tese é antes de tudo um esforço coletivo. Assim, na impossibilidade de agradecer a todos os que indiretamente contribuíram para que este trabalho pudesse ter existência, mencionarei aqui as pessoas que mais me incentivaram.

Em primeiro lugar, à minha família: meus pais Antônio e Adelina, que pacientemente me aguentaram, escutaram e incentivaram minha carreira. À minha avó Cândida, cujos maravilhosos 101 anos quase poderiam servir de fonte para minha pesquisa. Afinal, foi contemporânea de uma geração de pessoas que vivenciaram o fim do cativo. Algumas, como ela conta, trazendo no corpo as marcas do trabalho compulsório.

Aos amigos e amigas que, desde a época da graduação, me ajudaram com seu exemplo de disciplina intelectual e erudição. Um agradecimento especial à Samira Feldman, Celso Barros, Daniela Romanelli, Rossana Reis, Renato Gimenes, Uliana Dias, Patrícia Guerrero. Um dia ainda serei como vocês, prometo.

Aos novos amigos e amigas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), fundamentais numa época em que ainda tinha receios de falar em público (isso não mudou muito). Um especial agradecimento a Caroline Freitas, Cecília Olivieri, Claudio Amitrano, Gustavo Tuna, João Cunha, Patrícia Sant'Anna, Paula Vermeersch, Thiago Rodrigues, Wagner Romão.

A Simone Wolff, Vanda Aparecida, Valéria Augusti e Marília Côrtes: por que não as encontrei antes? De qualquer forma, nunca é tarde para conhecermos pessoas admiráveis como vocês.

A Mônica, pela temura de suas palavras e pela firmeza de suas atitudes.

Aos funcionários e funcionárias das seguintes bibliotecas e arquivos públicos: Fundação Joaquim Nabuco, em Recife – PE, em particular os do Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA); Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Setor de Obras Raras; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Setor de Obras Raras da Biblioteca Central – Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda/Unicamp; Museu Imperial de Petrópolis – RJ; Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP); Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp).

Ao professor Octávio Ianni (*in memoriam*), cujas aulas, desde a graduação até o doutorado, ficarão na minha memória.

A todos os professores que tive na Graduação e na Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp), em especial Décio Saes, Elide Rugai, Edmundo Dias, Josué Pereira, Marco Aurélio Garcia, Octávio Ianni, Sérgio Silva, agradeço o ter tido uma ótima formação.

Aos professores Célia Marinho (IFCH/Unicamp), Fernando Antônio Lourenço (IFCH/Unicamp) e Wilma Peres Costa (IE/Unicamp), pelas valiosas sugestões feitas tanto no exame de qualificação da dissertação de mestrado, em 1998, como na da tese de doutorado, em dezembro de 2002.

Ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), agradeço à bolsa concedida entre 2001 e 2003, no âmbito do Programa de Formação de Quadros Profissionais. Agradeço especialmente a Angela Alonso (FFLCH/USP), pela leitura e acompanhamento do meu *paper* àquela instituição.

Agradeço à FAPESP pela bolsa concedida, sem a qual esta pesquisa seria inviável, bem como às preciosas sugestões teóricas do parecerista anônimo.

Ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), agradeço à oportunidade de frequentar o Programa Avançado em Teoria Social em julho de 2003. Também agradeço ao professor Marcelo Jasmin, pela possibilidade de ter assistido a seu curso em 1999.

Algumas partes deste trabalho foram apresentadas nos seminários da área de Pensamento Social Brasileiro: em setembro de 1997, no Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP); em setembro de 1998, durante o IX Congresso Brasileiro de Sociologia, organizado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; em outubro de 2000, no Seminário “A Idéia de Brasil Moderno”, organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros (CEB/Unicamp); em novembro de 2000, no 2º laboratório de Ciência Política, organizado pela Faculdade de Ciências e Letras (Unesp/Araraquara); em novembro de 2001, no 3º Seminário do Centro de Estudos Brasileiros (CEB/Unicamp); em junho de 2003, no 4º Seminário de Pensamento Social (CEB/Unicamp); em setembro de 2003, no XI Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS), na Unicamp.

Agradeço também aos professores que debateram meus textos nas diversas ocasiões em que os apresentei, tanto nos seminários acima como no âmbito dos eventos organizados pelo Centro de Estudos Brasileiros (CEB/Unicamp): Angela Alonso (FFLCH/USP e CEBRAP), Eduardo Kugelmas (FFLCH/USP), Gildo Marçal Brandão (FFLCH/USP), Marcelo Jasmin (Iuperj), Mirian Dolnikhoff (CEBRAP), Milton Lahuerta (FCL/UNESP), Rubem Murilo Leão

Rego (IFCH/Unicamp), Walquíria Domingues Leão Rego (IFCH/Unicamp), Wilma Peres Costa (IE/Unicamp).

Um agradecimento especial aos professores Wilma Peres Costa (IE/Unicamp) e Fernando Antonio Lourenço (IFCH/unicamp) – este último desde a monografia de graduação –, os quais acompanharam diversas etapas da minha pesquisa, sempre apontando problemas e sugerindo leituras.

A todos os que compõem o Centro de Estudos Brasileiros (CEB/Unicamp), no âmbito do qual desenvolvi esta pesquisa: André Botelho, André Simão, Ana Lúcia Lana Neme, Carlos Henrique Gileno, Conrado Pires, Elaine Carraro, Leonora De Luca, Marcelo Almeida (*in memoriam*), Pedro Meira Monteiro, Roberto Barbato Jr, Simone Meucci, Tatiana Martins, Tiago Losso. Agradeço especialmente a André Botelho, Simone Meucci, Carlos Gileno e Conrado Pires, pela amizade sincera e rara afinidade intelectual.

Finalmente, agradeço à professora Elide Rugai Bastos, por ter, desde a graduação, me orientado na difícil arte de fazer conhecimento sociológico. Sem suas leituras atentas, dificilmente eu teria chegado onde cheguei. Sem suas palavras de apoio nos momentos difíceis, provavelmente já teria desistido há muito tempo. Nesse sentido, agradeço também pela oportunidade de ter feito parte do aprendizado coletivo que sua atuação junto ao Centro de Estudos Brasileiros, na qualidade de coordenadora, tornou possível.

Resumo

O objetivo do trabalho é analisar o sentido das idéias do engenheiro André Rebouças (1838-1898). A proposta metodológica procura integrar a formação intelectual, a trajetória profissional e a obra como etapas necessárias de uma sociologia das idéias. Interpreta-se a trajetória profissional e intelectual de Rebouças à luz de contextos sociais e políticos distintos: durante a primeira metade da década de 1860, Rebouças completou sua formação intelectual nos quadros da burocracia militar, na condição de tenente-engenheiro, absorvendo da Escola Militar a crítica fomentada pelo oficialato às instituições imperiais; durante as décadas de 1860 e 1870, participou, na qualidade de engenheiro civil, ativamente do processo de modernização material do Segundo Reinado, inserido na burocracia de Estado mas ao mesmo tempo buscando formas associativas que fugissem à centralização estatal; na década de 1880, projetava-se enquanto reformista social, visando articular o movimento abolicionista a projetos de reforma do estatuto territorial. Nesse sentido, a hipótese do trabalho é a de que a diferença entre as perspectivas modernista e reformista pode ser explicada recorrendo-se ao contexto de crise da sociedade escravista e das instituições monárquicas.

Abstract

The aim of this work is to analyse the signification of the engineer André Rebouças' ideas (1838-1898). In this way, the metodological proposal seek to integrate his intellectual formation, his professional trajectory and his work as necessaries stages of a sociology of ideas. I explain his professional and intelletual trajectory by unequal social and political contexts: during the first half of 1860 decade, Rebouças completed his intellectual formation in military bureaucracy, as a lieutenant-engineer, feelling and shareing whit enthusiasm the critic of monarchyst's institutions fomented by the millitary officer; during the 1860 and 1870 decades, he participated actively, as a civil engineer, of the Second Reign modernization process, inserted in the State bureaucracy, but seeking associated forms who get out of the centralization of the brazilian state; during the 1880 decade, he projected him self as a social reformist, in the aim to articulate both abolitionist and land propriety reform movements. In this way, this work assuption is that the difference of the modernist and reformist perspectives can be explained in the search of the slavery society and monarchyst's institutions' crisis.

Sumário

Introdução	11
André Rebouças: uma trajetória em várias versões	13
<i>Biografias e autobiografias – entre o indivíduo e a história</i>	13
<i>Outras biografias</i>	21
<i>Rebouças, engenheiro</i>	22
<i>Influências, contexto intelectual – radicalismo e moderação</i>	28
Considerações teóricas e metodológicas	35
Parte I	
Anos de Formação	47
Capítulo I. Anos de Formação	49
1.1. <i>Origens e destinos de um intelectual negro</i>	50
1.2. <i>Uma ‘herança’ intelectual?</i>	58
1.3. <i>Contradições de um advogado autodidata</i>	61
1.4. <i>Primeiros estudos: entre a caserna e o palácio de cristal</i>	70
Capítulo II. O engenheiro no ‘front’: burocracia e exército no Império	85
2.1. <i>Atuando como engenheiro militar</i>	85
2.2. <i>Rebouças no ‘front’</i>	92
2.3. <i>Escravidão e Exército nacional: algumas reflexões teóricas</i>	105
Parte II	
O Modernizador Rebouças	115
Capítulo III. “Rotina” profissional e empresarial	117
3.1. <i>Um estrangeiro em sua própria terra</i>	117
3.2. <i>Um difícil começo</i>	127
3.3. <i>Candidatando-se à Escola Central</i>	130
3.4. <i>Montando uma rede de contatos e influências</i>	133
3.5. <i>A participação associativa</i>	139
3.6. <i>O Serviço de abastecimento d’água do Rio de Janeiro</i>	152
3.7. <i>Empreendimentos em estradas de ferro</i>	157
3.8. <i>Outras iniciativas empresariais</i>	160
Capítulo IV. A modernização portuária	167
4.1. <i>Reforço do mercantilismo</i>	167
4.2. <i>As Docas da Alfândega</i>	175
4.3. <i>A organização da Companhia Docas da Alfândega</i>	187
4.4. <i>A organização da Companhia Docas Dom Pedro II</i>	193
Capítulo V. Rumo à Economia Política	207
5.1. <i>Um certo olhar estrangeiro</i>	209
5.2. <i>A Viagem a Europa, aos Estados Unidos e seu retorno ao Brasil</i>	214
5.3. <i>O jornalismo como missão</i>	229
5.4. <i>Uma geopolítica do interesse</i>	234
5.5. <i>O financiamento da modernização</i>	247
Parte III	
Rebouças, reformista do Império	263
Capítulo VI. O Espectro do Reformismo	265
6.1. <i>Uma nova arquitetura social</i>	265
6.2. <i>Entre a modernização agrícola e a centralidade da questão agrária</i>	270
6.3. <i>Abolição e Reforma Agrária: as associações do “progresso no Novo Mundo”</i>	281
Considerações finais	305
Bibliografia	310

Introdução

*“Matemático e astrônomo, botânico e geólogo, industrial e moralista, higienista e filantropo, poeta e filósofo, Rebouças foi talvez dos homens nascidos no Brasil o único **universal** pelo espírito e pelo coração... Pelo espírito teremos tido alguns, pelo coração outros; mas somente ele foi capaz de refletir em si ao mesmo tempo a universalidade dos conhecimentos e a dos sentimentos humanos. Quem sabe se não foi a imagem que partiu o espelho!”*

(Joaquim Nabuco, *Minha Formação*)

*“Desde aquela época muito me liguei a André Rebouças. (...) Quantas vezes não ia eu, por esplêndidas tardes de verão, à sua casa, à rua do Passeio, esquina das Marrecas, tocar piano em um magnífico **Playel** de cauda! Ao lado, o venerado pai, relíquia dos agitados tempos da Regência, Conselheiro Pereira Rebouças, já então cego, ouvia-me enlevado. (...) Estávamos sempre juntos; e embora na garrulice e futilidade de palestras mundanas, não podia deixar de admirar sempre a exuberante copiosidade e o incontestável valor dos seus conhecimentos em literatura, música e ainda mais em botânica, mineralogia, ciências físicas e naturais, a não falar em matemática...”*

(Visconde de Taunay, “André Rebouças”. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*)

“No Brasil, só há um homem para cada pensamento, e morto ele, sepulta-se com ele a idéia e volta-se à vida habitual dos gírios materiais, sem preocupação com o futuro da Pátria e da Humanidade”

(André Rebouças para José C. Rodrigues
17 de fevereiro de 1891)

André Rebouças: uma trajetória em várias versões

As epígrafes acima são ilustrativas da dificuldade de se interpretar a trajetória intelectual de um autor. Afinal, um sem número de fatores das mais diversas ordens, como sua formação, suas leituras, seu círculo de amizades, sua inscrição profissional e política, etc, atuam de forma complexa, revelando ambigüidades e tensões onde esperaríamos apenas continuidade. Se isso vale para a auto-referência de Rebouças, cuja autobiografia é incompleta, o que esperar então das referências dos que o estudaram e mesmo dos que lhe foram contemporâneos?

Pretendo neste capítulo fazer um balanço crítico dos diversos estudos, mesmo biográficos, nos quais André Rebouças foi retratado, tentando contextualizá-los. Se parto de estudos biográficos, não tenho em vista contestar-lhes sua substância, mas, por entender que o próprio interesse em focalizar Rebouças desta maneira seja algo significativo, acredito ser possível localizar diferentes concepções sobre o papel das suas reflexões no debate de seu tempo.

Por outro lado, vários dos argumentos abordados neste capítulo, como resultado das diversas análises, foram por mim considerados como fundamentais para a compreensão da obra de Rebouças, motivo pelo qual me restringirei aqui a problematizar as grandes linhas interpretativas dissonantes, deixando para os capítulos seguintes a tarefa de aprofundá-los e ou de recuperá-los.

Biografias e autobiografias – entre o indivíduo e a história

Analisando-se os discursos dos que lhe foram contemporâneos, as imagens que Nabuco e Taunay elaboram do amigo contrastam entre si e, principalmente, com as dele mesmo, como evidencia a disposição das epígrafes acima. Para Rezende de Carvalho, em *O Quinto Século. André Rebouças e a Construção do Brasil*, que se constitui na melhor análise já feita sobre a trajetória de André Rebouças, tanto Joaquim Nabuco como Alfredo Taunay tiveram influência às vezes decisiva na trajetória de Rebouças. A sua evocação seria o resultado do intenso diálogo promovido entre os três, cujas diferenças seriam atenuadas em função de um desejo comum de reformas, “lastro da construção de uma amizade pública entre cavalheiros e um primeiro movimento da moderna consciência brasileira”.¹ Assim, a amizade entre Rebouças e

¹ Maria Alice Rezende de CARVALHO, *O Quinto Século. André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj / Revan, 1998, p. 22.

Nabuco teria selado no primeiro um compromisso com uma vertente do liberalismo inglês, embora menos conformista e institucional do que a de Nabuco, ao passo que a influência de Taunay se faria sentir pela paulatina mudança de Rebouças em direção do reconhecimento do Estado na organização da vida social.² Rezende de Carvalho constrói seu argumento em torno da narrativa autobiográfica de ambos, decisiva, para a autora, como a forma de explicitação de um contexto no qual jogariam peso decisivo determinadas constelações filosóficas, ou “geografias espirituais”. Considera o texto autobiográfico não como um documento tradicional, à maneira de um registro neutro de situações e experiências, mas, ao contrário, como uma negociação permanente entre a representação e a expressão, entre o convencimento de seus leitores e o auto-convencimento do autor. E é a partir da análise dos textos autobiográficos dos autores em questão que a autora sistematiza seu argumento. Assim, haveria autobiografias *tradicionalistas*, cuja essência seria a apresentação de um modelo ideal de conduta do autobiografado, “obrigado ao contínuo aperfeiçoamento, ao aprendizado da virtude”, e biografias cuja singularidade individual e a fragmentação de juízos constituiriam valores de uma sociedade não mais apegada à tradição,³ constituindo-se num ambiente moderno, palco possível de uma individuação.

A incompleta autobiografia de Rebouças contemplaria estes dois modelos – e eis aqui uma questão chave do argumento da autora –, uma vez que os contextos de sua trajetória permitiriam uma analogia com a forma como sua narrativa fora sendo construída. Assim, na década de 70, quando atua como engenheiro e empresário, formulando projetos de melhoramentos materiais para o país, adotando a *persona* do empreendedor ativo e do pioneiro, e rompendo com a tradição oligárquica concebida como legado de uma cultura ibérica, o personagem que emerge de sua narrativa é o de um “self-made man”, valorizador da iniciativa individual, assumindo na escrita uma postura quixotesca, impaciente para com a rotineira sociedade escravocrata, e ao mesmo tempo descolada da compreensão de sua própria imersão nesta sociedade;⁴ já na década de 1880, com sua militância abolicionista e sua defesa da monarquia, suas próprias memórias vão se tomando menos importantes, e a narrativa autobiográfica se imiscui com a trajetória nacional, particularmente representada pelo clima de *débacle* do final do império,⁵ delineando uma personagem mais adaptada ao meio. A passagem

² *Idem*, p. 70.

³ *Idem*, p. 14.

⁴ *Idem*, pp. 176 e ss.

⁵ *Idem*, p. 15.

entre os dois momentos constituir-se-ia, portanto, na transitividade de planos entre sua história pessoal e a história nacional. Assim, ao deter-se na auto-modelagem de Rebouças, e mais precisamente no “estilo” destas auto-referências, Rezende de Carvalho diagnostica uma ruptura entre o americanista que fora nos anos 70, e o defensor da monarquia dos anos 80 e dos anos de exílio após a queda do regime.

Já na análise de Joaquim Nabuco, a autora entende que, tanto a biografia de seu pai, como seu projeto autobiográfico e, conseqüentemente, suas elaborações intelectuais, expressariam um esforço de “recontar a trajetória nacional a partir da composição conclusiva de uma consciência única, atualizada em diferentes gerações [, havendo nisto] muito da ideologia de uma parcela da elite brasileira que, falando do interior de uma trama de relações familiares, valorizava, sobretudo, o tema político da continuidade em detrimento da ruptura, a afirmação dos valores da tradição reformada como marcadores ideais do desenvolvimento do país”.⁶

É que a evocação de uma nacionalidade abstrata, dando razão à dinâmica natural da história em detrimento dos agentes políticos revolucionários – para a autora, o tema do *rinnovamento* brasileiro –,⁷ revelaria antes de tudo uma concepção forjada a partir de um conjunto de elaborações e adequações filosóficas. Assim, teríamos na bagagem de Nabuco, mencionada em *Minha Formação*, uma leitura do processo histórico que – começando em Mme. de Staël, com sua consciência de um “liberalismo precavido” contra os desvios do jacobinismo; passando por Guizot e sua concepção finalista e burguesa da história sob os auspícios da Restauração; pelos historiôgrafos românticos franceses, que filtrariam de Rousseau apenas a idéia de uma “comunidade republicana de propensões igualitárias, desprezando-lhe a premissa individualista do contrato social, legado do edifício liberal-burguês que inspirara 89”,⁸ e finalmente com Quinet, com sua interpretação da Revolução Francesa através da ótica da Reforma protestante – privilegiaria o tema da Reforma, isto é, a “compreensão da possibilidade de um compromisso entre a mudança e a conservação, do que a Inglaterra aparecia como a principal alternativa contemporânea”.⁹

Assim, das páginas que Nabuco dedica a Rebouças em *Minha Formação*, de 1900, encontramos, mais do que uma simples homenagem ao amigo – morto dois anos antes –, a releitura da própria Campanha Abolicionista, vista a partir de sua atuação conjunta. Neste

⁶ *Idem*, p. 45.

⁷ *Idem*, p. 46.

⁸ *Idem*, p. 28.

⁹ *Idem*, p. 32.

sentido, tratar-se-ia de uma narrativa (auto)biográfica eminentemente pública.

Independentemente da abordagem empregada pela autora em seu recorte analítico, a “construção” da imagem de Rebouças feita por Nabuco perduraria no tempo: a de um intelectual militante, incansável, portador de um espírito resoluto, algo que poderia ser lido como evidência de uma atitude intelectual puritana, correta.

De todos, aquele com quem mais intimamente vivi, com quem estabeleci uma verdadeira comunhão de sentimento, foi André Rebouças... Nossa amizade foi por muito tempo a fusão de duas vidas em um só pensamento: a emancipação. Rebouças encarnou, como nenhum outro de nós, o espírito antiescravagista: o espírito inteiro, sistemático, absoluto, sacrificando tudo, sem exceção, que lhe fosse contrário ou suspeito, não se contentando de tomar a questão por um só lado, olhando-a por todos, triangulando-a, por assim dizer – era uma de suas expressões favoritas – socialmente, moralmente, economicamente.¹⁰

Esta construção de uma personagem pública singular, solitária por vezes, em contraste com uma sociedade hostil, é reforçada pela alusão à formação não bacharelesca de Rebouças, que, num meio de jornalistas, oradores e agitadores populares se destacava pela ausência da “palavra” e do “estilo”, embora recompensando tais “lacunas” pelo papel “mais belo de todos, e calculado por medidas estritamente interiores, psicológicas (...), do motor, da inspiração que se repartia por todos... não se o via quase, de fora, mas cada um dos que eram vistos estavam olhando para ele, sentia-o consigo, em si, regulava-se pelo seu gesto invisível à multidão...”¹¹

Todavia, tratar-se-ia de uma construção situada historicamente. O exemplo maior disto talvez seja a contemplação que Nabuco faz da amizade entre Rebouças e o Imperador, reforçando aqui um elemento que seria caro a “este” Nabuco, nostálgico da Monarquia e desiludido com a República, bastante diverso, por certo, do abolicionista de vanguarda de alguns anos antes: valendo-nos das leituras de Marco Aurélio Nogueira, o Nabuco autor de *Um Estadista do Império* e *Minha Formação*, seria o historiador de si, do pai e do trono derrubado, o “embelezador do passado que apenas assistemáticamente se entrega[ria] à crítica direta do presente político; ser[ria] enfim o liberal conservador, que não mais apelar[ia] ao povo”.¹² A revisão que faz do movimento abolicionista é desta ordem: cederia o próprio papel que tivera

¹⁰ Joaquim NABUCO, *Minha Formação*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1956, p. 249/250.

¹¹ *Idem*, p. 250.

¹² Marco Aurélio NOGUEIRA. *As Desventuras do Liberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 147.

no combate à escravidão em benefício do regime monárquico destronado, apresentando-o como vítima dos escravocratas derrotados.¹³ Assim é que, não por acaso, reproduz em *Minha Formação*, como forma de apresentar o amigo, a carta de Rebouças destinada ao Imperador, datada de 13 de maio de 1892, onde emerge um esboço de uma autobiografia que valoriza sua filiação ao “Mártir sublime da Abolição”,¹⁴ o Imperador. Tal esforço narrativo de reconhecer no amigo um elo de sustentação monárquica é significativo, segundo Nogueira, de um reordenamento intelectual mais amplo: trata-se da leitura da monarquia como elemento estabilizador e mantenedor da unidade nacional contra as oligarquias provinciais, representadas particularmente pelo federalismo manifesto do setor cafeeiro.¹⁵ Significaria antes de tudo o despojamento dos poucos rompantes democráticos e populares de um liberalismo, ensaiado no movimento abolicionista, mas que, uma vez não encampado posteriormente pela ordem republicana – mais cuidadosa com a montagem federativa do que com compromissos sociais –, ficaria refém de uma perspectiva eminentemente conciliadora, no caso, com o autoritarismo imperial.¹⁶

A nostalgia monárquica, portanto, ainda segundo Nogueira, não poderia ser uma peça desarticulada do conjunto: ao liberalismo radical do movimento abolicionista faltava uma classe social, ou bloco de classes, capaz de levar suas bandeiras às últimas conseqüências. Feita a abolição, e advinda a República, esta versão do liberalismo cairia por terra, da mesma forma que seus protagonistas, incapazes de sustentar tal progressismo sob o recrudescimento de uma modernização conservadora. O caso de Nabuco seria exemplar, pois “a desventura do intelectual fazia par com as desventuras da própria doutrina: sem povo e sem nação – pior: sem classes nacionalmente organizadas e sem sociedade civil –, acabaram ambos, ideólogo e ideologia, ultrapassados pela dinâmica ‘prussiana’ da história”.¹⁷

Por se tratar de uma questão que é o cerne da problemática desta pesquisa, retornarei a ela nos capítulos seguintes. Contudo, algumas reflexões concernentes ao uso que Rezende de Carvalho faz do texto nabucoano poderiam ser feitas, uma vez que foi através dele que uma parte da caracterização de Rebouças foi feita. Ao atribuir demasiado peso ao texto “maduro” de Nabuco, que não faz mais do que uma revisão conservadora do seu passado, a autora acaba “silenciando”, acredito, uma outra narrativa – presente, por exemplo, em *O Abolicionismo*, de

¹³ *Idem*, p.158.

¹⁴ Joaquim NABUCO, *Minha Formação...*, p.251.

¹⁵ Marco Aurélio NOGUEIRA, *As Desventuras...*, p.156.

¹⁶ *Idem*, p. 158.

¹⁷ *Idem*, p. 220.

1884 – mais radical, justamente vinculada ao contexto de sua atuação no movimento abolicionista, e, principalmente, mais contemporânea de Rebouças. Se o que vale para ambos é a recorrência ao estilo de suas auto-referências, posto que revelam, para além da personalidade individual, um drama nacional, o mesmo não se poderia dizer acerca dos critérios de análise, a começar pela própria seleção dos textos. Assim, diversas considerações a respeito do abolicionismo de Nabuco são empreendidas, pela autora, a partir da leitura de *Minha Formação*, sem a necessária problematização do contexto em que emerge.

Ao contrário do que se poderia esperar de um esforço teórico feito em meio a intenso debate nacional, o texto do Nabuco de *O Abolicionismo* articularia uma leitura extremamente crítica do processo de transformação da sociedade, marcadamente das perspectivas em torno do regime escravocrata. Seu lugar naquele contexto lhe garantiria uma coerência raras vezes experimentada por uma vertente liberal, pois a acuidade de sua perspectiva teria transformado uma análise sobre a escravidão, segundo Nogueira, numa análise política, “dando forma sistemática às pressões de um movimento histórico mais avançado”.¹⁸ Ao compreender a escravidão como um fato global, e demandando por conseguinte uma reforma global, a urgência e universalidade da abolição fariam de Nabuco um intelectual posto “na vanguarda da modernização capitalista em curso no País”. Nos dez anos do movimento abolicionista, Nabuco seria o “liberal avançado que não pudera ser antes nem conseguiria ser depois. Uma década que representa um verdadeiro hiato em sua trajetória, uma quebra de continuidade”.¹⁹

Curioso é notar, contudo, como um dos elementos desta construção conservadora de Nabuco sobre Rebouças foi interpretada. Em vários estudos, a leitura da amizade entre Rebouças e o Imperador é de tal ordem, que muitas vezes passa por ser “a” explicação do seu monarquismo, principalmente nos anos que se seguiram à abolição. Tal é o caso de Jocelice Jucá, em sua obra *‘Quem tem a terra possui o homem’. Reforma & Utopia no contexto do Segundo Império*, para quem “sua reverência pela Monarquia estava particularmente vinculada ao *homem* Pedro II, que representava a Monarquia. (...) Rebouças acreditou resolutamente na habilidade de Pedro II na condução das reformas sociais necessárias ao Império. Esta visão distorcida pode ser atribuída à sua *inabilidade em distinguir entre o Imperador e o homem*”.²⁰ Para a autora, o período que se seguiu à Proclamação da República – quando Rebouças se isola do cenário

¹⁸ *Idem*, p. 111.

¹⁹ *Idem*, p. 113.

²⁰ Jocelice JUCÁ, *André Rebouças: Reforma & Utopia no contexto do segundo império: quem possui a terra possui o Homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001, p. 119. (Grifos meus)

político, preferindo o auto-exílio –, conferiria a sua trajetória um caráter mais próximo de um “monarquista de Pedro II” do que propriamente de um reformador social, pois “mesmo os seus freqüentes apelos em defesa da Democracia Rural Brasileira estiveram vinculados às suas crenças no Império” e a única salvaguarda contra o jacobinismo e ao militarismo republicanos, bem como à mentalidade dos proprietários de terra, estaria na valorização de D. Pedro II.²¹ Não por acaso, a autora também explica as atitudes de Rebouças durante o seu auto-exílio em função de sua personalidade “excêntrica” e de seu “retraído temperamento”.²²

Tal explicação, acredito, pouco se diferenciaria das montagens que seus contemporâneos fizeram. Além disto, o que emerge em Nabuco como evidência de uma narrativa conciliadora e marcada pelo conservadorismo, ressurgue aqui como tentativa de explicação teórica, mas reduzida ao nível meramente pessoal. Além de pouco satisfatória, tal argumentação se reduz a minúcias, mais ou menos passíveis de releituras a partir do próprio *Diário* de Rebouças.

Já a imagem construída por Taunay, ainda seguindo os passos de Rezende de Carvalho, evidencia um determinado esforço biográfico mais subjetivo, ao estilo de sua própria autobiografia, mas que não refletiria um individualismo moderno, isto é, provido de alteridade: a “obediência a papéis” seria a tônica presente nesta construção.²³ O apelo ao ajuste e às convenções sociais reforçaria, através do tema da formação pedagógica a serviço do Estado, o apego à tradição. Taunay, ele mesmo um servidor público de extração militar, recebera o legado de uma linhagem familiar devotada a serviços burocráticos, seja na França, seja no Brasil. O que não significou contudo uma inserção numa burocracia moderna: tratar-se-ia antes de um esforço de profissionalização de artistas e intelectuais pelo Estado, tendo como exemplo a engenharia civil na França napoleônica, e a Missão Artística Francesa aportada no Brasil em 1816, chefiada por Lebreton, da qual seu avô, Nicolas Antoine Taunay, fora um de seus membros.²⁴ A admiração que Taunay tinha, portanto, pelo “incontestável valor dos [...] conhecimentos em literatura, música e ainda mais em botânica, mineralogia, ciências físicas e naturais, a não falar em matemática...”²⁵ de André poderia resumir esta concepção: tais qualidades seriam antes evidências de sua personalidade, valores morais que, não obstante serem constitutivos do indivíduo, seriam necessários ao esforço ilustrado da burocracia imperial. É neste sentido que Taunay subordina inclusive seu engajamento abolicionista,

²¹ *Idem*, p. 146.

²² *Idem*, p. 145.

²³ Maria Alice R. CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 49.

²⁴ *Idem*, p. 54.

²⁵ *Idem*, p. 58.

afirmando acima de tudo os “infelizes condicionantes da escravidão e que era contra eles que se deveria lutar ‘cientificamente’”.²⁶ É que o conservadorismo de Taunay, longe de expressar uma coloração nativista e romântica tão em voga na época, salientava a “recusa a leis universais de regulação do comportamento humano: fora do contexto do Estado-nação e das instituições e cultura forjadas no processo de constituição daquela entidade, punha-se em risco a civilização, a liberdade dos indivíduos e a própria produção da narrativa histórica. Portanto, o conteúdo do seu conservadorismo residia, basicamente, na compreensão do Estado-nação como forma superior de comunidade, dele estando ausentes as lutas agonísticas que caracterizaram a Revolução Francesa e que se mantiveram presentes, segundo Taunay, no tipo de consciência histórica predominante entre os liberais brasileiros. (...) Com Taunay, enfim, o Estado imperial se torna o contexto institucional e cognitivo que subordina todos os eventos singulares”.²⁷ Portanto, Taunay seria, para Rezende de Carvalho, o representante de uma concepção de Estado herdeira de um projeto de reforma do sistema colonial representado pela “burocracia reformista do Estado absolutista português”, que se caracterizaria pela dinâmica centralizadora e hierárquica e pela sua perspectiva territorialista.²⁸ Não por acaso, a rememoração de sua formação militar se diferenciaria substancialmente da que Rebouças faria: em Taunay, teríamos a combinação da “ciência” e do “altruísmo” no processo de integração civilizatória da nação, aproximando-se daquilo que seria o “cerne da ideologia profissional do Exército no século XIX”;²⁹ a influência que Taunay teria sobre Rebouças seria sobretudo tardia, pois, ainda na ótica de Rezende de Carvalho, Rebouças não compartilhava, entre os anos 1860 e 1870, da visão do último acerca da integração imperial sob a égide do Estado.

A questão é tão mais significativa quanto é sabido que ambos, Taunay e Rebouças, passaram pelos bancos da mesma *Escola Militar*, com poucos anos de diferença. Neste caso, atenção especial deve ser dada aos debates sobre as perspectivas da Escola: entre 1830 e 50, a *Escola Militar* (posteriormente *Escola Central* e *Escola Politécnica* a partir de 1874) passara por várias reformas curriculares, todas tendo em vista a resolução do dilema entre ensino estritamente militar ou Academia de Ciências. De tal forma que, em meados de 1850, a Escola recebesse jovens com perspectivas distintas quanto à formação desejada: os que vislumbavam a ascensão militar pela ideologia profissional, e os que tinham em conta uma opção razoável, e

²⁶ *Idem*, p. 52, nota 99.

²⁷ *Idem*, p. 53.

²⁸ *Idem*, p. 54.

²⁹ *Idem*, p. 58.

ao alcance de famílias modestas, de ascensão social através da educação.³⁰ Assim, Taunay, o autor de *Servidores Ilustres do Brasil*, portanto, creditava a Rebouças um lugar de destaque no rol de biografados a serviço do Império, reservando-lhe um necrológio à altura junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era sócio de longa data.

Outras biografias

Seguindo os passos daquela narrativa nabucoana e os de uma biografia institucional, como aparentemente seria o esforço de um Taunay, sob a égide do IHGB, teríamos então todo um conjunto de pequenas biografias sobre André Rebouças neste século, embora nenhuma com a mesma envergadura literária de seus predecessores.³¹ Algumas, contudo, apresentam questões interessantes. Tal é o caso do texto de José Veríssimo (*André Rebouças através de sua autobiografia*), com suas comparações entre Rebouças e Mauá – embora superficiais e circunscritas às dificuldades pessoais com adversários; uma explicação sobre a alegada ignorância da historiografia contemporânea sobre Rebouças como resultado da República, “como primeira conseqüência da Abolição; a República arrastando em seu bojo a gente que combateu os abolicionistas e os odiou”;³² uma tentativa de quantificar a produção jornalística de Rebouças – seriam cerca de 120 artigos em diversos periódicos, e outras considerações. Contudo, o mérito de Veríssimo seria maior, pois esta biografia, publicada em 1939, tivera como base a leitura dos manuscritos originais – ou seja, todos os exemplares disponíveis do *Diário*, e os cadernos contendo o registro da sua correspondência ativa, pois Rebouças tivera o cuidado de copiar todas as cartas remetidas, principalmente a partir de 1890, já exilado –, dos quais o autor publicara, um ano antes, uma breve mas significativa seleção. Assim, a obra publicada em co-autoria com Ana Flora Veríssimo, de 1938,³³ seria a base de quase todos os trabalhos sobre Rebouças desde então. O retorno à leitura dos manuscritos originais, recentemente adquiridos pela Fundação Joaquim Nabuco, de Recife, coube a Jocelice Jucá, em 1986, mais tarde a Rezende de Carvalho, e por mim, no presente trabalho.

Contudo, até a publicação do *Diário* em 1938, alguns autores recorreram aos manuscritos

³⁰ *Idem*, p. 83. Tanto a discussão sobre o caráter da formação profissional e intelectual de Rebouças, como a relativa às transformações da *Escola Militar*, serão tratadas adiante. Vide Capítulo I, item 1.4.

³¹ Brito BROCA. *André Rebouças no Exílio*. Biblioteca do IHGB, nº catálogo L. 738.; José LOUZEIRO. *André Rebouças*. Rio de Janeiro. Ed. Tempo Brasileiro. 1968.; Elza P. OSBORNE. *André Rebouças*. Revista C.T. C. nº 29, setembro de 1946.; Sydney M. G. SANTOS. *André Rebouças e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional de Editores de Livros, 1985.

³² Ignácio José VERÍSSIMO. *André Rebouças através de sua auto-biografia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939.

³³ Ignácio José VERÍSSIMO e Ana Flora VERÍSSIMO (orgs.). *Diário e Notas Autobiográficas de André Rebouças*. Rj: Editora José Olympio, 1938.

originais, selecionando fragmentos com os objetivos os mais variados: assim teríamos Carolina Nabuco, para a elaboração de seu livro *Joaquim Nabuco*,³⁴ a filha de Carlos Gomes, Ítala Gomes, para a biografia que fizera sobre seu pai,³⁵ Getúlio das Neves, em 1898, em trabalho publicado na *Revista da Escola Politécnica* do Rio de Janeiro,³⁶ e Monteiro Lobato, que selecionou excertos do *Diário* relativos à Guerra do Paraguai, publicados na *Revista do Brasil*, nos números de setembro a dezembro de 1920.

Em 1973, Maria Odila da Silva Dias publicou um livro intitulado *André Rebouças: Diário: A Guerra do Paraguai (1866)*,³⁷ recuperando as notas referentes ao período em que Rebouças participou do *front* na condição de 2º tenente do corpo de engenharia militar, entre maio de 1865 e junho de 1866, quando, doente, retirou-se do exército. É de se notar a importância deste último trabalho para a historiografia, dado o mérito da autora em recuperar uma parte dos manuscritos de Rebouças que se julgava perdida. O *Diário*, publicado por Flora e Veríssimo deixava uma lacuna, segundo Silva Dias, referente à participação de Rebouças na Guerra do Paraguai. A inexistência do “caderno n. 5”, segundo os autores, permitiria apenas breves referências sobre sua participação na Guerra. Segundo Silva Dias, este manuscrito só reapareceu em 1966, arrolado e descrito por Rosemarie E. Horch em sua *Relação dos Manuscritos da Coleção J. F. de Almeida Prado*, recém adquirida pela Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP. Até mesmo a seleção de Monteiro Lobato, referida alhures, mantivera os excertos, que Silva Dias publicou, inéditos, apesar do autor ter tido contato com manuscritos originais cedidos pela família Rebouças.

Rebouças engenheiro

Seguindo a trilha aberta pelas biografias mais genéricas, alguns trabalhos relacionados a sua formação profissional figuram com destaque nesta constelação.³⁸ A própria Congregação da

³⁴ Carolina NABUCO. *A Vida de Joaquim Nabuco*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.

³⁵ Ítala Gomes Vaz CARVALHO, *Vida de Carlos Gomes*. Rio de Janeiro: A Noite, 1935. É preciso salientar a profunda e duradoura amizade entre Carlos Gomes e André Rebouças. Rebouças fora padrinho de batismo de Carlos André – o Carleto –, tivera uma ópera em sua homenagem – a ‘Salvator Rosa’, e diversas vezes intercedêra junto a ministros para garantir recursos financeiros ao maestro em seus anos de formação na Europa.

³⁶ Getúlio das NEVES. “André Rebouças” in *Revista da Escola Politécnica*, Rio de Janeiro, 1898.

³⁷ Maria Odila S. DIAS, *André Rebouças. Diário. A Guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 1973.

³⁸ Ver para tanto: Getúlio das NEVES, *Op. Cit.*; Elza P. OSBORNE, *Op. Cit.*; Virgílio CORREIA FILHO. “André Rebouças”, in *Revista do Clube de Engenharia*, nº 40, 1938; José Nascimento BRITO. “História da Escola Nacional de Engenharia”, in *Revista do Clube de Engenharia*, outubro de 1962 a março de 1966; Roberto RUIZ. *André Rebouças, sua vida, sua obra, seus ideais*. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Publicações do Ministério dos Transportes (série Biografias de Engenheiros), 1973; Sydnei M. G. SANTOS. *Op. Cit.*

Escola Politécnica, em 1898, ano de sua morte, propusera a seus membros a publicação de uma biografia “a mais completa possível’ do professor catedrático André Rebouças (...) bem como seus trabalhos escolhidos”.³⁹

Sua atuação como engenheiro e como empresário é lembrada, em geral, como manifestação da coragem e determinação individuais frente às dificuldades materiais e aos obstáculos que adversários e inimigos lhe moviam, muitas vezes manifestação de intrigas pessoais motivadas por inveja profissional. Também está presente neste conjunto de trabalhos a associação entre Rebouças e a engenharia nacional, num período conhecido pela franca hegemonia britânica, evidenciada pelas concessões do governo imperial para a construção de companhias de água, ferrovias, etc. Todavia, o papel jogado por Rebouças, de associar a sua formação de engenheiro a iniciativas empresariais, foge a uma problematização mais sistemática, onde o embate contra certa concepção de engenharia dá lugar a uma disputa individual de uma personalidade empreendedora – para a qual a experiência do Barão de Mauá serviria de analogia, inclusive quanto ao seu fracasso –, frente ao espírito rotineiro de seus contemporâneos.

Talvez o melhor exemplo deste tipo de construção seja a obra de Sidney M. G. dos Santos, de 1985. Com a tarefa de coordenar uma comissão que organizasse uma “Memória da Engenharia Brasileira”, a atenção por André Rebouças, que vinha, segundo afirma, de longa data – o autor era o 3º sucessor na cadeira de Resistência dos Materiais da *Escola Politécnica*, sendo o primeiro titular a ocupar o posto o próprio Rebouças –, foi reafirmada, no sentido de “apresentar um texto que bem focalizasse a vida super-humana desse lutador emérito. E dar ampla atenção a sua obra escrita, quer expondo com algum detalhe seus trabalhos mais valiosos, quer enriquecendo o texto com transcrições bem marcantes de tudo quanto ele escreveu, ou melhor, de tudo que nos foi dado ler e compulsar”.⁴⁰ Ao longo das 580 páginas de seu livro, cerca de 200 são dedicadas às contribuições de Rebouças em trabalhos tecnológicos e memórias, contra apenas 40 dedicadas à sua atuação na campanha abolicionista, por exemplo. Grande destaque também mereceram sua formação profissional e sua atuação na Guerra do Paraguai. Há ainda uma curiosa referência às iniciativas de Rebouças, contemporaneamente fracassadas, mas que mais tarde receberiam atenção oficial, creditando às suas convicções qualidades quase premonitórias das virtudes do progresso material: tais seriam sua insistência na construção de portos e estradas com a finalidade de exportação e importação; as estradas

³⁹ Sydney M. G. SANTOS, *Op. Cit.*, p. 7.

⁴⁰ *Idem, ibidem.*

interoceânicas entre Brasil e Bolívia; o Caminho de Ferro para Mato Grosso; os parques florestais, bem como sua “antevisão turística (...), talvez o primeiro homem público no Brasil a defender tal orientação”; o abastecimento d’água do Rio de Janeiro; a introdução do cimento impermeabilizante na construção de estacas marítimas; a “ligação séria com o povo americano, ao qual dedicava manifesta simpatia”, dentre outras considerações do gênero.⁴¹

Seria com Richard Graham e, mais tarde, com Rezende de Carvalho, contudo, que esta visão sobre os empreendimentos profissionais e empresariais de Rebouças transcenderiam sua dimensão individual, inseridos antes no contexto de modernização do País.

Graham, em *Grã Bretanha e o início da Modernização no Brasil*, inscreve Rebouças num contexto de difusão de valores e idéias modernizadoras, principalmente inglesas, preconizados por tipos sociais que, em meados do século XIX, despontavam como os principais elementos disruptivos dos “valores aristocráticos”: seriam os oficiais militares, os engenheiros e os industriais, mais tarde aliados com profissionais liberais que, não obstante sua formação em academias tradicionais de Direito e Medicina, “eram obrigados, pelo seu contato constante com a comunidade urbana, a adotar os novos valores das cidades e os novos ideais vindos da Europa. Esta nova classe era inteiramente indiferente à vida rural e descrente dos valores aristocráticos. A antiga importância de ser relacionado com pessoas de projeção começou a enfraquecer nas cidades e logo começaram a surgir comentários saudosistas sobre os bons tempos(...). A ideia de que o *status* da pessoa deveria depender de suas habilidades começou a receber maior aceitação. A expansão de uma economia de exportação criou uma nova cultura, orientada para a Europa, como pode ser notado nas mudanças da moda, nas receitas culinárias, nos novos estilos arquitetônicos e na instalação de melhoramentos públicos. O exemplo europeu foi grandemente aprovado e elogiado pelas populações urbanas”.⁴² Tais idéias de progresso seriam usadas, sobretudo, para combater a ordem estabelecida, inclusive a escravatura, atacada por importantes industrialistas, estes “irremediavelmente comprometidos com o término da escravidão”, de acordo com o autor.⁴³ O exemplo de Rebouças ilustraria duplamente o empenho da onda modernizadora em destruir o cativo: pelo seu papel enquanto empresário,

⁴¹ *Idem*, p. 556.

⁴² Richard GRAHAM. *Grã Bretanha e o Início da Modernização do Brasil (1850-1914)*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1973., p. 42.

⁴³ *Idem*, p. 168. Para uma posição diferente em relação ao apoio de empresários ao abolicionismo, ver Robert CONRAD. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 178. Para o autor, haveria pouca razão para acreditar que os industriais e os capitalistas simpatizassem com o abolicionismo, pois, apesar destes poderem lucrar com o término da escravidão, não apoiaram sua derrocada como “grupo de interesses”. Além disto, a indústria se localizaria justamente nas regiões mais refratárias à abolição, como São Paulo, onde, inclusive, alianças entre fazendeiros e classe empresarial eram comuns.

e pela qualidade de docente e engenheiro.⁴⁴ A principal contribuição que a Grã-Bretanha dera a Rebouças, como de resto a Mauá, ao seu irmão Antonio Rebouças, a Luís Tarquínio, e a outros industriais do período, teria sido, para Graham, a valorização do trabalho, elemento característico da Era Vitoriana.⁴⁵ Além disto, estes agentes teriam como premissas o incentivo à iniciativa individual, a defesa de uma política de *laissez faire* governamental, isto é, a crítica a toda e qualquer intervenção governamental nos assuntos econômicos, e a liberdade de associação na promoção de empresas.⁴⁶

A grande ênfase dada por Graham nesta onda modernizadora traz, contudo, certas dúvidas. Principalmente se articularmos a esta análise as dificuldades que este mesmo setor tivera para se firmar econômica e socialmente no Brasil do Segundo Reinado. Notadamente, Graham concebe este movimento modernizador numa dinâmica crescente e ininterrupta, e os fracassos de certos agentes empreendedores são atribuídos a eventualidades, a “desânimos ocasionais em face de períodos de imobilidade”,⁴⁷ períodos estes decorrentes do “fracasso da política governamental, em sua tentativa de manter uma tarifa protecionista estável”.⁴⁸ Assim, o fracasso de Rebouças em se firmar como engenheiro e empresário residiria, para além da instabilidade cambial, em seus próprios erros, particularmente na dispersão de suas iniciativas e na falta de capitais.⁴⁹ De fato, a velocidade desta trajetória salta à vista: em pouco mais de nove anos – isto é, desde 1866, quando, recém egresso da Guerra do Paraguai, substituiu o engenheiro Charles Neate nas obras hidráulicas da Alfândega, até 1875, quando, desentendendo-se com proprietários paranaenses em torno da construção da estrada de ferro Antonina-Curitiba, e revelando estar tão pobre como quando retornara da Guerra, retira-se do mundo dos negócios, iniciando uma trajetória dedicada ao jornalismo e à militância abolicionista e reformista –, Rebouças esteve envolvido em 13 projetos de grande porte, dos quais apenas dois não provaram o gosto do fracasso: as Docas do Rio de Janeiro (fusão da Cia. Docas Pedro II com a Cia. Docas da Alfândega) e as do Porto de Cabedelo, na Paraíba. Já a falência de Mauá estaria na recusa do Governo em conceder-lhe crédito e na pouca disposição em baixar uma legislação favorável às sociedades anônimas.⁵⁰

Para Rezende de Carvalho, contudo, uma explicação possível para o fracasso de Rebouças

⁴⁴ *Idem*, p. 169.

⁴⁵ *Idem*, p. 220.

⁴⁶ *Idem*, p. 226.

⁴⁷ *Idem*, p. 42.

⁴⁸ *Idem*, p. 214.

⁴⁹ *Idem*, p. 215.

⁵⁰ *Idem*, p. 214.

em se firmar, seja como engenheiro, seja como empresário, teria sido a inconveniência de sua concepção sobre atividade pública naquele momento, representada pelo “paradigma engenharia-empresa”, isto é, a tentativa de combinar uma “base de conhecimentos específicos – auferidos na Escola Militar e, principalmente como comissionado do Estado – a uma organização empresarial de profissão”.⁵¹ A imersão de Rebouças em empreendimentos de todo tipo revelava, ainda segundo Rezende de Carvalho, um dinamismo e uma diversificação comparáveis ao que havia de melhor no quadro de referências da época: a um inglês.⁵² Entretanto, a indisposição com que engenheiros-funcionários ligados à burocracia, em diversas ocasiões, tiveram quanto às tentativas de Rebouças de organização de empresas particulares concessionárias, prestadoras de serviço ao Estado, teria contribuído para seu fracasso. A engenharia significava para seus pares, principalmente, uma porta de acesso a posições de comando no funcionalismo estatal, como forma a se exercer uma “beneficência ilustrada”, daí a presença das acusações de que era vítima, de querer se enriquecer e galgar posições no interior do Estado.⁵³ Por considerar uma questão fundamental neste trabalho, retomo e aprofundo esta discussão no Capítulo III da Parte II.

De fato, Rebouças tivera bons trânsitos entre capitalistas e engenheiros anglo-americanos, em diversos momentos, como veremos nos capítulos a seguir. Muito provavelmente, foi um importante intermediário entre o mundo financeiro inglês e empresas nacionais. Entretanto, um ponto me parece bastante polêmico: acredito que este êxito tenha sido transitório, circunscrito aos anos de intensa atividade profissional, e a certos empreendimentos. Afirmo isto como contraponto aos argumentos de Jocelice Jucá e de Leo Spitzer, para quem tal relação com o mundo financeiro, e o sucesso empresarial dele decorrente, teriam posicionado Rebouças numa situação privilegiada, rendendo-lhe prestígio político.⁵⁴ Trata-se de uma visão, portanto, claramente distinta dos argumentos anteriores, e muito distante das próprias auto-referências contidas em seu *Diário* pessoal. Neste caso, para Jucá, seu sucesso empresarial e profissional o teriam credenciado junto à família imperial, mantendo “estreitos laços de amizade, não só com o Imperador Pedro II, mas também com o Conde d’Eu e a Princesa Izabel”,⁵⁵ evidenciando assim uma “atitude política e conciliatória, posicionamento que

⁵¹ Maria Alice R. CARVALHO, *Op. Cit.*, p.120.

⁵² *Idem*, p. 160.

⁵³ *Idem*, p. 121.

⁵⁴ Jocelice JUCÁ, *Op. Cit.*, p. 25, e Leo SPITZER, “Assimilação, marginalidade e identidade: os dois mundos de André Rebouças, Cornelius May e Stephan Zweig”, in *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 3. (Ver também Leo SPITZER. *Lives in Between. Assimilation and Marginality in Austria, Brazil, West Africa 1780-1945*. London: Cambridge University Press, 1989).

⁵⁵ Jocelice JUCÁ, *Op. Cit.*, p.26.

caracterizou a sua atuação à frente das Docas da Alfândega e da Companhia das Docas de Pedro II”.⁵⁶ De fato, esta aliança com a família imperial foi decisiva em sua trajetória, mas esteve longe de ser permanente, assegurando-lhe uma boa posição na burocracia imperial.

Igualmente pouco convincente é o argumento de Leo Spitzer. Embora este autor reconheça as dificuldades de Rebouças em credenciar-se como empresário, credita os obstáculos à discriminação racial de parcelas da elite.⁵⁷ Repõe-se nestas duas leituras a percepção dos obstáculos às suas iniciativas como sendo manifestações de desprezo e intrigas políticas, quando não de racismo, mas todas circunscritas ao âmbito pessoal. Assim é que, relatando suas desventuras junto à *Companhia Docas da Alfândega*, Jucá afirma que “especuladores agiam *desonestamente*, espalhando falsos rumores que causavam prejuízos às ações da Companhia. Essas contendas chegavam, com freqüência, às páginas dos jornais, em matérias que resvalavam para os ataques pessoais, como o artigo intitulado ‘Pai Feitiço e Pai Quilombo’, publicado em jornal de 9 de fevereiro de 1871, artigo que faz clara alusão às origens negras de Rebouças e sobre o qual ele anotou à margem do Diário: ‘preconceito de cor’”.⁵⁸ Como resposta a tais obstáculos, Rebouças teria desenvolvido, segundo a autora, uma sensibilidade política, identificada não como exercício de uma militância político-partidária, mas como prática cotidiana de manipulação e astúcia, bem como com poder de convencimento, o que seria evidenciado mais tarde no seu engajamento abolicionista.⁵⁹

Assim, para entender o porquê de seu não engajamento político-partidário, Jucá argumenta que, em primeiro lugar, seu sucesso como “homem de negócios” permitir-lhe-ia melhor desenvoltura e liberdade no uso de suas habilidades do que um envolvimento direto na política partidária, e, segundo, porquê faria parte de sua “personalidade” um temperamento pragmático e “quixotesco”, além de conciliador de posições discordantes, algo que dificilmente poderia ser valorizado num agrupamento politicamente restrito.⁶⁰

Retomando ainda as conseqüências da reação pessoal às adversidades, Spitzer sugere que Rebouças, por manter-se “otimista” e resolutos frente a elas, teria desenvolvido “profundas amizades, nessa fase, com considerável número de brasileiros da nobreza ou não, mas pessoas de projeção, entre os quais Machado Coelho, Barão da Estrela, o Visconde de Taunay, de Mauá, de Itaboraí, que apreciavam sua inteligência, visão e talento, recebendo-o no mundo da

⁵⁶ *Idem*, p. 27.

⁵⁷ Leo SPITZER, *Op. Cit.*, p. 42.

⁵⁸ Joselice JUCÁ, *Op. Cit.*, p. 28. (Grifo meu).

⁵⁹ *Idem*, p. 31.

⁶⁰ *Idem*, pp. 32 e ss.

elite da capital imperial, repleta de salões, festas, bailes, exposições de arte e concertos. Apesar dos obstáculos que enfrentou durante esses anos, ele foi nomeado para importantes e prestigiosos cargos, que lhe trouxeram reconhecimento pessoal e que lhe permitiram encontrar os meios para manter a si e sua família nos padrões da alta burguesia do Rio de Janeiro.”⁶¹ E, mais importante, sugere que o estreitamento de laços com a família imperial, nas bases de uma “profunda amizade pessoal”, mais tarde transformada em “verdadeira obsessão”,⁶² solidificasse sua visão otimista na relação direta do sentimento de aceitação.

Influências, contexto intelectual – radicalismo e moderação

Embora pudesse ser fato notório essa postura pragmática, quixotesca e francamente hostil à dinâmica político-partidária, o que sem dúvida salta à vista quando da leitura de seu *Diário* pessoal, é possível, ao contrário, entendê-las à luz de determinadas configurações intelectuais, num exercício de buscar nas suas leituras um elemento explicativo, isto é, um contexto mais amplo que as torne coerentes. É o que Rezende de Carvalho procura fazer, ao interpretar tais atitudes de Rebouças como decorrentes de uma leitura que combinava aspectos de uma versão popular e radical do liberalismo inglês, combinados com sua versão norte-americana de meados do século XIX. Rebouças teria tomado conhecimento desta versão do liberalismo, segundo a autora, através de leituras sobre Harrington.

Em fins do século XVIII, as dimensões republicanas do radicalismo de Harrington estavam sendo retomadas por um revivalismo batista, hostil à “harmônica ordem aristocrático-mercantil inglesa do século XVIII e o rígido consenso que se estabelecera em torno dos seus pressupostos”.⁶³ Este inconformismo social, valorizador da aventura e da iniciativa individuais, num contexto imediatamente prévio ao capitalismo industrial, seria herdeiro do republicanismo harringtoniano, que consistia fundamentalmente numa leitura “progressista” de Maquiavel (notadamente assentada na problematização da *militia* popular), e, principalmente, incrementada por uma idéia de democratização da propriedade, ainda não em sua concepção burguesa, mas próxima a uma idéia de apropriação em nome de um ideal coletivo e igualitário.⁶⁴ Para a autora, que se ancora numa leitura de Thompson e de Nerlich,⁶⁵ o

⁶¹ Leo SPITZER, *Op. Cit.*, p. 42.

⁶² *Idem, ibidem.*

⁶³ Maria Alice R. CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 161.

⁶⁴ *Idem*, pp. 165 e ss.

⁶⁵ *Idem, ibidem.*

inconformismo social de vésperas do século XIX seria antes um “resíduo cultural” do século XVII, mas sem sua dimensão política, decorrência evidente de sua derrota anterior, o que atuaria no sentido de “deslocar o eixo da sua ação e de sua consciência, de um republicanismo social radicalizado, para uma utopia de emancipação dos destinos individuais, referida, quase sempre, à valorização de uma vida autônoma, digna e próspera”.⁶⁶ E o *lugar* social de concretização desta utopia seria a América do Norte, conformando o tema da “viagem à terra prometida”.⁶⁷ Rebouças, como os demais americanistas do Império brasileiro e da América Latina (Tavares Bastos, Sarmiento e Alberdi, com ênfases distintas), teria percebido o deslocamento, não apenas geográfico, mas principalmente intelectual, do eixo de uma história eminentemente européia e britânica para uma constelação mais ampla, onde os Estados Unidos surgia como grande destaque, particularmente através de uma leitura otimista de Tocqueville.⁶⁸ Os Estados Unidos, ao longo do século XIX, emergiria neste cenário construindo uma hegemonia alternativa à inglesa: diferentemente da *Pax Britannica*, que se alicerçava através da consolidação de duas frentes autônomas entre si, como seriam as perspectivas *territorialista* e a da garantia dos *interesses dos cidadãos proprietários*, os Estados Unidos, ele mesmo produto desta expansão britânica que incrementava diversos mercados internos, constituía-se pela combinação mútua de ambas as frentes, isto é, através de um “expansionismo estatal como um movimento de afirmação da propriedade privada do homem comum”.⁶⁹

Segundo Rezende de Carvalho, resultaria daí a alusão de Rebouças às experiências norte-americanas do *American Granger Movement* e do associativismo de proprietários, bem como às iniciativas governamentais que as facilitassem na proporção inversa do intervencionismo estatal, exemplificadas pelo *Homestead Act*, de 1862 – legislação que garantia a posse da terra a quem nela se estabelecesse e a cultivasse por um período mínimo de 5 anos. Este seria o seu quadro de referências desde a década de 1860, quando, ainda engenheiro-militar, fora mandado em missão de reconhecimento das fortalezas brasileiras no litoral, por ocasião da questão Christie.⁷⁰ Naquele momento, Rebouças dera os primeiros passos na sua perspectiva imigrantista e colonizadora, a qual só ganharia corpo definitivo anos mais tarde. Ao tomar

⁶⁶ *Idem*, p. 162.

⁶⁷ *Idem*, p. 163.

⁶⁸ *Idem*, pp. 194 e ss. Segundo a autora, são poucas as referências ao pessimismo tocquevilliano, particularmente suas críticas à civilização do norte, nas obras de Sarmiento ou de Tavares Bastos. Deixavam de lado o diagnóstico das duras condições que caracterizavam o desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos.

⁶⁹ *Idem*, *ibidem*.

⁷⁰ O reforço das fortalezas brasileiras não era inócua, pois confirmava uma tendência de recrudescimento da política anti-escravagista britânica, manifestando-se seja através de intensa pressão diplomática, seja através da força militar contra o comércio negro.

contato com as ainda tímidas experiências de núcleos imigrantistas no litoral Sul do País, passou a considerar a difusão da pequena propriedade como fundamental, observando que tais núcleos permitiriam uma “concepção de sistema de defesa (...) mais eficaz e moderno do que qualquer experiência posta em prática pelo territorialismo militar do Estado imperial, uma vez que se baseava no empenho dos próprios colonos em preservar o lugar de onde extraíam seu sustento”.⁷¹

Nos anos 70, Rebouças daria melhor acabamento à sua concepção de reforma, incluindo-se aqui as perspectivas quanto à imigração, e as primeiras reflexões sobre a escravidão, indissociável de sua postura pragmática, profissional e empresarial. São exemplos disto alguns projetos de emancipação e de uma “Associação Geral Protetora dos Emancipados” que elaborara e entregara a Itaboraí e ao Conde d’Eu, dentre outros, entre abril de maio de 1870,⁷² e suas idéias sobre a “criação de uma grande Fazenda Normal, de uma Libéria, com emancipados e colonos para a propaganda, no vale do Paraíba, no centro dos escravagistas, dos sãos princípios do trabalho livre”,⁷³ as quais teria discutido com o Visconde do Rio Branco.

Rebouças teria entendido, segundo Rezende de Carvalho, o sentido “antijacobino” do “yankismo” e a sua “capacidade de universalização”, uma vez que este consistia em “processos sociais de auto-esclarecimento dos atores quanto aos seus interesses e à melhor forma de realizá-los”.⁷⁴ Este ‘yankismo’, ainda segundo a autora, assumiria a forma de uma “nação” encravada em diferentes nações que, no seu próprio curso de afirmação, redefiniria políticas de Estado, estenderia a dimensão coletiva desse Estado e, no limite, faria dele um mero núcleo de coordenação e de administração dos impulsos sociais”.⁷⁵ O tema da liberdade, indissociável portanto de suas reflexões sobre a Emancipação, estava calcada na idéia da “propriedade democrática da terra”. Segundo a autora, “somente a propriedade transformaria a plebe – formada por ‘brasileiros deturpados pela miséria e pela subserviência, por caboclos e caipiras, moradores, foreiros e residentes, por outrora comensais, guardas nacionais, espoletas eleitorais, mandatários de assassinatos, servos da gleba prontos a morrer e matar ao aceno [...] da aristocracia territorial negreira’- em cidadãos. E essa era a condição para que o Brasil vivesse o equilíbrio dinâmico da República, ‘da Nação inteira [...] à sublime obra de reformar esse país

⁷¹ *Idem*, pp. 96 e ss

⁷² André Rebouças, *Diário Pessoal*, 19, 20 e 26 de abril; 11 de maio de 1870, dentre outras passagens. (Doravante, apenas *Diário*).

⁷³ *Diário*, 13 de julho de 1871.

⁷⁴ Maria Alice R. CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 156.

⁷⁵ *Idem, ibidem*.

[...]”⁷⁶.

Entretanto, se o fundamento de suas reflexões reformistas acentuava esta perspectiva societal e desanimava-o quanto às possibilidades de sua realização pela ação política, uma outra questão também se impunha como fator fundamental à esta opção. É neste sentido que se poderia entender o tema da “ruptura”, presente na sua narrativa, com a ordem imperial, resultando disto seu desprezo pelo sistema político e ao mesmo tempo sua afirmação na iniciativa particular. Assim, para Rezende de Carvalho, “dado que as instituições herdadas daquela dinâmica apresentavam-se corrompidas por oligarcas predadores e por burocratas incompetentes, as energias reformadoras do País deveriam atualizar-se em iniciativas econômicas capazes de alterar a própria configuração da sociedade brasileira. Em outras palavras, a principal tarefa política do seu tempo resumia-se à difusão de uma cultura material entre nós, matriz de uma nova sociabilidade, forjada no interesse e iniciativa individuais, e nas condições propiciadoras da sua realização”.⁷⁷ Sua ojeriza à ação política, expressando-se seja como crítica à ordem imperial, seja como positividade da iniciativa individual, se, por um lado, implicava numa atitude radical, não transcendia, contudo, os limites colocados pela perspectiva da “reforma”. Rebouças não preconizava uma revolução nacional-popular, mas formas eminentemente econômicas e societais de transformação, diferentemente de Nabuco, que emergia de um movimento de auto-reforma do Estado. Neste sentido, particularmente sob a influência de Nabuco, Rebouças começaria uma lenta e paulatina mudança de perspectiva em torno sobretudo da forma de encetar as transformações que acreditava necessárias à modernização.

Não era estranho, sobretudo à elite imperial, o tema do *progresso* e do *aperfeiçoamento* no “edifício conceitual do Império”. As “lições modernas” européias, afirma a autora, entrariam no País com sinais trocados, consolidando uma realidade conservadora, unificando os interesses da “classe senhorial” numa ordem hierarquicamente constituída, tendo no cume o Imperador, num reconhecimento objetivo da Lei numa lógica de integração imperial.⁷⁸ O tema do progresso e do aperfeiçoamento, portanto, era o limite do programa moderado de auto-reforma do Estado, ou o que a autora denomina por *moderatismo*, que se caracterizava, no máximo, por uma regeneração da prática política e depuração dos traços personalistas do

⁷⁶ *Idem*, p. 170. Os trechos de Rebouças estão no artigo “Republicuistas”, publicado no *Cidade do Rio*, entre junho e julho de 1888. Por aquela época, como veremos, Rebouças já associava esta reforma à continuidade da monarquia. Entretanto, o núcleo fundamental de suas idéias já estavam colocadas desde meados de 1870, embora dispersamente anunciadas.

⁷⁷ *Idem*, p. 143.

⁷⁸ *Idem*, pp. 148 e ss.

imperador, quando não de algumas poucas incursões no campo da educação e da liberdade de culto,⁷⁹ como evidenciara o renascimento liberal dos anos 60 e 70. A experiência do *moderatismo* italiano não era estranha à Nabuco, presente em suas referências a Gioberti: “aqui, como lá, não houve nenhuma tentativa de organização dos intelectuais e da cena cultural que extrapolasse a costumeira passagem pelas Faculdades de Direito – ‘ante-salas da Câmara’ – ou o exercício de mandatos parlamentares, provocando, de Rebouças, o seguinte comentário: ‘[...] somos uma nação de políticos [...]: matéria bruta para os empregos públicos’”.⁸⁰

A conversão de Rebouças, na década de 1880, a esta perspectiva moderada, foi se consolidando aos poucos. Peso significativo tivera sua derrota no plano profissional e empresarial da década anterior. É preciso salientar, contudo, que a rendição a este contexto que outrora tanto criticara, qual seja, o quadro político e institucional do Império, não significou, em primeiro lugar, sua participação na cena político-partidária, e, segundo, na substituição dos temas anteriormente privilegiados, como a emancipação, a imigração, a modernização das relações do campo, etc. A sua aproximação a Nabuco representava, contudo, o privilegiamento da emancipação através do Estado monárquico. O que poderia ser entendido, portanto, como uma acomodação daquilo que entendia ser a *via norte-americana de modernização* aos limites postos pelo País. A abdicação de uma revolução democrática, agrária e popular já estava inscrita antes, de modo que a mudança mais substantiva estava na substituição da forma “societal” pela política institucional, particularmente, pela ação da coroa.⁸¹ Rebouças acreditava na implementação do americanismo através de uma “razão estratégica que liberalizasse a terra e favorecesse a emergência de uma grande massa de proprietários”,⁸² e referências ao despotismo esclarecido de Pombal, de Turgot e mesmo de Bismarck eram comuns em diversos artigos que publicara no período. Contudo, mesmo a monarquia era, para Rebouças, entendida numa acepção particular, diferentemente da valorização parlamentar e institucional que Nabuco lhe caracterizava: concebia-a como o equilíbrio de três forças – a monárquica, a aristocrática-plutocrática e a democrática.

Rebouças propunha uma “Monarquia Popular e Democrática” que pudesse vencer a tão temida “aristocracia territorial”, um adversário maior do que a própria escravidão. Tal postura não mais seria do que o resultado do seu diagnóstico, calcado na centralidade da terra: o

⁷⁹ *Idem*, p. 153.

⁸⁰ *Idem*, *ibidem*. As referências de Rebouças estão em *Agricultura Nacional, Estudos Econômicos*, ou seja, um texto da década de 1870.

⁸¹ *Idem*, p. 130.

⁸² *Idem*, p. 204.

monopólio territorial era o elemento que permitia a re-introdução da escravidão em outros contextos, como evidencia sua forte crítica à política oficial de imigração montada na República:

o estrangeiro, para o landlord, deveria ser conservado em estado semi-servil, como servo de gleba, como meeiro, rendeiro, foreiro, agregado, assalariado com redução ao menor salário possível. O landlord nativista e monopolizador odeia o imigrante proprietário de um lote de terra, o qual certamente é elemento primordial, a célula genésica da Democracia Rural.⁸³

A centralidade da questão fundiária em Rebouças é tema recorrente para outros autores, notadamente Jocelice Jucá e Richard Graham. Para a primeira, a questão estaria evidenciada sobretudo pela concepção ampla de escravidão de que Rebouças partilhava. A referência a esta concepção está numa carta a Augusto de Castilho. Nela, Rebouças afirma que

a escravidão não está no nome mas sim no fato de usufruir do trabalho de miseráveis sem pagar salário ou pagando apenas o estrito necessário para não morrer de fome. Aviltar e minimizar o salário é reescravizar. Mesmo nos países que se supõem altamente civilizados a plutocracia faz todo o possível para reduzir o salário ao mínimo absoluto; a landocracia principalmente, é reescravizadora por atavismo; não compreende a agricultura sem escravo ou sem servo da gleba.⁸⁴

Também para Richard Graham a questão assumiu grande relevo, particularmente ao afirmar que uma possível explicação para a derrocada do Império, e para a adesão dos latifundiários ao republicanismo, tenham sido as ameaças quanto à reforma agrária, vindas principalmente da *Sociedade Central de Imigração*, da qual Rebouças participava ativamente, de antigos abolicionistas, e mesmo de menções do próprio Imperador, após o 13 de maio. Particularmente os fazendeiros de São Paulo, “sentiam que o imperador era demasiado fraco e a estrutura partidária muito caótica para evitar o sucesso daqueles que organizavam a investida abolicionista”.⁸⁵ Para o autor, a questão principal não estaria tanto na confirmação ou não da

⁸³ André Rebouças para Alfredo Taunay, 12 de junho de 1896.

⁸⁴ André Rebouças para Augusto de Castilho, 31 de agosto de 1895.

⁸⁵ Richard GRAHAM, “Escravocratas, latifundiários e o fim do Império”, in *Escravidão, Reforma e Imperialismo*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p. 183.

união do movimento abolicionista com a democratização da terra, mas na temerosidade dos latifundiários diante daquilo que “julgavam que [os abolicionistas] poderiam fazer”.⁸⁶ Neste sentido, interpreta o apoio de camadas latifundiárias de São Paulo à abolição, por volta de 1887, como forma de neutralizar discursos mais radicais que a acompanhasse. Teriam impresso seu apoio à República, anos mais tarde, pela mesma razão.⁸⁷

Estas são, acredito, algumas das principais reflexões que diversos autores formularam sobre a trajetória de Rebouças. Elas foram feitas sob níveis diversos de problematização, o que sem dúvida manifesta a presença de um mosaico de temas que emergem nesta trajetória que considero extremamente rica e sugestiva de um intelectual do Século XIX no Brasil.

É exatamente a busca de uma interpretação que dê sentido a este mosaico de temas que pretendo fazer ao longo deste trabalho. Como toda interpretação, a minha também será parcial, circunscrita a algumas considerações que julgo importantes mas, e isso é quase uma tautologia, absolutamente não imunes a equívocos. No próximo capítulo pretendo apresentar os pressupostos que ancoram minha interpretação sobre a trajetória de André Rebouças.

⁸⁶ *Idem*, p. 191.

⁸⁷ *Idem*, p. 195.

Considerações teóricas e metodológicas

A questão básica deste trabalho é entender o “sentido” das idéias de André Rebouças no contexto de sua época. Decorrência importante disso é a forma que assume, na análise e na exposição, o tratamento tanto de sua trajetória individual como dos seus escritos e formulações.

Num primeiro aspecto, não procuro explicar suas idéias através de sua biografia. Ainda que o autor venha fundamentá-las pelo seu comportamento pessoal, evado de uma auto-imagem quixotesca e pelo tom memorialista com que muitas vezes se expressa, isto não é senão o aspecto a ser explicado através de uma análise que justamente transcenda sua biografia. Por exemplo, não vejo como seus percalços pessoais possam explicar sua adesão à Monarquia como condutora das reformas que almejava, muito embora sua amizade com Dom Pedro II pudesse aparentemente levar a tal conclusão.

Todavia, considero a análise de sua trajetória imprescindível, mas desde que acompanhada de uma determinada perspectiva teórica. Assim, sua trajetória seria ininteligível, acredito, se afastada a hipótese da abrangência daquilo que Florestan Fernandes considerou como o “fenômeno estrutural” da “revolução burguesa” no Brasil, entendida enquanto “processo de transformações histórico-sociais” o qual, embora dando origem a novas e modernas instituições e organizações políticas e econômicas, pautou-as o lento esboroamento da sociedade tradicional, ancorada em padrões de distinções e avaliações estamentais.¹ Nesse sentido, “falar em Revolução Burguesa”, continua o autor, “consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil”.² Trata-se aqui, portanto, de circunscrever a trajetória de Rebouças nos quadros de uma sociedade estamental em transformação, bem como no processo incompleto de transformação social, pois é a incompletude desta “revolução” e as conseqüências disso na vida de Rebouças, os argumentos que me incentivaram a estudá-lo.

O predomínio do padrão estamental, contudo, não se restringiu aos aspectos políticos e burocráticos, como na explicação de Raymundo Faoro³, mas abrangeu os valores, modos de pensar, instituições e práticas que o Segundo Reinado cristalizou sob o repertório de um

¹ Cf. Florestan FERNANDES, *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 20.

² *Idem, ibidem*.

³ Cf. Raymundo FAORO, *Os Donos do Poder*, São Paulo: Globo, 1996.

“liberalismo” ainda que centrado na idéia de “ordem” mais do que no de liberdade: um “liberalismo estamental”.⁴ Decorre do exposto acima que não postulo uma exegese interna das obras de Rebouças, preocupando-me com a coerência inter-textual e apontando suas dubiedades e contradições. Ao contrário, por entender que é no debate de seu tempo que se pode entender muitas de suas afirmações, reitero aqui a necessidade de se recorrer a um contexto que dê sentido às suas formulações.

Isto posto, o estabelecimento de mediações mais precisas constituiu-se num outro problema, de caráter tanto teórico como metodológico, pois fosse o recolhimento das fontes primárias, fossem as possibilidades de sua leitura e análise, estariam ambos determinados pela eleição de um dado recorte teórico e epistemológico. Um recorte que perfizesse sua trajetória intelectual do começo ao fim, ainda que articulado às grandes questões contextuais, traria inegáveis ganhos para o resgate de suas idéias, mas ao preço de uma narrativa extensa. Por outro lado, a necessidade de precisar qual “contexto” me conduziu ao estabelecimento de determinadas mediações entre o autor e aquilo que o permeia.

Numa primeira tentativa de estabelecer uma mediação, apresentei como projeto a intenção de analisar a obra de Rebouças à luz da noção de “visão de mundo”, tal como definida por Lucien Goldmann⁵, a qual iluminaria e daria sentido aos seus escritos. Assim, ao invés de compreender a obra por si só ou pela recorrência ao autor, o método “estruturalista genético” consistiria em situar sua obra num contexto mais amplo, permitindo compreender sua estrutura interna e explicá-la por sua inserção a uma estrutura significativa mais ampla, sendo esta última a visão de mundo do grupo cujo autor estivesse inserido, ou representasse mesmo não pertencendo a ele.

Todavia, este método apresentou-me certas dificuldades, decorrentes da especificidade do objeto. A primeira delas, em relação à própria noção de visão de mundo: uma vez que esta, tal como formulada por Goldmann, é a representação ideológica de um grupo, e mais acentuadamente, de uma *classe social*, sua adoção como critério de análise implicaria situar Rebouças precisamente como “representante” de uma determinada classe social, o que de saída repõe o problema maior a ser explicado, uma vez que considero o debate teórico sobre a incompletude da revolução burguesa no Brasil o horizonte que norteia a essência deste

⁴ Ângela ALONSO, *Idéias em Movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*, (Tese de doutoramento – FFLCH/USP), 2000, p. 26. A autora faz referências às afirmações de Sérgio Buarque de Holanda sobre a “letra não escrita do regime” monárquico, que se expressava no funcionamento efetivo das instituições, na lentidão das discussões parlamentares, na hierarquia de posições.

⁵ Cf. Lucien GOLDMANN, *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

trabalho. O corolário disso é precisamente abordar a questão da *ausência de portadores sociais para determinadas idéias liberais radicais*, cuja implicação mais decisiva tem a ver com o aspecto trágico do pensamento de Rebouças. Assim, a adoção da tese goldmanniana significaria ocultar a dimensão fundamental que restaria a ser explicada. Além disto, outro problema surgiria, uma vez que o caráter fragmentário de seus escritos não se encaixaria, a meu ver, num pressuposto deste tipo de análise, qual seja, o de que seria através de “grandes obras”, isto é, obras que expressassem uma “visão coerente do mundo no plano do conceito, da imagem verbal ou sensível” que se poderia depreender uma homologia estrutural com a visão de mundo do grupo social, e portanto, explicar a primeira em função desta última. Para Goldmann,

O grande escritor é, precisamente, o indivíduo excepcional que consegue criar em certo domínio, o da obra literária (ou pirotécnica, conceitual, musical, etc), um universo imaginário, coerente ou quase rigorosamente coerente, cuja estrutura corresponde àquela para que tende o conjunto do grupo; quanto à obra, ela é, entre outras, tanto mais medíocre ou tanto mais importante quanto mais sua estrutura se distancia ou se aproxima da coerência rigorosa.⁶

A obra de Rebouças não tem o mesmo estatuto teórico e interpretativo do que a do coevo Joaquim Nabuco, por exemplo, cujos livros *O Abolicionismo* e *Um Estadista do Império* partilham de um estatuto ímpar na historiografia brasileira: são obras fundadoras respectivamente, da tradição crítica e da tradição conservadora da historiografia sobre o Império brasileiro.⁷ A obra de Rebouças não sendo esta síntese coerente da visão de mundo de um grupo social, merece ser lida numa chave diferente, e é nisso que consiste o atual esforço analítico. Pretendo explicar a dupla dimensão da “tragédia” de Rebouças – ou seja, a derrota manifestada, no plano pessoal pelo auto-exílio após a República e pelo suicídio, e isso em função da derrota no plano político-intelectual e profissional – a partir de um enfoque distinto. Se adoto ainda o referencial de Goldmann sobre a visão trágica (cuja matriz teórica é dada por George Lukács), é porque essa tragicidade está subsumida no escopo maior do processo da revolução burguesa incompleta, ou, antes, num processo de modernização conservadora. A tragédia no caso é a ausência de lugar social para um determinado liberalismo no Brasil do século XIX, isto é, pela

⁶ Lucien GOLDMANN. *A Sociologia do Romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 209.

⁷ Cf. Wilma Peres COSTA, “Joaquim Nabuco, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império”, in. *Idéias*, n. 6(2)/7(1), 1999-2000, pp. 191-219.

inexistência de atores sociais que se empenhassem pela radicalidade do reformismo em jogo. Nas palavras de Florestan Fernandes, o processo histórico da crise da ordem escravocrata e senhorial, ou do “antigo regime”, logrou dinamizar e modernizar o País, mas o fez à custa da manutenção dos antigos agentes, ou, o que é pior, através deles. Referindo-se ao esboroamento da ordem escravocrata, afirma o autor que,

como o pólo senhorial do regime monárquico logrou converter-se no pólo oligárquico do regime republicano, graças a certas condições materiais e políticas que permitiram essa rotação histórica, ao desaparecer, o trabalho escravo deixou atrás de si várias formas de trabalho semi-livre e de trabalho escravo disfarçado que continuam a existir até hoje, mesmo em economias de plantação tidas como especificamente modernas.⁸

A adoção desta perspectiva implica uma narrativa: a compreensão das idéias de Rebouças à luz ds *crise da sociedade Imperial*, entendendo-a como um processo político e social de amplas dimensões. Meu enfoque se assemelha ao adotado por Ângela Alonso,⁹ em sua análise sobre o movimento intelectual e político reformista da geração de 1870, embora minha análise privilegie o texto de Rebouças, e não a dimensão de um “intelectual coletivo”, como é o caso do “movimento intelectual”. Mesmo porque, o eixo do meu trabalho é a percepção dos dilemas e desafios abertos ao autor e suas respostas, ainda que a recuperação do diálogo com outros autores seja fundamental, uma vez que tal debate as possibilidades de interpretação do sentido de suas proposições.

Minha hipótese é a de que a crise dos anos finais do Império, que levou vários grupos a empreender uma crítica aguda ao *status quo*, é o fenômeno que pode clarificar e dar sentido às idéias de Rebouças. Porém, numa perspectiva complementar à afirmada por Ângela Alonso, acredito que mesmo setores da monarquia que encampavam o que a autora denomina por “liberalismo estamental” – os quais, justamente por esse motivo, não figuraram no escopo de sua pesquisa –, entraram também no turbilhão político cuja característica mais marcante foi a ressonância multifacetada do vocábulo “reformismo”.

Numa passagem instigante do *Antigo Regime e a Revolução*, Tocqueville chama a atenção para o fato de que, no bojo do processo político que culminaria na Revolução de 1789, o que mais o impressionara quando da leitura dos cadernos da nobreza, foi o fato desta ser “bem do seu

⁸ Florestan FERNANDES. *Círculo Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976., p. 54.

⁹ Cf. Ângela ALONSO, *Op. Cit.*

tempo”, reter dele “seu espírito” e empregar “correntemente sua língua”. Esse “espírito do tempo”, representado pela “igualdade”, mas também perigosamente pela “uniformidade” que era seu corolário mais radical, teria impregnado a própria nobreza, visto que, “ao ler estes cadernos, podemos julgar que para fazer a Revolução só faltou a esses nobres, serem plebeus”.¹⁰ Embora termos como “igualdade”, “democracia”, “liberdade”, etc, recebessem significados tão distintos quanto os grupos que os defendiam ou recusassem, é mais ou menos claro que o processo político da Revolução Francesa demandava o posicionamento de todos os grupos em torno destas definições.

A passagem acima, aqui uma mera alusão não problematizada das questões historiográficas e políticas do texto de Tocqueville, traduz mais ou menos o objetivo que persigo na análise. A incorporação de Alfredo Taunay e Beaurepaire Rohan, por exemplo, autores que mantiveram com Rebouças um diálogo interessado na reforma do estatuto territorial, tem a ver com o fato de que mesmo setores da burocracia imperial estiveram impregnados pelo “espírito” do seu tempo. Resgatar o clima do debate deste período, particularmente a partir de 1870, marcado não apenas pela crítica às instituições imperiais mas por uma gama heterogênea e difusa de “reformas” e “reformismos”, creio que permite compreender melhor o sentido de suas propostas.

Assim é que ganha importância o cotejo das idéias de Rebouças com outros interlocutores, reformistas, abolicionistas, modernizadores engenheiros, membros da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. É no sentido de extrair do debate o “repertório” de temas e idéias do período, ou seja, o contexto discursivo ou intelectual segundo Quentin Skinner.¹¹ Se em Goldmann tinha-se a possibilidade analítica da “visão de mundo” de um grupo social a partir de um “grande” intérprete, de uma obra coerente que a expressasse, em Skinner tem-se algo mais a ver com o objeto deste estudo: a validade de se pesquisar os “autores menores” como forma de se recuperar o “contexto ideológico”. Afirmo Skinner:

Com razão a historiografia recente chegou ao lugar-comum de que, se temos em mira compreender sociedades anteriores à nossa, precisaremos recuperar suas *mentalités* de dentro, da forma mais empática possível. Mas é difícil perceber como poderemos chegar a essa espécie de compreensão histórica se continuarmos, no estudo das idéias

¹⁰Alexis de TOCQUEVILLE. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979, p. 197, nota da pag. 117.

¹¹ Cf. Quentin SKINNER, *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

políticas, concentrando o eixo de nossa atenção naqueles que debateram os problemas da vida política num nível de abstração e inteligência que nenhum de seus contemporâneos terá alcançado.¹²

É com base nisto que se torna possível a reconstituição do contexto intelectual no qual Rebouças se situa. Outro argumento de Skinner importante à análise é a idéia de “vocabulário normativo”, isto é, o elenco de temas e assuntos tornados problemáticos mediante o debate político contemporâneo¹³. Com base nesta noção, Ângela Alonso, por exemplo, circunscreveu o debate do período da crise do Império através da menção ao “repertório político-intelectual” disponível ao movimento intelectual da geração de 1870. No caso, o repertório da época constituía-se da combinação da “política científica”, isto é, “a simplificação das principais descobertas da sociologia nascente e sua redução a princípios de orientação política”, de matriz européia, com um repertório propriamente nacional.¹⁴

Contudo, uma ressalva: foi através da recorrência ao repertório da “política científica” que Ângela Alonso descartou autores influentes, como Alfredo Taunay, por serem demasiadamente próximos ao *canon* do império, isto é, por seu reformismo não romper com os limites do “liberalismo estamental” que caracterizaria a sociedade imperial. A questão, todavia, possui outros desdobramentos, sendo talvez o mais importante situado na dimensão estritamente “intelectual e política” do contexto. Não que isso seja o referencial adotado pela autora em questão, embora o seja para a matriz teórica mais importante de que ela parte. No caso, Quentin Skinner.

Por um lado, o inegável mérito do autor, sua grande denúncia, particularmente em seu texto iconoclasta de 1969, é a respeito dos limites da análise “textualista” em história das idéias, isto é, a perspectiva de compreensão de um texto meramente através de uma análise interna. O perigo desta “ortodoxia” reside tanto na hipostasia de sua doutrina,¹⁵ como na hipostasia de sua coerência interna,¹⁶ além de uma série de anacronismos resultantes do pressuposto quanto aos aspectos a-históricos e universais de determinada obra. Se o forte da crítica de Skinner está sobretudo em apontar os limites do método textualista, por outro lado, sua resposta em relação ao que considera uma outra ortodoxia, a do entendimento do texto mediante seu contexto,

¹² *Idem*, p. 11.

¹³ *Idem, ibidem*.

¹⁴ Ângela ALONSO, *Op. Cit.*, p. 16.

¹⁵ Quentin SKINNER, “Significado y comprensión en la historia de las ideas”. In. *Prismas – Revista de Historia Intelectual*. Quilmes. Universidad Nacional de Quilmes, 2000., pp. 153 e ss.

¹⁶ *Idem*, p. 159.

esbarra numa leitura algo simplista do marxismo, calcado na noção de que as idéias seriam meros “reflexos” da estrutura política e social¹⁷. Assim, descarta em bloco qualquer menção ao contexto que não seja aquele circunscrito ao âmbito lingüístico, o que em resumo significa reduzir a metodologia adequada para a história das idéias à busca de “toda a gama de comunicações que poderiam ter sido efetivadas convencionalmente na oportunidade em questão através da enunciação do enunciado dado”.¹⁸

Acredito que a adoção de algumas propostas de Skinner não significa trilhar todo o seu programa teórico e metodológico. Sua incorporação aqui reside basicamente na recuperação do debate e do quadro ideológico contemporâneos. A noção de “vocabulário normativo” e a validação dos “autores menores”, me parecem aspectos decisivos para uma boa compreensão das idéias de Rebouças. Todavia, limitar o contexto à sua dimensão lingüística ou discursiva poderia comprometer um dos aspectos que justamente restaria a ser explicado, qual seja, o do caráter fragmentário, não apenas dos escritos de Rebouças, mas de vários outros autores do “movimento intelectual” mais amplo de que faz parte, sendo isto decorrente da forma do debate, de sua imersão na esfera política mais imediata, através da imprensa, com a proliferação habitual de artigos e panfletos que versavam diretamente sobre a crise, mas que também expunham os dilemas mais sérios do período. E são justamente esses dilemas, a meu ver, passíveis de serem referenciados à luz da noção de modernização conservadora, que justificam uma análise não apenas intelectual, ou do discurso político, mas também do contexto social e econômico. Aqui, apenas indico a necessidade de enfrentar uma bibliografia sobre as macro-interpretações desta transição, cujos textos de Florestan Fernandes, Caio Prado Jr, Fernando Novais, Raymundo Faoro, João Manuel Cardoso de Mello, Marco Aurélio Nogueira, dentre outros, estão presentes ao longo deste trabalho.

Dito isso, uma nova interpretação da própria trajetória intelectual de Rebouças ganha cor. Trata-se de acompanhar dois momentos significativos dela, e extrair, a partir da análise dos debates e dos interlocutores nos diferentes momentos, o sentido que adquirem. O primeiro momento se caracterizaria pela preocupação de Rebouças quanto à modernização material da sociedade brasileira. Já o segundo, seria marcado pela dimensão propriamente reformista de sua atuação. Estes dois momentos estão dispostos cronologicamente, o primeiro circunscrito às décadas de 1860 e 1870, e o segundo presente a partir de 1880. O Rebouças

¹⁷ *Idem*, p. 182, particularmente a nota 3.

¹⁸ *Idem*, p. 188.

“modernizador”, trabalhando como engenheiro nos Gabinetes liberais e conservadores, particularmente os Gabinetes Itaboraí (1868-1870) e Rio Branco (1871-1875), procurava dinamizar a sociedade imperial apostando predominantemente em arranjos sociais, e ao largo da iniciativa estatal – o que, a meu ver, longe de ser contraditório com sua participação como funcionário público, revela o não questionamento dos limites que o próprio Estado Imperial tinha em levar a cabo aquela modernização. Já o “segundo” Rebouças, “reformista”, atuará na expectativa de que apenas a partir do Estado é que se poderia transformar estruturalmente a sociedade. Esses dois momentos, acredito, não caracterizam uma ruptura intelectual, mas uma mudança de estratégia quanto às possibilidades de empreender as reformas. A ruptura se dá pelo contexto, ou seja, pela agudização da crise política, que atribui sentidos distintos ao mesmo vocabulário político. Assim é que os dois temas, fundamentais para o entendimento do autor – a saber, a perspectiva de mudança do estatuto territorial e as perspectivas de transição para o trabalho livre –, estão presentes em toda sua trajetória, embora matizados e referenciados em relação debate do período. O significado em cada um deles é o que os diferencia.

Assim, se se trata de acompanhar a trajetória desses “dois” Rebouças, não adoto o recurso da construção memorialista feita pelo próprio autor, como me parece ser o caso da análise de Rezende de Carvalho.¹⁹ Como já expus alhures, a autora usa como critério de seleção o texto autobiográfico, empreendido tanto por Rebouças como por Taunay e Nabuco, em seus períodos de exílio ou ostracismo político. Desta forma, é pela recorrência às cartas trocadas entre os três, e pelas obras publicadas pelos dois últimos no período (no caso, as *Memórias* de Visconde de Taunay, e *Minha Formação* de Joaquim Nabuco), que a autora remonta o significado da trajetória intelectual de todos eles. Minha principal discordância quanto a esta análise está em recorrer a uma re-leitura posterior à queda do regime, onde o tom memorialista e conservador estruturam a narrativa mútua sobre as vicissitudes dos últimos anos da monarquia. No caso de Rebouças, a autora se vale de suas auto-referências, tanto durante a década de 1870, como nas cartas do exílio, buscando nelas a chave para a compreensão de seus “dois andamentos”. Assim é que, nos anos 70, “atendendo apenas à sua vocação, André Rebouças expunha um *self* moderno, estruturado em torno da noção da vontade – fonte da ação, do reconhecimento de ‘si mesmo’ e do ‘outro’ e condição para a experiência do indivíduo

¹⁹ Cf. Maria Alice Rezende de CARVALHO, *O Quinto Século. André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj / Revan, 1998.

privado”.²⁰ Já no decorrer das décadas de 1880 e 1890, “rendido aos imperativos do tempo, às contingências da vida social e política do império – tão sintomaticamente representados na centralidade assumida pela figura do monarca –, sobressaía um individualismo desfibrado e poroso, permeável ao contexto e contido, ademais, pelo princípio da moderação”.²¹

Evidentemente, tais dimensões estão presentes na trajetória dos autores mencionados por Rezende de Carvalho. Contudo, elaborar a análise tendo como parâmetro um discurso auto-reflexivo parece-me um aspecto pouco promissor para a recuperação do verdadeiro “espírito” do tempo no qual estão situados. Aqui as ponderações de Marco Aurélio Nogueira, em relação a Nabuco, e os de Ângela Alonso, a respeito do movimento intelectual da geração 70, fazem todo o sentido. Para o primeiro, o relato de Joaquim Nabuco em *Minha Formação* e principalmente em *Um Estadista do Império*, serve para o embelezamento e a legitimação ideológica do trono derrubado, e nada mais guarda do abolicionismo radical da década anterior.²² Para a segunda, a própria produção memorialista é uma invenção de tradições, na qual os “atores alijados da política-militante reconstroem a crise do Império de um ponto de vista interessado. Como é o caso de Joaquim Nabuco e Teixeira Mendes, dois homens convertidos à religiosidade, que já não guardam mais sombra do radicalismo que os unira na década anterior. A auto-imagem destes personagens, reconstruídas já na república, foi refletida para trás”.²³ Aliás, uma consequência grave para determinada bibliografia do período foi a recorrência a esta produção como critério de análise de todo o período, e no caso específico de seu argumento, teriam sido obras como estas que cristalizaram a separação entre “positivistas” e “liberais”, “democratas” e “autoritários”, quando na verdade, no bojo do processo político da crise, estes agrupamentos estavam imersos numa rede de relações sociais que envolvia alianças e redefinições ao longo do tempo²⁴.

O critério que adoto aqui é distinto da abordagem de Rezende de Carvalho. A recuperação da idéia de “sentido”, tal como posta pela interpretação de Caio Prado Jr., para lembrar apenas um autor, é fundamental. É a recuperação da dimensão da totalidade que me refiro ao elaborar estas hipóteses. No caso, o sentido do Rebouças “modernizador” está em sua atuação como empreendedor ativo e quixotesco num momento em que o próprio Estado imperial se empenhava em dinamizar, ainda que a seu modo e com todos os limites de uma sociedade

²⁰ *Idem*, p. 124.

²¹ *Idem, ibidem*.

²² Cf. Marco Aurélio NOGUEIRA, *As Desventuras do Liberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²³ Alonso ALONSO, *Op. Cit.*, p. 239.

²⁴ *Idem, ibidem*.

estamental e escravista, a infra-estrutura do País. O gabinete Rio Branco, segundo Ângela Alonso, teria representado o “último esforço concentrado da ordem imperial para reformar-se a si mesma, expressando a compreensão de que a monarquia, para sobreviver, teria de reestruturar sua economia sem a escravidão e abrir seu sistema político”.²⁵ Assim, foi a partir da década de 70 que a crise se configurou de forma mais aguda, parte em função do próprio fracasso da modernização *saquarema* de Rio Branco em estabelecer uma nova conciliação entre as forças políticas. O Gabinete Rio Branco foi na verdade, o da “dissolução da ordem saquarema, sinalizando o fim da aliança entre os dois partidos e o início de uma era em que a palavra de ordem voltou a ser a da Regência: a revolução”.²⁶ É à luz deste período que o sentido modernizador de Rebouças ganha cor, e a sua própria “ingenuidade” com relação à política, isto é, o não questionamento da ordem existente, o faz mais próximo de um representante do “liberalismo estamental” do que supõe Rezende de Carvalho ao hipostasiar uma “ruptura” com o *status quo* imperial.

Por outro lado, o sentido de Rebouças “reformador” ganharia relevo à luz da intensificação do processo de crise do império, ao longo da década de 1880, quando vários grupos se constituem como críticos ao regime, e, principalmente, operam ao largo do limitado repertório do liberalismo estamental. Bem entendendo que, no bojo desse processo, mesmo setores importantes do próprio *stablishment*, isto é, da elite imperial, lançam-se a um reformismo de espectro variado e heterogêneo. Só assim poder-se-ia explicar a presença de um Taunay, de um Rohan, e mesmo de um Conde d'Eu nas sessões da *Sociedade Central de Imigração* e do *Instituto Politécnico* ao lado de Rebouças e de suas propostas de “democracia rural”. Evidentemente, isso não significa que compartilhassem das mesmas idéias, mas que inegavelmente compartilhavam do “espírito” de reformas que atingia a muitos de seu tempo.

Esse “espírito do tempo”, todavia, longe de ser uma manifestação desencarnada e abstrata, era um sintoma dos dilemas que a perspectiva de transição, numa sociedade estamental e escravista, impunha aos homens do tempo. As manifestações políticas e intelectuais, me parecem, podem ser entendidas à luz deste quadro mais amplo, onde uma modernização conservadora se impõe no horizonte das possibilidades.

Afinal, o contexto do debate que permeia a todos se caracteriza pelo espectro da transição, pela mudança social advinda da emergência de uma sociedade de classes, que se interpõe

²⁵ *Idem*, p. 60.

²⁶ *Idem*, p. 59.

paulatinamente à sociedade estamental; pela mudança do eixo dinâmico da economia, representada pelas novas regiões agrícolas cafeeiras; pela urbanização; pela diversificação da produção e fortalecimento de novos agentes financeiros. Nem sempre profundas e disruptivas, tais mudanças são características do Segundo Reinado como um todo, e, paradoxalmente, assinalariam a sua própria derrocada. Segundo Caio Prado Jr., o Segundo Reinado caracterizou

a fase de transição entre o passado colonial e o presente de nossos dias. A significação histórica do Império se mede pelo grau com que se fez aquela transformação da estrutura colonial para a moderna. Muito daquela estrutura permaneceu até hoje; outra parte foi apenas atingida; e finalmente um último grupo de instituições e elementos sociais sofreu mudança radical. A complexidade do Brasil de hoje, em que se emparelha a dos povos mais desenvolvidos da atualidade e formas antiquadas que sobraram da colônia, explica-se precisamente pela história do Segundo Reinado, onde se situa, em sua parte fundamental e essencial, o processo de modificação parcial sofrida pelo País.²⁷

²⁷ Caio PRADO JR. "Roteiro para a Historiografia do Segundo Reinado (1840-1889)". in. *Evolução Política do Brasil e outros Estudos*. São Paulo Editora Brasiliense. 1961. p. 199.

Parte I

Anos de Formação

“Devo a meu pai jamais ter sofrido os vexames da disciplina dos chefes de partido, realmente grandes empresários de suborno, peita e concussão, e, algumas vezes, de assalto ao Tesouro Nacional... só entrou ele em política em 1822 para fazer a Independência na Bahia, e depois para salvar o Brasil dos revolucionários de 1830 até 1848; mas sempre livre e independente sem jamais sujeitar-se, no parlamento ou fora dele, a chefe algum. Sendo um dos primeiros advogados do Rio de Janeiro dedicou 3 filhos à Engenharia, intencionalmente para afastar-nos das tentações da política”.

(André Rebouças para Augusto de Castilhos
Barbetown, 12 de agosto de 1895)

Capítulo I

Anos de Formação

Uma etapa crucial deste trabalho é a análise dos anos de formação de Rebouças. No conjunto de sua obra, estes anos figuram como decisivos, não apenas por serem momentos essenciais de instrução e aquisição de conhecimentos, mas principalmente porque a partir deles já se apresentam os primeiros sinais de sua produção intelectual. A precocidade de seu pensamento decorre, a meu ver, menos de sua genialidade do que, principalmente, das origens, ambientes e contextos.

Nesse sentido considero importante, além das referências à instrução formal recebida junto à *Escola Militar*, algumas considerações sobre suas origens étnicas e a influência familiar. Notadamente ambas as questões estão imbricadas, e se inevitavelmente as divido não é senão para efeitos de exposição. Mais do que uma simples referência à sua cor ou linhagem consideradas individualmente, tal discussão implica uma via de acesso a questões mais amplas que podem esclarecer certas opções, preferências e mesmo algumas de suas prematuras reflexões.

Assim, as referências à sua etnicidade visam problematizar as tensões constitutivas de uma sociedade escravista e, conseqüentemente, refratária à ascensão social de indivíduos não-brancos; ou ainda, os complexos mecanismos de manutenção de privilégios concedidos a negros e mestiços livres.

Por outro lado, as referências a seu pai, presentes em várias passagens de seu *Diário* pessoal e em diversas correspondências, revelam, mais do que relações afetivas, uma tensão, balizada entre a valorização de uma linha de continuidade intelectual – ancorada sobretudo no seu “apoliticismo” e no sentimento anti-oligárquico, bem com num certo procedimento argumentativo –, e a ruptura que instaura a partir da própria escolha da carreira profissional. Assim, apesar de não ter seguido a carreira jurídica do Pai, é perceptível, ao longo de sua trajetória, a presença de reflexões cuja fonte constitui um legado intelectual de Antonio Rebouças.

Não obstante sua inclinação para a engenharia civil, profissão na qual se destacaria de 1866 a 1875, seus primeiros anos de instrução formal receberiam o acento da oficialidade militar, em que pese sua formação mais científica e menos milicianiana. Assim, por doze anos, de 1854 a

1866, Rebouças estivera inserido na burocracia militar, na condição de 2º tenente, e na de engenheiro militar depois de 1860. Por mais de uma década pôde presenciar e discorrer, munido de uma bagagem intelectual que aquela formação, e, particularmente, o ambiente da *Escola Militar* lhe rendera, as tensões existentes não apenas no tenso relacionamento entre o Exército e as demais instituições do Império, como também a discrepância entre o desenvolvimento material e social europeu em contraste com o “atraso” brasileiro.

Não apenas por estar fisicamente presente em momentos cruciais, como atesta sua participação em episódios decisivos da Guerra do Paraguai, mas principalmente por estar sociologicamente inserido num ambiente que sinalizava com uma acentuada crítica às instituições imperiais, interpreto o significado daqueles anos para Rebouças como um momento de intensa maturação intelectual, vindo à tona um conjunto de temas e preocupações que se tornarão freqüentes e sistemáticos anos depois.

Entretanto, como veremos, a experiência militar lhe serviria sobretudo como contraponto ao seu próprio projeto de reforma social, ao criticar contundentemente o militarismo. A experiência adquirida em sua primeira viagem de estudos à Europa, ainda na condição de oficial dispensado, lhe despertaria a atenção para as possibilidades de modernização e aperfeiçoamento material, ao entrar em contato com renomados engenheiros europeus, e ao visitar diversas obras, portos, ferrovias, etc. A 3ª Exposição Internacional, em Londres, na qual participara como membro da comissão brasileira, teria lhe mostrado a importância da engenharia civil como atividade promotora do progresso, importância mais que valorizada depois da dramática experiência na guerra, onde servira como engenheiro militar, jogando por terra qualquer veleidade em seguir aquela carreira.

1.1. Origens e destinos de um intelectual negro

A discussão sobre as origens étnicas de Rebouças têm gerado controvérsia entre historiadores e pesquisadores. Afinal, se a presença de negros e mestiços abastados e educados, durante o Segundo Reinado, não era necessariamente uma raridade,¹ por certo teria sido um fator de constante tensão, particularmente numa sociedade escravista, a presença de um intelectual, ao mesmo tempo mestiço e “incômodo” como Rebouças, cuja probidade e competência no desempenho de suas funções de engenheiro foi uma marca registrada, e cujo

¹ Maria Alice R. CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 65.

radicalismo na crítica do estatuto territorial foi um elemento que o distinguiria de outros abolicionistas e reformadores sociais.

Contudo, a dificuldade maior está em precisar os limites circunscritos pelo racismo em sua trajetória intelectual. Claro está ter sido ele consciente de sua condição negra mestiça, revelação que me leva a matizar as afirmações de Rezende de Carvalho,² para quem a menção à sua cor, além de discreta, se revelaria com maior intensidade apenas nas cartas do exílio, e em ritmo de reminiscências.

Certamente, durante aqueles anos de isolamento, Rebouças recordava com ressentimento dos anos em que atuava como engenheiro comissionado do Estado, associando seus baixos vencimentos, em descompasso com o ritmo e a periculosidade de trabalho, ao racismo de seus superiores nos quadros da burocracia estatal:

A 31 de janeiro de 1882, o ministro do Império Rodolfo Dantas nomeou-me para uma Comissão de Inquérito sobre os escândalos do Matadouro; foi aí, a 7 de fevereiro de 1882, que fui intoxicado pelos miasmas palustres e pelas ptomainas desse matadouro de homens e de bois (...) Cumpre registrar que sempre que havia uma Comissão *gratuita e morfética*. – Matadouros, cemitérios, etc., – era para o ‘Negro André’.³

Ainda nas cidades percorridas durante seu auto-exílio, particularmente na África,⁴ desenvolveria uma identidade étnica e cultural pautadas pela valorização de sua origem negra: “O testemunho de André Rebouças contra o nativismo tem duplo valor: porque sobre mim convergem os preconceitos contra estrangeiro e contra sangue africano”.⁵ Também tentaria iniciar uma nova propaganda em solo africano – que todavia não vingou –, que combinaria a sua militância anterior no movimento abolicionista àquela realidade. Assim, a condenação da escravidão adquiria os contornos de uma crítica aos mecanismos culturais que a tornariam possível, dentre eles o racismo:

A escravidão existe real, prática e efetivamente:

² *Idem*, p. 64.

³ André Rebouças para José Carlos Rodrigues, 29 de outubro de 1891. Grifos do autor.

⁴ André Rebouças partiu do Brasil a 16 de novembro de 1889, a bordo do paquete “Alagoas”, junto com a família imperial. Residira em Lisboa até abril de 1891, quando parte para a França, morando em Cannes até janeiro de 1892, e Marselha até março, quando empreende sua derradeira viagem à África. Chega a Lourenço Marques, Moçambique, em maio de 1892, percorrendo depois Barbetown, Queenstown e Capetown, na África do Sul, entre maio de 1892 e junho de 1893 e fixando sua residência final no Funchal, Ilha da Madeira, de junho de 1893 até sua morte, em maio de 1898.

⁵ André Rebouças para Alfredo Taunay, 1º de março de 1896.

1º – Na denegação sistemática do salário; na redução forçada ao mínimo absoluto; na fraude constante dos valores e das moedas; na substituição do salário pela violência; pelo chicote de *cavalo marinho*;

2º – Na nudez, em que sempre mantêm o Negro Africano. O famigerado escravocrata Manoel Antonio de Souza fuzilava os africanos, que encontrava vestidos de calças!! O espírito satânico da Escravidão tem horror ao Negro, vestido à Europa; quer o mísero nú ou seminú; envolvido em trapos de algodão de Manchester ou de Hamburgo; para depois tirar disso mesmo argumentos e pretextos para as sofismas de inferioridade de raça e de incapacidade de evoluir para a Civilização Cristã e Igualitária.

Enviei ao amigo Taunay, para publicar nos Jornais Abolicionistas do Brasil, proposta da Nova Propaganda - Vestir 300 milhões de Negros Africanos.⁶

Todavia, além destas notas e reflexões, construídas sob o signo de reminiscências, tanto pessoais como públicas – respectivamente, os preconceitos de que fora vítima e seu engajamento na campanha abolicionista –, há também uma série de referências, transcritas ao longo de seu *Diário*, que revelam manifestações de preconceito racial. Como exemplo, temos o caso da negativa do Governo em 1861 de custear-lhes, a ele e ao irmão, as despesas da viagem de estudos à Europa, como era regra para os melhores alunos recém-formados da *Escola Militar e de Aplicação*, valendo de Rebouças uma alusão ao “preconceito de côr”. A viagem seria custeada pelo pai.⁷ Outro exemplo seria a menção ao valor do seu vencimento quando, em 1866, dirigiria as obras hidráulicas da Alfândega do Rio de Janeiro: mais baixo do que o engenheiro a que substituíra, o inglês Charles Neate, e em valores muitos próximos do assistente deste último, mantendo contudo as mesmas responsabilidades.⁸ Vemos, ainda, alusões ao racismo norte-americano, quando de sua viagem a Nova York, em 1873, obrigando-o a hospedar-se em hotéis com a condição de nunca almoçar no restaurante e sendo barrado na porta de Teatros.⁹

Claro está, portanto, ter sido o preconceito racial uma constante em sua trajetória profissional, e registrado imediatamente à sua ocorrência, o que implica sua consciência em relação a ele. Por outro lado, sua reação era muitas vezes ambígua, e no geral a auto-afirmação de seu mérito profissional e intelectual faziam as vezes de uma defesa contra a inferioridade a

⁶ André Rebouças para Antonio Júlio Machado, 27 de maio de 1892.

⁷ *Diário*, 10 de janeiro de 1861, e também André Rebouças para Taunay, 7 de abril de 1895.

⁸ *Diário*, 2 de novembro de 1866.

⁹ *Diário*, 9 de junho de 1873.

que procuravam reduzi-lo através do reiterado recurso à sua etnicidade, rejeitada como sinônimo de incapacidade atávica. O que não significa, contudo, menosprezo pela questão, ou conformismo, necessariamente.

Assim, ao invés de interpretar tais questões no âmbito individual, penso poder relacioná-las às tensões que a inserção sócio-cultural de negros e mestiços livres inevitavelmente lhes impunha, tensões estas resultantes de complexos mecanismos de concessão de privilégios e favorecimentos. Segundo Florestan Fernandes, a sociedade brasileira do século XIX, mesmo depois de emancipada politicamente de sua metrópole, preservaria contudo certos padrões de organização social vigentes durante a sua fase colonial, porque calcada na manutenção da escravidão mercantil.¹⁰ Compunha-se portanto, de um esquema de estamentos e castas, onde seu núcleo central era formado pela “raça branca” dominante, e pelos conglomerados de escravos, índios, negros ou mestiços. “Entre esses dois extremos, afirma Florestan, situava-se uma *população livre* de posição ambígua, predominantemente mestiça de brancos e indígenas, que se identificava com o segmento dominante em termos de lealdade e de solidariedade, mas que nem sempre se incluía na ordem estamental”.¹¹

Nesse sentido, a ótica senhorial tendia a ser a ótica adotada por esses segmentos intermediários, embora sua inserção junto à ordem estamental fosse reiteradamente condicionada pela “racionalidade senhorial” que governava o fluxo das concessões sob o escravismo. Assim é que as potenciais fissuras dentro da ordem senhorial e escravocrata (o próprio caráter mercantil da escravidão, de um lado, colocava a possibilidade, ao menos teoricamente, da compra da sua liberdade pelo escravo; por outro, a miscigenação racial entre brancos e negros punha no horizonte, dentro de certos parâmetros e de acordo ainda com a maior ou menor proximidade do núcleo senhorial, perspectivas de liberdade e ascensão social) tendiam a ser contrarrestadas por um complexo mecanismo de seleção e concessão de privilégios, como forma de se “preservar a estabilidade” do *status quo*.¹²

A condição de homem livre só era assegurada, em não se pertencendo à ordem senhorial, pelo favor, que, segundo Roberto Schwarz, “assegurava às duas partes, em especial a mais fraca, de que nenhuma é escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por

¹⁰ Florestan FERNANDES. *Círculo Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 31.

¹¹ *Idem*, p. 32.

¹² *Idem*, pp. 40 e ss.

modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma”.¹³ Numa sociedade escravista, seria o favor quem articulava a sociabilidade entre os “homens livres”, na verdade atados ao mecanismo da dependência pessoal. Se as relações entre senhores e escravos são marcadas pela violência, entre senhores e “homens livres” não proprietários há um fator que repõe o domínio senhorial em outros níveis: trata-se da relação de favor que se percebe numa sociedade cujas atividades econômicas principais gravitavam em torno da grande propriedade rural. O exercício das poucas profissões urbanas dependia da dedicação especial de algum protetor. O “favor”, portanto, seria a “nossa mediação quase universal”.¹⁴ As implicações desta teia de compromissos colocava como condição *sine qua non* de estréia na vida pública a necessidade da *tolerância*, mesmo que os rivais pudessem denunciar-se uns aos outros.

Assim, numa sociedade escravista, favor e privilégio articulavam uma complexa rede de reconhecimento, ascensão social e dignificação, corrompendo o reconhecimento do mérito, este só possível numa situação em que imperasse o contrato burguês e relações calcadas no direito.

Se isto valia para os homens livres em geral, a condição de negros e mestiços livres abria um capítulo à parte ao acrescentar à contraprestação pelo favor uma série de “qualidades” necessárias, segundo Rugai Bastos, para o usufruto de sua liberdade, tais como a “obediência,[a] humildade e [a] fidelidade”.¹⁵ Em sua análise sobre Antonio Pedro de Figueiredo – mulato de origem humilde e mais tarde um intelectual que apontara, nos anos 1840, para a necessidade de uma reforma agrária –, a autora percebe uma estratégia de deslegitimação, por parte dos setores dominantes, de sua capacidade intelectual: apelidado de “Cousin Fusco” (uma referência à tradução que fizera de obras de Victor Cousin), e desqualificado em sua capacidade intelectual de pensar e propor soluções políticas, Antonio Pedro de Figueiredo pagava a sua dívida por ter rompido “aquele ‘pacto’ fundado na aceitação, pelos negros e mulatos, da humildade, obediência e fidelidade como base das relações sociais”: a radicalidade do seu rompimento fora ter criticado a “concentração fundiária e aponta[do] saídas políticas ao problema”.¹⁶

¹³ Roberto SCHWARZ, “As Idéias for a do lugar”, in. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992, p. 19.

¹⁴ *Idem*, p. 16.

¹⁵ Elide Rugai BASTOS, “150 anos de um debate sobre reforma agrária”, in. *Cadernos AEL – Conflitos no Campo*, n. 7, 2º semestre de 1997, p. 134.

¹⁶ *Idem*, p. 135. Artigos difamatórios em jornais, ressaltando suas origens humildes e sua condição étnica eram constantes, e sempre articulados à desqualificação intelectual: “Aquele tostado que vem a seu lado é o ridículo Cousin Fusco, filho do pardo Bazílio lá de Iguarassá, onde sempre viveu de limpar a estrebaria do Pai, e de pescar os seus sirís e bodiões; mas em aqui chegando, quis estudar, e indo fazer exame de geometria na Academia de Olinda, foi ali reprovado; o primo Xico Barão que sempre gostou, e teve muitas simpatias pela estupidez, o despachou para substituto do Liceu desta Cidade na mesma faculdade, onde ele havia sido reprovado; é

Em seu *Diário*, Rebouças descreve como as críticas à sua atuação como engenheiro resvalavam para manifestações de racismo explícito, registrando uma prática que, desde 1864, quando do seu regresso da Europa, e antes de seguir para a Guerra do Paraguai, tornar-se-ia uma constante em sua vida. A primeira referência seria um “diálogo” publicado no *Correio Mercantil* em 7 de abril, ironizando os “Diques Múltiplos”, uma idéia que trouxera da Inglaterra em 1864 e que pretendia implantar no Brasil:

Conversa entre Dois Pretos canoeiros da Praia dos Mineiros:

(...) 1º Muito bem, compadre; ah! Compadre, vamo agora ganhá muito dinero com nossas canoas!

2º Ué, que me dizes?

1º Sim, compadre, sou eu que lhe digo. Pois compadre vosmecê não sabe que um enginero que foi à Inglaterra pra estudá já voltou, e lá aprendeu a maneira de fazer 10 ou 12, ou quantos ele quisé, dique de um só! É verdade, compadre! E o governo vai fazê pelo menos 12 do dique da ilha.

2º Ah! Compadre, aprende-se muita coisa em Inglaterra! Eu tenho muita vontade de lá ir; quem sabe talvez eu também voltaria enginero – mas compadre, explique-me como é isso? (...) ¹⁷

Registra também um “poema” publicado no *Diário do Rio*, em 9 de fevereiro de 1871, quando da sua atuação conjunta com o irmão nas obras de abastecimento de água do Rio de Janeiro, numa série de outros artigos difamatórios. Curiosamente, este “poema” satirizava não apenas aquelas obras, mas o conjunto de suas iniciativas até então, como seus esforços para a colonização e incentivo à construção de ferrovias:

PAI FEITIÇO E PAI QUIMBOMBO

Andam em ordem do dia
dois heróis da mesma grei
um famoso nos *feitiços*
o outro no que, não sei

Nas serras de Curitiba,
já bombardeia o ribombo.
Do progresso *rebuçado*,
nos trilhos de pai Quimbombo

Têm privilégios aos centos,
Estradas de GRAÇA e OUSA

Com os cento e cinquenta contos
da Via do Mato Grosso

um mentiroso, e o maior caloteiro: não quer ser pardo, e chama a todos nós de canalha; é tão safado, que vindo aqui seu irmão, disse a todos que era seu criado, quando só ele é o criado de boféia do primo Xico Barão”, *O vulcão*, 30 de agosto de 1847, apud. Elide R. BASTOS, *Op. Cñ.*, p. 132.

¹⁷ *Diário*, 9 de fevereiro de 1871. Nesta mesma data, apresenta o “poema” a seguir. (grifos do autor).

um dizer que tudo alcança
imitando o Juca Rosa (...)

Pai Quimbombo há de fundar
uma colônia colosso!...

Poços e diques e mócas,
tudo esta hipotecado
aos dois cometas opacos,
das Águas sujas do Estado.(...)

E quem pensa de outra forma
Póde mudar de miolo;
na época das mócas
quem não faz *trocás* é tolo.”

Tudo isso é compensado
com vinte léguas de chão
e mais um trilho de ferro
para a colonização.

A desqualificação de seu mérito intelectual é evidente. Sua atuação profissional era sinônimo de “feitiços”, uma referência pejorativa não apenas a sua condição negra mestiça como as religiões afro-brasileiras; os “privilégios” e o favoritismo do governo (“as Águas sujas do Estado”) seriam as únicas vias de acesso de que poderia lançar mão para atuar como engenheiro; além disto, percebe-se a ridicularização de suas idéias sobre colonização (“Pai Quimbombo há de fundar uma colônia colosso”) e progresso (“Do progresso rebuçado, nos trilhos de Pai Quimbombo”).

Entretanto, imputar ao racismo de que fora vítima uma consciência abolicionista, ou mesmo a radicalização de um discurso contra a escravidão, numa mudança de rumo em sua trajetória, parece-me uma explicação algo controversa. E é exatamente nela que constitui o argumento de Leo Spitzer, ao incluir Rebouças, ao lado de indivíduos tão diferentes em seus contextos geográficos e temporais como Cornelius May em Serra Leoa e Stephan Zweig na Suíça, como exemplo da emergência de um tipo de indivíduo “que pode ser encontrado universalmente onde quer que dois ou mais diferentes grupos venham a ter contato prolongado, voluntária ou involuntariamente, através da conquista ou da imigração forçada”.¹⁸ Spitzer circunscreve Rebouças num ambiente social mais amplo e familiar em particular, no qual, justamente por não representar, numa sociedade escravista, nem os escravos nem os senhores, estaria marcada por uma “estratégia assimilacionista” na direção do pólo senhorial, cujo maior representante seria justamente seu pai, Antonio Rebouças. Assim, Rebouças não tivera o mesmo sucesso do pai em assimilar a cultura da elite branca. Até 1860, teria se afastado das “massas afro-brasileiras, tanto negras quanto mulatas” e mais tarde, seguindo os passos do pai, seu posicionamento contra o sistema escravocrata teria sido decorrência não da

¹⁸ Leo SPITZER, “Assimilação, marginalidade e identidade: os dois mundos de André Rebouças, Cornelius May e Stephan Zweig”, in *Estudos Afro-asiáticos*, vol. 3, 1980, p. 37.

identificação com seus “companheiros de cor”, mas da aversão às “crueldades inerentes” da escravidão e do entendimento desta como obstáculo à modernização nacional,¹⁹ além de posição descompromissada na medida em que empregava escravos na construção das obras da Alfândega. O sentimento de rejeição por ele vivenciado, contudo, aumentaria com o passar dos anos, em função das dificuldades encontradas em suas iniciativas profissionais e empresariais. Como estratégia para enfrentá-las, fechar-se-ia cada vez mais num círculo de amigos da “nobreza” ou de “pessoas de projeção”, como Taunay, Mauá, Itaboraí e mesmo a família imperial.²⁰ Sobretudo, resultaria desta identificação com a última a intensificação de sua militância abolicionista, razão pela qual, com o advento da República, a deposição do monarca soar-lhe-ia como a “destruição de uma visão de mundo”.²¹

Se é verdade que o hibridismo racial e cultural de Rebouças influenciou sua tomada de posição futura, eis uma questão que não pretendo analisar, e que inclusive foge a meus propósitos. É possível, contudo, creditar às afirmações de Spitzer uma determinada concepção sobre o movimento abolicionista, ao caracterizar negativamente seu abolicionismo como sendo resultante de sua aversão à crueldade da escravidão e à leitura desta como obstáculo à modernização, e não como resultado de uma identificação racial.

Algo mais estava em jogo. Dissociar suas reflexões sobre as perspectivas de modernização do país – incluindo-se aí suas idéias sobre colonização, imigração e difusão da pequena propriedade entre colonos e ex-escravos –, da sua militância abolicionista, contribui, ao que tudo indica, para reduzir sua importância num debate crucial sobre as perspectivas que estavam postas para a sociedade, a partir do lento esboroamento do regime escravocrata.

A questão se revela igualmente problemática na medida em que parte significativa desta sua preocupação com as perspectivas futuras da nação já estava esboçada, ainda que ambígua e mesmo contraditoriamente, nas reflexões políticas do pai, nos seus vários mandatos como deputado geral no período regencial. Rebouças, pode-se dizer, seria herdeiro de um debate que vinha sendo colocado desde os anos 1820 e 1830, quando as pressões inglesas contra a escravidão colocavam no horizonte o espectro da transição para o trabalho livre. Por outro lado, diversa será a aplicabilidade destas idéias nos contextos da segunda metade do século XIX, como minha análise pretende demonstrar.

¹⁹ *Idem*, p. 41.

²⁰ *Idem*, p. 42.

²¹ *Idem*, p. 44.

1.2. Uma “herança” intelectual?

André Rebouças, numa das cartas a Alfredo Taunay, já no exílio, credita a seu pai boa parte do sucesso obtido como engenheiro, graças a um decidido empenho em sacrificar até mesmo bens materiais em nome da formação de seus filhos:

(...)Cada dia cresce minha gratidão pelo amor, pelo dever, pela dedicação até o sacrifício que ele empregou na minha educação. Principiou concebendo o belo plano, que realizou perfeitamente, de tornar inseparáveis os dois irmãos André e Antonio; a tal ponto que nossa biografia é exatamente a mesma até 28 de dezembro de 1865, quando nos separamos pela primeira vez em Santa Catarina. Foi, no complemento de nossa educação na Engenharia, mandando-nos à Europa que meu devotado Pai levou até a mais alta abnegação o seu intento de assegurar-nos todos os elementos de progresso e prosperidade. Nesta especialidade de mandar completar a educação na Europa foi realmente admirável. Jamais saiu do Brasil e no entanto sustentou na Europa durante dois anos a dois irmãos e a dois filhos.(...).²²

Mais do que uma simples alusão afetiva ou um mero reconhecimento filial, é perceptível a existência de algumas preocupações comuns a ambos, embora fossem diferentes, e mesmo antagônicas, os encaminhamentos políticos e práticos. Rebouças, particularmente durante o exílio, chamava a atenção para a existência de uma “herança paterna”, que unia ambos numa luta sem tréguas contra o “atraso”, representado sobretudo pelas “oligarquias” e “aristocracias”, e pelo que entendiam ser seu corolário, os monopólios e privilégios de toda ordem.

No artigo “Instrução Técnica”, publicado na *Revista de Engenharia* em 1891, Rebouças estabelece esta linha:

Para os estudos psicológicos do Futuro é bom salientar a hereditariedade: a luta contra a Ciência Oficial, de monopólio e privilégio, é herança paterna como a Propaganda Abolicionista; como a luta contra os escravizadores de homens e monopolisadores da terra... Os psicólogos cotejarão as petições do pai e do filho, e acharão que uma prolongou a outra, em linha reta absoluta, em direção a esse infinito de liberdade, de

²² André Rebouças para Alfredo Taunay, 10 de agosto de 1897.

igualdade e de fraternidade que é o ideal supremo da humanidade; de cada homem e de toda a Família Humana.²³

Esta linha de continuidade, manifesta em diversas outras passagens, e sobretudo nas correspondências a amigos, alude, na maioria das vezes, a uma questão que lhe seria cara, presente ao longo de toda sua trajetória intelectual: uma concepção depreciativa da política partidária, associando-a a uma disciplina caudilhesca e referida, portanto, a um sempre reiterado sentimento anti-oligárquico:

Devo a meu bom Pai jamais ter sofrido os vexames da disciplina dos chefes de partido, realmente grandes empresários de suborno, peita e concussão, e, algumas vezes, de assalto ao Tesouro Nacional... Só entrou ele em política em 1822 para fazer a Independência da Bahia, e depois para salvar o Brasil dos revolucionários de 1830 até 1848; mas sempre livre e independente sem jamais sujeitar-se, no parlamento ou fora dele, a chefe algum. Sendo um dos primeiros advogados do Rio de Janeiro dedicou 3 filhos à Engenharia, intencionalmente para afastar-nos das tentações da política.²⁴

Rebouças, ainda, toma como sua uma frase cunhada pelo pai numa das seções da câmara: “em matéria de governo só tenho uma ambição: é ser bem governado”.²⁵

Certamente, tais referências não deixariam de ser notadas por certos autores. Como bem observa Rezende de Carvalho, esta valorização da tradição familiar operada por André Rebouças, por sinal tardia e sintomaticamente feita no exílio, identificando-se com a narrativa de Joaquim Nabuco, distoaria dos anos precedentes, particularmente da década de 1870, nos quais o tema da “ruptura” com o “Brasil ibérico” e sua preocupação em “fundar uma nova tradição, um caminho americano para o país” rechaçaria toda e qualquer possibilidade de compromisso com as “velhas tramas – inclusive as familiares”.²⁶

De fato, aquelas referências não deixam de ser convenientes a certas construções intelectuais comprometidas com o conservadorismo, como não passaram despercebidas por um intelectual como Gilberto Freyre, preocupado em circunscrever Rebouças entre os progressistas fiéis ao “patriarcalismo” representado pelo regime monárquico, ao contrário de

²³ André REBOUÇAS, “Instrução Técnica”. In. *Revista de Engenharia*, vol. 256, de 28 de abril de 1891.

²⁴ André Rebouças para Augusto de Castilhos, 12 de agosto de 1895.

²⁵ André Rebouças para Alfredo Taunay, 18 de agosto de 1895.

²⁶ Maria Alice R. CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 62.

outros cuja radicalidade “resvalariam naquele antipaternalismo inimigo da monarquia ou do governo imperial que caracterizou o fraternalismo de Saldanha Marinho”.²⁷ Conseqüentemente, os Rebouças, continuadores de seus pais, não se enquadrariam entre os republicanos revolucionários, representantes de uma “espécie de revolta de filhos contra pais que psicológica ou moralmente importa em parricídio”.²⁸ Cabe lembrar que a analogia entre a figura paterna e a defesa do imperador Pedro II é constitutiva da análise.

A alusão a Freyre feita aqui é absolutamente pontual, não importando, portanto, uma problematização dos temas de fundo desta interpretação, e que fugiriam às preocupações desta análise, quais sejam, os relativos ao “patriarcalismo” ou à sua concepção sobre a formação da sociedade brasileira. Contudo, é mister afirmar minha discordância às linhas gerais do argumento, de resto já apresentado nas considerações metodológicas e em outras passagens, particularmente sobre a redução das ambigüidades de Rebouças a uma referência psicológica, fato que vale não apenas como interpretação da valorização das idéias de seu pai, como de sua defesa da monarquia.

Por outro lado, se tal construção foi, como afirma Rezende de Carvalho, sobretudo tardia, isto não significa que as preocupações desenvolvidas no exílio deixassem de se manifestar em outras épocas, de modo a delinear uma ruptura intelectual. Com efeito, ao estabelecer as nuances de estilo em sua narrativa autobiográfica – a saber, as diferenças entre a auto-construção no *Diário* e o testemunho presente nas correspondências do exílio –, a autora permite que se pense em duas manifestações distintas e dissonantes de Rebouças, em boa parte operadas a partir da maior ou menor influência recebida por Taunay e Nabuco.

Como demonstro ao longo do texto, concebo as “rupturas” intelectuais de Rebouças como articuladas às questões suscitadas pelo amplo descortinar da crise do Império. Portanto, uma questão contextual sobretudo. Assim, a diferença entre sua fase “modernizadora” e “reformista” é sobretudo uma questão de ênfases e nuances, permanecendo contudo alguns motivos básicos a acompanhar toda sua trajetória. Jose Paulo Netto chama a atenção para um aspecto fundamental na análise do pensamento de um autor, ao questionar a noção de *ruptura*, utilizada enquanto instrumento de exegese intelectual. Para o autor, a generalização deste procedimento, como forma de apontar periodizações em trajetórias intelectuais, poderia levar à hipostasia de rupturas, pondo em risco possíveis linhas de continuidade, desprezadas

²⁷ Gilberto FREYRE, “Introdução à Segunda Edição”, in. *Sobrados e Mucambos*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1968, p. LXXXIX.

²⁸ *Idem*, p. XC.

justamente em nome deste recurso. Se é certo que há descontinuidades, reinterpretações e releituras que possam levar a modificações importantes em qualquer grande intelectual, não havendo portanto uma “linearidade unívoca” numa trajetória qualquer, também seria certo, afirma o autor, que “as modificações, as transições e até as mutações ocorrem no âmbito de um espaço ideológico cuja congruência é a mínima garantia da autenticidade intelectual. Mesmo as mutações mais radicais, quando responsáveis e lúcidas, realizam-se à base de uma seriedade intelectual para a qual a fidelidade a certas idéias fundamentais traduz-se como urgência objetiva de uma abordagem reformulada e mais adequada do alvo da reflexão”.²⁹

Neste sentido, uma alternativa possível à esta hipostasia de rupturas seria reconhecer ao mesmo tempo a totalidade de uma obra e as referências ao momento histórico de que emerge.³⁰ Se, com efeito, Paulo Netto aplica este recurso como forma de análise da obra de George Lukács, acredita-se que este “duplo condicionamento” possa ser generalizado como instrumento analítico válido para outros autores e obras.

Assim, na minha interpretação de Rebouças, procuro estabelecer esta perspectiva, aceitando as descontinuidades, mesmo porque constitutivas da sua própria trajetória, mas também percebendo as grandes linhas de continuidade, isto é, as suas idéias fundamentais. E uma delas seria precisamente esta noção depreciativa da política partidária e o sentimento anti-oligárquico, bem como uma determinada maneira de pensar certos problemas. Se tais idéias eram reconhecidas por Rebouças como legado paterno nos anos de exílio, elas não estavam ausentes ao longo de sua trajetória, embora, talvez, só lhe ocorresse justificar-lhes as origens ao final da vida, e por influência de Nabuco, que na época encarregava-se da escrita de *Um Estadista do Império*, e no que era constantemente incentivado por Rebouças em diversas correspondências.³¹ Daí a importância de percorrer aqui a fonte destas idéias.

1.3. Contradições de um advogado autodidata

A trajetória de Antonio Pereira Rebouças ainda é muito pouco conhecida, não somente pela falta de referências mais contemporâneas por parte de pesquisadores, como pela relativa escassez de materiais, se compararmos com os textos existentes deixados pelo filho.³² Apesar

²⁹ José Paulo NETTO, “Lukács: tempo e modo” in José P. NETTO (org), *George Lukács*. São Paulo: Editora Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, s/d, p. 26.

³⁰ *Idem*, p. 30.

³¹ Ver as diversas correspondências entre Rebouças e Joaquim Nabuco entre 1895 e 1897.

³² No momento em que escrevia este texto, veio a lume o belo texto de Keila GRINBERG, (*O fadador dos brasileiros. Cidadania*,

disto, e também do fato de fugir essencialmente dos nossos objetivos, alguns aspectos merecem atenção.

Nascido a 10 de agosto de 1798 em Maragogipe, Bahia, Antonio Rebouças era o filho mais jovem de uma linhagem de nove, do casal Gaspar Pereira Rebouças, alfaiate português aportado em Salvador por volta de 1780, e Rita Basília dos Santos, negra provavelmente alforriada. Em 1821 se tornaria advogado, tendo reconhecida sua competência para advogar em Salvador e, mais tarde, em todo o Império, através de decreto especial, uma vez que era autodidata.³³ Um ano depois tomaria parte nas lutas contra as resistências portuguesas à Independência, organizando a Junta Interina, Conciliatória e de Defesa na cidade de Cachoeira, onde passou a residir, contra a Junta de Salvador – representante direta das Cortes portuguesas em Salvador e em outras províncias, a qual exercia forte pressão contra os brasileiros obedientes a D. Pedro. Desde então, Antonio Rebouças se tornaria reconhecido aliado do movimento independentista, recebendo a gratidão de José Bonifácio, de Feijó e, em seguida, do próprio D. Pedro I, que o agraciara com o título de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro em 1823.

Sua carreira política começaria em 1830, elegendo-se deputado à Assembléia Geral, na capital do Império, e tornando-se conselheiro da Província da Bahia.³⁴ A partir de então, sua carreira incluiria outras 3 legislaturas como deputado geral, até 1848, sendo uma delas pela província de Alagoas. Sua participação, entre 1837 e 1838, na debelação da Sabinada selaria sua adesão à unidade nacional e à centralização política imperial, contra seus próprios conterrâneos separatistas, coroando a trajetória de um pensamento ostensivamente refratário às oligarquias regionais, manifestado pelo menos desde 1832.

O fato de 1838 ter sido o ano do seu nascimento contribuiu para que a Sabinada marcasse profundamente a vida de André Rebouças, pois, anos mais tarde, a mudança da família para a Corte, no Rio de Janeiro, se em parte era devida à eleição do pai à Câmara, era também “quase uma fuga” dos remanescentes daquela rebelião.³⁵ Assim reportava aqueles turbulentos anos:

16 de fevereiro de 1846 – emigra a família Rebouças da Bahia. Meu pai combatia

escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002). Contudo, a leitura do livro não pôde ser incorporada neste trabalho a tempo.

³³ O Decreto para advogar em todo o território nacional é o de n. 647, de 4 de setembro de 1847. Os cursos de direito de Recife e de São Paulo seriam criados somente a partir de 1827, portanto, seis anos após a formação autodidata de Antonio Rebouças.

³⁴ Maria Alice R. CARVALHO, *Op. Cit.*, pp. 65 e ss.

³⁵ Ignácio José VERÍSSIMO, *Op. Cit.*, p.4.

sozinho os traficantes de escravos, os piratas classificados pela lei de 1831 e combatia também os traficantes de moeda falsa, de papel ou cobre, vulgarmente chamada *Chanchan*. Essa pitoresca denominação é onomatopéica, porque os moedeiros falsos fabricavam a moeda de cobre com tachos velhos, com forros de navios, em laminadores e máquinas de cunhar muito imperfeitos. Disto provinha que as moedas jamais eram planas, mas sim côncavas e convexas, produzindo o som *chanchan* quando eram manuseadas. O partido aristocrático da Bahia era todo escravocrata e moedeiro falso. Os caudilhos mais importantes eram, então, João Maurício Wanderley, depois barão de Cotegipe, e Francisco Gonçalves Martins, que morreu barão de São Lourenço e senador pela Província da Bahia. O partido revolucionário, republicano, federalista e separatista odiava Antonio Pereira Rebouças, pela sua dedicação à unidade do Império, efetivamente comprovada em 1837 e 1838, pela sua enérgica reação contra a república do assassino Sabino... Conservadores e revolucionários mancomunaram-se para fraudar as eleições e eliminar os votos de Antonio Rebouças.³⁶

André Rebouças forja, portanto, na condenação das oligarquias escravocratas, bem como dos partidos políticos, conservadores, liberais ou republicanos, a construção de uma linha de continuidade intelectual com Antonio Rebouças, tornada possível em razão da adesão à unidade nacional e à centralização monárquica por parte deste último.

Uma leitura distinta desta adesão poderia ser lida a partir dos argumentos de Leo Spitzer, a qual, como vimos, servira para explicar igualmente a trajetória de André Rebouças. Para Spitzer, tal adesão constituir-se-ia numa estratégia de assimilação, branqueamento ou mesmo “europeização”. O autor a caracteriza como um processo de “identificação total com a *intelligentzia* brasileira, predominantemente branca, e com a sociedade da Corte”, e, conseqüentemente, implicando no afastamento com todas as “práticas culturais e religiosas afro-brasileiras, prevalentes entre as ‘pessoas de cor’ das classes baixas da sua Bahia”. Nesse sentido, tal estratégia pautava-se por um objetivo bastante preciso: a “ascensão social [; aburguesando-se] através de intenso esforço pessoal, inteligência e criterioso aproveitamento de oportunidades para uma melhora econômica e social”.³⁷

Contudo, acredito que operar com tais categorias poderia esmaecer as contradições presentes na construção daquele discurso político e, igualmente, ofuscar o momento preciso de

³⁶ Ignácio José VERÍSSIMO e Ana Flora VERÍSSIMO, *Op. Cit.*, p. 13.

³⁷ Leo SPITZER, *Op. cit.*, p. 38.

que emergiria esta sua tomada de posição. Assim, ao contrário de uma estratégia servil de assimilação, prefero entender tais posicionamentos como decorrentes de uma adesão política a um “projeto de construção nacional que selou [a sua] identificação [, juntamente com] tantos outros mulatos [,] com o Império e implicou o sentimento de responsabilidade para com a sua preservação e o seu contínuo aperfeiçoamento”.³⁸ Ademais, esta adesão, ao passo que se gesta prematuramente nas lutas pela independência na Bahia, onde a intensidade do processo de emancipação distoou do restante das províncias, adquirirá maior coesão e organicidade com o advento da centralização conservadora a partir de 1837. Entre estes dois momentos, os conflitos do período regencial lhe mostrariam a necessidade de se preservar a unidade territorial e política conquistada em 1822.

Assim, Antonio Rebouças, em 1832, sob o prisma da Restauração Monárquica francesa e do pensamento de Benjamin Constant, já argüia em torno do poder moderador, tido como “poder neutro, conservador do equilíbrio e harmonia dos demais poderes sociais”,³⁹ em lugar da Monarquia Federativa, “espécie de associação política, que não nos tem ainda sido definida nem mesmo por seus maiores entusiastas” e que, uma vez aprovada, significaria, longe daquilo a que se propunha, “um dos piores governos de que tem sido capaz a espécie humana, a oligarquia!... sim, meus senhores, a oligarquia!...”,⁴⁰ justificando, assim, a monarquia constitucional como sustentáculo da “segurança e conservação do edifício social”:

A monarquia constitucional representativa é o governo teórica e praticamente provado, o mais perfeito, fruto necessário dos progressos de perfectibilidade humana. Fatos – a Inglaterra foi república, é monarquia constitucional. Sua prosperidade e colossal grandeza, a liberdade prática, de que gozam os cidadãos respectivos, provam a sabedoria e consentaneidade de um tal governo. A França foi republica, é monarquia constitucional representativa. Vinte e cinco anos de calamidades contínuas ensinaram por uma experiência a mais dura e cruel, a todos quantos foram suscetíveis de ensino. Em 15 anos prosperou consideravelmente, e ninguém dirá que a França de 1830 fosse menos ilustrada do que a França de 1791, 92 e 93.⁴¹

³⁸ Maria Alice R. CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 67, nota 135.

³⁹ Antonio Pereira REBOUÇAS, *O Poder Moderador eficazmente defendido e a Monarquia Federativa combatida e profligada*. Discurso pronunciado na câmara dos Deputados na sessão do 1º de setembro de 1832, sobre a discussão das emendas do senado ao projeto de reformas na Constituição do Império pelo deputado Antonio Pereira Rebouças”. Rio de Janeiro: Tipographia Universal de Laemmert, 1868., p. 13.

⁴⁰ *Idem*, p. 8/9.

⁴¹ *Idem*, p. 13.

Entretanto, seria a partir de 1837, sob a reação centralizadora conhecida como “regressismo”, que este pensamento ganharia maior significado e organicidade. Naquele ano, Rebouças, da Câmara, propunha a suspensão por seis meses das “formalidades que garantem a liberdade individual”, nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul – palcos, respectivamente, de rebeliões como a Cabanagem desde 1835 e da Farroupilha desde 1836 – para que:

§ 1º possam ser presos, sem se dar a condição de flagrante delito, ou de prévia culpa formada, os indivíduos indiciados em crimes de resistência, ou de conspiração, sedição, rebelião e homicídio; bastando tão somente que a ordem de prisão declare o nome do indivíduo indiciado e seja assinada pelo presidente da província ou qualquer outra autoridade criminal.

(...)

§ 3º se possam dar buscas nas casas e fazer apreensões em quaisquer outros lugares suspeitos de dia e de noite, nos casos do art. 189 §§ 4º e 5º do código do processo criminal sem ser necessária outra alguma formalidade mais do que a indicação da casa ou lugar e uma ordem, assinada pelo presidente da província ou por qualquer outra autoridade judicial (...).⁴²

Era o coroamento de uma posição política de longa data. Eis aqui desenvolvido, em linhas gerais, o forte sentimento anti-oligárquico de Antonio Rebouças e as suas considerações sobre a necessidade de contrarrestar o poder das oligarquias através do recurso à centralização monárquica, no que estaria, aliás, respaldado pelas reformas centralizadoras do núcleo Saquarema – Bernardo Pereira de Vasconcelos, Visconde do Paraná, Visconde de Uruguai e Visconde de Itaboraí. Entretanto, no bojo destes argumentos, Rebouças também manifestava sua desconfiança em relação à dinâmica partidária do Império que se montaria a partir de então, com a organização dos dois grandes partidos nacionais.⁴³

Para Raymundo Faoro, o “regressismo” não temia a radicalidade dos Gabinetes da Regência, muito menos a derrocada do regime monárquico, o qual afinal não estava ameaçado – à exceção da província do Rio Grande do Sul, com a Revolução Farroupilha –, mas o caos

⁴² Antonio Pereira REBOUÇAS, “Discurso de 30 de setembro de 1837, da suspensão de garantias nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul”. In. *Recordações da Vida Parlamentar do Advogado Antonio Pereira Rebouças. Moral, Jurisprudência, Política e Liberdade Constitucional*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870., p. 41.

⁴³ Nos capítulos seguintes, mostraremos como estas idéias se desenvolvem nos textos de Rebouças, ganhando contudo matizes e tonalidades diversas conforme o momento e o lugar.

das lutas faccionistas das províncias e o perigo do esfacelamento da unidade nacional. O “radicalismo” do período regencial conteve-se na federação, na liberdade religiosa, na justiça eletiva, na extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado, na república depois do II Reinado, no Senado Temporário, numa maior equidade distributiva entre as províncias.⁴⁴ Para combater o autonomismo local – simbioticamente ligado ao latifúndio e, em suma, à “autarquia das fazendas projetada no mundo político” – apostar-se-ia no fortalecimento do poder central. Por sob a fórmula política do imperador que “reina, governa e administra”, cunhada por Itaboraí, e do “aparente parlamentarismo”, pretendia-se conciliar as forças políticas emergentes do processo de Independência, elegendo o monarca como “árbitro da nação”.⁴⁵ Com isso, dar-se-ia o aperfeiçoamento do sistema monárquico montado em 1824, disfarçando o autoritarismo do poder moderador através da formação dos partidos nacionais, “fundados nas camadas economicamente dominantes, dificilmente discerníveis nos entendimentos e coalizões de cúpula”.⁴⁶ Seriam, assim, instrumentos neutralizadores da dinâmica partidária, porque, longe de serem representativos, aliciariam, manipulariam e coagiriam o eleitorado, este por si só diminuto (cerca de 300.000 a 400.000 pessoas num universo de 10.000.000 em 1872),⁴⁷ num movimento contrário ao de traduzir-lhes os interesses: “seu caráter oligárquico, numa oligarquia enriquecida pelo oficialismo (...) leva [as organizações partidárias] a rezear a participação popular, identificada, desde José Bonifácio e Feijó, a anarquia”.⁴⁸

Assim, talvez o repúdio de Antonio Rebouças à dinâmica partidária fosse desta ordem, demonstrando sua sensibilidade e evidente desconfiança em relação ao mecanismo político. Apesar de sua notoriedade, Rebouças não viera dos mesmos quadros das oligarquias partidárias. Não pertencia, portanto, àquele “estamento político” ou “burocrático” de que nos fala Faoro, formado substancialmente, mas não exclusivamente, de magistrados e legistas, e caracterizado pela mescla entre aristocracia e burocracia moderna, não se reduzindo, contudo, a uma das duas tendências.⁴⁹ Daí hipostasiarmos seu desinteresse em pertencer a uma das associações partidárias, apesar de sua visão política se aproximar dos conservadores e, em especial, do núcleo saquarema.

A afirmação de sua independência em relação à política partidária permitia, portanto,

⁴⁴ Raymundo FAORO, *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 1995, p.309.

⁴⁵ *Idem*, p. 323.

⁴⁶ *Idem*, pp. 323 e ss.

⁴⁷ *Idem*, p. 321.

⁴⁸ *Idem*, p. 323.

⁴⁹ *Idem*, p. 80 e ss.

empunhar algumas bandeiras tidas como liberais, embora igualmente eivadas de ambigüidades e contradições. O mesmo Antonio Rebouças que ajudara a sufocar a Sabinada, fora o autor de discursos, alguns anos antes, contra a pena de morte a participantes de rebeliões e contra o tráfico de escravos, evidenciando assim a dramaticidade desta tensão entre sensibilidade social e adesão política.

Assim é que, ao condenar a pena de morte presente no Código Criminal, é claro o suficiente para delinear as linhas daquilo que, mais tarde Teixeira de Freitas, em 1855, denominaria por “Código Negro”, ou seja, a referência ao conjunto de normas ausentes na Constituição de 1824 relativas ao funcionamento da escravidão: o “mal” que se constitui em “exceção que lamentamos, e que já está condenado a extinguir-se em uma época mais ou menos remota”.⁵⁰ Antonio Rebouças afirma ser a pena de morte terrível, mas apenas “a quem teve em vista gozar os bens sociais”, isto é, os homens livres, justificando portanto sua adoção em relação aos escravos ao mesmo tempo que evidenciando uma tentativa de preservar a carta magna desta “hedionda” mancha (a pena de morte ou a escravidão?). Deste modo, afirma que

os escravos não podem assaz prezar a vida, porque assaz não a gozam; se para alguém a morte é menos repressiva, é para eles que, sem nem uma boa esperança, se insurgem e morrem brutalmente; os suicídios mais frequentes são os deles, que crêem na transmigração; crêem que morrendo passarão desta para a sua terra. Faça-se para os escravos uma ordenança separada; e por eles não façamos tamanho mal aos cidadãos, aos homens livres. Ninguém pode tirar a vida do homem, que não deu, nem pode reparar, tirá-la contra o poder divino, está fora do poder humano; nem um legislador pode decretar a pena de morte; mais uma vez digo: - não manchemos o nosso Código.⁵¹

Igualmente ambíguas seriam suas incursões em torno da escravidão, particularmente diante perspectivas em relação ao término do tráfico intercontinental de escravos e de introdução do trabalho livre, presentes no Brasil desde a Independência, e marcadas pelas insistentes pressões inglesas pela proibição do tráfico.

Em 1837, problematiza, em relação ao projeto no senado visando a proibição do tráfico,⁵² o

⁵⁰ *Legislação do Brasil: Consolidação das Leis Civis*. RJ, Tip. Univ. Laemmert, 1857. apud, Décio SAES, *A Formação do Estado Burguês no Brasil*. RJ, Paz e Terra, 1985.

⁵¹ Antonio P. REBOUÇAS, *Recordações...*, p. 28.

⁵² Provavelmente o projeto apresentado pelo Marquês de Barbacena no senado, em 1837, que em sua versão final revogava a lei de 7 de novembro de 1831.

artigo que estabelecia a proibição de “importação de escravos e pretos livres no território do Brasil, na qual se entende compreendida a passagem de uma para outra província”,⁵³ alegando que a proibição pura e simplesmente legislativa não corroboraria senão o tráfico “ilícito”, motivo pelo qual propunha “penas pecuniárias” sobre os importadores, “que lhes tirasse toda a possibilidade de interessarem no comércio”.⁵⁴ Afirmava ainda que

Quando o comércio de escravos era lícito, não eram tantas e tão repetidas as mortes, além das que aconteciam nas terras de África, mediante a guerra entre seus desgraçados habitantes; e hoje, mediante a fraca polícia, que existe, muitas vezes se sacrificam carregações inteiras,⁵⁵

além do que o tráfico lícito importava em incremento dos impostos de importação, renda esta agora monopolizada pelos traficantes ilegais.

Ainda aqui seria possível entender a ambigüidade de seu posicionamento em relação ao tráfico a partir do debate do período. De acordo com Raymundo Faoro, com o fortalecimento do poder central, e a aliança entre o tráfico escravista e o comércio de exportação, este último promovido a elemento controlador do crédito, a reação conservadora representaria o recrudescimento de um mecanismo centralizado da economia, solidificando o retorno – apenas ameaçado pelas regências por um liberalismo “de oposição, demolitório incapaz de governar de acordo com seu programa, transformado, no poder, em conservador, com os mesmos vícios, com igual despotismo ao partido substituído”⁵⁶ – da orientação patrimonialista que presidira a própria construção do Estado brasileiro, sob a influência do Estado Patrimonial de Estamento português e do mercantilismo como sua ideologia. A gestação de um comércio urbano e de uma rede pré-bancária coincidiriam, portanto, com o momento do regresso conservador. Além disso, a presença deste mecanismo se encarregaria de instaurar uma separação cada vez maior entre o traficante, o especulador, o agricultor e produtor, assinalando uma transformação econômica fundamental ao projetar os rumos da agricultura de exportação, controlado pelo mundo urbano – após um interregno de agricultura de subsistência que coincidira com a autonomia rural vivenciada durante a Regência, e derivando dela justamente o

⁵³ Raymundo FAORO, *Os Donos do Poder...*, p. 359.

⁵⁴ *Idem*, p. 361.

⁵⁵ *Idem*, p. 360.

⁵⁶ *Idem*, p. 300.

localismo liberal de 1831 a 1837.⁵⁷ Com a nova orientação, a escravidão adquirirá mais força, suplantando definitivamente as hostilidades ao tráfico negreiro oriundas dos acordos da década de 1820, aliás jamais cristalizadas até 1850, em nome da agricultura de exportação: “a estrutura secular comanda os títeres: o escravo e a agricultura de exportação ganharão as consciências, com outra roupagem política”.⁵⁸

Sob a questão da legalidade ou não do tráfico residia um problema mais premente, a saber, quanto à transição para o trabalho livre, ainda que numa perspectiva distante, mas que, contudo, trazia problemas concretos para a manutenção do fluxo de mão-de-obra para a agricultura de exportação. Neste sentido, e em parte devido à ainda prematura discussão sobre imigração européia naquele período, ao menos em seus aspectos práticos, Antonio Rebouças defende, em 1843, um polêmico (e, digamos, bastante duvidoso) projeto de colonização de africanos livres, como forma de estabelecer o “melhoramento à dolorosa situação em que nos achamos em consequência da proibição do comércio dos cativos sem se darem as providências convenientes” e, principalmente, “dadas todas as cautelas para que a agricultura não seja lesada”:

Creio que o remédio disto está em admitirem-se os africanos como colonos a serviço, dadas todas as cautelas não só para que a agricultura não seja lesada, como vai sendo a respeito da introdução dos cativos de contrabando cujo lucro não pode corresponder ao preço por que são comprados; como para que o Brasil não continue a sofrer os excessos que já se tem dado com a importação de africanos.(...)

Basta permitir-se que se vá aos portos da África trocar as nossas mercadorias pelos africanos, que ali se cativam e que são mercadejados, e conceder-lhes carta de alforria antes que desembarquem e sejam empregados em nosso serviço.⁵⁹

Este projeto de colonização, ainda, incrementaria as relações comerciais entre o Brasil e a África, abrindo uma nova frente de expansão para os produtos brasileiros aos “habitantes da costa d’África [...] prontos consumidores do nosso tabaco, aguardente e outros produtos”.⁶⁰

Por trás destes argumentos, e em que pese as ambigüidades no encaminhamento de certas questões, particularmente visíveis nos tópicos sobre a escravidão, permanece uma certa

⁵⁷ *Idem*, p. 327.

⁵⁸ *Idem*, p. 297.

⁵⁹ Antonio P. REBOUÇAS, *Recordações...*, p. 381.

⁶⁰ *Idem*, p. 241.

maneira de enfrentar o problema: no caso concreto apresentado, há uma constante tentativa de tornar as leis instrumentos efetivos, menos pelo rigor em aplicá-las, do que em apresentar razões que as tornem desejáveis aos que ainda as ignoram. Assim, a colonização de africanos livres poderia favorecer os próprios comerciantes e traficantes, que se desinteressariam de fraudar as leis proibitivas do tráfico.⁶¹

André Rebouças também recorre a este tipo de procedimento argumentativo. A disseminação da pequena propriedade, tal qual se apresentava a idéia durante sua vida militar na Guerra do Paraguai, visava indiretamente reforçar as barreiras do território, substituindo assim a dimensão militar e estratégica pela dimensão do interesse dos pequenos proprietários. A unidade estaria assegurada sem o recurso às armas. Num segundo momento, em meados dos anos 1870, e sob um registro distinto, a subdivisão da propriedade territorial em pequenos lotes também interessaria ao latifundiário, que, longe de significar sua falência ou ruína, poderia lhe trazer novos ganhos, ao centralizar a produção agrícola dos pequenos produtores e poder comercializá-la nos centros urbanos. Entendia ainda que a crítica por parte dos engenheiros do Estado contra as empresas só teriam fim na medida em que estas últimas fossem suficientemente poderosas para chamar ao seu serviço os profissionais que lhe faziam oposição. Tal procedimento, que será melhor analisado nos capítulos seguintes, poderia ainda ser visto como uma recusa em propor medidas revolucionárias e ruptivas, no que muito provavelmente radicaria a essência do conjunto de sua obra, essência esta que não deixa de apresentar certas fissuras e descontinuidades aqui e ali, evidentemente, mas que constituiria um legado intelectual de sua educação familiar, importante não tanto pelos evidentes laços afetivos, mas por aludir a um conjunto de temas e análises reiterado ao longo de sua trajetória, sob a perspectiva da “reforma”. É certo que suas futuras inscrições educacionais, profissionais, empresariais e políticas, a começar pela *Escola Militar*, acrescentariam complexidade a esta sua formação inicial, mas talvez não alterariam substancialmente as preocupações de fundo que a caracterizariam.

1.4. Primeiros estudos: entre a caserna e o palácio de cristal

Com a vinda da família para o Rio de Janeiro, em 1846, André e seu irmão Antonio⁶²

⁶¹ *Idem*, p. 240.

⁶² Além de Antonio Rebouças, André teria outros dois irmãos, José Pereira Rebouças e Ladisláu Rebouças, este último morto em 1861. Contudo, a maior afinidade, profissional e mesmo intelectual, entre André e Antonio, teria sido responsável pela ausência de

matriculam-se no *Colégio Valdetaro* e, mais tarde, residindo em Petrópolis em 1849, no *Colégio Kopke*, onde, com 10 anos, André traduz as “Elegias” de Ovídio.⁶³ Nos anos de exílio, recordaria a presença do Imperador nos exames de aritmética daquela escola, e a primeira referência pública a seu próprio nome.⁶⁴ A lembrança tardia de sua educação se deve ao fato de que é apenas em 11 de março de 1863 que começa seu *Diário* regular, já em pleno exercício como engenheiro militar no reconhecimento de fortalezas litorâneas. Até aquela data registrou apenas anotações sumárias. Assim, as informações relativas aos seus primeiros anos de educação formal estão presentes na *Cronologia Biográfica*, escrita em 1893, e mesmo assim não são comentários extensos.⁶⁵ Ressalta nesse texto ter sido aluno em filosofia do autor de *O Libelo do Povo*, Francisco Sales Torres Homem, mais tarde Visconde de Inhomirim, em 1852. Menciona também sua preparação para os exames do Curso de Engenharia da *Escola Militar* do Largo de São Francisco, matriculando-se afinal em março de 1854 (em quinto lugar numa lista de 114),⁶⁶ e assentando praça no ano seguinte, como voluntário no 1º batalhão de Artilharia a pé. É promovido em 1857 a 2º tenente do corpo de engenheiros pelo então ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho. Em 1859, fora aluno do jornalista conservador Justiniano José da Rocha, em Direito Natural.

Em suas notas, contemporâneas ao período, são freqüentes as referências à formação militar, revelando, aliás, seu desconforto com a disciplina de caserna, no que também refletiria o desprestígio do Exército. Sobre o treinamento, diria:

(...) guardo ainda a triste recordação das guardas que montei no Paço da Cidade, de um funeral ao qual fui de armas ao ombro, de um célebre passeio militar em ordem de marcha, com mochila, etc, ao Jardim Botânico.⁶⁷

Este desconforto se intensificaria anos mais tarde, quando da sua atuação na vistoria às fortalezas brasileiras e na Guerra do Paraguai, particularmente ao presenciar a falta de planejamento estratégico, as dificuldades materiais nos acampamentos, os surtos epidêmicos

referências sobre os outros dois irmãos.

⁶³ Ignácio José VERÍSSIMO, *Op. Cit.*, p. 5.

⁶⁴ “Foi essa a primeira vez que meu nome foi iluminado pelo farol da Imprensa, em eloqüente elogio de Octaviano, entrelaçando os gloriosos trabalhos de meu pai na Independência com o esperançoso futuro de seus filhos André e Antonio. Depois, quase todos os dias, nos sete longos anos da Escola Militar, em lições e exames, [o Imperador] sempre animando: ‘- Trabalhem! Trabalhem! Sejam dignos de seu Pai!’” (André Rebouças para Alfredo Taunay, 1º de dezembro de 1895).

⁶⁵ Motivo pelo qual, neste ítem, a voz de Rebouças sobre sua própria formação se restringirá aos poucos dados fornecidos, e assinalaremos antes as possíveis influências sobre sua formação, justificando-as mais tarde ao procedermos com a análise de suas idéias. Isto vale sobretudo em relação ao curso de engenharia militar, onde inexistem menções sobre suas primeiras leituras.

⁶⁶ Ignácio José VERÍSSIMO, *Op. Cit.*, p. 5.

⁶⁷ *Diário*, 17 de novembro de 1856.

que assolavam os campos de batalha, a corrupção que envolvia a compra de equipamentos para o Exército, etc. Com mais entusiasmo descrevia as revisões dos estudos que fazia, revelando muito de seu autodidatismo e senso de observação, virtudes valorizadas ao longo de toda a vida, e manifestação de curiosidade intelectual em vários domínios da ciência: aritmética e matemática, geometria, botânica, astronomia, zoologia, além de fluência em línguas estrangeiras (francês inglês) e leitura em grego e latim. Numa destas notas revela sua intenção de abandonar a carreira militar e seguir o professorado, ao encaminhar uma “fé de ofício” à congregação da *Escola da Marinha*, pedido este denegado:

Na aversão, que tinha à vida militar, e no amor ao professorado, recorrera a esse meio para deixar de ir para a Escola Militar e de Aplicação no internato da Fortaleza da Praia Vermelha. A congregação da Escola da Marinha decidiu que só fossem aceitos os formandos nessa escola.⁶⁸

Assim, contrariado em suas intenções de seguir uma opção que não fosse, num primeiro momento, o oficialato, Rebouças matricula-se em 1859 na *Escola Militar e de Aplicação*, na Praia Vermelha, pois esta era a condição necessária para a obtenção do grau superior de engenheiro militar. Assim, não eram muitas as oportunidades que se abriam a este jovem mestiço de posição modesta, particularmente numa sociedade onde os privilégios e favoritismos eram a contrapartida da ausência de um espírito meritocrático, inexistente numa ordem escravista. É preciso lembrar ainda que a formação jurídica de Antonio Rebouças, isto é, autodidata, bem como a própria possibilidade de exercer a profissão, através de decreto especial, teriam constituído uma exceção à regra geral, haja vista a inexistência, à sua época, de cursos jurídicos no império. Por outro lado, as escolas de direito criadas a partir de 1827 teriam, desde seu início, franqueado suas portas aos filhos das elites, num processo orientado a dar o devido suporte burocrático e ao mesmo tempo político ao Estado.⁶⁹ Ao tempo de André Rebouças,

⁶⁸ *Diário*, 16 de dezembro de 1858.

⁶⁹ Fundamental para se entender esse processo é o texto de Sérgio Adorno. Para o autor, “o Estado brasileiro erigiu-se como um Estado de magistrados, dominado por juízes, secundados por parlamentares e funcionários de formação profissional jurídica. O bacharel acabou por constituir-se, portanto, em sua figura central porque mediadora entre interesses privados e interesses públicos, entre o estamento patrimonial e os grupos sociais locais. A criação de uma verdadeira *intelligentia* profissional liberal, nascida no bojo da sociedade agrário-escravista, compreendida, na sua grande maioria, de bacharéis, promoveu a ampliação dos quadros políticos e administrativos, sedimentou a solidariedade intra-elite de modo a rearticular as alianças entre os grupos sociais representantes do mundo rural e do mundo urbano e, sobretudo, possibilitou a separação entre poder doméstico e poder público, fundamental para a emergência de uma concepção de cidadania”. Vide Sérgio ADORNO, *Os Aprendizices do Poder. O Bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 78.

portanto, as possibilidades de seguir a carreira do pai eram bastante limitadas.⁷⁰

Nesse sentido, a *Escola Militar*, em meados do século XIX, representava – apesar do sacrifício que poderia significar aos que não tinham vocação para as armas – a opção mais segura para os que não descendiam de famílias abastadas, os quais naturalmente seguiam a carreira jurídica, seja em São Paulo ou em Recife, ou ainda no exterior. Um contemporâneo de Rebouças, também engenheiro, Cristhiano Ottoni, referia-se à sua passagem pela *Escola Naval* nestes termos: “Não era vocação o que nos levava para a carreira da Marinha; seguimo-la por ser a mais barata”.⁷¹

Portanto, um aspecto importante a ser assinalado, porque explicaria a dramaticidade de sua formação “militar”, seria a própria existência de cursos técnicos numa academia militar, atraindo jovens sem vocação para as armas mas que, contudo, podiam exercer sua vocação para ciências.

Para Rezende de Carvalho, esta dupla orientação se caracterizaria como um legado colonial, onde a própria expansão portuguesa consistira num esforço assentado na tripla combinação de ciência, comércio e guerra.⁷² Daí a presença, ao longo do século XVII, de cursos regulares de ensino de engenharia, tanto em Salvador como no Rio de Janeiro, ligados ao esforço de guerra e defesa do território, sendo estas, aliás, as primeiras instituições leigas de ensino até então existentes, laicismo este reanimado após as reformas pombalinas de 1772, as quais teriam interrompido o controle jesuítico junto a *Universidade de Coimbra*, e intensificado, portanto, a formação de cientistas portugueses e brasileiros. O contexto de recrudescimento do controle português sobre sua colônia na América, em fins do século XVIII e início do XIX, levaria à criação da *Real Academia Militar*, em 1810, nela se associando a instrução científica, com ênfase na matemática, e cursos militares de fortificação e artilharia.⁷³ Este estatuto dúplice da escola se manteria inalterado até 1832, ou seja, persistiria até o início do período regencial da já então nação politicamente independente, passando pela campanha da Cisplatina, pelas revoltas de 1817 e 1824, e pela abdicação de D. Pedro I. Para a autora, “em todos esses momentos críticos, a Academia do Largo de São Francisco mostrou-se, no geral, pouco afetada e em

⁷⁰ Uma outra opção teria sido a Escola de Medicina da Bahia. Entretanto, não consta que André Rebouças tivesse vocação para a medicina, não obstante suas incursões no campo da higiene pública e saneamento. Todavia, como veremos, estas incursões estavam atreladas a uma base intelectual e científica diversa. Por outro lado, sua família, como ele mesmo, fixaram-se definitivamente no Rio de Janeiro, sendo vagas as possibilidades de retorno à sua terra natal.

⁷¹ Christiano OTTONI, *Memórias.*, apud Maria Alice R. CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 82. Aliás, Christiano Ottoni teria uma trajetória bastante parecida com Rebouças, tendo se formado em engenharia pela Escola Militar em 1837 e seguido carreira docente na Escola da Marinha até suas primeiras atividades como empreendedor e diretor de estradas de ferro.

⁷² Maria Alice R. CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 71.

⁷³ *Idem*, p. 72.

condições de pouco afetar o andamento dos combates, aferrando-se à ciência, sem exercer influência visível no *front*”.⁷⁴

Em razão disto, afirma Nogueira Galvão, a Escola seria alvo de críticas “feitas por muitos homens públicos, tanto militares como civis, [que] insistiam no caráter *pouco* militar da escola e do estatuto, que não se incomodou em prever uma disciplina rígida, com uniformes, símbolos bélicos, formaturas, etc, sem falar na aberração suprema do *externato*, o que impossibilitava uma verdadeira vida de caserna”,⁷⁵ condicionantes que explicam a movimentação parlamentar de 1831 a 1850, em diversas tentativas de reformas, todas elas empenhadas em solucionar seu hibridismo, oscilante entre ser uma escola militar ou uma academia de ciências. A reforma de 1839, além de alterar o nome de *Academia Imperial Militar* para *Escola Militar da Corte*, consagraria a influência da *Escola Politécnica* francesa ao desdobrar a formação do oficial em duas escolas – sendo a primeira destinada à formação científica, encaminhando os alunos posteriormente para a escola de aplicação, encarregada do conteúdo profissionalizante. Contudo, as reformas posteriores se encarregariam de subverter esta tendência à profissionalização militar, particularmente quando da institucionalização do título de militar-bacharel ou militar-doutor em Ciências Matemáticas, em 1849, consagrando, portanto, a “orientação científica da Escola Militar, em detrimento da vertente profissionalizante”.⁷⁶ A partir dos anos 1850 a rede escolar do Exército se ampliaria, com a instalação de um curso de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul, em 1853, e com o desdobramento da *Escola Militar da Corte* em duas, a antiga, sediada no Largo de São Francisco, formando engenheiros até 1874,⁷⁷ e uma outra situada inicialmente na Fortaleza de São João e, a partir de 1857, na Fortaleza da Praia Vermelha – isto é, a escola de aplicação que a reforma de 1839 preliminarmente projetara, com conteúdo técnico-profissional do ensino militar.⁷⁸

Por outro lado, e justamente ao peso do despreparo profissional do conjunto do exército para os campos de batalha, o oficialato, tal como se vislumbrava, representava para jovens de origens modestas, sobretudo aos mulatos, um “poderoso fator de diferenciação para a sociedade daquele tempo”.⁷⁹ Segundo John Schulz, em meados do século XIX “a Academia

⁷⁴ *Idem*, p. 73.

⁷⁵ Walnice N. GALVÃO, “Euclides, elite modernizadora e enquadramento”. In. *Euclides da Cunha*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1984, p. 10.

⁷⁶ Maria Alice R. CARVALHO, *Op. Cít.*, p. 74.

⁷⁷ Em 1874, a escola do Largo de São Francisco deixa de pertencer ao ministério do Exército, passando para a pasta do Império, já então sob a denominação de *Escola Politécnica*.

⁷⁸ *Idem*, pp. 83 e ss.

⁷⁹ Samuel G. COSTA, *Formação Democrática do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, p. 220, apud Raymundo FAORO, *Os Donos do Poder...*, p. 471.

Militar da Capital continuou a ser uma ilha de instrução em uma sociedade constituída por uma maioria analfabeta”,⁸⁰ principalmente em virtude da inexistência de cursos jurídicos na corte. Veículo importante para a difusão das idéias da corporação, o jornal *O Militar*, numa edição de 1855, descrevia com certo orgulho a composição sócio-econômica de seus inscritos:

Quem se quiser dar ao trabalho de examinar as filiações dos moços que freqüentam a Escola Militar, verá que salvo uma ou outra exceção, eles são todos de famílias pouco abastadas, e sem influência para criar-lhes uma posição de onde possam ser úteis a si e a seus camaradas; e quando encontrar algum nome desses que possuem o mágico condão de criar políticos abalizados, estadistas profundos, diplomatas felizes e administradores fecundos, pode de antemão afirmar que é um bastardo, sobrinho pobre, ou parente muito afastado: os filhos, os parentes e pupilos ricos são destinados para os cursos jurídicos...⁸¹

Entretanto, como bem observa Nogueira Galvão, seria um evidente exagero caracterizar os componentes da *Escola Militar* como “pobres” ou “povo”. A estes últimos era “concedida” a inscrição junto à tropa de linha, na verdade, “recrutados a laço para compor as fileiras de soldados rasos do exército, sem estudos e sem qualificação acadêmica”.⁸² Em 1826, o General Cunha Matos assim se referia à condição da tropa de linha, e desde então a situação pouco se alterara:

Não há privilégio senão para o afilhado do vigário, o filho do oficial de ordenanças, o homem rico; deste eu nunca vi nenhum entre inumeráveis trazidos para esta corte; só vem os filhos do lavrador, que não tem proteção; este é que se diz que são vadios! Pois se são vadios, vão para o Exército! Se são ladrões, vão para o exército! Se são fascinerosos, vão para o exército! O soldado que deve defender a pátria há de ser tirado desta classe, e aqueles que deveriam ser alistados não vem cá porque tem protetores.⁸³

A realidade do recrutamento forçado subsistia de longa data, permanecendo por outros

⁸⁰ John SCHULZ, *O Exército na Política. Origens da intervenção militar. 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 31.

⁸¹ *O Militar*, 15 de abril de 1855, apud John SCHULZ, *O Exército...*, p. 40.

⁸² Walnice N. GALVÃO, *Op. Cit.*, p.14.

⁸³ Apud Walnice N. GALVÃO, *Op. Cit.*, p. 11.

tantos anos,⁸⁴ realidade esta que não escaparia à crítica de Rebouças. Num artigo escrito em 1875, para a *Revista Novo Mundo*, a preocupação com os descaminhos que, a seu ver, impediam a imigração espontânea para o Brasil e a modernização da agricultura tinha a ver, além da existência da escravidão, com uma realidade que apavorava os sertões e as pequenas lavouras: o fantasma do recrutamento.

(...) E o recrutamento?

Perguntai aos que têm viajado pelos sertões do Brasil; os que têm indagado aos filhos do interior do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Bahia – perguntem-lhes o que é o Recrutamento? À só palavra **recrutamento** os pais abandonam os filhos e filhas; os maridos abandonam a mulher; os filhos abandonam as mães; os lavradores abandonam as colheitas!

Todos fogem para as grutas, para as matas mais cerradas, para os picos das montanhas mais inacessíveis! E então começa uma verdadeira caçada, a fuzil e a cães, como então, antes de C. Sumer, de H. Becher Stowe e de Abrahan Lincoln, se caçavam escravos fugidos nos pântanos do Mississipi!

Não são senhores perseguindo escravos.

São homens **livres** perseguindo homens **livres!** São brasileiros caçando brasileiros! São irmãos caçando irmãos! Não é, na realidade, uma fantasia, uma utopia, uma quimera, uma loucura, que um país, onde se dão tais horrores, pretenda ter imigração espontânea?⁸⁵

As dificuldades quanto à composição do Exército podem ser inscritas, todavia, num contexto mais amplo, analisadas sob o espectro das contradições existentes num processo de burocratização moderna numa realidade escravista. Além disto, seriam as contradições deste processo mais amplo que explicariam as conseqüências da democratização, essencialmente tardia, do exército brasileiro de que trato aqui. Dada a complexidade e importância do tema, ele será analisado no capítulo seguinte, quando explorarei as análises de Rebouças sobre o despreparo do Exército na Guerra do Paraguai.

Assim, a relativa democratização da carreira do oficial militar segue de perto as reformas na lei de promoções feitas pelo ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello em 1850, que estabelecia “normas rígidas de promoção por antiguidade, abolindo o sistema aristocrático

⁸⁴ Sob o Ministério Rio Branco criou-se uma Lei de Conscrição, que, contudo, não saiu do papel.

⁸⁵ André REBOUÇAS, “O Militarismo despovoando o Brasil” in *Revista Novo Mundo*, n. 53, vol. V, de 22 de fevereiro de 1875.

que permitia a oficiais bem relacionados atingir altos postos de comando com pouca idade”.⁸⁶ Assim, para Schulz o regulamento teria, como consequência, um efeito profissionalizante junto às forças armadas, atenuando o veio aristocrático que a caracterizara até então. Uma outra consequência, aliás previsível, seria o afastamento dos membros da elite: “os salários e condições de vida dos oficiais subalternos nunca foram de fazer inveja, sendo que após a metade do século nem mesmo o mais bem relacionado oficial podia escapar do serviço nos postos inferiores durante parte considerável de sua carreira”.⁸⁷

Dessa combinação entre, de um lado, a relativa democratização da carreira, ao franquear o acesso a um ensino de qualidade a jovens remediados e, de outro, o rebaixamento de soldos e desprestígio político e social, resultaria a gestação de um sentimento de corporação bastante acentuado, lastro que unificaria oficialidade e praça, “bacharéis de farda” e “tarimbeiros”, na crítica aos mecanismos políticos e ao “atraso” do Império, crítica esta incisivamente dirigida contra os partidos imperiais, conservadores ou liberais, todos, sem exceção, identificados aos “legistas” ou “casacas”. A indistinção entre os partidos políticos imperiais era propositadamente reiterada. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a condenação *in bloc* dos políticos e civis resultava de uma necessidade essencial para a própria auto-afirmação corporativa do exército, entendendo-a como uma “natural exigência do espírito de classe”.⁸⁸ Assim, “era preciso que os civis fossem mesmo definidos como um conjunto intimamente solidário e harmonioso, para que também as forças armadas se pudessem apresentar como um todo, se não perfeitamente coeso, unido ao menos pelo sentimento comum da alta dignidade de seu ofício, e por uma consciência nítida dos direitos que lhes assistiam e que lhes eram negados”.⁸⁹ Só a partir desta situação as divisões internas da “classe” se subtrairiam às necessidades que atingiam a todos.

Dentre estas necessidades incluía-se a defesa de sua própria subsistência material, uma vez que o chamado “civilismo” da elite imperial tinha como principal efeito a desqualificação do exército como “luxo inútil, que pesaria demais sobre o orçamento nacional”, o que explica a natural compressão dos gastos com a força armada.⁹⁰ Esse processo também explicaria, segundo Sérgio Buarque de Holanda, a ambigüidade do caráter de “defesa” de que se revestia a reação militar, que, ao invés de assumir uma atitude “inerte e passiva”, manifestava-se

⁸⁶ John SCHULZ, *O Exército...*, p. 27.

⁸⁷ *Idem*, p. 29.

⁸⁸ Sérgio Buarque de HOLANDA, *O Brasil Monárquico* (Tom II, 5º volume – Do Império à República). 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 308.

⁸⁹ *Idem, ibidem*.

⁹⁰ *Idem*, p. 310.

precisamente na combinação de “dignificação” e mesmo “idolização” da profissão com a “denúncia direta da autoridade civil, e, em sentido mais largo e mais vago, denúncia dos que são alheios à classe militar, os paisanos, ou becas, ou casacas”.⁹¹ As páginas d’*O Militar* ilustram bem esta posição, que mescla uma crítica à mentalidade política do império (bem como o desprezo por ela), e uma auto-referência situada entre comiseração e afirmação de *status*. Servindo ao mesmo tempo como referência mais ampla às idiossincrasias do mecanismo político imperial. Num artigo publicado em 15 de abril de 1855, o jornal satiriza a trajetória de um filho-família em sua carreira política, comparando-a com a de um jovem remediado egresso da *Escola Militar*.

(...) o legista rico, e dispondo da influência da família e da que lhe dá o emprego de juiz municipal, entra *pelo voto da província* para a Assembléia Provincial; aí pronuncia o seu primeiro discurso decorado e composto de pedaços deste e daquele, tirados de jornais velhos de outras província, e até estrangeiros, o que justifica essas proposições absurdas, reformas ridículas e idéias extravagantes, porque não são adaptadas às circunstancias da Província, estas muito diferente das do lugar onde se publicava o jornal, e que são recebidas pelos homens sensatos com o riso de escárnio, que não se atrevem a manifestar porque o Deputado é filho do Dr. F., ou genro do Sr. B....(...)

Chegam as eleições, e aí vereis o erudito Doutor, acompanhado por capangas armados e prontos a obedecer-lhe ao primeiro aceno, entrar na igreja, pedir a palavra e fazer um discurso de arromba, em que emprega a cada passo as palavras liberdade, direito político e direito público; findo o aranzel, no qual tem insultado o bom senso, plagiado e assassinado mil autores, volta-se aos capangas, dá um sinal, e estes gritam – apoiado, apoiado, viva o Sr. Dr. F. – e logo espalham-se, trocam listas à força, compram-nas a dinheiro etc etc, e se é preciso cometer um assassinato, não trepida, fere e vai por diante até alcançar a votação, que é a cópia fiel do que se passa nos outros colégios de Província, onde pontificam os colegas ou os parentes. (...)

Segue agora o moço que sai da Escola Militar. Muito feliz é ele se consegue obter aí a patente de tenente, o que dá o soldo de 42 mil réis; nessa posição, vai ele servir em um corpo; se este acha-se no sul, lá tem de ir o pobre oficial do Rio a Porto Alegre, a sua custa já se sabe, e daí para a campanha, da mesma maneira, a estacionar na margem de um arroio sob barracas de pano ou de palha, de onde só sai para mudar de

⁹¹ *Idem*, p. 335.

acampamento, até que um movimento dos nossos vizinhos faça-o dar um passeio a Montevideu ou à Fronteira, deixando sua família muitas vezes sem o necessário para subsistir...

Se para o norte, vê-lo-eis batendo matas e mudando todos os dias de destacamento ao capricho do presidente, do chefe da polícia, do delegado, do juiz de direito, e até do municipal e do inspetor de quartelão! Faz todo o serviço privativo da polícia, e quase sempre sofre alguma perseguição por não ter querido dar escapula a algum grande criminoso que conseguiu capturar...; é preso quando não deixa passar os contrabandos de africanos em que o Exm. Presidente é conivente (...).

Até chegar a capital tem ele completado 25 anos de serviço, o que lhe dá direito a reforma com 50 mil réis; (...) tem entrado em seis, oito ou mais combates, e neles recebido duas balas ou alguma cutilada, do que é remunerado com o hábito da Rosa ou de Cristo, que se compra por 200 mil réis dados para o Hospício de Pedro II, ou para a algibeira de algum compadre de ministro...⁹²

Com efeito, Schulz caracteriza a geração formada principalmente a partir de 1850 como um “grupo de oposição”, donde a formação científica e o preparo técnico, aliado ao sentimento de corporação, não raro lhe inspira reformas sociais e materiais, tidas como essenciais ao país, ao mesmo tempo em que lhe permite diagnosticar a razão de sua lentidão no Império: “os estudantes liam muito e tinham uma melhor noção dos acontecimentos internacionais do que a maioria dos seus compatriotas. Instruídos por engenheiros, os estudantes reconheciam a importância da indústria e de novos métodos de transporte como, por exemplo, as ferrovias. Em consequência desta instrução, muitos oficiais subalternos passaram a defender tarifas protecionistas, subsídios para a indústria, o estabelecimento de companhias de responsabilidade limitada e a garantia de juros para capital investido na construção de ferrovias. (...). Já na década de 50, os estudantes militares reconheciam que a abolição fornecia a base para a modernização. Os oficiais tampouco ignoravam que a elite fazendeira, fundamentada na escravidão e no empreguismo, era o principal obstáculo ao progresso do Brasil”.⁹³

Certamente, no período em que frequentou as dependências da *Escola Militar*, Rebouças pôde presenciar este pensamento crítico e reformista, e mesmo ter sido influenciado por ele, haja visto seu endosso à maioria daquelas idéias, como sugerem suas preocupações em torno da deficiência das vias de comunicação do império, as críticas ao caráter monopolizador da

⁹² *O Militar*, 15 de abril de 1855, apud John SCHULZ, *O Exército...*, p. 41-2.

⁹³ John SCHULZ, *O Exército...* p. 31.

agricultura, as críticas à escravidão, etc. Menor teria sido, por outro lado, o peso do corporativismo, do qual não nutria a menor simpatia. Ao contrário, a crítica ao militarismo implicava igualmente a defesa do caráter civil da monarquia, fazendo coro com os que acenavam para o perigo do caudilhismo/militarismo que assolava as demais repúblicas vizinhas. Além disto, a formação militar não seria a única recebida. Sua viagem de estudos à Europa, entre 1861 e 1862, complementou sua formação, inaugurando ao mesmo tempo uma outra perspectiva para sua carreira. Contudo, ela só teria condições plenas de se desenvolver após sua retirada do exército, em 1866.

Assim, Rebouças termina o curso em 1860, formando-se engenheiro militar, e reivindica bolsas de estudos para si e para o irmão, para complementarem sua formação na Europa. A *Escola Militar* lhes recusou o auxílio, garantindo apenas os vencimentos que teriam se ficassem no Rio de Janeiro, isto é, um “soldo comparado desfavoravelmente com o dos caixeiros,⁹⁴ ou cerca de 60 mil réis mensais.⁹⁵ Se pensarmos na cotação média durante o Império de cerca de 27 pence por mil réis, chegaríamos ao impressionante auxílio oficial de pouco mais de 2 £ por mês para sua estadia na Europa. Apesar da penúria material do subsídio oficial, e contando somente com os recursos da família,⁹⁶ Rebouças empreende a viagem que mudaria definitivamente sua trajetória intelectual.

Partindo do Rio de Janeiro em 8 de fevereiro, chega a Bordeaux em 22 de março de 1861⁹⁷. Parte depois para Rhodano em abril, Toulon em junho – onde estuda a construção dos diques do Arsenal de Casteguneau –, Tours – quando visita as pontes, canais e outras obras próximas da cidade –, Redon, onde estuda obras circunvizinhas ao caminho de ferro, Vannes, Lorient, Brieuç, voltando novamente a Bordeaux em setembro do mesmo ano. Parte então para a Inglaterra, permanecendo algum tempo nas cidades de Londres, Manchester, Liverpool e Holyhead, “estudando, observando, analisando, com o seu olho atento, a sua curiosidade multiforme, a sua capacidade de compreensão – túneis, viadutos, cais, pontes, fabricação de

⁹⁴ *Idem, ibidem.*

⁹⁵ Este seria o valor mencionado por Taunay enquanto alferes-aluno da Escola Militar, in. Alfredo D'Escagnolle TAUNAY, *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, 1946, p.71.

⁹⁶ Rebouças menciona o efeito da despesa sobre o orçamento familiar: “Quando, em dezembro de 1860, por malditos preconceitos de cor, negaram a mim e ao Antonio o prêmio de viagem à Europa, e até o concurso (ilegível) pelo Regulamento da Escola redigido pelo liberal ministro Jerônimo Francisco Coelho, disse meu pai: - ‘Minha Carolina! Venderei os meus livros, mas os meninos hão de terminar sua educação na Europa’. O santo pai foi viver modestamente na casinha de Santa Teresa, subindo e descendo a pé, dia e noite, sol e chuva, suas longas escadas, quando nos sobejavam recursos para viajar por toda a França e pela Inglaterra, incluindo especial verba para presentear o Diretor da Escola de Pontes e Calçadas Avril com a comenda da Rosa e para um sem número de lembranças, aos parentes e amigos da Bahia e do Rio de Janeiro!!!”. (André Rebouças para Alfredo Taunay, 7 de abril de 1895).

⁹⁷ Como afirma o próprio Rebouças no texto transcrito páginas acima, sua biografia e a de seu irmão praticamente se confundiam. As notas aparentemente sugerem que as visitas às docas, portos, pontes e fábricas, etc foram, portanto, feitas conjuntamente.

trilhos, organização de oficinas metalúrgicas, portos de desembarque, oficinas de reparação de locomotivas, aquedutos, turbinas, fabricação de cimento, etc”.⁹⁸ Em todas as cidades e edificações que visitara, empenhara-se em registrar as inovações técnicas, comentando detalhes e esboçando projetos, selecionando dentre eles os que mais tarde seriam apresentados através de duas “memórias”.⁹⁹ Elaboraria também diversos projetos de melhoramentos portuários, como a idéia de “diques múltiplos” que chegaria a testar junto ao Imperador, em 1864,¹⁰⁰ mas que não vingaria, apesar da autorização oficial de criação de uma empresa com esta finalidade. Anos mais tarde, em 1869, e já comissionado do Estado à frente da modernização portuária, lembraria daquelas memórias – e particularmente da viagem de estudos à Londres, visitando as docas da Rainha Victória –, como o momento que lhe inspirara a construção das Docas no porto do Rio de Janeiro.¹⁰¹

Rebouças creditava o êxito alcançado nestas visitas, não sem certo orgulho, aos bons contatos obtidos com os engenheiros locais, e particularmente pela oportunidade que tivera de se aproximar do então diretor da consagrada *Escola de Pontes e Calçadas da França*, Mr. Avril, por recomendação do ex-Ministro dos Estrangeiros (Gabinete de Ângelo Ferraz de 1859 a 1861), João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu.¹⁰² Mr. Avril o recomendara, por carta, a outros engenheiros e diretores, em todas as cidades percorridas.

Mas, o que talvez tenha atraído mais sua atenção foi a visão do “espetáculo mecânico” da Exposição Internacional de Londres, em 1862, a terceira de muitas outras que, até 1915, forneceriam ao mundo uma imagem da magnitude da revolução industrial e, conseqüentemente, do progresso técnico. Rebouças participara do evento na condição de convidado, pelo ministro Carvalho Moreira, futuro barão de Penedo, para fazer parte da comissão brasileira.

Segundo Foot Hardmann, as exposições universais da segunda metade do século XIX seriam uma via privilegiada para se entender a difusão da ideologia liberal, particularmente a idéia da “riqueza das nações”: “os catálogos e relatórios desses eventos iluminam de forma

⁹⁸ Ignácio José VERÍSSIMO, *Op. Cit.*, p. 9.

⁹⁹ Assim seriam as memórias *Sobre os caminhos de ferro na França*, dedicada a Christiano Ottoni, e *Estudos sobre portos de mar*, ‘escrita em colaboração com o irmão Antonio Rebouças’, entregue ao ministro Sinimbu.

¹⁰⁰ *Diário*, 18 de janeiro de 1864. O fracasso de sua primeira experiência como engenheiro seria lembrada anos mais tarde, como vimos em páginas acima, ao mencionar a ridicularização de que fora vítima em artigos anônimos e difamatórios, eivados de preconceito racial.

¹⁰¹ André REBOUÇAS, *Melhoramento do Porto do Rio de Janeiro – organização da Cia. das Docas de D. Pedro II (nas enseadas da Saúde e da Gambôa)*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869.

¹⁰² O Imperador Pedro II, talvez por recomendação do pai Antonio Rebouças, naquela ocasião, agraciara o diretor da Escola, Mr. Avril, com a comenda da Rosa. Entretanto, a homenagem seria paga com os recursos do próprio Rebouças, que faria questão de guardar a fatura de 260 frs. referente à compra da jóia. Nota de 26 de março de 1862.

díspar vários aspectos do otimismo progressista que impregnava a atmosfera da sociedade burguesa em formação. Encontram-se ali expostos o ideal obsessivo do saber enciclopédico e o não menos conhecido europocentrismo, garbosamente fantasiado de cosmopolitismo liberal e altruísta. Tais exposições significaram também uma das primeiras amostras bem sucedidas de cultura de massas, com a montagem de espetáculos populares em que se alternam fascinantemente o mistério de territórios exóticos, a magia das artes cênicas – de suas criaturas que se põem em movimento –, os símbolos do orgulho nacional e da adoração à pátria, o simples desejo de entretenimento e, sobretudo, o transe lúcido do fetiche-mercadoria”.¹⁰³

Portanto, mais do que um simples entretenimento, as exposições internacionais, bem como seu principal símbolo estético, o “palácio de cristal”, poderiam ser lidos como um *locus* fundamental de difusão da ideologia burguesa. Um aspecto importante, presente desde a primeira exposição em Londres, em 1851, inaugurada pela Rainha Victória, era a exaltação da paz universal como conseqüência do livre comércio. Nas estandes, nações apresentavam seus produtos, numa manifestação de “entrelaçamento fraterno dos povos”, espécie de “olimpíada” das proezas industriais cujo principal objetivo era a confraternização universal.¹⁰⁴

Evidentemente, por trás desse otimismo, a realidade do imperialismo europeu em âmbito mundial, e em particular a hegemonia britânica, suplantavam a igualdade daquela confraternização, surgindo em seu lugar o frio maquinismo da divisão social do trabalho, que aparecia todavia como contribuição das diferentes nações para o progresso mundial. Notadamente, uma contribuição desigual, recompensada apenas pela perspectiva abstrata da paz perpétua, manifestação do “sonho kantiano de uma história universal do ponto de vista cosmopolita, que se descortina precisamente no fomento do comércio civilizado entre os países-cidadãos”.¹⁰⁵

Rebouças absorvera aquele clima de otimismo e crença no progresso técnico. A articulação entre as exposições internacionais e o livre comércio seriam bastante enfatizadas, além do reconhecimento das Exposições Internacionais como fóruns capazes de legitimar a iniciativa individual, projetando seus frutos naquele ambiente de fraternidade universal entre as nações. Além de sua participação na Exposição de Londres em 1851, Rebouças esteve presente em outras duas: em Viena em 1873 e na de Paris em 1889, sendo que nesta última chegou a elaborar um artigo intitulado *Les Zones Agricoles du Brésil*, anexado ao relatório da seção

¹⁰³ Francisco Foot HARDMANN, *Trem Fantasma. A modernidade na Selva*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 50.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 60.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 61.

brasileira daquela Exposição.

Assim, nos anos em que estivera dedicado ao jornalismo, após ter estado à frente de empreendimentos profissionais e empresariais, Rebouças pôde desenvolver as reflexões que seu entusiasmo juvenil diante das primeiras exposições lhe trouxera. Particularmente, a segunda viagem à Europa e aos Estados Unidos, entre 1872 e 1873, narrada no capítulo V deste trabalho, teriam alargado esta perplexidade. Segundo Foot Hardmann – que debruçou-se atentamente sobre seu *Diário*, explorando as passagens cujas referências eram precisamente seu progressismo –, Rebouças seria um exemplo cabal daquela imagem prometéica da atividade mecânica enquanto “instrumento de libertação humana”.¹⁰⁶ A grandiloquência com que descrevia as empresas visitadas atesta bem o grau de importância que dedicava a elas, inserindo-as num conjunto maior de perspectivas, onde a iniciativa individual, o livre comércio e o espírito de associação tinham lugar de destaque. De um modo geral, as idéias liberais constitutivas de seu progressismo constituem um momento particular de sua trajetória intelectual, motivo pelo qual o desenvolverei nos capítulos seguintes.

É preciso lembrar ainda que Rebouças, então com 24 anos, ao retornar de sua primeira viagem, e, portanto, após ter vislumbrado aquela outra dimensão que se abria à sua reflexão, ainda estava inserido na burocracia militar. Uma outra realidade o estava aguardando ao desembarcar, a 22 de novembro de 1962, no Rio de Janeiro, realidade esta que marcaria suas primeiras atuações profissionais.

¹⁰⁶ Francisco Foot HARDMANN, *Op. Cit.*, p.79.

Capítulo II

O Engenheiro no 'front': a burocracia e o exército imperiais

2.1. Atuando como engenheiro militar

Entre janeiro de 1863 e junho de 1866 Rebouças esteve inserido na burocracia militar. Viajou ao Sul e ao Norte do Império, presenciou as fragilidades do sistema de defesa do País, travou contatos com outros engenheiros, administradores provinciais e diretores de obras públicas, concebeu e discutiu projetos de portos e docas comerciais, de estradas de ferro, de navegação fluvial. Presenciou, quando de sua participação na Guerra do Paraguai, a debilidade do Exército, os erros de estratégia, a morosidade das decisões. Em todo o período, externou sua crítica àquela burocracia, cuja deficiência lhe parecia decorrer tanto da intromissão de interesses partidários, como da instabilidade dos gabinetes e incompetência dos administradores, sem falar do apadrinhamento. Seu registro, portanto, não se limitou aos seus passos, mas abrangeu comentários sobre o ambiente que o cercava.

Ao retornar ao País, em dezembro de 1862, munido das experiências que adquirira em sua incansável peregrinação pelos mais modernos portos, docas e ferrovias européias, Rebouças solicitou um emprego junto à “Companhia Caminho de Ferro D. Pedro II e São Paulo”, mas não obteve resposta positiva.¹ Relatou também, não sem certo estranhamento, a frieza do então ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Cansanção do Sinimbu – o mesmo que o indicara ao diretor da *Escola de Pontes e Calçadas da França* –, a quem entregara a memória *Estudos sobre portos de mar, 'escrita em colaboração com o irmão Antonio'*, e do engenheiro Christiano Ottoni, a quem entregara a *Memória sobre os caminhos de Ferro na França*. Houvesse obtido sucesso nestas tentativas, talvez surgisse a oportunidade de se desvencilhar de uma carreira apenas instrumentalmente trilhada. Além da assumida vocação para as ciências, particularmente a matemática, aliás legado do ensino ministrado pela *Escola Militar*, Rebouças trazia também a experiência empírica e a leitura especializada da engenharia, notadamente expressa na obra de Damamet, *Cours de Construction*, referência comum em seu Diário Pessoal até então. Mas, ao contrário, como ainda continuasse na burocracia militar, na qualidade de engenheiro, foi nomeado, juntamente com o irmão, pelo Ministro da Guerra Polidoro Jordão, para vistoriar as fortalezas do Império, desde Santos até Santa Catarina, permanecendo nesta atividade entre

¹ *Diário*, dezembro de 1862.

janeiro e outubro de 1863.²

A missão concedida tinha como objetivo recuperar as fortalezas consideradas vulneráveis do Império, sob o clima de tensão que a ruptura de relações diplomáticas com a Inglaterra – produto da “Questão Christie” – produzira. O episódio em questão³ assinalou um momento crucial de deterioração das relações anglo-brasileiras, particularmente em relação à política britânica de proibição do tráfico negreiro, a qual esbarrava na resistência brasileira à assinatura de tratados que pusessem em cheque sua soberania.

Segundo Paula Beiguelman, o caráter anódino das medidas anti-tráfico por parte do Brasil, feitas sob as pressões inglesas, configuraria um padrão de resistência à mudança do *status quo*, seguido por ambos os partidos nacionais.⁴ Além disto, o Brasil, como as demais ex-colônias da América Latina, surgia como nação independente sob um contexto de hegemonia do industrialismo inglês. À ruptura dos laços de dependência coloniais seguia-se um outro tipo de heteronomia econômica, desta vez alicerçada na pressão inglesa pelo livre-cambismo e submissão a uma divisão internacional do trabalho que o limitaria a exportador de alimentos e matérias-primas.⁵ Nesse sentido, o próprio reconhecimento da Independência brasileira pela Inglaterra foi condicionado à assinatura de tratados que estipulassem prazos para a extinção do tráfico negreiro, de forma a destruir os entraves monopolistas que ainda obstavam a plena realização do livre cambismo em relação a certos produtos, dentre eles o açúcar, principal produto do Brasil antes da produção cafeeira a partir de meados do século.⁶ Contudo, como terei ocasião de discutir em breve, o caráter transacional do processo de independência nacional, que distoou em diversos aspectos em relação a outras ex-colônias, sobretudo às hispânicas, reiterou um decisivo traço colonial, a escravidão. Mais do que um simples resquício, seria através dela, bem como da grande propriedade agrária exportadora, que o Brasil emergiria como Estado soberano no comércio internacional.⁷

Percebe-se, portanto, o aspecto explosivo de que se revestiam, numa perspectiva ampla, as

² *Diário*, 24 de janeiro de 1863

³ Para além da tensão que envolvia a normalidade da relação anglo-brasileira, a inabilidade e prepotência do ministro inglês, William Douglas Christie, agravado por uma série de outros acontecimentos imprevistos (como o naufrágio e perda da carga do *Prince of Wales* no litoral gaúcho sem a abertura de inquérito que dirimisse as dúvidas sobre o evento, e a prisão e soltura de oficiais britânicos na corte sem a devida abertura de processo formal), acentuaram o clima de animosidade e denúncias mútuas que redundaria na ruptura diplomática, só reatada durante a Guerra do Paraguai, mais precisamente no acampamento montado por conta do cerco de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1865.

⁴ Paula BEIGUELMAN, “O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império” in *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. 3. São Paulo: Difel, 1967, pp. 195 e ss.

⁵ Wilma P. COSTA, *A Espada de Dâmocles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora da Unicamp, 1996, p. 33.

⁶ Paula BEIGUELMAN, *Op. Cit.*, p. 189.

⁷ Wilma P. COSTA, *A Espada de Dâmocles...*, p. 35.

relações anglo-brasileiras, sobretudo no que dizia respeito ao encaminhamento político e econômico não apenas do tráfico negreiro mas, fundamentalmente, do processo produtivo. Rebouças retornava ao Brasil, portanto, num contexto delicado, onde um conflito diplomático com a Inglaterra expunha de forma flagrante a tensão existente na afirmação consentânea da soberania nacional com a manutenção da escravidão como principal força de trabalho, revelando além do mais uma contradição que selaria inclusive a sorte da monarquia.

Assim, suas primeiras atividades profissionais – recuperar as fortalezas militares num contexto de defesa do território – dão bem a idéia da tensão com a qual iria se defrontar. Por outro lado, sua inscrição como engenheiro militar lhe garantiria uma posição privilegiada, ao observar e descrever a fragilidade brasileira no tocante à defesa de seu território. Segundo Joaquim Nabuco, também neste ponto o incidente diplomático permitira ao País, embora tragicamente, atestar o quanto estava “inteiramente desarmado, sem exército e sem marinha”,⁸ numa linha de argumentação que também não fugia a Rebouças, quando de sua crítica à falta de profissionalismo e às interferências políticas na condução dos esforços de guerra.

A 26 de janeiro de 1863, Rebouças parte para Santos, passando pela ilha de S. Sebastião e chegando finalmente a Desterro, capital da província de Santa Catarina, em 17 de fevereiro, onde inicia as obras de reconstrução da Fortaleza de Santa Cruz.⁹ Seus vencimentos são então de 200\$000 mensais.¹⁰

Por comodidade ou por excesso de zelo profissional, o fato de Rebouças ter fixado residência na Ilha de Anhatomirim, e não no continente, como seu irmão o fizera, conferiu-lhe um lugar privilegiado, permitindo-o perceber um outro ponto fraco nas linhas de defesa daquele Império de dimensões continentais: as dificuldades de comunicação entre os diversos pontos do país e a Corte, que concentrava todas as decisões políticas, e, de um modo geral, as debilidades constitutivas de um exército mal preparado e equipado. A presença de uma fragata de guerra norte-americana na costa de Santa Catarina suscitaria de Rebouças comentários sobre esta deficiência:

Apareceu hoje pela manhã fundeado em frente do Arvoredo um vapor de guerra, que

⁸ Joaquim NABUCO, *Um Estadista do Império*. 5ª edição. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, p. 537. Segundo o autor, a reação esboçada então pelo governo fora no sentido de reforçar as defesas marítimas do País: “A atenção volta-se para as defesas do país, mas somente para o estado das nossas fortalezas, meros simulacros à entrada do Rio de Janeiro ou da Bahia, como provaram ser diante da fragata *Fort* e, depois, do *Wachusett*. A política era mais forte que todas as preocupações, envolvia, estragava, enferrujava todas as molas do serviço público. Não era, entretanto, culpa de ninguém isoladamente, mas de todos”. *Idem*, p. 537.

⁹ Em 11 de março, começa também a redigir seu diário regularmente, motivo pelo qual as referências sobre suas atividades a partir daqui trarão mais detalhes.

¹⁰ *Diário*, 24 de janeiro de 1863.

se aproximou da Fortaleza e junto dela fundeou às 9 horas. O ajudante da Fortaleza foi a bordo e voltou com o Comandante que disse chamar-se O. S. Glissow e comandar a fragata norte-americana *Mochican*. Redigi o ofício pelo qual o comandante o enviava a receber as ordens da Presidência. O destacamento foi posto em armas, donde resultou interrupção no serviço. Observei hoje a dificuldade que há de reconhecer um navio inimigo. O sol batia sobre o vapor de frente e foi só quando ele se achava talvez a 2 ou 3 milhas que pudemos reconhecer com o óculo o pavilhão americano.¹¹

Segundo Rebouças, o comandante Glissow, bem como o cônsul americano presente na embarcação, teriam sido informados de que poderiam receber víveres daquela fortaleza, exceto carvão de pedra e material de guerra. Poderiam também permanecer fundeados por um prazo de 24 horas. Entretanto, no dia seguinte pela manhã, antes mesmo de findar o prazo, a fragata *Mochican* levantava âncora.

Embora não houvesse qualquer clima de hostilidade naquele momento, o episódio teria um desdobramento distinto. Rebouças só seria informado disto em agosto, através do Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha, que o chamara para comunicar que o ministro americano, o plenipotenciário James Watson Webb “reclamara contra o procedimento do Presidente e Comandante da Fortaleza de Santa Cruz com o ‘Mochican’ e que o Marquês de Abrantes mandava informar a respeito”.¹² A nota de Webb era, segundo Rebouças, “petulantíssima”, pedindo a demissão do comandante da Fortaleza com “ameaça de guerra” e dizendo que daria “ordem aos outros navios de guerra, que aqui vierem de tomarem (â força) o carvão de pedra aqui existente”.¹³

Apesar do incidente,¹⁴ Rebouças seguia sua rotina. Entretanto, a narrativa do episódio permite algumas observações, acerca tanto da importância de sua função, como da peculiaridade daquela burocracia que o circundava. Uma vez que era o intermediário entre o presidente da província e o comandante da Fortaleza, tal posição lhe traria algumas vantagens, dentre elas, o de estabelecer contatos com administradores provinciais e diretores de obras públicas. Na viagem que fazia aos portos e docas das províncias nordestinas, em maio do ano

¹¹ *Diário*, 16 de julho de 1863.

¹² *Diário*, 10 de agosto de 1863.

¹³ *Idem*.

¹⁴ Mais do que um caso isolado, o evento revelaria um processo paulatino de mudanças no cenário internacional, originando, segundo Rezende de Carvalho, uma “atmosfera tencionada pelas alterações que se processavam nas relações mantidas por ingleses e norte-americanos com o Brasil, quando as suas investidas mercantis passaram a ser acompanhadas da ostensiva presença de navios de guerra ao longo da costa brasileira” (Maria Alice R. CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 88).

seguinte, ampliaria seus contatos também com engenheiros e práticos, dentre os quais se destacam Zózimo Barroso, também aluno da *Escola Militar* e posteriormente membro da *Sociedade Central de Imigração*, e Beaurepaire Rohan, que seria ministro da guerra no gabinete de 31 de agosto de 1864, e cuja amizade com Rebouças pode ser percebida pelos interesses em comum, dentre eles as preocupações com escravidão, o combate às secas nordestinas, a crítica à grande propriedade territorial.¹⁵ Contatos, portanto, que seriam muito úteis no momento em que deixasse o Exército, para o qual continuava a demonstrar pouca disposição. Já apenas há alguns meses em Santa Catarina, o presidente da província o chamara para que desse um “parecer sobre o pedido de concessão da Estrada de Ferro de Sta. Catarina ao Rio Grande do Sul, apresentado por J. Dias da Cruz Lima”.¹⁶ No mês seguinte, escreveria em seu diário o encontro que tivera com o Visconde de Barbacena, também engenheiro militar, presidente da província do Rio de Janeiro em 1848, e um dos primeiros diretores de estradas de ferro no Brasil¹⁷ e que, por tais qualidades, além da idade avançada (então com 62 anos), muito lhe impressionara:

Travei conhecimento com o Visconde de Barbacena, que pareceu-me boa pessoa. Admirei os conhecimentos que tem de engenharia; sobretudo está perfeitamente em dia com as descobertas mais notáveis sobre vias Férreas, docas, etc. É por certo o homem de idade mais sabido na minha profissão, que tenho até hoje encontrado no Brasil.¹⁸

O Visconde lhe prometeria uma audiência com o Ministro da Agricultura – o mesmo Sinimbu que demonstrara frieza anteriormente –, para estudar, junto com o irmão, o melhoramento do porto da Laguna, no Rio Grande do Sul,¹⁹ fato que o animara, por abrir-lhe novas perspectivas de atuação profissional:

Agradei-lhe muito a sua lembrança, que espero nos livrará da presente *comissão militar* que d’óra em diante pouco pode aproveitar ao País e a nós mesmos.²⁰

¹⁵ Ver, por exemplo, seu discurso “O Futuro da Grande Lavoura”, no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro em 1878, cujos argumentos são bastante próximos aos de Rebouças e outros membros da Sociedade Central de Imigração.

¹⁶ *Diário*, 13 de junho de 1863.

¹⁷ Sacramento BLAKE, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional., 1883.

¹⁸ *Diário*, 25 de julho de 1863.

¹⁹ A missão seria concedida, entretanto, a Antonio Rebouças, por indicação de André, uma vez que este último seguiria para as províncias do Norte, sob o ministério da Marinha.

²⁰ *Diário*, 15 de agosto de 1863.

Entretanto, ao retornar à corte, o Ministério da Marinha tinha outros planos. A 10 de março de 1864, Rebouças foi convocado pelo ministro João Pedro Dias Vieira para estudar o porto e o dique do Maranhão, e sua convocação por outra pasta foi concedida pelo ministro da Guerra ao qual estava subordinado, o oficial do exército João Mariano de Matos, desde que Antonio Rebouças o substituísse na missão anterior, e indicasse outros nomes para ajuda-lo²¹. Todavia, a substituição do ministro da marinha, em 31 de maio, por Araújo Brusque, quase emperrou o projeto, uma vez que este último mostrava-se, segundo Rebouças,

pouco propenso a estudos de melhoramentos do porto de Maranhão. Chegou a dizer ‘O Sr. Dias Vieira é que está agora com estas idéias. Eu conheço o porto do Maranhão’. É inteiramente avesso à formação de companhias para o melhoramento do porto.²²

Talvez o fato de Dias Vieira ser maranhense pudesse interferir nos planos do seu sucessor na pasta,²³ de modo a configurar ao último um caso claro de interesse pessoal. Principalmente porque, segundo Rebouças, Dias Vieira, agora ocupando a pasta dos Negócios Estrangeiros, aceitara ser substituído com a condição de que se mantivesse a comissão de melhoramentos do porto do Maranhão. Justamente por ter entrado em acordo com Brusque neste sentido, afirmava Rebouças, Dias Vieira “*continuava a ser o Ministro da Marinha*”.²⁴ Após novos entendimentos entre os respectivos ministros e Rebouças, sua viagem foi autorizada e seus vencimentos foram fixados, não sem outros embaraços daquela “*teia oficial*”.²⁵

Rebouças não se deteve no estudo do porto do Maranhão, mas empreendeu visitas a outras cidades e portos nordestinos. O relato que fez destes lugares é bastante indicativo de sua visão modernizadora e cosmopolita, numa narrativa que lembra, em muitos aspectos, o *Diário íntimo*

²¹ *Diário*, 3 de abril de 1864.

²² *Diário*, 21 de abril de 1864.

²³ A pasta da Marinha era, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda, a “pasta dos estreates”, tida em geral como “o primeiro degrau dos conselhos da Coroa”. In. Sérgio Buarque de HOLANDA, *Op. Cit.*, p.13. Talvez o fato contribuía para entendermos a relativa licenciosidade de seus ocupantes.

²⁴ *Diário*, 28 de abril de 1864. Grifo do autor.

²⁵ Era precisamente esta a definição de Rebouças para aquela série de atropelos e atrasos. Partiria para o norte com seus vencimentos fixados em 400\$000. Mas a descrição da demora em receber o primeiro pagamento dão bem a idéia dos entraves burocráticos que teria de enfrentar: “Fui às 10 para a Secretaria da Marinha. Só às 11 ½ pude comunicar ao Ministro que a gratificação do mês de abril, a qual devia servir-me de ajuda de custo só podia ser paga pelo Ministério da Fazenda e portanto não era possível recebê-la a tal hora. Respondeu que na verdade não sabia de tal coisa... Enjoado de tanta demora resolvi partir, tomando meu Pai 400\$000 ao Gomes. Já para a primeira comissão a Santa Catarina recebemos 500\$000, tomados do mesmo modo para ajuda de custo! Fui à Contadoria da Marinha pedir que me pagassem a guia; depois ao Tesouro selar a nomeação e a Pagadoria Militar receber a guia que se havia feito para o pacote passado. Levei à Companhia Brasileira o Aviso para me dar passagem. Voltei à contadoria; aí exigiram um Aviso do Ministro para declararem na Guia que meus vencimentos principiaram a 6 de abril. Fui ao Ministro que mandou dar o aviso. Foi só às 2 ½ que fiquei desembaraçado dessa respeitável *teia oficial*.” (*Diário*, 6 maio de 1864, grifos do autor).

do *Engenheiro Vauthier*, exceto, talvez, pela prepotência com que o engenheiro francês – que estivera por 6 anos na província de Pernambuco, no serviço de Obras Públicas –, se referia aos “homens pouco habituados a estudos de matérias científicas”.²⁶ O relato de Rebouças é, neste aspecto, mais ameno, mas nem por isso contemporizador com aquilo que entendia ser o “atraso” e o ambiente retrógrado de uma sociedade provinciana. Por exemplo, Rebouças deplora a instrução pública ministrada em Pernambuco, ao saber que

os lentes da Escola de Direito são quase pela mór parte ultramontanos. O Direito Natural é aí ensinado por Pe. Ventura Caparelli. O Ahrins é absolutamente renegado. Os alunos são irmãos de Nossa Senhora do Bom Conselho. Acompanham as numerosas procissões do Recife, vestidos de casaca preta, com opa e trazendo pendentos do pescoço uma medalha com as armas da Escola, presa a uma fita vermelha.²⁷

Todavia, o aspecto desolador das fortificações, portos e equipamentos públicos existentes monopolizaria sua atenção. Ao chegar ao Maranhão, constata:

Fui ao Dique. Só encontrei o vigilante Guimarães, que quase nada soube dizer. O aspecto é tristíssimo... O cais do Meireles coberto de ervas, a excavação cheia de limo e capim, e uma celeberrima muralha de sustentar terras, de pedra seca, desmoronada e espedada, formam o fundo negro do quadro.²⁸

Este quadro se repetiria diversas vezes, e levaria Rebouças a anotar, com riqueza de detalhes, o cenário e as tarefas necessárias para futuras intervenções. Seria o caso dos diversos projetos que concebia, tais como, por exemplo, o estabelecimento de trapiches para embarque de algodão e açúcar entre o porto do Cabedelo e a capital da Paraíba,²⁹ bem como a constituição de um porto de Comércio para aquela província,³⁰ e a formação de uma “grande companhia para navegação, do Rio S. Francisco até Paulo Afonso, construção de um porto de comércio, docas, etc, na embocadura do rio; de um caminho de ferro para passagem da cachoeira e fazer

²⁶ *Diário íntimo do Engenheiro Vauthier (1840-1846). Prefácio e notas de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940, p. 21. Rezende de Carvalho também menciona a proximidade entre as duas narrativas. (Maria Alice R. CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 100).

²⁷ *Diário*, 15 de maio de 1864.

²⁸ *Diário*, 23 de maio de 1864.

²⁹ *Diário*, 16 de maio de 1864.

³⁰ *Diário*, 4 de novembro de 1864.

a correspondência dos vapores de menor calado, que navegarão daí pelo S. Francisco e seus confluente principais”.³¹

Mas era sobretudo em relação à morosidade e desorganização da burocracia estatal que Rebouças direcionaria a maioria de suas críticas. Indispôs-se contra o “espírito de partido” que permitia a funcionários tecnicamente desqualificados exercerem suas profissões,³² bem como a descontinuidade administrativa, conseqüência da rotatividade dos presidentes provinciais, cujos resultados eram o abandono de projetos anteriores, mesmo que estivessem quase finalizados, bem como a realização de projetos paralelos, duplicando os orçamentos.³³ Contrapunha a esta morosidade pequenas experiências comunitárias bem sucedidas, como a que resultara na construção de um teatro na cidade de Brejo d’Areia:

Assim, pois, a cidade do Brejo d’Areia, a 30 léguas do mar, com 60 anos de fundada, tem já um teatro, 10 belos sobrados, e casas abarracadas que competem com as melhores da Paraíba. No Brejo d’Areia, houve *iniciativa individual*, e esta cidade nascente teve teatro; a Paraíba espera pelos recursos da Província e o teatro começado há 10 anos, permaneceram as paredes entregues às parasitas até agora, que vai ser convertido em Tesouro Provincial.³⁴

2.2. Aspectos da Burocracia e do Exército imperiais

A crítica à instabilidade e desorganização da máquina administrativa é, como terei ocasião de analisar, uma constante no *Diário* e nos artigos de Rebouças. Como visto nas passagens acima, está presente antes mesmo de suas primeiras leituras de autores liberais, em meados de 1866, ao retornar da guerra e desligar-se do Exército³⁵ – momento a partir do qual aprofundaria sua crítica, submetendo-a na verdade à defesa da livre iniciativa e condenando toda forma de intervencionismo estatal na economia.

É possível, portanto, explorar suas observações à luz de uma perspectiva mais ampla, visando a compreensão do funcionamento desta “burocracia” imperial e dos mecanismos políticos que a tornavam tão peculiar. O objetivo da linha de argumentação seguinte é ressaltar

³¹ *Diário*, 2 de novembro de 1864.

³² *Diário*, 25 de maio de 1864.

³³ *Diário*, 2 de outubro de 1864.

³⁴ *Diário*, 8 de dezembro de 1864. Grifos do autor.

³⁵ De acordo com as informações mencionadas em seu *Diário*, Rebouças teria tomado contato inicialmente com a obra de Joseph Garnier (*Notes diverses sur l’Economie Politique*) em agosto de 1866, e no decorrer do ano também com Stuart Mill (*Economia Política*).

a fecundidade da crítica de Rebouças aos eventos que presenciara, seja no interior da burocracia estatal militar na corte, seja sob a movimentação militar durante a Guerra do Paraguai num determinado período. Nesse sentido é que passo a analisar a complexidade da constituição do Exército sob o registro da formação da burocracia estatal, cujas circunstâncias históricas devem ser ressaltadas visando sua melhor compreensão.

Em primeiro lugar, a alegada “estabilidade monárquica”, tão valorizada pelos defensores do regime, principalmente em comparação com as repúblicas vizinhas, não era aplicável senão à figura do Imperador. A continuidade administrativa foi, portanto, antes de tudo uma exceção na história do império. Rebouças bem cedo sofreria as conseqüências das constantes mudanças de ministros e de seus subordinados. As dificuldades de que se ressentiria quando da modernização dos portos e outras iniciativas atestam bem seu drama como engenheiro e funcionário público e explicam, em certo sentido, sua preferência por empreendimentos particulares que fugissem ao ritmo da burocracia estatal. Como bem percebe Sérgio Buarque de Holanda, “(...)os abalos causados insistentemente no país pela rotação caprichosa dos governos, com o cortejo necessário das demissões ou remoções em massa de empregados públicos, tinham efeitos comparáveis aos dos motins políticos que pareciam endêmicos nos países de língua espanhola e embaraçavam, além disso, as medidas que não dessem imediato proveito”.³⁶ A situação era pior nas províncias, cujos presidentes, designados pelos chefes de gabinete, permaneciam por lá o tempo necessário para organizar as eleições, fundamentais para a continuidade do partido que estivessem representando junto à Câmara.³⁷

O cortejo de demissões que acompanhava as quedas de gabinete poderia lembrar à primeira vista, afirma Sérgio Buarque, os sistemas de espólios ou esbulhos existentes na França, Inglaterra e, principalmente, Estados Unidos, onde, através do seu “*Spoil System*”, procurava-se evitar a fidelidade do funcionário público com o partido no poder, bem como o surgimento de oligarquias encasteladas no aparato estatal, e reforçar o critério meritocrático – muito embora o mecanismo também estivesse sujeito a abusos. Entretanto, o efeito seria apenas aparente, pois, no Brasil, a prática seguia orientações completamente distintas, seja pela diminuta existência de uma classe média urbana, classe esta numerosa nos Estados Unidos e esteio de profissionais liberais que pressionassem pela profissionalização da carreira, seja pelo próprio caráter patrimonialista do Estado brasileiro e a dinâmica institucionalizada de clientelas ligadas aos

³⁶ Sérgio Buarque de HOLANDA, *Op. Cit.*, p. 9.

³⁷ *Idem, ibidem.*

dois partidos monárquicos.³⁸ Esta dinâmica clientelista, bem como sua simbiose com o serviço público, seria responsável, segundo Peres Costa, pela fidelidade partidária e nitidez dos partidos, o que, longe de significar compromissos programáticos ou ideológicos, subsumia-se num sistema de alternância temporária que discriminava a figura do “trânsfuga” e rejeitava a prática do “adesismo”, pois, “manter a lealdade em períodos de ostracismo é o que qualificava para o preenchimento dos cargos de confiança quando a situação se invertesse. A cultura política repudiava o adesismo”.³⁹

O que importa ressaltar aqui é tão somente a influência da política sobre a constituição de uma burocracia cuja não profissionalização, em termos weberianos, racionais-legais, talvez seja seu principal traço característico. Segundo José Murilo de Carvalho, a burocracia imperial longe estaria de poder ser concebida como uma “burocracia moderna”: a classificação de cargos era precária; a divisão de atribuições pouco nítida; havia distorções salariais para as mesmas funções conforme o Ministério; não se institucionalizou o sistema de mérito, e nomeações e promoções eram feitas muitas vezes com base no apadrinhamento e favoritismo; as carreiras eram mal estruturadas e a aposentadoria não era generalizada. Daí a indistinção entre administração e política, entre particular e público.⁴⁰ Além do mais, para o autor, a burocracia imperial possuía uma outra qualidade: a de funcionar como um “poderoso elemento de cooptação dos potenciais opositores, oriundos dos setores médios urbanos e das alas decadentes da grande propriedade rural”.⁴¹

Para Raymundo Faoro, seria a realidade do “estamento burocrático” ou “político” quem colocaria em evidência a indefinição das fronteiras. O patrimonialismo do Estado brasileiro, herança portuguesa, reproduziria igualmente um de seus principais sub-produtos: uma camada social ligada diretamente ao Estado, comunidade política que conduziria, comandaria e supervisionaria os negócios, como “negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois”.⁴² Da mesma forma que o estamento não se confundia com a aristocracia – também numa linha de continuidade com o Estado português, de cooptação das oligarquias e das aristocracias rurais, desmentindo portanto a tese de feudalismo –, sua participação junto ao

³⁸ *Idem*, pp. 85 e ss.

³⁹ Wilma P. COSTA, *A Espada de Dâmocles...*, p. 129. Raymundo Faoro também observa com interesse o mecanismo, que denomina por “ostracismo institucionalmente regulado”, e seria capaz de impedir o desespero dos derrotados e mantê-los nas agremiações partidárias na expectativa de retorno aos gabinetes (Raymundo FAORO, *A Pirâmide e o Trapézio*, 3ª edição. São Paulo: Globo, 1988, p. 75). As alavancas do mecanismo, entretanto, estavam nas mãos do Poder Moderador.

⁴⁰ José Murilo de CARVALHO, *A Construção da Ordem: A elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Iuperj / Relume-Dumará. 1996, pp. 144 e ss.

⁴¹ *Idem*, p. 149.

⁴² Raymundo FAORO, *Os donos do poder...*, p. 733.

Estado, dentro das malhas da administração, também não lhe conferia o caráter puramente burocrático: não se trata de uma burocracia no sentido moderno, de um aparelhamento racional, mas de formas de apropriação do cargo, este carregado de “poder próprio, articulado com o príncipe, sem a anulação da esfera própria de competência”.⁴³ As subvenções, os ordenados e as pensões “devoram o Estado, para o proveito ostentatório da fidalguia, da fidalguia enclausurada no cargo público”. Este estamento se caracterizava, portanto, segundo Faoro, como uma “nobreza burocrática”.⁴⁴

Outros autores também atribuem à burocracia e, conseqüentemente, ao Estado imperial, o caráter patrimonial, embora os resultados analíticos sejam diversos.⁴⁵ Longe de encetar uma discussão teórica sobre o caráter desta burocracia, quero aqui sinalizar as circunstâncias históricas que presidiram sua formação, e extrair delas considerações sobre seus limites. Nesse sentido, minha atenção aqui se prende aos aspectos complexos de formação da força armada profissional, uma vez que seu estudo é uma via privilegiada para se pensar o próprio Estado, entendendo-o, num registro weberiano, como o detentor do monopólio da violência legítima.⁴⁶ Acredito que a narrativa de Rebouças sobre sua participação na Guerra do Paraguai ilustre a complexidade desta questão.

Sua participação naquela guerra marcou profundamente sua trajetória intelectual, haja vista suas críticas ao militarismo em todos os seus aspectos. Todavia, seu relato sobre as vicissitudes enfrentadas pelas forças de 1ª linha ajudam a entender os limites impostos à constituição de uma força militar coesa e regida por critérios meritocráticos. Se os mecanismos políticos de patronagem e clientela ajudam a entender os limites quanto à transformação da administração pública imperial numa burocracia moderna, a constituição de uma força armada profissional, com critérios universais e meritocráticos de inscrição, também esteve sujeita aos mesmos fatores. Mas, tanto num setor como noutro, a escravidão, por certo, foi o principal entrave. No caso da força armada, a questão era tão mais grave quanto um conflito das dimensões como a Guerra do Paraguai seria revelador não apenas das fragilidades da monarquia brasileira, como

⁴³ *Idem*, p. 84.

⁴⁴ *Idem*, p. 89.

⁴⁵ Além das análises de Raymundo Faoro e José Murilo de Carvalho, lembramos também as considerações de Fernando URICOECHEA, *O Minotauro Imperial. Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX*, Rio de Janeiro: Difel, 1978. Através de uma orientação marxista, mas cujo débito com a análise weberiana pode ser apreciado pelas considerações de Nicos Poulantaz, Décio SAES também tece considerações fundamentais sobre o caráter do Estado e da burocracia imperial (*A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*, São Paulo: Paz e Terra, 1985). Todavia, seu interesse transcende a caracterização formal do Estado em direção à correspondência entre Estado e relações de produção. Voltaremos à questão quando discutirmos mais a fundo as conseqüências da escravidão.

⁴⁶ Segundo Wilma Peres COSTA, “a força armada profissional, instrumento fundamental desse monopólio, torna-se elemento constitutivo da própria definição de Estado” (Wilma P. COSTA, *A Espada de Dâmocles...*, p. 27).

precipitaria sua própria queda.

Rebouças participou da guerra por um período relativamente curto, entre maio de 1865 e junho de 1866. Antes, portanto, dos revezes militares das forças aliadas em Curupaiti, e da subida do marquês de Caxias ao comando do Exército brasileiro. Portanto, o período em que permanecera no teatro de operações ainda estava marcado pelas discussões quanto à condução da guerra, e, particularmente em relação ao exército nacional, pelas relações conflituosas entre chefes militares e agremiações partidárias, que resultavam em constantes embaraços para a própria movimentação das tropas. A ascensão do marquês, em outubro de 1866 visava capacitar o Exército para as operações bélicas exigidas, e acabar com as disputas entre os chefes militares, num processo de relativa modernização da instituição.⁴⁷

No entanto, o período em que Rebouças participou do conflito foi decisivo: uma parte estratégica do território brasileiro, justamente objeto de litúgio de fronteiras, estava ocupada pelo exército paraguaio. Assim, Rebouças teve a oportunidade de estar envolvido em alguns dos episódios mais dramáticos e simbólicos do conflito, como o cerco à cidade riograndense de Uruguai e as primeiras operações do exército brasileiro em território paraguaio, no acampamento do Passo da Pátria e Tuiuti, tendo sido encarregado, inclusive, da redação do *Diário Oficial* da expedição de ocupação da Ilha de Redenção e do Forte de Itapiru, entre abril e junho de 1866.⁴⁸ Este fato revela, por outro lado, que sua participação na guerra foi de grande importância tanto intelectual como política: afinal, redigir um relatório era compor a versão oficial da guerra, ao mesmo tempo em que lhe permitia ter acesso a documentos e fontes que não estavam à disposição da maioria dos combatentes e mesmo de oficiais subalternos.

Antes de ir à Guerra, em 9 de janeiro de 1865, ou seja, menos de um mês após ter retornado das vitórias aos portos do nordeste, Rebouças considerou a possibilidade de se alistar junto aos corpos de “Voluntários da Pátria” recém-criados pelo governo, oferecendo-se para ir com o irmão “abrir no tempo mais curto possível uma estrada estratégica da Província do Paraná ao Paraguai aproveitando o Rio Curitiba”.⁴⁹ Rebouças se empenhou neste projeto e o apresentou ao ministro da Guerra, Beaurepaire Rohan, que o acolheu com simpatia.

⁴⁷ Victor IZECKSOHN, *O Cerne da Discórdia – A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997, p. 25.

⁴⁸ Acampado em Passo da Pátria, Rebouças retorna enfermo para Corrientes entre os dias 5 e 26 de maio, não participa pessoalmente, portanto, da maior batalha campal da Guerra, a “Batalha de Tuiuti”, que culminou numa vitória aliada. Apesar de doente, Rebouças continua a registrar os acontecimentos e anotar os comentários sobre o andamento das operações. O caderno no qual estão assentadas as notas da Guerra do período de março a junho de 1866 foi publicado integralmente por Maria Odila Silva DIAS (*André Rebouças. Diário. A Guerra do Paraguai (1866)*). São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 1973), permanecendo inédito até então. Tal material apresenta em riqueza de detalhes notas sobre a movimentação da tropa aliada sediada entre a província de Corrientes e a bifurcação dos rios Paraguai e Paraná, bem como transcreve o Diário Oficial da expedição acima.

⁴⁹ *Diário*, 9 de janeiro de 1865

Entretanto, o Ministro das Obras Públicas, Jesuíno Marcondes de Oliveira, também reivindicava a autoria do projeto, afirmando ademais desconhecer a origem do manuscrito que Rebouças lhe entregara. Dias mais tarde saberia através de outro funcionário ter “ouvido taxarem de “utopia” o projeto da Estrada Militar por mim feito. Eis o segredo que tem guardado o Sr. Marcondes”.⁵⁰ O projeto de construir uma “estrada de ferro estratégica” seria retomado por Rebouças após sua participação no conflito, quando de sua participação, junto com seu irmão, nos empreendimentos ferroviários da província do Paraná. Retornarei a isso no capítulo III.

A 28 de maio de 1865, Rebouças, agora como 1º tenente do Corpo de Engenheiros, desembarcou em Montevidéu, junto ao Exército do General Osório, então no comando do exército brasileiro, em Concórdia.⁵¹ As últimas notícias informavam ter sido a província de Corrientes, na Argentina, invadida pelos Paraguaios. Vinha a bordo do vapor *São Francisco*, antigo *Cotopaxi*, comprado aos americanos, e que, por ser antes uma embarcação própria para o transporte de mercadorias, era extremamente incômoda, valendo de Rebouças observações quanto a “incapacidade do nosso Governo e a sua inferioridade competindo com Companhias, ainda que dirigidas como a dos Paquetes Brasileiros a Vapor”.⁵² Não seriam as primeiras nem as últimas observações deste tipo. Por quase todo o período em que permaneceu sob as fileiras do Exército, muito poucas seriam as notas elogiosas sobre sua organização e sobre o planejamento das marchas de operações, comentando que “a esta guerra, começada sem plano, e feita na maior desordem, só a Divina Providência lhe pode dar bom fim”, e reconhecendo afinal que “ainda é muito cedo para penetrar na América do Sul a Arte da Guerra”.⁵³ O quadro de desorganização que lhe é dado ver realmente não o animava a tecer outro tipo de comentário. As condições higiênicas dos acampamentos eram precárias e sobretudo negligenciadas, permitindo-se a proliferação de epidemias de todo tipo:

O General [Osório] queixou-se muito do mau estado de saúde do Exército. A bexiga, o tifo e o sarampo são as moléstias dominantes. O Batalhão dos Voluntários Policiais da Bahia é de todos o que menos tem sofrido, só havia perdido 4 praças até esta data. As moléstias parecem ter principalmente por causa a mudança de clima, a epidemia de bexiga transportada do Norte, principalmente do Maranhão, pelos voluntários, e a

⁵⁰ *Diário*, 17 de março de 1865.

⁵¹ Segundo Joaquim Nabuco, o exército de Concórdia era a “base da defesa da Aliança”. (in. *Um Estadista do Império. Op. Cit.*, p. 532.)

⁵² *Diário*, 29 de maio de 1865.

⁵³ *Diário*, 16 e 17 de maio de 1865, respectivamente.

falta de medidas higiênicas no Acampamento. O Hospital de São Francisco porque passamos, era uma simples palhoça situada num terreno que havia sido alagado numas grandes chuvas que caíram pouco depois da chegada das tropas e no entanto cercado de colinas! O acampamento tinha um péssimo cheiro, devido principalmente a se carnear em todas as barracas desde a guarda do Porto até atrás da barraca do próprio General, deixando-se pelo chão as peles e os ossos. Acrescentando-se a tudo isso a ignorância e a revoltante indiferença da maior parte dos médicos do Exército.⁵⁴

Além disto, a “inércia do Ministro Furtado”⁵⁵ em determinar a retirada daquele acampamento, montado desde 20 de fevereiro, teria custado a vida de 900 praças e mantido doentes 460 no Hospital de Montevideó, “miserável enfermaria estabelecida em um saladeiro e alugada por 800 patacões por mês (1:600\$000)”.⁵⁶

As irregularidades do fornecimento de equipamentos e outros mantimentos de primeira necessidade foram também notadas pelo engenheiro, constituindo uma realidade que o acompanharia desde seu desembarque em Montevideú até as primeiras operações em Passo da Pátria, em 1866. Assim, a tropa desembarcada em Montevideú pelo *São Francisco* não tinha recebido refeição regular durante a viagem, estava sem roupa de inverno, e mesmo as barracas enviadas pelo Rio de Janeiro tiveram que ser substituídas por barracas de lona, “mandadas fazer em Montevideú pelo General Osório” porque as existentes eram de um “brim muito ordinário”;⁵⁷ o fornecimento de farinha, açúcar, café, mate e rezes era irregular e motivo de constantes desentendimentos entre Osório e os comerciantes uruguaios;⁵⁸ o batalhão de Engenheiros não possuía picaretas, e muitas vezes os trabalhos de construção de pontes de desembarque eram feitos “só com o socorro de sabres, baionetas, com os quais se tirou terra, se cortou madeira, etc”.⁵⁹ Uma vez que o Exército não possuía meios próprios de abastecimento, recorria-se com freqüência ao auxílio de comerciantes platinos e fornecedores estrangeiros,⁶⁰ e não raro abusos e casos de superfaturamento eram percebidos, como no exemplo do proprietário inglês da Estância de Daiman, que exigira do Exército brasileiro 31:000\$000 “(aproximadamente um conto por dia) pelos danos causados” pelo acampamento

⁵⁴ *Diário*, 1 de junho de 1865.

⁵⁵ Francisco José Furtado, presidente do Conselho do Gabinete de agosto de 1864 a maio de 1865. Quando Rebouças escreve esta nota, todavia, o gabinete era chefiado pelo marquês de Olinda.

⁵⁶ *Diário*, 2 de junho de 1865.

⁵⁷ *Diário*, 29 de maio de 1865.

⁵⁸ *Diário*, 3 de junho de 1865.

⁵⁹ *Diário*, 4 de junho de 1865.

⁶⁰ Maria Odila S. DIAS, *Op. Cit.*, p.25, nota 7.

lá montado⁶¹.

Mas era sobretudo em relação à falta de planejamento estratégico e às relações entre os antigos oficiais e os interesses partidários que Rebouças voltava sua atenção. Critica o “estado de abandono da fronteira do Rio Grande” ao saber das notícias do avanço das forças paraguaias de Corrientes em direção àquela província, e da retirada do general Canabarro, que, “vendo que não poderia sustentar em Uruguaiana o ataque dos Paraguaiois, se retirara em direção de Alegrete”. Entretanto, alega que, segundo o depoimento do general Sampaio, haveria em S. Borja dez mil homens estacionados, que se prestariam a uma resistência. “Faltam infelizmente forças e o que é ainda pior, uma direção, um plano e iniciativa”⁶². A confirmação viria alguns dias depois, quando os paraguaiois invadiram a província por S. Borja, dias após ter o Exército aliado, liderado por Mitre, se retirado da fronteira por não considerar seriamente a possibilidade de um ataque:

tudo isso era sabido com certeza por informações do Mitre!!
...será verdadeiramente irrisório que o Exército Brasileiro vá expelir de Corrientes os paraguaiois, deixando-os assolar a Província do Rio Grande do Sul!!⁶³

Rebouças, em conversa com seu chefe imediato, o tenente-coronel Carvalho, alertou para a necessidade de convencer Osório, antes da conferência que teria com Mitre, comandante das forças aliadas, e Urquiza, do exército uruguaio, “de marchar para Uruguaiana... que a divisão do General Sampaio, que está prestes a marchar, poderia seguir já com esta artilharia para pôr em estado de resistir a um sítio, a cidade de Uruguaiana”⁶⁴. Inutilmente, pois, como é sabido, o comandante do exército paraguaio na região, Estigarribia, invadiria, em 5 de agosto, a cidade de Uruguaiana, a qual, segundo Joaquim Nabuco,

só no dia 4 conhecera a decisão dos nossos generais de a não defenderem, e onde por isso se dera um pânico indescritível. Em quaisquer circunstâncias esse estado indefeso da nossa margem do Uruguai importaria grave censura à administração militar do Império. A censura, porém, é tanto mais fundada quanto teve o governo aviso em janeiro da invasão, e ela só se efetuou em junho. Nesses cinco meses nenhuma

⁶¹ *Diário*, 4 de setembro de 1865.

⁶² *Diário*, 6 de junho de 1865.

⁶³ *Diário*, 15 de junho de 1865.

⁶⁴ *Diário*, 16 de junho de 1865.

providência *eficaz* foi tomada, nenhum plano assentado para obstar à invasão.⁶⁵

Rebouças ainda insistiria outras vezes na necessidade de deslocar parte daquele exército à província riograndense, e inclusive redigiria uma carta diretamente a Osório. O general lhe respondera que, apesar da impossibilidade de destacamento de qualquer parte daquele exército, que estava sob as ordens de Mitre, estava seguro de que

foi com a maior repugnância que atravessara o Uruguai sob a pressão das ordens do Governo, que ordenara positivamente a concentração das forças na Concórdia sob as ordens de Mitre; que ainda ultimamente recebera aprovação deste ato, que ele estava convencido ter sido um erro; que desde que tomara conta do Exército oficiara ao Presidente do Rio Grande do Sul sobre a necessidade de concentrar as forças, que estavam na fronteira do Jaguarão; que o tal Presidente Gonzaga lhe respondera com razões muito fora de propósito.⁶⁶

Impaciente com a demora nas decisões, Rebouças solicitou a Osório licença para ir pessoalmente à Uruguiana, no que foi rapidamente atendido. Já no dia seguinte, 4 de setembro, seguiu em direção ao Rio Grande, embarcando no *11 de junho*, vapor que conduzia o Almirante Tamandaré e o General Mitre, presidente da República Argentina e comandante em chefe do exército aliado, chegando ao Salto, norte de Uruguiana, no dia 10.

Apesar de sua patente de 1º tenente, em várias ocasiões o posto de Rebouças não fora empecilho para travar conversas diretamente com os generais sobre as estratégias de guerra. A bordo daquele vapor, Rebouças foi apresentado pelo almirante Tamandaré ao General Mitre, dizendo “que eu era dos irmãos Rebouças, engenheiros brasileiros muito distintos, e dos quais se esperava tão bons serviços como de seu Pai, o conselheiro Rebouças, um dos primeiros advogados do Rio de Janeiro”.⁶⁷ Se por um lado isso se devia à notoriedade pessoal e à sua condição de engenheiro, por outro reflete bem a posição singular que os oficiais formados pela *Escola Militar*, e em particular o corpo de engenheiros militares, tinham no interior do exército. A especificidade daquela guerra, demandando conhecimentos no uso de aparelhos sofisticados, fortificações e mapeamento de terrenos, principalmente após a ofensiva no interior do desconhecido território paraguaio, contribuía para a valorização destes profissionais,

⁶⁵ Joaquim NABUCO, *Um Estadista...*, p. 531.

⁶⁶ *Diário*, 15 de agosto de 1865.

⁶⁷ *Diário*, 7 de setembro de 1865.

transformando-os no “núcleo profissional por excelência” do exército brasileiro.⁶⁸ Apesar desta valorização ter-se iniciado com as reformas de 1850, a que aludi no capítulo anterior, e reforçado com a criação do primeiro Corpo e da Comissão de Engenheiros pelo General Osório, dos quais Rebouças fazia parte, seria todavia sob a chefia de Caxias, a partir de outubro de 1866, que os engenheiros militares teriam uma posição de relevo na própria organização do Exército.⁶⁹

É então que o relativo prestígio de que mencionei acima entra aqui como uma circunstância decisiva, pois, permitiu a Rebouças redigir, ainda a bordo do *11 de junho*, uma carta ao próprio Ministro da Guerra, Ângelo Ferraz, solicitando-lhe intermediar, junto ao Imperador, cautela na rendição do exército paraguaio em Uruguaiana, e clamando pelo seu não bombardeamento. A correspondência é interessante também por apresentar como argumento os interesses comerciais uruguaios e político-eleitoriais de riograndenses contra Uruguaiana como sendo os únicos motivos para a destruição daquela cidade. O documento é revelador, portanto, das dificuldades de que se revestia a continuidade da Aliança entre Brasil, Uruguai e Argentina, bem como da fragilidade do próprio exército brasileiro, de tal forma que a defesa de uma cidade em seu próprio território constituía motivo de negociações em relação à melhor estratégia e, fundamentalmente, sobre o comando das operações, com aliados estrangeiros. Deixa entrever igualmente a interferência de interesses políticos de uma província estratégica, a qual, por sinal, muito contribuíra para as constantes intervenções militares brasileiras na região do Prata.

A bordo do 11 de junho, 8 de setembro de 1865.

Ilmo. e exmo. Sr – V. Excia. Recomendou-me, quando parti do Rio de Janeiro, que lhe escrevesse; nunca julguei ter de fazê-lo para tratar de assunto tão importante e em circunstâncias tão críticas.

Vem a bordo o General Mitre, o seu Estado Maior e o Batalhão 11º de Infantaria: o Batalhão Santafesino de Guardas Nacionais nos acompanha no Vapor União. Todo este pessoal vai com destino a tomar de assalto Uruguaiana.

Faz hoje 30 dias que os paraguaios ocupam esta cidade e nada seria mais triste e aviltante para as armas brasileiras do que ser preciso que se derrame sangue argentino e oriental para se expelir dela um exército desmoralizado, faminto, sem munições e

⁶⁸ Victor IZECKSOHN, *Op. Cit.*, p.153.

⁶⁹ Wilma P. COSTA, *A Espada de Dâmocles...*, pp. 215 e ss.

com um armamento incomparavelmente inferior.

Os paraguaios devem estar a morrer de fome. Bastaria, pois, tomar o sítio rigoroso, acompanhado de um bombardeamento tão somente contra as obras de terra, para que em 10 dias, ao mais tardar, se rendam pela fome, tendo já neste tempo perdido por falta de pasto os bois e cavalos que possuíam.

Por outro lado o exército aliado não se pode pôr em movimento por todo este mês, faltam-lhe bois e cavalos: os animais, que possuem presentemente cansam com 2 léguas de marcha. Está-se, além disso, a espera do contingente prometido por Urquiza.

O Exército paraguaio do Paraná, por falta de animais não se pôde também mover: e se o fizer encontrará o exército sob as ordens do General Osório, para lhe embargar o passo.

Assim, pois, não há causa alguma que obrigue derramar sangue com um assalto inglório e a destruir Uruguaiana.

Cumprir ainda não esquecer que os orientais desejam a destruição de Uruguaiana – o principal empório do comércio do Alto Uruguai – para substituí-la por uma cidade oriental.

Há desgraçadamente também riograndenses (quem o acreditaria?!) que o desejam afim de anularem um importante colégio eleitoral de adversários!

Peço, pois, instantemente a V. Excia. que se digne apresentar a S. M. I. estas razões, afim de que ele se digne providenciar para que, contra todos os princípios da guerra no século atual, e contra os interesses políticos e comerciais dos brasileiros, não se derrame sangue inutilmente e não se destrua Uruguaiana.

Apresentando a V. Excia os mais sinceros protestos de respeito tenho a honra de assinar-me.⁷⁰

A descrição que segue corroboraria a intuição da véspera, isto é, de que os sitiados estavam no limite da resistência:

Às 2 horas da tarde mandaram os chefes responder que se entregavam; principiou então a cena mais cômica, senão a mais abjeta, que tem visto a América do Sul: - o desfile perante o Imperador, tendo ao lado Mitre e Flores, do exército paraguaio, se tal nome pode merecer o bando de esfarrapados mendigos carregados de objetos

⁷⁰ REBOUÇAS, A. *DP*, 8 de setembro de 1865.

roubados em Itaqui, S. Borja e Uruguaiana.

Dir-se-ia uma procissão dos famosos habitantes da *Cour des miracles*, um levava um chapéu de senhora aberto; outro uma cadeira; outro panelas, todos sacos cheios de um milhar de coisas; mostravam uma satisfação e uma alegria, que em muitos era devida ao estado de embriaguez em que se achavam.

(...) Nas malas do cura e nas do chefe Estigarribia, em que se contara encontrar correspondências oficiais da maior importância, só se acharam peças de seda, leques, jóias, etc.

Dizem que Estigarribia (...) se apresentara com as dragonas e o chapéu armado de um Tenente Coronel da Guarda Nacional de S. Borja! Eis aí os inimigos com quem se ia medir o nosso Imperador.⁷¹

A invasão punha a nu, portanto, a incompetência da Milícia Rio Grandense, fato que levaria Davi Canabarro à Corte Marcial. O ministro da Guerra Ângelo Ferraz, em discurso na Câmara no ano seguinte, homenagearia o engenheiro e lembraria da correspondência recebida nestes termos:

Não dissimularei também que atuava nessa ocasião no espírito de muitos a consideração de estragar-se por meio de bombardeamento a linda e florescente vila de Uruguaiana, empório do comércio do Uruguai, e que em alguns estrangeiros e nacionais ardia o desejo de vê-lo destruído, com proveito da povoação fronteira do Passo dos Livres ou Restauração, sua rival. Do talentoso oficial de engenheiros André Rebouças recebi em caminho uma Memória sobre a desvantagem de ser bombardeada a vila de Uruguaiana, como se desejava e propunha, e a possibilidade do seu rendimento em pouco tempo, apertando o cerco e com o aumento das forças que se esperavam.⁷²

Além disso, a resposta de Ângelo Ferraz, elogiando de púlpito a atitude individual de Rebouças, assinalaria, a meu ver, a abertura de uma possibilidade de ingresso no funcionalismo público que Rebouças, mais tarde, não descuraria. Como destacarei adiante, a suposta “proteção” de Ângelo Ferraz seria importante para o empenho de André em se candidatar a um concurso na *Escola Central*, em 1866.

⁷¹ *Diário*, 18 e 19 de setembro de 1865.

⁷² Discurso de Ângelo Ferraz na Câmara. 13 de abril de 1866. Apud Joaquim NABUCO, *Um Estadista do Império...*, p. 574.

Mais do que a mera disposição humanitária que caracterizaria Rebouças, a confirmação do não bombardeamento de Uruguaiiana lhe importaria como afirmação da Monarquia brasileira frente às turbulências no Prata e aos interesses oligárquicos locais. Era esse o tom que apresentaria decorridos 28 anos depois do conflito. Nas correspondências mantidas com os amigos durante o auto-exílio, recordaria o episódio num registro otimista e valorizador do papel magnânimo que teria tido o monarca, deplorando os interesses políticos que julgava serem decorrentes do caudilhismo e do militarismo, ressaltando também a integração problemática do Rio Grande do Sul. Finalmente, e fato igualmente importante, reduzindo notavelmente o papel que o engenheiro mesmo tivera no curso dos acontecimentos. A sombra do monarca deposto ofuscava o brilho do engenheiro.

A contraprova matemática da covardia do Rio Grande do Sul está na missérrima história da invasão paraguaia. Eu estava, então, no exército, comandado pelo Rio Grandense Osório. Só tomavam real interesse na infamia da invasão o baiano André Rebouças e o cearense General Sampaio. O próprio Osório oscilava entre a amizade a Canabarro e o despeito contra os conservadores de Uruguaiiana, que o haviam derrotado em uma eleição!!

Foi preciso requerimento meu, datado de Gualeduaicito, em 2 setembro 1865, para permitir-me Osorio ir socorrer Uruguaiiana. (...)

Comoveu a rendição de Uruguaiiana - 18 setembro 1865 - relembrando a esses traidores e ingratos a abnegação do Imperador D. Pedro II, deixando mulher e duas filhas recém casadas, e levando os genros para sofrerem frio e fome nos campos do Rio Grande do Sul, mas salvando a Dignidade da Pátria Brasileira; livrando Uruguaiiana de ser bombardeada e saqueada por Argentinos e Uruguaios...

O santo velho dizia-me no 'Alagoas': - "ainda hoje quero bem ao Silveira Lobo, ministro da Marinha, e único a ajudar-me a partir para o Rio Grande do Sul..."

E, em Petrópolis e por toda a parte: - "Em Uruguaiiana seguimos o seu conselho e salvamos 7.000 paraguaios...". Heróico e Bravo D. Pedro II.⁷³

Assim, o episódio de Uruguaiiana, apesar da pouca importância como feito militar, teria uma repercussão sobretudo simbólica, particularmente cara aos defensores do regime. Para Joaquim Nabuco, a presença do Imperador no Rio Grande do Sul "foi um ato de grande alcance não só

⁷³ André Rebouças para Alfredo Taunay, 14 de julho de 1893.

para a consolidação do sentimento monárquico, sobretudo no Rio Grande, como para a consolidação da Aliança”.⁷⁴

2.3. Escravidão e Exército Nacional: algumas reflexões teóricas

A monarquia brasileira poderia figurar nestas construções simbólicas com toda a pompa que lhe poderia ser devida. O episódio de Uruguiana, entretanto, não deixa dúvidas quanto à sua fragilidade. Segundo Wilma Peres Costa, o evento também poderia ser lido pelo seu significado simbólico, mas por razões opostas às apresentadas por Rebouças e pelos demais defensores do regime, pois revelaria antes uma síntese dos problemas enfrentados pela monarquia na Guerra do Paraguai: evidenciaria “a percepção do despreparo militar do Império, as tensões envolvidas na Tríplice Aliança e os riscos que ela envolvia para o prestígio interno e externo da Monarquia”.⁷⁵ Assim, num mesmo cenário se descortinavam a sua fragilidade militar, a vulnerabilidade de suas defesas e sua dependência em relação ao aliado recente, mas adversário histórico: a Argentina.

Complexificaria o cenário a presença, durante o cerco, do ministro britânico Edward Thornton, que viera reatar as relações diplomáticas com o Brasil. Muito provavelmente aproveitou-se a ocasião para retomar um tema antigo mas nem por isso menos explosivo, na verdade, a origem de muitas das dificuldades relacionadas acima: o tema da escravidão.⁷⁶ Segundo a autora, é provável que boa parte dos motivos presentes na elaboração da Lei de 1871 estivessem delineados ali, resultantes da complicada situação do País, ridicularizado pelo Paraguai e exposto, para os aliados, sua principal fraqueza: “é certo, porém, que nunca antes dos eventos de Uruguiana, a monarquia tivesse sentido tão concretamente o opróbrio que a escravidão representava para o Império, diante de um inimigo que a lançava em seu rosto, dos aliados perante quem ela era constrangida e humilhada e das próprias tropas brasileiras nas quais os homens de cor se amiudavam”.⁷⁷

Embora estivesse presente no cerco à uma cidade brasileira, o Imperador não podia comandar as operações, que cabiam ao presidente argentino, pelo tratado da Tríplice Aliança. Somente certa habilidade diplomática, e mesmo a deferência para com a figura do Imperador por parte de Mitre, concederam ao Brasil a chefia de uma ação militar em seu próprio

⁷⁴ Joaquim NABUCO, *Um Estadista...*, p. 561.

⁷⁵ Wilma P. COSTA, *A Espada de Dâmocles...*, p.174.

⁷⁶ *Idem*, p.183.

⁷⁷ *Idem*, p.185.

território, e as conseqüências poderiam ser bem diferentes caso houvesse real necessidade de combate.⁷⁸ Assim, visto por este ângulo, o próprio interesse em evitar o combate poderia representar uma saída aos impasses que a divisão política do comando trazia àquelas operações bélicas.

Que o Império não possuía uma força militar preparada para um conflito daquelas proporções, é quase uma unanimidade apontada pela bibliografia do período. O maior conflito militar da América do Sul introduzia no continente uma “guerra moderna”, até então inédita. Segundo Ricardo Salles, ela se imiscuía, ainda que indiretamente, no contexto geral de expansão capitalista e do predomínio britânico na região platina, além de demandar recursos tecnológicos modernos e mobilização de recursos humanos em escala até então sem precedentes, podendo ser definida como uma “guerra total”.⁷⁹ Apesar da discrepância de números e de fontes, calcula-se em cerca de 600.000 o total de mortos no conflito, entre civis e militares.⁸⁰ Sobre a composição do exército, calcula-se que o Brasil enviou cerca de 135.000 soldados, sendo, em termos numéricos, o maior exército entre os aliados, representando 2/3 do contingente. O contingente representado pelo Paraguai seria de cerca de 60 a 80.000 homens no início do conflito.⁸¹

Entretanto, apesar da superioridade numérica das forças brasileiras, a base do exército profissional era em média de 18.000 soldados até a eclosão do conflito, sendo que estas forças eram apenas uma parte do poderio militar do Império, composto também pela Guarda Nacional.⁸² Vários autores vêem nesta duplicidade militar uma questão fundamental, extraindo dela considerações sobre o desprestígio do Exército diante da burocracia e da política imperiais.

Para Sérgio Buarque de Holanda, a fundação da Guarda Nacional fora presidida pela necessidade de complementar o Exército e colaborar para a sustentação da ordem inaugurada em 1831.⁸³ Não caberia para o autor, portanto, a tese explorada por muitos de que tal milícia visasse substituir ou neutralizar o exército, e lança como argumento o fato de que sua organização fora atribuída a Lima e Silva, futuro marquês de Caxias – muito embora o próprio autor atribua a Caxias o fato de ser, “senão o mais civil dos nossos maiores guerreiros, o que

⁷⁸ *Idem*, p.182.

⁷⁹ Ricardo SALLES, *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na formação do exército*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 8.

⁸⁰ *Idem*, p. 10.

⁸¹ *Idem*, *ibidem*.

⁸² Wilma P. COSTA, *A Espada de Dâmocles...*, p.144.

⁸³ Sérgio B. HOLANDA, *Op. Cû.*, p. 315.

mais facilmente despe a farda do soldado para envergar o fardão do senador, ou ministro”.⁸⁴

Segundo José Murilo de Carvalho, o desprestígio da corporação tinha a ver com a opção política da elite imperial, majoritariamente civil e discriminatória daquilo que julgava ser um perigoso meio de propagação do caudilhismo e militarismo do restante da América espanhola, republicana e balcanizada em pequenos estados nacionais. Desta forma, o “cadetismo” português da primeira geração de oficiais representava muito bem o tipo de força armada que se pretendia, pois resguardava a oficialidade aos filhos da “nobreza civil” e o recrutamento à população pobre urbana e rural.⁸⁵ Esse processo de nobilitação vai perdendo força e em meados do século a própria oficialidade é formada por egressos de famílias modestas.

Por outro lado, apesar de suas pretensões centralizadoras, a burocracia imperial era frágil nos níveis provincial e local. Esta incapacidade tentacular do Estado seria compensada por soluções de “compromisso” com os poderes locais, sendo que a Guarda Nacional seria um exemplo deste tipo de solução, por significar um tipo de administração litúrgica e censitária, aglutinando os proprietários territoriais. Nesse sentido, a Guarda Nacional era inclusive “politicamente mais confiável” do que as tropas de linha, haja vista a participação destas últimas nos conflitos do período regencial.⁸⁶ A marginalização política a que estava submetido levou o setor da oficialidade do Exército, sobretudo depois da Guerra do Paraguai, a tornar-se uma “contra-elite”⁸⁷ e a desenvolver um sentimento de oposição à elite civil que, com o reforço do positivismo como doutrina de caserna, consolidaria uma base intelectual sólida contra o regime monárquico e contra a escravidão.

Raymundo Faoro, embora pela perspectiva da incorporação estamental, também admite a tese da neutralização das forças armadas, vendo-a como a confirmação de um velho dissídio entre exército e trono que, dentre outras coisas, assinalaria a própria débacle do regime.⁸⁸ Assim, da era colonial até 1831, o exército seria um ramo da aristocracia, possuindo evidentes conotações de cooptação nobiliárquica, constituindo-se num atalho privilegiado para que jovens ingressantes galgassem o oficialato e a nobilitação. Todavia, quando se dá o processo de reestruturação e democratização do acesso à *Escola Militar*, que mencionei no capítulo anterior, a própria carreira já não oferecia as mesmas chances de integração estamental, por uma série de fatores que contrarrestaram aquela aristocratização: o apoio da tropa ao povo sublevado contra

⁸⁴ *Idem*, p. 323.

⁸⁵ José M. CARVALHO, *Op. Cít.*, p. 172.

⁸⁶ *Idem*, p. 174.

⁸⁷ *Idem*, p. 177.

⁸⁸ Raymundo FAORO, *Os Donos do poder...*, p. 470.

o primeiro imperador, em 1831, e mais tarde repetido durante as rebeliões regenciais, sinalizaria um processo de diferenciação do exército rumo à autonomia social em relação ao estamento político. A neutralização da força armada seria o reverso da medalha, estratégia de enfraquecimento político do exército adotado pelo estamento político.⁸⁹ Para o autor, a Guarda Nacional seria um contrapeso à crescente ascensão do exército, da mesma forma que o privilegiamento da Marinha, mais integrada à ordem estamental. Desorganização administrativa, irregularidade e atraso nos fornecimentos e vencimentos, rebaixamento dos soldos, portanto, refletiriam o desprezo do estamento político-burocrático pelo exército, que já não nobilitava ninguém, nem conferia ingresso no palco político. Entretanto, continua o autor, “o expediente repressor acentuou a solidariedade interna do exército, e, ao bloquear a sua expansão e ascensão social, forçou-o a criar valores novos, estranhos ao contexto comum, reivindicatórios e críticos. A elevação de *status* não assegura mais um provável papel político e social – ao contrário, entre o *status* e a expectativa se interpõe um mecanismo difuso de rejeição, o que afasta o oficial do corpo nacional, do seu centro de comando”.⁹⁰ Deste divórcio resultaria, portanto, o recrudescimento do corporativismo militar e a gestação de uma crítica aos mecanismos políticos do regime monárquico, da mesma forma que a não identificação do exército nem com setores tradicionais da agricultura, nem com o chamado estamento burocrático ou político.⁹¹

Para Peres Costa, entretanto, longe de ser uma força complementar ao exército, e mais do que uma milícia criada para neutralizá-lo, a Guarda Nacional representaria na verdade a força armada característica de uma sociedade escravista, e sua presença, na verdade produto de uma série de fatores, contribuiria para dificultar a formação de um exército profissional de caráter nacional,⁹² regido por normas meritocráticas, e com critérios de inscrição universalistas.

Dentre tais fatores figuraria o próprio processo de Independência nacional, o qual, destoando dos processos análogos das ex-colônias espanholas, reiteraria e re-atualizaria vários traços do período anterior, agora sob a condução do Estado soberano, principalmente “a grande propriedade agrária exportadora, explorada pelo trabalho escravo, cujos interesses mantiveram o processo de Independência. Foi também a única nação da América (com exceção da efêmera experiência do México) a adotar a forma monárquica de governo,

⁸⁹ *Idem*, p. 474.

⁹⁰ *Idem, ibidem*.

⁹¹ *Idem*, p. 475.

⁹² Wilma P. COSTA, *A Espada de Damocles...*, passim.

implantando na América um ramo da dinastia de Bragança. Monarquia escravista entre repúblicas que adotavam o trabalho livre, a nova nação seria uma ‘planta exótica’ nas Américas e essa condição lhe traria grandes dificuldades na sua convivência continental”.⁹³

Boa parte deste quadro se deveu ao caráter transacional de nossa Independência, isto é, ao aspecto de “arranjo político”, como acentuou Caio Prado Jr., que consistiu, salvo exceções como na Bahia, na prescindibilidade de formação de um “exército libertador”, embrião do futuro exército nacional, como foi o caso das outras ex-colônias. Nestas últimas, com certas variações de intensidade, os processos mais violentos de ruptura com a metrópole introduziram a necessidade, para as camadas dominantes, de alargar o espectro de alianças necessárias à sua emancipação política. Neste ínterim, a participação da massa escrava nos exércitos libertadores tendeu a reduzir e mesmo destruir a escravidão: “as Guerras de Independência da América Espanhola tiveram, principalmente por meio dos exércitos libertadores, um efeito democratizante sobre a sociedade colonial”.⁹⁴ Por outro lado, a constituição de um exército nacional antes da estruturação do Estado, naquelas repúblicas, traria dificuldades específicas, dentre as quais a mescla de disputas inter-oligárquicas com o caudilhismo militar.⁹⁵

No Brasil, afirma a autora, a própria manutenção da escravidão ajudaria a manter a unidade territorial, numa linha argumentativa que procura distanciar-se da vertente conservadora representada, por exemplo, por Oliveira Vianna, que atribui à elite imperial o ter forjado a unidade política e territorial.⁹⁶ Desta forma, a centralização imperial poderia ser vista como um elemento fundamental à sobrevivência do escravismo⁹⁷.

Todavia, tratar-se-ia de uma centralização estatal parcial, cuja potencialidade esbarraria na própria manutenção da escravidão, daí seu caráter de compromisso com os poderes locais. Na raiz do problema, portanto, estariam os limites estruturais de consolidação de um Estado nacional – que prevê o monopólio legítimo da violência e, por conseguinte, o desarmamento da sociedade civil –, consentaneamente à existência de uma ordem escravista, cuja essência se definiria pelo privatismo e pela necessidade de manutenção da ordem interna sob o controle

⁹³ *Idem*, p. 35.

⁹⁴ *Idem*, p. 34.

⁹⁵ *Idem, ibidem*.

⁹⁶ *Idem*, p. 36.

⁹⁷ Segundo Hermes Lima, ela representaria “um dos pontos de apoio da organização servil do trabalho. Em país de extensão do nosso, seu desenvolvimento estaria necessariamente fadado a verificar-se de modo irregular (...). A autonomia das províncias poderia, por isso mesmo, proporcionar a abertura de brechas parciais na muralha da escravidão que, para subsistir, teria, portanto, que defender-se como um todo (...).”. Hermes LIMA, “Prefácio”, in Rui BARBOSA, *A Queda do Império*, in Obras Completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, tomo I, vol. XVI, p. XIV e XV, apud Wilma P. COSTA, *A Espada de Dâmocles...*, p. 36.

direto dos senhores. A Guarda Nacional seria a força militar característica desta ordem, devido não à “eficiência militar, que ela evidentemente não possuía, mas à sua eficácia como instrumento de resistência ao armamento do Estado”.⁹⁸ Sua participação durante a primeira fase da regência, como pacificadora da ordem interna e repressora das revoltas populares (Cabanagem, Sabinada e Balaiada), exemplifica bem a especificidade de sua missão. Já a repressão posterior às revoltas de proprietários (Farroupilha e as revoluções liberais de São Paulo e Minas) seria contemporânea do movimento de centralização, que se inicia com o Regresso e culmina na década de 1850, quando os comandos da Guarda, antes descentralizados, passam para a atribuição dos governos central e provincial.

Nesta segunda fase, uma vez que visava a repressão de movimentos centrífugos à ordem imperial, a Guarda Nacional foi reforçada pelas tropas de linha, que desempenham assim seu primeiro papel de relevo depois da Independência. Todavia, apesar de estar a serviço da centralização, a Guarda não perdeu seu caráter miliciano e local. Ao contrário, ao ser integrada de modo particular à burocracia imperial, transformou-se numa espécie de “partido armado”, solidificando enfim, a solução de compromisso entre o poder central e os proprietários locais, e estruturando os mecanismos de clientela e patronagem da política imperial: “a guarda passa a ser o elo fundamental, não mencionado, no célebre ‘sorites’ de Nabuco: o Poder Moderador escolhia um novo gabinete, este nomeava imediatamente novos presidentes para as províncias, que escolhiam novos comandos para a Guarda Nacional. Promoviam-se então as eleições parlamentares que davam sempre larga maioria ao gabinete escolhido”.⁹⁹

Por outro lado, a constituição de uma força armada nacional e profissional, apesar da crescente burocratização e reforma porque passa o Exército no período, ao menos nas fileiras de sua oficialidade, ainda é ofuscada, não apenas pela presença da Guarda Nacional mas, fundamentalmente, pela própria escravidão, que limitava a ampliação de suas bases, visto que o escravo é, por definição, não recrutável.¹⁰⁰

Estas reflexões permitem entender um pouco do aspecto complexo que constituía a freqüente intervenção brasileira na região platina, bem como esclarece as especificidades daquela milícia gaúcha que, não sem razão, Rebouças comparava depreciativamente com o caudilhismo e com o militarismo de seus vizinhos. Assim, não era um anacronismo que a

⁹⁸ *Idem*, pp. 59 e ss.

⁹⁹ *Idem*, p. 60.

¹⁰⁰ O recrutamento de escravos para a Guerra do Paraguai, a partir de 1867, será a exceção. Mesmo assim, sua inscrição automaticamente anula seu vínculo formal com o cativo.

milicianas Guarda Nacional fosse, naquela província, o destacamento mais numeroso. Nem que ela interferisse na condução da guerra, haja vista as difíceis negociações em torno das operações militares durante a Guerra. A convivência brasileira com os países da região platina deveria ser assegurada pelo recurso, delicado e perigoso, da intromissão brasileira nos acontecimentos políticos dos países vizinhos, particularmente o Uruguai, Estado “tampão”, criado com o fito de manter, embora precariamente, o equilíbrio da região.¹⁰¹ O caráter vivo da fronteira meridional, que facilitava a promiscuidade com idéias republicanas e separatistas dos caudilhos locais, era também, paradoxalmente, a salvaguarda da monarquia e da escravidão.

Segundo Peres Costa, “uma monarquia entre repúblicas não poderia jamais ser um reino, ocupado apenas com os negócios internos às suas fronteiras. A sobrevivência da monarquia na América dependia, portanto, perigosamente, de sua condição *imperial* (ou imperialista). Essa condição repousava, entretanto, em uma contradição: a impossibilidade estrutural de constituir um instrumento adequado às suas pretensões hegemônicas – um exército de caráter nacional –, sem subverter as próprias bases sobre as quais a ordem monárquica se assentava. Oculta por um largo período pelo desempenho da milícia gaúcha, porque os adversários até então enfrentados eram do mesmo tipo – forças caudilhescas formadas de estancieiros e peões, a contradição se desnudaria com a Guerra contra o Paraguai”,¹⁰² isto é, com a modernidade daquela guerra sem precedentes no continente.

Além daquele tipo de defesa, e inscrito na ótica do instável equilíbrio para proteger suas instituições, o povoamento da fronteira meridional também seria presidido por uma estratégia diferente de ocupação territorial, sendo que uma das características seria a militarização da população civil, redundando, portanto, no fato contraditório de que “o Rio Grande do Sul era ao mesmo tempo essencial à segurança do Império e sua maior fonte de preocupação”.¹⁰³ Essa estratégia de ocupação territorial, por seu turno, tinha finalidade fundamentalmente defensiva, de que são exemplos a imigração e colonização de açorianos, no regime de pequena propriedade. Tal padrão de ocupação, justamente para ser eficaz, deveria consistir num ordenamento diverso ao da grande propriedade regida pelo trabalho escravo,¹⁰⁴ pois uma de suas funções seria o abastecimento das tropas e o recrutamento da população para as

¹⁰¹ O principal temor do Império era a unificação dos territórios pertencentes ao antigo Vice-Reino do Rio da Prata e pela sempre ameaçadora hegemonia da Argentina. Os conflitos entre as divisões políticas argentinas, entre federalistas e unitaristas, e do Uruguai, entre blancos e colorados, interessavam diretamente ao Império, pois a contestação de suas fronteiras meridionais ou a atração de simpatias riograndenses estavam ligadas ao desdobramento incerto daqueles conflitos. (*Idem*, p. 144).

¹⁰² *Idem*, p. 147.

¹⁰³ *Idem*, p. 48.

¹⁰⁴ *Idem, ibidem*.

milícias.¹⁰⁵

Rebouças não ignorava, por certo, as dificuldades que a província do Rio Grande do Sul trazia para as defesas do Império. Acreditava inclusive que a Guerra, não obstante a iniciativa de Lopez, tinha a ver com os seculares conflitos territoriais da região, particularmente entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. Nos dias que antecederam sua partida para Uruguaiana, ainda às voltas com seu pedido a Osório para que o dispensasse da Comissão de Engenheiros, refletia sobre a conveniência de se criar alternativas mais eficazes do que a militarização da população civil para fins de defesa do território. Pensava, dentre outras soluções, em se se criar uma “província interior”, recebendo o nome de “Província das Missões ou de Guaíra”, cujo objetivo seria “colonizar [estes] ricos sertões [e] criar uma nova província de fronteira”.¹⁰⁶

Sua preocupação com a belicosidade da região não se limitaria ao período da Guerra, mas ganharia novos desdobramentos, em geral articulados a seu pensamento anti-militarista.¹⁰⁷ Por exemplo, durante o exílio, creditaria à República o recrudescimento de disputas territoriais com a Argentina, momento em que lançaria mão de um projeto de criação de um território neutro ocupado por judeus europeus, vítimas, segundo afirma, da perseguição da igreja ortodoxa grega.¹⁰⁸

Em meados de 1865, Rebouças acreditava num rápido desfecho para a Guerra. Tecia considerações sobre os prováveis benefícios que ela poderia trazer num futuro próximo, talvez uma forma de compensar o péssimo desempenho da campanha militar, e seus terríveis efeitos. Dentre as mudanças benéficas que poderiam eventualmente ocorrer, o incremento de vias de comunicação, como estradas de ferro e navegação regular dos rios que serviam ao teatro das operações, figuram com destaque. Mas era sobretudo a imigração e a formação de colônias agrícolas, particularmente regidas pela pequena propriedade, que chamariam a atenção de Rebouças.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 81.

¹⁰⁶ *Diário*, 4 de setembro de 1865.

¹⁰⁷ “Quando se compreenderá que a guerra e os exércitos são os mais terríveis inimigos da felicidade dos povos; que sua verdadeira grandeza e prosperidade só podem provir de sua agricultura, de sua indústria e de seu comércio?!” (*Diário*, 18 de junho de 1865)

¹⁰⁸ “O Brasil e a Argentina devem doar toda a terra litigiosa ao barão Hirsch para colocar nela imigrantes hebreus.

Para que a Argentina quer terras?

Para dar a Imigrantes.

Para que o Brasil quer terras?

Para dar a imigrantes.

Logo é insensato estar a lutar. Começemos pelo fim e poupemos todas as despesas de Paz armada, e, depois, de imigração. Os milionários hebreus vão fazer este serviço por nós; ficaremos livres de compromissos e de despesas. É uma doação de 600 léguas quadradas ou de 25.136 quilômetros quadrados. Povoados, como a Bélgica, a 200 habitantes pro quilômetro quadrado, nutrirão 5.227.200 hebreus. É exatamente o que necessitam os infelizes, vítimas do fanatismo teocrático ortodoxo grego, que está repetindo no fim do século XIX os crimes dos inquisidores do tempo da descoberta da América; (...). É esta uma solução de Paz perpetua; por neutralização absoluta do território litigioso; criando na Mesopotâmia entre o Paraná e o Uruguai, um novo Éden, superior ao de Moises, situado entre o Tigre e o Eufrates...Evitando toda e qualquer tendência belicosa, porque os hebreus não tem exército, nem armada, nem cônsules parasitas, nem diplomatas intrigantes” (André Rebouças para Joaquim Nabuco, 10 de junho de 1891)

O primeiro registro sobre o tema seria em 1863, antes de sua participação na Guerra do Paraguai, e no retorno de sua missão de vistoria das fortalezas para a Corte. Na ocasião, visitara alguns núcleos coloniais existentes na província de Santa Catarina, e tal experiência lhe permitira tecer algumas observações gerais acerca do imigrantismo e da colonização, servindo como contraponto à reiterada repulsa à atividade militar

Percorremos o vale do Scharf em que termina o caminho; aí gozamos de uma das mais belas cenas, que temos encontrado nesta excursão; 40 belos colonos, disseminados por toda a extensão da picada, empregavam-se ativamente em dar-lhe as proporções de um caminho rural. O perfume do mato cortado de fresco, a beleza desta floresta sem rival, a fertilidade desse solo virgem, que o Brasil generosamente dava aos proletários da Alemanha, tudo comovia de um modo excepcional, exclamava-se parodiando Jefferson: ‘I don’t tremble for my country when I remember that God is Just’. Tem muito a esperar de Deus a Nação, que procede assim. Assim não tivessem os nossos antepassados manchado a Terra de Santa Cruz com o abominável tráfico de Africanos! ¹⁰⁹

A situação da colônia alemã, entretanto, contrastava radicalmente com as experiências dos colonos brasileiros. A Colônia Nacional Angelina, próxima à colônia visitada, era a “mais atrasada de todas”, fundada por Araújo Brusque em homenagem ao Ministro Ângelo Ferraz:

Tem 39 famílias brasileiras e 3 alemães, 219 habitantes. No ano presente houve aí 9 nascimentos e 2 óbitos. Coisa singular! Até o presente ainda não houve Presidente ou Deputado, que conseguisse do G. I. conceder aos Colonos Brasileiros as vantagens de que gozam os estrangeiros. Não têm eles nem asilo, nem transporte gratuito, nem subsídio diário, nem auxílio para casa! Para as despesas gerais da Colônia dá a Província 150 a 200\$ mensais. O seu Diretor percebe 100\$000, a metade do ordenado dos outros! ¹¹⁰

No ano seguinte, percorrendo as cidades nordestinas, seriam freqüentes as referências às dificuldades da agricultura, que padecia, dentre outras coisas, das “usuras extraordinárias” dos

¹⁰⁹ *Diário*, 7 de outubro de 1863.

¹¹⁰ *Diário*, 9 de outubro de 1863.

comissários, levando-o a propor a criação de um “Banco Rural Hipotecário”.¹¹¹ No mesmo sentido iam suas considerações acerca do sistema de transportes de mercadorias e produtos, como nos diversos projetos de construção de portos e docas. Propunha também a isenção alfandegária aos produtos de 1ª necessidade no porto de Cabedelo, entendendo que tal fato poderia ser “um excelente tema para principiar a grande propaganda para abolição do sistema *proibitivo* no Brasil”.¹¹² Seriam, portanto, os primeiros esboços de um projeto de reforma que ainda levaria alguns anos para sua maturação, e cuja publicização só se efetuariaria em meados da década de 1870, em diversos artigos ao *Jornal do Comércio*, os quais posteriormente seriam reunidos em seu *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos*, publicado em 1883.

¹¹¹ *Diário*, 14 de outubro de 1864.

¹¹² *Diário*, 21 de dezembro de 1864.

Parte II

O Modernizador Rebouças

O Estadista que teme dispender em obras de utilidade pública só pode ser comparado ao agricultor miserável e sovina que chora o que gasta em comprar sementes

(André Rebouças –
extrato do *Diário* de 7 de setembro de 1865)

Capítulo III

“Rotina” profissional e empresarial

3.1. Um estrangeiro em sua própria terra

A madrugada de 12 de novembro de 1871 foi de extrema amargura para André Rebouças. O registro no *Diário*, marcando o que teria sido uma “noite de um pária em terra natal”,¹ é um atestado disso. Prostrado em sua mesa de trabalho, metodicamente organizada, o até então incansável engenheiro lamentava seu infortúnio. Uma sombra ofuscava o otimismo de outrora. Todos os esforços empregados em criar e manter sob relativa independência financeira empresas de utilidade pública pareciam ter sido em vão. O motivo de tamanha desesperança fora a reunião do dia anterior, feita na casa do ministro da fazenda, o visconde de Rio Branco. Naquela reunião, os diretores da *Cia Docca da Alfândega* – a primeira empresa que Rebouças idealizou e ajudou a organizar –, decidiram demiti-lo da gerência, na qual trabalhava desde 1866. Não apenas o demitiram, como também nomearam para o cargo ninguém menos do que seu declarado inimigo, o engenheiro Agostinho Victor Borja Castro.

Desde 1866, quando retornou da Guerra do Paraguai, munido de grandes expectativas diante daquilo que imaginava ser a possibilidade de superação do “atraso” do País, Rebouças se lançou de cabeça na aventura dos “melhoramentos materiais”. Seis anos depois, daquele ímpeto inicial só restavam forças suficientes para um desabafo: “Ah, afilhadagem e patronato, que tudo desgraçam no Brasil!”.² Os impasses na condução de seus projetos e empresas, bem como as articulações políticas e pessoais com as quais teve que conviver, já não animavam um engenheiro convencido de que o “espírito de associação” e o “amor às grandes empresas de utilidade pública” pudessem derrotar sozinhas a “ignorância dos capitalistas e o miserável espírito de rotina” do País.³ Dolorosa constatação de que as batalhas das quais participara em 1865 seriam apenas o prenúncio da verdadeira guerra que teria que enfrentar: a da modernização. E ela não seria travada entre contendores adeptos da modernização, de um lado, e rotineiros escravistas, de outro, mas entre os próprios protagonistas dos melhoramentos materiais.

¹ *Diário*, 12 de novembro de 1871.

² *Diário*, 9 de agosto de 1872.

³ *Diário*, 28 de setembro de 1868.

A crise da madrugada de 12 de novembro parece ter sido o primeiro grande baque em sua trajetória profissional, até então exitosa. Apesar de todas as dificuldades, seu mérito profissional jamais houvera sido questionado. Sua meticulosa rotina, aliada ao espírito estóico que manteria até o fim da vida, haviam-no projetado como um engenheiro disciplinado. Além destas qualidades pessoais, havia outras, talvez mais importantes, a zelarem pelo bom andamento das coisas: sua notável capacidade de fazer alianças, convencer adversários, mobilizar pessoas. Contando também com a preciosa ajuda da família imperial nos momentos difíceis, Rebouças conviveu razoavelmente bem com políticos e ministros de diversas orientações políticas: desde Ângelo Ferraz, ministro da Guerra do Gabinete *ligueiro* de Zacarias de Góis, passando pelo próprio Zacarias enquanto ministro da Fazenda, ao cardeal *saquarema* Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí, e até Souza Franco, do Partido Liberal e adversário de Itaboraí. E se André Rebouças soube conquistar adeptos, ou ao menos neutralizar adversidades, é certo que seu relacionamento com o poder não esteve isento de tensões e ambigüidades. Os conflitos com Zacarias, que marcaram sua estréia na vida empresarial, já prenunciavam tempos difíceis. Contudo, Rebouças foi indiscutivelmente exitoso em sair da condição de primeiro-tenente engenheiro para a de empresário promissor em pouco mais de cinco anos. Foi somente a partir do início da década de 1870 que as coisas ficariam realmente complicadas para ele.⁴

A fátida noite em que acreditou ser um estrangeiro em sua própria terra foi o momento crucial de um processo paulatino de perda de lugar social. Desde que se tornou de fato uma figura pública, graças à sua participação na comissão encarregada de contornar o problema da escassez d'água no Rio de Janeiro, em 1870, passando pela dramática experiência na modernização portuária, também da Corte, Rebouças dispôs-se com uma poderosa rede de clientelas e protetores, embora não seja duvidoso que ele mesmo tivesse a sua. Também esbarrou na estrutura econômica mercantil de uma sociedade escravista, de crédito escasso e riqueza extremamente concentrada. Diante de tais dificuldades, bem como de hostilidades cada vez maiores às suas atividades – sobretudo em relação ao processo de fusão entre duas das companhias portuárias que ajudara a criar, a saber, a *Companhia Docas da Alfândega* e a *Companhia Docas D. Pedro II* –, Rebouças teve como única alternativa viável a solicitação de um pedido de dispensa da *Companhia Docas Pedro II*, na qual trabalhava como gerente das obras, para uma

⁴ A morte do visconde de Itaboraí em 1872 privou André de um poderoso ponto de apoio na alta burocracia imperial. Para se ter uma idéia da importância desta amizade, o livro *Garantia de Juros*, publicado dois anos depois, era dedicado a ninguém menos do que a Rodrigues Torres.

viagem internacional, sob o pretexto de reunir materiais e estudar projetos que a revitalizassem. Esta viagem, todavia, sinalizaria o início de uma nova era.

A segunda estadia na Europa e a primeira nos Estados Unidos – feitas entre fins de 1872 e meados de 1873 – seriam decisivas em sua trajetória, pois alargariam seu horizonte intelectual, permitiriam novos compromissos e lhe dariam ânimo para uma nova empreitada: o jornalismo. Na verdade, Rebouças desenvolveria uma atividade da qual se utilizara desde 1869, quando escrevia artigos de propaganda em jornais sobre as companhias portuárias das quais participava. No entanto, após seu retorno da Europa e dos Estados Unidos, sua pena estaria à serviço de um outro tipo de propaganda, eminentemente intelectual: era a “Ciência Econômica”, entendida como o “evangelho das nações”, o grande instrumento de modernização econômica e social que Rebouças lançava contra os que dizia serem os promotores da “rotina”.

A partir do seu retorno Rebouças paulatinamente foi se retirando do mundo dos negócios, mas continuou marcando sua presença, física e intelectual, nos debates ocorridos em associações tais como o *Instituto Politécnico* e a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Também seus textos deixaram de ser aquelas técnicas e empoladas *memórias* dirigidas a engenheiros, administradores e ministros. Ao invés disso, escrevia para jornais de ampla circulação, num esforço de propaganda visando atingir o maior público esclarecido possível. De 1874 a 1877, Rebouças enviou assiduamente artigos para o periódico *O Novo Mundo*, de propriedade de José Carlos Rodrigues, editado em Nova York. Seu primeiro livro mais abrangente, *Garantia de Juros*,⁵ foi publicado em forma de artigos ao longo dos primeiros meses de 1874 no *Jornal do Comércio*, e reunidos em brochura no mesmo ano, embora Rebouças fizesse menção a estudos sobre mecanismos de garantia de juros desde dezembro de 1870. Entre 1874 e 1875, publicou, também pelo *Jornal do Comércio*, os artigos que reuniria e publicaria 8 anos depois, em 1883, acrescentando então o subtítulo de *Propaganda Abolicionista e Democrática* ao conjunto de artigos intitulado *Agricultura Nacional, Estudos Econômicos*.⁶ Estes dois viriam a ser seus livros mais conhecidos, embora já tivesse consolidado, antes deles, sua fama de polemista.

O que explica a mudança de rumo de André Rebouças após meados de 1870? Quais teriam sido os impedimentos ao seu breve mas intenso mergulho na dinâmica empresarial do Império,

⁵ André REBOUÇAS. *Garantia de Juros. Estudos para sua aplicação às empresas de utilidade pública do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

⁶ André REBOUÇAS. *Agricultura Nacional, Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática*. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux & Co, 1883.

levando-o a trocar uma possível e promissora carreira empresarial pela mais modesta de publicista? Em que medida o insucesso à frente dos negócios contribuiu para a atividade intelectual posterior?

Apesar das estratégias de ascensão social empreendidas desde os bancos da *Escola Militar*, passando pela participação na Guerra do Paraguai e culminando no amplo espectro de atividades profissionais e empresariais, Rebouças sentiu-se, num determinado momento de sua trajetória, um estrangeiro em sua própria terra. Minha hipótese é a de que Rebouças não soube e, principalmente, não pôde transitar, garantido apenas pelo mérito profissional, pelas oficiosas e poderosas redes de clientela e patronato, características de uma sociedade estamental, ainda que tal sociedade vivesse um processo de mudança social em benefício de uma ordem mais competitiva e aberta. Embora tivesse êxito num primeiro momento, inclusive em função das alianças e amizades bem calculadas, André era mais ambicioso do que seu irmão Antonio, o qual, assegurado por um bom casamento e encastelado numa segura posição de escalão médio na burocracia e na engenharia, não teve tantos dissabores quanto o primeiro. Aliás, a própria visão que Antonio tinha de seu irmão ressaltava esta diferença de posições, sobretudo a partir do momento em que André se tornasse gerente da *Companhia Docas da Alfândega*. Assim registrava Antonio em seu *Diário*, em 29 de dezembro de 1869:

Acho o André cada vez mais ativo e mudado quanto ao modo de trajar, etc. É agora um perfeito *gentleman* e um grande homem quanto a posição social – gerente da Companhia das Docas da Alfândega, com a renda de cerca de 21 contos por ano! Isto é que é andar sem carecer atravessar sertões com risco de vida e embrutecimento do espírito.⁷

No entanto, se não fosse a morte prematura em 1874, em Rio Claro, Antonio talvez tivesse mais sucesso do que André em se manter bem posicionado no mundo profissional, justamente por aceitar uma posição mais modesta e menos “independente”, ainda que isso soe paradoxal. Ao menos, não teve, como André, que passar pelo drama de percorrer uma brilhante e meteórica carreira de nove anos, e terminar afirmando, em 1875 estar tão pobre quanto estivera na condição de soldado:

⁷ Antonio REBOUÇAS, *Diário*, 29 de dezembro de 1869. apud. Joselice JUCÁ, *Op. Cit.*, p. 33.

Tirei os últimos 307\$000 da 2ª e última Caderneta do Banco do Brasil. Desde agosto de 1872 acho-me reduzido aos 500\$000Rs mensais das Docas de D. Pedro II e obrigado a gastar o capital, ganho nesta empresa, para a manutenção da família, e, sobretudo, para satisfação das entradas de 400 ações das Docas de D. Pedro II e 240 da Companhia Florestal. É uma condição crítica análoga à da chegada da guerra do Paraguai. Que Deus me ajude!⁸

Antonio Rebouças talvez não tivesse passado pela experiência de ascensão e declínio vivida por seu irmão, daí o paradoxo que mencionei acima. A trajetória de Nicolau Tolentino, narrada por Antonio Candido,⁹ ilustra o que quero dizer: filho de lavradores modestos de Niterói e tendo começado sua carreira de trinta anos no Tesouro Nacional, Tolentino chegou à presidência da Caixa Econômica. Vindo de família modesta, a ausência de um título de bacharel e de uma parentela lhe vedaram o acesso à política. No entanto, Tolentino soube construir boas relações, passando pelo bom casamento e assimilação dos interesses, ideário e modo de viver da elite, coisas que lhe permitiram trilhar posições mais seguras na burocracia, ainda que mais modestas do ponto de vista do *status* e da remuneração, ao menos no início. A burocracia foi a “porta estreita que [lhe] daria o pão com o respeito, que permitiria exercer o mando depois de muito obedecer, que poderia capitalizar com triunfos as boas maneiras, as boas leituras, o bom jeito”.¹⁰ Mesmo assim, apesar do sucesso em corresponder à ordem social, também Tolentino viveu uma espécie de ostracismo, não recebendo honrarias, cargos ou comissões durante cerca de dez anos, a partir do momento em que se tornou uma figura “incômoda”, particularmente ao elaborar uma proposta de reforma administrativa que visava atacar de frente o patronato e o sistema de nomeações que estava na base da formação das clientelas políticas do Segundo Reinado. É que, mesmo tendo sido nomeado presidente da Província do Rio de Janeiro em 1857, no bojo de um projeto de reformas administrativas organizado pelo Gabinete marquês de Olinda – o qual adotou inclusive o relatório do visconde de Uruguai (*Bases para melhor organização das Admnistrações Provinciais*), e que daria em 1860 em projetos de criação de uma carreira de Presidente de Província por critérios de competência – Tolentino foi mais radical do que o esperado, “procurando em vão modificar a rotina defeituosa, o que gerou com a Assembléia Provincial [do Rio de Janeiro] um conflito bastante

⁸ *Diário*, 24 de março de 1875.

⁹ Antonio CANDIDO. *Um funcionário da Monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2002.

¹⁰ *Idem*, p. 183.

grave, que visto de hoje parece choque entre a mentalidade racional da burocracia e as acomodações táticas do jogo político".¹¹ No entanto, por mais que tivesse respaldo superior, a proposta de Tolentino esbarrava no fato de que "o que se queria era apenas um pouco de ordem, com os abusos permanecendo atrás da fachada pintada de novo".¹² Embora fosse um funcionário competente e honesto, Tolentino não pôde contudo prescindir da indicação política que lhe abriu o mundo da burocracia do segundo escalão, graças à amizade com figuras importantes do Gabinete da Conciliação, em 1854, sobretudo com o marquês do Paraná, Mauá, Caxias e, principalmente Rio Branco, que lhe indicou para o posto de comissário imperial quando das negociações diplomáticas entre o Brasil e o Uruguai.¹³ Entretanto, ao apostar, alguns anos depois, num projeto de reforma radical da administração pública, insensível à natureza do jogo político que exigia "maleabilidade, temporização [e] acomodação"¹⁴, Tolentino chocou-se gravemente com o mundo da política. Socorrido por seus protetores, recebeu nova chance com a indicação para a inspetoria da Alfândega da corte, ocasião em que novamente atritou-se, desta vez com a generalizada prática da corrupção e contrabando que envolvia funcionários e políticos.¹⁵ Do conflito com Saldanha Marinho e Ângelo Ferraz – o qual, por defender um funcionário acusado de malversação, foi publicamente chamado de "miserável" por Tolentino –, resultou seu "ostracismo", tendo irritado o imperador e enfrentado políticos poderosos, "além de deixar a impressão de que podia oscilar entre a excessiva tolerância e a extrema agressividade", o que o tornava, portanto, não confiável aos olhos de pessoas influentes.¹⁶ Tolentino só pôde reingressar na burocracia após moderar suas posturas e adaptar-se aos padrões de uma classe que não era a sua de início, e tanto aos padrões "bons [como aos] maus, pois estes [eram] condição para o funcionamento daqueles."¹⁷

Se a trajetória de Nicolau Tolentino ilustra a difícil mas "recompensadora" travessia dos que ingressavam na burocracia imperial e se adaptavam ao padrão clientelista, o caso de André Rebouças ilumina um outro tipo de dificuldade, de ordem social tanto quanto econômica.

¹¹ *Idem*, p. 66.

¹² *Idem*, p. 71.

¹³ *Idem*, p. 51.

¹⁴ *Idem*, p. 91.

¹⁵ Tolentino, segundo Antonio Candido, tinha uma atitude realista quanto a perenidade dos "abusos e a impossibilidade de acabar com o contrabando [na Alfândega da corte], inclusive devido às nomeações de funcionários pelo escandaloso critério do apadrinhamento, gerando uma docilidade aos interesses políticos e econômicos que corroía a probidade administrativa. Sob este aspecto, os relatórios de Tolentino são um documento lúcido sobre o patronato", tendo servido inclusive de fonte para Sérgio Buarque de Holanda em seus estudos sobre o Império. (*Idem*, p. 121).

¹⁶ *Idem*, p. 131.

¹⁷ *Idem*, p. 183.

Acredito que esta estrutura social, convicta quanto ao valor da fidelidade e do patronato, também lançasse seu espectro nas atividades econômicas, resultando, por exemplo, na dificuldade em mobilizar pessoas dispostas a encarar o risco envolvido em empreendimentos empresariais, exceção feita àqueles meramente especulativos. Como mencionarei adiante, todo um arcabouço jurídico montado entre as décadas de 1850 e 1860 tornava difícil a livre iniciativa empresarial. Os estatutos das empresas maiores, de capital aberto, bem como as de companhia limitada, tinham que ser aprovados pelo Conselho de Estado. Se atentarmos para o fato de que o Conselho era a coroação do sistema político imperial,¹⁸ não teremos dificuldade em imaginar o quão dependente de decisões políticas estava a aprovação ou denegação do estatuto de uma empresa. Assim sendo, tanto as barreiras oficiais às práticas empresariais e profissionais, como as "invisíveis" calcadas nas relações clientelísticas, configurariam as situações que impediriam André Rebouças de se localizar de forma segura e permanente naquela sociedade.

Numa sociedade escravista em transição, a mescla entre estamentos e classes significava, como aponta Raymundo Faoro,¹⁹ uma complexa rede que envolvia hierarquias, enriquecimento, títulos e distinções. Hierarquias que mantinham o distanciamento entre classes e estamentos, ditando regras não escritas ao enriquecimento dos não-nobres, isto é, de uma "burguesia insegura de sua força e de seus poderes, [que] se nobilita e se afidalga por todos os meios, pela imaginação, falsificação ou imitação".²⁰ A intrincada rede de títulos de nobreza concedidos pela Coroa conectava-se diretamente com as políticas de centralização do Estado, particularmente a partir de 1844, através da ação eficaz do Conselho de Estado, do Senado e do Partido Conservador. A incorporação de senhores de terra endividados nas malhas do poder – particularmente após o fim do tráfico negreiro e da liberação dos capitais anteriormente empregados nele –, teria resultado na emergência, ainda segundo o autor, de uma "aristocracia burocrática", impulsionada pelo "capitalismo nascente, capitalismo, por sua vez, politicamente orientado".²¹ Esta coexistência entre classes e estamentos diluir-se-ia em favor da primeira *pari passu* aos maiores incrementos das atividades urbanas e crescimento de empresas.²² Todavia, a interferência do Governo na vida econômica, particularmente no comércio, dependente de concessões e alvarás, manteria imaculada a imagem do "emprego

¹⁸ José Murilo de CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 114.

¹⁹ Raymundo FAORO. *Machado de Assis: o Triângulo e o Trapézio*. São Paulo: Editora Globo. 3ª edição. 1988. p. 17.

²⁰ *Idem.*, p. 25.

²¹ *Idem.*, p. 40.

²² *Idem.*, p. 192.

público" como "uma meta e um seguro porto dos homens pobres, ou de fortuna mediana".²³ Mesmo as profissões "liberais" ficariam dependentes do favor e das subvenções do Estado. Nesse sentido, boa parte das dificuldades de Rebouças em instituir-se empresário advinha da temeridade destes segmentos diante da "livre iniciativa" comercial e da possibilidade de riscos financeiros, muito embora isso não impedisse as especulações e as crises comerciais e bancárias que vitimaram alguns Gabinetes do Império e abriram a estrada da fortuna a uns poucos aventureiros.²⁴ Como veremos, ao menos uma grande empresa organizada por Rebouças fora vítima da especulação e da agiotagem na Bolsa de Valores, levando-o a empregar o capital que tinha acumulado na re-compra de ações.

Entretanto, durante um certo tempo, Rebouças conseguiu manter-se razoavelmente bem posicionado naquela rede de distinções e privilégios que demandava fidelidades e obediências. Afinal, fora graças à montagem de boas e estratégicas alianças que conseguiu ser admitido no estreito e incipiente mundo de negócios da cidade do Rio de Janeiro, bem como projetar-se em outras províncias. Ainda que negasse veementemente a "afilhadagem e o patronato que tudo desgraça[vam] no Brasil", Rebouças, como a grande maioria dos homens livres não proprietários de terras do Império – ainda mais em se tratando, particularmente, de sua ascendência mestiça –, não era suficientemente independente das relações que caracterizavam o "sistema clientelista"²⁵ no Brasil do século XIX, o qual, segundo Richard Graham, se por um lado reiterava e acentuava a hierarquia social, mostrando que para cada indivíduo "havia um lugar bem determinado",²⁶ por outro permitia que a mobilidade social transcorresse dentro dos canais que legitimavam as gradações e matizes típicas de uma sociedade estamental:

O fato de alguns subirem ou descerem um ou dois degraus tanto legitimava a escala de estratificação quanto tornava mais necessário insistir na sua existência. Mudar de lugar social exigia que o indivíduo constantemente definisse e redefinisse sua própria posição em relação aos outros. Alguns mulatos até entraram na Câmara dos Deputados, e pelo menos um em um Gabinete, mas isso não impedia que os brasileiros aplicassem, sem vacilar, categorias de raça e cor – na verdade, exigiam-nas.²⁷

²³ *Idem*, p. 145.

²⁴ *Idem*, p. 29.

²⁵ Richard GRAHAM, *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 323.

²⁶ *Idem*, p. 42.

²⁷ *Idem*, p. 53. Não foi coincidência o fato dos "poemas" dedicados a Rebouças, eivados de racismo, terem sido publicados na imprensa no momento em que este estava à frente de uma importante comissão de obras públicas, como mostrarei adiante.

As "cartas de empenhos" que Rebouças recebeu enquanto esteve à frente das obras hidráulicas da Alfândega, por um lado, e as amizades construídas com Ângelo Ferraz, Conde d'Eu, Itaboraí, dentre outros, ilustram a "ansiedade" (em termos de expectativas sociais) e tensão que marcavam os processos de reconhecimento e auto-estima. Enquanto funcionário público, e mesmo enquanto engenheiro / empresário, Rebouças vivia situações intermediárias. Como afirma Graham, "escrever uma carta de recomendação definia o lugar relativo de três pessoas naquele momento, indicando as posições desiguais de cada uma".²⁸ Mesmo não admitindo protetores para si, ao menos publicamente e no registro para a posteridade que caracteriza seu *Diário*, Rebouças tinha necessariamente que lidar com o fato de que seus contemporâneos os admitiam, ou supunham existir. Afinal, "o que estava em jogo era poder, auto-estima e sobrevivência familiar. Jamais duas pessoas, mesmo da mesma classe, colocavam-se como absolutamente iguais: uma sempre dependia da outra, uma sempre solicitava, enquanto outra concedia ou negava".²⁹ A necessidade de "testar" regularmente os relacionamentos decorria justamente do fato de que o *status* do indivíduo não era absolutamente estático, mas resultado de relações possíveis, sobretudo num processo lento mas perceptível de mudança social. Ao não admitir a influência de "protetores" para si, inclusive rechaçando o que considerava uma espécie de *cancro moral* da sociedade de seu tempo, André Rebouças provavelmente jogou uma nuvem de desconfiança em muitos daqueles que depositavam expectativas em sua carreira, os quais não agiam altruistamente mas, ao contrário, estavam igualmente preocupados em garantir seu próprio prestígio social e manter sua influência na montagem de clientelas.

Ocorre que a prática profissional e empresarial de Rebouças pressupunha também, mas não de forma exclusiva, relações sociais de outro tipo, baseadas no mérito, na iniciativa individual e na liberdade do exercício da engenharia. Em suma, numa ideologia profissional que Maria Alice Rezende de Carvalho denominou de "paradigma engenharia-empresa",³⁰ e que se caracterizava pela combinação de "conhecimentos específicos – auferidos na Escola Militar e, principalmente, no treinamento como comissionado do Estado – a uma organização empresarial da profissão".³¹ No entanto, ainda segundo a autora, a derrota sofrida pelo "campo representado por Rebouças" teria sido de tal ordem que teria cristalizado, "muito

²⁸ *Idem*, p. 313.

²⁹ *Idem*, *ibidem*.

³⁰ Maria Alice Rezende de CARVALHO. *O Quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj / Revan, 1998.

³¹ *Idem*, p. 120.

precocemente, a identificação da engenharia brasileira com um poder operado centralmente e pouco vazado pelos interesses", ³² isto é, uma concepção de que os engenheiros eram uma espécie de *intelligentzia*, representantes da sociedade em geral e, portanto, portadores de uma missão civilizatória.³³

Concordo no geral quanto a este argumento, embora acredito ser difícil sustentar a hipótese da autora de que a continuidade por mais tempo da "controvérsia" em torno da atuação de André à frente de suas empresas – eu diria, da própria *crise* que afetou seu exercício – pudesse ter mudado significativamente os condicionamentos sociais ao ponto de contribuir para um novo "consenso normativo" entre os engenheiros, ou para "alianças mais amplas, que impusessem aos novos personagens da cidade a discussão sobre a dimensão coletiva do Estado, sobre a sua forma e sobre o seu papel".³⁴ Afinal, foi exatamente o impedimento à tal mudança de atitude, e um impedimento que emergia da própria ordem social, que lançou André Rebouças num outro patamar, isto é, para fora dos arranjos que garantiam a "boa sociedade" e a possibilidade de construir relações mais sólidas no mundo dos negócios. Por outro lado, é inegável que Rebouças participou o quanto pôde destes arranjos, e explicar a ambigüidade de sua trajetória é exatamente uma das questões centrais que este trabalho procura responder.

Assim, talvez seja possível definir a luta de André Rebouças – luta esta tanto expressa em seus escritos, como dramaticamente vivenciada –, como uma tentativa de escapar do círculo vicioso do padrão retro-alimentador clientelista, encontrando formas de incorporar setores sociais mais amplos à economia, sem passar pelos canais estreitos da dependência e patronagem que caracterizava a vida política do Império. Daí a ênfase nos processos societais e de associativismo e nos mecanismos de crédito, tais como, respectivamente, o princípio de centralização agrícola / engenhos centrais e garantia de juros / bancos territoriais, ao invés de instituições políticas supostamente mais democráticas. Aliás, o que fez dele um "modernizador" neste primeiro momento, ou seja, entre 1860 e 1870, e não o "reformista" que se tornaria nas décadas seguintes, é, acredito, a ênfase dada à economia e aos melhoramentos materiais como forma de superar o "atraso" e o espírito de "rotina".

³² *Idem, ibidem.*

³³ *Idem*, p. 121.

³⁴ Não acredito que tal ideológica profissional pudesse ser outra. Afinal, como pretendo argumentar ao longo do texto, a idéia de "missão civilizatória", particularmente encarnada na Engenharia, tinha a ver com a própria construção do Estado no Brasil. Nesse sentido, o "campo representado por Rebouças", isto é, a reivindicação de liberdade profissional, ou a tentativa de implantação de um modelo "anglo-saxão", simplesmente não tinha lugar na esfera econômica que permitisse sua disseminação. Além disso, também Rebouças admitia esta concepção civilizatória da engenharia, como veremos.

A compreensão do sentido das formulações modernizadoras de André Rebouças, ao longo da década de 1870, expressas em seus numerosos artigos jornalísticos, é, a meu ver, inseparável do entendimento de sua experiência anterior. Como sua participação na Guerra foi narrada no capítulo anterior, pretendo aqui dar continuidade a sua trajetória a partir do segundo lustro da década de 1860, e acompanhar alguns momentos importantes em sua carreira profissional.

Narrando algumas de suas iniciativas, acredito ser possível iluminar alguns aspectos do processo de profissionalização da engenharia civil no Império, os limites da meritocracia numa sociedade estamental, regida pelo patronato e clientela, bem como o sentido que alguns de seus integrantes tentaram imprimir à modernização do País. É nesse sentido que analisarei mais adiante seus textos jornalísticos, que não são mais do que respostas, ainda que articuladas às suas leituras de autores liberais, às polêmicas do tempo: imigração e colonização; a questão servil e os aspectos da transição para o trabalho livre; estradas de ferro e modernização portuária; centralização agrícola e industrial; sistema de créditos e garantias de juros; associativismo e livre iniciativa.

3.2. Um difícil começo

Não foi fácil a André Rebouças se estabelecer como engenheiro civil. Retornando da Guerra, em julho de 1866, acometido de pneumonia e de varíola, vivia com um módico soldo de 500\$000 por mês. Sua intenção era permanecer no Rio de Janeiro, junto à família, e conseguir algum posto numa comissão de engenheiros, embora não descartasse eventuais viagens às províncias. E a prova de que tinha pressa é que, dois dias após seu retorno, entretinha conversas com Teófilo Ottoni, que lhe prometera enviar folhetos sobre um "plank-road" para a província de Minas Gerais, aparentemente sem maiores conseqüências.³⁵ Tentou também ocupar um posto junto ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sem êxito: Antonio Francisco Paula e Souza, do Gabinete Araújo Lima, lhe prometera em vão um posto no prolongamento da *Estrada de Ferro D. Pedro II*, recém encampada pelo Governo em 1865³⁶; já Souza Dantas, do Gabinete seguinte, ficara de lhe responder se seria possível um posto junto à *Companhia de Navegação do São Francisco*, dando-lhe contudo uma resposta negativa. As únicas oportunidades que lhe surgiam eram serviços ou de natureza voluntária e gratuita, ou

³⁵ *Diário*, 22 de julho de 1866.

³⁶ *Diário*, 26 de julho de 1866.

extremamente distantes da capital do Império.

Como exemplo da primeira condição, Rebouças foi nomeado pelo Ministério da Agricultura, Souza Dantas, para compor, junto com o Engenheiro Wilmot, a comissão chefiada por Primo de Aguiar para inspecionar o contrato com a Companhia de Gás. Diplomáticamente, Rebouças agradeceu ao ministro sua indicação para aquela Comissão, "apesar de gratuita e de grande responsabilidade".³⁷ Noutra ocasião, Ambrósio Leitão da Cunha, irmão do ex-presidente de Santa Catarina, Leitão da Cunha – que Rebouças conhecera quando de sua vistoria às fortalezas daquela província, em 1863 –, mostrou interesse em que André estudasse as cataratas do Tocantins, provavelmente com o objetivo de uma via fluvial. Rebouças declinou do convite, não sem antes indicar o colega da Comissão de Engenheiros Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, gesto que caracteriza sua preocupação em construir amizades dentro do exercício da profissão.³⁸ Outra oportunidade foi dada pelo ministro Ângelo Ferraz, que lhe ofereceu uma indicação para melhorar e armar as fortalezas de Óbidos e Tabatinga, no Amazonas, situadas numa região fronteiriça com o Peru e, por isso mesmo, objeto de litúgio com aquela República. Rebouças também declinou do convite, alegando saúde precária, não sem antes buscar no Arquivo Militar "tudo o que havia sobre Óbidos, Macapá e Tabatinga" e entregar ao ministro.³⁹

O desabafo de Rebouças diante das dificuldades em conseguir uma colocação é digno de nota. "Ahl, que mísera posição a dos Engenheiros no Brasil!",⁴⁰ afirmaria, desconsolado. Afinal, diz no *Diário*:

Estou há quase dois meses desempregado sem outro vencimento que o soldo e etapa de 1º Tenente, isto é, nas mesmas condições que quatro anos atrás, quando cheguei da Europa! No entanto só Deus sabe o quanto hei feito e intentado fazer nestes quatro anos pelo meu País. A falta de vencimentos me é tanto mais sensível que são atualmente muito diminutos os ganhos de meu Pai como advogado; hoje não temos na nossa caixa comum senão 40\$000...⁴¹

Tais dificuldades, entretanto, não eram de ordem pessoal. Rebouças na verdade lutava

³⁷ *Diário*, 28 de setembro de 1866.

³⁸ *Diário*, 22 de agosto de 1866.

³⁹ *Diário*, respectivamente 12, 15 e 16 de setembro de 1866.

⁴⁰ *Diário*, 12 de setembro de 1866.

⁴¹ *Diário*, 5 de setembro de 1866.

contra a ausência de visibilidade social da Engenharia Civil, situação que só seria parcialmente contornada com a criação da *Escola Polytechnica* em 1874. Ainda assim, o ensino livresco, teórico e enciclopédico da antiga *Escola Central* permaneceria pautando o *curriculum* de seus alunos, resultando disso um escasso aproveitamento destes profissionais para a solução de problemas práticos. Por exemplo, em 1855, a *Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II*, organizada inicialmente com capital nacional, teve que superar o problema da falta de técnicos e engenheiros capacitados recorrendo primordialmente a profissionais estrangeiros, sobretudo ingleses, os quais cuidavam não apenas dos aspectos operacionais (abertura de túneis, assentamento de trilhos, confecção de plantas topográficas, etc) como também assumiam tarefas administrativas. Nesse sentido, a *Cia. E. F. D. Pedro II* também teria contribuído para a fixação desde cedo da identificação da profissão do engenheiro como administrador de empresas, extrapolando suas funções especializadas,⁴² e no tempo em que Rebouças esteve à frente da modernização portuária no Rio de Janeiro, este quadro não só se mantinha como ele mesmo atuava nesta direção. Além disso, ao contrário da Medicina e da Advocacia, a Engenharia teria nascido no Brasil como uma profissão assalariada, e os únicos canais de absorção dos alunos que a *Escola Central* e mais tarde a *Polytechnica* formavam, passavam necessariamente pela burocracia imperial. O horizonte dos engenheiros não era a construção de residências, sendo este um trabalho feito pelos mestres-de-obras e construtores, mas as grandes obras públicas de saneamento, construções portuárias, ferrovias, etc. Nesse sentido, este mercado de serviços reagia muito mais ao nível dos investimentos públicos e privados e aos ciclos econômicos do que ao nível do consumo privado: "entre o engenheiro e o consumidor final dos serviços inter[punha-se] ou o Estado ou a empresa privada, ou ambos".⁴³

Além disso, boa parte do capital necessário às grandes construções ferroviárias e portuárias estava circunscrito ao complexo agro-exportador,⁴⁴ e as iniciativas de Rebouças em 1870 não escapariam deste círculo de ferro, não sendo fortuito que recorresse a comerciantes e bancos ingleses como financiadores e/ou acionistas de seus empreendimentos. Mas, em 1866, na ausência de um vínculo formal com o Estado através de um emprego público, eram escassas as

⁴² Almir Chaiban EL-KAREH, *Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II - 1855-1865*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982, p. 72.

⁴³ Edmundo Campos COELHO, *Profissões Imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, pp. 198-200.

⁴⁴ Segundo Almir Chaiban EL-KAREH, a própria Estrada de Ferro D. Pedro II teve seu destino ligado aos "interesses da classe dos fazendeiros escravistas, do Vale do Paraíba como um todo" (Almir Chaiban EL-KAREH, *Op. Cit.*, p. 119). Penso, entretanto, que o mero interesse destes fazendeiros fluminenses não teria sido capaz de imprimir o ritmo da modernização, sobretudo o da construção da infra-estrutura do escoamento agrícola (ferroviária e portuária), se não fosse o aparato estatal e a rede financeira montada na capital do Império. Esta rede estava assentada na associação entre a burocracia imperial, com fortes traços estamentais, e o sistema financeiro e creditício caracterizado pelo capital mercantil em conjunto com o capital inglês.

alternativas. Trilhar uma carreira empresarial/administrativa, apresentando projetos de construção e modernização de docas e portos de comércio a administradores provinciais – fosse apostando no exercício da Engenharia, fosse reunindo capitais e constituindo empresas (opção ainda mais remota) –, não fazia parte das escolhas possíveis naquele momento. Restou-lhe tentar uma carreira docente.

3.3. Candidatando-se à Escola Central

A opção da docência de Engenharia ou em outras disciplinas correlatas tinha na *Escola Central* seu único lugar disponível na Corte. Rebouças tentou se inscrever para um concurso que fora aberto para a 1ª cadeira do 6º ano do curso de Engenharia Civil,⁴⁵ mas a data limite havia expirado enquanto este estava em Itapiru. Mesmo sabendo disso, tentou se inscrever fora do prazo, e apesar do esforço e da mobilização de vários colegas em seu favor, bem como da redação de um *memorial* entregue à Congregação da Escola, esta denegou-lhe o pedido de inscrição.

O episódio poderia passar em branco não fosse por um detalhe: o único candidato inscrito, e tido mesmo como favorito pela Congregação, era o engenheiro Agostinho Victor de Borja Castro, o qual, diante da insistência de Rebouças em disputar-lhe a vaga, não mediria esforços em maldizer quem supunha ser seu protetor, o Ministro da Guerra Ângelo Ferraz.⁴⁶ Provavelmente pesou para a desconfiança de Borja Castro o fato de que, três meses antes, o ministro discursara na Câmara ressaltando a “disposição humanitária” de Rebouças durante o cerco à cidade de Uruguaiana pelos paraguaios, evitando seu bombardeamento pelas tropas aliadas.⁴⁷ De qualquer forma, esta tentativa de usurpar-lhe a condição de favorito (uma vez que já era professor substituto) à agremiação escolar seria sempre lembrada por Borja Castro, e nisso Rebouças ganharia não apenas um concorrente, mas talvez o primeiro de uma vasta lista de inimigos que assombrariam mais tarde sua carreira profissional. A julgar pelo desfecho do

⁴⁵ A 1ª cadeira do 6º ano de Engenharia compreendia as seguintes matérias: Estudo suplementar de Hidrodinâmica Aplicada e de Caminhos de Ferro, Descrição e estabelecimento dos Motores, Máquinas Hidráulicas, Melhoramentos dos Rios, Detalhes concernentes à Segurança e Conservação de Portos, Desobstrução de Barras e Ancoradouros. Ver Silva TELLES, *História da Engenharia no Brasil*, Rio de Janeiro, Club de Engenharia, 1994, p. 110.

⁴⁶ *Diário*, 11 de agosto de 1866. Escreve Rebouças por ocasião da reunião da Congregação que denegou seu pedido de inscrição fora do prazo: “(...) recebi um bilhete do meu amigo Dr. Saldanha que necessitava falar-me quanto antes. Contou-me que a Congregação da Escola Central tinha julgado eu eu não devia ser mais admitido à inscrição; que só votara a meu favor o Dr. Galvão; que interpellando o Dr. Capanema pelo voto que acabava de dar dissera ‘que se votasse de consciência o seu voto seria pelo André Rebouças’, que o Dr. Borja Castro esperara ansioso a decisão, falando mal do Ministro da Guerra Ferraz, que supõe meu protetor!!!”.

⁴⁷ Discurso de Ângelo Ferraz em 13 de abril de 1866, *apud*, Joaquim NABUCO, *Um Estadista do Império*, *Op. Cit.*, p. 564, nota 13, reproduzido em parte neste trabalho, vide Capítulo II, item 2.2.

episódio, motivos não sobraram para azedar a relação com Borja Castro, particularmente o fato de que o *Memorial*, redigido por Rebouças logo após a votação da Congregação da Escola que recusou seu pedido de inscrição, deve ter pesado para que o concurso fosse prorrogado para depois do término da Guerra do Paraguai,⁴⁸ deixando ambos sem emprego. Por sinal, o aviso de prorrogação partira justamente do Ministério da Guerra, ao qual a Escola estava subordinada, e ocupado pelo suposto protetor de André, Ângelo Ferraz.

De fato, Rebouças só resolvera se inscrever após uma breve conversa com Ferraz no dia 27 de julho, o qual "disse-me que requeresse [a inscrição] alegando que não pudera inscrever-me no prazo por estar em Campanha". Diante disso, André redigiu um ofício à Secretaria do Império, rogando ao final que o Imperador se dignasse tê-lo em consideração.⁴⁹ Numa conversa com Vila Nova Machado, outro membro da Congregação, Rebouças ficara sabendo das simpatias da Escola pelo seu adversário, e que o próprio Machado votaria nele, ainda que julgasse a candidatura Rebouças "um pouco superior", mas salientando que Borja Castro tinha já "voto e influência na Congregação e que ela podia até negar-me inscrição no Concurso se ele se mostrasse atemorizado pela minha entrada!"⁵⁰

Em suma, sua candidatura junto à Escola suscitou, segundo suas palavras, uma verdadeira guerra. E como em qualquer batalha, requereu certas estratégias, como a tentativa de convencimento de alguns membros da Congregação, recebendo apoio de José de Saldanha da Gama, do Cel. Galdino Justiniano da Silva Pimentel, e de Inácio da Cunha Galvão. Estes três teriam protestado contra o parecer da Congregação, dado alguns dias antes, que objetara a petição de Rebouças. Durante a reunião da Congregação, André contou apenas com o voto de Inácio da Cunha Galvão, seu lente mais antigo,⁵¹ pois os outros membros que lhe eram favoráveis não compareceram.

Embora não conseguisse se inscrever para o concurso, Rebouças não desistiu de manter um vínculo com a Escola. Tanto é que, já na condição de engenheiro contratado pelo Ministério da Fazenda nas obras hidráulicas da Alfândega, em 1867, ao tomar conhecimento da "grande

⁴⁸ *Diário*, 20 de agosto de 1866.

⁴⁹ *Diário*, 27 de julho de 1866. Rebouças reproduziu em seu *Diário* o ofício de requerimento: "Senhor - Diz André Pinto Rebouças, 1º Tenente do Corpo de Engenheiros, que por se achar em comissão no 1º Corpo do Exército, não lhe foi possível inscrever-se para o Concurso de Lente da 1ª Cadeira do 6º ano da Escola Central, e que pretende ser admitido às provas desse Concurso, das quais a última - apresentação e defesa de tese - deve ter lugar no próximo mês de Setembro. O suplicante está pronto a sujeitar-se a todas as provas exigidas para o Concurso e apresentar Tese no mesmo prazo que o candidato único que se inscreveu neste Concurso; assim requer e mui respeitosamente - P. a Vossa Majestade Imperial se digne ter em consideração e deferir-lhe como for servido. E. R. mcê. Rio de Janeiro, 27 - julho - 1866".

⁵⁰ *Diário*, 27 de julho de 1866.

⁵¹ Inácio da Cunha Galvão assumiu interinamente a direção da *Escola Central* quando esta foi desligada do Ministério da Guerra e passou para o Ministério da Agricultura e Obras Públicas em 1874, sob o nome de *Escola Politécnica*.

falta de Lentes" na *Escola Central*, solicitou a regência interina de uma das Cadeiras vagas.⁵² Conversando com o marquês de Paranaguá, substituto de Ângelo Ferraz no mesmo Gabinete, e com o Diretor da Escola, o Marechal José Maria da Silva Bittencourt, recebeu de ambos "as melhores esperanças",⁵³ e alguns meses depois recebia de seu diretor a nomeação para reger interinamente as aulas de Ciências Físicas.⁵⁴ Posteriormente, ministrou também aulas de Botânica e Zoologia e, em dezembro de 1867, foi convidado pelo diretor a redigir um relatório sobre a reforma dos cursos.⁵⁵

Em julho de 1868, Rebouças teria sido, segundo afirma, unanimemente eleito Presidente Honorário da *Sociedade Acadêmica "Ateneu Central"*, formada pelos alunos da Escola. Um deles, José Américo dos Santos, seria mais tarde seu praticante e amigo muito próximo, e com quem Rebouças manteria extensa correspondência quando estivesse no exílio. Na primeira sessão deste *club*, Rebouças fez um discurso no qual indicou, dentre os fins principais da agremiação, o "fim social ou político" que consistia na "pronta realização das obras de utilidade pública".⁵⁶

Todavia, a condição de professor interino não lhe satisfazia. Novamente lançaria sua candidatura para a 1ª cadeira do 6º ano de Engenharia Civil em 1868, desta vez num contexto em que a guerra do Paraguai parecia ter seus dias finais, após a rendição de Assunção, em março daquele ano. Refutaria a opinião do oficial de gabinete do Ministério da Guerra, o Major Amaral, de esperar por uma nomeação através da Reforma pela qual a Escola estava passando, respondendo-lhe que "preferia entrar passando por todas as provas de exame e de concurso".⁵⁷ No entanto, mais uma vez, lhe fôra negado o direito de fazer exames vagos, o que Rebouças registrou como uma "injustiça da Congregação da *Escola Central*".⁵⁸ Nesta segunda ocasião, além de Saldanha da Gama, também Paula Freitas ficara a seu lado, ao passo que ganhava novos adversários nas figuras de Epiphânio Candido de Souza Pitanga e Dr. Lossio. Diante da resistência da Congregação da Escola a seu nome, André redigiu um artigo no *Jornal do Comércio*, "dando conta ao público de todas as circunstâncias da minha candidatura ao Professorado dessa Escola".⁵⁹ Ao que tudo indica, seu artigo surtiu efeito, pois no dia 1º de junho soube que o Ministério da Guerra enviara um Aviso permitindo-lhe fazer exames vagos

⁵² *Diário*, 11 de janeiro de 1867.

⁵³ *Diário*, 25 de janeiro de 1867.

⁵⁴ *Diário*, 9 de março de 1867.

⁵⁵ *Diário*, 6 de dezembro de 1867.

⁵⁶ *Diário*, 18 de julho de 1868.

⁵⁷ *Diário*, 4 de abril de 1868.

⁵⁸ *Diário*, 22 de abril de 1868.

⁵⁹ *Diário*, 7 de maio de 1868.

de Engenharia Civil logo que se anunciasse o concurso para a Cadeira de Hidráulica.⁶⁰

Resumindo, acredito que os episódios das candidaturas de Rebouças a um cargo público permitem vislumbrar, ainda que parcialmente, o confronto de interesses numa sociedade estamental. Ocorre que é insuficiente, a meu ver, equacionar a questão nos termos de lógica meritocrática *versus* atitude patrimonialista, pois, como já apontei alhures e pretendo demonstrar ao longo desse texto, mesmo Rebouças se pautando pelo talento e pelo mérito, era impossível, em tal sociedade, não lançar mão do favor e do prestígio. Sua própria estréia na vida pública teria contado com o prestígio de seu pai, Antonio Rebouças, figura que, por sua lealdade à monarquia unitária, figuraria no rol dos bem-quistos da ala conservadora moderada. Além disso, ao longo de sua trajetória profissional, seriam cada vez mais freqüentes as trocas de favores e a destilação de elogios e obtenção de reconhecimento *inter-pares*.

3.4. Montando uma rede de contatos e influências

Eram, por sinal, freqüentes as visitas que André fazia com seu pai a diversas autoridades e figuras importantes do Império, sobretudo durante as mudanças ministeriais. Por exemplo, na ascensão do Gabinete Zacarias de Góis, em 1866, ambos se dirigiram às casas de praticamente todos os novos ministros: Zacarias, presidente do Conselho e ministro da Fazenda; Paranaguá, ministro da Justiça; Souza Dantas, da Agricultura; Ângelo Ferraz, da pasta da Guerra.⁶¹ Visitaram também os novos membros do Conselho de Estado, como José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco, o Barão de Muritiba e Nabuco de Araújo.⁶² O mesmo ocorreu quando da ascensão do Gabinete Itaboraí, dois anos depois. Naquela ocasião, visitaram também o derrotado Zacarias.⁶³

As visitas mútuas também se davam em contextos profissionais, como as várias vistorias do príncipe Conde d'Eu às obras da Alfândega, e os convites, sempre aceitos por Rebouças, aos jantares e saraus no Palácio Isabel.

A amizade entre André Rebouças e o Conde d'Eu, por sinal, deve ser mencionada como mais do que uma simples afinidade pessoal. André teria sido peça importante na estratégia montada pelo Príncipe-consorte para exercer influência no *Instituto Politécnico*, do qual foi presidente de 1867 até o fim da monarquia. Sobre isso falarei adiante. Ao que parece, a

⁶⁰ *Diário*, 1º de junho de 1868.

⁶¹ *Diário*, 12 de agosto de 1866.

⁶² *Diário*, 21 de agosto de 1866.

⁶³ *Diário*, 24 de julho de 1868.

amizade entre André e Conde d'Eu começou em 1867, numa visita do Príncipe às obras da Alfândega. André respondeu alguns meses depois, ao lado de seu irmão Antonio e do amigo José Saldanha da Gama e sua esposa, visitando o Palácio Isabel. André expunha em *Diário* o que motivara cada um deles: "O Dr Saldanha e sua Senhora iam despedir-se, devendo partir a 24 deste mês para a Europa; o Antonio ia entregar-lhe a *Memória sobre Iguassú* e eu agradecer ao Conde d'Eu, sua visita às *Docas da Alfândega*".⁶⁴ Naquela noite, permaneceram no sarau, quando tocaram piano vários filhos dos amigos dos Rebouças, como as filhas de Taunay e Ferreira d'Abreu, além da própria Princesa D. Isabel. É provável, inclusive, que deste sarau viesse uma sugestão, dada por Conde d'Eu, e que anos mais tarde Rebouças teria compartilhado com Carlos Gomes, na Europa, de uma ópera sobre a rebelião napolitana. Aqui, o Conde d'Eu lembrava *La Muette de Portici*, de Auber. Como apontarei adiante, a peça de Carlos Gomes, *Salvator Rosa*, e que seria dedicada a Rebouças,⁶⁵ era uma versão igualmente aristocrática do mesmo episódio, no caso, a rebelião napolitana ocorrida em 1647 contra o jugo espanhol.

Em música [o Príncipe Conde d'Eu] tem o seu gosto pela escola do famoso crítico [Paul] Scudo.⁶⁶ Cumpre mencionar a peça a 4 mãos, tocada pela Princesa Imperial, acompanhada pela Taunay, sobre motivos da 'Muette de Portici', d'Auber, de que é apaixonado o Príncipe, que comemorou ter-se feito uma revolução na Belgica, cantando-se esta música. Na sala de estudo da Princesa Imperial, onde se tomou chá, notamos entre outros retratos da Família Imperial, o célebre quadro de Rouget de L'Isle, improvisando a Marselhesa em Strasburgo. O Conde d'Eu, disse ser entusiasta da Marselhesa, que preferia à fria canção "Em partant pour la Syrie", da Rainha Hortencia; que tinha achado esta gravura no Palácio de S. Cristóvão, e que não lhe tomava a responsabilidade. Seguiu-se a isso, uma crítica a introdução por Napoleão (Luis) de corridas de touros em França.⁶⁷

Noutra ocasião, no mesmo Palácio Isabel, Rebouças participou de um sarau comemorativo para a Comissão Brasileira da Exposição Universal de 1867, realizada em Paris, e no qual estavam presentes vários membros do *Instituto Politécnico*. Na ocasião, a mutualidade também se

⁶⁴ *Diário*, 14 de janeiro de 1867.

⁶⁵ Sobre a ópera de Carlos Gomes, *Salvator Rosa*, e a participação de Rebouças na escolha do libreto, vide Capítulo V, item 5.1.

⁶⁶ Paul Scudo era autor de livros como *L'année musicale ou Revue annuelle des théâtres lyriques et des concerts, des publications littéraires relatives à la musique et des événements remarquables appartenant à l'histoire de l'art musical* (Paris, Hachette, 1860); *Critique et littérature musicales* (Paris, Hachette, 1859); *L'art ancien et l'art moderne : nouveaux mélanges de critique et de littérature musicales* (Paris, Garnier Frères, 1854).

⁶⁷ *Diário*, 14 de janeiro de 1867.

verificou, pois um pedido feito pelo príncipe de alteração das datas das sessões do Instituto, para os dias em que pudesse estar presente, foi feito mediante a promessa de seu apoio à publicação do *Vocabulário de termos técnicos* de Rebouças, o que foi de fato cumprido.⁶⁸ Meses depois, estando o Conde d'Eu nas obras da Alfândega, Rebouças ganhou a promessa de poder apresentar seu projeto de Diques Múltiplos diretamente ao Imperador e sua comitiva.⁶⁹ O tradicional agradecimento àquela visita foi feito no Palácio Isabel, onde teve a ocasião de cumprimentar Pimenta Bueno (Visconde de São Vicente) e Gonçalves Martins (Barão de São Lourenço), segundo Rebouças, "os dois autores do projeto, apresentado no Senado para considerar o Conde d'Eu Príncipe Imperial. Deus queira que esses dois ambiciosos não o comprometam na opinião pública".⁷⁰ Por ocasião da queda do Gabinete Zacarias de Góis, Rebouças relatou que fora ao Palácio Isabel, e lá estivera a sós com o Príncipe, quando conversaram sobre "a guerra do Paraguai, Instituto Politécnico e tangencialmente sobre a célebre crise ministerial, que deu lugar à ascensão do partido conservador. Resumiu a esse respeito, sua opinião, dizendo 'que era tristíssimo ver-se como ainda estava atrasado entre nós o Governo Parlamentar'".⁷¹

Sabe-se que Rebouças, sobretudo na década de 1880, costumava freqüentar a *pequena corte* formada em torno de Dom Pedro Augusto – neto da Imperatriz Leopoldina e filho adotivo da Princesa Isabel, formado em Engenharia Civil já pela *Escola Politécnica* –, composta por Alfredo Taunay, Afonso Celso Júnior, Comendador Oliveira Catrambi, Octávio Joppert, os irmãos barões de Estrela e Maia Monteiro, França Júnior, Manuel Buarque de Macedo, Carlos de Oliveira Sampaio, Antonio Roxo de Belfort, etc.⁷²

Rebouças também manteve boas relações com inúmeros engenheiros e homens de negócios estrangeiros. O que não impediu, todavia, que vez ou outra surgissem atritos com representantes de firmas de importação e exportação, como aqueles verificados em 1870, por conta dos interesses contrários destes comerciantes em relação às novas diretrizes da *Companhia Docas da Alfândega*, os quais narrarei adiante. No entanto, as divergências foram logo contornadas em favor de André, que continuou mantendo seu prestígio junto aos estrangeiros. Tais relações, por sinal, eram facilitadas pelo seu acesso à família imperial. Numa ocasião em que estava no Palácio Isabel, Rebouças foi apresentado pelo Príncipe ao engenheiro Anselmo

⁶⁸ *Diário*, 4 de março de 1867.

⁶⁹ *Diário*, 31 de maio de 1867.

⁷⁰ *Diário*, 3 de junho de 1867.

⁷¹ *Diário*, 20 de julho de 1868.

⁷² Heitor LYRA, *História de Dom Pedro II*. (Vol II). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1977, p. 34.

Marmiasse, enviado pelas *Forges et Chantiers de la Méditerranée*⁷³ para tratar com o Governo da construção de uma fragata encouraçada. Alguns dias depois, seu *Diário* registrava a visita, feita a pedido do próprio Marmiasse, ao hotel em que estava hospedado, jantando, além deles, a família Calógeras, três oficiais da Fragata *Magicienne*, os irmãos Napoleão e Dominique Level⁷⁴ – proprietário de um estaleiro na Saúde –, Braconnot e sua Senhora, e Mr. Petrin, agente das *Messageries* e dos *Forges et Chantiers de La Méditerranée*. Neste jantar, Rebouças teve outra oportunidade de expor seu projeto de Diques Múltiplos, recebendo apoio para a sua execução, cuja apresentação seria feita ao próprio Imperador em outubro de 1867, ocasião, aliás, em que Rebouças teria seu primeiro desentendimento com o ministro Zacarias, e do qual falarei adiante. Rebouças saberia mais tarde que Petrin e Jules Vilain fizeram estudos para abastecimento d'água no Rio de Janeiro, e com eles manteve contato quando retornaram a Paris.⁷⁵

Suas relações com representantes norte-americanos também são notórias, como ilustra a visita que James Watson Webb, ministro plenipotenciário no Brasil e sua esposa fizeram a Rebouças, pouco antes da partida destes aos Estados Unidos.⁷⁶ O substituto interino de Webb no Brasil seria nada menos que seu colega na Seção de Máquinas e Aparelhos da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, o engenheiro Willian Van Vleck Lidgerwood, e eram frequentes os jantares de ambos no Hotel dos Estrangeiros.⁷⁷

Além da companhia de notáveis e da construção de amizades públicas,⁷⁸ uma outra estratégia usada por Rebouças foi a propaganda em torno da modernização, tentativa de convencimento fundamental para a construção de novos aliados. Nas décadas de 70 e 80, tal propaganda ganharia uma mais elaborada justificativa ideológica por parte de Rebouças, em

⁷³ A *Forges et Chantiers de la Méditerranée* era um importante estaleiro de Marselha, criado em 1856 e dissolvido em 1969.

⁷⁴ O baiano Napoleão João Baptista Level (1828-1914) era filho de pais franceses, sendo que seu pai viera ao Brasil com a Missão Artística de 1816. Em 1852 tornou-se o primeiro engenheiro naval brasileiro.

⁷⁵ *Diário*, 20 de março de 1868.

⁷⁶ *Diário*, 22 de dezembro de 1868. É curioso que o General e sua esposa fossem visitar Rebouças, depois do incidente diplomático de 1863, no litoral de Santa Catarina, quando Rebouças fora designado para vistoriar as fortalezas do Império. Vide Capítulo II, item 2.1.

⁷⁷ *Diário*, 11 de janeiro de 1869. De acordo com as observações de Ema Elisabete CAMILLO, eram comuns representantes do Governo Norte-americano, no Brasil como em outros países, serem também homens de negócios. O caso do engenheiro-mecânico norte-americano Lidgerwood não era, portanto, exceção. Além de ficar famoso com sua máquina de beneficiamento de café, Lidgerwood foi o primeiro representante das máquinas de costura *Singer* no Brasil desde a década de 1850. (Ema Elisabete R. CAMILLO, *Modernização Agrícola e Máquinas de Beneficiamento*: um estudo da Lidgerwood MFG Co. Ltd., década de 1850 a 1890. Dissertação de mestrado em Economia, Instituto de Economia, Unicamp, 2003, *passim*).

⁷⁸ Um instantâneo das relações tecidas por André Rebouças pode ser aferido pelo baile em comemoração ao aniversário de seu pai, Antonio Pereira Rebouças, em 9 de agosto de 1868, ocasião na qual a família concedeu liberdade à "cria Guilhermina, filha de Damiana, liberta também em testamento por sua mãe". Compareceram ao baile cerca de cinquenta pessoas, dentre elas os irmãos João e José Saldanha da Gama, os negociantes Gonçalves e Herculano Luiz de Lima, Dr. José Pereira Rego, secretário geral da SAIV, Dr. Benjamin Franklin Ramis Galvão, Pedro Leitão da Cunha, ex-presidente da província de Santa Catarina, Willian Van Meck Lidgerwood, seu colega na SAIV, major Luiz Henrique de Oliveira Ewbanck, etc. (*Diário*, 9 de agosto de 1868).

seus diversos artigos jornalísticos. No entanto, seria interessante explorar uma de suas primeiras iniciativas nesse sentido feita logo após seu retorno da Guerra: consistiu na redação de uma carta a Felisberto Oseano de Brito, vice-presidente da província da Paraíba, pela qual manifestava seu interesse em, dedicando-se "exclusivamente à Engenharia Civil, continuar a trabalhar para a organização da Companhia para o Porto de Cabedelo". No esforço de persuadi-lo, Rebouças afirmava inclusive que "tinha já conseguido antes de partir para a guerra boas promessas dos meus correspondentes em França, que me deixavam esperar que a 'Société Générale de Paris' tomaria a si esta interessante empresa".⁷⁹ Reforçando o argumento, não hesitou em lançar ao vice-presidente da Paraíba a ameaça da concorrência de uma outra província do Norte, o Ceará, onde o Governo Imperial havia já concedido privilégio para o estabelecimento de um Porto de comércio entre Mucuripe e sua capital. Rebouças afirmava nesta carta que aquela empresa era

muito semelhante à do Cabedelo, se bem que não possua as mesmas facilidades de realização e tanta segurança de bom êxito.

Creio firmemente que V. Exa., a Deputação à Assembléa Geral, e à Assembléa Provincial, que tanto me assinaram na representação desta idéia, não consentirão que o Ceará preceda à Paraíba do Norte na construção de um Porto de Comércio segundo os princípios modernos.

O fato de se achar a Província construindo a Ponte de Sanhára e a Estrada adjacente não é razão para se deixar de lado a Empresa do Porto do Cabedelo.

A garantia de juros nesta Empresa, como o demonstrei com dados estatísticos oficiais, é inteiramente nominal e só tem por fim animar a importação dos Capitais estrangeiros na Paraíba.

A empresa Cabedelo – que dará à Paraíba um Porto de Comércio direto com os Estados Unidos e a Europa, será, espero em Deus, uma fonte de riquezas para esta Província e nunca um parasita de seus cofres.

Espero ansiosamente saber a resposta de V. Exa. para escrever definitivamente para a França, e requerer ao Governo Imperial a concessão do privilégio.

Se V. Exa. quiser ter a bondade de remeter a esta sua casa – Rua Direita, n. 64, os relatórios da Presidência de 1864, 1865 e 1866 ficar-lhe-ei sumamente agradecido.

Fazendo os mais sinceros votos pela conservação da preciosa saúde de V. Exa. tenho a satisfação e a honra de assinar-me.

⁷⁹ *Diário*, 29 de setembro de 1886. Infelizmente, não consegui obter, junto ao seu Diário, qualquer indicação sobre tais correspondentes.

André Rebouças.⁸⁰

A carta parece ter surtido efeito, mas não naquele momento. Como veremos, a *Companhia Docas do Cabedelo* foi uma das que lograram sucesso, sendo Rebouças um dos engenheiros responsáveis por ela. Outro aspecto interessante da carta é a menção a garantia de juros: Rebouças veria nela, sobretudo no final da década de 60 e ao longo da de 70, o instrumento por excelência para financiar a modernização. Aqui, timidamente, lembrava à administração provincial o aspecto "nominal" daquele instrumento, de modo a dissuadi-la de qualquer temor quanto a dispêndios por parte do erário provincial. O desfecho da *Cia Docas do Cabedelo* viria bem mais tarde. Em meados de 1866, era apenas mais uma promessa, por sinal vaga como a maioria das outras.

Tal forma de propaganda, todavia, não era exclusividade de Rebouças. Ao contrário, parece ter sido bastante comum no tempo do Império: fossem *memórias* de caráter mais técnico, dirigidas diretamente aos titulares das pastas ministeriais, ou a publicação de uma espécie de crônica política nos jornais da Corte, tal estratégia de inserção sócio-profissional / ascensão social era uma forma muito sutil de dirigir a atenção para si, confiando na leitura atenta por parte de alguém influente no Governo. Indico apenas dois exemplos.

As "Cartas ao Amigo Ausente", publicadas anonimamente entre 1850 e 1851 no *Jornal do Comércio*, e atribuídas sem demora ao então jovem José Maria da Silva Paranhos, identificando-se com a euforia de sua época, exaltando o empenho que a elite *saquarema* imprimia na modernização do País, e, principalmente, lançando considerações sobre a condução da política externa brasileira em relação à região do Prata, cuja órbita de influência não escapava aos interesses britânicos, foram imprescindíveis na trajetória política e diplomática do futuro visconde do Rio Branco. Chamando a atenção de setores influentes do Gabinete Araújo Lima, particularmente de Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde e depois marquês de Paraná, as "cartas" o alçariam à posição de secretário na missão especial à República do Uruguai, Estados de Entre-Rios e Corrientes em outubro de 1851, oportunidade através da qual inauguraria sua vida pública.⁸¹

Também Cristiano Benedito Ottoni, pretendendo um lugar como engenheiro na *E. F. D. Pedro II*, publicou uma série de artigos no *Jornal do Comércio* em 1854, nos quais criticava os

⁸⁰ *Diário*, 29 de agosto de 1866. Grifo meu.

⁸¹ José Maria da Silva Paranhos, (Visconde do RIO BRANCO). *Cartas ao Amigo Ausente*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1953. (Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues); Hermes VIEIRA, *A vida e a época do visconde do Rio Branco*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda, 1992, p. 76.

contratos anteriores entre o governo, a empresa e o empreiteiro inglês Edward Price, o qual, segundo Ottoni, lesava a Companhia e o Governo. Expressando nestes artigos conhecimentos ferroviários bem precisos, e pautando sua intervenção por critérios técnicos, Ottoni ganhou a "admiração e o respeito dos demais acionistas da Companhia", sendo por eles nomeado, em 1855, para um cargo diretivo, ratificado pelo Governo, que o tornou vice-presidente e mais tarde seu único presidente até 1865, ano em que a Companhia foi encampada pelo Estado.⁸²

O próprio Rebouças, recém-formado pela *Escola Central*, entregara, como vimos, uma *Memória sobre os caminhos de Ferro na França* a Cristiano Ottoni, já então diretor da *E. F. D. Pedro II*, em 1862. Enviou uma outra a Sinimbu, ministro da Agricultura, sobre *Portos de mar*. No entanto, Rebouças não contou com a mesma sorte ou habilidade em ser prontamente atendido em seus objetivos.

3.5. A participação associativa

Todas essas tentativas de se candidatar aos exames da *Escola Central*, de ser empregado na construção e/ou reforma de portos marítimos, bem como as diversas *memórias* enviadas a ministros, presidentes de província e outros engenheiros, ilustram o quanto Rebouças lutava por sua inserção sócio-profissional e pelo reconhecimento entre seus pares.

Contudo, é interessante notar que, não obstante esse objetivo individual, ele também atuou, e de forma emblemática, na própria rotinização da Engenharia Civil, entendida não apenas enquanto disciplina ou carreira, mas também enquanto um novo caminho para a modernização do País. Esta atuação foi, acredito, emblemática por ter sido uma trajetória movida no terreno da ambigüidade: embora a Engenharia estivesse umbilicalmente ligada à atuação do Estado, isso não significou ausência de controvérsia a respeito dos horizontes da profissão, como demonstram as posturas mais liberais de engenheiros como Aarão Reis e o próprio Rebouças, contrários ao monopólio profissional e à sua burocratização como atividade ligada ao Estado.⁸³ No entanto, como aponta Edmundo Campos Coelho, tratar-se-ia de uma falsa antinomia a contraposição entre "auto-regulação profissional" e "regulação estatal", afinal, mesmo em países liberais como Inglaterra e Estados Unidos "o processo de constituição das profissões modernas [...] torna-se incompreensível sem a consideração do papel do Estado".⁸⁴

⁸² Almir Chaiban EL-KAREH, *Op. Cit.*, p. 99.

⁸³ Sobre a controvérsia em torno do exercício profissional, ver Edmundo Campos COELHO, *Op. Cit.*, pp. 194 e ss.

⁸⁴ Edmundo Campos COELHO, *Op. Cit.*, p. 54.

Assim, este segundo empenho de Rebouças, ou seja, a luta em prol do livre exercício profissional, paradoxalmente só se tornou efetivo mediante sua condição de funcionário público, como engenheiro comissionado do Estado, em fins de 1866, nas obras hidráulicas da Alfândega do Rio de Janeiro, vinculada ao Ministério da Fazenda. A partir de 1867, e sobretudo à medida que ampliava e consolidava sua rede de amigos, contatos, protetores e protegidos, Rebouças conquistava uma posição junto a certas associações as quais, ligadas ou não à profissão, tiveram acentuada influência nos rumos da modernização durante o Segundo Reinado. Destacarei aqui sua atuação no *Instituto Politécnico* e na *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)*, uma vez que sua participação nelas representou um capítulo da maior importância em sua trajetória: embora a *Escola Militar* fosse decisiva em sua formação intelectual, e sua participação na Guerra do Paraguai assinalasse um momento de inflexão fundamental, seria contudo sob aquelas associações que seu empenho intelectual fora exercido.

Isto implica reconhecer, portanto, o papel jogado naquele contexto por certas instituições criadas na esteira do processo de formação e consolidação do Estado brasileiro. Sociedades científicas criadas no espírito da Ilustração, tais como a *SAIN*, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, o *Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, a *Comissão Geológica do Império do Brasil*,⁸⁵ assim como o *Instituto Politécnico*, faziam parte da complexa "artesanias política" que representou, por parte deste Estado, a formação de um "corpo de intelectuais preparado para operar na linguagem e no universo cultural das nações européias".⁸⁶ O Brasil, como de resto os países da América Latina, recém-liberto da condição colonial que sua metrópole impunha, e surgido precisamente no "século das nações", isto é, sob a égide de um "sistema mundial de Estados-nações", padecia da fragilidade estrutural que consistia em "realizar de forma concentrada um percurso político que a Europa fizera em um prazo de séculos".⁸⁷ O mero rompimento com a antiga metrópole não garantia automaticamente a legitimação de suas pretensões à entrada naquele sistema. Para obter reconhecimento internacional à sua condição de nação soberana, algumas tarefas eram imprescindíveis, tais como a organização de um centro político estável, a instituição de formas mais ou menos canônicas de representação política, a demonstração de homogeneidade cultural, a instituição de uma literatura original, um controle efetivo sobre o

⁸⁵ Sobre as diversas Sociedades Científicas durante o Império e Primeira República, vide Maria Amélia M. DANTES (org.) *Espaços da Ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

⁸⁶ Wilma Peres COSTA, "Viagens e peregrinações: a trajetória dos intelectuais de dois mundos", in: Elide Rugai BASTOS, Marcelo RIDENTI e Denis ROLLAND. *Intelectuais: sociedade e política, brasil-frança*. São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 79.

⁸⁷ *Idem*, p. 72.

território,⁸⁸ tarefas tornadas mais difíceis justamente em razão da manutenção e mesmo recrudescimento das “heranças” do Antigo Sistema Colonial com o qual se buscava romper, como o território das possessões portuguesas na América, a escravidão e o tráfico negreiro, assim como a própria monarquia,⁸⁹ e é nesse sentido que Wilma Peres Costa acentua o papel que aquele regime tivera na criação e rotinização de instituições e carreiras profissionais e intelectuais. Assim, o estabelecimento de “novas rotas de peregrinação para seus intelectuais”, nos moldes das *Sociétés Savantes* e congêneres européias, longe de reduzir a importância social dos intelectuais do período, diante da constatação de sua pouca autonomia em relação ao poder político, os tornavam, ao contrário, peças-chave na configuração da “geografia política” da nação. Afinal, ser intelectual naquele contexto era, sobretudo, possuir o “domínio da palavra escrita, signo de nascimento privilegiado”, sendo que este

instrumento penosamente adquirido nos interstícios da malha social excludente, [era] capital de grande valia e pod[ia] significar o passaporte da obscuridade para o universo das elites, mesmo para homens de pouca fortuna. O ensino militar e religioso, a bastardia, a proteção e o incentivo do talento por parte de um padrinho abastado [eram] alguns dos caminhos que podiam operar essa ascensão. A verdade é que talento e preparo intelectual eram mercadorias escassas no Brasil de meados do século XIX, e os mecanismos de recompensa imperiais – o reconhecimento público, a publicação pela imprensa oficial, a porta de entrada na carreira política – estavam disponíveis para os que se empenhassem na missão civilizadora que se esperava dos intelectuais dos novos Estados-nações da América: ajudar a forjar, para seus compatriotas e para o palco das nações civilizadas da Europa, uma identidade nacional.⁹⁰

Neste sentido, André Rebouças teve presença notável tanto ao trilhar aquelas rotas já consagradas, como a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, criada em 1827, como ao explorar caminhos novos, exemplificados pelo *Instituto Politécnico*, criado em 1862, por periódicos tais como a *Revista Novo Mundo* na década de 1870, e, ao longo dos anos 1880, pela *Revista de Engenharia*, pela *Sociedade Central de Imigração* e pelos diversos grêmios abolicionistas.⁹¹ Se, por um lado, sob as associações “tradicionais” como a *SAIN* pesava a tensão urdida pelo

⁸⁸ *Idem, ibidem.*

⁸⁹ *Idem, p. 75.*

⁹⁰ *Idem, p. 81.*

⁹¹ Sobre a atuação de André Rebouças junto à *Revista Novo Mundo*, vide Capítulo V, itens 5.3 a 5.5. Sobre suas iniciativas junto à *Sociedade Central de Imigração* e à *Revista de Engenharia*, vide Capítulo VI, item 6.3.

próprio contexto mais amplo da "transição" entre o passado colonial e a condição de país independente, e tudo o que tal transição significava em termos de superação ou não das formas econômicas e sociais herdadas,⁹² por outro, as novas rotas, criadas já a partir das décadas de 1860 e 1870, ao descortinarem todo um rol de projetos de modernização e reforma, explicitavam também a própria crise das instituições que o Império criara no contexto daquela transição. Em todas estas associações, Rebouças compartilhou do léxico da modernização, isto é, do espectro de alternativas à crise esboçado por diversos setores sociais. Apoiou-se também nas redes de reconhecimento e valorização, as quais inevitavelmente traziam em seu bojo relações clientelísticas. No entanto, buscou também renovar dentro dos debates surgidos naqueles espaços, do que é característica sua ênfase em temas como imigração, emancipação e, sobretudo, a pequena propriedade territorial, concebidos como instrumentos que permitiriam superar o "espírito de rotina". Nesse sentido, é possível admitir que tanto sua crítica às instituições tradicionais e ao "atraso" do País, como a busca pelo reconhecimento sócio-profissional, estavam profundamente imbricados com o empenho intelectual exercido naquelas associações.

No *Instituto Politécnico*, a atuação de Rebouças data de 1867, e a elaboração de um *Vocabulário de termos técnicos da arte de construir, em inglês, francês e português*, é expressão de sua dedicação em tornar acessível a um número maior de praticantes o conhecimento de uma ciência que era tida na conta da própria civilização, daí que a tradução dos termos estrangeiros para o português soasse como o aspecto fundamental daquele empenho mais amplo. Encetada logo que desembarcara em Londres em 1862, embora se ocupasse dela esporadicamente, a empreitada se intensificou com sua entrada no Instituto, pois se em abril de 1868 havia concluído a letra "A" com 10.004 verbetes relacionados,⁹³ em novembro do mesmo ano já estava a letra "C" com 1.126 termos. Numa carta dirigida ao *Instituto Politécnico*, Rebouças reconhecia que "a necessidade de uma tal obra [era] geralmente sentida por todos os Engenheiros Brasileiros", e destinada "principalmente à Mocidade brasileira (...) que estuda[va] quase sempre em compêndios escritos em língua francesa".⁹⁴ Este *Vocabulário* seria publicado em partes, em várias edições da *Revista do Instituto Politécnico*.

Evidentemente, Rebouças não esteve sozinho, mas inscrito num movimento mais amplo de

⁹² André Luiz Alípio de ANDRADE, *Variações sobre um tema: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia / Unicamp, 2002., p. 8.

⁹³ *Diário*, 2 de abril de 1868.

⁹⁴ *Diário*, 4 de setembro de 1866.

constituição de uma nova atividade profissional. O próprio *Instituto Politécnico*, fundado em 1862, por Manoel Felizardo Bellegarde, foi criado na esteira de uma iniciativa governamental, mais precisamente com a constituição de um *Corpo de Engenheiros Cíveis* ligado ao recém-criado Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, do qual Bellegarde fora, aliás, seu primeiro titular em 1861.⁹⁵ Na visão de um dos epígonos e defensores da engenharia como administração pública, Paula Freitas, a criação daquele Ministério teria permitido

(...) assentar a engenharia, para de mãos dadas com a jurisprudência, a medicina, as finanças, o exército e a armada guiarem acordes o pesado leme da poderosa náu, para portos felizes.⁹⁶

Se a engenharia se punha ao lado das outras profissões num objetivo comum, havia no entanto a idéia implícita, essa sim amplamente compartilhada, de que “o destino da engenharia nacional’ condiciona[ria] o ‘progresso da Pátria’”.⁹⁷ isto é, de que o engenheiro, mais do que um mero profissional, seria o “cientista-reformador social” por excelência, o qual, diante de seu preparo enciclopédico e universalista, e nos moldes de um “positivismo difuso”,⁹⁸ estava mais preparado para garantir o progresso do que o bacharel em Direito.

Ora, não por acaso, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ao sediar um *Corpo de Engenheiros Cíveis*, seria palco de disputas entre engenheiros e elementos “estranhos à engenharia”, como deputados, políticos e bacharéis de Direito.⁹⁹ Afinal, o que estava em jogo era o acesso dos engenheiros a uma pasta ministerial estratégica que congregava, nas palavras de Paula Freitas, “os serviços gerais da viação terrestre, fluvial e marítima do Império, a direção das obras públicas, os melhoramentos dos portos, os meios de colonizar o seu vasto solo, os melhoramentos agrícolas e o dessecamento dos pântanos, as concessões e explorações de minas, e outros serviços congêneres”.¹⁰⁰ Sem dúvida, o volume de recursos que passava por esse ministério não era nada desprezível: se no ano de sua criação respondia por apenas 7% das despesas de todos os sete ministérios (3.871:543\$615 de um total de 52.358:417\$288), ficando

⁹⁵ Luiz Octávio FERREIRA. *Os politécnicos: ciência e reorganização social segundo pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)*. Dissertação / UFRJ, maio de 1989, pp. 108 e ss.

⁹⁶ Antonio de PAULA FREITAS. “Discurso”, in. *Comemoração do 25º aniversário de Instalação do Instituto Politécnico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1887, p. 25, apud Luiz O. FERREIRA, *Op. Cit.*, p. 121.

⁹⁷ *Idem*, p. 113.

⁹⁸ João Cruz COSTA, “O Pensamento Brasileiro sob o Império”, in. *O Brasil Monárquico* (Tomo II, 3º volume – Reações e Transações). 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 337.

⁹⁹ Luiz Octávio FERREIRA. *Op. Cit.*... p. 121.

¹⁰⁰ Antonio de PAULA FREITAS, “Discurso...”, p. 25, apud. Luiz Octávio FERREIRA, *Op. Cit.*, p. 121.

à frente apenas da pasta dos Negócios Estrangeiros, já no balanço seguinte, de 1861-1862, sua participação chegaria a 14% (7.611:711\$136 de um montante de 53.049:731\$987), ocupando já o terceiro lugar dentre os ministérios, perdendo apenas para as pastas da Fazenda e da Guerra. Excetuando os gastos das pastas militares do período 1864-1870, a participação do Ministério da Agricultura respondia por 20% em média das despesas totais, sendo que ao término da Guerra este índice se manteria por todo o Regime.¹⁰¹

Por outro lado, a criação deste Ministério, em 1861, se deu num contexto em que, como veremos no próximo capítulo, o Governo implantava uma política econômica adversa à industrialização, e o incentivo à agricultura de exportação mais a facilitação da entrada do capital estrangeiro, teriam promovido as condições favoráveis justamente à modernização de uma infra-estrutura material que garantisse o escoamento da produção agrícola.¹⁰²

Não seria por acaso, portanto, que muitas das dificuldades de André Rebouças em constituir empresas de caráter público, ou seja, portos marítimos e estradas de ferro, viessem das objeções impostas por seus pares, depreciativamente denominados por ele como "engenheiros oficiais" os quais, juntamente com os "agentes do fisco" e os "políticos", seriam os maiores inimigos das Companhias.¹⁰³ Este era o tom do seu argumento em *Agricultura Nacional, Estudos Econômicos*, escrito após suas sucessivas derrotas no terreno empresarial, em 1875, e publicado em 1883. No entanto, se voltarmos no tempo veremos que, no início da década seu discurso era outro, apostando no caráter notadamente valorizador da profissão da engenharia como esteio de uma nova moralidade pública. Aqui, a engenharia e a iniciativa empresarial caminhariam de mãos dadas rumo a um mesmo "desideratum":

(...) que todos os que se interessam pela prosperidade do Brasil, *nós, engenheiros, na vanguarda*, devemos combater incessantemente pela mais completa vitória e incessante prática neste país, dos seus princípios da ciência econômica, da iniciativa individual e do espírito de associação.¹⁰⁴

Estas diferenças de perspectiva em relação à engenharia, contudo, não suplantam o sentido geral de sua crença nos melhoramentos materiais como decisivos à modernização, como então

¹⁰¹ Liberato de Castro CARREIRA, *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*, Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, pp. 393 e ss.

¹⁰² Maria Bárbara LEVY, *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas – esboços de história empresarial*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994, p. 79.

¹⁰³ André REBOUÇAS, *Agricultura Nacional*, p. 345/6.

¹⁰⁴ André REBOUÇAS, *Garantia de Juros*, p. 59. Grifos meus.

apostava na década de 1870. Esta crença se manifestaria de diversas formas ao longo de sua trajetória, num percurso desigual mas não descontínuo, um tanto acidentado em alguns momentos, mas, inegavelmente, trilhado através tanto do empenho intelectual e da valorização do mérito profissional, como mediante a manipulação em sentido útil das relações travadas nos interstícios de uma ordem social excludente, o que explica a aparente ambigüidade de André Rebouças: afinal, mesmo sua visão liberal exposta no *Instituto Politécnico*, além de ter sido facilitada pelo emprego público, contou com os vínculos criados com a família imperial, especialmente com o príncipe-consorte, além de outras figuras importantes da política imperial.

Foi assim, numa de suas visitas às obras da Alfândega, que o Conde d'Eu, "conversando aí a sós" com Rebouças, "mostrou grande interesse pelo Instituto Politécnico, dando a entender que aceitaria com prazer a sua Presidência. Infelizmente, é impossível reunir agora os sócios quase todos em discórdia".¹⁰⁵ Acredito que tal visita tenha selado o compromisso de ambos em relação a uma maior influência sobre o Instituto, pois, três meses depois, em fevereiro de 1867, Rebouças assistia a sessão na qual seu Vice-Presidente, Guilherme Schuch de Capanema, propunha o nome de Conde d'Eu como Sócio honorário, sendo unanimemente aceito, ocasião em que registra em seu *Diário*: "Praza a Deus que ele possa salvar esta instituição do marasmo e das míseras intrigas em que se acha mergulhada!"¹⁰⁶ Aliás, a parceria Rebouças-Conde D'Eu, que se estende às visitas do primeiro aos saraus do Palácio Isabel, se revestia de favores mútuos, como no caso em que o Príncipe solicitou a André alteração das reuniões, "pedindo que fossem mudadas para as quintas-feiras as sessões do Instituto". Como sinal de agradecimento, o Príncipe apoiaria a apresentação pública "do meu Ensaio de Vocabulário de termos técnicos na Arte de construir".¹⁰⁷ A culminância deste compromisso se daria quando o Príncipe finalmente assumisse a presidência do *Instituto*, em 19 de março de 1867, com um discurso "muito liberal e animador",¹⁰⁸ tornando-se seu presidente até o fim do Regime.

Nas reuniões que assistia assiduamente, Rebouças era um dos que mais apresentava indicações de sócios correspondentes, não só de engenheiros como de "práticos" também: Antonio Manoel de Mello, José Ewbank da Câmara (estes dois seus ajudantes nas obras hidráulicas da Alfândega, portanto, práticos),¹⁰⁹ Saturnino Soares de Meirelles, Bartholomeu

¹⁰⁵ *Diário*, 26 de dezembro de 1866.

¹⁰⁶ *Diário*, 18 de fevereiro de 1867.

¹⁰⁷ *Diário*, 1º de março de 1867.

¹⁰⁸ *Diário*, 19 de março de 1867.

¹⁰⁹ *Revista do Instituto Politécnico*, Tomo I, Julho de 1867, n. 1. (Atas das sessões dos 1º e 2º trimestres de 1867).

José Pereira, Pedro Ribeiro de Souza Rezende, Eusébio José Antunes, Antonio Luiz von Hoonholtz, (barão de Teffé), Domingos José Rodrigues, Luiz Antonio de Castro, Raymundo Teixeira Belford Roxo, dentre outros, são alguns dos nomes indicados por Rebouças.¹¹⁰

Além disso, Rebouças também se preocupava em criar um *Corpo de Engenheiros Cíveis Brasileiros*, inspirado nas disposições da *Intitution of Civil Engineers* inglesa, e num projeto de admissão "mais liberal no Instituto Politécnico".¹¹¹ Esta questão da mudança quanto a admissão no Instituto e outras reformas, afinal, ganhariam um *status* oficial quando Rebouças fosse eleito, juntamente com o engenheiro Giácomo Raja Gabaglia – professor da Academia da Marinha –, e o Dr. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz – futuro ministro da Marinha no Governo Rio Branco –, para a comissão da reforma dos estatutos. Rebouças seria o encarregado da redação dos novos estatutos, "como representante das novas idéias".¹¹² Ou seja, a proposta de Rebouças era, na sua própria visão, "reformadora", ao passo que a do Dr. Gabaglia, "conservadora". O fiel da balança seria o Dr. Luz, que teria dito a André que seu projeto "importava numa reorganização do Instituto" e, diante disto, teria ficado ao lado de Gabaglia, propondo "somente reformas parciais no Regulamento".¹¹³

Desconheço o conteúdo específico desta reforma estatutária, embora possa dizer que o que a motivava era a liberdade de profissão no sentido mais amplo. Rebouças era contrário ao monopólio profissional, preconizando ao contrário que a carreira de engenheiro pudesse ser aberta aos talentos. Uma prova de coerência em relação a isso foi a longa convivência com engenheiros práticos ingleses em diversos empreendimentos, bem como as próprias indicações de engenheiros e sobretudo "práticos" para sócios correspondentes ao Instituto. Por exemplo, Eusébio José Antunes, tornado sócio correspondente por indicação de Rebouças, afirmou numa sessão de agosto de 1867 que, dentre as causas para o "atraso da engenharia no Brasil", figuravam o "pequeno desenvolvimento da instrução teórica e o completo abandono da parte prática; e é por isso que julgo indispensável uma reforma para que a engenharia tenha no Brasil posição condigna". Em função disso, "criar as especialidades" era o mesmo que "acabar o enciclopédismo; reformar a atual Escola Central, proporcionando a instrução no seu maior desenvolvimento a todos os especialistas, é, a meu ver, por onde se deve começar. Convém que sejam independentes os cursos da dita escola; quero dizer, que o que se destinar à

¹¹⁰ *Idem*, Tomo I, janeiro de 1868, n.2, (Atas das sessões dos 3º e 4º trimestres de 1867).

¹¹¹ *Diário*, 2 de setembro de 1867.

¹¹² *Diário*, 3 de dezembro de 1867.

¹¹³ *Diário*, 21 de janeiro de 1868.

engenharia – Construções – não seja também obrigado a ser engenheiro geógrafo e naturalista".¹¹⁴

A polêmica em torno da prática profissional não se encerrava nas sessões do *Instituto Politécnico*, muito menos nas propostas de reforma estatutária. Por exemplo, numa conversa, dias depois, sobre as *Docas de D. Pedro II*, Rebouças teria anotado a preferência de Giacomino Gabaglia na "obsoleta idéia de que o Governo deve construir dócas e todas as obras públicas",¹¹⁵ o que demonstra a postura mais liberal de Rebouças no que tange não apenas ao exercício profissional da engenharia, como também em sua atuação empresarial.

Além do *Instituto Politécnico*, a participação de Rebouças na *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* remonta igualmente a 1867, sendo eleito presidente da Seção de Máquinas e Aparelhos no ano seguinte. Uma de suas funções era a análise dos requerimentos de privilégios para invenções de toda ordem: de máquinas de costura a máquinas para perfuração de túneis, fabricação de tijolos, secadores de café, etc. É significativo percebermos sua visão extremamente otimista em relação ao progresso material nos diversos pareceres sobre pedidos de patentes, sobretudo após seu retorno dos Estados Unidos em 1873.¹¹⁶ Num deles, no caso, uma máquina portátil para o preparo de café, Rebouças expunha sua vantagem para a "pequena lavoura".¹¹⁷ Noutro registro, uma máquina de costura inventada por brasileiros receberia parecer positivo não apenas por suas qualidades intrínsecas, mas também pela potencialidade de se "elevar no Brasil uma fábrica-palácio para suas máquinas de costura, como as de Howe e Singer nos Estados Unidos". Ainda, e reiterando sua concepção das virtualidades emancipatórias do progresso técnico, afirmaria:

Que sublime invento a máquina de costura! Charles Summer, Harriet, Beecher Stowe e Abrahan Lincoln emanciparam cinco milhões de escravos; Elias Howe e seus discípulos emancipam todos os dias milhões e milhões de mulheres!

Armada com a máquina de costura a mulher é forte contra a miséria. E é a miséria o maior inimigo da mulher; é a hedionda miséria quem mais vítimas conduz ao demônio da prostituição...¹¹⁸

¹¹⁴ *Revista do Instituto Politécnico Brasileiro*, Tomo I, Janeiro de 1868, n. 2 (Atas das sessões do 3º e 4º trimestres de 1867). "Offício de Eusébio José Antunes", sessão de 27 de agosto de 1867.

¹¹⁵ *Diário*, 20 de março de 1868.

¹¹⁶ Sobre a viagem de Rebouças à Europa e aos Estados Unidos, vide Capítulo V, item 5.2.

¹¹⁷ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 8, agosto de 1876.

¹¹⁸ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 5, maio de 1875.

Rebouças vistoriava com frequência fazendas da região fluminense que possuíssem ou experimentassem máquinas para o aumento da produtividade agrícola. Foi o caso de uma fazenda em Barra do Pirai, de propriedade do comendador José Gonçalves de Moraes, ocasião na qual teve a oportunidade de ver em funcionamento uma máquina *Lidgerwood* de beneficiamento de café. Aliás, a visita foi feita em companhia do próprio Willian Van Vleck Lidgerwood.¹¹⁹ Além da máquina, vistoriou as diversas construções que aquele fazendeiro havia montado, além de entabular uma “agradável conversação sobre agricultura, guerra do Paraguai, etc”, mantida com o fazendeiro, o engenheiro inglês e seu caixeiro Leonce Turcas.¹²⁰

Freqüentemente, Rebouças era procurado em seu escritório nas obras da Alfândega, às vezes diretamente, outras mediante procuradores, por engenheiros de firmas estrangeiras solicitando seus pareceres sobre invenções e patentes. Foi o caso de W. F. Jones, que apresentou-lhe dois agentes de *Angell*, de New York, peticionários de privilégios para máquinas de beneficiar café, os quais foram contudo advertidos por Rebouças para o fato de suas máquinas se acharem em conflito com a invenção de Lidgerwood, cujo privilégio já havia sido concedido desde 1860.¹²¹

No entanto, a tarefa de Rebouças na *SAIN* não se reduzia a elaborar pareceres sobre pedidos de patentes. Além de participar de debates calorosos, como os de 1876 sobre a reforma da Tarifa das Alfândegas, de que falarei adiante, Rebouças também ocupava sua tribuna como uma importante arena capaz de publicizar suas idéias. É nesse sentido que posso interpretar sua participação na sessão da noite de 15 de junho de 1868, assistida pelo Imperador, o qual inclusive “fazia-[l]he] expressivos sinais de aprovação”, ocasião em que profere o seguinte discurso:

Pedi a palavra, Sr. Presidente, principalmente para responder a uma das muitas arguições, que foram feitas à Comissão Especial, arguição que causou-me muita dor. Refiro-me à pecha de **esclavagista** que me lançou o Sr. Comendador [Joaquim Antonio de] Azevedo.

Sou abolicionista de coração e aproveito esta solene ocasião para declará-lo.

Não me acusa a consciência de ter deixado escapar uma só ocasião de lavrando pareceres para esta Sociedade, fazer propaganda para a abolição dos escravos, e espero

¹¹⁹ Sobre a participação da empresa de Lidgerwood no processo de modernização agrícola no Brasil, na segunda metade do século XIX, ver Ema Elisabete Rodrigues CAMILLO, *Modernização Agrícola e Máquinas de Beneficiamento*: um estudo da Lidgerwood MFG Co. Ltd., década de 1850 a 1890. Dissertação de mestrado em Economia, Instituto de Economia, Unicamp, 2003.

¹²⁰ *Diário*, 7 de março de 1868.

¹²¹ *Diário*, 7 de maio de 1868.

que Deus me concederá não morrer sem ter dado ao meu País as mais exuberantes provas de minha dedicação à Santa Causa da Emancipação.¹²²

Tal postura, se por um lado condizia com o caráter mais amplo daquela Sociedade – a qual, longe de se constituir numa entidade de classe, apesar do nome de “Auxiliadora da Indústria”, era antes um espaço que congregava letrados, políticos e homens ligados ao mundo dos negócios, bem como mantinha íntimo contato com os quadros da alta burocracia imperial –,¹²³ por outro, demonstra o quanto Rebouças procurou reforçar, dentro do léxico mais amplo da modernização, a importância da questão social, indissociando a tarefa de “lavra[r] pareceres para esta Sociedade [e] faze[r] propaganda para a abolição dos escravos”.

Ora, nascida sob os auspícios do Ministério dos Negócios do Império como um órgão de consultoria do Estado, a principal finalidade da *SAIN*, de acordo com os primeiros estatutos de 1827, era precisamente a “aquisição de máquinas, modelos e inventos que pudessem contribuir para o ‘aumento e a prosperidade da indústria nacional neste Império’”.¹²⁴ A Lei sobre patentes de 28 de agosto de 1830 era resultado deste empenho.¹²⁵ No entanto, a Sociedade diversificaria e ampliaria seus interesses e formas de atuação ao longo do tempo, de acordo com as agendas políticas e econômicas de cada momento, sempre atuando como divulgadora de processos técnicos e científicos destinados a “racionalizar e aprimorar o processo produtivo”.¹²⁶ Em 1833, lançava seu periódico, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, distribuído em diversas províncias do Império e no qual divulgava suas reuniões, publicava pareceres sobre patentes, expunha artigos estrangeiros sobre inventos e técnicas agrícolas, traduzidos de publicações como o *American Farmer*, a *Revista Britânica*, o *Jornal dos Conhecimentos Úteis* da França, ou o *Seminário de Agricultura*, da Inglaterra.¹²⁷ Também publicava seus importantes debates, como os sobre a colonização, a qual, já em 1834, aparecia em suas páginas, dividindo espaço com outros temas candentes como os diversos projetos de

¹²² *Diário*, 15 de junho de 1868.

¹²³ O próprio termo “indústria” tinha um sentido múltiplo no Século XIX, dado pelo vocábulo da época, abrangendo ora o trabalho produtivo, ora os principais setores da atividade econômica, como agricultura, comércio, manufatura. Vide o verbete “Indústria”, in Ronaldo VAINFAS, *Dicionário do Brasil Imperial*, Rio de Janeiro: Objectiva, 2002, pp.372-376.

¹²⁴ André Luiz Alípio de ANDRADE, *Variações sobre um tema: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia / Unicamp, 2002., p. 5.

¹²⁵ Em 1874, Rebouças apresentou um projeto de reforma “moldado pela legislação em vigor nos Estados Unidos, que sem dúvida é a legislação mais bem feita” naquele sentido. (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 5, maio de 1874. Há também um registro sobre isso no *Diário* de 26 de fevereiro de 1874).

¹²⁶ André Luiz A. de ANDRADE, *Op. Cit.*, p. 64.

¹²⁷ Heloísa Maria B. DOMINGUES, “A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império”, in. Maria Amélia M. DANTES (org.) *Espaços da Ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p. 97.

superação da mão-de-obra escrava, igualmente outra das grandes preocupações da *SAIN*.¹²⁸ Durante uma década, entre 1850 e 1861, a Sociedade deixaria de ser apenas um órgão consultivo, para de fato exercer a última palavra na concessão de isenções fiscais e privilégios de invenções, substituindo a Junta do Comércio.¹²⁹ Em 1861, desvinculando-se do Ministério do Império, e tornando-se mais uma jurisdição do estratégico Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, voltaria a funcionar como um órgão consultivo do Estado, mantendo contudo o mesmo papel na elaboração de pareceres e servindo de fórum de debates. Nesta ocasião, sua diretoria criou o *Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, demonstrando dar autonomia às questões da agricultura, e internamente instituiu várias subseções, num processo que culminaria com a criação de dez em 1869.¹³⁰

Entre 1865 e 1880, sua presidência foi ocupada por José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, e nada mais emblemático da atmosfera intelectual daquela Sociedade, no período que finda a década de 1860 e anuncia a seguinte, do que seu discurso, pronunciado em 1867, por ocasião do 40º aniversário de fundação da *SAIN*. Peço licença ao leitor para reproduzir um longo trecho do discurso de Rio Branco, que se referia aos “nove lustros” de existência da *Sociedade Auxiliadora* e aos “vultos venerandos da geração de 1822” como que mesclados pelo tempo:

Belos tempos eram esses em que a paixão política se inflamava na concepção dos sólidos fundamentos do Império Americano, e por toda parte a luta se travava no alto e majestoso terreno das idéias de verdadeira liberdade, e dos germens fecundos da união e grandeza nacionall...

Não desanimemos, porém, nós os homens de hoje, se vemos contemplar-nos daquelas eminências, como gigantes, os vultos venerandos da geração de 1822.

As nações, como os indivíduos, têm períodos distintos em sua existência, e cada período da vida traz consigo necessidades e tendências, virtudes e fraquezas próprias de sua idade.

Os nove lustros decorridos desde então até hoje, não passaram sem que marcássemos muitos pontos no páreo infinito do progresso humano.

Para longe de nós o pessimismo. O pessimismo [...] é uma enfermidade política, e

¹²⁸ André Luiz A. de ANDRADE, *Op. Cit.*, pp. 34 e ss.

¹²⁹ *Idem*, p. 143.

¹³⁰ Eram elas: Agricultura; Indústria Fabril; Máquinas e Aparelhos; Artes Liberais e Mecânicas; Comércio e Meios de Transporte; Química Industrial e Geologia Aplicada; Zoologia; Estatística e Estatística Industrial; Redação e Finanças.

verdadeira decadência moral, se revela-se pela admiração supersticiosa de tempos que já não voltam, e por desânimo, inércia, ou indiferença em relação ao futuro, que nos espera. A humanidade marcha constantemente para o seu misterioso destino, ainda quando parece que pára e retrocede. É a lei de deus, e há de ser cumprida.

O Brasil não é uma exceção perdida na imensidade desse movimento universal: ele *tem progredido a olhos vistos, em todos os ramos da expansão moral e material de um povo. Não há invenção ou melhoramento, nas ciências e artes da natureza, do homem e da sociedade, que nos sejam desconhecidos ou que não tenham obtido ainda, em escala maior ou menor, alguma aplicação entre nós.*

Estamos ao nível do nosso século em tudo quanto depende dos esforços intelectuais; falta-nos muito, é certo, mas faltam-nos os bens que só a experiência, o tempo, o aumento de população e a abundância de capitais podem produzir.

[..]

Mostrar-nos-ão talvez que a agricultura, primeiro elemento de nossa riqueza, segue ainda a trilha do primitivo empirismo, em grande parte do nosso vasto e fertilíssimo território; que a indústria fabril, para a qual sobram no solo brasileiro os mais preciosos dons da natureza, é hoje, para assim dizer, o embrião do que deve ser; que nossas comunicações com o interior são ainda penosas, que há por aí um mundo inteiro deserto e até em parte desconhecido; finalmente, que na ordem dos melhoramentos jurídicos e econômicos, no campo da cultura moral e intelectual do povo brasileiro, há muito por fazer, desde as necessidades essenciais até as mais elevadas aspirações da civilização moderna.

O reparo é judicioso, ele descobre todas as sombras do nosso quadro social, mas não escurece nem afeia a sua fisionomia geral. *Somos um povo novo, espalhado por vastíssimo e variado território, a quem, portanto, não era dado, em menos tempo do que a vida de um homem, realizar o que outros mais densos e mais fortes não conseguiram ainda, a despeito de esforços seculares.*¹³¹

Esse era o tom que animava as discussões da *SAIN* no ano em que Rebouças ingressava em seus quadros. Uma inabalável crença de que o País seguiria em sua marcha rumo ao progresso, não obstante os obstáculos do caminho. Como a escravidão, cuja resolução encontrada pelo emancipacionismo da época dependia de uma questão de “forma e oportunidade”, o cortejo das “necessidades do nosso tempo” podiam ser resumidas, ainda segundo Rio Branco, “sob o

¹³¹ Discurso pronunciado pelo presidente da *SAIN*, o visconde do Rio Branco, em homenagem aos seus 40 anos de inauguração, em 30 de outubro de 1867. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 11, novembro de 1867. Grifos meus.

ponto de vista da vida industrial e do seu progresso”, em algumas reformas tais como: leis que garantissem o indivíduo, a família e a propriedade; um melhor sistema de difusão de conhecimentos gerais e específicos; vias de comunicação; a organização da estatística do Império; a reanimação de instituições de crédito e popularização de caixas de socorros mútuos; o favorecimento da colonização nacional e estrangeira e, finalmente, a animação do “espírito de associação, e [d]a iniciativa individual, removendo os obstáculos que o constroem em nossa legislação civil, comercial e financeira”.¹³²

Nesse sentido, a visão extremamente otimista de André Rebouças em relação aos melhoramentos materiais fazia eco aos anseios mais amplos de uma instituição que se constituía não apenas enquanto “espaço privilegiado de constituição da agenda política do Império e da formulação de suas estratégias”, mas que, afinal, se confundia como o processo mais amplo de formação do país, “com todas suas contradições, sendo a maior delas a escravidão”.¹³³

3.6. O Serviço de Abastecimento d’Água do Rio de Janeiro

Foi animado deste otimismo que André Rebouças trilhou seu caminho nos anos finais da década de 1860, sobretudo após sua contratação, desde 1866, nas obras da Alfândega. Paralelamente às suas participações em associações e institutos de engenharia, Rebouças ampliava seu leque de atuação, cavando uma posição de destaque à frente de algumas iniciativas empresariais. Deixo para o próximo capítulo a narrativa de sua participação na incipiente modernização portuária, por acreditar que tenha sido sua principal atividade como empresário, e destaco aqui algumas experiências mais restritas, mas nem por isso menos importantes do ponto de vista que nos interessa. Além disso, boa parte da polêmica gerada nas sessões do *Instituto Politécnico*, e que radicavam em distintas concepções de intervenção e profissionalização da Engenharia Civil, ecoava nos gabinetes dos administradores de obras públicas, sem falar dos ministérios mais diretamente envolvidos com os melhoramentos materiais, como a pasta da Fazenda ou da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

A atuação dos Rebouças durante a prolongada seca de 1870 no Rio de Janeiro constitui um bom exemplo destas polêmicas. Em março daquele ano, André e seu irmão Antonio foram

¹³² *Idem, ibidem.*

¹³³ *Idem, p. 8.*

nomeados pelo ministro da Agricultura, Diogo Velho, para estudarem o abastecimento d'água da cidade. Comporiam mais tarde uma comissão presidida por Antonio Augusto Monteiro de Barros, inspetor das obras públicas e funcionário do Ministério da Agricultura. A participação na comissão não acarretou nenhum vínculo empregatício: André, desde fins de 1866, estava empregado nas obras hidráulicas da Alfândega, vinculada ao ministério da Fazenda, e Antonio recebia vencimentos em caráter de assessoria. Tinham contudo permissão para "mandar tirar um apontamento dos prédios existentes no Rio de Janeiro e de seus alugueres", e estudar os terrenos propícios à construção de encanamentos d'água.¹³⁴

Enquanto Rebouças nutria interesse em constituir uma empresa concessionária de serviços públicos, a idéia do Imperador era totalmente diferente: segundo ele, o monarca pretendia "dar água aos pobres gratuitamente nas fontes". Rebouças, ao contrário, apostava numa idéia que considerava "mais liberal e higiênica", e que consistia em "dar aos pobres água em domicílio por um preço mínimo".¹³⁵ Para isso, no entanto, tal companhia não poderia prescindir do instrumento de ajuda pública conhecido como garantia de juros. Para tanto, contava com o apoio do ministro da Fazenda, o visconde de Itaboraí.¹³⁶ Rebouças buscou acionistas interessados na incorporação da empresa, dirigindo-se às mesmas pessoas que consultou em 1868, quando então cuidou da organização da *Companhia Doca da Alfândega*. No entanto, sem sucesso. A ausência de empresários dispostos a arriscar em tal negócio fez o projeto malograr. A indignação diante deste pouco interesse é patente. Afinal, afirma Rebouças, "quem escrever[ia] um dia a história das empresas de utilidade pública neste Brasil?!".¹³⁷ O abastecimento d'água permaneceria sendo uma iniciativa eminentemente estatal.

Em junho de 1870, o ministro da Agricultura aceitou a proposta elaborada pela comissão sobre a execução de algumas obras principais, expressa em Edital e em caráter de urgência. Neste Edital, a comissão estava autorizada, dentre outras medidas, a entrar em contato com possuidores de água do centro da cidade e, "mediante indenização", obter sua cessão provisória para, "pelos meios convenientes [...] mandar distribuí-la pela população gratuitamente"; convidar os possuidores de mananciais a "transferi-los ao domínio do Estado, indenizando-se-lhes o seu valor, quando for oportunamente convencionado. Se recusarem cedê-lo definitivamente, contratar a comissão o seu uso provisório"; aproveitar no

¹³⁴ *Diário*, 13 de março de 1870.

¹³⁵ *Diário*, 3 de junho de 1870.

¹³⁶ *Diário*, 16 de maio de 1870.

¹³⁷ *Diário*, 11 de abril de 1870.

abastecimento público “toda a força dos mananciais, quer já pertencentes ao Estado, quer adquiridos na conformidade da disposição precedente”; abrir poços instantâneos “nos lugares mais acomodados ao público” e regularizar seu “uso gratuito”.¹³⁸

Respalhada pelo Ministério da Agricultura, a comissão teria então se prontificado a realizar o encanamento das águas dos rios Macaco, Páu-grande e Cachoeira para os bairros de São Clemente, Botafogo e Catete, a transferência, para a Caixa da Boa Vista, na Tijuca, das “águas de Antonio de Almeida, empregando provisoriamente calhas de madeira”, a colocação no aqueduto do Maracanã das águas do antigo aqueduto do mesmo nome e as do rio Trapicheiro, a colocação de duas bombas de pressão na fábrica de cerveja da rua da Guarda Velha, de propriedade do Sr. Joaquim José Rodrigues Machado, etc.¹³⁹

No entanto, boa parte dos mananciais encontrava-se no interior de propriedades rurais particulares. Da mesma forma, seria necessário perfurar poços em algumas delas, e, sofrendo oposição, Diogo Velho teria recuado, “estando já com medo dos proprietários”, e, segundo Rebouças, “procurando interpretar restritivamente as instruções que redigimos no dia 1º à noite. Já achava exagerada as medidas tomadas. Mandou sustar a abertura de novos poços.”¹⁴⁰ O conflito maior fora com Francisco de Siqueira Dias e com o Conde do Bonfim, donos em parceria de uma extensa propriedade rural por onde passava o Rio Trapicheiro. Os proprietários chegaram a negar aos membros da comissão qualquer abrigo e o aluguel de suas casas, deixando-os ao relento. Todavia, o que talvez mais motivasse os proprietários a reagir cautelosa e/ou hostilmente àquela comissão, era a especulação em torno do valor da indenização a ser paga pelo governo para possíveis desapropriações e obras em suas propriedades. Rebouças soubera mais tarde, por exemplo, que um comerciante desejava desmanchar a venda da fazenda de Nossa Senhora da Aparecida depois que soube do projeto de encanar o rio do Ouro, provavelmente para “exigir somas exageradas ao depois na desapropriação”.¹⁴¹ Diante da leniência do ministro da Agricultura Diogo Velho, que, pressionado pelos donos dos terrenos, proibiu a construção de poços, Rebouças ignorou a estrutura burocrática e se queixou diretamente com Itaboraí, obtendo do ministro da Fazenda a ordem de que “execu[tasse] as obras, ainda que [fosse] preciso empregar a força”.¹⁴²

No entanto, a proteção do ministro Itaboraí não duraria para sempre. Em 21 de setembro

¹³⁸ *Diário*, 6 de agosto de 1870. O Edital em questão é datado de 1º de agosto.

¹³⁹ *Diário*, 3 e 4 de agosto de 1870.

¹⁴⁰ *Diário*, 3 de agosto de 1870.

¹⁴¹ *Diário*, 26 de setembro de 1870.

¹⁴² *Diário*, 4 de agosto de 1870.

de 1870, ascendia o Gabinete São Vicente, tendo Torres Homem, visconde de Inhomirim, como o novo ministro da Fazenda, e Teixeira Júnior na pasta da Agricultura. Além das dificuldades das obras em si, bem como da oposição dos proprietários, a imprensa oposicionista, particularmente o jornal *A Reforma*, em cujo órgão escrevia Zacarias de Góis, se colocava em acirrada polêmica contra a constituição da Companhia das Águas, e André Rebouças era novamente o alvo dos ataques. Na verdade, estava no centro de uma polêmica mais ampla, que tinha a ver com a dinâmica política do império, e particularmente com o processo de crise que o regime apresentava a olhos vistos. A constatação de que não era a sua competência técnica que estava em jogo fora revelada por Zacarias, ao desculpar-se "com a necessidade de fazer oposição", não a Rebouças, mas ao próprio Gabinete em que este trabalhava.¹⁴³ Em sua resposta ao artigo d'*A Reforma*, Rebouças expunha a magnitude dos esforços empreendidos, num estilo um tanto sarcástico:

Cometemos o grande crime de dar, em 30 dias, 2.400.000 litros diários d'água ao Rio de Janeiro, cumpre que nos defendamos incessantemente.

No artigo sob a epígrafe: 'Encanamentos das águas do Trapicheiro' não há uma proposição verdadeira. Não pedi demissão de diretor de tais obras; espero, pelo contrário, bom tempo para fazer sua inauguração oficial...

Quanto à questão de subidas d'água é igualmente falsa; o articulista demonstra ignorar completamente os princípios da hidráulica. O encanamento, que se colocou junto à ponte chamada do Francês é para a lavagem do encanamento do Trapicheiro. É uma novidade no nosso sistema de encanamentos; daí a errada interpretação que lhe deu o articulista.

Quanto ao regresso, fez-se em 30 dias mais e melhor que em dezenas de anos.¹⁴⁴

A substituição do Gabinete trouxe, como esperado, a interrupção das obras. No caso da comissão das águas, o novo ministro da Agricultura, Jerônimo José Teixeira Júnior, suspendeu "sem a menor consulta" os vencimentos de Antonio, "por achar exagerados 700\$000 por mês". Diria André que isso era "o prêmio que [Antonio] colhe da expedição do Ivaí e de 9 meses de devotação ao serviço de abastecimento d'água ao Rio de Janeiro!"¹⁴⁵ No entanto, o ministro voltaria atrás ao verificar pessoalmente o encanamento do Rio Trapicheiro, ficando

¹⁴³ *Diário*, 24 de agosto de 1870.

¹⁴⁴ *Diário*, 20 de setembro de 1870.

¹⁴⁵ *Diário*, 11 de outubro de 1870.

convencido "da exageração das reclamações dos proprietários".¹⁴⁶

Em novembro de 1870, logo após uma nova substituição do titular da pasta da Agricultura por João Alfredo, Rebouças recebeu do Imperador o aval para a criação de uma *Companhia das Águas*, embora fosse contrário à garantia de juros de 6% para a empresa conforme Rebouças pleiteava. Aceitava também o "ponto mais difícil", qual seja, a idéia de que a entrega a domicílio de "água aos pobres a 1\$000 por mês era realmente um benefício", uma vez que antes o monarca só "consentia água gratuita aos pobres nas fontes públicas".¹⁴⁷ No entanto, em janeiro de 1871, antes que pudesse organizar a Companhia, Rebouças deparou-se com a concorrência do engenheiro inglês Gotto, da *City Improvements*, que empregaria o Rio do Ouro para o abastecimento da cidade. Interessante foi o diálogo que Rebouças teria tido com o Imperador a respeito disso, e que ilustra a importância que o capital inglês tinha na dinâmica da modernização imperial:

Disse o Imperador: 'que há muito que ele [Gotto] tinha essa idéia, e que reivindicava para si a prioridade; que tinha já colocado a questão das águas aos Ministros no seu verdadeiro pé; que ambos os concorrentes [Rebouças e Gotto] eram capazes de realizar a empresa (agradeci-lhe o elogio, retorquiu que me conhecia e que gostava de fazer justiça); que era necessário discutir qual a melhor proposta, e a conveniência de importar capital inglês deixando o [capital] brasileiro para a agricultura.'¹⁴⁸

Em fins de janeiro de 1871, Gotto já teria entregue no Ministério do Império sua proposta para a Companhia das Águas. Em fevereiro, os irmãos Rebouças foram vítimas de uma série de artigos caluniosos no *Diário do Rio*, de alguém que subscrevia como *Trapiche e Macaco*, ou seja, os rios que formariam os mananciais de água potável para a cidade, e que Rebouças supunha serem de autoria ou de Raphael Arcaño Galvão, ou do irmão deste, mais tarde pretendente empresário da Cia. das Águas. O "poema" *Pai Feitiço e Pai Quilombo*, desbancava as iniciativas dos irmãos, acusados de obterem privilégios "das águas sujas do Estado", satirizava seus projetos de colonização, debochava de suas origens étnicas.¹⁴⁹ Este clima de aversão aos irmãos Rebouças se expressa também na atitude do ministro João Alfredo, que sistematicamente dificultou os trabalhos da comissão das águas, reduzindo o

¹⁴⁶ *Diário*, 22 de outubro de 1870.

¹⁴⁷ *Diário*, 11 de novembro de 1870.

¹⁴⁸ *Diário*, 3 de janeiro de 1871.

¹⁴⁹ Vide a íntegra deste e de outros artigos difamatórios contra os irmãos Rebouças no Capítulo I, item 1.1.

ordenado de Antonio, e por fim forçando sua demissão do Serviço da Agricultura e Obras Públicas.¹⁵⁰ Após isso, Antonio Rebouças partiu para Curitiba, a fim de empreender a construção da estrada de ferro de Antonina a Curitiba, o que mais tarde seria um novo foco de desavenças e impasses. Já para André Rebouças, o fracasso de seu empenho em organizar a Companhia d'Água do Rio de Janeiro seria mais tarde lembrado, e seu exemplo utilizado na redação de seu livro *Garantia de Juros*, sintomaticamente dedicado a Itaboraí.

3.7. Empreendimentos em estradas de ferro

A participação dos Rebouças na modernização ferroviária também deve ser ressaltada, sobretudo a de Antonio Rebouças, que se especializara em ferrovias após o término do curso de Engenharia na *Escola Central*. André, embora tenha se especializado em portos e docas, também participou do surto ferroviário a partir da década de 1870, embora sua participação tenha sido mais discreta e às vezes indireta. A redação de uma Lei Geral para as Estradas de Ferro, nos moldes da Lei das Docas,¹⁵¹ ou a compreensão delas como o meio mais eficaz para promover a colonização e a parcelamento da propriedade territorial, são exemplos disso. De qualquer modo, é interessante recuperar, ainda que brevemente, a trajetória de André junto com seu irmão, Antonio, nas tentativas de organização de empresas ferroviárias, sobretudo na província do Paraná. Uma vez que André estava melhor posicionado na burocracia imperial, restou a ele estabelecer contatos e favorecer seu irmão no tocante a estas iniciativas.

Em 1867, Antonio Rebouças estava envolvido havia 3 anos na construção da Estrada da Graciosa, uma estrada de rodagem que ligava Antonina a Curitiba, recuperada a partir da velha trilha colonial que rasgava a Serra do Mar. Em 1853, com o desmembramento da Província de São Paulo e criação da Província do Paraná, a recuperação desta trilha era importante por razões estratégicas e militares. O engenheiro responsável pelas obras iniciais foi Henrique de Beaurepaire-Rohan, que esteve na direção das obras de 1854 a 1864. No entanto, até aquela data, em função das grandes despesas exigidas para sua construção, pouco se tinha feito de melhorias senão algumas pontes. Antonio Rebouças, em 1864, propôs novas diretrizes a fim de melhorar seu traçado, e a obra contou com mais recursos financeiros. Um fator que lhe favorecia era a reiteração do uso estratégico e militar da estrada, agora com o advento da

¹⁵⁰ *Diário*, 12 de fevereiro de 1871.

¹⁵¹ *Diário*, 4 de julho de 1870.

Guerra do Paraguai.¹⁵² Antonio permaneceu na obra até 1867, quando, em função de fortes chuvas, uma parte da estrada foi danificada. Sua substituição pelos engenheiros Luiz Pereira Dias e Gottlieb Nielland, entretanto, também teria sido motivada pela decisão do Conselho de Estado de enviá-lo à Venezuela, como adido especial.

André foi enfático ao afirmar a inconveniência para seu irmão desta viagem, pois isso significaria abandonar um projeto caro aos Rebouças, a estratégica Estrada da Graciosa, "tronco da comunicação de Antonina à capital do Paraguai",¹⁵³ e que André Rebouças aventava desde sua participação na Guerra do Paraguai. Zacarias, então ministro da Fazenda, atendeu seu pedido, prometendo-lhe inclusive mais recursos. No entanto, uma vez que havia sido o próprio Imperador o autor da indicação de Antonio para a comissão, que não se restringiria à Venezuela, mas também ao Chile, prevaleceu a vontade do chefe de Estado. Em audiência no Paço de São Cristóvão, em março de 1867, André e Antonio não fizeram mais do que reagir à "costumeira amabilidade" do Imperador, o qual, respondendo com "tanto interesse as nossas objeções[...], não houve remédio senão fazer-lhe esse sacrifício! Praza a Deus que dessa comissão provenham para o País melhores resultados do que esperamos!",¹⁵⁴ afirmava Rebouças, entre resignado e esperançoso.

Todavia, passados 10 meses naquela "anômala" comissão, André novamente intercedeu pelo seu irmão junto a Zacarias, com a alegação de que Antonio "se referia à pouca vontade de apresentá-lo que mostravam os nossos Diplomatas". A questão, como o próprio André fez questão de ressaltar a Zacarias, tinha a ver com a "dignidade pessoal na nossa qualidade de mulatos", motivo inclusive pelo qual não permitiu que o ministro entregasse a correspondência ao Imperador, alegando ser a "questão muito delicada para ser por ele tratada".¹⁵⁵ No dia seguinte a essa conversa, Rebouças enviou a Zacarias a seguinte carta na qual, dentre os motivos para o retorno de Antonio do Chile, alegou ter recebido uma proposta, que declinou, de ser diretor da *E.F. D. Pedro II*:

S. Excia. M.

Meu pai julga as expressões da carta do Antonio ditas por demasiada suscetibilidade e que não devem ser levadas ao conhecimento de S. M. I.

¹⁵² Pedro Carlos da SILVA TELLES. *Historia da Engenharia no Brasil* (vol. 1 – Séculos XVI a XIX), Rio de Janeiro: Editora Clavero / Clube de Engenharia, 1994, p. 219.

¹⁵³ *Diário*, 21 de fevereiro de 1867.

¹⁵⁴ *Diário*, 23 de março de 1867.

¹⁵⁵ *Diário*, 20 de dezembro de 1867.

Propalou, há dias, a intenção do Governo Imperial de mandar-me para a direção do Caminho de Ferro de D. P. II. Não devo afastar-me das obras hidráulicas da Alfândega: a pronta conclusão dessa obra difícilíssima é para mim questão de honra profissional. O Antonio tem a especialidade "Vias de Comunicação" e tem dado nela provas positivas de capacidade: parece, pois, melhor, se há fundamento em tais boatos, mandá-lo vir do Chile, onde já tem preenchido tanto quanto possível o fim da sua missão (...).¹⁵⁶

Ao que tudo indica, em vão. Em janeiro de 1868, o próprio Imperador dizia a André que tinha "mandado ordem para que ele [Antonio] visitasse a Bolívia e sobretudo o Perú, antes de voltar ao Brasil".¹⁵⁷ André só voltaria a rever o irmão no dia 16 de maio de 1868, para logo em seguida separar-se dele, uma vez que Antonio agora iria explorar a tão almejada estrada estratégica de Curitiba ao Paraguai. Rebouças expôs em seu *Diário*, nesta ocasião, as seguintes considerações:

Deus os ajude [a Antonio Rebouças e a seu ajudante, o engenheiro alemão Peter Scherer, Maurício Schwartz e Júlio Kallman] em seus penosos trabalhos e dê ao Brasil um Governo capaz de realizar as estradas para Assunção, capital do Paraguai, e para a fronteira do Mato Grosso pela província do Paraná¹⁵⁸.

A estrada estratégica do Paraná ao Mato Grosso proposta por Rebouças teve vários opositores, dentre eles o ex-deputado por Mato Grosso, Dr. Caetano Xavier da Silva Pereira, que a pedido de um parente seu, de nome Peixoto, que era "contratador do serviço de correio para Mato-Grosso", escreveu vários artigos no *Jornal do Comércio* contra a estrada.¹⁵⁹ Literalmente na outra ponta da estrada estavam as famílias de Paranaguá a reivindicarem para aquela cidade, e não para Antonina, o início do traçado.

Antonio Rebouças, a partir de maio de 1868, estava encarregado do estudo da estrada que partia de Antonina, passava por Curitiba e seguia para o interior, até o Rio Ivaí. No entanto, apenas em 1871 o Governo concederia a permissão para a construção da estrada de ferro de Antonina a Curitiba, passando por Morretes, através do Decreto 4.674, de janeiro de 1871,

¹⁵⁶ *Diário*, 21 de dezembro de 1867.

¹⁵⁷ *Diário*, 24 de janeiro de 1868.

¹⁵⁸ *Diário*, 14 de junho de 1868.

¹⁵⁹ *Diário*, 12 de novembro de 1868.

concessão essa dada aos engenheiros Antonio Rebouças, Francisco Antonio M. Tourinho e Maurício Schwartz. Outro Decreto, o de numero 4.851, também de 1871, concedia a Visconde de Mauá, Thomas Cochrane e aos engenheiros Antonio Rebouças, William Lloyd e Christian Palm a permissão para a construção do prolongamento da estrada de Curitiba até Miranda, em Mato Grosso. No entanto, tanto o trecho inicial como seu prolongamento seriam concluídos bem mais tarde, devido a uma série de acidentes de percurso, como a morte por malária do engenheiro sueco Christian Palm, o qual chefiava uma numerosa equipe de engenheiros estrangeiros, bem como a de Antonio Rebouças, morto em 1874 em São Paulo, enquanto fazia trabalhos de campo para a *Companhia Paulista de Estrada de Ferro*.¹⁶⁰ Embora André Rebouças tivesse tentado organizar a empresa, entrando em contato com diversos empresários – tais como José Machado Coelho de Castro, diretor do Banco do Brasil, José Antonio de Figueiredo Junior, Mariano Procópio, e, sobretudo, com o Barão de Mauá¹⁶¹, tudo isso entre março e junho de 1871 –, fracassou em seu empenho. A concessão original caducou e foi transferida em 1879 para a companhia francesa *Cie Générale des Chemins de Fer Brésiliens*, que entregou a obra à firma belga *Société Anonyme des Travaux Dyle et Bacalan*.

Embora o ponto inicial da estrada fosse Antonina, sugestão dada por Antonio Rebouças e compartilhada por todos os técnicos envolvidos na obra, devido a sua menor extensão e menores custos, pessoas influentes de Paranaguá queriam que a estrada partisse daquela cidade, e a polêmica instaurada em torno disso indispsôs os irmãos Rebouças a várias figuras importantes do Império, sendo que o próprio André registrou em seu *Diário* ter considerado o episódio como o ponto final de sua carreira empresarial, em meados de 1875.

3.8. Outras iniciativas empresariais

O leque de atividades nas quais Rebouças se destacou é realmente impressionante. Num período de nove anos, compreendidos entre sua contratação pelo Ministério da Fazenda em 1866 e 1875, quando se desilude da vida empresarial, Rebouças atuou, direta ou indiretamente, à frente de seis companhias portuárias, uma companhia de abastecimento d'água, dois prolongamentos de cais, duas estradas de ferro, uma companhia florestal e uma de navegação. Dentre todas, somente as *Docas da Alfândega* e o *Porto do Cabedelo* vingaram. Narro a seguir um

¹⁶⁰ Pedro C. da SILVA TELLES. *Op. Cit.*, p. 418.

¹⁶¹ Enquanto tentava desesperadamente organizar aquela empresa, referiu-se a Mauá de forma muito significativa em seu *Diário*: "O Barão de Mauá é indubitavelmente o mais inteligente e o mais patriota dos capitalistas, com quem tenho tratado. Se não fossem os seus embaraços financeiros e sua ausência no Rio da Prata, nunca teria tratado com outro" (*Diário*, 31 de maio de 1871).

pouco de sua participação em algumas destas iniciativas, ressaltando as redes de contatos e influências que as permitiram ou obstaram.

Concomitante às atividades nas obras da Alfândega, em 1867, Rebouças atuou na divulgação da empresa responsável pela construção do Porto do Cabedelo, na Paraíba, para a qual já vinha se orientando desde que retornara da Guerra.¹⁶² Redigira um artigo estatístico, em francês, para ser anexado ao Prospecto da Companhia, além de manter contato com outros engenheiros, particularmente com Charles Neate.¹⁶³ O apoio do Conde d'Eu seria importante, e para isso Rebouças recolhera diversos artigos de propaganda do Porto publicados e os oferecera ao Príncipe, que, segundo Rebouças, "fora mal informado sobre esse projeto fazendo-se-lhe crer que eu pretendia mudar o Porto do Recife para a Paraíba".¹⁶⁴ Em maio de 1868, Rebouças apelaria ao "intermédio e influência na Câmara dos Deputados" do Conselheiro Silveira Lobo, então presidente daquela província, para que se votasse a garantia de juros de 5% à empresa *Docas do Cabedelo*.¹⁶⁵ Consegue dele a promessa de que faria o possível, convencido por Rebouças "das vantagens do comércio direto na Paraíba do Norte".¹⁶⁶ Suas articulações com Neate o aproximam de Sidney W. Boor, sobrinho de Alexander Fry, a quem o engenheiro Neate mandou procuração para representá-lo no pedido de concessão das *Docas de Cabedelo*. Todavia, somente em julho de 1887 seria aprovado o decreto de concessão, pela Princesa Isabel. No entanto, as obras seriam realizadas em 1889, e reformadas em 1891, sob o governo de João Pessoa, quando Rebouças já estava em seu exílio.

Ao mesmo tempo em que se envolvia com os requerimentos para as *Docas do Cabedelo*, coordenou os desenhos para o Projeto de *Docas do Maranhão*, e se envolveu pessoalmente na organização de uma empresa concessionária para aquela província. Na casa do Senador Dias Vieira, em 1867, contatou os deputados do Maranhão Coronel Jansen e Sinval e o engenheiro Belford Roxo, concordando em "reunir no Club a Deputação do Maranhão para decidir as bases da apresentação de um projeto de Lei em favor da Empresa na Câmara dos Deputados".¹⁶⁷ A maior dificuldade, além da obtenção de financiamento, era a pequena profundidade do ancoradouro e a oscilação das marés na região do porto do Maranhão. Nesse sentido, o projeto de Rebouças em 1867 previa a "construção de uma doca fechada por uma

¹⁶² Vide a carta ao presidente da província, Oseano de Brito, em 1866, no item 3.4 deste capítulo.

¹⁶³ *Diário*, 14 e 21 de abril de 1867.

¹⁶⁴ *Diário*, 12 de junho de 1867.

¹⁶⁵ *Diário*, 13 de maio de 1868.

¹⁶⁶ *Diário*, 19 de maio de 1868.

¹⁶⁷ *Diário*, 19 de agosto de 1867.

eclusa, com cais de atracação, armazéns, etc"¹⁶⁸. Entretanto, tal projeto não teve aceitação, sucedendo uma série de outros apresentados por diferentes engenheiros como o inglês Sir John Hawkshaw (1875), Milnor Roberts (1881) e finalmente Fábio Morais Rego, em 1892.

Também o *Porto de Pernambuco* esteve na alça de mira de Rebouças, ainda que não tivesse sua participação direta, mas mediada pela convivência com o engenheiro inglês John Hawkshaw¹⁶⁹, bem como de seu ex-colega junto às obras da Alfândega, o engenheiro Raphael Galvão. Aliás, Rebouças soube que um dos entraves para a organização de uma Companhia para as Docas de Pernambuco teria sido os interesses ligados ao antigo sistema de transporte e armazenagem representados, respectivamente, pelos saveiros do Barão do Livramento e pelos trapiches do Barão de Suassuna.¹⁷⁰

Finalmente, algo que é pouco mencionado nas análises sobre Rebouças, foi sua tentativa malograda de incentivar formação associativa para a indústria metalúrgica no Brasil. Em julho de 1870, Rebouças apresentou a Itaboraí um projeto de criação de uma Companhia com o intuito de arrendar a antiga *Fábrica de Ferro de São João de Ipanema*. Além disso entregou uma *memória* ao Imperador, narrando a "triste história da fábrica", apontando seus insucessos, criticando os subsídios governamentais e condenando a "inconveniência de continuar o Estado" em sua gerência.¹⁷¹ No entanto, o assunto esbarrou aí,¹⁷² uma vez que o Imperador "declarou-se contra com a maior vivacidade do que de costume. Estava imbuído das idéias do Dr. [Guilherme Such de] Capanema, que se constitui um [ilegível] das empresas telegráficas no Brasil e de todas as companhias".¹⁷³ Caso tivesse sucesso, seria a primeira empreitada de Rebouças na área industrial.

Situada na província de São Paulo, em Iperó, próximo a Sorocaba e fundada oficialmente em 1810 por Dom João VI, a Fábrica de Ipanema era uma dentre outras quatro montadas no Brasil para produção de ferro, e a única que teve vida longa: apesar de sempre deficitária, dado o alto custo da produção e a pouca qualidade do ferro produzido, fechou suas atividades em

¹⁶⁸ Pedro Carlos da SILVA TELES, *Op. Cit.*, p. 346.

¹⁶⁹ Sir John Hawkshaw (1811-1891) foi, segundo afirma Pedro da SILVA TELLES (*Op. Cit.*, p. 338), "o mais famoso engenheiro inglês do século XIX e, certamente, um dos mais ilustres do seu tempo em todo o mundo, pela quantidade e variedade dos estudos, projetos e obras em que tomou parte (...). Esteve no Brasil, a chamado do Governo Imperial, em 1874/75, estudando vários portos, para os quais preparou depois projetos e orçamentos. Instituiu também, com o seu nome, um prêmio que era anualmente concedido pelo Instituto Polytechnico Brasileiro para o melhor trabalho escrito sobre assunto de engenharia por brasileiro nato ou naturalizado."

¹⁷⁰ *Diário*, 17 de julho de 1869.

¹⁷¹ André REBOUÇAS, *Memória redigida ao Imperador D. Pedro II para organização de uma companhia nacional para arrendar a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema*, manuscrito, 24 de julho de 1870.

¹⁷² *Diário*, 14 de julho de 1870.

¹⁷³ *Diário*, 25 de julho de 1870.

1895.¹⁷⁴ Sua construção deveu-se aos esforços empreendidos pela Corte portuguesa estabelecida no Brasil para criar substitutos econômicos à mineração aurífera, tanto que os principais componentes da missão alemã contratada pelo governo português em 1802 migraram para o Brasil com a Corte em 1808. Dentre eles destacam-se Wilhelm Ludwig von Eschwege,¹⁷⁵ Franz Ludwig Wilhelm von Varnhagen (que ficaria responsável pela *Ipanema* entre 1815 e 1821), Wilhelm C. von Feldner, além do engenheiro francês Jean Antoine de Monlevade, formado pela *École Polytechnique* de Paris.

A Fábrica, sempre vinculada ao Estado, e mantida por subvenções, teve uma trajetória de insucessos, a começar pela própria qualidade dos minérios existentes na região, e agravada com a imprevidência de seus administradores, daí que funcionasse irregularmente. Em 1865 foi reativada para atender às necessidades da Guerra do Paraguai, sendo nomeado seu diretor o Capitão Engenheiro Joaquim de Souza Mursa, mas nada foi feito para modernizá-la. As primeiras experiências de insucessos foram narradas já em 1820, por ninguém menos do que José Bonifácio, que em sua *Memória Econômica e Metalúrgica sobre a Fabrica de Ferro de Ypanema*, após descrever minuciosamente o processo de produção do ferro e os minérios da região, fez duras críticas à participação dos engenheiros suecos contratados para construir e operar suas instalações. Esta *Memória* teria sido aliás, segundo Silva Telles, o “primeiro parecer técnico produzido por um engenheiro brasileiro”,¹⁷⁶ e documento importante para vários outros historiadores do esforço industrial brasileiro, dentre eles Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Pandiá Calógeras e, sem dúvida, André Rebouças. Além disso, é difícil crer que uma passagem ao final daquela *Memória* não tivesse chamado a atenção deste último:

Eu sou aqui meramente o historiador dos clamores públicos, mas nesta e outras matérias não me compete e nem quero ser juiz. (...) Demais estes novos colonos darão filhos, que poderão aprender a fundir e refinar sem haver mister de negros captivos, que só prestão para cavar com enxada, aproveitando-se somente os mulatos, que são a melhor raça no Brasil para trabalhos fabris, que exigem actividade e intelligência, e cuja industria e pundonor se estimulará com a prometida liberdade, cujo praso seja proporcional à sua capacidade e serviços.¹⁷⁷

¹⁷⁴ Pedro da SILVA TELLES, *Op. Cit.*, pp. 164-172.

¹⁷⁵ Eschwege foi nomeado por D. João VI diretor das Minas de Ouro e Administrador do Gabinete de Mineralogia e, por seus importantes trabalhos de geologia foi denominado o “Pai da Geologia Brasileira”. (*Idem*, p. 165).

¹⁷⁶ *Idem*, p. 172.

¹⁷⁷ José Bonifácio de ANDRADA E SILVA, *Memória Econômica e metalúrgica sobre a Fabrica de Ferro de Ypanema*, reproduzida na íntegra em anexo por SILVA TELLES, *Op. Cit.*, p. 619.

Já o manuscrito de Rebouças contendo a *memória* redigida ao Imperador é interessante também pelos argumentos arrolados em sua justificativa. A meu ver, trata-se do primeiro documento de Rebouças – ainda que manuscrito, mas de toda forma público –, contendo uma argumentação liberal radicada em Michel Chevallier e Louis Figuier, autores que o engenheiro lia desde 1868.¹⁷⁸ Assim, afirmava que

há economistas, que pretenderão julgar da civilização de uma Nação pela quantidade de ferro por ela produzida e consumida; que Michel Chevalier diz com muito acerto: *Le fer est une sorte d'argent supplémentaire que l'homme s'est donné et qu'il a toujours au [ilegível] de ses [ilegível]*, e que Louis Figuier abunda no mesmo pensamento dizendo: *Produire du fer ou de l'acier á bon marché ce serait apponter á l'industrie, á l'agriculture, une force nouvelle; ce serait ajouter aux ressources, á la puissance, ou au bien-être de la société moderne.*

A Companhia, que pretendem organizar os requerentes tem exatamente por fim dar a uma das províncias mais florescentes do Brasil, dar a São Paulo, dar ao Império ferro e aço como os melhores do mundo e por preços mínimos.

Já reconhece o Poder Legislativo, já reconheceu o Governo Imperial em artigo de lei a inconveniência de continuar o Estado na gerência da Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema. Não é, pois, mais necessário compendiar aqui os argumentos, que fizeram passar em julgado nos países mais cultos da Europa a tese 'O Estado não deve ser empresário'.

Se ainda fossem necessárias algumas provas para confirmar essa importantíssima tese bastaria lembrar que uma mina de ferro, que não tem rival nem mesmo na Suécia dá anualmente a insignificante receita de 700\$000 réis! (...)

Os pretendentes crêem fazer obra mais patriótica do que de interesses, promovendo a organização de uma Companhia Brasileira para montar a Fábrica de ferro de S. João de Ipanema no pé das melhores da Europa.

Espero, pois, do elevado patriotismo de V. M. I. da sua enexcedível devotação à Industria Brasileira que V. M. I. dignará protegê-los e ajudá-los em tão grandioso cometimento.¹⁷⁹

¹⁷⁸ Entre outubro e dezembro de 1868, Rebouças leu, segundo seu *Diário*, dois livros importantes de Chevalier: *Exposition universelle de 1867 à Paris* (Rapports du jury international, publiés sous la direction de M. Michel Chevaliers, Paris, impr. De P. Dupont, 1868), e, provavelmente, *Cours d'Economie politique fait au Collège de France* (notes du Cours, rédigées par M. ^a Broet, et publiées avec l'autorisation de l'auteur. Année 1841-1842. Paris, Capelle, 1842), já que no *Diário* consta apenas que lera "Chevalier, 'Economie Politique'" (*Diário*, 22 de outubro e 13 de dezembro de 1868).

¹⁷⁹ André REBOUÇAS, *Memória redigida ao Imperador D. Pedro II para organização de uma companhia nacional para arrendar a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema*, manuscrito, 24 de julho de 1870.

De fato, nada foi feito a respeito da *Fábrica de Ferro de Ipanema*. Tanto que, no ano seguinte, seu diretor, o Dr. Mursa, disse a Rebouças que ia pedir demissão dela e seguir carreira no Estado Maior de Artilharia, recebendo de Rebouças o seguinte comentário:

Como neste País se esteriliza um homem de talento, o único metalúrgico brasileiro, mandado estudar especialmente na Europa. Está desgostoso da Fábrica e recusou-se a voltar para ela ainda que consiga organizar eu a Companhia da Fábrica de Ferro de Ipanema.¹⁸⁰

Embora um episódio sem muita importância em sua trajetória, interpreto este breve diagnóstico de Rebouças como mais um indício de seu desconforto em meio àquela sociedade. Se por um lado o diagnóstico é contemporâneo de seu pessimismo em levar adiante suas iniciativas empresariais, por outro ele antecipa argumentos em torno da "ruptura" que se efetivaria após 1875.

Procurei mostrar neste capítulo o registro sistemático de Rebouças sobre sua igualmente sistemática "rotina". É evidente que muito dela se assemelha a uma "aventura", na medida em que a "audácia" muitas vezes sobressai-se em meio ao comodismo existente. Contudo, uma "aventura" calcada em bases sólidas, providas de um espírito pragmático a vagarear por entre a trama de relações urdidas numa ordem estamental em crise. Os atritos com burocratas, empresários, ministros e parlamentares; os vínculos criados em prol da engenharia como vocação e como condição para o desenvolvimento do país; as mudanças repentinas de gabinetes, que implicavam numa reviravolta completa de seus planos anteriores; o cotidiano de sua participação na *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* e na *Sociedade Politécnica*, num exercício de rotinização de sua crença no progresso material; o sucesso e o fracasso à frente das iniciativas empresariais, quer particulares quer na condição de comissionado do Estado, enfim, esta "rotina" é o cerne de sua concepção modernizadora, enraizada na experiência prática. É evidente que muito da contribuição futura de Rebouças como publicista e propagandista seria fruto desta experiência. Foram os resultados descalibrados desta última que imprimiriam futuramente sua mais ferrenha crítica àquilo que julgava serem os entraves à modernização, ou seja, a escravidão e a grande propriedade monocultora, talvez as manifestações mais evidentes do espírito "rotineiro" a ser interrompido.

¹⁸⁰ *Diário*, 14 de junho de 1871.

Capítulo IV

A modernização portuária

4.1. Reforço do mercantilismo

Apesar da diversidade de interesses que marcou a atividade profissional e empresarial de André Rebouças, sua atuação na construção e melhoria dos portos de comércio foi sem dúvida aquela na qual mais se destacou. Também foi a que mais lhe exigiu e custou, em termos técnicos, financeiros e, sobretudo, pessoais, os quais por vezes lhe tiraram o chão. A formação de Rebouças era inegavelmente a engenharia portuária, e suas tentativas, desde 1862, ao entregar *memórias* a ministros e escrever cartas a presidentes provinciais e outros engenheiros demonstram seu empenho na área.

Embora viesse de uma condição econômica modesta que o patrimônio comum dos Rebouças conservava, André não tivera a trajetória ímpar de um Irineu Evangelista de Souza, que se criou no interior do complexo mercantil da Corte, acumulando um patrimônio ao final que lhe permitiu o risco calculado, e mesmo assim articulado à alta burocracia imperial. Cristiano Benedito Ottoni que, como Rebouças, viera de uma condição razoável e se formara nos bancos da Escola Militar e depois na da Marinha, só pôde ingressar no mundo dos negócios após sua estréia no mundo da política, elegendo-se Deputado Geral em 1848, e abandonando-a em 1855 quando ingressou na direção da *Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II*.

Poderia acrescentar outros nomes à lista. O que importa é que, mesmo que Rebouças tivesse alguma fortuna, eram escassas as possibilidades de sucesso no mundo dos negócios, caso decidisse seguir por sua conta e risco. Ao longo do Segundo Reinado, toda iniciativa empresarial estava amarrada a um sem número de entraves econômicos e jurídicos: de um lado, a lógica mercantilista resultante do monopólio do crédito no complexo mercantil-escravista e na agricultura de exportação; de outro, a centralização política e administrativa do Império, politizando a aprovação dos estatutos das empresas.

A transação política e econômica da elite *saquarema*, remontando à década de 1840, lograra expandir e recrudescer a agricultura mercantil-escravista, re-inserindo o País de forma dependente nas linhas do comércio mundial, ou seja, “integrando os interesses do novo colonizador inglês aos dos colonos transmutados em cidadãos, particularmente aqueles ligados

à expansão cafeeira”.¹ O recrudescimento daquele tipo de economia viabilizou-se igualmente a partir da construção de um Estado centralizado, uma vez que este houvera sido o instrumento essencial para a própria criação da “classe senhorial” que reunia plantadores escravistas, comerciantes e setores burocráticos cujos laços em comum, afirma Ilmar de Mattos,

apagavam mesmo os já tênues limites provinciais, tendendo a transformar num único bloco o terreno por onde se espalhavam os cafezais fluminenses, paulistas e mineiros, em quase contigüidade com as áreas mais antigas da lavoura canavieira. Por meio de uma ‘política de casamentos’, essas verdadeiras ‘dinastias cafeeiras’, assim como suas similares açucareiras, também tendiam a atrair para a sua órbita jovens oriundos de famílias não proprietárias de terras, bacharéis em direito quase sempre, formados em Coimbra ou egressos dos cursos jurídicos de Olinda e de São Paulo, os quais obtendo ingresso na alta burocracia e no Parlamento constituir-se-iam em seus representantes políticos.²

A “íntima relação” entre a construção do Estado e a constituição da “classe senhorial” culminaria na década de 1850 com a administração estatal da crise do escravismo: a proibição do tráfico e implementação de uma política de gerenciamento da mão de obra a longo prazo; a legislação de uma política de terras; as políticas tributária, monetária, creditícia e o código comercial; o re-ordenamento dos aparatos de repressão.³ Não era fortuito que um dos cardeais *saquaremas* tenha sido também um dos principais, senão o mais persuasivo e influente economista do Império: Joaquim José Rodrigues Torres,⁴ o visconde de Itaboraí, o político que esteve à frente do maior número de pastas ministeriais do Segundo Reinado, entre o final da década de 1840 e início da de 1870. Também não seria fortuito que Rebouças visse em Itaboraí um aliado de última hora, apoiando suas iniciativas em torno de formas de financiamento à modernização portuária. Como indicarei adiante, um dos instrumentos requisitados por Rebouças era a recorrência aos bancos estrangeiros e ao capital inglês, e um dos aspectos mais

¹ Ilmar Rohloff de MATTOS. *Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 37.

² *Idem*, p. 66.

³ *Idem*, p. 90.

⁴ Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872) era Natural de S. João de Itaborahy, povoação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Porto das Caxias. Bacharel formado em matemática pela universidade de Coimbra em 1825, foi ministro da marinha de 1831 a 1832, de 1832 a 1834, de 1837 a 1839; ministro do Império em 1840; ministro da Fazenda em 1848; presidente do conselho de ministros em 1853, e de 1867 a 1870 outra vez com a pasta da Fazenda. Deputado em diversas legislaturas, senador, presidente da província do Rio de Janeiro, inspetor geral de instrução primária e secundária do município da corte, presidente do Banco do Brasil e Conselheiro de Estado. (*Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa, Imprensa Nacional, 23 vol., 1858-1923 – Versão eletrônica em CD-ROM). Com esse extenso currículo de serviços na burocracia imperial, Itaboraí também pertencia à elite canavieira / cafeeira fluminense por laços familiares. A mesma família, aliás, acolhera Paulino José Soares de Souza, o futuro visconde do Uruguai.

notáveis dos *saquaremas* foi sua ligação com o setor mercantil e bancário montado na corte. Contudo, a elite *saquarema*, logrando imprimir uma orientação economicamente ortodoxa aos capitais liberados com o fim do tráfico negreiro, em 1850, ensejou uma incipiente modernização, sobretudo no campo da infra-estrutura material. Até mesmo Irineu Evangelista de Souza, representando uma linha mais liberal, particularmente no tocante à emissão bancária e à democratização do crédito,⁵ reconheceu a imprescindibilidade daquela rede comercial e bancária (e, por que não, clientelística) para suas próprias iniciativas empresariais:

Desde que o estabelecimento da Ponta da Areia ficou montado para produzir em grande escala, havia-me eu aproximado dos homens de governo do País em demanda de trabalho para o estabelecimento industrial, cômico de que essa proteção era devida, mormente precisando o Estado dos serviços que eram solicitados, em concorrência com encomendas que da Europa tinham de ser enviadas, e já foi dito quanto o estabelecimento prosperou no período em que essa proteção lhes foi dada. As relações adquiridas então puseram-me em contato com quase todos os homens eminentes; de quase todos mereci atenções, e de alguns fui amigo sincero, merecendo-lhes igual afeto. Em 1851 compunha-se o ministério em sua totalidade de homens de Estado que me tinham no mais alto apreço.⁶

A comunhão de negócios entre Mauá e o Governo Imperial coincide com os primeiros anos da legislação comercial no País. A normatização da atividade empresarial e incorporação de sociedades anônimas no Império datam de fins da década de 1840. O Decreto 575, de 10 de janeiro de 1849, baixado por Itaboraí, estabelecia que nenhuma sociedade anônima poderia ser incorporada sem autorização do governo, e sem que fosse por ele aprovado o decreto que a constituísse. As pessoas que quisessem fundar uma sociedade teriam que dirigir sua petição ao ministro competente e, nas províncias, aos respectivos presidentes, petição esta devidamente assinada por todos os interessados e acompanhada dos estatutos e do contrato social. Além disso, prescrevia-se a necessidade de uma declaração dos negócios pretendidos, do domicílio do fundo social, da maneira de sua formação, dos prazos de realização e do modo de administração da sociedade. Após a autorização do funcionamento, o estatuto da empresa não

⁵ Vide o conjunto de artigos que Mauá publicou, sob o pseudônimo de “V”, no *Jornal do Comércio* em abril de 1878, e que tinha como título “O Meio Circulante no Brasil”. Os artigos atacavam as políticas ortodoxas e restritivas de crédito de Silveira Martins e principalmente de Itaboraí, com sua ênfase na moeda convertível apenas em ouro, adotado pelo Império desde 1846.

⁶ Visconde de MAUÁ. *Autobiografia*. Rio de Janeiro, 1942, p. 117-8. *apud* Ilmar de MATTOS, *Op. Cit.*, p. 166.

poderia sofrer nenhuma alteração sem nova consulta e aprovação do governo.⁷

Do amplo conjunto de medidas econômicas e sociais implantado pelos dirigentes *saquaremas*, em 1850, destaco o Código Comercial (Lei 556, de 25 de junho de 1850), que continuava condicionando as sociedades anônimas à autorização governamental além da do Poder Legislativo, determinava que a escritura, os estatutos e o ato de organização deveriam ser obrigatoriamente registrados nos Tribunais de Comércio então criados, e, finalmente, permitia a subdivisão do capital em ações, podendo ser emitidas sob forma de títulos ao portador.⁸ Apesar deste rigorismo, o Código tornava mais previsíveis as vantagens da associação de capitais, e, segundo Maria Bárbara Levy, “propiciou uma acumulação exponenciada de capital e uma maior permeabilidade do mercado interno [...] fundamentais à futura organização das sociedades anônimas de indústrias têxteis”.⁹ Além disso, o Código, ao permitir a organização das sociedades anônimas, teria logrado “contornar um quadro instável, caótico e de debilidade econômica herdado em grande parte da preservação de certas estruturas coloniais, bem como da instabilidade do período regencial (...) Por meio da nova legislação, o Brasil dotou de racionalidade legal a esfera da produção e integrou-se, definitivamente, ao mundo do capital”.¹⁰

Tratava-se, bem entendido, do mundo hegemônico pelo capital inglês, que logrou obter dos países recém saídos de sua condição colonial uma nova subordinação econômica. O que estava em jogo era a formação de uma economia mercantil-escravista cafeeira, cuja característica essencial era dada pelo caráter agro-exportador. A crise aberta no Antigo Sistema Colonial, longe de conduzir à efetiva liquidação de seus instrumentos econômicos, imprimiu, ao contrário, a “revitalização do caráter mercantil da economia e o revigoramento da escravidão, dentro, no entanto, dos quadros de uma economia controlada nacionalmente”.¹¹

Nesse sentido, a normatização das sociedades anônimas no início da década de 1850,

⁷ Maria Bárbara LEVY. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994, p. 37.

⁸ De acordo com Maria Bárbara LEVY, a legislação sobre a sociedade anônima era um “marco fundamental na questão do direito de propriedade. [A Sociedade anônima] vem a ser primeiramente um instrumento legal que, ao reunir capitais – supostamente disponíveis – pode promover a expansão sem precedentes da produção, tornando, por assim dizer, caducas as empresas baseadas no capital individual. Ao permitir a associação de capitais em diferentes montantes, possibilitava não só ao acionista majoritário controlar um volume de capitais muito superior ao seu, mas até mesmo tornava dispensável para chegar-se ao controle da empresa, dispor da maioria das ações, sendo suficiente que houvesse grande dispersão das demais entre o público” (Nelson ELZIRIK e Hélio CARDOSO. *Propriedade e controle na sociedade anônima e democratização do capital*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1980, p. 15. *apud* Maria Bárbara LEVY, *Op. Cit.*, p. 53.

⁹ *Idem*, p. 66.

¹⁰ Julio BENTIVOGLIO. “Política e Diretrizes Econômicas no início do Segundo Reinado (1840-1860): Limites e desafios da modernização”, p. 3. in *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas* [Proceedings of the 5th Brazilian Congress of Economic History and the 6th International Conference on Business History]. 2003.

¹¹ João Manuel CARDOSO DE MELLO. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da Economia Brasileira*. Tese de doutorado – IFCH / Unicamp. Campinas, 1975, p. 47.

embora tivesse incentivado um expressivo aumento no número de empresas, gerando um aumento na quantidade de moeda em circulação, não contemplou a liberdade de associação, como também não logrou democratizar o crédito. Pelo contrário, a adoção, em 1860, de um conjunto de medidas destinadas a obter o controle da circulação monetária e da atividade empresarial¹² – conhecido sintomaticamente como “Lei dos Entraves” –, funcionou como um eficiente mecanismo para a “entrada do capital financeiro inglês, que atuaria sob a égide do padrão-ouro/libra, e para a derrocada de pequenas, mas numerosas, casas [bancárias] e escritórios ligados ao comércio do dinheiro no Rio de Janeiro, Salvador e Recife”.¹³

A partir de 1860, e sobretudo depois do fechamento de inúmeras casas bancárias no que ficou conhecido como a “quebra do Souto”, isto é, a grave crise bancária que eclodiu em 1864, facilitou-se a vinda do capital estrangeiro sob a forma de investimentos diretos e da instalação de bancos, sobretudo ingleses. É este capital, estando a serviço do complexo agro-exportador, que financiaria em parte a construção e modernização da infra-estrutura necessária ao escoamento da produção agrícola, sobretudo o café, como estradas de ferro, portos marítimos e engenhos centrais. Por exemplo, o *London and Brazilian Bank Limited*, onde Rebouças teria uma conta-corrente, fora organizado em 1862 através da iniciativa de uma associação de comerciantes ingleses que operavam também no Rio de Janeiro com o comércio do café. Rebouças buscou acionistas para uma das companhias portuárias na *Casa Stephen Bank*, com matriz em Londres, e quando lá esteve, recebeu de um de seus diretores, Frederick Youle uma carta de recomendação para sua viagem aos Estados Unidos.¹⁴

Era evidente que também o crédito se modernizava, uma vez que os bancos estrangeiros introduziram inovações como o cheque,¹⁵ contabilidade e administração mais sofisticadas, etc. No entanto, o preço pago foi a liquidação do “capital usurário” característico das pequenas mas dispersas casas bancárias e bancos regionais, que financiavam, em articulação com os comissários, as safras agrícolas nas províncias.¹⁶ Este esquema triangular em que uma casa bancária financiava o comissário que emprestava ao fazendeiro, empenhando a safra futura,

¹² Lei n. 1083, de 22 de agosto de 1860, oficialmente conhecida como Lei Ferraz, trazia providências sobre os bancos de emissão e meio circulante. Para estas e outras leis, vide Paulo BONAVIDES e Roberto AMARAL, *Textos políticos da História do Brasil* (disponível em <http://www.cebela.org.br>).

¹³ Ana Maria RIBEIRO DE ANDRADE. *1864: conflito entre metalistas e pluralistas*. Dissertação de Mestrado – IFCH / UFRJ. Rio de Janeiro, 1987, p. 99.

¹⁴ *Diário*, 23 de maio de 1873.

¹⁵ O cheque era uma espécie de “moeda fiduciária, disseminada na Europa desde o começo do século [XIX], [que] oferecia a comodidade de nela poder-se escrever a quantia exata do pagamento, independentemente de troco, e de constituir-se, uma vez pago pelo banco, num recibo de quitação. Perdia em vantagens para o papel-moeda bancário só porque, além de estar subordinado à solvabilidade do banco, exigia um grau de confiança do emissor muito maior: a existência do depósito contra o qual era sacado”. (Ana Maria RIBEIRO DE ANDRADE, *Op. Cit.*, p. 116).

¹⁶ *Idem*, p. 122.

não foi adotado pelos bancos estrangeiros, que privilegiavam investimentos em ferrovias, engenhos centrais e portos marítimos. Ainda assim, eram investimentos na maioria das vezes condicionados ao retorno imediato. Estes bancos também não financiavam safras nem trabalhavam com hipotecas, sobretudo num mercado em que o valor da terra estava condicionado à quantidade de escravos disponíveis, estes sim as garantias efetivas em qualquer transação, ainda que em processo de desvalorização acentuado a partir de 1870. Além disso, operavam com empréstimos de curto prazo, o que alijava os comissários de café, tidos pela “racionalidade capitalista dos ingleses como além da margem de risco aceitável”.¹⁷ A lucratividade destes bancos, por outro lado, assentava na especulação em torno da variação da taxa cambial, provocando oscilações na relação mil-réis / libra, e que se ajustavam convenientemente aos seus negócios e aos negócios dos comerciantes estrangeiros que operavam com café.¹⁸ Nesse sentido, afirma Ana Ribeiro de Andrade, “forçar a desvalorização do mil-réis era uma situação que os aproximava dos interesses dos exportadores. Por esta razão, entravam em acordo entre si para elevar o câmbio no momento certo da realização das safras. Em Pernambuco especialmente a aliança não tinha obstáculos: como todas as casas cambiais haviam falido [os bancos ingleses e os exportadores] detinham o monopólio completo da atividade. Em outros portos o mesmo ocorreu pela falta de concorrentes e vantagens técnicas. Os bancos ingleses conseguiram se locupletar no jogo de cambiais.”¹⁹ Assim, embora a atração de capitais estrangeiros que a legislação facilitava fosse um anseio generalizado pela elite imperial, ocorre que boa parte destes capitais não logrou modernizar os fatores de produção, e sequer foi empregado, como muitos setores progressistas almejavam, Rebouças incluso, para superar a força de trabalho escrava.²⁰ Mostrarei adiante que as reflexões de André Rebouças sobre a potencialidade dos Engenhos Centrais em subdividir a terra e acelerar o processo de transição para a mão-de-obra livre, durante a década de 1870, mudam substancialmente ao longo da década seguinte, ao perceber que o capital estrangeiro invertido naqueles Engenhos buscava tão somente as garantias de juros dadas pelo Governo e utilizadas como majoração de lucros.

Por outro lado, no tocante à disponibilidade de créditos, a Lei Ferraz vinha na esteira de um processo de centralização e exclusividade de emissão monetária pelo Banco do Brasil, este

¹⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁸ *Idem, p. 123.*

¹⁹ *Idem, ibidem.*

²⁰ Cf. Peter EISENBERG, *Modernização sem Mudança. A indústria açucareira em Pernambuco – 1840-1910*. Campinas: Paz e Terra / Editora da Unicamp, 1977.

criado em 1853 pelo visconde de Itaboraí visando canalizar e direcionar o capital antes empregado no tráfico negreiro. Além da unidade/exclusividade das emissões, tal política econômica pautava-se pelo dogma da “moeda convertível” em ouro, o qual, todavia jamais foi plenamente aplicado.²¹ Destinava-se a circunscrever o sistema financeiro ao serviço das “transações ligadas ao comércio internacional, sendo considerada prejudicial uma vinculação direta com a canalização de recursos para investimentos na produção interna”.²²

No que dizia respeito às empresas, a legislação de 1860 reforçou sobremaneira o controle sobre as sociedades anônimas: determinava que além da autorização do governo as empresas obtivessem a sua aprovação pelo Conselho de Estado, a quem submetiam a exame os “fins sociais da sociedade, sua conveniência, a avaliação dos bens, indagando-se se visava ao monopólio de gêneros de primeira necessidade. Exigia-se, além disso, aprovação do poder legislativo para bancos, companhias de estrada de ferro ou de navegação, que interessassem a mais de uma província”;²³ dispunha que enquanto o governo não declarasse constituída uma sociedade anônima, não poderia emitir título algum sob qualquer hipótese, e mesmo depois de constituída, só poderia negociar suas ações após a realização de um quarto de seu capital social; determinava a necessidade de divulgar em periódicos de grande circulação a carta de autorização governamental e o estatuto da companhia; obrigava as companhias a enviar ao governo um resumo semanal de suas operações.²⁴

Em suma, denunciada como uma verdadeira tutela do Estado no terreno empresarial, a Lei de 1860, que vigoraria até os anos 1880, dispunha de um conjunto de regras que, segundo um contemporâneo, tornou-se “o mais perfeito instrumento para matar o espírito de associação e a própria iniciativa individual”²⁵. Em meados de 1870, Tavares Bastos a denominava de “diadema da onipotência monárquica”, tal a dupla “violência” que a legislação exercia contra o direito de reunião e às liberdades provinciais, coroando o processo de centralização que remontava à década de 1840.²⁶

Além disso, quando de sua aprovação, a Lei de 1860 vinha na esteira de uma política aduaneira francamente anti-protecionista, que provocou o fechamento de várias empresas no

²¹ Raymundo FAORO, *Os donos do poder...*, p. 403.

²² Maria Bárbara LEVY, *Op. Cit.*, p. 75.

²³ *Idem, ibidem.*

²⁴ *Idem*, p. 76.

²⁵ Henrique A. MILLET, *O Meio Circulante e a questão bancária.*, Recife, 1875, *apud*, Heitor Ferreira LIMA, *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 128

²⁶ Aureliano Cândido TAVARES BASTOS, *A Província, estudo sobre a descentralização no Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 62. Segundo Tavares Bastos, mais do que uma mera legislação comercial, a Lei Ferraz teria sido o “*nom plus ultra* da reação. Desde que valeu-se de simples avisos para interpretar e corrigir o Ato Adicional [de 1834], revogando leis expressas, nenhum poder mais restava ao governo usurpar” (*Idem*).

Rio de Janeiro. O caráter recessivo da “Lei Ferraz”, atestado pela perda no ritmo das transações e redução das iniciativas empresariais, teria contribuído para a escassez dos meios circulantes e, segundo admitia o próprio ministro, para a redução em 10% das rendas públicas.²⁷

Em suma, as oportunidades criadas a partir de 1850, ainda que articuladas ao sistema mercantil-escravista, mas que incentivaram a abertura de empresas, demandando ainda a expansão do crédito em 1857, através da política de pluralidade de emissões adotado por Souza Franco, foram freadas em 1860, o qual seria visto pela historiografia como o “marco da consolidação do caráter exportador da economia brasileira”.²⁸ Ao mesmo tempo, a Inglaterra adotava a legislação mais liberal possível para facilitar a incorporação de companhias, e não foi coincidência que a conservadora legislação brasileira tivesse permitido os

primeiros investimentos privados ingleses no Brasil, antecidos sobretudo pelo estabelecimento de bancos. A nova legislação, que restringia as iniciativas empresariais e inibia as atividades bancárias, exigindo lastro ouro para emissões, coincidia com os interesses ingleses de operar num mercado onde houvesse pronta e automática conversão para os investimentos em libras esterlinas, o que o padrão-ouro propiciava e o sistema anterior de moeda privada fiduciária dificultava”.²⁹

Tal era o contexto econômico que se abria a Rebouças em 1866, ao retornar da Guerra do Paraguai. Se levarmos em conta a combinação da dinâmica econômica do Segundo Reinado, os mecanismos jurídicos criados no bojo do processo de centralização política, e a ordem social de um período de transição, que reiterava hierarquias e privilégios tradicionais, ainda que incorporasse neófitos não pertencentes às elites, podemos imaginar as oportunidades e os obstáculos da trajetória do engenheiro. Rebouças, afinal, compreendeu perfeitamente o tipo de embaraço à iniciativa empresarial que o Império, e sobretudo a elite *squarema*, criavam. No entanto, era evidente que tais entraves embaraçavam mais a alguns e menos a outros setores. Se criava dificuldades para o antigo esquema de financiamento agrícola assentado no triângulo “casa bancária-comissário-fazendeiro”, bem como dificultava a vida dos poucos pioneiros do setor industrial, dava plena liberdade de ação aos bancos estrangeiros e ao complexo mercantil

²⁷ Maria Bárbara LEVY, *Op. Cit.*, p. 79.

²⁸ Rui Guilherme GRANZIERA, *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil*, São Paulo: Editora Hucitec / Universidade Estadual de Campinas, 1979, p. 74.

²⁹ Maria Bárbara LEVY, *Op. Cit.*, p. 79.

e bancário instalado na Corte, o qual viabilizou a modernização portuária na qual Rebouças inicialmente se inscreveu. Mesmo assim, é inegável que boa parte deste capital, alimentando-se da especulação cambial, não migrou automaticamente para os melhoramentos materiais, ou quando muito o fez condicionado à expectativa de rápido retorno financeiro.

Após a crise que afetou seus empreendimentos, Rebouças escreverá contra esta estreiteza econômica, defendendo a liberdade bancária e denunciando o monopólio emissionista do Banco do Brasil, ainda que se mantivesse fiel à ortodoxia monetária *saquarema* que consistia em recriminar o capital usurário e sobretudo a chamada “moeda fiduciária”, isto é, sem lastro-ouro – muito funcional sobretudo durante a Guerra do Paraguai, como forma de financiamento, e alvo de suas críticas empedernidas à “agiotagem” e especulação –³⁰, e sobretudo em condenar o protecionismo em todos os aspectos. Como veremos, Rebouças participou, em 1876, de um debate no interior da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, protagonizado pelos representantes da indústria chapeleira, por negociantes-importadores, e pelos membros das Seções de Agricultura, Indústria Fabril e Comércio daquela *Sociedade*, sobre a conveniência ou não de se adotar uma política aduaneira favorável à indústria nacional. Rebouças se posicionaria contrário a qualquer possibilidade de uma tarifa protecionista, reivindicando um caráter meramente fiscal às tarifas alfandegárias no Brasil.

4.2. As Docas da Alfândega

Em 1866, enquanto aguardava alguma solução para sua inscrição na *Escola Central*, e via com crescente amargura as dificuldades em se lançar como engenheiro e provável administrador de companhias, Rebouças soubera, através de um colega de profissão – Raphael Galvão, diretor das obras internas da Alfândega –, que o ministro Zacarias, da Fazenda, cogitava contratá-lo em substituição ao engenheiro inglês Charles Neate, para as obras hidráulicas da Doca da Alfândega. Neate era um engenheiro experiente, tendo sido contratado desde 1851 para a realização dos estudos e projetos de ampliação daquele cais. Portanto, a idéia de substituir um veterano engenheiro inglês se-lhe afigurava um enorme desafio, confirmado pelo questionamento de Zacarias, perguntando-lhe se “tinha coragem de encarregar-me dessa

³⁰ A necessidade de custear a Guerra levou o governo a adotar uma política econômica flexível, que, além do aumento do endividamento externo, permitiu que o papel-moeda, sobretudo não convertível em ouro, tivesse um papel fundamental na criação da liquidez monetária que financiou, por exemplo, parte da rede ferroviária paulista. Sobre o papel da moeda fiduciária na formação da economia paulista da segunda metade do século XIX, vide Rui Guilherme GRANZIERA, *Op. Cit.*, pp. 101 e ss.

obra”.³¹ Como Rebouças, logo que soubera desta possibilidade, já houvesse se inteirado do que iria enfrentar, respondeu ao ministro que

o problema que se tinha a resolver na Alfândega era o mais difícil que se podia propor a um engenheiro; que se tinha ali perfurado o solo até 870 pés de profundidade sem encontrar terreno sólido; que não podia portanto assegurar que sairia vitorioso desta prova e tão somente que faria os maiores esforços para isso.³²

A expansão do cais em frente à Alfândega incluía uma pequena bacia para a Doca do Mercado, um cais até a praça D. Pedro II, onde haveria acesso para desembarque de passageiros, e o seu prolongamento até a ponta do Trem, no Arsenal da Guerra. Entrementes, em 1863 uma grande extensão do molhe veio abaixo, devido ao terreno lodoso sobre o qual este se assentava. Portanto, Rebouças fora cogitado após três anos de tentativas frustradas de se reerguer o molhe, e, de fato, não estava errado quando ao diagnóstico da dificuldade das obras. Atualmente, quem visita o *Espaço Cultural da Marinha*, no Rio de Janeiro, instalado nas antigas Docas da Alfândega, e percorre os seus 1.100 m² de área construída, certamente não se dá conta de que a construção daquele seguro molhe de 280 metros, constituído de duas muralhas de cais paralelas, representou um verdadeiro salto tecnológico em matéria de engenharia naval no Brasil do século XIX. Segundo um estudioso da renovação urbana do Rio de Janeiro de meados do século XIX ao início do XX, as obras executadas na Alfândega representaram “o mais importante melhoramento no porto do Rio de Janeiro, antes da grande remodelação realizada já no século XX, no governo de Rodrigues Alves, associada à introdução da energia elétrica na movimento das cargas”.³³

Até meados de 1860, pouco se fizera para ampliar o porto da capital do Império, que permanecia com as características herdadas do período colonial. Em geral, os portos imperiais, até a implantação da Lei de 1869 – a qual, como veremos, teve participação de Rebouças –, caracterizavam-se como um conjunto desarticulado e mal construído de trapiches de madeiras, lanchas ou saveiros. “Cada um desses trapiches tinha o seu dono, que, normalmente, tinha um grupo de escravos que transportava o produto desde o armazém até o pontal do trapiche. Os armazéns eram, normalmente, galpões de madeira com piso de chão, sem segurança e

³¹ *Diário*, 5 de outubro de 1866.

³² *Diário*, 5 de outubro de 1866.

³³ Jaime Larry BENCHIMOL, *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p. 51.

insalubres”.³⁴ Na capital do Império, mesmo depois da construção dos cais e docas da Alfândega, Saúde, Gamboa, Mercado, Calabouço, etc, ao fim da década de 1870, o movimento mercantil superava a capacidade portuária existente, sendo que a maioria dos navios ainda fundeava ao largo e tinha passageiros e cargas conduzidos à terra através de saveiros, atracando nos cais e nos trapiches existentes.³⁵

As Docas da Alfândega eram fundamentais para as finanças do Governo Imperial, que captava a quase totalidade de sua receita na taxaço das importações. A própria administração da Alfândega era, em si mesma, a mais vasta e complexa das repartições do Ministério da Fazenda. Com suas centenas de funcionários e na condição de uma das maiores fontes de renda do Estado, era considerada “o oitavo ministério” após a criação da última pasta da Agricultura, em 1861.³⁶ Aliás, em meados do século XIX, a supremacia da capital do Império provinha quase que exclusivamente de seu porto, o qual, nas palavras de Borja Castro, que substituíra Rebouças em 1872 nas obras da Alfândega, lhe assegurava vantagens eminentes enquanto

centro de considerável tráfico com o interior e de suas transações com o exterior, e tão grande que o comércio abrange em suas evoluções os territórios de muitas províncias, suas limítrofes e outras que não são imediatamente, as quais encontram no porto os requisitos precisos para fácil expedição dos produtos destinados aos mercados estrangeiros, e o abastecimento que elas necessitam.³⁷

O porto do Rio de Janeiro concentrava mais da metade do valor total da importação e exportação do império. Os dados referentes ao biênio 1875/76 servem de índice para se medir sua importância: de um total de 155.126:000\$000 de importação, somente o Rio de Janeiro era responsável por 97.690:837\$635.³⁸ Em relação às exportações, de um total de 192.513:400\$000 no mesmo biênio, o Rio de Janeiro era responsável por 100.544:412\$565, ocupando o embarque de café 94% do valor das mercadorias exportadas(94.500:316\$639).³⁹

³⁴ Cezar T. HONORATO, “O Estado Imperial e a modernização portuária”, in. Tamás SZMRECSANYI e José R.A. LAPA, *História Econômica da Independência e do Império*, São Paulo: Hucitec / Fapesp / ABPHE, 1996, p. 167.

³⁵ Pedro Carlos da SILVA TELLES, *Op. Cit.*, p. 336.

³⁶ Antonio CANDIDO, *Um funcionário da monarquia...*, p.97.

³⁷ Tal é a descrição pormenorizada do Porto feita em 1877 por Agostinho Victor BORJA CASTRO, *apud*, BENCHIMOL, *Op. Cit.*, p. 49.

³⁸ Jaime Larry BENCHIMOL, *Op. Cit.*, p.50.

³⁹ *Idem, ibidem.*

No que diz respeito às finanças do Império, a Alfândega contribuía com 52% do total das rendas alfandegárias do país, o que significava 32% da renda geral do Império. Em 1878/1876, a renda média arrecadada na Alfândega do Rio foi de 39.893:002\$000, ao passo que a renda média arrecadada por todas as outras alfândegas do Império juntas totalizava 76.393:224\$224.⁴⁰

A modernização do País passava pela ampliação do porto da capital do Império e sua adequação à movimentação de cargas existente, e nesse sentido, o melhoramento das Docas da Alfândega era uma prioridade absoluta. Em suas obras, foram empregadas algumas maravilhas da tecnologia da época, tais como um bate-estacas a vapor, o serviço de escafandro para a inspeção das obras submersas e sobretudo o cimento *Portland*, este último por iniciativa do próprio Rebouças, que sugeriu seu uso em substituição da cal hidráulica até então empregada.⁴¹ Ocorre que este cimento era desconhecido não apenas no Brasil, mas também na Europa. Rebouças realizou uma série de experiências sobre proporções de mistura, resistência à tração e à compressão, tempo de pega, etc, antes de empregá-lo definitivamente. Sua tarefa principal, portanto, era reconstruir o molhe e modernizar o serviço de atracagem dos navios. Ao vistoriar o fundo do cais com escafandro, Rebouças poderia constatar o aspecto podre e inconsistente da argamassa anteriormente empregada, feita com a cal *Dorsetshire*, e preparar o terreno para a introdução do cimento *Portland*.⁴²

Apesar de Rebouças ter respondido a Zacarias “que não podia portanto assegurar que sairia vitorioso desta prova e tão somente que faria os maiores esforços para isso”, o ministro teria demonstrado disposição em confiar-lhe a missão, cujas referências vinham do irmão, Antonio Rebouças, de quem o ministro estava, segundo André, “satisfeitíssimo” pelos trabalhos na Estrada da Graciosa, no Paraná. Assim, tinha ele consciência da importância da missão que estava prestes a assumir, ao registrar no *Diário*: “Ajude-me Deus a bem corresponder à extraordinária prova de confiança, que me acaba de dar o Ministro da Fazenda”.⁴³ Sua estréia não podia falhar.

Rebouças mal pôde agradecer pessoalmente a Zacarias no dia seguinte a sua nomeação oficial, pois o encontrara às pressas com uma reunião para tratar da “crise ministerial,

⁴⁰ *Idem*, p. 51.

⁴¹ Para uma descrição pormenorizada da Doca da Alfândega, consultar Pedro Carlos da SILVA TELLES (*História da Engenharia no Brasil*. Séculos XVI a XIX. 2ª edição. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, p. 334); sobre a participação de Rebouças nesta construção, ver também Sydney Martins Gomes dos SANTOS (*André Rebouças e seu tempo*. Rio de Janeiro, 1985. Sindicato Nacional de Editores de Livros, passim).

⁴² *Diário*, 26 de abril de 1867.

⁴³ *Diário*, 9 de outubro de 1866.

promovida pela nomeação do marquês de Caxias para comandante do Exército do Sul”⁴⁴. Curioso detalhe esse contratempo anotado por Rebouças, o qual todavia assinalaria um marco histórico para o Império cerca de um ano e meio depois. Aliás, a guinada de 1868 afetaria também as relações entre o engenheiro e o ministro a tal ponto que este último tentaria, na Assembléia Geral, macular a obra de Rebouças por achá-lo por demais ligado ao “poder pessoal” do Imperador, objeto futuro de seus ataques. Além disso, a crise desde já aberta pela nomeação de Caxias, do Partido Conservador, pondo em xeque um Gabinete liberal, ou antes *ligeiro*, também ceifou o suposto protetor de Rebouças, Ângelo Ferraz. Como observou o engenheiro após visita à casa do ex-ministro, a recusa deste em ter aceito a nomeação do marquês de Caxias para Comandante do Exército do Sul, implicara sua “demissão com Baronato de Uruguiana e exercício de Conselheiro d’Estado”.⁴⁵ Uma típica “queda para o alto” promovida pelo Imperador.

Provavelmente Rebouças não desconhecia também um outro aspecto do seu novo ambiente de trabalho. Embora sua admissão fosse para a gerência das obras hidráulicas, e não para a administração direta da Alfândega, isto é, para sua inspetoria, Rebouças tinha conhecimento de que, justamente por ser uma das maiores fontes de renda do Império, a Alfândega gozava de enorme má fama, vista como um “antro” de irregularidades, corrupção administrativa e contrabando de mercadorias e, em suma, como uma “causa permanente de graves problemas para os seus dirigentes”⁴⁶. Corrupção administrativa que se alimentava, obviamente, do padrão clientelista, sendo ambos, portanto, “inerradicáveis”, como provam as frustrações de funcionários críticos, zelosos e/ou ansiosos por reformas administrativas como Nicolau Tolentino⁴⁷ e o próprio Rebouças. E, embora a corrupção e o clientelismo se manifestassem em todos os graus da estrutura política e burocrática e marcassem todo o Segundo Reinado, foi durante os Gabinetes Zacarias de Góis em 1866, e Itaboraí em 1868 – ou seja, gabinetes adversários entre si, e nos quais Rebouças estivera empregado de forma contínua –, que as denúncias sobre corrupção ecoaram na imprensa de forma mais eloqüente.⁴⁸ A explicação disso não está no fato destes ministérios terem sido mais corruptos do que os

⁴⁴ *Diário*, 10 de outubro de 1866.

⁴⁵ *Diário*, 10 de outubro de 1866.

⁴⁶ Antonio CANDIDO, *Op. Cit.*, p. 97.

⁴⁷ Nicolau Tolentino foi nomeado inspetor da Alfândega em 1860, e tão logo empossado, verificou o “escalbro da repartição”, a “inviabilidade do regulamento em vigor”, a “desídia e a corrupção de funcionários desonestos”. Sua administração foi curta, de pouco mais de um ano, mas bastante ruidosa, uma vez que teria tomado uma série de “medidas racionalizadoras e moralizadoras, tentando pôr as coisas em ordem sem violência nem precipitação”, sendo a principal delas a denúncia do contrabando. (Antonio CANDIDO, *Op. Cit.*, p. 99/100).

⁴⁸ Sérgio Buarque de HOLANDA, *O Brasil Monárquico...*p. 95.

demais, mas, ao contrário, na crise política de que eles eram também sintomas: bastava um ato de favoritismo que prejudicasse o representante de uma facção diferente para, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, desencadear-se uma torrente de artigos difamatórios nos jornais e gazetas, antiministeriais ou não. De tal forma que a impressão que se tem, ao ler os jornais daquele período, era o de “achar-se o país constantemente na iminência de uma catástrofe. Em outras ocasiões essas críticas poderiam ser tratadas com olímpico desdém pelos donos da situação, mas agora tudo parecia diferente, estando o Império, como estava, às voltas com uma guerra cruenta”.⁴⁹

Entretanto, naquele momento, o real significado da pressa do ministro não foi sequer cogitado por Rebouças. Ele apenas se preocupou em, tão logo recebesse o aviso oficial do Ministério da Fazenda, pedir a demissão do Exército e registrar no *Diário* que seus vencimentos, de oito contos de réis, superavam todas as suas expectativas. Ainda que este valor fosse menor do que o do ajudante de Charles Neate, que recebia 8:200\$000, para não comparar com o do próprio engenheiro inglês a quem substituía, cujo vencimento era de 12:468\$000.⁵⁰

Para Rebouças, Neate era um “bom engenheiro prático”,⁵¹ e ambos manteriam estreito contato profissional ao longo de suas carreiras. Apesar de ter recebido uma formação “enciclopédica” e bastante teórica na *Escola Central*, nos moldes do ensino orientado para a ocupação de postos burocráticos da *Ecole Polytechnique* francesa,⁵² Rebouças via na praticidade da engenharia inglesa e, mais tarde, norte-americana, algo extremamente positivo, tanto que proporia uma associação de engenheiros brasileiros nos moldes do *Institut of Civil Engineers* britânico. Essa praticidade, orientada para o mercado, seria freqüentemente apontada por Rebouças como o oposto da engenharia ligada à burocracia estatal.

Na qualidade de engenheiro responsável pelas obras hidráulicas da Alfândega, Rebouças comandaria inicialmente um batalhão razoável de cerca de 400 operários, e um orçamento mensal de mais de vinte contos de réis apenas com a folha de pagamento.⁵³ Isso para o ano de

⁴⁹ *Idem*, p. 95.

⁵⁰ *Diário*, 2 de novembro de 1866.

⁵¹ *Diário*, 10 de outubro de 1866.

⁵² Sobre a formação do engenheiro na França, e o papel da *Ecole Polytechnique* junto ao Estado, vide Terry SHINN, “Des Corps d’État au secteur industriel: genèse de la profession d’ingénieur, 1750-1920”, *Revue Française de Sociologie*, Vol. XIX, n. 1, janvier-mars, 1978.

⁵³ Nas notas do *Diário*, Rebouças afirma ter, na primeira quinzena de fevereiro de 1867, assinado a folha de pagamento no valor de 10:889\$025, e na segunda, 12:322\$400, importando uma soma de 23:211\$000, o que dava um salário de 58\$000 para cada um dos 400 operários, não fosse a enorme discrepância salarial entre os mesmos. Por exemplo, já em seu primeiro mês de atividade, Rebouças teria aumentando os vencimentos do condutor (auxiliar técnico, posto logo abaixo do de Engenheiro-Ajudante) Casaux de 8\$000 diários, para 240\$000, uma vez que os outros dois condutores, Vivian (que por sinal morreria afogado no ano seguinte) e

1866, pois o número de operários saltaria para 558 em agosto de 1867. Além disso, as despesas com as obras já haviam consumido, segundo seu relato para os anos de 1853 a 1866, um montante de 5.232:633\$856.⁵⁴

A magnitude do posto sem dúvida despertaria o interesse de outros engenheiros, a exemplo de um certo Coimbra, ajudante das obras da Alfândega e que se achava em comissão em Santos, mas que “empenhava-se fortemente pelo meu lugar”, lembrando a Rebouças que seu papel se restringiria a uma ocupação provisória de “fazer o inventario do material”.⁵⁵ Além disso, logo nos primeiros dias de trabalho, estando ainda provisoriamente indicado, o engenheiro se viu às voltas com a postura habitual do favor, ou seja, dos *empenhos* que tanto o embaraçavam: caso da marquesa de Olinda, que teria escrito a seu pai, Antonio Rebouças, pedindo-lhe “que conservasse nas obras da Alfândega seis escravos seus (!)”, e o de uma senhora que dissera ser parente do Conselheiro Beaurepaire Rohan e que pediu-lhe que “um preto seu passasse de servente a pedreiro”.⁵⁶ Aliás, quase um ano depois, quando restrições orçamentárias demandassem a demissão de mais de cem operários, Rebouças ainda teria que responder à correspondência do marquês de Olinda, “que se lembrou de pedir que ficassem seus escravos, quando eram despedidos cem operários livres!!!”⁵⁷

Sem dúvida, a simples ocupação de um cargo público punha em movimento as engrenagens da formação de clientelas. Como aponta Richard Graham, a hierarquia burocrática era também uma hierarquia de *status*, produto de uma ordem estratificada. A necessidade de diferenciação aparecia até mesmo nos uniformes, a revelarem a posição de seu ocupante na distribuição de cargos e favores.⁵⁸ Como mencionei na abertura do capítulo anterior, por mais que se empenhasse em se manter somente através do mérito profissional, Rebouças tinha que lidar com as expectativas daquela sociedade, as quais eram bem diferentes das suas. Ainda que aquelas contemplassem eventualmente o mérito profissional, o concebiam apenas como *mais uma qualidade* a figurar no rol dos valores ideais.⁵⁹

Tapp, ganhavam muito mais do que isso. Havia também diversos engenheiros-práticos estrangeiros, sobretudo ingleses. O número de operários aumentaria em cerca de 50 a cada mês, chegando ao máximo em agosto de 1867, com 558, importante na primeira quinzena um total de 16:655\$825. Em novembro do mesmo ano, o total de operários é de 542 na primeira quinzena, e de 125 na segunda, o que reflete o término das obras mais importantes. Disponho de dados incompletos sobre o valor dos salários pagos quinzenalmente.

⁵⁴ *Diário*, 25 de maio de 1867.

⁵⁵ *Diário*, 11 de outubro de 1866.

⁵⁶ *Diário*, 11 de outubro de 1866.

⁵⁷ *Diário*, 31 de dezembro de 1867. Entretanto, desconheço o teor desta carta.

⁵⁸ Richard GRAHAM, *Clientelismo e Política...*, p. 100.

⁵⁹ *Idem*, p. 324. Segundo o autor, “A medida de um homem não era dada por uma qualidade, mas por muitas. É verdade que as relações entre o pretendente ao cargo e o missivista frequentemente pareciam suficientes para assegurar a nomeação: dizer que ele era um parente ou um amigo geralmente parecia ser a razão para esperar que o pedido fosse atendido. Algumas vezes, o missivista indicava outras extensões da rede de protetor-cliente como uma justificativa suficiente, dizendo que o candidato ao cargo possuía ‘ligações

Nesse sentido, a qualidade das cartas de *empenhos* que Rebouças recebia, ou seja, as indicações e recomendações enviadas paralelamente aos canais oficiais por parte daqueles formadores de suas próprias clientelas, indicava também, indiretamente, a qualidade do destinatário: “ser capaz de distribuir colocações fazia automaticamente de alguém um protetor, e facilitava enormemente o trabalho de formar um grupo de seguidores”.⁶⁰ Não disponho de informações precisas sobre seu desempenho na distribuição destes favores, pois é provável que, julgando inoportuna tal tarefa, Rebouças tenha simplesmente omitido a maior parte delas de seu *Diário*, dando maior ênfase às dificuldades que enfrentava, mesmo porque a reiteração de seu esforço contribuiria para sua própria valorização.

Reconstruindo os pilares abatidos em meio às dificuldades já antevistas, Rebouças deparava-se também com diversos incidentes, como paredes que não resistiam à força das águas⁶¹, tentativas de arrombamento dos armazéns da Alfândega⁶², um incêndio na Ilha dos Ratos, onde se fabricava a cal hidráulica para as obras⁶³. Em dezembro de 1868, dias depois da inauguração do molhe da praia dos mineiros, que contou com a presença do Imperador, um incêndio reduzia a cinzas um dos armazéns que Rebouças havia recém construído.⁶⁴ Apesar destes incidentes, a própria obra exigia conhecimentos técnicos em condições inéditas, tanto que um engenheiro estrangeiro e tarimbado como Charles Neate não tivera êxito. Sua importância faria Rebouças declinar de um suposto convite para ser Diretor da *E.F. D. Pedro II*, abdicando de um rendimento de 18:000\$000,⁶⁵ e indicando, sem sucesso, seu irmão Antonio no lugar. Rebouças interpretava a conclusão daquela obra “difícilíssima” como uma questão de “honra profissional”.⁶⁶

A partir de março de 1867, Rebouças dividiria seu tempo entre as obras externas da Alfândega e a regência interina de uma das cadeiras de ciências físicas da *Escola Central*, além de sua participação nas sessões do *Instituto Politécnico*. A partir de 1869, já com a *Companhia Doca da Alfândega* se constituindo, ficaria responsável também pelas obras internas da Alfândega, em

respeitáveis’, ou havia sido recomendado por certa pessoa”(idem, *ibidem*). Mais adiante, o autor enfatiza: “Um nomeado ideal, portanto, não tinha apenas uma qualidade desejável, mas várias. O pretendente ao cargo tinha que ser zeloso no desempenho de suas tarefas, mas ainda assim apresentar as necessárias graças pessoais e dispor do respeito dos outros homens, ser ‘inteligente’ e ‘honrado’”(idem, p. 335).

⁶⁰ *Idem*, p. 274.

⁶¹ *Diário*, 18 de fevereiro e 31 de maio de 1867.

⁶² *Diário*, 21 de fevereiro de 1867.

⁶³ *Diário*, 3 de janeiro de 1868.

⁶⁴ *Diário*, 27 de dezembro de 1868.

⁶⁵ O salário acima é relativo ao ano de 1876, embora seja duvidoso que fosse absolutamente inferior a esse valor em 1867. Segundo Edmundo Campos Coelho, o rendimento do diretor da *E.F.D.P.II* era duas vezes o salário de um juiz do Supremo Tribunal de Justiça e mais do que o de um ministro de Estado. Foram diretores da ferrovia Paulo de Frontin, Christiano Ottoni, Francisco Pereira Passos, dentre outros menos notáveis. Ver Edmundo Campos COELHO, *Op. Cit.*, p.95.

⁶⁶ *Diário*, 21 de dezembro de 1867.

substituição a Raphael Galvão, que fora designado para a modernização do Porto de Recife naquele ano.

Sua atividade nas obras, contudo, não se limitava à supervisão geral dos trabalhos. O que me parece interessante é que, paulatinamente, Rebouças ampliava seu raio de atuação, englobando também tarefas de caráter administrativo, financeiro e gerencial, indo até a proposição da concessão das Docas à iniciativa privada. Todavia, Rebouças não se tornou empresário da noite para o dia. Até os primeiros anos da década de 1870, sua atividade se reduz às iniciativas pela criação das empresas e no gerenciamento das mesmas, e não na sua participação acionária. Por exemplo, quando perguntado pelo Conselheiro Faria se gostaria de ser acionista da futura *Companhia das Docas da Alfândega*, Rebouças lhe respondera que suas economias de dois contos de réis não lhe davam a segurança necessária para tais investimentos.⁶⁷

Era, portanto, sobretudo no campo do gerenciamento e do incentivo à criação de novas fontes de recursos às empresas públicas que Rebouças se notabilizava. Por exemplo, diante de dificuldades orçamentárias para a continuidade das obras da Alfândega, Rebouças sugeriu ao ministro Zacarias um projeto de “fazer pagar uma taxa aos navios que entram na Doca da Alfândega, afim de obter assim uma renda, que cubra a construção da ponte, que resta a fazer”.⁶⁸ O ministro, diante do pedido de Rebouças, concedeu mais 30 contos, além de se empenhar em levar o projeto de tarifa da Alfândega, proposto por Rebouças, à discussão na Assembléia e no Senado.⁶⁹ O Projeto que Rebouças e o Conselheiro Areias, do Tesouro Nacional, elaboraram foi aceito pela Comissão do Orçamento da Câmara dos Deputados⁷⁰ no dia seguinte e anunciado no *Jornal do Comércio*, diante do quê Rebouças escreveu em seu *Diário*: “Permita Deus que esse projeto, posto em breve em prática, faça promover a construção de Docas por Companhias nos diversos Portos do Império!”⁷¹ Imediatamente, escreveu a Zacarias agradecendo-lhe “a sabida prova de confiança, que deu-me, fazendo apresentar o projeto de Tarifa para a Doca da Alfândega *nas condições que propus*”.⁷² De fato, a solução financeira proposta por Rebouças viria bem a calhar. Em dezembro de 1867, o custo das obras da Alfândega extrapolou o orçamento previsto pelo Tesouro, e Zacarias ordenou a Rebouças a demissão de cem operários, fazendo o possível, entretanto, para “dar-me aumento

⁶⁷ *Diário*, 15 de outubro de 1868.

⁶⁸ *Diário*, 21 de abril de 1867.

⁶⁹ *Diário*, 9 de junho de 1867.

⁷⁰ *Diário*, 26 de agosto de 1867.

⁷¹ *Diário*, 28 de agosto de 1867.

⁷² *Diário*, 31 de agosto de 1867. Grifo meu.

de verba logo que rendesse a Doca, com a nova Tarifa que se vai pôr em execução de Janeiro em diante”.⁷³

No entanto, a ascensão do Gabinete Conservador, em 16 de julho de 1868, representaria uma mudança no andamento daquelas obras. Logo no dia 24, o novo ministro da Fazenda, visconde de Itaboraí, ordenou a suspensão de todos os trabalhos da Alfândega menos urgentes, solicitando também um relatório detalhado deles. Somente em agosto Itaboraí visitaria finalmente as Docas da Alfândega, as quais, segundo Rebouças, tinha seis navios atracados nos cais inferiores e grande número de saveiros, além do primeiro navio a atracar no cais recém construído e que, em função disso, pagava já a nova tarifa recém aprovada. No diálogo que manteve com Itaboraí, Rebouças foi-lhe “mostrando a conveniência de se deixar a construção das Docas às Companhias”.⁷⁴ Todavia, alguns dias depois, o entusiasmo que Rebouças julgara ter notado em Itaboraí desvaneceu-se, dando lugar a um descontentamento no tocante aos gastos com as obras, achando muito, por exemplo, que Rebouças tivesse dois ajudantes e dois desenhistas a seu dispor, e tencionando reunir sob a mesma direção as obras internas e hidráulicas da Alfândega. Se isso realmente tivesse acontecido, teria significado uma contenda grave entre Rebouças e seu colega Dr. Raphael Galvão, diretor das obras internas, e quem, muito provavelmente, estivera por trás de sua contratação para as obras hidráulicas, ainda que Rebouças não o admitisse ou confirmasse.⁷⁵ Rebouças tentou colocar panos quentes na situação embaraçosa que o novo ministro estava prestes a criar, lembrando-o que Galvão era

muito mais antigo empregado do Ministério da Fazenda do que eu; que não tinha mesmo certeza de ter ele concorrido para a minha nomeação de Engenheiro Diretor das Obras Hidráulicas; que tal fato se se realizasse seria atribuído à minha ambição e não aos desejos de economizar de S. Excia. [O Ministro] elogiou a nobreza do procedimento e disse que não demitiria o Dr. Galvão; mas que achava inútil ter ele um Ajudante.⁷⁶

Registrou em seu *Diário* sua “triste impressão” sobre aquilo tudo, rogando a Deus proteção, coragem e resignação. Seria necessário menos ajuda divina do que muita argumentação para

⁷³ *Diário*, 20 de dezembro de 1867.

⁷⁴ *Diário*, 11 de agosto de 1868.

⁷⁵ *Diário*, 21 de agosto de 1868.

⁷⁶ *Diário*, 21 de agosto de 1868.

convencer Itaboraí. Entretanto, seria exatamente com este novo ministro, desejoso de fazer economia, que Rebouças melhor se relacionaria, por sinal, muito mais do que com o Gabinete Rio Branco, a partir de 1871, tido na conta da historiografia sobre o Império como o mais modernizador dos ministérios do Segundo Reinado. Logo após essa má impressão inicial, Rebouças visitou Itaboraí em sua casa, para mostrar-lhe os planos para a reconstrução dos pilares das *Docas da Alfândega* abatidos em 1863, e, principalmente, vender-lhe a idéia de organizar companhias para a modernização portuária do Império. Comunicou-lhe também o interesse, nutrido desde 1867, em organizar uma nova Companhia, as *Docas D. Pedro II*, recebendo do ministro uma resposta altamente favorável, inclusive em relação à participação de empresários estrangeiros:

Aprovou muito a idéia [das Docas D. Pedro II] e disse ter sobre isso conversado com o Conselheiro [Joaquim Fernandes] Antão [ministro da Agricultura]; pediu-me que concluísse quanto antes esse trabalho e que me pusesse à testa dessa empresa, ficando mesmo de indicar os capitalistas que poderão levá-la a efeito, não achando o Visconde de Itaboraí inconveniente algum em ser a Companhia organizada e gerida por negociantes ingleses.⁷⁷

A má impressão inicial foi se desfazendo, conforme Rebouças e Itaboraí iam se afinando em relação às Companhias. Dias depois, dava um novo passo com o ministro: apresentava-lhe a idéia de arrendamento da própria Doca da Alfândega a uma Companhia. Itaboraí teria aprovado “todas as idéias, repetindo por várias vezes ‘vamos prestar um grande serviço ao país’”.⁷⁸

Na mesma época em que nascia a *Cia Docas da Alfândega*, em finais de 1868, começava a ganhar corpo uma outra idéia de Rebouças, logo compartilhada com Itaboraí. Na verdade, vinha na esteira da experiência com a implantação da tarifa para custeio das obras que, em 1867, fizera junto ao Gabinete Zacarias. No entanto, desta vez se tratava de um conjunto ainda disperso de “princípios fundamentais, que devem reger a organização de empresas de utilidade pública no Brasil”.⁷⁹ Estas notas dispersas se transformariam num projeto de lei para melhoramentos dos portos do Império, entregue ao ministro em maio de 1869. Recebeu de

⁷⁷ *Diário*, 4 de setembro de 1868.

⁷⁸ *Diário*, 11 de setembro de 1868.

⁷⁹ *Diário*, 29 de setembro de 1868.

Itaboraí a promessa de que ele mesmo “influiria para sua entrada na ordem do dia [na Câmara dos Deputados] como se fosse proposta do Governo”,⁸⁰ embora não admitisse a concessão de isenção de direitos de importação ao material das empresas, nem isenção de recrutamento aos empregados, tal como havia se verificado com a lei para as estradas de ferro⁸¹. Assim, o projeto da Lei Geral das Docas, apresentada à Câmara dos Deputados em agosto de 1869, era a versão corrigida por Itaboraí do projeto original de Rebouças entregue em maio. A apresentação, tanto da Lei quanto do projeto substitutivo ao proposto pela Comissão de Obras Públicas em favor das Docas D. Pedro II, fora feita pelo ministro da agricultura,⁸² Joaquim Antão Fernandes Leão, e, após ser aprovada em setembro na Câmara e no Senado, foi promulgada em outubro, sob a forma de Decreto n. 1.746, de 13 de outubro de 1869.

Esta lei foi a peça jurídica pela qual o Império pautou a modernização portuária, vigorando inclusive durante a República, até 1930.⁸³ Por ela o Governo estava autorizado a contratar, mediante concorrência pública, empresas privadas para a construção e melhoria de docas e armazéns para carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação, nos diferentes portos do Império; em troca dos melhoramentos portuários, as empresas receberiam o direito de exploração das tarifas de embarque e desembarque de mercadorias, na forma de concessão de serviço público; as empresas ainda poderiam desapropriar propriedades e benfeitorias de particulares que interferissem ou se achassem nos terrenos necessários à construção das obras, mediante indenização. Por outro lado, a legislação antevia a possibilidade de empresas estrangeiras participarem do processo, e para tanto elas eram obrigadas a ter representantes nas localidades em que tivessem seus estabelecimentos, tratando diretamente com o governo imperial. A preocupação em permitir a participação de investidores estrangeiros aparece clara nesta legislação. No entanto, como afirma Cezar Honorato, apesar das “elites políticas acredita[rem] que tão somente a implantação de uma boa lei atraí[sse] rapidamente investidores, no caso dos portos a simples implantação da lei de 1869 não levou à ‘corrida desabalada dos investidores’”.⁸⁴ Ao contrário, foi justamente a dificuldade, fosse em atrair capitais estrangeiros, fosse em organizá-los no próprio país, que impossibilitou Rebouças de concluir várias de suas iniciativas na área.

4.3. A organização da *Companhia Docas da Alfândega*

⁸⁰ *Diário*, 29 de maio de 1869.

⁸¹ *Diário*, 17 de julho de 1869.

⁸² *Diário*, 5 de agosto de 1869.

⁸³ Cezar T. HONORATO, *Op. Cit.*, p. 161.

⁸⁴ *Idem*, p. 173.

O principal problema para a organização da *Companhia Docas da Alfândega* era, de resto, o problema de todas as empresas concessionárias de serviços públicos: encontrar empresários dispostos a conduzi-las e capitais suficientes para financiá-las. Em setembro de 1868, Rebouças procurava possíveis empresários dispostos a participar desta nova empresa. O nome do barão de Mauá foi lembrado e logo descartado, pois este estava “infelizmente ausente e inteiramente entregue aos seus Bancos do Rio da Prata”; lembraram do Conselheiro Faria, Diretor da *Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor*,⁸⁵ que tanto Rebouças como Itaboraí tinham em mente, sendo que o ministro teria sido explícito em deplorar “[a] falta de iniciativa dos nossos capitalistas, que não sabiam outro meio de fazer render seus fundos senão depositando-os no Tesouro”.⁸⁶ A solução foi procurarem o Conselheiro Faria e, em caso de uma negativa, o gerente da *Casa Stephen Bank*, Stanley Youle.⁸⁷ De fato, o empresário à testa da futura *Companhia* seria mesmo o conselheiro Faria, embora Rebouças tivesse convidado Mariano Procópio, que inicialmente recusou a oferta, apesar de dias depois ter resolvido concorrer com Faria na organização da empresa.⁸⁸

A idéia da *Companhia Docas da Alfândega* tomava corpo no dia 28 de setembro de 1868, quando Rebouças finalmente conseguiu uma conferência entre o Conselheiro Faria e Stanley Youle. Faria consentiu em se pôr à testa do empreendimento, sob algumas condições: exigiu que se tirasse do projeto de contrato a anuidade ao Governo de 13 contos, e o limite de 12% para renda líquida da Companhia, além de que se elevasse de 1\$000 para 2\$000 réis a taxa para a emissão dos garantes, no que Rebouças cedeu, registrando em seu *Diário*, ironicamente, que fazia tudo aquilo

sentindo bem que a falta de espírito de associação neste País, a ignorância dos capitalistas e o miserável espírito de rotina não permitam recorrer a mais generoso Proponente! Peço a Deus que seja esse o último sacrifício, que faça a Nação Brasileira

⁸⁵ A *Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor* teve uma atuação destacada desde sua criação, em 1837, pois era simplesmente a única Companhia responsável pela distribuição da correspondência postal, pública e privada, ligando a Corte a todas as províncias do Norte. Sua própria criação fora um anseio dos setores sociais e políticos comprometidos com a centralização política e administrativa do Império, que tinha assim um instrumento material capaz de transmitir as decisões tomadas na Corte às províncias. Assim, apesar de ser uma empresa privada, estava profundamente subordinada ao Estado, inclusive em termos financeiros, graças às gordas subvenções que recebia: no início, cerca de 8 contos de réis mensais, chegando em 1857 à cifra de 1.008.000\$000 anuais, além de outros benefícios. No entanto, a partir de 1850, esta Companhia começou a sofrer a concorrência da *Companhia Real Britânica*, bem mais dinâmica e eficiente, e a ter dificuldades em modernizar seu material. Assim, a perda do monopólio foi-lhe fatal, entrando em liquidação em 1871. (Almir Chaiban EL-KAREH, “A Companhia Brasileira de Paquetes a vapor e a Centralidade do Poder Monárquico”, in *História Econômica & História de Empresas*, V.2 (2002), pp. 7-27.

⁸⁶ *Diário*, 11 de setembro de 1868.

⁸⁷ *Diário*, 11 de setembro de 1868.

⁸⁸ *Diário*, 22 de outubro de 1868.

para criar o espírito de associação e o amor às grandes empresas de utilidade pública!⁸⁹

Na apresentação do projeto modificado ao ministro da Fazenda, e diante do pedido deste último para que Rebouças desse sua opinião pessoal sobre o contrato, este lhe respondera que “para ser esse contrato inatacável era necessário introduzir um artigo, limitando a receita líquida da Companhia e fazendo reverter o excedente ao Tesouro Nacional, *verdadeira inspiração por meio da qual consigo tudo quanto queria pelos artigos suprimidos pelo Conselheiro Faria?*”⁹⁰

Curiosamente, Rebouças angariava também as simpatias de um dos principais adversários de Itaboraí, o Senador Bernardo de Souza Franco, do Partido Liberal. Fora ele autor, em 1857, de uma política monetária flexível e que introduzia a pluralidade emissionista, ao passo que o grupo ligado a Itaboraí e Inhomirim pautava-se pela exclusividade do Banco do Brasil em emitir moeda, pautando-se pelo padrão-ouro.⁹¹ Souza Franco costumava freqüentar o escritório do Conselheiro Faria, e numa das ocasiões em que Rebouças estava presente, ao ler sua *memória* “Estudos para a conclusão e arrendamento da Doca da Alfândega”, este senador lhe teria elogiado a “grande quantidade de idéias livres que introduzi (...); disse que era uma verdadeira *pílula de liberalismo*, que tinha dado ao chefe dos Conservadores, Visconde de Itaboraí”⁹².

Não era para menos. De acordo com o Conselheiro Faria, a empresa ia adquirindo popularidade, “sobretudo entre os negociantes ingleses, que estavam realmente entusiasmados com a idéia”⁹³. No entanto, quando perguntado se gostaria de se tornar acionista da companhia cuja criação estimulava, Rebouças respondeu ao Conselheiro Faria que estava empregado há apenas dois anos e “tinha economias insignificantes (o meu balancete acusa hoje a posse de 2:970\$500 inclusive duas dívidas na importância de 636\$000 de cobrança muito duvidosas), que esperava que a Companhia me desse um prêmio pelos trabalhos, que tenho feito para sua organização, e que deste modo seria dela acionista”⁹⁴.

Em novembro de 1868, teve início a primeira reunião dos fundadores da *Companhia Docas da Alfândega*, no salão do 1º andar da Praça do Comércio, presidida por José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, havendo no local aproximadamente 15 pessoas, das quais Rebouças se recorda

⁸⁹ *Diário*, 28 de setembro de 1868.

⁹⁰ *Diário*, 29 de setembro de 1868. Grifos meus. Em nota a lapis, posteriormente ao registro, Rebouças escreve: “1ª luta contra a Plutocracia”.

⁹¹ Ana Maria RIBEIRO DE ANDRADE, *Op. Cit.*, pp. 58 e ss.

⁹² *Diário*, 15 de outubro de 1868.

⁹³ *Diário*, 15 de outubro de 1868.

⁹⁴ *Diário*, 15 de outubro de 1868.

de mencionar as seguintes: “Conselheiro Faria e Mariano Procópio Ferreira Lage, entre os quais fiquei sentado, capitalista Bernardo Ribeiro de Carvalho, Dr. João Manuel Pereira da Silva, capitalista Drumond, Dr. Castro (gerente do *Jornal do Comércio*), Stanley Youle, capitalista Torres (irmão do Visconde de Itaboraí, que não julguei bem pensada a sua presença) capitalista Jeronimo de Mesquita, companheiro de Faria na direção da *Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor*.”⁹⁵

Após esta primeira reunião com os acionistas da empresa, Rebouças foi nomeado perito na classe de máquinas e aparelhos. Uma festa surpresa foi feita para ele pelos operários, logo após a inauguração de um dos molhes, o da Praia dos Mineiros, com a presença do Imperador.⁹⁶ A empresa estava se constituindo, talvez pela primeira vez, sem os tantos entraves que outras iniciativas haviam tido – como os decretos para a organização das Docas de Pernambuco e do Maranhão, retidos até então no Ministério da Agricultura –,⁹⁷ e nem mesmo o incêndio de um dos armazéns da Alfândega, recém-reformado, desanimaram Rebouças e o ministro Itaboraí de empreendê-la, “recomendando-me [o ministro] com a maior instância a formação dessa empresa”.⁹⁸ A subscrição a ela montava a 450:000\$000 em fevereiro de 1869, tendo contribuído, dentre outros, o Veador Lima e Silva, Mariano Procópio, José Joaquim Rodrigues Torres e Jerônimo Mesquita com 50:000\$000 cada um, e a casa *Stephen Bank & Cia* com 100:000\$000, sendo que Faria pedia a Rebouças que este achasse um meio de assegurar à *Companhia* uma renda de 10% sem ser por garantia de juros.⁹⁹ Em dezembro de 1869, finalmente, Itaboraí apresentava a Rebouças os decretos autorizando a contratação da *Companhia Docas da Alfândega*, assinados pelo Imperador, bem como a aprovação de seus estatutos, após o que Rebouças é nomeado seu gerente.¹⁰⁰

No entanto, o entusiasmo inicial desvaneceu-se logo no início do ano seguinte. A década de 1870 se descortinava, e com ela um cortejo de descontentamentos, entraves e impasses na condução de suas iniciativas. Logo no primeiro mês de 1870, o *Jornal do Comércio* noticiava

⁹⁵ *Diário*, 5 de novembro de 1868.

⁹⁶ *Diário*, 23 de dezembro de 1868.

⁹⁷ Por exemplo, Rebouças relata sua ida ao Ministério da Agricultura, onde o ministro Joaquim Antônio Fernandes Leão, “no mesmo desânimo do costume, continua a prometer apresentar o decreto do Porto e das Docas do Maranhão – tem pela sua inércia retida a 6 meses a solução dessas importantíssimas reformas: a rede telegráfica para o Império; Companhia para o Caminho de Ferro de D. Pedro II; Docas de Pernambuco; Docas do Maranhão; Organização do Corpo de Pontes e Calçadas Brasileiro, !!, etc”, *Diário*, 29 de dezembro de 1868.

⁹⁸ *Diário*, 27 de dezembro de 1868. Rebouças registra em seu Diário a profunda melancolia que o acontecimento lhe acarretou: “Há 3 dias tinha uma melancolia inexplicável, que quase sempre precede um triste acontecimento. Hoje, pela manhã, o sofrimento era tão intenso, que comuniquei-o à minha irmã Carolina. As 9 horas um trabalhador das obras veio comunicar-me por mandado do desenhista Adriano Muller que ardia um dos armazéns da Alfândega”. O incêndio foi tamanho que Rebouças teve que destruir algumas paredes do armazém em chamas para que estas não se espalhassem para os outros edifícios.

⁹⁹ *Diário*, 25 de fevereiro de 1869.

¹⁰⁰ *Diário*, 6 de dezembro de 1869.

uma reunião de comerciantes, sobretudo estrangeiros, e a criação de uma comissão responsável pelo levantamento de “informações sobre os inconvenientes e vexames que têm trazido ao comércio dessa praça a execução de várias disposições do regulamento da *Companhia Docas da Alfândega*.”¹⁰¹ Os comerciantes, aglutinados em torno da liderança de Herman Haapt e Thomas Ewbank, reclamavam contra as taxas de armazenagem junto à *Companhia*, tidas como “arbitrárias”, além do aumento das exigências burocráticas destinadas a conter o contrabando.¹⁰² Em fevereiro, a “rebelião” dos comerciantes já estava serenada, graças à atuação do “digno gerente da Companhia [que fez] todas as concessões e favores possíveis, de modo que a praça reconhece hoje que o acordo entre o governo e a companhia traz benefícios incalculáveis ao comércio”.¹⁰³

Em março de 1870, ocorreria a primeira assembléia geral dos acionistas. No entanto, as Docas eram alvo, segundo Rebouças, da “imprensa oposicionista”, representada pelos jornais *Anglo Brazilian Times* e principalmente pelo *A Reforma*,¹⁰⁴ no qual escrevia, dentre outros, Zacarias de Góis. Após setembro, quando da ascensão do Gabinete São Vicente, Rebouças voltará a ver a história se repetir: interrupções, entraves e complexas negociações como forma de manter suas iniciativas profissionais e empresariais. Embora o novo Gabinete fosse do mesmo partido, havia profundas divergências. Tanto é que o novo ministro da fazenda, Francisco Salles Torres Homem, o visconde de Inhomirim, não escondia suas desavenças com a condução dos negócios junto à *Companhia Docas da Alfândega*. Rebouças tentava agora apagar focos isolados de incêndio: os diretores Lima e Silva e Mesquita queriam anular os convites para a Assembléia Geral dos acionistas da *Companhia*, “por medo dos novos ministros!!”;¹⁰⁵ logo na primeira visita do ministro da Fazenda às Docas, Mariano Procópio mandara chamar Rebouças “por estar muito assustado sobre a má opinião que formava o Ministro Torres Homem da Companhia das Docas”.¹⁰⁶

De fato, Torres Homem disse a Rebouças “que havia mandado abrir um inquérito sobre a Companhia da Doca da Alfândega para decidir se ela devia ou não continuar. Respondi-lhe

¹⁰¹ *Diário*, 22 de janeiro de 1870.

¹⁰² Dentre os vários recortes de jornais colados no *Diário*, infelizmente sem menção a data ou ao periódico, encontramos, por exemplo, este, redigido em francês: “Compagnie des docks de Rio. Un cri générale d’indignation s’est élevée contre cette compagnie qui fonctionne depuis le 1er janvier de l’année courante. Les principaux négociants de Rio se sont déjà réunis, afin de s’entendre sur les mesures à prendre pour éviter certains abus qui ont déjà en lieu. Nous n’ignorons pas que toute institution lutte dans son début avec une foule de difficultés; cependant plein de confiance dans le digne Gerent de la Compagnie, le Dr. Andre Rebouças, nous sérons que cet habile fonctionnaire saura faire disparaître les quelques difficultés qui sont encore venues de plus entraver la marche régulière du service de la Douane.”

¹⁰³ *A Reforma*, 20 de fevereiro de 1870. Recorte colado no *Diário* do mesmo dia.

¹⁰⁴ *Diário*, 8 de junho de 1870.

¹⁰⁵ *Diário*, 28 de setembro de 1870.

¹⁰⁶ *Diário*, 11 de outubro de 1870.

que aceitaria com prazer o inquérito e que, autor da idéia, estava na obrigação, pela minha lealdade para com o Visconde de Itaboraí, que a esposara, de defendê-la a todo o transe”.¹⁰⁷ Para Rebouças, Torres Homem estava disposto a dissolver a *Companhia*, pensando até mesmo “poder contra a letra do Contrato pagar aos acionistas em dinheiro”,¹⁰⁸ o que, evidentemente, significaria ir contra a disposição da Lei Geral das Docas. O *mise en scène* de Inhomirim tinha um propósito, que se revelaria alguns dias depois: garantir 10% de renda para a Companhia, em troca da redução da tarifa de armazenagem, visando com isso obter o “aplausos do comércio”.¹⁰⁹ O recuo de Inhomirim, que aceitou a redução da tarifa da armazenagem e abriu mão da rescisão contratual que dissolveria a Companhia, demonstrou isso. Além disso, a desconfiança de Rebouças pairava sobre o fato de Torres Homem estar protegendo algum dono de trapiche, e com isso tentando de todas as formas reduzir a quantidade de mercadorias que a *Companhia* pudesse receber.¹¹⁰

Em fevereiro de 1871, os Rebouças foram novamente vítimas de ataques públicos, escritos no *Jornal do Comércio* e no *Diário do Rio*, relativos principalmente à atuação de Rebouças na *Companhia Docas da Alfândega*, mas também referentes às participações dos irmãos em outras iniciativas. No *Jornal do Comércio*, alguém intitulado “Um acionista”, que Rebouças acreditava ser Manoel Marques de Sá, lançava-lhe violentos ataques pelo fato de Rebouças ter recebido um prêmio no valor de 100 ações da Companhia, o que corresponderia a 8 milésimos ou 1/125 do total das ações. Rebouças respondeu aos artigos do “acionista” no mesmo jornal afirmando que

toda essa polêmica é devida a ter procedido com mais desinteresse que os que me precederam na organização de empresas. Incluíram sempre nos estatutos ações remidas, e nunca a diminuta quota de 1/125 (antes, 1/25) do total das ações.

Deixei cair no olvido essa condição; eis a minha grande falta. Não pode, portanto, ser útil a leitura da obra de Proudhon a quem organiza uma companhia que deu 12% de renda desde o primeiro dia, e não inclui nos seus estatutos cláusula alguma em favor da sua pessoa.¹¹¹

No *Diário do Rio* foi publicado um “poema”, desbancando a atuação dos irmãos na *Cia das*

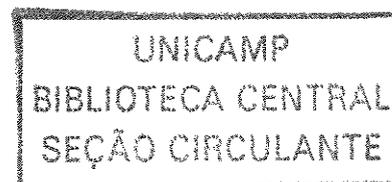
¹⁰⁷ *Diário*, 14 de outubro de 1870.

¹⁰⁸ *Diário*, 24 de outubro de 1870.

¹⁰⁹ *Diário*, 29 de outubro de 1870.

¹¹⁰ *Diário*, 1 de novembro de 1870.

¹¹¹ *Diário*, 8 de fevereiro de 1871.



Águas. Sob o pseudônimo de “Trapiche e Macaco” – ou seja, dois dos rios que serviriam de mananciais para as obras de abastecimento d’água –, Rebouças suspeitava da autoria do irmão do Engenheiro Raphael Arcanjo Galvão, seu antigo colega das obras da Alfândega, depois empresário que pleiteava também a criação de uma companhia semelhante.¹¹² O desapontamento de Rebouças é patente:

paga-se assim tê-lo [refere-se a Raphael Arcanjo Galvão] sustentado nas obras internas até que o Ministro da Agricultura Antão o nomeasse para a comissão de estudos do Porto de Pernambuco e tê-lo defendido perante o Inspetor da Alfândega, Dr. José Machado Coelho de Castro e o Visconde de Itaboraí das acusações de malversor, que lhe faziam seus inimigos. Os versos parecem feitos por um seu irmão, que também empregou-os contra o Dr. José de Saldanha da Gama que o reprovava na Escola Central.¹¹³

Sua revolta parece dirigir-se a todos os que estão “condenados a vegetar nesta terra de Botocudos e Aimorés, sem generosidade, nem nobreza, só capazes de calunia e de inveja!...”¹¹⁴

A ascensão do Gabinete Rio Branco, em 7 de março de 1871 representou para Rebouças novas e complexas negociações, sobretudo quanto a composição da outra companhia organizada por Rebouças, a *Docas D. Pedro II*. A organização da *Cia Metropolitana*, de Mariano Procópio, empresa que pretendia construir um caminho de ferro entre a *Estação D. Pedro II* e o mar para transporte de café, contou com o apoio de Rio Branco, além de ter entre seus acionistas nomes de peso como Mauá, Barão da Lagoa, Honório Bicalho e Antonio Bulhões. Esta via férrea contrariava tanto os interesses da *Docas D. Pedro II*, como da *Cia Locomotora*, empresa que fora constituída anteriormente para os mesmos fins, isto é, ter acesso ao lucrativo transporte e embarque do café no Rio de Janeiro. Paulatinamente, a própria diretoria da *Companhia Doca da Alfândega*, sob influência de Mariano Procópio, torna-se hostil ao engenheiro que a organizara e lhe dera vida, uma vez que parte de seus membros viam a organização das *Docas Dom Pedro II* como uma rival.

Os veementes artigos escritos por Rebouças, em setembro de 1871, rechaçando a tentativa de embargar as obras das *Docas D. Pedro II* por parte da Câmara Municipal e, sobretudo,

¹¹² *Diário*, 19 de fevereiro de 1871.

¹¹³ *Diário*, 19 de fevereiro de 1871.

¹¹⁴ *Diário*, 23 de fevereiro de 1871.

polemizando contra o projeto do caminho de ferro aéreo, teriam prejudicado a organização da *Cia Metropolitana*, motivo pelo qual Mariano Procópio orquestrou, através da *Doca da Alfândega*, uma verdadeira campanha contra a atuação de Rebouças. O golpe final viria através da ordem do ministério da Fazenda, ocupado pelo visconde do Rio Branco, demitindo Rebouças do cargo de engenheiro das obras da Alfândega, posto que ocupara por cinco anos, e sua substituição, sintomaticamente, por ninguém menos do que Borja Castro, seu inimigo desde o episódio do concurso da *Escola Central*, em 1866.¹¹⁵

Terminava melancolicamente, em 13 de novembro de 1871, a primeira iniciativa bem sucedida de organização empresarial de André Rebouças, que ao final evitou entregar as obras pessoalmente a Borja Castro, preferindo entregá-las a Paula Freitas, recém-nomeado inspetor da Alfândega:

Estive no escritório das obras dando disposições para a mudança até as 2. Visitei as obras da grande enseadeira até as 5 da tarde. Dou graças a Deus de ter tido coragem de despedir-me dessas obras e de meus bons operários sem uma lágrima. Posso dizer: só Deus me viu chorar. Neste momento ninguém da família sabe a dor, que oculto.¹¹⁶

4.4. A organização da *Companhia Docas Dom Pedro II*

Embora o início da década de 1871 lhe assinalasse um prenúncio de fracasso, com sua destituição do cargo de gerente da empresa que ele mesmo ajudara a criar, seria apenas a partir de 1873, em seu retorno da Europa e dos Estados Unidos, e com a tentativa de fusão das duas empresas, isto é, a *Cia Docas da Alfândega* com a *Docas D. Pedro II*, que veríamos o derradeiro desfecho destas iniciativas. Convém, portanto, retroceder alguns anos e narrar as dificuldades que Rebouças tivera na organização dessa segunda companhia portuária.

Enquanto trabalhava nas obras hidráulicas das docas da Alfândega, em 1867, Rebouças lançou a idéia da construção de duas novas docas nas enseadas da Saúde e da Gambôa, as quais complementariam a *Estrada de Ferro Pedro II*. Ou seja, tratavam-se de docas estrategicamente projetadas para dar vazão ao movimento de embarque e desembarque de mercadorias, sobretudo da exportação de café, e de forma intermodal, graças à sua conexão com a ferrovia.

¹¹⁵ *Diário*, 8 de outubro de 1871.

¹¹⁶ *Diário*, 13 de novembro de 1871.

Estas duas novas docas receberam de pronto o nome de “Docas D. Pedro II”. Todavia, a mera menção à sua denominação acarretaria um atrito com o ministro Zacarias. É que as boas relações entre Rebouças e o ministro, mantidas desde o início de sua contratação, em si uma manifestação de confiança, não perduraram para sempre. Elas não resistiriam à marcha dos desencontros cada vez maiores entre o Gabinete ligueiro e o Partido Conservador, os quais assinalariam um afastamento paulatino do ministro da órbita do “poder pessoal”. A consequência indireta disso foi uma cada vez maior indisposição do ministro com o próprio Rebouças, e isso quase selou o destino das *Docas D. Pedro II*.

É possível remontar o início desta indisposição à visita que o Imperador fez às obras da Alfândega e ao projeto de Diques Múltiplos de Rebouças. Naquela ocasião, em 28 de outubro de 1867, Rebouças teria mostrado ao Imperador os planos de construção das novas docas nas enseadas da Saúde e da Gamboa, e simultaneamente denominou-as “Docas de D. Pedro II”.¹¹⁷ A visita da comitiva imperial teve ampla repercussão. No dia seguinte, segundo Rebouças, Jansen Lima, peticionário de uma empresa que fazia a ligação da *Estrada de Ferro D. Pedro II* à Gambôa passando pelo túnel do morro do Livramento, apresentou-lhe uma proposta de fusão de sua empresa à das Docas, a qual todavia Rebouças declinou, afirmando ter preferência “por um ramal costeando o litoral sobre um cais construído de modo a deixar uma zona assaz larga para a construção de Docas no futuro”.¹¹⁸

Era sobretudo a questão do ramal ferroviário daquelas novas Docas que daria o que falar, principalmente quando Mariano Procópio e associados resolvessem criar a *Cia Metropolitana*, um dos motivos de atrito entre Rebouças e os demais empresários.

A repercussão da criação das “Docas Pedro II”, todavia, não se limitou àquele episódio. O ministro Zacarias interpelou Rebouças para que este o esclarecesse sobre os motivos que o levaram a denominar de “Pedro II” as docas a serem construídas. Eis o ofício enviado por Zacarias, datado de 29 de outubro, e que Rebouças encontrou em seu gabinete, logo em seguida à conversa com Jansen:

Lendo-se nos jornais de hoje, exceto o Diário Oficial, que Sua Majestade o Imperador por ocasião da visita, que ontem se dignou fazer às obras internas e hidráulicas da

¹¹⁷ *Diário*, 28 de outubro de 1867.

¹¹⁸ *Diário*, 29 de outubro de 1867. Oportunisticamente, Rebouças escreve em seu Diário no dia 2 de dezembro, que “tive a idéia de ligar as Docas da Saúde ao Caminho de Ferro D. Pedro II por um túnel pelo Morro do Livramento”. Provavelmente, a recusa inicial frente ao pedido do empresário Jansen fosse uma estratégia, até que Rebouças pudesse, ele mesmo, dar ensejo àquelas obras, afastando outros concorrentes.

Alfândega do Rio de Janeiro, examinou os planos das novas Docas projetadas para as Enseadas da Saúde e da Gambôa, às quais houve por bem conceder a denominação de Docas de D. Pedro II: cumpre que V. Mcê. informe se é exata a notícia e, no caso afirmativo, quem solicitou aquela concessão; ficando desde já prevenido que nem essa, nem outras deliberações semelhantes, *relativamente às obras a seu cargo*, podem produzir efeito sem ordem do Ministério da Fazenda. Deus guarde a V. Excia.¹¹⁹

Rebouças imediatamente tentou pôr panos quentes na situação embaraçosa, respondendo ao Ministro, através de outro ofício, que não havia “absolutamente *concessão*”, e que o fato de se “permitir Sua Majestade Imperial que elas sejam denominadas Docas de D. Pedro II, constitui mais que uma graça”. Afirmou que para a concessão seriam necessários todos os trâmites jurídicos que isso implicaria, e que “nem daria tal passo sem pedir a necessária autorização de V. Excia, que espero me concederá o favor de marcar uma hora, em que possa ouvir-me: darei então a V. Excia. todos os esclarecimentos, que desejar sobre esse incidente”. De fato, na mesma tarde, Rebouças foi à casa de Zacarias, que continuava irredutível frente ao que interpretava como inconstitucionalidade da permissão de que o Imperador pudesse dar denominação fosse às Docas, a “navios” ou a “coisa alguma”, e que “era por essas e outras que só se falava em governo pessoal”. Zacarias chegou mesmo a contrariar Rebouças, que não via motivos para tal alarde, com um apelo ao juízo de seu pai, Antonio Rebouças, ao que André retrucou dizendo que, “apesar do seu proverbial *constitucionalismo*, não achara nada de irregular no fato”. Na conversa com o ministro, na manhã seguinte, este parecer ao engenheiro “mais aplacado”, aceitando inclusive seu pedido de não dar publicidade ao caso, e “deixar passar o fato como uma indiscrição de Gazetilha”.¹²⁰

Ao que tudo indica, Rebouças contornou bem a situação. Prova disso é que, dois meses depois, em conversa com o ministro, este teria ficado “muito satisfeito de saber que a Petição das Docas de D. Pedro II, seria assinada pelo gerente da casa *Estephen Bank*”.¹²¹ Ou seja, a questão da denominação da empresa, aparentemente, havia sido superada. O que não impediu que Rebouças, agindo por precaução ao avisar Zacarias quanto à entrada da petição junto ao Tesouro Nacional, fizesse questão de lhe solicitar que “não mandasse publicar a

¹¹⁹ *Diário*, 29 de outubro de 1867. Grifos no original. No Diário, à margem e escrita com a mesma tinta, a menção “Ciúmes do Ministro Zacarias”. Além deste ofício, Zacarias teria remetido outro, numa formulação semelhante, diretamente à casa dos Rebouças.

¹²⁰ *Diário*, 30 de outubro de 1867.

¹²¹ *Diário*, 8 de dezembro de 1867.

correspondência havida a esse respeito a 29 de outubro”.¹²²

Em dezembro de 1867, sanada a polêmica em torno da denominação da futura empresa, Rebouças redigiu os prospectos da *Cia das Docas D. Pedro II*, e já inspecionava as perfurações nas Docas da Saúde e da Gambôa.¹²³ Entreteve relações com os banqueiros W. F. Jones e Stanley Youle da *Casa Estephen Bank*. A participação destes bancos na empresa das *Docas de D. Pedro II*, na condição de peticionários da concessão, lhes daria um lucro de 20%, de acordo com Rebouças.¹²⁴

Em março de 1868, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou a construção das *Docas de D. Pedro II*, e imediatamente Rebouças foi à Secretaria de Agricultura entregar o ofício com a petição, sendo que a Secretaria ficaria de enviá-lo ao Ministério da Marinha. Visita também Stanley Youle e mostra-lhe a opinião favorável de Charles Neate sobre o projeto. Entretanto, uma má notícia lhe aguardava. Youle teria dito a Rebouças que

a casa de Londres, tendo mal compreendido a empresa, se tinha desgostado de ter ele [isto é, Stanley Youle] entrado nela, mas que esperava que quando tivessem lido com atenção o projeto teriam a mesma confiança que ele; que esperava o seu irmão em breve e que tinha certeza de que ele reconhecendo a localidade, será ao depois [sic] em Londres um dos mais fortes promotores da Companhia das Docas de D. Pedro II¹²⁵

De fato, alguns dias depois, o banqueiro Jones lhe informara que o engenheiro inglês Webb, do caminho de ferro do Paraguai, fora ver na sede do *Stephen Bank*, em Londres, e a seu pedido, os desenhos e documentos sobre as Docas, que ainda se encontravam fechados no caixote que os levara (“com tanta má vontade os recebera o *Stephen Bank*”), e que “gostara muito do traçado da colocação dos Diques de Edwin Clark”, ou seja, os “diques múltiplos” que Rebouças tencionava implantar naquele porto.¹²⁶ Rebouças deu aos associados, os irmãos Youle e Jones, “amplos poderes sobre a transferência de privilégio, não desejando que por mim haja o menor empecilho para a pronta realização da Empresa”.¹²⁷ Em julho de 1868, Youle seguiu para a Inglaterra e ficou na expectativa de que saísse o Decreto da Concessão.

Com a queda do Gabinete Zacarias de Góis e a subida do Gabinete Itaboraí, as duas

¹²² *Diário*, 15 de dezembro de 1867.

¹²³ *Diário*, 3 de dezembro de 1867.

¹²⁴ *Diário*, 3 de dezembro de 1867.

¹²⁵ *Diário*, 5 de março de 1868.

¹²⁶ *Diário*, 10 de março de 1868.

¹²⁷ *Diário*, 3 de julho de 1868.

empresas pelas quais Rebouças se empenhava com mais afincos ganharam nova dimensão, culminando, em outubro de 1869, com a promulgação da Lei Geral das Docas, cujo projeto original era de Rebouças. Entretanto, enquanto a *Companhia Doca da Alfândega* ia a pleno vapor, a concessão da *Companhia Docas D. Pedro II* só seria aprovada pelo Decreto n. 4.492, de 23 de março de 1870. Sobre isso, Rebouças registra em seu *Diário* os percalços pelos quais a empresa teve que passar até se constituir definitivamente.

Foi afinal publicado, mil graças a Deus, o decreto das Docas de D. Pedro II. Esta empresa, concebida em Londres a 2 maio de 1862, estudada sobre o terreno desde 19 de agosto de 1867, requerida com data de 2 de Dezembro de 1867, selada em 13 de dezembro de 1867, só veio obter sua concessão a 23 de março de 1870 vencendo muita oposição, só com as armas da persuasão e nunca com as da peita e do suborno!¹²⁸

Somente no ano seguinte à publicação do Decreto de concessão é que Rebouças pôde finalmente sair à procura de interessados em administrar a futura companhia. Na verdade, percorrendo de Tilbury as ruas da cidade, protagonizava uma “verdadeira caçada de diretores”:

O Comendador Jerônimo José de Mesquita assinou 600 ações e recusa a todos os seus amigos a Presidência da Companhia; indica, à ultima hora, o negociante Antonio José dos Santos, que resiste a todos os meus pedidos, pretextando muito trabalho e sobretudo o não querer sair de sua obscuridade. O comendador Mariano Procópio Ferreira Lage resiste aos pedidos do seu cunhado, o Presidente do Banco do Brasil e meu amigo Dr. José Machado Coelho de Castro, despeitado por não seguir eu umas esdrúxulas idéias, que teve a infelicidade de emitir, este ano, no seu Relatório sobre o C.F. de D. Pedro II.

O Barão de São Francisco Filho deseja entrar na diretoria, mas recusa temendo desagradar ainda mais uma vez o seu sócio em Londres.

Muitos outros recusaram a diretoria, barão da Lagoa, José Antonio Soares, etc.¹²⁹

Afinal, Rebouças “teve de contentar-se” com o “bonachão do Conde da Estrela, que assina sem ler”, com José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, “que se presta sempre”, e com José

¹²⁸ *Diário*, 24 de março de 1870.

¹²⁹ *Diário*, 8 de julho de 1871.

Machado Coelho, primo do presidente do Banco do Brasil. O capital da empresa era da vultosa ordem de 6.000:000\$000, dividido em 30.000 ações de 200\$ cada uma.¹³⁰ De fato, era de se prever que um empreendimento daquela magnitude despertasse temores e desconfianças quanto a sua viabilidade. Tratava-se afinal de um projeto que consistia num cais corrido de 810 metros de extensão, onde seriam enraizados cinco molhes perpendiculares de 480m por 50m de largura, somando 2.960m de cais de atracação, além de armazéns, linhas férreas e outras obras complementares, bem como um suporte para reparação de navios.¹³¹ Segundo Sydney Santos, a idéia de um cais com molhes perpendiculares era inédita no mundo, adotada apenas no porto de Nova York em 1870. Apesar de incompleta, a *Docas D. Pedro II* foi a segunda maior obra portuária realizada no Brasil no século XIX, atrás apenas do cais do Porto de Santos.¹³²

Além do que representava as obras em si, a maior dificuldade era mesmo quanto à própria composição da empresa, pois vários possíveis sócios e diretores estavam envolvidos com outros interesses. Rebouças teria que encarar a concorrência de uma outra empresa, a *Tavares & Cia*, apoiada pelo ministro da Agricultura, Joaquim Antão, e por Ferreira Viana, presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Aliás, a concessão da *Docas D. Pedro II* só fora possível mediante o intermédio do Imperador e de Itaboraí, que ficaram do lado de Rebouças contra o ministro Antão, que intercedera tentando aprovar a concessão à *Tavares & Cia*. Uma vez que esta concessão fora impugnada pelo ministro da fazenda, Antão demitiu-se, sendo substituído por Diogo Velho, em janeiro de 1870. O barão de Cotegipe, ministro da Marinha, também apoiara o ministro Antão, o que ajuda a entender sua indisposição contra Rebouças quando se tornasse ministro da Fazenda do Gabinete Caxias, em 1875, ajudando a inviabilizar a carreira empresarial do engenheiro.

As dificuldades na criação da *Docas D. Pedro II* ilustram bem o drama vivido por Rebouças entre 1870 e 1875. Afinal, entrava em rota de colisão com interesses distintos, desde os que pleiteavam outras empresas e iniciativas particulares – tais como o grupo *Tavares & Cia*, a *Cia Locomotora* de Assis Silveira e Domingos Moitinho, e a *Empresa Metropolitana*, de Mariano

¹³⁰ *Diário*, 8 de julho de 1871.

¹³¹ Tratava-se do sistema inventado pelo engenheiro inglês Edwin Clarke, que consistia num caixão acionado por um mecanismo a vapor que inundava e esvaziava de água a parte interna do caixão. Com inundado e afundado, o navio a ser reparado entrava em cima e, uma vez ativado o mecanismo de esvaziamento do caixão, este submergia, suspendendo todo o conjunto e pondo o navio a seco.

¹³² Pedro C. da Silva TELLES, *História da Engenharia no Brasil*, p. 334. Rebouças tinha consciência da originalidade de seu projeto no Brasil. Afinal, escreve no *Diário* que tivera “prazer de ler no *Mechanic’s Magazine* a descrição, em 21 de agosto de 1871, do projeto das Docas de New-York, que coincide de um modo admirável com o das Docas de D.Pedro II. Graças a Deus, que me concedeu tão esplêndida defesa contra as acusações dos meus colegas que diziam não merecerem o nome de docas o que eu ia construir no litoral da Saúde” (*Diário*, 18 de fevereiro de 1872).

Procópio – até os que defendiam a iniciativa governamental pura e simples, como o ministro Joaquim Antão. Contrariava igualmente certos setores econômicos tradicionais, como os representados pela deputação pernambucana na Assembléia Geral, contrários à Lei Geral das Docas pelo impacto que esta teria na modernização de um serviço que ainda “teimava” em ser feito pelo antigo sistema de saveiros e trapiches, bem como pelo emprego de excessivo número de mão-de-obra escrava.

Entre a obtenção da concessão, em março de 1870, até o início das obras em setembro de 1871, houve um verdadeiro impasse na organização da *Docas D. Pedro II*. Somente em agosto de 1871 reunia-se pela primeira vez sua Diretoria, nomeando Rebouças como seu gerente, com vencimento de 14:000\$000. O passo seguinte era obter a aprovação dos estatutos pelo Conselho de Estado. Mesmo tendo Rebouças apresentado as plantas das obras da empresa a diversos engenheiros e contado com a simpatia de tantos outros, como Bernardo de Souza Franco, que apressara a leitura dos estatutos da empresa junto ao Conselho,¹³³ e até mesmo a princesa Isabel,¹³⁴ o fato é que a companhia ainda teria uma árdua luta pela frente, sobretudo diante de várias tentativas de desprestigiá-la. Cartas anônimas eram remetidas ao Conde de Estrela, presidente da Companhia e de nacionalidade portuguesa, algumas repudiando inclusive sua ligação com Rebouças, preconceituosamente atacado em sua “qualidade de mulato”.¹³⁵ A Câmara Municipal do Rio de Janeiro, afinal, embargou as obras, tentando barrar a própria inauguração, que contou com a presença da princesa Isabel. Sem êxito, expediu mandato de prisão contra os operários que se apresentaram ao trabalho no dia seguinte.¹³⁶ É que a Câmara, na figura influente de Ferreira Viana, apoiava os interesses da *Cia Metropolitana*, que tinha como sócios Mariano Procópio, o barão de Mauá, Bernardo de Freitas (barão da Lagoa), e os engenheiros Honório Bicalho e Antonio Maria Bulhões. O projeto desta empresa era o de um caminho ferroviário ligando a Estação Terminal da *E. F. D. Pedro II* diretamente ao mar, ou seja, construindo para si seus próprios ancoradouros. Evidentemente, tal projeto contrariava tanto as *Docas D. Pedro II* como a *Cia Locomotora*, encarregada de trajeto semelhante. Sobretudo, a *Cia Metropolitana* reivindicava o monopólio do transporte do café. Este era sem dúvida o nó górdio de toda a polêmica. A possibilidade de embarcar café era, segundo afirmava Rebouças algum tempo depois, “o único meio que havia de fazer renda e distribuir dividendos aos

¹³³ *Diário*, 11 de julho de 1871.

¹³⁴ *Diário*, 7 de agosto de 1871.

¹³⁵ *Diário*, 20 de setembro de 1871.

¹³⁶ *Diário*, 15 e 16 de setembro de 1871.

acionistas durante a construção das obras”.¹³⁷

Nos jornais, Rebouças se defendia das acusações de querer “matar” a *Cia Docas da Alfândega*, propondo, ao invés disso, sua fusão com a *Docas de D. Pedro II*. Na verdade, Rebouças considerava as duas empresas “irmãs na origem, concordes nos interesses e destinadas a construir no Rio de Janeiro, o Liverpool transatlântico”, afirmando ainda que, ao contrário do que supunham seus detratores,

[o que] ameaça de morte ambas as companhias é o caminho de ferro aéreo – a Empresa Metropolitana.

Se lograsse construí-la, esta empresa mataria a Companhia da Doca da Alfândega do Rio de Janeiro, tirando-lhe o embarque de café, base indispensável de sua renda; mataria a Companhia Locomotora, privando-a do transporte do café; mataria, enfim, a Companhia das Docas D. Pedro II, construindo subrepticamente entre o trapiche Mauá e o trapiche da Ordem uma nova doca!!...

Por fim, fazia um apelo aos acionistas:

Acaulem-se, pois, os Srs. acionistas; ainda uma vez estudem e reflitam detidamente sobre o assunto; leiam e analisem minuciosamente todos os meus escritos sobre a introdução das docas no Brasil desde 1862 até hoje, e julguem depois onde se acha a lealdade, a franqueza, a retidão e a uniformidade constante de proceder.¹³⁸

Publicizada a contenda e os interesses em jogo, Rebouças tentou de todas as formas encontrar uma saída amigável para o conflito com a Câmara: conversou com o Juiz Municipal, com vereadores, e com o presidente interino da Câmara, que concedeu afinal uma licença para iniciar a construção do cais geral das Docas. Todavia, esta licença seria postergada sob inúmeros pretextos.

Em relação à *Cia Metropolitana*, Rebouças foi ao barão de Mauá, ele próprio acionista desta empresa,¹³⁹ recebendo dele a promessa de que “fa[ria] esforços para conseguir um acordo entre as Docas de D. Pedro II e a Empresa Metropolitana”. Para Rebouças, haveria acordo desde que fossem “abandonadas as idéias de *monopólio de comércio de café* de Mariano Procópio, as quais

¹³⁷ *Diário*, 1º de maio de 1872.

¹³⁸ *Jornal do Comércio*, 25 de novembro de 1871. Reproduzido também no *Diário*, mesma data.

¹³⁹ *Diário*, 25 de setembro a 2 de outubro de 1871.

o barão de Mauá impediu que fossem consignadas na petição ao Governo”.¹⁴⁰ Alguns dias depois, Mauá comunicava-lhe o que os outros acionistas entendiam do acordo: tratava-se, segundo Rebouças, de uma “verdadeira absorção, subsistindo só os erros da Metropolitana”.¹⁴¹

Rebouças também procurou a família imperial para resolver o impasse, e numa conferência com os príncipes Isabel e Conde d’Eu teriam nascido duas idéias: “1º requerer a Companhia das Docas de D. Pedro II pagar ao Governo Imperial as despesas, que fizer, para trazer o caminho de ferro de D. Pedro II às enseadas da Saúde e da Gamboa. 2º enviar a Europa o meu projeto e o do engenheiro Honório Bicalho, para se decidir qual o melhor”.¹⁴² Rebouças chegou mesmo a redigir uma petição diretamente ao Governo Imperial para a construção de um ramal marítimo às expensas da *Companhia*, mas, aparentemente, a proposta não surtiu efeitos, e a polêmica prosseguia, tanto nos jornais como nos pregões da Bolsa.

Mesmo aqueles que apoiaram a *Docas D. Pedro II* anteriormente o fizeram por interesses contrários a ela, pois, “até os acionistas, que só subscreveram ações para vendê-las”, contribuíram para o descrédito da empresa. No bojo de acusações e rivalidades, Coelho de Castro e conde da Estrela demitem o outro diretor, Lima e Silva, “que há muito nos estava atraído com o Mesquita e o Mariano Procópio”.¹⁴³ Substituíram-no por Andrade Figueira. Entre o dia 2 e 5 de outubro de 1871, a *Docas D. Pedro II* sofreu uma enorme desvalorização de seus papéis, e, diante do pânico “promovido por Mariano Procópio, Mesquita e Lima e Silva” quase todos venderam suas ações.

Nada restava senão reerguer a Companhia. Rebouças aplicou suas economias, inclusive o prêmio de 200 contos que recebera dos diretores pela cessão do privilégio e pelos estudos técnicos que executara, re-comprando aquelas ações; lançou, pela Companhia, um *warrant* no valor de 60:000\$000, a ser descontado no Banco do Brasil;¹⁴⁴ buscou novos sócios; conversou com vereadores, expondo a situação dramática da empresa. Neste meio tempo, soube da reunião entre os diretores da *Cia Docas da Alfândega* na casa do ministro da Fazenda, Rio Branco, no dia 11 de novembro, na qual ficou-se decidida sua demissão do cargo de gerente das obras da Alfândega, substituindo-o por ninguém menos do que Borja Castro, “inimigo

¹⁴⁰ *Diário*, 28 de setembro de 1871. Grifo meu.

¹⁴¹ *Diário*, 2 de outubro de 1871.

¹⁴² *Diário*, 3 de outubro de 1871.

¹⁴³ *Diário*, 2 de outubro de 1871.

¹⁴⁴ *Diário*, 11 de novembro de 1871. Em nota a lápis, à margem, Rebouças escreve: “O ‘warrant’ e a ‘clearing house’ não se aclimataram no Rio de Janeiro, a despeito de todos os meus esforços”. A menção é interessante, pois revela um aspecto da concepção de política monetária que depois estaria ausente na reflexão de Rebouças: o aspecto da moeda fiduciária para a organização de empresas. Como veremos, a perspectiva de André estaria mais de acordo com a ortodoxia dominante, que combatia a pluralidade de emissão e o papel-moeda sem lastro, do que com a visão heterodoxa esboçada aqui na crise da Companhia Docas.

rancoroso meu desde a Exposição de Londres”. Nesta reunião, o futuro da *Cia Docas D. Pedro II* fora inclusive aventado, pois, segundo Rebouças,

chegaram a negar [que] a Companhia estava autorizada a financiar recorrendo a sofismar alguns artigos da Lei de 1860. Por cúmulo de infelicidade é oficial de gabinete, ou melhor, o verdadeiro ministro da Fazenda por que o Visconde do Rio Branco mal tem tempo para a política, o malévolos Carlos Pinto de Figueiredo, empreiteiro do Caminho de Ferro de D. Pedro II e portanto súdito do Mariano Procópio.¹⁴⁵

Dias depois ainda insistia sobre a *Companhia Docas D. Pedro II* com o inspetor da Alfândega, Paula Freitas, que “insinuou que era melhor liquidar a Companhia a continuar esta luta”. Rebouças respondeu-lhe “que não; que o Ministério não era eterno; que ainda ficariam as Docas de D. Pedro II na maior prosperidade; que se lembrasse que a Companhia da Dóca da Alfândega estivera para ser dissolvida em outubro de 1870, e hoje goza da maior proteção”.¹⁴⁶

Nada melhor sintetiza sua angústia do que o registro no *Diário*, feito no auge do pânico especulativo descrito acima, interpretando a “história da organização da Companhia das Docas de D. Pedro II” como sendo uma história de “traição”.¹⁴⁷ Contudo, seu calvário ainda não terminara: Mariano Procópio e a inspetoria da *Alfândega* tentavam ainda negar o armazenamento de vinho e o embarque de café e seu “alfandagamento” nos trapiches arrendados pela *D. Pedro II*;¹⁴⁸ Borja Castro, da *Alfândega*, o acusava de inépcia pelo fato de uma ensecadeira, no molhe externo da Doca, ter se rompido,¹⁴⁹ diante do que, astuciosamente, Rebouças advertiu o Conde d’Eu, “prevenindo-o sobre a história da ensecadeira e os embustes do Borja Castro e do Mariano Procópio”, e iniciou uma campanha nos jornais, que se estenderia até o ano seguinte, escrevendo seis artigos no *Jornal do Comércio*, em resposta aos quatro artigos de Borja Castro; a *Cia da Alfândega* por seu turno reduzia os salários dos mestres, particularmente os mais próximos a Rebouças, pagando-lhes “1\$000 por dia, quando até hoje

¹⁴⁵ *Diário*, 11 de novembro de 1871.

¹⁴⁶ *Diário*, 15 de dezembro de 1871.

¹⁴⁷ *Diário*, 4 de outubro de 1871.

¹⁴⁸ *Diário*, 16 de dezembro de 1871.

¹⁴⁹ *Diário*, 18 de novembro de 1871. De acordo com os registros de Rebouças, isso não passara de uma mal arquitetada tentativa de sabotagem: “visitei as obras da Saúde, onde os meus ajudantes Dr. Lobo e Santos contaram-me que o Dr. Borja Castro mandara esgotar com tal precipitação a grande ensecadeira que arrebetara 23 estacas – disseram-me os mestres, sobretudo Agostinho, que ficaram tão escandalizados com este vandalismo que quiseram protestar!!”

tinha dado 70\$000 mensais aos chefes e 50\$000 aos abridores”;¹⁵⁰ por fim, a 8 de janeiro de 1872, morria aquele que havia sido um dos principais protetores de Rebouças, o visconde de Itaboraí, e a prova do quanto sua morte o chocou é o registro de seu *Diário*, que se contentava em que visconde tivesse sido enterrado no “nosso cemitério de S. João Batista, no lado direito da Rua, que vai ter ao túmulo da Família Rebouças. Graças a Deus seremos vizinhos na última morada”.¹⁵¹ Até mesmo suas outras iniciativas empresariais eram alvo de artigos hostis nos jornais, como por exemplo a crítica à *Companhia Florestal Paranaense*, que André creditava a Antonio de Gomes de Matos, da firma *Mayler & Mattos*, em protesto pela “provável desapropriação de sua fundição pela Companhia das Docas D. Pedro II”.¹⁵²

Depois da tempestade, a bonança. Ou ao menos, a esperança dela. Talvez com a expectativa de “dobrar” o ministro Rio Branco, como o fizera com Itaboraí, Rebouças tinha então um “primeiro encontro entre ofensor e ofendido” no dia 5 de maio de 1872. A reunião com o ministro fora precedida de várias idas a Petrópolis e ao Palácio Isabel. Ou seja, Rebouças ia freqüentemente ao Imperador e ao conde d’Eu, e isso talvez tivesse mesmo apressado o andamento das coisas. Rio Branco, após discutir vários assuntos pendentes, como os projetos de Rebouças para a Alfândega do Maranhão e de Pernambuco, finalmente tocou no ponto mais polêmico: prometia uma “breve solução ao recurso da Companhia das Docas D. Pedro II sobre o embarque de café” e, provavelmente pressionado por ambos os lados do conflito, concordava também com a fusão das duas Companhias, além de apoiar a idéia de Rebouças de propor a José Machado Coelho de Castro, presidente do Banco do Brasil, a missão de encabeçar uma comissão responsável por isso, fato que se daria exatamente um mês depois.¹⁵³ Da reunião do dia 5 de maio, sentindo que “não fosse taquigrafada”, Rebouças saiu com a impressão de que “crescera em mim a amizade ao Imperador e ao Conde d’Eu, causas principais da metamorfose do visconde do Rio Branco”.¹⁵⁴

Ao longo daquele mês, Rebouças, conde da Estrela e Machado Coelho conversavam com Rio Branco e propunham, antevendo a fusão das duas companhias, a desapropriação de obras e trapiches, visando um prolongamento das *Docas de D. Pedro* até o Arsenal da Marinha. Aventavam também a encampação das *Docas da Alfândega* às *Docas D. Pedro II* por intermédio

¹⁵⁰ *Diário*, 28 de novembro de 1871.

¹⁵¹ *Diário*, 9 de janeiro de 1872. Além disso, Rebouças homenageou Itaboraí dedicando-lhe seu livro *Garantia de Juros*.

¹⁵² *Diário*, 2 de abril de 1872. O empresário acusava a *Cia Florestal* de pedir autorização para cortar pinho e outras madeiras nas “matas de proprietários particulares, na província do Paraná”, ou seja, fazia a conexão entre as duas companhias, aliás, presididas pelo conde de Estrela e incentivadas por Rebouças. Na resposta, Rebouças rebatia que a Companhia compraria as terras e matas aos particulares.

¹⁵³ *Diário*, 4 de junho de 1872.

¹⁵⁴ *Diário*, 5 de maio de 1872.

do *Banco Industrial e Mercantil*. Coelho de Castro propunha também dar aos acionistas da *Alfândega* ações da *Pedro II*, “em número suficiente a preencher o valor de suas ações e o ágio de 60\$000 que atualmente têm”.¹⁵⁵

De fato, a sensação era a de que o pior já havia passado. Todavia, após aquela conversa relativamente amistosa do início de maio, era preciso mais do que nunca pisar em ovos. Por exemplo, Andrade Figueira era todo melindres por “desejar abrir luta decisiva com o Visconde do Rio Branco”, e por conta disso pediu demissão da Diretoria da *Docas D. Pedro II*, para não prejudicá-la. Apresentou em seu lugar o ex-deputado e “campeão da liberdade de navegação do Amazonas”,¹⁵⁶ o Dr. Aureliano Candido Tavares Bastos, cujos artigos na imprensa eram familiares a Rebouças.¹⁵⁷

Além disso, para que a fusão fosse bem feita, Rebouças decidiu propor o levantamento de suas dificuldades “internas e externas” das docas *D. Pedro II* na Europa, solicitando à sua diretoria uma dispensa nesse sentido.¹⁵⁸ Foi prontamente atendido por Coelho de Castro, marcando com ele a viagem para fins de agosto de 1872, e recebendo cartas de créditos para sua estadia em Lisboa, Paris, Londres e New York. Acredito também que, como aponta José Veríssimo e Maria Alice Resende de Carvalho, o propósito desta viagem fosse o de facilitar a fusão entre as duas companhias, evitando assim o constrangimento de ter que lidar com as mesmas pessoas que haviam concorrido para sua demissão das obras da *Alfândega* recentemente.¹⁵⁹

Rebouças faria esta viagem, portanto, com a missão de “escolh[er] material e pontes de ferro para a *Companhia Docas D. Pedro II*”,¹⁶⁰ e para isso a gerência seria substituída por Ricardo Muniz, administrador geral dos trapiches alugados pela Companhia. No entanto, tal cargo já estava sendo pleiteado por um dos diretores da Companhia, interessado em concedê-lo a um protegido seu, fato que acarretou mais um foco de desacordo numa história empresarial já deveras complicada. O diretor era ninguém menos do que Tavares Bastos.

A parceria entre Rebouças e Tavares Bastos no campo dos melhoramentos materiais e na construção de uma perspectiva de modernização, seria um fato digno de nota, se por acaso ela sobrevivesse à ausência de Rebouças, em viagem entre 1872 e 73, e à morte precoce de Tavares Bastos em 1875. No entanto, um prenúncio do que poderia ter sido tal parceria surgiu logo

¹⁵⁵ *Diário*, 24 de maio de 1872.

¹⁵⁶ *Diário*, 24 de maio de 1872.

¹⁵⁷ Rebouças lêra *O Vale do Amazonas* recentemente, em agosto de 1871. (*Diário*, 15 de agosto de 1871).

¹⁵⁸ *Diário*, 12 de agosto de 1872.

¹⁵⁹ Ignácio José VERÍSSIMO, *Op. Cit.*, p. 87; Maria A. REZENDE DE CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 115.

¹⁶⁰ *Diário*, 12 de agosto de 1872.

após Tavares Bastos ter assumido o lugar de Andrade Figueira na diretoria da *Docas D. Pedro II*: tratava-se de uma proposta encabeçada por Bastos a Rebouças para organizarem, juntamente com Benedito Ottoni, uma companhia para a conclusão da *E. F. D. Pedro II*. Entretanto tal companhia jamais viria à lume.¹⁶¹

No entanto, a parceria Rebouças / Tavares Bastos, longe de representar um caminho rumo à modernização, significou um curto-circuito que reiterou a lógica clientelista. Tavares Bastos tinha, segundo Rebouças, um “protegido – o negociante falido Bernardo de Araújo, cuja liquidação está fazendo como advogado, e que deseja encartar como Gerente da Companhia”.¹⁶² Havia para tanto uma articulação entre Bastos e Andrade Figueira, que Rebouças ficara sabendo através do Diretor José Machado Coelho de Castro. A resposta de Rebouças foi taxativa: “disse-lhe [a José Machado] que tal idéia importaria a minha retirada da Companhia. Ficou de não pensar mais em tal!”¹⁶³ A estratégia seria esvaziar os planos da dupla Bastos / Figueira, intercambiando os respectivos postos: nomear-se-ia José Ricardo Muniz, administrador geral dos trapiches, como gerente interino, e em seu lugar indicar-se-ia o escolhido de Tavares Bastos, Bernardo d’Araújo.

Entretanto, quase às vésperas da partida de Rebouças, a escolha do interino gerente da Companhia dava lugar a um novo impasse:

Os diretores não puderam chegar a acordo na nomeação do gerente; o conde da Estrela sustenta a candidatura de José Ricardo Muniz comigo; o Dr. Tavares Bastos a do Bernardo Araújo; o José Machado Coelho deseja satisfazer a vontade do conde da Estrela, não se declarando por temer o Dr. Tavares Bastos, e incitando comigo para que o convença de que é a vontade do conde da Estrela, possuidor de 4.000 ações, quem deve predominar.¹⁶⁴

Como Tavares Bastos faltara à sessão da Diretoria marcada para o dia 22 de agosto, um dia antes da partida de Rebouças para a Europa, não foi possível a nomeação de José Ricardo Muniz, ficando a questão em aberto. Foi assim, dirigida contra Tavares Bastos,¹⁶⁵ que

¹⁶¹ Benedito Ottoni era irmão de Cristiano Ottoni, o único presidente da *E.F.D. Pedro II* de 1855 a 1865, período em que esta fora uma Companhia particular.

¹⁶² *Diário*, 9 de agosto de 1872.

¹⁶³ *Diário*, 9 de agosto de 1872.

¹⁶⁴ *Diário*, 17 de agosto de 1872.

¹⁶⁵ Tavares Bastos teve contudo a iniciativa de propor à Diretoria, que o aceitou, o vencimento de 6:000\$000 anuais a Rebouças durante a viagem. Temendo um provável embaraço que tal situação poderia lhe provocar, Rebouças declinou da proposta, dizendo que faria a viagem às suas custas, e que esse dinheiro seria pago ao seu procurador no Rio de Janeiro para servir à manutenção da família.

Rebouças registrou: “Ah! Afilhadagem e patronato, que tudo desgraçam no Brasil! Só me falta mais este desgosto nas Docas D. Pedro II”.¹⁶⁶

A viagem de Rebouças à Europa e aos Estados Unidos, além dos objetivos mencionados à diretoria das *Docas D. Pedro II*, visava também escapar de situações adversas como as narradas acima, além de dar tempo ao tempo, permitindo que as complexas negociações em torno da fusão de duas importantes companhias portuárias transcorressem tranquilamente. No entanto, como veremos, passados onze meses, tudo continuaria como dantes no quartel de Abrantes.

¹⁶⁶ *Diário*, 9 de agosto de 1872.

Capítulo V

Rumo à Economia Política

5.1. Um certo olhar estrangeiro

Na manhã de 23 de fevereiro de 1871, Rebouças despedia-se do maestro Carlos Gomes, que conhecera pessoalmente há um ano, mas com quem muito se identificara, sobretudo em desventuras. Seria uma amizade para o resto de suas vidas. O registro feito em seu *Diário* relata alguns dos padecimentos que o compositor tivera em sua jornada por reconhecimento na Corte, num tom de desabafo que tinha a ver com seu próprio infortúnio profissional:

Oh! Brasileiros!...

[Carlos Gomes] passou no Rio de Janeiro vida modesta de estudante; no quarto emprestado pelo Júlio de Freitas; economizando até no vestir! O Imperador perdoou-lhe uma dívida de 5:000\$000. Com os recursos do seu benefício pagou outras dívidas; sem as libras de seu irmão teria de ser condenado a vegetar nesta terra de Botocudos e Aimorés, sem generosidade, nem nobreza, só capazes de calúnia e de inveja!...¹

Meses antes, Rebouças auxiliara o maestro em suas dificuldades no Rio de Janeiro, tornando-se intermediário entre ele e o ministro João Alfredo, da pasta do Império no Gabinete São Vicente, de quem Carlos Gomes esperava uma “pensão” quando retornasse à Europa.² Na verdade, tratava-se de uma segunda pensão, visando sua manutenção, já que em

¹ *Diário*, 23 de fevereiro de 1871.

² Aliás, o encontro entre Rebouças e Carlos Gomes é mais um episódio que revela o quanto o primeiro, apesar de deplorar o clientelismo, valeu-se dele em alguns momentos. No caso, em favor do maestro. Rebouças apreciava a obra de Gomes, chamando-o de “Mayerbeer brasileiro”. Na terceira vez em que assistiu a *O Guarani*, no Teatro Lírico Provisório, fora apresentado ao maestro através do pianista Aquiles Arnaud, em dezembro de 1870. Arnaud procurara Rebouças com o intuito de que este intermediasse o maestro em sua dificuldade momentânea de voltar à Itália e cumprir o contrato que tinha com o editor Francesco Lucca, de Milão. Rebouças empenhou seu prestígio como forma de arranjar uma pensão ou auxílio ao maestro em alguma repartição pública. Isto é, atuou como protetor de Carlos Gomes. Recorreram juntos ao ministro do Império, João Alfredo, e depois ao próprio Imperador, que lhe prometeu “fazer representar o “Guarani” em Lisboa” (*Diário*, 11 e 13 de dezembro de 1870), mediante uma carta de apresentação ao Rei de Portugal. O ministro João Alfredo teria se comprometido em “empregar todos os esforços para achar verba pela qual pudesse dar uma pensão de 1.000 francos por mês ao Maestro Carlos Gomes” (*Diário*, 14 de dezembro de 1870) e, durante um jantar na casa de João Alfredo, André agradeceu em seu próprio nome “ao ilustre Mecenas que a boa estrela de Carlos Gomes lhe tinha deparado” (*Diário*, 14 de dezembro de 1870). No entanto, passado algum tempo, mais precisamente em fevereiro de 1871, estando Rebouças sofrendo seu “calvário” público e exposto à ferozes críticas na imprensa, seu poder de influência nada valeu para conseguir uma verdadeira pensão ao maestro, que partiu para a Itália graças à ajuda de seu irmão, José Pedro, mestre de música e rabequista de Campinas. Do Imperador só levaria a carta de recomendação ao Rei de Portugal, e o perdão de uma dívida de 5:000\$000. Também na Europa, em 1873, Rebouças intercederia em favor de Carlos Gomes, solicitando ao barão de Porto Seguro e ao barão de Javari, cônsules brasileiros em Viena, “pedindo-lhes para empregarem a sua influência para que “O Guarani” e a “Fosca” [fossem] representados durante a exposição de Viena” (*Diário*, 20 de fevereiro de 1873). No entanto, Carlos Gomes não conseguira apresentar-se na Exposição Universal de Viena de 1873, e Rebouças registrava em *Diário* sua repulsa à “diplomacia brasileira! Suvina, egoísta, parasita e inútil” (*Diário*, 2 de março de 1873).

1863 recebera um primeiro auxílio³ de D. Pedro II para aprimorar seus estudos na Alemanha, auxílio esse que, sob a intervenção da imperatriz Teresa Cristina, filha do ex-rei de Nápoles Francisco II, foi concedido sob a condição do maestro fixar-se em Milão.⁴ Em 1871, a promessa de João Alfredo não foi cumprida, e Carlos Gomes partiu para a Itália custeado por sua família. No ano seguinte seria a vez de Rebouças partir para a Europa, atormentado pela crise da *Companhia Docas D. Pedro II*.

Não era mera coincidência que Carlos Gomes pudesse ter trilhado sua carreira tanto na Alemanha, como inicialmente fora cogitado, como na Itália escolhida em função do auxílio fornecido por interferência da imperatriz brasileira. Estes dois países podiam oferecer talvez as melhores condições de estudos e inserção artístico-profissional, e isso se devia paradoxalmente à situação de “atraso” em que se encontravam no que dizia respeito à formação de um Estado nacional centralizado. Tais países sentiram mais intensamente o drama da “questão nacional” no século XIX, uma vez que herdavam do Antigo Regime uma estrutura política fragmentada em incontáveis pequenas cortes as quais, como item essencial de seu prestígio, mantinham suas orquestras permanentes e remuneradas, resultando numa dispersão e diversidade de centros de formação e aprimoramento. Era essa multiplicidade, bem como a “extraordinária produtividade da música de corte” que fazia, na perspectiva de Norbert Elias, a diferença entre a paisagem musical de países como Alemanha e Itália frente aos que desde o século XVII tiveram mais sucesso em centralizar sua estrutura de poder, como França e Inglaterra, com seus lugares de consagração artística concentrados em suas capitais.⁵

Assim, enquanto Carlos Gomes cumpria um percurso tradicional aos artistas, não apenas brasileiros mas de outras nacionalidades do Velho Mundo, que incluía o acesso ao mecenato e uma peregrinação aos lugares de formação, aperfeiçoamento e/ou consagração artística que remontavam ao século XVIII,⁶ Rebouças partia inicialmente para a Europa e depois aos

³ Carlos Gomes, aos 27 anos, recebeu uma pensão de 1:800\$000 e foi à Europa não na qualidade de “aluno regular” de música – uma vez que sua educação musical havia sido feita no Brasil, bem como sua idade impediu-o de se matricular no Conservatório de Milão –, mas como “compositor em aperfeiçoamento”, tendo aulas particulares com Lauro Rossi. (Marcus GÓES, “Carlos Gomes – um pioneiro (quase) esquecido”, *mimeo*, disponível na internet em <www.amazonasopera.com/Brasil/gomes/cgomes16.html>).

⁴ Gaspare Nello VETRO, *Antonio Carlos Gomes*, Milano: Nuove Edizioni, s/d, p. 15.

⁵ Norbert ELIAS, *Mozart, sociologia de um gênio*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, pp. 29-30.

⁶ Wilma P. COSTA, “Viagens e Peregrinações”..., p. 61. Segundo a autora, ao lado das “peregrinações”, tradicionais desde o século XVIII, ao final deste século e início do XIX surgiria um fenômeno novo: as “viagens”, as quais eram concebidas não apenas como “estratégias de auto-conhecimento, mas também de conhecimento objetivo e científico do mundo, a partir das duas grandes correntes que alimentam de forma combinada e contraditória o século XIX, o Romantismo e o espírito científico. A diferença essencial entre esses dois tipos de deslocamento não está no objeto, nem no destino, mas no impulso que os move. Aquele que peregrina conhece seu trajeto e sabe onde vai chegar. Outros já o fizeram antes dele e seus relatos, lidos ou ouvidos, preparam antecipadamente a experiência mística a ser desfrutada pelo corpo dos fiéis. A viagem, ao contrário, caracteriza-se precisamente pelo novo, pela exploração, pela descoberta, pela possibilidade de suscitar novas experiências e percepções, seja no plano individual, interno, seja no campo da exploração de lugares ou paisagens desconhecidas. Em ambos os casos, o *depaysment*, ruptura ainda que temporária com as origens, tem o poder de ampliar o conhecimento, de aprimorar o espírito ou de revelar os segredos do mundo”. (*idem*, p. 62).

Estados Unidos munido de outras expectativas: embora sua rota fosse já conhecida dos engenheiros brasileiros – tendo sido trilhada por ele mesmo em 1861, em seu aprimoramento de estudos de uma disciplina nascente, a Engenharia Civil, com seu relato minucioso dos portos, estradas de ferro, pontes e construções que simbolizavam a própria *civilização* do Velho Mundo –, ela também assinalava um impulso para a descoberta, a “atração pelos novos sistemas de organização social e política”,⁷ o que sem dúvida recobria de aspectos toquevilleanos a viagem de Rebouças aos Estados Unidos.⁸ Falarei disso adiante.

Todavia, independentemente do impulso mobilizado no deslocamento, e na esteira da crise que Rebouças vivenciava, isto é, as dificuldades crescentes em relação a suas iniciativas e empresas e a constante tensão de seu desconforto relacional, a amizade com Carlos Gomes reforçaria, num outro registro, a sensação de estrangeiro. No entanto, em lugar da auto-imagem de “paria” e deserddado da fortuna que seu *Diário* registrava em 1871,⁹ Rebouças expressaria uma outra *persona* em seu retorno dos Estados Unidos. E na configuração desta nova auto-imagem, sua estadia em Milão fora, a meu ver, um momento ímpar: *Salvator Rosa*, a terceira ópera escrita por Carlos Gomes na Itália, e dedicada a André Rebouças, seria emblemática do cruzamento desses velhos e novos destinos.

Rebouças reencontrou-se com Carlos Gomes em Gênova, em dezembro de 1872,¹⁰ e novamente em Milão, entre fevereiro e abril de 1873, ocasião em que batizou o filho do compositor, Carlos André, sendo provável que tenha também influenciado o maestro na escolha do libreto de *Salvator Rosa*, pois ambos o encomendaram a Antonio Ghislanzoni,¹¹ um dos libretistas mais famosos da Itália. O gosto de Rebouças pela ópera de Meyerbeer e por romances históricos – presenteara Carlos Gomes com uma coleção de Walter Scott em italiano –, e o fato do compositor ter se queixado da “grande dificuldade em obter bons libretos”, uma vez que “o poeta d’Ormeville, libretista do ‘Guarani’, acha[va]-se no Egito [e] Ghislanzoni [era] muito preguiçoso [, sendo] necessário que se lhe d[esse] já o enredo preparado”,¹² permitiram ao engenheiro partilhar do “frenesi” em que se achava o maestro “por falta de um libreto”,

⁷ *Idem*, p. 62.

⁸ Aqui, refiro-me menos ao autor do que, digamos, ao tipo de preocupação que o norteou, qual seja, entender a realidade norte-americana como um paradigma a ser seguido. Como pretendo demonstrar, a referência de Rebouças estava mais próxima de Chevalier e seu saint-simonismo do que de Tocqueville, o qual só seria lido por Rebouças, segundo consta em seu *Diário*, em 1874. Além disso, Rebouças tinha seus olhos voltados preferencialmente para os melhoramentos materiais e menos para as instituições políticas.

⁹ Isto é, na noite de 12 de novembro de 1871, descrita por mim no Capítulo III, item 3.1.

¹⁰ Ocasião em que conversaram “sobre a possibilidade de fazer-se um libreto para uma Opera de grande efeito” (*Diário*, 25 de dezembro de 1872).

¹¹ *Diário*, 12 de março de 1873. Sobre Ghislanzoni, ver, dentre outros, Gaspare NELLO VETRO, *Antonio Carlos Gomes*, Milano: Nuove Edizioni, s/d., p. 65. Ghislanzoni era poeta, romancista, crítico e jornalista, autor de inúmeros libretos, dentre eles *Fosca*, de Carlos Gomes (1873), e de *Aida* de Giuseppe Verdi (1871).

¹² *Diário*, 25 de fevereiro de 1873.

motivo pelo qual foram ao “editor Treves comprar uma coleção de romances afim de se escolher um assunto de libreto”.¹³ Escolheram *Le pecheur de Naples*, datado de 1856, escrito por Eugène de Mirecourt.

É provável que esta escolha tenha sido influenciada pelo próprio Rebouças. Afinal, recordando-se do príncipe Conde d’Eu, com quem partilhara do convívio e, talvez, do próprio gosto artístico, o fato é que a peça escolhida era mais uma versão da rebelião napolitana de 1647 que Rebouças ouvira, na interpretação ao piano pela princesa Isabel e pela esposa de Alfredo Taunay, de *La Muete de Portici*, de Auber, num dos saraus promovidos pelos príncipes Isabel e Conde d’Eu no verão de 1867.¹⁴

Se a ópera assumia já um lugar consagrado na representação da cultura e da civilização no século XIX, garantindo a seus freqüentadores o reconhecimento público do bom gosto, refinamento e, sem dúvida, *status* social,¹⁵ tal consagração assumia em países como a Itália, além disso tudo um inegável aspecto político, de que é característico o empenho de compositores como Auber e Verdi em aperfeiçoar ao máximo aquilo que Charles Rosen descreve como “chauvinismo como estilo musical”,¹⁶ isto é, o estilo musical criado a partir da própria Revolução Francesa, tendo a *Marseillaise* servido como modelo subjacente a diversas composições operísticas. A ópera no século XIX – à diferença do estilo aristocrático dos séculos anteriores, com seus enredos aprisionados pelas intrigas da corte, casamentos dinásticos e mitologia clássica –, era “política por natureza”, assumindo uma “forma popular que expressava os ideais políticos do republicanismo e patriotismo”, e representando o “novo gosto musical da classe média”.¹⁷ Por outro lado, a “inocência” de seus enredos – quase sempre transmitindo uma mensagem política “simplista” e maniqueísta, na qual heróis e heroínas eram raramente vistos como atados às suas respectivas classes, mas caracterizados como indivíduos idealizados, protagonistas de “triângulos amorosos” que os tornavam seres divididos entre a “corrupção imoral da aristocracia” e a “rigidez doutrinária da secreta cobiça dos líderes do proletariado”,¹⁸ – vinha a par com a banalidade e simplicidade de suas melodias. Afinal, o “banal”, sendo aquilo que nos é “demasiadamente familiar”, era exatamente o que

¹³ *Diário*, 4 de março de 1873. Após terem comprado diversos romances, André relata que passaram a noite na casa do maestro, “ouvindo Adelina tocar ao piano os trechos prediletos da ‘Fosca’, e discutindo assuntos de libretos. O Gomes distribuiu os romances, comprados na casa Treves, pelas pessoas da família, para que lessem e lhe resumissem depois o assunto. É indescritível o frenesi em que se acha por falta de um libreto” (*Idem*).

¹⁴ *Diário*, 14 de janeiro de 1867. A citação completa deste registro se encontra no Capítulo III, item 3.4.

¹⁵ Geraldo Mártires COELHO, “O Guarany, o Teatro de São Carlos e a Lisboa de 1880” (mimeo) disponível na internet em <www.amazonasopera.com.Brasil/gomes/cgomes9.html>.

¹⁶ Charles ROSEN, “Ópera Romântica: Política, Lixo e Grande Arte”, in *A Geração Romântica*, São Paulo: Edusp, 2000, p. 793.

¹⁷ *Idem*, p. 791.

¹⁸ *Idem*, p. 792.

buscavam os compositores que escreviam para o grande público burguês de seu tempo, particularmente aqueles sensíveis à “questão nacional” de seus países, como a Itália de Verdi, desejosa de inventar novas tradições em seu processo de unificação nacional:

O sucesso inicial de uma ópera requeria, no mínimo, uma melodia original que parecesse longamente familiar já na primeira audição, e que pudesse ser assobiada pela platéia ao deixar o teatro. Ambos, Donizetti e Verdi, necessitaram de tais melodias, ao mesmo tempo originais e subitamente banais, a fim de que suas estruturas dramáticas tivessem efeito: nem o sexteto de *Lucia di Lammermoor*, nem tampouco ‘La donna è mobile’, de *Rigoletto*, apenas para citar dois exemplos, teriam a eficácia desejada, se não soassem imediatamente como se já os conhecêssemos por toda a vida.¹⁹

O argumento de *Salvator Rosa* enquadrava-se perfeitamente nesta estrutura dramática que adornava de maniqueísmo e romantismo um evento político da maior importância: combinava a rebeldia dos pescadores napolitanos contra o peso dos tributos impostos pelo vice-rei, o duque d’Arcos, representante de Felipe IV da Espanha, com o fictício triângulo amoroso vivido entre Salvator Rosa – um personagem histórico, poeta, pintor, músico e amigo do líder popular Masaniello –, Izabel – filha do próprio vice-rei – e Fernández, comandante das tropas espanholas em Nápoles. Na ópera, o duque prendera os líderes da revolta, Salvator e Masaniello, ordenando o assassinato deste último. Sua filha, ao descobrir a verdade, tenta proteger seu amado Salvator Rosa, dispondo-se inclusive a desposar Fernández, condição dada por seu pai em troca da vida de Salvator. Este, sem saber que o preço de sua liberdade fora o casamento de Izabel com Fernández, a acusa de traição e, para provar-lhe seu amor, Izabela se apunhala, morrendo nos braços de um aterrorizado e arrependido Salvator.²⁰

Por seu turno, Carlos Gomes foi, depois de Verdi, o compositor de óperas italianas mais representado no *Teatro alla Scala*, de Milão, entre os anos 1870 e 1879, isto é, na década da unificação italiana.²¹ Era, portanto, na condição do consagrado autor de *Il Guarany* que Gomes

¹⁹ *Idem*, p. 795. Continua o autor, a respeito da “descoberta” de Verdi, na noite de estréia de *Rigoletto*, sua primeira obra-prima: “Mal tinha terminado o primeiro verso quando despontou um grande choro de cada parte do teatro e o tenor esqueceu a deixa para iniciar o segundo verso. Verdi deve ter percebido que a melodia sempre existira: ele queria espantar a imaginação como fato banal de que ele o havia pos si só redescoberto. É claro, Verdi trabalhou duro para ‘redescobrir’ uma melodia que já existia desde a eternidade. Ele sabia muito bem o que havia alcançado quando manteve a melodia em segredo – mesmo ao tenor foi negada a possibilidade de vê-la antes do ensaio dos figurinos”. (*Idem*, p. 795).

²⁰ Antonio GHISLANZONI, *Salvator Rosa* – drama lyrico em 4 actos. Musica de Carlos Gomes. (Tradução de S. Boccanera Júnior) Bahia: Imprensa Econômica, 1893. Agradeço imensamente as contribuições de João Bosco Assis De Luca, que me forneceu uma tradução em português de difícil acesso deste libreto.

²¹ O sucesso de Carlos Gomes, inclusive, pode ter sido favorecido pela crise em que se encontrava o melodrama italiano, atestado pela “decadência” de Verdi, que, apesar do “extraordinário sucesso universal das suas óperas, não se renovava e que por isso mesmo já

apresentava, em 1874, no *Teatro Carlo Felice* de Gênova, sua terceira ópera, *Salvator Rosa*, que obteria o mesmo sucesso que a primeira. Certamente, pesou para seu sucesso a escolha bem sucedida de um tema político dos mais importantes, o da “libertação nacional”, ainda mais em se tratando, como no caso do argumento em questão, de uma das primeiras sublevações de caráter anti-dinástica ocorrida em meados do século XVII. A revolta napolitana liderada pelo pescador ou peixeiro Masaniello contra a dominação espanhola era recuperada no século XIX, no esforço por se criar uma moderna tradição nacional.²²

Os conflitos entre os reinos itálicos e os diversos impérios multiculturais que ocuparam a península, percorrendo um amplo arco temporal que vai da decadência do Império Romano ao século XIX, serviram de influência para inúmeras obras. Mas dentre os vários episódios históricos, talvez nenhum outro tenha tido a mesma fortuna crítica que a revolução napolitana de 1647 contra os habsburgos espanhóis. No campo musical, as óperas escritas por Carafa, *Masaniello ou Le Pêcheur Napolitain*, estreada em Paris em 1827, e *La Muette de Portici*, de Auber, estreada em Paris em 1828, constituem bons exemplos. Esta recorrência foi fruto da própria importância do evento: a revolução napolitana de 1647 teve ressonância na Europa durante as décadas de 1650 e seguintes, assim como desde cedo foi “teatralizada”.²³ Seu líder popular, Masaniello, participou apenas dos dez primeiros dias, sendo assassinado em seguida. No entanto, a revolta durou ainda nove meses, nos quais o conflito entre as tendências monarquistas ou reformistas-monárquicas e um embrionário movimento pró-independência e republicano anteciparam sua ruína. Alguns anos após a emergência da rebelião surgiram interpretações tendentes seja a mitificar, seja a depreciar a figura popular de Masaniello. No primeiro caso, são exemplares as traduções inglesas dos relatos napolitanos no contexto da curta experiência republicana inglesa, bem como as medalhas cunhadas na Holanda, que como Nápoles também estava sob o jugo espanhol, e que traziam, de um lado, a efigie de Masaniello e de outro, a imagem de Oliver Cromwell. Já em relação à visão depreciativa tanto da revolta como de Masaniello, teria surgido, desde os contemporâneos, uma tradição em caracterizar o evento como pitoresco ou produto de um protesto estéril, resultando disto a desqualificação e

não era o prolífico produtor de duas ou três óperas por ano [e pelo fato de que] o melodrama italiano não tinha mais nenhum compositor qualificado para o pesadíssimo encargo de dar prosseguimento e desenvolvimento à forma de arte mais popular na Itália dos tempos seguintes ao ‘Risorgimento’”. Representava uma novidade sua condição de estrangeiro, vindo de uma “obscura província do Império do Brasil”, e o fato de ter “absorvido com a máxima transparência todos os tipos de música que se fazia por aquelas regiões, comp[ondo] de modo totalmente novo para os ouvidos italianos”. (Marcus GÓES, *Op. Cit.*).

²² Como afirma Eric Hobsbawm: “Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal. Muitas vezes, ela se torna o próprio símbolo de conflito”. Eric HOBSBAWM e Terence RANGER, *A Invenção da tradição*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 21 e ss.

²³ Rosário VILLARI, “Masaniello: contemporary and recent interpretations”. In *Past and Present*, 108, agosto 1985, p. 128.

despolitização de uma revolta que teria tido continuadores não só na Holanda, como na Catalunha e em Portugal,²⁴ regiões que tinham em comum, à época, o estarem subordinadas ao Império Espanhol, e, com suas insurreições, contribuírem para sua lenta decadência.²⁵

Assim, em 1873, numa Itália recém-unificada pela casa do Piemonte, Carlos Gomes voltava a 1647, retratando uma rebelião popular napolitana contra o jugo espanhol. Ao mesmo tempo, o enredo apresentava uma variante das intrigas palacianas típicas da ópera aristocrática, situando a trama não na personagem popular de Masaniello ou na revolta propriamente dita, mas num fictício drama vivido por um artista, Salvator Rosa, dividido entre a lealdade proto-nacionalista e o amor à filha de um interventor estrangeiro, o que lhe asseguraria um lugar na aristocracia da corte.

A ambigüidade desta personagem sugeriu-me tomá-la por analogia à trajetória de André Rebouças. Personagem ambígua, dividida entre o mundo de Masaniello que repudia o “déspota estrangeiro que infesta nosso solo”²⁶ e as relações travadas nesta mesma corte, e que após o suicídio de sua amada condena-se a viver um “deserto árido”, Salvator Rosa apresenta ao Duque d’Arcos, pessoalmente, as reivindicações populares:

Salvator – Perdoai! ... defendo os direitos de um povo que sofre... com franqueza vos digo – que seria vil calá-lo [a Masaniello]... quando se eleva a Deus o clamor dos oprimidos, o meu posto é entre estes e os opressores. (Com altivez) Duque! Eu sou filho do povo!...

Duque – (Levantando-se) É muita audácia!... (reprimindo-se). Não Importa!... praz-me usar de clemência com um homem de gênio... Que quer o povo?...

Salvator – Restabeçam-se os estatutos de Carlos 5º - cessem os horríveis tributos...

Duque – Hei de descer a pactuar com rebeldes?

(Ouvem-se ao longe gritos do povo)

Salvator – Volvei os olhos para ali, ó Duque – amanhã, talvez, será tarde!

²⁴ *Idem*. O argumento de Rosário Villari é uma resposta à interpretação distinta a sua feita por Peter BURKE, “The Virgin of the Carmine and the Revolt of Masaniello”. In *Past and Present*, 99, maio 1983, pp. 3-21.

²⁵ Segundo Fernando Novais, a segunda metade do século XVII foi o momento em que se cristalizou e se definiu a situação de concorrência colonial entre as novas potências europeias, repercutindo nas possibilidades de manutenção ou declínio dos domínios ultramarinos de Portugal e Espanha. Estes sobreviveriam justamente em função do instável equilíbrio que as alianças dinásticas asseguravam, embora sofressem com a perda de hegemonia frente às novas potências, França e Inglaterra. No momento em que estas se organizam internamente como monarquias unitárias e entram na competição na Europa e no ultramar com o Império espanhol, colocam em xeque sua hegemonia: a desagregação interna representada pela restauração portuguesa em 1640, a guerra na Catalunha, a rebelião de Nápoles e a conjuração da Andaluzia representam sua “rota da decadência”. (Fernando A. NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1995, pp. 17 e ss.

²⁶ Antonio GHISLANZONI, *Op. Cit.*, p.8.

Duque – Tremam os loucos.²⁷

O intelectual Rebouças, igualmente “homem de gênio” situado em redes sociais que simultaneamente lhe projetam e lhe bloqueiam, lhe favorecem e lhe imobilizam, buscará saídas: ou o “deserto árido” da auto-imagem de paria do início da década de 1870 e seu espectro da derrota, ou um novo horizonte geográfico e político, a “terra prometida” da América do Norte, cujos patriarcas teriam, segundo Rebouças, repudiado “terminantemente a maquiavélica política da velha Europa: a espionagem diplomática, as intrigas internacionais, as intervenções com força armada, as ocupações, as guerras e todas as misérias, com as quais as oligarquias e o feudalismo têm acabrunhado os povos”.²⁸ Em suma, Rebouças explorará a “Economia Política” em seu retorno ao Brasil, e ao longo da década tecerá infundáveis críticas tanto ao “espírito de rotina” como ao “militarismo”, duas manifestações que tornariam o País, a seu ver, palco dos mesmos “erros” da “misérrima Europa” do mercantilismo, dos monopólios e do militarismo, como aqueles representados pelos habsburgos espanhóis em solo napolitano, cujo enredo *Salvator Rosa* trazia como pano de fundo.

5.2. A Viagem à Europa, aos Estados Unidos e seu retorno ao Brasil

Na Europa entre setembro de 1872 e maio de 1873, Rebouças percorrera inúmeras cidades num ritmo frenético:²⁹ apesar de ter-se demorado um pouco mais na Itália, em companhia de Carlos Gomes, em geral suas estadias reduziam-se a duas ou mais semanas em cada cidade, visitando fábricas, conhecendo métodos de construção civil, pesquisando materiais para abastecimento d’água, estradas de ferro e principalmente docas. Como as de Marselha, cujo engenheiro Louis Barret, a quem Rebouças julgava seu “mestre e amigo”, admitia a superioridade do “sistema americano” de construção portuária, dizendo a André que “se não se tivesse gasto centenas de milhões em Liverpool, em Londres e Marselha, dever-se-ia demolir todas as suas docas, e reconstruí-las no sistema americano”.³⁰

Ainda encontrava tempo para manter uma correspondência regular com administradores e engenheiros brasileiros, tentando resolver à distância as pendências que deixara no Brasil. Além

²⁷ *Idem*, p.10.

²⁸ André REBOUÇAS, “Bom Patriotismo e Mau Patriotismo”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 54, março de 1875.

²⁹ Nestes nove meses Rebouças percorreu inúmeras cidades, e dentre as mais importantes estão Coimbra, Cintra, Madri, Bayonne, Lourdes, Arles, Marselha, Toulon, Gênova, Turim, Florença, Nápoles, Milão, Veneza, Gratz, Viena, Genebra, Munique, Paris e Londres, de onde embarcou para os Estados Unidos, onde ficou menos de dois meses, junho e julho de 1873.

³⁰ *Diário*, 16 de novembro de 1872.

disso, a visita a ministros e funcionários brasileiros destacados em missões diplomáticas na Europa tinha também sua importância, como forma de garantir as posições conquistadas à frente dos seus empreendimentos. Assim era, por exemplo, sua correspondência com Mauá, tratando do “Caminho de Ferro Antonina-Curitiba [e da] expedição Palm”,³¹ com Diogo Velho, sobre o caminho de Ferro da Paraíba do Norte; com o “engenheiro Wurffbamm, que está em Buenos Aires, procurando introduzir no mercado as madeiras do Paraná”.³² Na França, fez questão de aguardar na estação d’Orleans, junto com “a principal parte da colônia brasileira, residente em Paris”, o desembarque do conde d’Eu e da princesa Isabel, recém-chegados do Brasil em viagem de saúde.³³ Além das *Docas D. Pedro II* e da *Alfândega*, cujas complexas negociações em torno de sua fusão foram justamente as razões de sua ida ao estrangeiro, a *Companhia Florestal Paranaense* era outra de suas preocupações na Europa, fazendo com que colecionasse “estudos sobre locomotivas, silvicultura, fabricação de papel, que Deus me concederá introduzir no Paraná em conexão com a Cia. Florestal”.³⁴ Aliás, em diversos momentos Rebouças expressava anseios de que pudesse aplicar naquela província os melhoramentos materiais que observava e sistematicamente registrava.

Sua jornada tinha alguns pontos de parada obrigatórios, sendo um deles Viena, onde reuniu-se com a comissão brasileira encarregada de preparar a seção brasileira da Exposição Universal de 1873, e cuja abertura lhe decepcionou, comparada àquela que assistira em Londres, em 1862:

Em Londres a cerimônia religiosa ocupou o primeiro lugar; nas abóbadas, nos frontões, e em todas as partes mais visíveis do edifício belas máximas do Evangelho e dos melhores poetas convidavam os povos ao amor de Deus e à Fraternidade. A Exposição de Viena não tinha caráter algum civilizador; era simplesmente um imenso bazar de todos os povos do mundo.³⁵

Outras paradas eram as fábricas e oficinas, como a de Creusot, cujos altos fornos de ferro lhe deixaram “imorredoura impressão”, bem como as “fundições, as forjas, a ordem e magnificência do estabelecimento”.³⁶ Estas vistorias a fábricas e docas eram resultado das

³¹ *Diário*, 12 de outubro de 1872.

³² *Diário*, 19 de outubro de 1872.

³³ *Diário*, 11 de maio de 1873.

³⁴ *Diário*, 26 de abril de 1873.

³⁵ *Diário*, 1º de maio de 1873.

³⁶ *Diário*, 10 de maio de 1873.

cartas de apresentação que conseguia através da mobilização de seus antigos e novos contatos. Dentre estes últimos, talvez nenhum outro lhe rendeu tão bons frutos como o empreiteiro norte-americano J. S. Harrab, o qual havia estado no Brasil em 1858, integrando o grupo de empreiteiros vencedores da concorrência internacional para a construção da segunda seção da *Estrada de Ferro D. Pedro II*.³⁷ Segundo Rebouças, que o conheceu através da *Casa Hargreaves*, onde adquiria materiais para a *Companhia Florestal Paranaense*, Harrab “recebeu-[lhe] com o maior afeto, e prometeu-[lhe] cartas de recomendação para os Estados Unidos”.³⁸ De fato, dias depois, Harrab entregou-lhe duas cartas de recomendação a engenheiros norte-americanos quando lá chegasse, além de duas cartas de crédito: “uma de 1.000 dólares para J. H. Lannel-New York; outra de 5.000 dólares para seu banqueiro Jay Cook-Filadélfia”. Continua Rebouças: “Extraordinária prova de simpatia de uma pessoa, a quem nunca prestei o menor serviço!”.³⁹ Antes de seguir para os Estados Unidos, Rebouças ainda cumpriu o “dever de amizade” que tinha com seu “amigo e colega” da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, o engenheiro William Lidgerwood, que lhe recomendou visitar uma de suas fábricas de máquinas agrícolas em Whiflet, perto de Cambridge.⁴⁰

Em 29 de maio, Rebouças partia a bordo do *Oceanic*, da empresa *White Star Line*, chegando em Nova York no dia 9 de junho, onde teve a grata surpresa de constatar que era em função da “dificuldade da cor a causa das recusas” que os hotéis lhe dirigiam, recorrendo então ao serviço diplomático brasileiro, cujos cônsules Luiz Henrique Ferreira e Carvalho Borges lhe arrumaram um quarto no Washington Hotel, “com a condição de comer no quarto e nunca no restaurante”.⁴¹ Nesse mesmo dia Rebouças conheceu o “distinto brasileiro Dr. José Carlos Rodrigues, redator e proprietário do ‘Novo Mundo’ e da ‘La America Ilustrada’”, e com ele comprou “vários livros e mapas dos Estados Unidos”.⁴² Além disso, teriam juntos assistido a um espetáculo no *Grand Opera House*, acaso o “prejuízo da cor” não houvesse barrado a entrada de Rebouças. Apesar de ser a segunda vez que isso lhe acontecia num único dia, o

³⁷ J. S. Harrab reuniu-se com William Minor Roberts, George Harvey, Robert Harvey, Jacob Humbird e M. M. Wats. A construção da segunda seção da *E.F. D. Pedro II* foi o trecho mais difícil desta estrada, pois foi necessário abrir diversos túneis para transpor a Serra do Mar. O maior deles foi o chamado Túnel Grande, cujos 2.238 metros de comprimento levaram 7 anos para serem perfurados. Pedro Carlos da SILVA TELLES, *Op. Cit.*, p. 259; Almir C. EL-KAREH, *Filha branca... passim*.

³⁸ *Diário*, 19 de maio de 1873.

³⁹ *Diário*, 23 de maio de 1873.

⁴⁰ *Diário*, 26 de maio de 1873.

⁴¹ *Diário*, 9 de junho de 1873. “O primeiro aposento, que tive foi um quartinho muito sujo no 3º andar; deram-me depois uma sala e um quarto no andar térreo, n. 43, com saída imediata para a praça, onde principia o ‘Broadway’. O Washington Hotel teve a gloria de receber o imortal Washington; esteve em moda por muitos anos; hoje é um hotel de 3ª classe”.

⁴² *Diário*, *idem*.

preconceito não foi fator que o fez desanimar.⁴³ No dia seguinte Rebouças já entrava em contato com Milnor Roberts, engenheiro diretor da *New York Pacific Railway*, entregando-lhe a recomendação de J. S. Harrab que recebera em Londres, e começando sua verdadeira jornada pelas construções portuárias e fábricas norte-americanas: em companhia dos irmãos Lidgerwood, Rebouças visitava inúmeras oficinas, tais como as de bonde ou carros para Tramway, de propriedade do “filantropo [e] livre-echangista” John Stephenson.⁴⁴ Até mesmo a residência dos Lidgerwood, “Homestead of Spedwell”, era objeto de admiração, pois fora nos jardins daquela casa de mais de noventa anos que, segundo Rebouças, “trabalhou Morse auxiliado pela família Lidgerwood, na descoberta do seu telégrafo elétrico”.⁴⁵

Todavia, seu roteiro seria rumo ao que ele denominava “Oeste”⁴⁶: na verdade, Rebouças partiria de Nova York para o nordeste e norte dos Estados Unidos, atravessando três estados: Massachussets (Lowell, Boston e Rochester), Nova York (Albany, Niágara e Bufallo) e Pensilvânia (Tuttsville, Oilcity, Pittsburg e Filadélfia). Durante uma semana, entre os dias 13 e 21 de junho de 1873, Rebouças percorreu diversas cidades, munido de algumas cartas de apresentação e, sobretudo, acompanhado de John Lidgerwood, irmão mais velho de William Lidgerwood, seu amigo desde 1867. John “prestou-se a acompanhá-lo na excursão, por estar comprometido em negócios o William, a fim de evitar as dificuldades do prejuízo da cor”.⁴⁷ De fato, aquela seria uma viagem bastante tensa nesse sentido: afinal, se até mesmo o “mulato Douglas, velho amigo do presidente Grant, muito influente na sua reeleição, fora ultimamente rejeitado nos hotéis de Washington”,⁴⁸ como lhe dizia Rodrigues, nada restaria a Rebouças senão boas indicações e uma companhia como Lidgerwood, que o apresentava referindo-se à sua nacionalidade brasileira, e “intencionalmente abusava (...) a cada momento [de dirigir-lhe a palavra pelo] tratamento [de] ‘Doctor’”, até mesmo nos vagões-restaurantes dos trens em que viajavam.⁴⁹ Mesmo assim, tais cuidados não eliminaram por completo as situações nas quais “o prejuízo da cor” o obrigava “a passar o dia de hoje, como o de ontem, sem alimento!”.⁵⁰ Não obstante, Rebouças não deixava de observar e registrar o que entendia como sendo a “igualdade republicana”, cujos efeitos podiam ser constatados através do fato de que

⁴³ *Diário*, *idem*.

⁴⁴ *Diário*, 11 de junho de 1873.

⁴⁵ *Diário*, 19 de junho de 1873.

⁴⁶ *Diário*, 12 de junho de 1873.

⁴⁷ *Diário*, 12 de junho de 1873.

⁴⁸ *Diário*, 11 de junho de 1873.

⁴⁹ *Diário*, 14 de junho de 1873.

⁵⁰ *Diário*, 17 de junho de 1873.

os caminhos de ferro americanos não [tinham] a subdivisão de classes européia: há, contudo, trens para imigrantes, e, algumas vezes, dão passagem aos mais pobres nos carros de bagagens. Os trens de grande curso têm carros-salões e carros-dormitórios, nos quais só viajam os mais abastados, e que faz assim as vezes da 1ª classe da Europa. Os americanos, com pretensões aristocráticas, distinguem-se pelo rigor do trajar: 3 brilhantes ou 3 grandes pérolas no peito da camisa são um característico muito em voga; nas senhoras, custosas jóias mesmo em viagens. No entanto, mesmo os mais presunçosos conversam com os criados; dão-lhes o tratamento de ‘sir’ por vezes; e dizem-lhes ‘I beg your pardon’ quando cometem alguma inconveniência: é até onde tem podido chegar a prática da tão anelada ‘igualdade Republicana’.⁵¹

Primeiro a bordo do vapor *Providence* e depois através de trem, Rebouças começou seu percurso visitando, em Fall-River as “magníficas fábricas de algodão ‘Suffolk Cotton Mills’ e ‘Tremont Mills’ – construídas em 1831 e reconstruídas em 62, e também a famosa fábrica ‘Merrimack Print Works’, onde as explicações nos foram dadas por um menino de 12 anos, de rara inteligência”.⁵² Rebouças não se cansava de admirar o “arrojo” e o “engenho yankee”, presentes desde a ousadia dos planos inclinados de suas estradas de ferro até suas “admiráveis construções”, que chegavam a competir, como afirma quando da visita às cataratas do Niágara, “em obras d’arte com a mais grandiosa criação de Deus na America do Nortel”. Com efeito, “em ‘Niagara Falls’ não se sabe o que mais admirar. Se a natureza, se as obras d’arte: em torno da majestosa catarata há uma verdadeira exposição de admiráveis construções (...) A nova ponte suspensa com uma só via para carros (...), tão elegante e tal alva, é por certo uma das mais belas cousas que a Engenharia tem produzido”.⁵³

Mas nada talvez tenha lhe despertado tanta atenção do que o complexo de construções metálicas, estradas de ferro e máquinas a vapor responsáveis pela exploração de petróleo em Tuttsville, cujas instalações, iluminando a floresta e o “Oil Creek”, faziam o “Burning Spring” do Niágara, segundo Rebouças, “descer na nossa imaginação às proporções de um brinco de criança!”:

Às 10 da noite, o espetáculo atingia ao maravilhoso. No fundo do vale o ‘Oil Creek’, o regato de petróleo, refletindo, de espaço em espaço, as longas chaminés dos tubos de

⁵¹ *Diário*, 16 de junho de 1873.

⁵² *Diário*, 13 de junho de 1873.

⁵³ *Diário*, 15 de junho de 1873.

gás; uma linha negra, uma ousada ponte suspensa provisória para serviço dos operários; a floresta elevando-se nas colinas até o céu; árvores projetando sombras fantásticas ao clarão de uma iluminação ciclópica; o sibilar das máquinas a vapor queimando gás natural; o ranger das armações de madeira dos ‘derrick’s; a pancada das barras de mina dos poços em perfuração; o arfar da locomotiva do caminho de ferro paralelo ao rio...

A descoberta do petróleo no ‘Oil Creek’ data de 1858: foi durante a guerra de emancipação que essa indústria atingiu ao máximo.

Nos tempos de Moisés, Deus, para libertar o povo d’Israel, fez surgir água das pedras: para libertar os escravos da América Deus fez ainda mais: fez surgir óleo da terra da Pensilvânia!

Quando Deus trabalha pela liberdade, produz estas maravilhas!”⁵⁴

A própria cidade de Tuttsville tinha seus encantos, pois, com seus “12 anos de existência” possuía já “caminhos de ferro, telégrafo com 3 fios, calçamento de paralelepípedos e macadame com passeios de taboas, gás, dois grandes jornais...”⁵⁵ Sem dúvida, todo seu encantamento dizia respeito não apenas à magnitude do progresso técnico, mas também às suas potencialidades emancipatórias. Assim é que interpreto suas referências repletas de comparações entre a paisagem social norte-americana e a européia. Como a cidade de Lowell, que visitou em companhia do Dr. Ayer, uma indicação de José Carlos Rodrigues, e com ele foi à sua empresa, a “Lowell Carpet Mills”. Segundo Rebouças, Lowell era bem diferente da maioria das cidades fabris européias, a começar pelo aspecto da força de trabalho, sobretudo a força de trabalho feminina:

Que saudades me deixou Lowell! Como é linda essa cidadezinha! Quão diversa das cidades manufatureiras da velha Europa! As operárias, alegres e bem trajadas, parecem moças de família, que trabalham por passa-tempo: não há em Lowell as faces pálidas; o aspecto faminto; os cabelos sujos e desgrehados; os vestidos de chita preta decotados e sem mangas por escassez de fazenda; todo esse conjunto de pobreza e abatimento que tornam bem dolorosa a visita de uma fábrica européia!⁵⁶

Igualmente suas críticas ao militarismo, bastante reiteradas nos artigos para o *Novo Mundo*,

⁵⁴ *Diário*, 16 de junho de 1873.

⁵⁵ *Diário*, 16 de junho de 1873.

⁵⁶ *Diário*, 13 de junho de 1873.

tinham nos Estados Unidos a oportunidade de serem, digamos, comprovadas empiricamente:

Pais belo e perfeitamente cultivado; montanhas quase colinas sempre arvorejadas.

Ainda não vi um quartel nos Estados-Unidos; ainda não vi um batalhão, nem mesmo uma guarda militar; ainda não ouvi o som do tambor nem do clarim! Quão longe da infeliz Europa, com seus meninos de dez anos, fazendo exercício de tiro e de baioneta! (...) ⁵⁷

Muito contrastante, portanto, com o “aspecto geral de pobreza e mendicidade” que em seu trajeto pela Europa, contribuiu até mesmo para o “desencanto da poética Veneza [, que tinha] 106.000 habitantes e 25.000 pobres!”. ⁵⁸ Era o mesmo desencanto que registrava, observando das janelas de seu trem em viagem pela Suíça, os “meninos de 12 anos fazendo exercício com espingardas de agulha! Ah, misérrima Europa!”. ⁵⁹

Rebouças por certo não estava a sós em sua admiração pela paisagem econômica e social norte-americana. Mais do que isso, sugiro aqui que o olhar de Rebouças em direção aos Estados Unidos tinha muito de um positivismo difuso o qual, como já tenho mencionado alhures, desde sua formação na *Escola Militar* lhe motivava a nutrir esperanças nos melhoramentos materiais como forma de emancipação social. ⁶⁰ Para ficar apenas com um dos autores conhecidos e citados por Rebouças, também Michel Chevalier, ⁶¹ engenheiro egresso da *École Polytechnique* de Paris, munido da visão de mundo adquirida na convivência com os socialistas utópicos e reformistas discípulos de Saint-Simon, percorreu diversas cidades norte-americanas entre 1833 e 1835, com o propósito de estudar suas vias de comunicação, sobretudo as ferrovias, para o governo francês. ⁶² Como muitos que em seu tempo visitavam os

⁵⁷ *Diário*, 18 de junho de 1873.

⁵⁸ *Diário*, 8 de abril de 1873.

⁵⁹ *Diário*, 8 de maio de 1873.

⁶⁰ Sobre a formação de Rebouças na *Escola Militar*, vide o Capítulo I, item 1.4.

⁶¹ Como já expus alhures, Rebouças lera dois livros importantes de Chevalier: *Exposition universelle de 1867 à Paris* (1868) e provavelmente, *Cours d'Economie politique fait au Collège de France* (1842), que em seu *Diário* consta apenas como ‘*Economie Politique*’ (*Diário*, 22 de outubro e 13 de dezembro de 1868). No entanto, é provável que Rebouças tivesse conhecimento das *Letres sur L’Amérique du Nord*, publicadas primeiro no *Journal des Débats* em 1835 e depois em brochura (*Letres sur l’Amérique du Nord*, Paris, Gosselin, 1836, 2 vols) ou de seu *La Liberté aux Etats-Unis*, publicado em 1849 na *Revue des Deux Mondes*, um dos periódicos lidos com freqüência por Rebouças.

⁶² Michel Chevalier (1806-1879), entrou para a *École Polytechnique* em 1823, e em 1830 converteu-se ao Saint-Simonismo, movimento reformista de caráter socialista francês cuja premissa básica era o reconhecimento do trabalho produtivo como valor fundamental e garantia do progresso. Saint-Simon (1760-1825) – que pode ser considerado o fundador da matriz positivista continuada e desenvolvida por Auguste Comte –, proclamava a ciência como tendo um papel fundamental no desenvolvimento das forças produtivas, sendo que a “Ciência Econômica” seria a ideologia da era industrial, substituindo a política como forma de conduzir os homens à era de prosperidade e bem-estar. No entanto, tratava-se de um programa hesitante entre o liberalismo da economia clássica inglesa, e o dirigismo que consistia na premissa básica de capitanear o Estado através da classe dos industriais. A evolução da sociedade seria feita sem violência, pacificamente, através do avanço paulatino do espírito de associação. Após 1825, com a morte de Saint-Simon, o movimento foi continuado por dois de seus discípulos, Bazard e Enfantin, os quais dotaram o programa industrialista

Estados Unidos – muito embora tivesse permanecido por dois anos, conhecido tanto o norte como o sul, e estabelecido comparações exaustivas entre os dois sistemas sócio-econômicos então caracterizados como o *yankee* e o *virginiano* –, Chevalier visitou as “célebres manufaturas têxteis em Lowell”,⁶³ registrando igualmente seu encantamento com uma paisagem fabril que, como afirma Jean Walch, “ce n’est pas comme à Manchester! S’était-il dit. Mais, quand on lui a communiqué le tableau des salaires payés à Lowell, il a compris, ajoute-t-il, que ce n’était décidément pas comme à Manchester”,⁶⁴ salários estes pagos também às mulheres, fato que não passou despercebido a Chevalier ao apontar o contraste com o aspecto geral de miséria e pauperismo que caracterizava a paisagem européia.⁶⁵ O anti-militarista Chevalier, cerca de cinquenta anos antes de Rebouças, registrava que as únicas coisas que se assemelhavam a casernas em Lowell eram seus hotéis,⁶⁶ e não deixava de notar a habilidade dos norte-americanos nas realizações materiais, isto é, o espírito de inventividade que tornava cada camponês um inventor de suas próprias máquinas agrícolas.⁶⁷ Era essa a base da “liberdade prática”,⁶⁸ a qual Chevalier expunha em seu *Lettres sur l’Amérique du Nord*, cujo potencial emancipatório seria visto mais tarde por Rebouças cristalizado nas grandes realizações da engenharia civil e da indústria *yankees*.

No entanto, nem tudo eram flores. Em 1876, Rebouças lamentaria a ausência de “liberdade

original de um forte viés místico, objetivando instituir um “Novo Cristianismo”. Chevalier foi contemporâneo desta segunda fase. Todavia, após sua prisão em 1830, junto com outros membros do movimento, teria paulatinamente se distanciado do grupo, embora continuasse fiel à proposta mais cara ao *saint-simonismo*, ou seja, a crença no progresso material como forma de emancipação social. Após seu retorno dos Estados Unidos, aproximou-se do Governo de Thiers, sendo nomeado professor da cadeira de Economia Política no *Collège de France*, a qual ocupou de 1840 até sua morte, em 1879. Chevalier foi o terceiro a ocupar esta cadeira no *Collège*, sendo antecedido por Pelegrino Rossi (1832-1840) e pelo fundador Jean-Baptiste Say (1830-1832). Chevalier se distanciará cada vez mais tanto dos aspectos revolucionários como do dirigismo *saint-simonista*, aproximando-se da Economia Política clássica, e defendendo a liberdade de comércio, cuja propaganda ganharia um caráter oficial ao celebrar o tratado de livre-comércio com a Inglaterra, ao lado de Richard Cobden, em 1860. (cf. Jean WALCH, *Bibliographie du Saint-Simonisme avec Trois Textes inédits*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1967; Michel Chevalier: *économiste saint-simoniene (1806-1879)*, Paris: Librairie Philosophique, 1975).

⁶³ Jean WALCH, *Michel Chevalier: économiste saint-simoniene (1806-1879)*, Paris: Librairie Philosophique, 1975, p. 40.

⁶⁴ *Idem*, p. 134.

⁶⁵ Como afirma Jean WALCH, Chevalier avaliava a prosperidade econômica norte-americana sobretudo em comparação com o pauperismo europeu: “La différence était frappante avec le spectacle qu’on voyait communément en France ou en Angleterre. La pauvreté et la misère avaient cédé la place [nos Estados Unidos] à une aspect général d’aisance, de propreté et de bien-être” (*Idem*, p. 132).

⁶⁶ Segundo Chevalier, Lowell era uma cidade cosmopolita, que parecia orgulhar-se da presença da força de trabalho feminina, exibindo “(...) d’un côté des boutiques, des entrôts, des magasins de mode sans nombre, car les femmes sont en majorité à Lowell; de vastes hôtels à la façon américaine, semblables à des casernes; ce sont les seules casernes qu’il y ait à Lowell; d’un autre côté des canaux, des roues hydrauliques, des cascades, des ponts, des fonderies, des banques, des écoles, des librairies, car on lit beaucoup à Lowell; la lecture c’est la seule distraction qu’on puisse s’y procurer, et il n’y a pas moins de sept journaux” (Michel CHEVALIER, *Lettres sur l’Amérique du Nord*, p. 221, apud Jean WALCH, *Op. Cit.*, p. 133. Grifos meus).

⁶⁷ Segundo Michel Chevalier, entre os europeus, “il n’y a pas d’élève des hautes écoles qui n’ait fait son vaudeville, son roman ou sa constitution monarchique ou républicaine. Il n’y a pas de paysan du Connecticut ou du Massachusetts qui n’ait inventé sa machine” (Michel CHEVALIER, *Lettres...*, p. 120, apud Jean WALCH, *Op. Cit.*, p. 147).

⁶⁸ Para Chevalier, “Le perfectionnement des ustensiles de ménage touche de plus près qu’on ne le pense à la liberté pratique; car il contribue beaucoup à la liberté dans la maison, qui n’importe pas moins au bonheur du genre humain que la liberté sur la place publique. Tel ustensile **affranchit** les domestiques de tel travail pénible, malsain ou dégoûtant; tel autre permettra à une personne de faire l’ouvrage de trois et par conséquent en **affranchira** deux de la domesticité. Les Américains du Nord se sont beaucoup occupés de cette liberté. On conçoit qu’elle a une importance majeure là où un grand nombre de familles vivent isolées dans les campagnes” (Michel CHEVALIER, *Lettres...*, p. 475, apud Jean WALCH, *Op. Cit.*, p. 148).

de comércio” dos Estados Unidos, apontando a contradição entre a pujança econômica e bem-estar social que vira pessoalmente em 1873, e a constatação da “sobrevivência” do “protecionismo” cuja prática era, a seu ver, “anacrônica”:

Os Estados Unidos possuem todas as liberdades menos a liberdade de comércio.

Como previra um jornal financeiro de Londres, a Exposição Internacional de Filadélfia prestou o grande serviço de patentear o quanto são anacrônicas, intolerantes, restritivistas e absurdas as leis aduaneiras dessa republica.⁶⁹

Como veremos, neste registro Rebouças recuperaria uma determinada perspectiva liberal, inscrita na propalada liberdade de comércio, cuja materialização resultara, por exemplo, na parceria entre Michel Chevalier e Richard Cobden ao assinarem o tratado de livre comércio entre a Grã Bretanha e a França em 1860.

De volta a Nova York, Rebouças retomou sua rotina de vistorias a estabelecimentos manufatureiros e construções portuárias, sobretudo as aneladas Docas de Nova York, onde travou contato com o engenheiro Mecham, que lhe mostrou “todos os modelos e desenhos” e a quem “encomend[ou] uma coleção de cópias de todos os tipos de cais e pontes”, coleção esta paga por seu amigo Lidgerwood.⁷⁰ Estreitou sua amizade com José Carlos Rodrigues, em cujo escritório da *Revista Novo Mundo* foi apresentado ao poeta maranhense Souzaândrade, de quem recebeu “notas sobre a lenda fundamental do seu poema [o Guêza errante], para enviar a Carlos Gomes como assunto de um libreto”.⁷¹ Além disso, fora agraciado com um artigo escrito pelo guarda-livros de José Carlos Rodrigues, “inteligente e simpático dileitante de música”, o qual, provavelmente sabendo da peregrinação de Rebouças e de sua férrea disciplina, atribuíra-lhe a alcunha de “Mr. Perpetual-motion Rebouças”.⁷²

Em 23 de junho, embarcava no paquete *Ontario* de volta ao Brasil, acompanhado de James Orton, que ia em segunda missão ao Amazonas levando consigo como ajudante Henry W. Webb, filho do general Webb, pleni-potenciário norte-americano no Brasil, e com quem Rebouças travara contato anteriormente.⁷³ No dia 19 de julho Rebouças aportava no Rio de Janeiro, combinando já no dia seguinte uma reunião com o Imperador, “para conversar sobre a

⁶⁹ André REBOUÇAS, “Fraternidade e liberdade de comercio”, in: *Revista Novo Mundo*. New York, n. 72, setembro de 1876.

⁷⁰ *Diário*, 23 de junho de 1873.

⁷¹ *Diário*, 21 de junho de 1873.

⁷² *Diário*, *idem*. Contudo, Rebouças afirma que impediu “que o amigo Rodrigues publicasse no Novo Mundo de Junho este elogio”.

⁷³ Refiro-me ao incidente diplomático na costa de Santa Catarina, onde Rebouças estava em missão de reconhecimento das fortalezas navais. Vide Capítulo II, item 2.1.

viagem à Europa e Estados Unidos”.⁷⁴

Assim, por mais que sua curta viagem aos Estados Unidos tivesse lhe aberto novos horizontes, ela acentuava o que me parece fundamental ao longo de trajetória intelectual: um certo olhar estrangeiro, a observação interessada e seletiva das paisagens econômicas e sociais de outros países, como etapa necessária para a construção de uma nova realidade social e econômica brasileira. Por exemplo, entre Lowell e Boston, Rebouças tivera a “singular idéia para promover a silvicultura no Brasil: aconselhar aos fazendeiros plantar 1.000 árvores de lei, - e de legá-las aos seus descendentes com o encargo de não cortá-las antes de chegarem ao valor de 200\$000 cada uma ou vice-versa nas derrubadas conservarem 1.000 árvores de madeira de lei e procederem no mais identicamente” aos parques e reservas florestais existentes nos Estados Unidos.⁷⁵

Em que pese seu anseio por mudanças e a esperança de ver implantadas no País as maravilhas tecnológicas d’além mar, a realidade brasileira que se-lhe abria aos olhos novamente lhe impacientava. De volta ao Brasil, Rebouças reassumia a gerência das obras da *Companhia Docas D. Pedro II*, e com ela as mesmas dificuldades que estavam na origem de sua decisão de distanciar-se temporariamente: quase um ano depois, as negociações em torno da fusão das duas companhias portuárias continuavam no mesmo pé que antes, e os acionistas da *Docas D. Pedro II* – impedida na prática, em função da oposição movida pela *Companhia Metropolitana* de Mariano Procópio e pela Câmara Municipal, de embarcar mercadorias como lhe permitia a Lei Geral das Docas de 1869, cuja interpretação era feita pelas autoridades e pela Inspeção da Alfândega no sentido de não enquadrar a Companhia – tensionavam pela sua liquidação. Do Imperador, Rebouças era animado a “esperar que passasse a má vontade do Visconde do Rio Branco”,⁷⁶ o qual apoiava o grupo de Mariano Procópio.⁷⁷

Como forma de acelerar o processo de fusão, Rebouças agora se empenhava numa nova batalha de nervos: solicitava uma nova concessão à *Docas D. Pedro II* para a criação de um novo cais, obra que permitiria, através do arrasamento do Morro de São Bento, uma ligação física entre as *Docas D. Pedro II* e *Docas da Alfândega*, além do prolongamento do cais da *Docas D. Pedro II* até o Arsenal de Guerra da Marinha.⁷⁸ Na batalha pela nova concessão, novos impasses surgiam, como aqueles movidos pela *Companhia Locomotora*, arrendatária do *Trapiche Mauá* a

⁷⁴ *Diário*, 20 de julho de 1873.

⁷⁵ *Diário*, 13 de junho de 1873.

⁷⁶ *Diário*, 19 de agosto de 1873.

⁷⁷ Sobre o apoio de Rio Branco à empresa de Mariano Procópio, vide Capítulo IV, item 4.4.

⁷⁸ *Diário*, 3 de agosto de 1873.

qual, juntamente com o diretor da Secretaria d’Agricultura José Agostinho, queria “impedir o traçado das docas em frente desse trapiche”.⁷⁹ Nas insistentes conversas com o Imperador, Rebouças expunha o estado crítico da *Docas D. Pedro II*, que receberia um “golpe mortal” caso prevalecesse a estratégia procrastinadora de Rio Branco, exigindo que tanto a Câmara Municipal do Rio de Janeiro quanto o Conselho de Estado se pronunciassem sobre a questão. O Imperador então sugeriu a Rebouças que “os diretores fossem ter com o Visconde e expusessem todas as suas razões”.⁸⁰ O ministro, contudo, mostrava-se irreduzível, negando isenção do imposto da “décima urbana dobrada” à *Docas D. Pedro II* e cogitando a encampação pelo Estado do *Trapiche Mauá*, ao invés de cedê-lo fosse à *Locomotora*, fosse à *Docas D. Pedro II*.

Entretanto, em outubro de 1873, Rio Branco parecia ter dado uma trégua e, no mesmo dia em que informava Rebouças de que a Tipografia Nacional poderia imprimir gratuitamente a *Revista do Instituto Politécnico*, lhe dava a notícia da assinatura pelo Imperador do novo decreto de concessão,⁸¹ o qual recebeu de Rebouças o seguinte registro:

O Diário Oficial publicou hoje o tão custoso decreto, vencendo, graças a Deus, a idéia de docas em todo o litoral da Saúde até o Arsenal da Marinha, a despeito do Caminho de Ferro Aéreo e ultimamente da Companhia Locomotora.⁸²

Vencida esta batalha, a próxima seria convencer os sócios diretores da *Docas D. Pedro II*, sobretudo seu então presidente, o Dr. Pertence, de que seria viável continuar a Companhia e encetar as obras necessárias, independentemente da fusão legal com a *Doca da Alfândega*, uma vez que a *Docas D. Pedro II* continuava sem poder embarcar mercadorias.⁸³ Novamente, a velha rotina, com as mesmas dificuldades: Rebouças continuava a desabafar com o Imperador sobre o “esforço imenso que era necessário para promover empresas no Brasil”,⁸⁴ e ouvia de Sua Majestade, a respeito da oposição ainda travada pelo visconde do Rio Branco, que “de hora em hora, Deus melhora”⁸⁵ !

Nem mesmo a notícia da atracação do primeiro vapor estrangeiro, o *Lalande* de Liverpool,

⁷⁹ *Diário*, 25 de agosto de 1873.

⁸⁰ *Diário*, 26 de agosto de 1873.

⁸¹ *Diário*, 15 de outubro de 1873.

⁸² *Diário*, 22 de outubro de 1873.

⁸³ *Diário*, 22 de outubro de 1873. Para a estratégia de convencimento do Diretor Pertence, então presidente da *Docas D. Pedro II*, Rebouças contou com a presteza de Coelho de Castro, o qual “esteve animando o Conde da Estrela a sustentar a Companhia e catequizando o Dr. Pertence no mesmo sentido”.

⁸⁴ *Diário*, 28 de outubro de 1873.

⁸⁵ *Diário*, 9 de fevereiro de 1874.

no cais da *D. Pedro II*, em 9 de maio de 1874, dissuadiu os acionistas da liquidação da Companhia. Afinal, o que os atemorizava era de um lado os balanços orçamentários deficitários, e de outro o pressentimento de que, diante das dificuldades envolvidas na fusão, fosse impossível levantar novos capitais e assegurar a continuidade das obras necessárias.

Neste meio tempo, seu irmão Antonio, que estava trabalhando no trecho de Campinas a Rio Claro da *Companhia Paulista de Estrada de Ferro*, adoece e morre em 28 de maio, dia que Rebouças registra como sendo “um dos mais tristes (...) da minha vida! Alteração profunda em todo o plano de vida. Sofro a maior dor”.⁸⁶

Apesar da perda daquele que, mais do que irmão, havia sido seu aliado na luta pela modernização, Rebouças arranjava forças para não esmorecer. Mobilizava seu poder de convencimento, solicitando que o ministro da Agricultura, José Fernandes da Costa, e o diretor de obras daquele ministério, Buarque de Macedo, visitassem as instalações da *Docas D. Pedro II* “antes da sessão de 19 [de setembro], na qual provavelmente se votaria a liquidação da Cia. das Docas”.⁸⁷ Em vão, pois diante dos ataques desferidos nos jornais contra Rebouças, ninguém queria se comprometer. E assim, “em desespero de causa”,⁸⁸ resolve pessoalmente ir à casa do ministro Rio Branco, obtendo dele a promessa de visitar as obras no dia seguinte, o que de fato aconteceu. Segundo Rebouças, “o visconde ficou verdadeiramente entusiasmado [com as obras]. Quase repreendeu o [Inspetor da Alfândega] Taques quando lhe disse que o Governo devia encampar a Companhia”, e por fim comprometeu-se a deferir o relatório sobre “as condições de vida da Companhia”.⁸⁹ Na reunião do dia seguinte, Rebouças podia finalmente escrever o seguinte registro em seu *Diário*:

Teve lugar a Assembléia Geral das Docas de D. Pedro II, em que com os Diretores José Machado Coelho, Dr. Pertence e Conde da Estrela conseguimos mais uma vez salvar a Companhia. Graças a Deus!!...

Ao menos por enquanto, o fantasma da liquidação da Companhia estava afastado, e Rebouças podia se orgulhar de apresentá-la pessoalmente ao geólogo norte-americano Charles Frederic Hartt, o qual “visitou as Docas de D. Pedro II, e ficou muito entusiasmado de ver um

⁸⁶ *Diário*, 28 de maio de 1874. (estas duas últimas frases são anotadas posteriormente)

⁸⁷ *Diário*, 16 de setembro de 1874.

⁸⁸ *Diário*, *Idem*. Ignácio José VERÍSSIMO, *Op. Cit.*, pp. 88 e ss.

⁸⁹ *Diário*, 18 de setembro.

pedaço de New-York no Brasil”.⁹⁰ Hartt, que futuramente presidiria a *Comissão Geológica do Império*, vinha em 1874 ao Brasil pela quinta vez, financiado quase que integralmente por José Carlos Rodrigues.⁹¹ O fato de ambos se encontrarem eram, a meu ver, os primeiros resultados práticos da amizade com Rodrigues, que além da redação de artigos para o *Novo Mundo*, passava também por uma série de contatos com engenheiros estrangeiros e outros profissionais. Tais contatos seriam importantes para a consolidação da presença de Rebouças em espaços científicos e profissionais, sobretudo junto no *Instituto Politécnico* e na *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Nesta última, inclusive, no âmbito da qual Rebouças continuava a redigir pareceres sobre pedidos de invenção,⁹² teve lugar um estreitamento de suas relações com o ministro Rio Branco, estremecidas desde o incidente que acarretou sua demissão da gerência das obras das *Docas da Alfândega*.⁹³ Ao menos interpreto assim a leitura de Rebouças do *Diário Oficial* de 8 de novembro de 1874, publicando o “decreto nomeando-me Oficial da Rosa (condecoração que jamais tirei nem usei). Foi concedida pelo visconde do Rio Branco pelos trabalhos na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da qual era Presidente”.⁹⁴ Dois dias depois, outra boa notícia era veiculada no *Diário Oficial*, desta vez publicando o “acordo do Ministério da Fazenda com as Docas de D. Pedro II”.⁹⁵ Era o aval que a Companhia precisava para levantar, no apagar das luzes do Gabinete Rio Branco, um empréstimo de 6.000 contos levantados em Londres, com garantias de juros pelo governo.⁹⁶

Entretanto, a euforia foi efêmera, pois com a ascensão do Gabinete Caxias, em meados de 1875, e com ele um antigo desafeto de Rebouças, José Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, na pasta da Fazenda, iniciou-se uma nova campanha contra a *Docas D. Pedro II*: desta vez, visava-se sua encampação por aquele Ministério, e esta polêmica perdurou até 1877. O registro do *Diário* do início daquele ano mostra a temperatura a que chegou o drama em torno da continuidade da Companhia:

⁹⁰ *Diário*, 6 de novembro de 1874.

⁹¹ O canadense naturalizado norte-americano Charles Frederic Hartt (1840-1878) foi o organizador e único chefe da *Comissão Geológica do Brasil*, criada em 1875 como um órgão subordinado ao Ministério da Agricultura. Hartt conhecia o Brasil desde 1865, quando foi escolhido por Louis Agassiz para integrar a equipe de naturalistas da *Tahyer Expedition*, cujos trabalhos foram publicados no *Geology and Physical Geography of Brazil*, a “obra mais completa sobre a constituição geológica brasileira até então.” Desde então, Hartt visitaria o Brasil diversas outras vezes. Além de Agassiz, Hartt pôde também contar com o apoio de José Carlos Rodrigues, financiador de Hartt desde as expedições que este fazia ao Amazonas em 1871. Curiosamente, Hartt agradecia ao *O Novo Mundo* por “haver publicado sua biografia e retrato, pois assim era reconhecido, mesmo em lugares recônditos da Amazônia”. (Silvia Fernanda de Mendonça FIGUEIRÓA, “A Comissão Geológica do Império do Brasil”, in: Maria A. M. DANTES (org), *Espaços da Ciência no Brasil – 1800 – 1930*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001., pp. 113 e ss).

⁹² Sobre a atividade de Rebouças na *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, vide o Capítulo III, item 3.5

⁹³ Em 1876, em mais um gesto de contemporização, Rio Branco, então Diretor da *Escola Politécnica*, convidaria Rebouças para substituir Saldanha da Gama na cadeira de Botânica, e desta vez, diferentemente de 1867, Rebouças aceitou ser nomeado ao invés de pleitear um concurso público.

⁹⁴ *Diário*, 8 de novembro de 1874.

⁹⁵ *Diário*, 10 de novembro de 1874.

⁹⁶ *Diário*, 7 de julho de 1875.

Às 9 ½ estava com o Dr. Machado Coelho [um dos diretores da *Docas D. Pedro II*], em casa do barão de Cotegipe; afinal patenteou-se inteiramente adverso à idéia de Docas e a toda idéia progressista; mostrou vil inveja do visconde de Itaboraí. Lancei-lhe em rosto o antagonismo de suas idéias liberais no Inquérito sobre a Lavoura, e suas idéias despóticas agora que se acha no poder. – Sem a presença do diretor Machado Coelho a disputa iria além dos limites.⁹⁷

Alguns dias depois desta contenda, em 25 de janeiro de 1877, a assinatura de Rebouças na carta pela qual a diretoria da Companhia acedia à proposta de Cotegipe, arrendando-a ao Ministério mediante a “renda de 7% do capital empregado”, punha fim ao drama, que se arrastara por quase uma década, de esforços visando a organização de uma companhia particular para o setor portuário. Sinal dos tempos: naquele mesmo dia, desistindo de mais esta iniciativa, Rebouças era sondado pelo diretor de obras públicas do ministério da Agricultura, Buarque de Macedo, para construir o cais da Gamboa para a *Estrada de Ferro D. Pedro II*, ou seja, exatamente a plataforma marítima cuja ligação ferroviária com sua estação fora objeto do litígio entre Rebouças e duas outras companhias... No entanto, provavelmente outras relações clientelísticas falavam mais alto naquele momento, impedindo que Rebouças se encarregasse daquelas obras.⁹⁸

Dois anos antes deste desfecho, Rebouças já se mostrava desmotivado, alegando que a renda de 500\$000 mensais da *Docas D. Pedro II* mal dava para cobrir a manutenção da família e as despesas com a *Companhia Florestal Paranaense*.⁹⁹ Além disso, falecia outro aliado seu, o “bom amigo conde da Estrela”, o qual se prestara a entrar como sócio nas empresas portuárias e na *Companhia Florestal*. Segundo Rebouças, “em 5 anos, – 1870-1875 – de amizade só me deu um desgosto, nas vésperas da minha partida para Europa, e isso mesmo incitado por um intrigante [refere-se à disputa entre Tavares Bastos e os outros diretores acerca da nomeação de seu substituto à frente da *Docas D. Pedro II*]. Reconheceu logo que havia sido injusto e continuou a ser um excelente amigo”.¹⁰⁰

Tanto Antonio Rebouças como o conde da Estrela eram peças importantes num outro

⁹⁷ *Diário*, 8 de janeiro de 1877.

⁹⁸ “O José Machado Coelho mandou chamar-me para redigir uma carta, acedendo à proposta, lembrando dia 23 de janeiro pelo barão de Cotegipe, de arrendar a doca de D. Pedro II, mediante a renda de 7% do capital empregado; o que fiz muito contrariado e só por amizade a esse mártir da minha iniciativa. Estive com o diretor Buarque [de Macedo], que deseja dar-me a construir o cais da Gamboa, para a CF de Pedro II, mas tem medo do Francisco Pereira Passos” (*Diário*, 25 de janeiro de 1877). Dias depois, Rebouças foi noticiado de que a obra seria entregue ao engenheiro Francisco Bicalho, pois Pereira Passos “não lhe permitira [a Macedo] encarregar-me da construção (...), dizendo: ‘Que se julgaria desautorizado’” (*Diário*, 6 de fevereiro de 1875).

⁹⁹ *Diário*, 24 de março de 1875.

¹⁰⁰ *Diário*, 31 de março de 1875.

flanco de batalha de André Rebouças: a província do Paraná. Esta última afigurava-lhe estratégica, e Rebouças nutria amplas expectativas de elevá-la ao melhor que a tecnologia e os métodos de gerenciamento europeus e norte-americanos pudessem oferecer. Chegava mesmo a comparar paisagens, como por exemplo durante sua viagem ao Estados Unidos em que, navegando pelo “East River”, comparava os “salgueiros, praias de areia, colinas verdes [e] vegetação sempre mediana” ao rio Paraná “desde a boca do Guassú até Itapirú”.¹⁰¹ Tudo isso é revelador de seu apreço por aquela província, no sentido dela poder representar um exemplo de organização econômica e social para o país inteiro. Por suas condições climáticas, de salubridade e de fertilidade, aquela província seria a “região predestinada para a imigração espontânea no Brasil. No dia em que o Paraná tiver vias de comunicação, os imigrantes afluirão para ali aos cem mil, como agora para os Estados Unidos. A simples estrada de rodagem da Graciosa tem feito imigrar para o Paraná colonos de todas as outras províncias do Império!”.¹⁰²

Como tenho exposto, desde a Guerra do Paraguai Rebouças apostava na construção de uma estrada de ferro “estratégica”, que ligasse o litoral paranaense ao Mato Grosso, projeto compartilhado e em parte realizado por seu irmão Antonio, cuja participação na vida econômica da província remonta a 1864, na estrada de rodagem da Graciosa. Também o estabelecimento de uma colônia de povoamento, na confluência do Rio Iguaçu com o Paraná, era sonho que vinha desde 1865. Soma-se a isso uma companhia que pudesse fornecer madeira a baixo custo para a construção ferroviária, a *Companhia Florestal Paranaense*, criada no início da década de 1870, e que tinha como sócios seu irmão Antonio e o conde da Estrela, além do apoio de Mauá, e para a qual aproveitara sua viagem à Europa para adquirir materiais e reforçar contatos.¹⁰³

Segundo Rebouças, teriam sido as obstruções movidas pela “família Correia” – cujos membros, o deputado geral Eufrásio Correia e seu tio, presidente da Câmara dos Deputados, se opunham ao traçado da estrada de ferro de Antonina a Curitiba, proposto por ele, preferindo que a estrada partisse de Paranaguá, bem como criavam dificuldades para a implantação da *Companhia Florestal* – que estiveram na origem tanto de seu afastamento do mundo empresarial, como também do relativo distanciamento da família imperial.¹⁰⁴ Para

¹⁰¹ *Diário*, 13 de junho de 1873.

¹⁰² André REBOUÇAS, *Agricultura Nacional: estudos econômicos. Op. Cít.*, p. 85.

¹⁰³ Sobre as tentativas de colonização no Paraná, vide o Capítulo II, item 2.3; Sobre o empenho dos irmãos Rebouças na Estrada de Ferro de Antonina a Curitiba e seu prolongamento a Mato Grosso, vide o Capítulo III, item 3.7.

¹⁰⁴ Assim se referia Rebouças em sua correspondência com Joaquim Nabuco, já no auto-exílio: “Eu fui, em 1870 e 1871, o primeiro

Rebouças, os deputados Correia, “filhos de Paranaguá”, representavam as “misérrimas influências políticas”¹⁰⁵ que barravam o florescimento do “espírito de associação”. E eram sobre tais influências que a seu ver pendia a benevolência governamental, tanto a do ministro Rio Branco, o qual, segundo Rebouças, “sacrificou à família Correia a província do Paraná e o legado único do meu pobre Antonio”,¹⁰⁶ como até mesmo da família imperial: “Ah! Reis! Reis!”¹⁰⁷ Rebouças trilharia então um novo caminho, desprendendo-se paulatinamente do círculo de amizades e influências com as quais convivera até então, mas sem abandoná-las por completo. Durante a segunda metade da década de 1870, seria para o jornalismo que canalizaria suas energias, buscando novos simpatizantes, agora não mais para suas próprias iniciativas empresariais, mas para uma nova forma de conduzi-las.

5.3. O Jornalismo como missão

Nos capítulos anteriores, expus dois momentos importantes do percurso de André Rebouças entre 1865 e 1872, enfatizando, no primeiro, sua rotina profissional e empresarial, bem como as tensões e ambigüidades decorrentes da “adesão” à ordem clientelista, imprescindível ao próprio empenho individual e meritocrático do engenheiro. No segundo, empreendi a narrativa de sua aventura junto à modernização portuária, o que permitiu-me vislumbrar as oportunidades e os entraves de uma economia mercantil-escravista. Evidentemente, não poderia compartimentar as duas preocupações acima senão meramente enquanto exposição didática, uma vez que ambas entrecruzam-se na trajetória do nosso autor.

Por outro lado, vislumbro dois outros momentos fecundos em sua trajetória intelectual: num primeiro, os artigos escritos em conformidade com suas atividades práticas pautam-se pela exposição das técnicas e procedimentos mobilizados em suas iniciativas. Ainda que em tais textos não faltem críticas aos obstáculos e entraves morais e econômicos a suas atividades, o tom que os articula se mantém ao nível dos horizontes possíveis, material e temporalmente falando, de resolução dos seus impasses. Tais seriam os textos publicados entre o final da

empresário do Rio de Janeiro; apoiado pelo Visconde de Itaboraí, que me queria tanto a fazer inveja de mim na própria família. A Cia Florestal Paranaense – cortar pinheiros a 8 léguas do mar em rampa decedente – que parecia um Potosi, custou-nos 40 ou 50 contos de réis em pura perda, a luta com a família Correia e Cia, o afastamento do Imperador, etc.”(André Rebouças a Joaquim Nabuco, 7 de junho de 1891).

¹⁰⁵ *Diário*, 15 de fevereiro de 1875.

¹⁰⁶ *Diário*, 28 de abril de 1875.

¹⁰⁷ *Diário*, 8 de maio de 1875.

década de 1860 e início da de 1870.¹⁰⁸ Num segundo momento, os diversos artigos publicados no *Jornal do Comércio* a partir de 1874, e na *Revista Novo Mundo* entre 1875 e 1877, Rebouças escreveria noutro tom, ampliando enormemente o espectro de temas e horizontes abordados: do militarismo às loterias, da pena de açoites à unificação dos mercados nacionais, dos ingênuos ao crédito rural, passando pela educação técnica, apicultura, iniciativa individual, além de uma perspectiva que contemplava a comparação entre “modelos” de desenvolvimento material assumidos por outros países. Numa narrativa caleidoscópica, Rebouças revela-se aqui um articulista eivado de espírito enciclopédico.

Obviamente, explorar todas as suas idéias recorrendo à leitura de cada um de seus artigos seria, além de enfadonho e mesmo inviável, um procedimento que não ajudaria em nada a compreensão do seu sentido mais amplo. Ao contrário, espero que ao combinar e enfatizar alguns dos temas presentes, o leitor possa perceber que não obstante a diversidade de seu pensamento, há uma linha argumentativa que lhes dá unidade.

Além do mais, devo lembrar que Rebouças não se isolou do mundo para escrever tais artigos. Sua intensa participação junto a associações como a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* e o *Instituto Politécnico*, bem como a continuidade de sua rotina profissional e empresarial, embora bem menos intensa do que houvera sido até o começo da década de 1870, ilustram o quanto seu empenho intelectual devia às polêmicas da época. Daí que mesmo a periodização indicada alhures tenha que ser matizada. Afinal, já durante a Guerra do Paraguai, em 1865, Rebouças esboçava em seu *Diário* alguns dos temas que só viriam a ser plenamente desenvolvidos em sua maturidade. Questões como imigração, colonização e a crítica ao militarismo são alguns deles. Igualmente durante sua fase mais intensa no mundo dos negócios, os enfrentamentos cotidianos lhe haviam inspirado reflexões liberais em torno de temas pontuais, como a defesa da garantia de juros, por exemplo.

¹⁰⁸ Segundo pude apurar, era já razoavelmente grande o número de artigos publicados por Rebouças entre 1869 e 1874, a maioria deles no *Jornal do Comércio*, e ao menos um n' *A Reforma*. Eram artigos bastante específicos sobre as companhias portuárias, alguns deles simplesmente dando publicidade à administração e aos balanços financeiros, outros bastante técnicos, e ainda alguns respondendo às críticas de seus opositores. Ao menos seis destas séries de artigos foram publicadas separadamente, em formato livro. São eles: *Melhoramento do Porto do Rio de Janeiro: organização da Companhia das Docas D. Pedro II (na enseada da Saúde e da Gamboa)*. Coleção de artigos publicados pelo engenheiro André Rebouças. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869; *Companhia da Doca da Alfândega do Rio de Janeiro*. Publicação dos documentos que motivaram o acréscimo de 500:000\$000 no seu capital. Estudo das alterações feitas ao seu regulamento pelo decreto nº 4618 de 4 de novembro de 1870. Rio de Janeiro: Typographia Imp. De Villeneuve e Co., 1870; *Companhia da Doca da Alfândega do Rio de Janeiro*. Publicação dos documentos que precederam e motivaram sua organização. Resposta às acusações que lhe têm sido feitas. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve e Co. 1870; *Obras Hidráulicas da Alfândega do Rio de Janeiro*. Coleção dos artigos publicados no *Jornal do Comércio* pelo engenheiro André Rebouças. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve e Co. 1871; *Companhia das Docas de D. Pedro II e o projetado caminho de ferro aéreo*. Coleção de artigos publicados no *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve e Co. 1871; *Província do Paraná. Solução ao conflito dos caminhos de ferro*. Coleção de artigos publicados no *Jornal do Comércio* de 29 de setembro a 9 de outubro de 1874 pelo engenheiro André Rebouças. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. C. de Villeneuve e Co. 1874.

Assim, acredito que o que permite articular o conjunto variado de temas e a dispersão textual seja um determinado “método”, o qual todavia não chegou a ser esboçado, mas sugerido: o “triangulamento” de soluções possíveis para a superação do “espírito de rotina”, que se traduzia, por um lado, na tutela do Estado sobre a economia e sobre a livre iniciativa, e por outro, na manutenção de uma agricultura mercantil-escravista. Assim, em relação à agricultura, a imigração e a colonização, tanto quanto os engenhos e fazendas centrais, serviriam para modernizá-la, cumprindo também um duplo papel: fundamentais na substituição do trabalho escravo para o trabalho livre, *et pour cause*, apressariam a divisão e o parcelamento das grandes propriedades entre os libertos, colonos nacionais e, fechando o círculo, imigrantes estrangeiros, cujas condições de fixação no Brasil dependeriam principalmente da existência de um mercado de terras acessível aos pequenos proprietários, praticantes de uma lavoura diversificada à base de técnicas sofisticadas de plantio, colheita e processamento. Compondo ainda o caleidoscópio das reformas: aos melhoramentos das vias de comunicação, tais como estradas de ferro e navegação fluvial, se agregaria a própria modernização portuária – na qual estivera até então diretamente envolvido –, facilitando o escoamento e embarque da produção agrícola. Na outra ponta, instrumentos jurídicos e de política econômica que permitissem o financiamento deste tipo de modernização, tais como certos mecanismos de crédito, uma legislação sobre empresas concessionárias de serviços públicos, outra de garantia de juros, disposições sobre tarifas alfandegárias de caráter fiscal, auxílios à agricultura, e sobretudo – ainda que só enfatizado ao longo da década de 1880 – um imposto territorial, recaindo não sobre a produção agrícola, mas sobre a área ocupada, com o fito de subdividi-la. Por outro lado, a forma de conduzir esta ampla agenda de reformas seria, talvez, até mais importante: afinal, havia o perigo de que o Estado tomasse para si tal tarefa, excluindo a “livre iniciativa” e o “espírito de associação”, e portanto reiterando a lógica excludente e o “espírito de rotina”, cujas características mais evidentes eram a tutela do Governo sobre todos os negócios, a sujeição da população livre e pobre aos mecanismos eleitorais, e, coroando o rol de infortúnios, o militarismo, o mercantilismo e o protecionismo, aliás concebidos como articulados entre si. Isso sem falar, obviamente, das “misérrimas influências políticas” que reiteravam a lógica clientelista e implicavam em entraves oficiosos ao bom andamento das iniciativas particulares. Daí a defesa dos princípios da “Economia Política” como sendo os únicos meios eficazes na promoção do progresso.

Embora Rebouças tivesse reunido os artigos ao *Jornal do Comércio* em pelo menos dois

grandes livros – *Agricultura Nacional-Estudos Econômicos*, publicado em 1883 e *Garantia de Juros*, publicado em 1874 – já aos destinados à *Revista Novo Mundo* não deu nenhum outro tratamento posterior – embora não raro Rebouças recorresse ao expediente da duplicação de certos trechos em mais de um artigo e, principalmente, da repetição temática.

Além do mais, os artigos para a *Revista Novo Mundo* não levavam sua assinatura. Pude contudo recuperá-los e transcrevê-los em função dos registros em seu *Diário*, os quais informavam a data em que haviam sido escritos e postados para Nova York, e em geral publicados com um ou dois meses de defasagem. Embora Rebouças fosse metódico em relação a tais informações, ocorre que o procedimento de se recorrer a esta fonte traz a desvantagem da incompletude, uma vez que, cessada a redação de seu *Diário* regular, em março de 1877,¹⁰⁹ e sabendo-se que a *Revista Novo Mundo* sobreviveu até 1879, é bem provável que Rebouças tivesse contribuído com mais textos do que os que pude me certificar e transcrever, que foram cerca de cinqüenta, em pouco mais de dois anos.

A participação de Rebouças na *Revista Novo Mundo* era remunerada,¹¹⁰ embora tenha se dado graças à amizade travada com José Carlos Rodrigues, seu redator e proprietário, em 1873. Dessa amizade, Rebouças nos conta ainda que Rodrigues lhe havia legado a direção da Revista, inscrevendo-o em seu testamento.¹¹¹ Começando a escrever regularmente em fins de 1874, Rebouças remetia religiosamente seus textos através dos paquetes a vapor da *United States and Brazil Mail Steam Ship Co*, os quais ligavam mensalmente o Rio de Janeiro a Nova York.¹¹²

A revista *O Novo Mundo – Periódico Ilustrado do Progresso da Idade*, era duplamente singular: além de ser a única publicação em língua portuguesa dentre as 378 de língua estrangeira nos Estados Unidos, seu público não era, como as demais, composto pelos imigrantes residentes naquele país, mas destinados exclusivamente aos leitores no Brasil.¹¹³ Era uma publicação mensal, ricamente ilustrada, chegando a 8.000 exemplares nos últimos anos e, graças à

¹⁰⁹ *Diário*, 3 de fevereiro de 1877. Numa nota feita posteriormente, Rebouças informa o seguinte: “Cessou o Diário regular com a entrada para a redação d’O Globo a 3 de março de 1877. Continua o Resumo Biográfico até 31 de dezembro de 1882. E depois o Lett’s Diary de 1883 a 1889. o ano de 1890 em Lisboa só tem notas diárias em uma agenda e depois Resumo biográfico. Lisboa, em 5 de setembro de 1890”.

¹¹⁰ Rebouças escreveria para a Revista pelo valor de 200\$000 mensais, além de mandar artigos para a *Revista Industrial*, também de propriedade de José Carlos Rodrigues. (Inácio José VERÍSSIMO e Ana FLORA, *André Rebouças, Diário e Notas autobiográficas*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1938, p. 278). Entretanto, não tive acesso a esta outra revista em nenhuma das bibliotecas que consultei, cuja relação segue ao final do texto.

¹¹¹ *Diário*, 20 de fevereiro de 1875. “Em sua carta de 22 de janeiro, o Dr. José Carlos Rodrigues comunica-me que, em seu Testamento, depositado no Cartório do Tabelião Noble Heath Jr, 33, Cambers Street, New York, me legara a direção do *Novo Mundo*. Pobre amigo! Deus lhe proteja e conserve por muitos anos!”

¹¹² Almir Chaiban EL-KAREH, “A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a centralidade do poder monárquico”, in. *História Econômica & História de Empresas*, V.2 (2002), p.26.

¹¹³ George C. A. BOEHER, “José Carlos Rodrigues and “O Novo Mundo”, in. *Journal of Inter-American Studies*, January, 1967, vol. IX, n. 1, p. 127.

regularidade do serviço de pacotes, atingia todo o território brasileiro.¹¹⁴ José Carlos Rodrigues foi seu editor e proprietário até 1875, quando a Revista passou de propriedade simples para uma corporação, tendo por presidente W. H. Parson e por vice o maranhense J. de Souzaêdrade (futuro autor de *O Inferno de Wall Street*), além de ter associados como Albert Goodall, (presidente do *American Bank Note Company*), Frederick Ager, Cornelius Agnew, Willian Rand (publicista protestante), dentre outros. Seu editor, José Carlos Rodrigues, tivera uma formação religiosa protestante, era republicano, abolicionista e condenava a monarquia no Brasil. Após a queda do regime, retornou ao Brasil e comprou o *Jornal do Comércio*, permanecendo seu diretor até sua morte em 1923.¹¹⁵ Aliás, a correspondência registrada por Rebouças durante seu auto-exílio – período em que radicalizara seu apoio à monarquia destituída após a Abolição da escravatura –, revelaria uma profunda amargura com o antigo amigo. No entanto, apesar do republicanismo de José Carlos Rodrigues, nada leva a crer que a *Revista Novo Mundo* tenha sido uma publicação ideologicamente comprometida com o republicanismo, embora seu “americanismo” seja uma característica básica, na qual incluem-se os artigos escritos por Rebouças. No entanto, foge ao escopo deste trabalho uma investigação sobre a dimensão ideológica daquela Revista.¹¹⁶

Rebouças não assinou seus artigos na *Revista Novo Mundo*. E o fez intencionalmente, pois, caracterizados como “artigos de propaganda de idéias novas” que “sempre incomodam”, convinha que a não assinatura do autor o impedisse de “ofender a vaidade pessoal do leitor”, pois que haveria “sempre inimigos, (...) sempre desafetos para dizerem: ‘está agora fulano a querer impingir-nos à força os sonhos, as suas utopias, as suas extravagâncias... é realmente um pedante insuportável!’. E passa adiante, já se sabe, sem ler o artigo ou o escrito, que lhe excitou a bÍlis”.¹¹⁷ Louva a “infinita vantagem” que a imprensa teria em permitir a comunicação de tais idéias, uma vez que seria “muito mais fácil fazer cem prosélitos [através da imprensa] do que um pela argumentação”.¹¹⁸ Além do mais, a “vaidade humana” impediria que se confessasse a outrem seus erros, “mas no silêncio do gabinete lê-se o artigo, o panfleto, ou o livro de

¹¹⁴ *Idem*, p. 131.

¹¹⁵ *Idem*, p. 130.

¹¹⁶ Sobre a *Revista Novo Mundo*, excetuando-se o trabalho recente de Gabriela Vieira de CAMPOS, (*O literário e o não-literário nos textos e imagens do periódico ilustrado O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2001), não obtive nenhum outro estudo sobre ela. Maria Alice R. Carvalho, embora não desenvolva a hipótese ao longo do seu trabalho, se refere ao periódico como um *locus* agregador do nosso “partido americano”. (Maria A. REZENDE DE CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 191.)

¹¹⁷ André REBOUÇAS, “Benjamin Franklin – estudos autobiográficos”. In. *Revista Novo Mundo*, vol. VI, n. 71, agosto de 1876.

¹¹⁸ *Idem*.

propaganda” e aceita-se a opinião do autor “sem sacrifício algum da vaidade própria”.¹¹⁹ Em suma, o “homem tem raiva à idéia nova”, sendo tal recusa “uma das armas mais poderosas da rotina”, a qual nada mais seria do que

o resumo das resistências, que combatem a verdade que é a da liberdade: e o progresso, já foi dito, é a liberdade em ação. ‘Verdade, liberdade e progresso’, eis a trindade salvadora. A propaganda tem por fim dar aos homens o conhecimento da verdade para que sejam livres e para que progredam, isto é, para que melhorem a sua condição neste mundo.¹²⁰

Nesse sentido, a imprensa seria a “guarda avançada, a sentinela constante e incansável de todas as liberdades públicas”, e seria covardia e pusilanimidade assistir indiferente aos “abusos da autoridade”, devendo-se “combater incessantemente a oligarquia, o parasitismo, a exploração sistemática do povo e da riqueza nacional em proveito de um certo número de ambiciosos, que conseguiram empolgar o poder mais ou menos fraudulentamente”.¹²¹ Tais são as virtudes que elogia em Benjamin Franklin, fazendo-as suas também. E a palavra “propaganda” assume mesmo um lugar central na trajetória intelectual de Rebouças, empregada que está em um sem número de significados: desde a propaganda em favor das obras públicas e das Companhias das quais participou, passando pela divulgação das *memórias* na expectativa de um emprego público, pelos artigos que ora analiso, até à “propaganda abolicionista e democrática” da década de 1880 tornada subtítulo de um de seus livros.

5.4. Uma Geopolítica do Interesse

Neste esforço que considerava “imorredouro” de propaganda, um tema freqüente era a crítica à intervenção do Estado na economia. Nesse sentido, uma imagem muito utilizada em seus textos era a associação entre militarismo e intervenção estatal, imagem esta que começara a ser esboçada bem antes, durante sua participação na Guerra do Paraguai. Nas notas de seu *Diário*, em 1865, antes do episódio de Uruguaiana, Rebouças apostava, como já mencionei alhures,¹²² tanto num desfecho rápido àquele conflito, como em certas soluções que a Guerra

¹¹⁹ *Idem.*

¹²⁰ *Idem.*

¹²¹ *Idem.*

¹²² Vide Capítulo II, item 2.2.

pudesse trazer num futuro próximo: uma estrada de ferro estratégica, ligando o litoral do Paraná à distante província de Mato Grosso, quase inacessível por terra, seria uma delas. A estrada permitiria também a colonização espontânea, uma alternativa que lhe parecia mais eficaz do que a militarização da população civil para fins de defesa do território. Aliás, as duas coisas poderiam ser feitas sem se onerar o Tesouro, bastando, por um lado,

criar uma província interior, que receberia o nome de Província das Missões ou de Guaíra, e que teria por capital a cidade de Nova Estrasburgo ou Isabelina na confluência do Rio Iguassú com o Alto Paraná. Esta província teria por fim reviver as Missões para colonização destes ricos sertões, criar uma nova província de fronteira para onde se transportaria a maior parte do Exército do Rio Grande do Sul afim de diminuir a importância desta Província, que, como a de Pernambuco, tão caro tem custado e continuarão a custar ao Império. Serviria também para ligar o resto do Brasil pelo comércio ao Paraguai restaurado e à Província de Mato-Grosso.¹²³

Por outro lado, até mesmo parte do exército paraguaio derrotado poderia ser aproveitado e remanejado nas tarefas da construção ferroviária, uma vez que:

em lugar de se estar muito imoralmente a querer que os prisioneiros paraguaios combatam contra seus compatriotas, seria melhor enviá-los a trabalhar na estrada estratégica – comercial de Antonina a Assunção, pagando-se-lhes como aos nossos soldados quando em trabalhos militares. Os paraguaios são excelentes trabalhadores sobretudo em terra, como o hão demonstrado, segundo a opinião dos engenheiros ingleses, que os dirigiam no C. F. de Assunção a Vila Rica.¹²⁴

Argumentos como estes são freqüentes, e em meados da década de 1860 expressavam uma visão otimista que passava pela aposta de que seria possível extrair, da Guerra do Paraguai e de suas conseqüências, lições positivas e negativas válidas para a própria modernização do País. Além do mais, a formação recebida na *Escola Militar*, que o projetou enquanto engenheiro, bem como a posição ocupada durante a Guerra, alçando-o à condição de observador privilegiado dos acontecimentos,¹²⁵ permitiram-lhe construir o mote da indistinção entre militarismo e

¹²³ *Diário*, 4 de setembro de 1865.

¹²⁴ *Diário*, 4 de setembro de 1865.

¹²⁵ Como já observei alhures, Rebouças ficou encarregado de redigir o Diário Oficial da expedição de ocupação da Ilha de Redenção e do

“governismo”.¹²⁶ Nesse sentido, a Guerra tivera um papel heurístico a Rebouças, revelado em sua crítica à modernização dirigida pelo Estado, apoiada em subvenções ou empréstimos estrangeiros, e reforçadora da sua própria burocracia. Em lugar disto, antepunha a recuperação da “Economia Política”, o aprimoramento de recursos técnicos, materiais e sobretudo econômicos, descartando de antemão reformas políticas e institucionais e, sobretudo, valendo-se do “interesse” como o melhor e mais eficaz promotor do progresso. Afinal, um preceito caro à “Economia Política” seria aquele, tomado à Frédéric Bastiat, pelo qual “todos os interesses legítimos dos povos, como dos indivíduos, são harmônicos”,¹²⁷ sendo o comércio e a troca os grandes promotores da “mutualidade de serviços, [da] ligação de interesses, que constitui os indivíduos do mesmo grêmio social e diferentes povos solidários entre si”.¹²⁸ Ainda de Bastiat, cuja obra *Ce qu'on voit et ce qu'on ne voit pas* (1850) é freqüentemente citada em seus artigos, Rebouças aceitava o não antagonismo entre “interesses morais” e “interesses materiais”,¹²⁹ tornando os indivíduos senhores de si ao se pautarem por iniciativas que não prejudicassem outrem. Concebendo “iniciativa” como derivada do latim “*initium*”, “princípio, começo”, Rebouças a entendia como sendo a “faculdade ou a capacidade, própria à cada pessoa, para encetar idéias ou ações novas”. Continuando:

A iniciativa individual pressupõe vários elementos intelectuais e morais; enumeramos dentre os mais notáveis: - a consciência de si; a fé nos recursos intelectuais, dados pelo criador, e aperfeiçoados por esforço próprio; - a Independência de caráter; a inata aversão a qualquer espécie de tutela; a sublime aspiração de ser o que os *yankees* denominam - *a self made man* - um homem feito por si mesmo, sem padrinhos nem protetores; - o espírito ou talento inventivo; (...); o tato da ocasião – *ocasio praeceps*; - ainda que a ocasião seja calva, saber agarrá-la pelos cabelos; - a Força de vontade; o *self-help*, o saber lutar, jamais desesperar (...).¹³⁰

Uma prova da ausência deste espírito no Brasil estaria, por exemplo, na tutela a que eram

Forte de Itapiru, entre abril e junho de 1866. Tal posição, mais de intelectual do que de combatente, sem dúvida lhe permitiu uma visão crítica dos bastidores da movimentação militar, desde os esquemas fraudulentos no fornecimento de materiais às intrigas e conflitos entre os oficiais.

¹²⁶ André REBOUÇAS. “O Militarismo despovoando o Brasil” in *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 53, fevereiro de 1875.

¹²⁷ André REBOUÇAS. “Bom Patriotismo e Mau Patriotismo”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 54, março de 1875.

¹²⁸ André REBOUÇAS. “Economia Política”. Caderno manuscrito, s/d.

¹²⁹ André REBOUÇAS, “Fraternidade e Liberdade de Comércio”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. VI, n. 72, setembro de 1876. Frédéric BASTIAT, *Ce qu'on voit et ce qu'on ne voit pas*, 1850, p. 41 Versão eletrônica disponível em <http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html>.

¹³⁰ André REBOUÇAS, “Iniciativa Individual”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. VII, n. 75, março de 1877.

submetidos os cidadãos livres e pobres do Império. Versando sobre o tema da imigração espontânea e da colonização, Rebouças deplorava o fato dos brasileiros residentes em Uruguaiana serem obrigados a emigrar para a província argentina de Corrientes e para o Uruguai, fugindo ao recrutamento e à Guarda Nacional. De fato, pensava ele, como incentivar a imigração européia, que contava entre suas causas a “miséria”, a “religião de Estado” e o “militarismo” do Velho Mundo se, às mazelas herdadas da escravidão e da grande propriedade territorial, se acumulavam as desgraças novas do “militarismo, enxertado *a fortiori* no Império do Brasil”,¹³¹ e que obrigava seus próprios moradores a emigrarem para os países do Prata? Ainda, para que recrutamento, perguntava Rebouças, “num país americano, essencialmente agrícola e industrial? Já foi necessário importar nos Estados Unidos essa barbaria do militarismo francês para elevar esta grande república ao mais alto grau de prosperidade?”¹³² Longe de ser uma “planta do Brasil”, o militarismo teria sido “quando muito capricho, monárquico ou oligárquico, efêmero e sem raízes na índole nacional”,¹³³ daí a defesa não apenas da isenção do serviço militar aos imigrantes, e mesmo aos nacionais, como a condenação da própria Guarda Nacional, a qual, de instituição “democrática e livre, que nossos Pais fundaram em 1831, digna de Washington e de Lafayette”, ter-se-ia degenerado em poucos anos a “fatal arma da oligarquia e do *governismo*”, verdadeiro partido armado, ou antes “humilde peça desse hediondo maquinismo eleitoral, com o qual o *governismo* pode fazer, hoje ou amanhã, uma câmara unânime, vermelha, branca ou amarela, conforme seu capricho”.¹³⁴

Portanto, concebendo o militarismo como a outra face do “monopólio governamental”, fosse na esfera política, econômica ou na condução das obras públicas, somente a “iniciativa individual e o espírito de associação” permitiriam a continuidade dos melhoramentos materiais à revelia das contingências políticas episódicas.

É principalmente em tempo de guerra que se experimenta quanto é funesto o monopólio governamental das obras públicas. Ao primeiro prenúncio de guerra mandam-se suspender as obras públicas. Os políticos acham sempre essa primeira vítima para suas economias de ocasião. Na Inglaterra, nos Estados Unidos, nos países de iniciativa individual e de espírito de associação, a guerra não é motivo para

¹³¹ André REBOUÇAS. “O Militarismo despovoando o Brasil” in *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 53, fevereiro de 1875.

¹³² André REBOUÇAS. “Infeliz Paraíba!”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 53, fevereiro de 1875.

¹³³ André REBOUÇAS, “Emigração Russa”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. VII, n. 75, março de 1877.

¹³⁴ André REBOUÇAS, “O Militarismo despovoando o Brasil”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 53, fevereiro de 1875. Este mesmo trecho é citado em *Garantia de Juros*, p. 95.

suspender obras públicas. A titânica luta abolicionista não suspendeu nos Estados Unidos a construção do caminho de ferro inter-oceânico; o féretro de Abraão Lincoln, o mártir da emancipação, inaugurou a 23 de outubro de 1866, 400 quilômetros da linha de Omaha a São Francisco.¹³⁵

Já na seqüência do argumento, podemos ter uma idéia da importância que os melhoramentos materiais, em si mesmos, tanto quanto a forma de conduzi-los, assumem em seu pensamento. Aqui, Rebouças dá às vias de comunicação, sobretudo às ferrovias, um papel central na modernização material. Mais do que isso, tanto os melhoramentos materiais como a economia substituiriam a própria política. Um dos melhores exemplos disso é aquele em que Rebouças sinaliza o papel desempenhado pelas estradas de ferro nos processos de unificação nacional dos países da periferia da Europa, em curso na década de 1870. Referindo-se ao caso italiano, afirma que

o caminho de ferro combateu mais pela unidade da Itália que Garibaldi e Cavour!
A unificação deste país seria ainda hoje não uma utopia, mas sim uma quimera, se a locomotiva não tornasse possível passar-se a manhã em Roma e a noite em Nápoles, Florença, Turim, Milão ou Veneza!
É não compreender que os caminhos de ferro da Itália são as cadeias de ouro, que unem os membros da grande família italiana; que são eles que fazem que o napolitano não seja um estrangeiro em Turim ou em Veneza; que são eles, enfim, que estão dando a ilustre rediviva das glórias de Roma antiga, uma só língua, uma só moeda, uma só medida e um só pensar!¹³⁶

“O sangue”, afirmava Rebouças, “é mau cimento para a fundação de um Império”.¹³⁷ Argumento semelhante ao lançado pelo autor das *Cartas do Solitário*, Tavares Bastos, o qual não era estranho a Rebouças. Em sua polêmica com o Visconde de Uruguai na década de 1860, Tavares Bastos percebia na “satisfação pública” – advinda do franqueamento do consumo com a abertura dos portos do Império “aos navios de todos os pontos do horizonte” –, a verdadeira e permanente “base da segurança do Estado”.¹³⁸ Contemporaneamente a Rebouças, em 1870, Bastos desenvolvera uma argumentação semelhante acerca dos melhoramentos

¹³⁵ André REBOUÇAS. *Garantia de Juros*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874, p. 87.

¹³⁶ André REBOUÇAS. *Garantia de Juros...*, p. 89.

¹³⁷ André REBOUÇAS. “Bom patriotismo e mau patriotismo”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 54, março de 1875.

¹³⁸ Tavares BASTOS. *Cartas do Solitário*. São Paulo: Brasiliense, 1975 [1ª edição em 1862]. P. 105.

materiais, enxergando nas estradas de ferro – “nervos das sociedades modernas” – e nos telégrafos elétricos, as grandes forças dissolutoras dos “antigos costumes, [d]as velhas usanças, [d]as estreitas idéias” que “oprimem o voto e ludibriam a nação”.¹³⁹ Embora Tavares Bastos concebesse as obras públicas como ferramentas para o aprimoramento do “cunho democrático” das instituições, e as subsumisse numa lógica eminentemente política como era a defesa da descentralização provincial e sobretudo do “federalismo”,¹⁴⁰ Rebouças as concebia no registro de uma mudança societal, cujo caráter modernizador arrastaria consigo o legado escravocrata e a grande propriedade. No entanto, eram concordes no que tange à defesa da iniciativa individual em sua promoção, jamais lhes ocorrendo, por exemplo, que pudessem ser executadas exclusivamente pelo governo, ou mediante subvenções. Rebouças, mesmo fiando-se numa agenda “neutra” politicamente, ao menos em comparação com Tavares Bastos, tinha uma evidente preocupação com a moralidade pública que os melhoramentos acarretariam. Um exemplo disso era a concepção esboçada sobre o papel estratégico das estradas de ferro na promoção da “civilização”, expressa em *Garantia de Juros*:

E essas vias férreas irão animar a agricultura, a indústria e o comércio por todo esse império; irão salvar muitas províncias da ruína e bancarrota, que as ameaça; serão para o governo meios seguros de difundir a instrução, a polícia e a civilização; irão ensinar aos sertanejos do Piauí a reconhecer a bandeira brasileira, e aos do Alto Araguaia o valor da moeda-papel; estabelecerão sobre as sólidas bases da amizade e do comércio a união da família brasileira; serão tão úteis na paz como na guerra, e, em todas as ocorrências, excelentes *'instrumenta regni'*, na enérgica frase do povo romano!¹⁴¹

Além de Tavares Bastos, também aqui, a meu ver, Michel Chevalier teria sido uma influência para Rebouças. Em seus textos da década de 1830, sobretudo em *La Système de la Méditerranée*, Chevalier considerava as estradas de ferro o “símbolo mais perfeito da associação universal” de tal forma que sua concretização mudaria as “condições de existência humana”.¹⁴² Previa mesmo que o Zollverein alemão só se tornaria efetivo mediante uma rede ferroviária

¹³⁹ Tavares BASTOS. *A Província*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 201.

¹⁴⁰ Continua Tavares Bastos: “Agitemos estas questões: são também parte nas queixas da Democracia. Oprimem o voto e ludibriam a nação, porque, isoladas, as populações não sentem vibrar em um instante, simultaneamente, como no sistema nervoso, a fibra ofendida, o sentimento calculado em uma parte qualquer do Império. Pode-se impunemente surtar um brasileiro no Piauí, ou crucificá-lo em Alagoas, porque as enormes distâncias fazem que não sejamos um povo, mas uma aglomeração de colônias do Rio de Janeiro”. (*Idem*, p. 201).

¹⁴¹ André REBOUÇAS. *Garantia de Juros...*, p. 116.

¹⁴² Cf. Michel CHEVALIER, *La Système de la Méditerranée*, s/d., apud Jean WALCH, *Op. Cit.*, p. 99.

que unisse fisicamente o território, uma vez que “beaux chemins de fer établis dans quelques directions principales seront des liens qui resserreront tous ces peuples qui parlent la même langue et qui ne s’entendent pas, qui ont les mêmes moeurs, les mêmes habitudes et qui restent de fait étrangers les uns aux autres”.¹⁴³ A necessidade das vias de comunicação também se manifestou, em tom otimista, em suas reflexões sobre os melhoramentos materiais nos Estados Unidos. Afinal, afirma Chevalier, meios de transportes aperfeiçoados ligariam não apenas regiões distantes entre si, mas aproximaria igualmente as “classes sociais”:

Améliorer les communications, c’est (...) travailler à la liberté réelle, positive et pratique; c’est faire participer tous les membres de la famille humaine à la faculté de parcourir et d’exploiter le globe qui lui a été donné en patrimoine, c’est étendre les franchises du plus grand nombre autant et aussi bien qu’il est possible de le faire par des lis d’élection. Já dirai plus, c’est faire de l’égalité et de la démocratie. Des moyens de transport perfectionnés ont pour effet de réduire les distances non seulement d’un point à un autre, mais également d’une classe à une autre.”¹⁴⁴

Em 1867, lendo o *Cours de Économie Politique* de Chevalier, Rebouças talvez tenha encontrado algumas passagens com as quais muito se identificou. Em primeiro lugar, a afirmação de que os grandes impérios, como Roma e a Inglaterra, nada seriam se não contassem com um *instrumentum regni* que se constituiria de “d’importants réseaux de communications”:

(...) toutes les parties d’un état qui serait cinq fois aussi long et cinq fois aussi large que la France, c’est-à-dire vingt cinq fois aussi grand, pourraient communiquer ensemble, échanger leurs produits, entretenir des relations, se répanre et pour ainsi dire se transvaser les unes dans les autres; elles pourraient être centralisées, administrées et gouvernées; elles seraient douées de cohésion et d’unité, tout cela aussi bien et de la même manière que les choses se passent pour les quatre-vingt-six départements de la France actuelle. Je n’en conclus pas que, grâce aux chemins de fer, il n’y aura plus désormais sur la terre que des empires aussi gigantesques, que les états grandes comme la France et même les états présentement secondaires devront nécessairement s’abîmer et disparaître: mais je n’avance assurément pas une opinion téméraire en disant que ces coies nouvelles sont appelées à changer la balance du monde. J’ignore si

¹⁴³ *Idem*, p. 100.

¹⁴⁴ Michel CHEVALIER, *Lettres sur l’Amérique*, t. II, p. 3, apud Jean WALCH, *Op. Cit.*, p.152.

les états les plus faibles seront englobés par les plus fortes ou bien si d'un commun accord on procédera par voie de confédération ou d'association: mais il semble certain qu'à la faveur des chemins de fer une grande métamorphose soit inévitable et que par eux le genre humain doive faire un pays immense vers cette unité peut-être chimérique, que des hommes de génie lui ont assignée comme le terme de tous ses progrès.¹⁴⁵

Além disso, outra consequência, talvez mais importante, trazida pela construção ferroviária seria a redução ou mesmo desaparecimento da penúria e da miséria, uma vez que a rapidez das comunicações poderia contrabalançar níveis diferentes de produtividade agrícola. Em suma, considerada econômica ou politicamente, as estradas de ferro seriam, na visão de Chevalier, “agentes democráticos” no mais pleno sentido da palavra, pois punham à disposição de “todas as classes um instrumento de locomoção que faria desaparecer as desigualdades” entre eles.¹⁴⁶ E por fim, em seu pacifismo, apesar de considerá-las “agentes da paz”,¹⁴⁷ Chevalier acreditava que elas teriam também um papel a desempenhar no âmbito militar, pois, ainda que a visse como contrária ao “bom senso”, a guerra moderna estaria fadada, a seu ver, a entrar numa “fase científica”: se Napoleão, por exemplo, ganhara suas batalhas mobilizando enormes “massas de tropas sobre os campos de batalha”, os caminhos de ferro, ao contrário, reduziriam os custos das operações e tornariam mais efetiva a defesa do território.¹⁴⁸

Para Rebouças, além de levar a economia de mercado aos centros distantes da capital do Império e aproximar os brasileiros, as estradas de ferro desempenhariam também uma função estratégica em seu pensamento imigrantista: permitiriam dar emprego a colonos estrangeiros em sua construção e, num segundo momento, mediante a desapropriação dos terrenos à sua margem,¹⁴⁹ fixá-los, juntamente com os libertos e colonos nacionais, nestes lotes

¹⁴⁵ Michel CHEVALIER, *Cours de l'Économie Politique*, t. I, p. 267., apud Jean WALCH, *Op. Cit.*, p. 300.

¹⁴⁶ Segundo Chevalier, “Les chemins de fer sont des agents démocratiques, dans le sens légitime et régulier du mot. Ils mettent à la portée de toutes les classes un instrument de locomotion qui fait disparaître des inégalités qui avaient existé jusqu'à présent dans les moyens de communication dont disposaient les hommes. Qu'importent l'élégance des voitures et l'inégalité des prix? Pauvres et riches peuvent circuler avec une grande vitesse. Celui qui parcourait les routes à grandes frais, en grand équipage, voyage maintenant trois ou quatre fois plus vite, tout aussi commodément, à bien meilleur marché; et le pauvre piéton, emporté par la même puissance, roule avec lui dans le même convoi, sans que le plaisir du riche en soit diminué”. (Michel CHEVALIER, *Idem*, pp. 378-379, apud Jean WALCH, *Op. Cit.*, p. 308).

¹⁴⁷ “[Les chemins de fer] sont des agents de la paix: les liens qu'ils établissent entre les natins doivent de plus en plus éloigner les collisions sanglantes qui ont désolé l'humanité jusqu'à ce jour. Peut-être un temps viendra où, grâce à leur intervention, grâce aussi aux progrès de la civilisation, on cessera de recourir à cette extrémité effroyable” (Michel CHEVALIER, *Idem*, pp. 407, apud Jean WALCH, *Op. Cit.*, p. 309).

¹⁴⁸ *Idem*, p. 309.

¹⁴⁹ André REBOUÇAS. *Garantia de Juros...*, p. 124. Para Rebouças, o Decreto n. 1.664, de 27 de outubro de 1855, que facultava a desapropriação de terrenos marginais às estradas de ferro, era mais avançado do que a Lei 1.114 de 29 de setembro de 1860, que autorizava o governo a comprar terras junto às estradas de ferro para o estabelecimento de imigrantes.

desapropriados ou devolutos.¹⁵⁰

Nesse sentido, o próprio caráter desta colonização seria diferente. Deplorando o sistema de colônias planejadas, feitas ao sul do País como forma de povoamento estratégico, Rebouças pregava veementemente a imigração espontânea e organizada por pequenos proprietários rurais. Como nota Maria Alice Rezende de Carvalho, Rebouças substituiu o “territorialismo militar do Estado imperial” por um “territorialismo fundado na ação coletiva de colonos-proprietários”,¹⁵¹ e no qual os critérios econômicos e de produtividade da terra se revelariam a própria materialização da utilidade pública.

Sem dúvida, um argumento que repousava na sua apreciação mais ampla sobre o significado do nacionalismo. Na medida em que afirmava ser a “ciência econômica” o “evangelho das nações”,¹⁵² o “livre comércio” seria o instrumento mais eficaz e duradouro para a afirmação de uma nação. Um nacionalismo, portanto, pouco devedor da “política”. Ao lado dos melhoramentos materiais, o livre comércio também desempenharia um papel moralizador e civilizador: afinal, a “ciência econômica” nos ensinaria que “as guerras, as invasões, as conquistas e as ocupações são tão fatais aos vencedores como aos vencidos; que os monopólios nacionais, que as alfândegas proibitivas são mais prejudiciais ao próprio país do que aos estrangeiros”.¹⁵³

Os principais autores a que Rebouças recorre são, além de Chevalier, os fisiocratas franceses, como Gournay e Quesnay, divulgadores da econômica política como Jean Baptiste Say, bem como os reformistas pré-1879, como Vauban, Fénélon e, sobretudo, Turgot. Mas, em que pese a origem européia destas idéias, é contudo o outro lado do Atlântico quem as encarnaria. Ecoando uma passagem de *Democracia na América* de Tocqueville – o qual Rebouças começara a ler em 1874 –, afirma que na América, no Novo Mundo,

funda-se uma nacionalidade nova com princípios novíssimos. O patriarca dessa nacionalidade, o bom Washington, escrevia nas suas últimas recordações aos seus próximos: ‘a regra da nova política deve ser desenvolver relações comerciais com as nações estrangeiras e conservar com elas o menor número de laços políticos que for possível’.

Eis aí, pois, condenada terminantemente a maquiavélica política da velha Europa: a

¹⁵⁰ *Idem*, p. 124.

¹⁵¹ Maria Alice Rezende de CARVALHO, *O Quinto Século...*, p. 103 e 97.

¹⁵² André REBOUÇAS. “Bom Patriotismo e Mau Patriotismo”, in. *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 54, março de 1875.

¹⁵³ *Idem*.

espionagem diplomática, as intrigas internacionais, as intervenções com força armada, as ocupações, as guerras e todas as misérias, com as quais as oligarquias e o feudalismo têm acabrunhado os povos.¹⁵⁴

Para Rebouças, portanto, a substituição da política pelo comércio era, ao lado dos melhoramentos materiais, a legítima e mais eficaz arma tanto contra o “espírito de rotina” quanto contra um de seus subprodutos hodiernos, o militarismo. Afinal, a guerra era além de injusta, contraproducente.¹⁵⁵ Concebia o militarismo como prenhe do “direito romano”, ou do “egoísmo patriótico do *Civis romanus Summ*: tudo para Roma; nada para as outras nações. Roma, senhora, a dominadora; os outros povos os bárbaros – *barbari* – os escravos!”¹⁵⁶ Em lugar disto, que modernamente afigurava-lhe como mercantilismo, tarifas protetoras e protecionismo erigido em razão de Estado, Rebouças contrapunha o pressuposto fundamental de que “desejar a prosperidade dos outros países [seria] simultaneamente amar e servir a vossa pátria”.¹⁵⁷ Como não poderia deixar de ser, os Estados Unidos também encarnariam este “bom patriotismo”:

Um dos traços mais dignos de notar no modo por que esta Nação concebeu e regulou os seus destinos é que ela dirigiu os principais esforços de sua atividade, de sua vontade e de sua inteligência não para a guerra, que é a fascinação da Europa, mas para as artes da paz e para a exploração das riquezas, oferecidas pela natureza!¹⁵⁸

Outra demonstração da substituição da política pela economia seria o papel por ele atribuído aos “verdadeiros” processos de unificação em curso na Europa. Assim, foi a “ciência econômica (...) que tem unificado as grandes nacionalidades: a França abolindo as alfândegas interprovinciais; a Alemanha criando o Zollverein muito antes de Sadowa e de Sedan”.¹⁵⁹ Com

¹⁵⁴ *Idem*. A citação de Washington presente em *A Democracia na América* encontra-se na Segunda Parte do Livro I, intitulada: “Da maneira pela qual a democracia americana conduz os negócios exteriores do Estado” (Alexis de TOCQUEVILLE, *A Democracia na América*, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1977, p. 176).

¹⁵⁵ Comentando sobre a injustiça e contra-produtividade das Guerras, diz Rebouças: “A vitória é para a guerra o mesmo que o ganho é para o jogo: o demônio fá-lo ganhar, para lançar uma nação no baralho do militarismo o demônio concede-lhe a vitória! (...) Quando Moltke dizia, há pouco, no parlamento que a Alemanha devia passar 30 anos com a espada na mão, proferia, sem saber, uma grande verdade filosófica. A nação vitoriosa fica em um estado geral de suspeição; a cada momento tem a temer uma colisão, um Fontainebleau ou um Waterloo! (...) A paz armada está para a guerra como as moléstias crônicas para as moléstias agudas; como uma febre renitente para um tifo. Todas essas moléstias aniquilam e matam as nações; é só uma questão de tempo”. (André REBOUÇAS. “Guerra e Vitória”. In *Revista Novo Mundo*, Vol. VI, n. 61, outubro de 1875).

¹⁵⁶ André REBOUÇAS. “Bom Patriotismo e Mau Patriotismo”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 54, março de 1875.

¹⁵⁷ *Idem*.

¹⁵⁸ *Idem*.

¹⁵⁹ André REBOUÇAS, “A Paz e a Arbitragem”. *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 59, agosto de 1875.

relação à França, a grande obra dos “propagadores da ciência econômica” do século XVIII foi “dar a liberdade de comércio à sua própria pátria”: então dividida em províncias “tão rivais e tão hostis umas às outras como são hoje as mais bárbaras e emperradas nações”, a França nada seria hoje se não fosse a abolição das alfândegas provinciais promovida por Turgot, que o “*Laissez faire, laissez passer* de Vincent de Gournay” dirigido ao comércio do trigo propunha.¹⁶⁰

Em relação à Alemanha, sobretudo após o Congresso de Viena 1815, num tempo em que “não havia ainda caminhos de ferro” e a “Europa inteira, sem exceção, era protecionista”, cada um dos estados alemães, por mais insignificante que fosse em suas dimensões, “julgou-se autorizado a estabelecer um cordão de alfândegas”, resultando disso a predominância das “mais anacrônicas idéias exclusivistas”. Embora Rebouças mencione os “esforços gigantescos do Dr. List e de seus dedicados companheiros para se chegar a construir o Zollverein alemão”,¹⁶¹ teria sido a Prússia, “o país mais avançado em liberdade de comércio”, quem teria liderado o processo de unificação através da abolição das alfândegas internas:

A Prússia foi sempre na Alemanha o país mais avançado em liberdade de comércio: agora mesmo acaba de decretar a livre entrada do ferro, não só em bruto como em qualquer obra, inclusive toda a sorte de máquinas, a partir de 1º de janeiro de 1877. Desse modo o ministro Caphausen fez avançar a Prússia, em liberdade de comércio, além da própria pátria de Michel Chevalier! (...)

Por interesse imediato e convicção própria, foi a Prússia quem se constituiu o campeão do Zollverein alemão, que foi, por certo, a sólida base do atual império.¹⁶²

Nenhuma menção a Bismarck ou ao contexto político da década de 1870. Em seu lugar, surge como ator uma causalidade histórica: o processo de formação da Liga Aduaneira de 1819 a 1828, liderado pela Prússia, a entrada da Baviera e do Wurtemberg para o Zollverein em 1833, e, a partir de 1854, a “Alemanha, com o nome de Zollverein, trat[ando] de seus interesses comerciais e industriais, como se fosse uma nação só”.¹⁶³

¹⁶⁰ *Idem.*

¹⁶¹ André REBOUÇAS, “O Zollverein americano”, *Revista Novo Mundo*, Vol. VII, n. 74, fevereiro de 1877.

¹⁶² André REBOUÇAS, “O Zollverein americano”, *Revista Novo Mundo*, Vol. VII, n. 74, fevereiro de 1877.

¹⁶³ *Idem.* Há um artigo de 1878, intitulado “Katheder-Socialismus”, que, igualmente sem assinatura, não pode comprovar sua autoria através do seu *Diário*, já interrompido desde março de 1877. No entanto, a julgar pelo estilo narrativo, pelas figuras de linguagem e mesmo pelos autores arrolados, embora sem absoluta certeza acredito ser de Rebouças. Assim, neste artigo, List, que aparecera antes como um expoente e “imortal propagador do Zollverein”, era criticado agora por ser um “patriota exclusivista; tinha o que hoje chamamos patriotismo antigo, ou patriotismo romano; e que os franceses denominam *chauvinisme* para significar um patriotismo cego, que tem a estulta ambição de fazer a pátria senhora do mundo, dispondo de todas as outras nações como de seus feudos ou de suas colônias. É esse mau patriotismo, que explica estar sempre o Dr. List em contradição consigo mesmo; quando prega liberdade de comércio para todas as nações da confederação germânica, e o mais bárbaro protecionismo entre o Zollverein e os outros povos

Da mesma forma, teriam sido as idéias liberais que, na Inglaterra, “impediram um conflito iminente, um cruento 1793 entre a democracia e a aristocracia, que matava o povo à fome com seu hediondo monopólio do trigo.”¹⁶⁴ Daí que o mentor da *Anti-corn Law League* Richard Cobden, e não Oliver Cromwell, foi também o verdadeiro “fundador da democracia” inglesa, sendo a abolição das Leis do trigo uma “revolução, talvez mais efetiva que a de 1789, sem guilhotinas e sem baionetas, simplesmente com a palavra e com a imprensa.” Continuando:

Foi desde este dia, convencida por esta eterna lição, que a escola liberal repudiou o bárbaro direito de revolução. Foi só então que a escola liberal compreendeu que eram tão hediondos o cutelo de Cromwell e a guilhotina de Marat como as forcas, as rodas e os pelourinhos do absolutismo e como as fogueiras e as torturas da inquisição! Não há reforma liberal, por mais grandiosa que seja, que não possa ser realizada pela palavra e pela imprensa. O apelo à força bruta é sempre um crime, e um crime contra irmãos e contra a mãe pátria, um crime sem perdão perante Deus e perante a posteridade. É a ambição, são os maus instintos, que incitam as revoluções!¹⁶⁵

Na recusa à revolução nacional-popular estava contida também uma perspectiva da imbricação entre economia política e questão nacional. Por um lado, é a liberdade de comércio inter-provincial o elemento fundador da questão nacional: “a unidade do sistema aduaneiro é um dos principais característicos de uma nacionalidade”.¹⁶⁶ Portanto, uma tarefa do Poder Legislativo em âmbito nacional seria a de unificar os impostos de forma a constituir a nação. Por outro lado, paralelamente à política econômica e tributária mais geral, haveria a tarefa cotidiana, e talvez mais importante, de incutir a livre iniciativa e o espírito de associação no seio da população. Em outras palavras, instituir o *self-government*, o qual ia a par com a salvaguarda das “liberdades municipais”:

Há uma dependência mútua entre a iniciativa individual, o espírito de associação, as companhias para a realização das grandes empresas de utilidade pública, e as instituições democráticas. (...)

Um povo só é livre quando sabe governar-se. Para saber governar é preciso aprender a

da Europa”. (“Katheder-Socialismus”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. VII, n. 88, 88, abril de 1878). Sobre Friedrich List (1789-1846), ver, dentre outros, Monique ANSON-MEYER, *Um economista do desenvolvimento au XIX siècle: Friedrich List*, Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1982.

¹⁶⁴ André REBOUÇAS. “A paz e a arbitragem”. In *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 59, agosto de 1875.

¹⁶⁵ André REBOUÇAS, *Agricultura Nacional: estudos econômicos*, p. 307.

¹⁶⁶ André REBOUÇAS. “O Zollverein americano”. In *Revista Novo Mundo*, Vol. VII, n. 74, fevereiro de 1877.

governar. Ora, é na administração e no governo da companhia, do município e da província que se aprende o governo do Estado. É só assim, nesse estudo prático e progressivo que se chega a saber governar uma nação. Tomar, como se faz nesse Império, um bacharel de direito, saído do Recife ou de São Paulo, *que jamais governou sequer uma casa*, e entregar-lhe o *sceptro* de um dos ministérios, para exercer despoticamente toda a soma de autocracia governamental, monopolizada pelos seus antecessores, é querer viver sempre de créditos suplementares e extraordinários, sem Lei nem Orçamento, a [ilegível] nas bordas do abismo e da bancarrota!¹⁶⁷

Num artigo em que alude ao “gênio progressivo de Tavares Bastos, de saudosíssima memória”, argumenta que as “instituições municipais”, ao lado da religião e dos hábitos de família, são o “penhor da liberdade” dos “povos civilizados”, e referindo-se aos Estados Unidos, afirmava que “a base de toda a grandeza desta República foi a liberdade municipal, trazida pelos primeiros emigrantes da Inglaterra.”¹⁶⁸ Município forte, moldado pelo espírito público vigilante do interesse e da liberdade, significaria também uma nação poderosa. Exatamente o inverso de uma administração que arrogasse para si a “onipotência governamental”. A “descentralização” significava reduzir o governo central a “só fazer os serviços de justiça, segurança e relações exteriores, e deixar tudo o mais às municipalidades e aos governos das províncias ou dos estados confederados”.¹⁶⁹ Nos Estados Unidos, lembra que o princípio da “indenização” por serviços públicos de má qualidade, por exemplo, seria para lembrar a cada momento “aos eleitos do povo que eles só têm autoridade para bem servir ao povo”, impedindo além do mais que “cada um deles se constit[ísse] em déspota e sanhudo tiranete, abusando ousadamente de sua posição e autoridade”.¹⁷⁰ Por outro lado, as próprias obras públicas como “telégrafos urbanos, os cais e as docas” poderiam ser entregues às municipalidades, como “em toda a Inglaterra, aqui em New York, mesmo na própria França”. Desgraçadamente, o que se observava no Rio de Janeiro era a execução das obras públicas pelos ministérios da Agricultura e do Império:

¹⁶⁷ André REBOUÇAS. “Iniciativa Individual”. in. *Revista Novo Mundo*, Vol. VII, n. 75, março de 1877. Grifo meu. A comparação com o governo da casa, como na citação acima, é exemplar. Em outro artigo, a defesa que faz da introdução de caixas econômicas escolares, criando entre as crianças hábitos de “parcimônia e de abstenção” revela o quanto Rebouças tem em mente o sentido grego da economia: “Notai bem que o fim da instituição [no caso, as caixas econômicas escolares] é ensinar *Economia*, na verdadeira acepção dos radicais gregos, que constituíam essa palavra; é ensinar a *Ciência do lar doméstico*, a *ciência da família*, a *ciência do cidadão*; não é formar pecúlio, nem dote para os meninos e meninas”.(André REBOUÇAS, “Caixas econômicas escolares”. In. *Revista Novo Mundo*, Vol. VII, n. 75, março de 1877).

¹⁶⁸ André REBOUÇAS, “Emigração Russa”, in. *Revista Novo Mundo*, Vol. VII, n. 75, março de 1877.

¹⁶⁹ André REBOUÇAS, “Descentralização”, in. *Revista Novo Mundo*, Vol. VII, n. 75, março de 1877.

¹⁷⁰ *Idem*.

O orçamento atual do Império é um amálgama vergonhoso de serviços municipais, provinciais e gerais no mercúrio do monopólio governamental: no futuro constituirá esmagadora prova da ignorância administrativa, econômica e financeira e da monomania de governar da geração presente!¹⁷¹

A excessiva centralização econômica e administrativa do Governo brasileiro teria um alto custo, prejudicando até mesmo a sua diplomacia. Embora reconhecesse ser a “questão platina” um conflito “mais antigo do que a organização da nacionalidade brasileira”,¹⁷² a ignorância dos princípios da “economia política” teria dificultado soluções e gerado impasses futuros. Afinal, o preço pago pelo Brasil por ser o “paladino da liberdade” do Rio da Prata – ao passo que a mera “construção de um caminho de ferro do Rio de Janeiro a Cuiabá” fosse infinitamente mais barata e eficaz –,¹⁷³ teria sido a “paz armada” sustentada pelo Brasil no Paraguai: um custo de 25.000 contos de réis nos últimos 5 anos após o término do conflito, sem contar os “600 a 700 mil contos e os 100.000 brasileiros” perdidos durante a guerra, a ruína das finanças públicas e, sobretudo, a introdução “no Império [d]a carreira do militarismo”.¹⁷⁴ Além disso, o endividamento brasileiro no exterior teria obrigado o governo a custear uma política econômica intervencionista, patenteada pela emissão de papel-moeda.¹⁷⁵

5.5. O financiamento da modernização

O tom denunciante contra todas as medidas centralizadoras acima evidencia o quanto os meios de obtenção de crédito e financiamento da modernização eram tão ou mais importantes do que seu próprio objetivo. Na verdade, tais meios condicionariam, a meu ver, o próprio tipo de modernização proposto por Rebouças.

Se militarismo e *governismo* andavam juntos, era de se esperar que o aumento do gasto público com a “paz armada” reforçasse uma determinada política monetária. Em seu artigo sobre a crise financeira de 1875 no Brasil, Rebouças argumentava que a falência do Banco Mauá, e particularmente o fechamento de sua filial de Campinas – “o centro agrícola e comercial mais importante da próspera província de São Paulo, onde convergem hoje três caminhos de ferro em tráfego e em construção, que não têm superiores no país” –, assumiu a

¹⁷¹ *Idem.*

¹⁷² André REBOUÇAS. “A paz e a arbitragem”. In. *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 59, agosto de 1875.

¹⁷³ *Idem.*

¹⁷⁴ André REBOUÇAS. “A crise financeira de 1875”. In. *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 58, julho de 1875.

¹⁷⁵ André REBOUÇAS. “O Paraguai hipotecado”. In. *Revista Novo Mundo*, Vol. VI, n. 70, julho de 1876.

proporção de uma “verdadeira calamidade nacional”.¹⁷⁶ Concorreu como uma de suas causas, não a alegada retração de crédito motivada pelo pânico, mas justamente o contrário, ou seja, a emissão de papel-moeda “sem lastro”, concebida, diz ironicamente, como o mecanismo mais eficaz em “baixar simultaneamente o crédito e a moral das nações”.¹⁷⁷ Nesse sentido, Rebouças lançava uma verdadeira carta de intenções:

Nós fazemos os votos mais sinceros para que essa triste lição [isto é, a crise de 1875 e a falência do Banco Mauá] faça abandonar o governo imperial a sua política nímiamente intervencionista, protetora e proibitiva; que essa emissão de papel-moeda seja a última, a que seja obrigado o Tesouro Nacional; que abandonemos o atrofiante sistema de paz armada e das ocupações em países estrangeiros; que entremos em uma nova época de economia, de indústria e de trabalho; que demos liberdade de emissão aos bancos, que tiverem fundo em ouro, e que as provações, passadas em maio, sejam aproveitadas como uma preciosa lição para o engrandecimento, para a riqueza, e para a prosperidade do Brasil.¹⁷⁸

Rebouças defendia um regime de liberdade bancária, ao mesmo tempo em que condenava veementemente as emissões sem “fundo em ouro”, consideradas formas disfarçadas de “jogatina” e “agiotagem”. No entanto, o Brasil não estaria preparado para comportar tal regime: por exemplo, os bancos territoriais, tidos por muitos como “o único expediente financeiro capaz de salvar a lavoura nacional da crise por que passa atualmente”, não passariam de uma quimera na ausência de “estatísticas” e “cadastros confiáveis” sobre a propriedade da terra, “coisa que mal conhecemos de nome!”. Seriam antes “bancos escravocratas, porque a fazenda só vale pela quantidade de escravos que possui”.¹⁷⁹

Abolida a escravidão, resgatado o papel-moeda, nós poderemos entrar francamente no sistema de liberdade dos bancos. Então veremos, entre as florestas do Brasil, como viu Michel Chevalier nas dos Estados Unidos, bancos de emissão de depósitos e de descontos, funcionando perfeitamente. Vede bem que não somos inimigos dos bancos de emissão. Combatemos hoje esta instituição como inoportuna e ainda

¹⁷⁶ André REBOUÇAS, “A Crise Financeira de 1875”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 58, julho de 1875.

¹⁷⁷ *Idem*.

¹⁷⁸ *Idem*.

¹⁷⁹ André REBOUÇAS, *Agricultura Nacional, Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática*. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux & Co., 1883, p. 293.

infelizmente fora do círculo das coisas possíveis no Brasil! Mas, pedimos de todo o coração a Deus, que aproxime o dia em que não haja no Brasil uma aldeia que não tenha uma escola, uma estação de caminho de ferro e um banco territorial.¹⁸⁰

Em lugar de tais bancos, propunha a criação de Engenhos e Fazendas Centrais, cumprindo estes o papel de “verdadeiros bancos rurais, disseminados por todo o Brasil e em contato imediato com todas as categorias de lavradores”.¹⁸¹ Uma vez que é peça importante do vocabulário de Rebouças, comentarei o “princípio da centralização agrícola” no próximo capítulo.

Num artigo sobre a modernização argentina, Rebouças é enfático em condenar a confluência perversa entre emissões de papel-moeda e centralização bancária, ao argumentar que a Guerra do Paraguai trouxera àquele país um “movimento comercial febril”, que redundou em especulações e em dissipação de riquezas.¹⁸² Naquele quadro de euforia econômica, os empréstimos contraídos em larga escala teriam servido apenas para “aumentar o funcionalismo” e desenvolver o “militarismo”, sendo ao final que, para socorrer as despesas internas, o governo argentino teria recorrido às “emi[ssões de] papel moeda sob a capa de um Banco privilegiado com emissão de papel com curso forçado”. Afinal, afirma Rebouças, o cortejo de males perduravam, não obstante a cornucópia efêmera da agiotagem: “Continuam as invasões dos índios na fronteira; Entre-rios agita-se para nova revolução (...) A situação, pois, se resume nestas hediondas palavras: bancarrota – papel moeda – revolução – guerra de extermínio aos selvagens!”¹⁸³

A imprevidência no controle dos gastos públicos responderia por diversas outras formas, todas elas contraproducentes, “imorais” ou “iníquas”, de obtenção de divisas, tais como a “Loteria-imposto”, os “empréstimos estrangeiros” e mesmo os impostos de exportação e importação.

Sobre a “loteria-imposto”, herança da “corrupção dos costumes” cujo ápice teria sido o Absolutismo monárquico europeu – afinal, “todos os economistas são concordes em classificar

¹⁸⁰ *Idem*, p. 300.

¹⁸¹ *Idem*, p. 307.

¹⁸² André REBOUÇAS, “República Argentina”, in *Revista Novo Mundo*, vol. VI, n. 72, setembro de 1876. Continua Rebouças: “Fizeram-se grandes especulações; ganhou-se muito dinheiro. Mas ao dinheiro, ganho na guerra, aplica-se a célebre máxima *male parva, male dilabuntur*. O dinheiro dos especuladores serviu para alimentar o luxo e elevá-lo a proporções incríveis. Com o ouro, que o Império teve a incensatez de lançar no rio da prata, construíram-se palácios riquíssimos; compraram-se cavalos e carruagens como só se admiram nas mais opulentas capitais da Europa. Buenos Aires chegou a ter duas companhias líricas italianas, luxo que só se vê em Londres. Por fim as últimas libras esterlinas, ganhas pelos fornecedores do exército imperial, serviram para fomentar a louca revolução de Mitre!” (*Idem*).

¹⁸³ André REBOUÇAS, “República Argentina”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. VI, n. 72, setembro de 1876.

a loteria entre os impostos indignos de uma nação moralizada e livre!”¹⁸⁴ –, Rebouças enfatizava o fato dela obscurecer o único meio moral, lícito e justo de obter bens que é o “trabalho”.¹⁸⁵ Quanto aos empréstimos estrangeiros, quando mal direcionados – isto é, visando apenas cobrir o aumento nos gastos públicos –, enveredariam por uma fatal espiral de endividamento – afinal, diz Rebouças, “donde tirareis o acréscimo de renda para pagar as obrigações contraídas pelo novo empréstimo? Contraíreis um novo empréstimo para fazer o serviço deste; um terceiro para servir ao segundo? Não é isso correr seguramente pelo plano inclinado da bancarrota?”.¹⁸⁶ Já os impostos de exportação, estes teriam chegado ao máximo para produtos como o açúcar e o algodão, endividando mesmo os engenhos mais produtivos da Bahia e Pernambuco. Só o “café e a borracha, gêneros excepcionais, monopólios naturais, que o Criador nos concedeu, podem pagar os novos exagerados impostos de exportação!”.¹⁸⁷

Por fim, os impostos de importação, longe de serem considerados “protetores” – “porque, para cúmulo de desgraça, eles nem acham no Império indústrias para proteger”¹⁸⁸ –, seriam “bárbaros, ridículos, e rigorosamente proibitivos”.¹⁸⁹ Lembra ainda que, na “imediate falta de dados estatísticos” sobre a Agricultura e a Indústria, a maior parte dos “absurdos impostos de importação, que viciam a tarifa das alfândegas” eram lançados “às cegas”: “ferem a quem desejam proteger; protegem a quem desejam ferir”.¹⁹⁰

Como mecanismo de financiamento à modernização, Rebouças é enfático em defender as idéias que admite serem de seus “mestres prediletos”, Flachet, Charles Dupin, Michel Chevalier e François Bartholony. Na “Introdução” à sua obra *Garantia de juros*, Rebouças recorda que tais autores “se empenharam na França em discussões análogas durante a propaganda para a execução das obras públicas por companhias.” Em seu estudo sobre a “história da garantia de juros no Brasil e os fatos que a fizeram repudiar nestes últimos tempos”, afirma que “os argumentos daqueles ilustres apóstolos da iniciativa individual e do

¹⁸⁴ André REBOUÇAS, “Sobre Loterias”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 55, abril de 1875.

¹⁸⁵ Rebouças se perguntava: afinal, quanto ganhava o Império com o negócio das loterias? “Notamos, em primeiro lugar, que um Império, que ocupa o Paraguai e o Rio da Prata, com seus exércitos e suas esquadras, que compra monstruosos encouraçados de 5.000 contos de reis, e, ao mesmo tempo, entrega-se ao jogo de loterias para obter a miséria de 55.500\$ para as despesas da Casa de Correção e do melhoramento sanitário do Império. Lembra certos *petits creus*, que vão, nos bailes, às salas de jogos a pretexto de ganhar para pagar as luvas de pelica. Os algarismos acima citados, não deixam a menor dúvida que o lucro anual do Governo com o monopólio das loterias orça de 1.400 a 1.700 contos anualmente. Ora, pois, é para ganhar essa ridícula soma, que não chega para pagar a terça parte do famoso *Independência*, que o nosso Governo se conserva ao nível do governo da Espanha! E só a Espanha e o Império Americano mantêm ainda a nefanda escravidão! Que coincidência! Na desgraçada Espanha a loteria sustenta o luxo e nutre a paixão do jogo sem limites: a praça de touros e as revoluções alimentam o instinto sanguinário”. (*Idem*).

¹⁸⁶ André REBOUÇAS, “Novo Empréstimo Brasileiro”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 56, maio de 1875.

¹⁸⁷ *Idem*.

¹⁸⁸ *Idem*.

¹⁸⁹ *Idem*.

¹⁹⁰ André REBOUÇAS, “Comércio Marítimo do Brasil”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. VII, n. 74, fevereiro de 1877.

espírito de associação aplicavam-se melhor ainda ao Brasil de 1870 do que a França de 1830.”¹⁹¹ Assim, a “garantia de juros” seria para Rebouças “o único meio seguro de importar capitais estrangeiros, e também o mais forte, o mais adequado e o mais conveniente estímulo para o desenvolvimento da iniciativa individual e do espírito de associação para as empresas de utilidade pública deste país.”¹⁹² Na seqüência do argumento, observando o progresso da “predestinada província de São Paulo”, que não reluta em chamá-la “Pensilvânia do Brasil”, Rebouças a tem como

a mais ousada e a mais ativa das províncias do Império, que cabe a glória de ter profligado os preconceitos; de ter tido, a despeito dos vãos terrores dos rotineiros, a coragem de garantir 7% simultaneamente a cinco companhias de caminho de ferro. (...) Apesar da admirável iniciativa dos agricultores de São Paulo, o prejuízo dos nossos estadistas contra a garantia de juros foi-lhe também fatal.

Basta notar, para ter a prova dessa proposição, que se as vias férreas de São Paulo tivessem sido executadas com capital estrangeiro, importado com a segurança da garantia de juros, todos esses milhares de contos de réis, imobilizados em caminhos de ferro, estariam empregados na cultura dos vales de Mogi-Guaçu, do Tietê e do Paranapanema; na cultura e no benefício do café; na cultura, na fiação e na tecelagem de algodão; na mineração e na preparação do ferro, e em um sem número de indústrias conexas.¹⁹³

As garantias de juros substituiriam paulatinamente as subvenções do governo a empresas de utilidade pública. Afinal, as subvenções, sustentadas pelos impostos, e a despeito da sua finalidade, tornariam injustas suas próprias realizações materiais. Neste sentido, Rebouças refletia criticamente sua experiência anterior à frente da modernização portuária da Corte, ao admitir que

construir uma obra de utilidade pública por conta do governo geral, com os recursos do tesouro nacional, e dar gratuitamente o seu usufruto, implica além dos inconvenientes, já mencionados, uma grande injustiça!

Assim é que se tinha cometido o grave erro de construir por conta do tesouro

¹⁹¹ André Rebouças, *Garantia de juros*, p. 2.

¹⁹² *Idem*, *ibidem*.

¹⁹³ *Idem*, p. 3.

nacional a Doca da Alfândega do Rio de Janeiro e dar o seu uso gratuito a todos os navios. Era um grande favor, feito só ao comércio do Rio de Janeiro; mas os contribuintes brasileiros desde o Oyapock até o Chuí, que tinham dado para esta obra uma quota, correspondente aos impostos pagos, só tinham o gozo de saber que no Rio de Janeiro havia a mais custosa doca do mundo, e tinham simultaneamente o prejuízo de nunca ter docas, porque o Tesouro Nacional, esgotado por essa árdua e infeliz experiência, jamais se lembraria de fazer tão custoso favor a outro porto do Brasil.¹⁹⁴

Em matéria tributária, a crítica de Rebouças recaía não sobre os impostos em si, mas precisamente sobre os de um determinado tipo: os de caráter indireto, particularmente os impostos aduaneiros. Tidos como “ilusórios e fraudulentos”, sua crítica repousava numa linha de argumentação que os concebia como “em perfeito antagonismo com as idéias democráticas do século”,¹⁹⁵ as quais proclamavam a necessidade dos “impostos diretos”, tanto sobre a renda como sobre a propriedade territorial. Este argumento é muito importante, visto que ele pauta a defesa do imposto territorial como o mecanismo tributário por excelência do processo de modernização da agricultura e da transição ao trabalho livre, o qual discutirei adiante. Nesse sentido, convém delinear as linhas gerais de sua crítica aos impostos alfandegários, concebidos como mecanismos protecionistas, além de sua crítica à própria industrialização.

Um documento esclarecedor quanto a isso é seu parecer sobre a reforma da tarifa das alfândegas, redigido por ocasião de um debate havido na *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, entre 1876 e 1877.¹⁹⁶ Rebouças, na qualidade de presidente interino da Seção de Comércio e Meios de Transportes,¹⁹⁷ ficou encarregado de emitir uma posição sobre a petição que Pereira Rego Filho apresentava àquela Sociedade, em junho de 1876, inquirindo-a em dois pontos: “1°. Convirá solicitar do Governo alguma alteração da tarifa de nossas Alfândegas, no intuito de favorecer mais eficazmente a indústria agrícola e os ramos da indústria fabril, que tem no país elementos de prosperidade e dão ou podem dar produtos de grande utilidade? 2°. Quais os artigos da tarifa que devem ser alterados, e os termos precisos da alteração?”.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 75.

¹⁹⁵ André REBOUÇAS, “O Imposto Direto”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. VII, n. 74, fevereiro de 1877.

¹⁹⁶ André REBOUÇAS, *Parecer do Presidente interino da seção de Comércio sobre a Reforma da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger e Filhos, 1877. O debate sobre a reforma da tarifa das alfândegas está transcrito na revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, publicação mensal da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, entre agosto de 1876 e julho de 1877.

¹⁹⁷ Rebouças substituíra José Ewbank da Câmara, por este se achar em Pernambuco. Como vimos, Ewbank da Câmara fora ajudante de Rebouças nas obras da Alfândega, e indicado por ele como sócio remido no *Instituto Politécnico*.

O debate seguido à apreciação deste documento, entregue simultaneamente às sessões de Agricultura, Indústria Fabril e Comércio da *SAIN*,¹⁹⁸ exigindo de seus respectivos presidentes um posicionamento, bem como a argumentação de vários de seus contendores naquela disputa, merece algumas reflexões. A gênese deste debate, todavia, remonta a um período anterior, a crise financeira de 1874-1875, que era um reflexo tardio da crise mundial de 1873, cuja consequência imediata foi o abandono, por parte dos Estados Unidos, França, Alemanha e o resto da Europa das esperanças de Richard Cobden e de Chevalier, isto é, do “livre-comércio”, em favor do protecionismo.¹⁹⁹

O pedido de alteração tarifária junto a *SAIN* fora proposto pelos representantes da indústria chapeleira, e isso somente após verem negado seu apelo junto a Associação Comercial, onde estava reunida a comissão nomeada pelo então ministro da Fazenda, o visconde de Rio Branco, para rever a tarifa alfandegária. O termo “indústria”, no século XIX, tinha uma conotação mais ampla do que o significado econômico de atividade fabril.²⁰⁰ No entanto, a julgar pelo debate que Rebouças presenciou na *SAIN*, em meados de 1876 e 1877, é inequívoca sua acepção enquanto manufatura e indústria fabril urbana.

A indústria de chapéus no Brasil era nascente, mas se encontrava em crise de estagnação desde que começara a sofrer a concorrência dos chapéus alemães, os quais, feitos com lã e mediante processos manufatureiros mais modernos do que os usados pela indústria nacional – que além do mais utilizava matéria-prima mais cara, o pêlo de lebre –, saíam mais baratos do que os nacionais.²⁰¹ Esta era a principal queixa dos fabricantes, e por conta disso pediam uma

¹⁹⁸ No entanto, somente as seções da Indústria Fabril e a do Comércio apresentaram pareceres, tendo a de Agricultura se eximido da controvérsia.

¹⁹⁹ Cf. Peter GOUREVITCH, *Politics in Hard Times. Comparative responses to International Economic Crises*, Ithaca and London: Cornell University Press, 1986. (Capítulo 3: “Protectionism and Free Trade: The Crisis of 1873-96”). Segundo Gourevitch, as décadas de 1850 e 1860 trouxeram prosperidade econômica e material tanto à Grã-Bretanha como a outros países que, inseridos na nova divisão internacional do trabalho, se industrializaram a partir de então. Foi graças a esta prosperidade que a política econômica liberal clássica pôde ser adotada, simbolizada pelo tratado de livre comércio entre França e Inglaterra em 1860. Todavia, a transformação radical da economia internacional vista pelo autor como verdadeiro “cataclisma” (alteração dos processos tradicionais da agricultura, revolução dos transportes e da indústria), ao reduzir custos e suplantiar a demanda, teve como efeito a redução das expectativas de lucro e a queda no ciclo econômico, produzindo deflação. Assim, a crise de 1873-1896, embora menos intensa do que a “grande depressão” de 1930, foi um dos maiores períodos de reajustamento estrutural na Economia internacional. E teria sido justamente a ambigüidade em relação ao caráter daquela “depressão” que ensejaria o debate sobre as duas diferentes respostas dos países à ela: ou o “mercado”, cuja aceitação da nova divisão do trabalho poderia implicar no risco em se adotar difíceis reajustamentos internos, re-allocando fatores de produção em função da demanda externa, ou, alternativa predominante, o “protecionismo”, erigindo barreiras alfandegárias ou formando cartéis. Somente a Inglaterra permaneceu livre-cambista neste período, ao passo que a Alemanha foi o primeiro país a adotar o protecionismo, seguindo-se a França e demais países europeus. Os Estados Unidos adotaram protecionismo às suas indústrias, mas mantiveram-se relativamente abertos aos produtos agrícolas. (*Idem*, pp.71-76).

²⁰⁰ Segundo o dicionarista Moraes e Silva, indústria significava “arte, destreza, para granjear a vida; engenho, traça, em lavar, e fazer obras mecânicas, em tratar negócios civis”. Já o termo “manufatura” era o mais próximo ao atual significado de atividade fabril, pois denominava a “fábrica, mecânica, e oficina de artefatos; de lanifícios, de sedas, chapéus, panos”. Verbetes “Indústria”, in. Ronaldo VAINFAS (org) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 372-376.

²⁰¹ Nícia Vilela LUZ, *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975, p. 51. Segundo dados apresentados por Joaquim Álvaro d’Armada, o preço final dos chapéus nacionais girava em 7\$540, ao passo que os importados em 6\$240. (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, n.8, agosto de 1876, p. 285).

alteração da tarifa afim de “aumentar consideravelmente os direitos ao chapéu importado, e diminuir [as tarifas cobradas às] matérias primas que a fabricação necessita do estrangeiro”.²⁰² O manifesto dos “artistas chapeleiros”, lido por seu representante, Ferro Cardoso, argumentava que “protegido deste modo o fabrico nacional, não será desarrazoado esperar que esta indústria crie outras, como seja a aclimação da lebre, do coelho, do carneiro e outros animais que nos forneçam os pêlos, e isto, de certo, trará por outro lado consigo resultados mui benéficos para o país”.²⁰³ Por fim, clamando ao conselho administrativo da *SAIN*, reiterava que

a indústria de chapéus, como muitas outras no Brasil, é como uma planta mimosa, que vegeta em campo vasto, onde muitas outras agrestes igualmente crescem e tendem a abafá-la, que de certo morrerá, se os cuidados do bom jardineiro não vierem desviar-lhe esses tropeços ao seu crescimento. Vós sois, senhores, para a indústria do Brasil, o bom jardineiro, a cujos desvelos e patriotismo nós confiamos a justiça de nossa causa.²⁰⁴

A proposta rendeu polêmica. Revezaram-se na contenda os fabricantes, também conhecidos como “chapeleiros”, e os comerciantes, importadores ou retalhistas. Muitos destes últimos eram também fabricantes, mas, em relação à discussão presente, e na qualidade de importadores, viam com maus olhos a elevação da tarifa. Joaquim d’Armada, por exemplo, fabricante e negociante de chapéus, criticava veementemente a proposta dos fabricantes, partindo do pressuposto, também acatado por Rebouças, de que a “crise” da indústria nacional redundava da ausência de matérias primas, de mão-de-obra e de capitais, o que tornava a produção nacional onerosa e sem condições de “poder competir com a indústria estrangeira, que melhora dia a dia, não só pelos conhecimentos práticos e teóricos de que dispõem, como pela facilidade de braços e do emprego de máquinas que inventam a cada passo para realizarem esses importantes melhoramentos que se notam em seus produtos”.²⁰⁵

O parecer da seção da Indústria Fabril, presidido por Paula Freitas, foi favorável à petição dos representantes chapeleiros, declarando-se ao final por um protecionismo moderado.

²⁰² Depoimento de Ferro Cardoso, apresentando o manifesto dos “artistas chapeleiros”. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 9, setembro de 1876, p. 32.

²⁰³ *Idem*, p. 326.

²⁰⁴ *Idem*, p. 327.

²⁰⁵ *Idem*, p. 334-5.

Afirmava que, apesar do “sistema liberal”, defendido pela Escola de Manchester ser o “ideal”, ele não existia “em país algum, porque ainda há falta de elementos essenciais para esse fim”, sendo o mais importante deles a existência da “paz perpétua e da associação universal”, condições que só existiriam “entre as províncias de um mesmo Estado, ou nos Estados já associados”. Nesse sentido, a liberdade comercial, “em vez dos salutareos efeitos a que está destinada, traz ao contrário o perigoso mal da perda completa da sua autonomia; em vez de nações livres, dá lugar a pequenos povos sujeitos a supremacia dos países preponderantes nas indústrias”.²⁰⁶ Já o sistema “protetor” ou “proibitivo” dos Estados Unidos, seria o “meio mais seguro de elevar os países novos ao nível da nação preponderante, e sob este ponto de vista constitui o mais poderoso promotor da associação dos povos, por consequência da verdadeira liberdade comercial para a qual tende ou deve tender.”²⁰⁷ Portanto, Paula Freitas propunha uma combinação destes dois sistemas: a proteção às indústrias novas, e a liberdade de comércio para as já estabelecidas, rejeitando o “exclusivismo do sistema protetor”. Na verdade, combinava a “teoria” absoluta, “muitas vezes (...) fruto da especulação”, às “conveniências essenciais da pátria”, afinal, se o ao imenso território brasileiro era dado o benefício da espera da mão humana “que explora[ss]e] suas riquezas”, caberia ao País o meio mais eficaz de imitar os Estados Unidos:

A experiência provou aos Americanos que a agricultura de um país não pode chegar ao seu auge senão quando a troca dos produtos seja garantida para o futuro. Se o agricultor está na América, e o industrial na Europa, a troca será constantemente interrompida pela guerra, por crises, por novos direitos, restrições, etc. Portanto empregamos a expressão de Jefferson, ‘para a prosperidade de um país agrícola, as indústrias devem estabelecer-se ao lado da agricultura’. Se ainda o Brasil não é um país industrial, é preciso que o seja, pois que a sua produção agrícola, objeto principal da sua exportação, vai continuamente encontrando novos obstáculos, devidos ou às recentes culturas dos mesmos produtores, ou a aumentos de direitos nos países importadores. O Brasil não deve reduzir-se exclusivamente a vantagens materiais; não basta que esteja cultivado do Prata ao Amazonas; a sua civilização e o seu poder, que, na frase de Adam Smith, são bens mais preciosos do que a riqueza material, só podem ser adquiridos e mantidos pela manufatura e pelo fabrico.²⁰⁸

²⁰⁶ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 4, março de 1877, p. 103.

²⁰⁷ *Idem, ibidem*.

²⁰⁸ *Idem*, p. 111.

Após vários meses de debates, o parecer da seção de Comércio e Meios de Transporte, presidido interinamente por André Rebouças, vinha a lume em fins de abril de 1877, e sua recusa à alteração das tarifas alfandegárias, pleiteada pelos chapeleiros, suscitaria novas intervenções,²⁰⁹ dentre elas, a do próprio Ferro Cardoso, que voltava à carga criticando as posições de Joaquim d’Armada e de Rebouças, as quais “prejudicaria[m] seriamente as indústrias já constituídas em nosso país, e arruinaria[m] a classe operária, arrastando consigo centenares de famílias”.²¹⁰

Rebouças começava por responder à petição apresentada formulando uma outra questão: “convirá dar à tarifa do Império o caráter protetor?”, e é assim que seu parecer começa por afirmar que “todos os financeiros brasileiros afirmam que a Tarifa das Alfândegas têm caráter puramente fiscal, não protetor”.²¹¹ Define protecionismo como “qualquer erro do sistema aduaneiro, provocado pela velha superstição de proteger com altos direitos a indústria nacional, ou mesmo incitado por um mal aconselhado espírito fiscal”,²¹² e por fim recorre ao tratado de Abertura dos Portos de 1808 e ao Alvará de 28 de abril de 1809, este último redigido por Silva Lisboa, o visconde de Cairu, cuja atualização significaria proteção e auxílio à indústria nacional sem ofensa dos “invioláveis princípios de Justiça, de Equidade e de Liberdade de Comércio e de Trabalho”. “Ainda hoje”, afirma,

em 1877, é necessário repetir que monopólios nacionais, constituídos por Tarifas Aduaneiras exageradas, e por Leis bárbaras contra os estrangeiros, são fatais à Agricultura, ao Comércio e à Navegação; diminuem a população, roubando-lhe o bem-estar, e impossibilitam a imigração, intimidando-a com a triste sorte dos *parias* em terra estranha! O que é mais admirável é que a mor parte dos conselhos do Visconde de Cairu ainda são hoje perfeitamente aplicáveis, e que em alguns pontos, suas soluções são mais liberais do que as dadas pelos atuais estadistas do Império!²¹³

Ao invés da cobrança de impostos aduaneiros de caráter protecionista, Rebouças propunha,

²⁰⁹ O debate suscitado pela questão das tarifas é analisado por Nícia Vilela LUZ, que se restringe aos dois pareceres contrários entre si, dados pelas respectivas sessões da Indústria Fabril e de Comércio e Meios de Transporte. No entanto, o nome de Rebouças, presidente interino desta última sessão, não figura no estudo da autora. (Nícia Vilela LUZ, *A luta pela industrialização...*, p. 53-4.

²¹⁰ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 6, junho de 1877, p. 305. Além do mais, Cardoso expunha-se como um “operário”, falava de sua infância pobre e de como não conseguiu sequer ser operário em Paris, por não ter experiência em outras fábricas, dizendo que sua primeira viagem à Europa não havia sido custeada por D. Pedro II... Uma franca atitude de deboche à figura de André Rebouças.

²¹¹ André REBOUÇAS, *Parecer ...sobre a Reforma da Tarifa das Alfândegas...*, p. 6.

²¹² *Idem. Ibidem.*

²¹³ *Idem*, p. 15.

na linha do Alvará de 1809, uma série de medidas compensatórias às fábricas nacionais, tais como isenção de impostos para as todas as matérias primas e “favores diretos” a elas, tais como concessão de terras, empréstimos, subvenções ou garantia de juros por prazos curtos. Também propunha garantias para inventores e introdutores de novas máquinas e abatimentos de impostos em favor da marinha mercante nacional.

Isto seria o máximo de proteção admitido à chamada “indústria nacional”. Afinal o Brasil, dado seu “prodigioso solo e seus inúmeros produtos naturais”, teria na “agricultura e [n]a indústria extrativa (...), por muito tempo, as indústrias mais racionais e mais lucrativas”.²¹⁴

Na verdade, Rebouças esteve ao lado dos que consideravam dois tipos de indústria: a “natural” e a “artificial”, ainda que tais denominações, tanto neste documento como no debate na *SAIN*, fossem sugeridos, não tendo ainda o peso conceitual que teriam com o advento da República.²¹⁵ Algo semelhante já havia sido exposto por Joaquim d’Armada, ao posicionar-se contrário à “proteção artificial” que redundava em “efeitos contrários [e] em proveito do monopólio”, acrescentando que “o nosso progresso industrial há de desenvolver-se por si mesmo, com a instrução do povo, com o aumento da população, com a liberdade do comércio e do trabalho, com a garantia do cidadão, do capital e da propriedade, e com a reta administração da justiça”²¹⁶

De qualquer forma, esta “indústria natural”, afirmava Rebouças, “nasce naturalmente logo que encontra matéria-prima, capitais e mão-de-obra em abundância, desenvolve-se, cresce, e prospera então, como a planta que encontra, no solo e no ar, bom *humus*, calor e umidade”.²¹⁷ Nessas condições, as “únicas racionais, a indústria dispensa a proteção governamental”, proteção essa que seria indispensável tão e somente à “indústria artificial”.

O parecer final de Rebouças sugeria, ainda sob a perspectiva de “atualizar” os conselhos dados pelo Visconde de Cairu, uma pauta de cinco pontos como forma de incentivo às indústrias nacionais, em resposta aos respectivos aspectos pelos quais a indústria se acharia “em crise neste império”: 1. Se a uma das razões por que a indústria não se desenvolvia era a “falta de conhecimentos profissionais ou técnicos”, Rebouças propunha a extensão do ensino técnico, com a criação de liceus, ofícios e cursos noturnos de desenho e mecânica em todas as capitais, dando “educação técnica ao povo, e prepar[ando-o] para as artes e indústrias”. 2. À

²¹⁴ *Idem*, p. 16.

²¹⁵ Nícia Vilela LUZ, *Op. Cit.*, p. 29

²¹⁶ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 6, junho de 1877, p. 322.

²¹⁷ André REBOUÇAS, *Parecer ...sobre a Reforma da Tarifa das Alfândegas...*, p. 16.

“escassez de capitais”, também lembrada como outra causa do pouco desenvolvimento industrial, Rebouças propunha a racionalização das despesas, com a abstenção do governo na execução de obras públicas; a abolição das loterias; a “educação do povo no *culto da Economia*, como sabiamente dizem hoje os filantropos da rediviva República Francesa, instituindo Caixas-Econômicas escolares e postais, urbanas e rurais”²¹⁸; a abolição da “omniosa Lei de 22 de agosto de 1860 e dos seus infinitos regulamentos, atentatórios da autonomia e da independência dos cidadãos”, e por fim, a concessão, “em casos muito excepcionais, de favores diretos à indústria nacional; de terras públicas; de empréstimos; de garantia de juros”²¹⁹.

3. Como forma de suprir a “falta de braços”, apontava para a abolição, “no mais breve prazo possível, [d]a escravidão”, pois seria “impossível indústria inteligente e progressiva em país de escravos”; a realização de “todas as reformas sociais, econômicas e financeiras, necessárias para facilitar a imigração”; o término de todos os monopólios “nacionais, teocráticos, políticos ou industriais”; a supressão de impostos aduaneiros sobre os gêneros alimentícios, e por fim a reforma da Lei de Conscrição, afinal, o serviço militar “deve[ria] ser inteiramente voluntário, quer em tempo de paz, seja em tempo de guerra”²²⁰.

4. Já em relação à “deficiência de estradas ou de meios de comunicação”, propunha o incentivo à construção de vias férreas econômicas, de bitola estreita, “por meio de Companhias, com prestação de crédito ao Estado, e com terras laterais, para vender aos imigrantes em lotes alternados, exatamente no sistema *yankee*”; o incremento da navegação fluvial por meio de “companhias subvencionadas e com terras laterais aos imigrantes”; a criação de “portos-francos” no Uruguai, no Rio Paraná e todos os rios de Mato Grosso, Tocantins e Amazonas.

5. Por fim, o quinto motivo pelo qual a indústria nacional não se desenvolvia, afirma Rebouças, era a “exageração dos impostos de importação e de exportação”. Nesse sentido, “a fim de caminhar para o *desideratum* da Liberdade de Comércio”, propunha a abolição do “protecionismo provincial”, convertendo os impostos provinciais de importação e exportação em “impostos diretos territoriais e sobre a renda”; a isenção de tarifa a toda mercadoria “que não estive[sse] expressamente taxada na Tarifa das Alfândegas; a abolição dos 45% adicionais a que as mercadorias estrangeiras estavam sujeitas, conforme a Tarifa Aduaneira em vigor; a promoção de “tratados de comércio e de imigração com os Estados Unidos, com a Inglaterra, com Portugal, com a França, com a Alemanha, com

²¹⁸ *Idem*, p. 20.

²¹⁹ *Idem*, p. 20.

²²⁰ *Idem*, p. 20.

a Itália, com a Suíça, e com todos os países, com os quais mantemos relações comerciais”;²²¹ a diminuição progressiva do imposto geral de exportação, convertendo-o em imposto territorial, “logo que estiver efetuada esta reforma pelas províncias”; a eliminação de tarifas para produtos como ferro, aço em bruto e em separado, máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios diversos; a abolição de todos os impostos sobre matérias-primas e produtos semi-manufaturados necessários à indústria nacional; a redução da Tarifa das Alfândegas a 5 ou 6 artigos de maior renda, “tarifados no máximo a 10%, esperando a feliz época, em que seja possível proclamar a completa liberdade de comércio”;²²² e, por fim, a conversão progressiva dos “impostos de importação em impostos diretos sobre a renda, cobrados mensalmente, e estabelecidos segundo os princípios hodiernos da Ciência Econômica e Financeira”.²²³

Postos em votação, saiu vitorioso o parecer de Paula Freitas, da Seção de Indústria Fabril. Em 5 de julho de 1877 o Conselho Administrativo da *SAIN*, através do seu presidente, o visconde do Rio Branco, nomeava uma comissão especial a fim de apresentar ao Governo a conveniência em “animar as indústrias em certas províncias”. O discurso de Rio Branco é igualmente interessante, pois ponderava argumentos de ambos os lados: admitia que, “como é de opinião geral, de que o Brasil, pela sua extensão, fertilidade e opulência do seu solo, deve ser antes de tudo uma nação agrícola”, mas reconhecia também que “a agricultura não pode existir só por si, precisa da cooperação das indústrias irmãs, e de braços e de capitais, que ela não pode atrair e multiplicar à proporção de suas necessidades, sem que seja acompanhada daquele natural e harmônico concurso”.²²⁴ Além do mais, talvez numa referência ao parecer de Rebouças, alegava que não podiam ser “repelidas por um *patriotismo esclarecido* as medidas legais que tendam a colocar as indústrias, que já tem hoje sua razão de ser, em verdadeiro pé de igualdade com a concorrência dos produtos similares estrangeiros”.²²⁵ Por fim, apresentava uma pauta de treze itens, dentre os quais figuravam algumas das propostas de Rebouças, como instrução técnica, “propagação de caixas econômicas”, estatísticas regulares da produção agrícola, organização do crédito agrícola e industrial, e, além da “proteção razoável por meio da tarifa das Alfândegas, no intuito de animar as indústrias nacionais”, lançava mão de uma “reforma das leis relativas à locação de serviços, de modo que melhor se atenda às necessidades da vida doméstica e às relações dos proprietários rurais com seus colonos,

²²¹ *Idem*, p. 23.

²²² *Idem*, p. 24.

²²³ *Idem*, *ibidem*.

²²⁴ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 7, julho de 1877. p. 349

²²⁵ *Idem*, p. 350. Grifo meu.

rendeiros ou operários”.²²⁶

Em resposta a Ferro Cardoso, que, como vimos acima, meses antes identificara o Conselho Administrativo da *SAIN* como o “bom jardineiro” para a indústria do Brasil, Rebouças reiterava suas posições, re-semantizando a metáfora do bom semeador:

(...) Não tenhamos pressa em ser nação industrial: em ocasião oportuna; quando abundarem capitais e mão-de-obra; ferro e carvão de pedra; a indústria fabril nascerá, crescerá e florescerá por si só, sem ser necessário regá-la com as lágrimas e com o suor do povo, arrancados por bárbaros impostos aduaneiros.²²⁷

É evidente que toda sua argumentação repousava no direcionamento de esforços para a modernização do campo, concebendo a “democracia rural” como o *alfa* e o *ômega* desta grande empreitada. Permito-me aqui uma longa citação:

A criação forçada de indústrias urbanas, artificiais, extemporâneas, pode lisonjear a vaidade nacional, [mas] não servirá jamais para aumentar a riqueza e o bem estar das povoações; produz infalivelmente acumulação de braços e capitais nas cidades, e, como consequência fatal, despovoação e empobrecimento dos distritos agrícolas; aumento do pauperismo, tristemente agravado pelo alto preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade!

Não se deve desejar; não se deve promover senão o que realmente aumenta a riqueza e o bem estar do povo. Criar indústrias, só para ter a vaidade de dizer que o Império produz tudo; que tem muitas e grandes fábricas; é realmente um erro gravíssimo. Em tese, são muito mais felizes as populações rurais do que os operários das grandes fábricas. *O aumento da democracia rural é muito mais desejável do que o da população das fábricas e oficinas.*²²⁸

Como pretendo expor no próximo capítulo, a “democracia rural” será doravante a grande meta a ser alcançada. Nesta palavra estaria contido todo um programa de mecanismos de crédito e instrumentos de financiamento, suas reflexões sobre os impostos diretos e indiretos, bem como as perspectivas de melhoramentos materiais. Por sua vez, será sobretudo em torno

²²⁶ *Idem*, p. 351. Estaria aí a gênese da *Lei de Locação de Serviços* de 1879?

²²⁷ André REBOUÇAS, *Parecer ...sobre a Reforma da Tarifa das Alfândegas...*, p. 17.

²²⁸ *Idem*, p. 16. Grifo meu.

das variações semânticas da modernização material que poderíamos situar a grande mudança de perspectiva entre as décadas de 1860/70 e os anos 1880. O ponto de mutação entre sua perspectiva modernizadora e a reformista passa, a meu ver, pela desilusão com os processos de “centralização agrícola”, sobretudo com a constatação, admitida por ele em 1883, do fracasso dos “Engenhos Centrais” em acelerar por si só as transformações do estatuto territorial, democratizando a propriedade da terra, e contribuindo para a substituição da força de trabalho escrava pela mão-de-obra livre.

Parte III

Rebouças, reformista do Império

Talvez jamais se escreva a história íntima da Engenharia brasileira, no interior deste império; sempre em luta renhida com os barões escravocratas e com os mandões de aldeias. No entanto essa história é rica de lição socionômica e daria à posteridade um documento precioso para julgar do grau de aviltamento e de miséria deste país, explorado e (illegível) sem dó nem compaixão pelos senhores feudais e por seus asseclas.

Nos tristíssimos dias da seca de 1876 a 1880, os Engenheiros das Estradas de Ferro serviram de médicos e de agentes de socorros públicos; muitos fizeram despesas, além dos seus vencimentos, levados pelos generosos impulsos da caridade...

É por isso que as populações do interior do Brasil recebem os Engenheiros com bandas de música, com foguetes e com flores; certos de que eles são os Apóstolos dedicados e os precursores benéficos da Equidade, da Justiça, do Bem-Estar e da Civilização.

(André Rebouças, “Propriedade Territorial - Landocracia e Democracia Rural”, in. *Gazeta da Tarde*, 19 de abril de 1887)

Para os estudos psicológicos do Futuro é bom salientar a hereditariedade: a luta contra a Ciência Oficial, de monopólio e privilégio, é herança paterna como a Propaganda Abolicionista; como a luta contra os escravizadores de homens e monopolizadores da terra... Os psicólogos cotejarão as petições do Pai e do filho, e acharão que uma prolongou a outra, em linha reta absoluta, em direção a esse infinito de liberdade, de igualdade e de fraternidade que é o ideal supremo da humanidade; de cada homem e de toda a Família Humana.

(André Rebouças, “Instrução Técnica”, in. *Revista de Engenharia*, n. 256, 28 de abril de 1891)

Capítulo VI

O Espectro do Reformismo

6.1. Uma nova *arquitetura social*

Às vésperas de se completar o primeiro aniversário da abolição da escravatura, em abril de 1889, André Rebouças redigia e publicava alguns artigos na *Revista de Engenharia*, nos quais expunha uma agenda de reformas muito diversa daquela que havia defendido ao longo da década de 1870. Não chegava a alterar substancialmente o escopo de temas, ainda que tenha dado ênfase a alguns deles. No entanto, a mudança maior estava, a meu ver, na perspectiva adotada: pela primeira vez nomeava explicitamente tal agenda sob o epíteto de “reformismo”, inscrevendo-se ainda entre os “reformadores”, por oposição aos “conservadores”. Para Rebouças, o

o reformismo consist[iria] em abolir, em extinguir, em eliminar das leis e dos costumes os privilégios e os monopólios teocráticos, aristocráticos e oligárquicos; em acelerar a evolução do homem pela educação e pela instrução; em extrair radicalmente do corpo e da alma todos os restos orgânicos de pré-avós parasitas, sanguinários, ferozes, preguiçosos e eróticos; em preparar o homem do futuro; filho do trabalho, do esforço próprio; do *self-help*; odiando o parasitismo em qualquer das suas inúmeras manifestações; rico de Altruísmo, de Abnegação e de Devoção ao bem-estar, ao progresso e à prosperidade da Família-humana.¹

A preparação deste “homem do futuro” era portanto, tarefa nitidamente oposta à atitude “conservadora”, vista por ele como a predisposição em “*conservar*, em prolongar até o impossível, as injustiças, as imoralidades e as iniquidades; (...) os privilégios, os monopólios e os preconceitos; todos os erros do obscurantismo; alguns velhíssimos, datando dos tristíssimos tempos, em que o homem era apenas antropóide; quando ainda não havia conseguido nem mesmo eliminar os índices atávicos dos seus ascendentes pitecóides...”²

“Restos orgânicos de pré-avós parasitas”, “índices atávicos”, pitecóides”, “antropóides”, estes e outros termos, presentes nas citações acima e nas seguintes, constituem inequívocas

¹ André REBOUÇAS, “Imposto Territorial”, in. *Revista de Engenharia*, n. 208, 28 de abril de 1889.

² *Idem*. Grifo do autor.

referências a uma variante do evolucionismo e ao positivismo, e evidenciam o quanto seu reformismo era devedor de uma determinada concepção de ciência. Mais do que isso, a “reforma” obteria agora sua legitimidade através do estudo “científico” da sociedade, e de uma “ciência” de caráter eminentemente normativa, no que a palavra “socionomia”, utilizada por Rebouças ao longo da década de 1880, sugeria em sua representação de *ordem social*.³

Tanto a Antropologia como a Engenharia eram convidadas a participar deste esforço de superação dos “restos orgânicos do parasitismo”, os quais condenavam a humanidade à “miséria” e à “escravidão”. Doravante o “higienismo” se responsabilizaria pela construção de um novo “alicerce”, uma nova “arquitetura” social e material. Por um lado, tal perspectiva reformista implicava uma “nova teoria antropológica”:

Na Teoria antropológica-evolucionista, que supomos nova, e que começamos a professar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a partir do ano de 1885, denominamos *Éden* toda a situação apropriada para servir de núcleo de evolução do Pitecóide ao Antropóide e ao Homem; toda e qualquer região, apresentando um conjunto de condições biológicas favoráveis à civilização; isto é, ao aperfeiçoamento físico, intelectual e moral do homem.

As provas arquitetônicas, fundadas na Arquitetura Pré-histórica de todos os povos, tornam esta teoria irrefutável no estado atual da Ciência.⁴

Esta teoria que Rebouças supunha ser nova, qual seja, o “poligenismo”, admitindo a “existência de muitos focos de evolução espalhados por toda a superfície do globo”, ou seja, de “muitos *Édens* ou muitas localidades diferentes” nas quais o “antropóide se fez Homem”,⁵ reconheceria também que apenas “nos lugares em que circunstâncias biológicas permitiram o lazer, a paz, a tranquilidade [e] o bem estar necessários aos trabalhos mentais”, houve efetiva evolução. Afinal, concluía,

é preciso repetir incessantemente: foi pelo esforço mental que o homem conseguiu separar-se dos outros animais. Fisicamente ele ainda hoje é inferior a um grande número de Quadrúmanos e de Quadrúpedes. Ora, o esforço mental é impossível a

³ A primeira referência à “Socionomia” ou “Estudos socionômicos” encontra-se em seu opúsculo *A Seca nas províncias do Norte* (Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger e Filhos, 1877). No entanto, seria ao longo da década de 1880 que o termo frequentaria seu *Diário*, uma vez que Rebouças se empenhava em criar uma “Enciclopédia Socionômica”, projeto que não chegou a ser concluído.

⁴ André REBOUÇAS, “Arquitetura Civil” (III), in. *Revista de Engenharia*, n. 178, 28 de janeiro de 1888.

⁵ André REBOUÇAS, “Arquitetura Civil” (II), in. *Revista de Engenharia*, n. 177, 14 de janeiro de 1888.

quem está morrendo de frio e de fome; corroído de medo pelos tigres, pelos leões e pelas hienas.⁶

Por sua vez, à Arquitetura caberia assinalar o grau de evolução “material” e “moral” de uma sociedade: “Teocrática em quase todo o mundo antigo”, a arquitetura fora, segundo Rebouças, “excepcionalmente democrática na Grécia; militar no Império Romano; mística na Idade Média; ostentosa no Renascimento”, e, “nos tempos modernos, plutocrática, utilitária e industrial”.⁷ Rebouças não escondia sua admiração pelo estilo grego: uma vez que a arquitetura era concebida por ele, em seu aspecto normativo, como a “arte da conveniência” e da “satisfação das necessidades”, da “higiene, d[o] conforto e d[o] bem-estar”,⁸ a simplicidade e sobretudo o “aticismo” do estilo helênico o mantivera a salvo do processo de “degeneração”, “perversão” e “queda” que acompanhou “todos os estilos arquitetônicos”, decadentes em função do seu “excesso de ornamentação”. Os arquitetos gregos, afirma Rebouças, “aprenderam do Supremo Arquiteto o segredo de produzir a emoção do Sublime. (...) alguns pontos brilhantes e um pequeno número de retas e de curvas... e nada mais”.⁹

O “barroco” era a própria manifestação da decadência. “Ornamentação”, “luxo” e “dissipação” eram cristalizações do “parasitismo” social de todos aqueles que viviam dos privilégios e dos monopólios de toda espécie, sobretudo do “monopólio territorial”, no que a colonização da Argélia era mais um exemplo concreto, dentre vários arrolados em seus escritos: a não observância dos “novos modelos [de colonização] anglo-saxônicos, que tão belos resultados têm produzido na Oceania, na Austrália, na Nova Zelândia e na África Meridional”, teria trazido à Argélia apenas “a barbárie e a esterilidade; um sistema social misto de escravidão e servidão da gleba, com a atroz superfecundação do Orientalismo; da preguiça, do luxo e da volúpia; da poligamia com haréns e eunucos, reduzindo a mulher à vil máquina de produção de prazeres bestiais”.¹⁰

Afinal, os “inválidos do parasitismo e do absentéismo”, da “gula”, do “alcoolismo” e da “luxúria”, na medida em que “consomem quantidades enormes de sólidos e de líquidos, até que o coração, o estômago, os rins e os pulmões não possam mais funcionar, e [...] morrem, de aneurismas, de dispepsias, [...] e de todas as outras moléstias” relacionadas à super-alimentação,

⁶ André REBOUÇAS, “Arquitetura Civil” (IV) in. *Revista de Engenharia*, n. 179, 14 de fevereiro de 1888.

⁷ André REBOUÇAS, “Arquitetura Civil” (I), in. *Revista de Engenharia*, n. 176, 28 de dezembro de 1887.

⁸ André REBOUÇAS, “Arquitetura Civil” (II), in. *Revista de Engenharia*, n. 177, 14 de janeiro de 1888.

⁹ *Idem*.

¹⁰ André REBOUÇAS, “Colonização da Argélia (com Homestead e Torrens Act)” (I), in. *Revista de Engenharia*, n. 237, 14 de julho de 1890.

inversamente patrocina a existência dos “infelizes [que] morrem sem ar e sem luz; sem chão e sem pão”. Numa frase, Rebouças sintetizava esta contradição: a “*miséria psicológica dos Plutocratas* [era a] providencial antítese [da] *miséria fisiológica dos proletários*”.¹¹

Urgia portanto, mais do que “abolir a miséria”, construir uma sociedade calcada em bases mais sólidas do que sobre a frágil riqueza dos oligarcas e dos “plutocratas”. Uma sociedade baseada em “justiça e equidade”, pois a riqueza obtida através do egoísmo, monopólio territorial, escravidão, servidão da gleba e “salariato” não beneficiaria, evidentemente, à “toda a Família Humana”.¹² O que Rebouças definia como “tolstoísmo” era algo que concebo como uma espécie de utopia da simplicidade, cuja “Sobriedade, Abstenção e Abnegação opor[se-iam] diretamente aos vícios egoísticos da Gula, da Embriaguez, do Luxo, da Ostentação [e] da Vaidade em suas infinitas manifestações”.¹³ Este programa explicitamente reformista e moralizador enfatizava portanto que

abolir a miséria é abolir a escravidão, o feudalismo, a servidão da gleba, o monopólio territorial, o salariato forçado, o protecionismo, o absenteísmo, os privilégios, os monopólios e as isenções teocráticas e aristocráticas; o parasitismo, enfim, em todas as suas ominosas manifestações na paz e na guerra.¹⁴

Acredito que o aspecto mais importante do seu reformismo, elaborado ao longo da década de 1880, seja a condenação veemente do “monopólio territorial”. É a *centralidade da questão agrária* o mote que define e articula todo um rol de reformas pontuais, permitindo inclusive interpretar suas reflexões “morais”. A própria abolição do trabalho escravo, como veremos, não teria sido mais do que um passo na concretização do seu *desideratum*: a “Democracia Rural”, a fundação de um novo alicerce social. Por suposto, esta nova “arquitetura”, cuja eficácia em instituir a “justiça e a equidade” ia a par com a “simplicidade” e a eliminação do “luxo e ostentação” implicava, necessariamente, reformar o “elemento essencial – *sine qua non* – de vida, de trabalho e de produção”, ou seja, a terra:

desde a caverna do troglodita até as casas e os palácios das raças mais avançadas em civilização; desde o mais grosseiro ensaio de agricultura até a horta, o jardim, o pomar

¹¹ André REBOUÇAS, “Abolição da Miséria” (III), in. *Revista de Engenharia*, n. 196, 28 de outubro de 1888. Grifos do autor.

¹² *Idem*.

¹³ *Idem*.

¹⁴ André REBOUÇAS, “Abolição da Miséria” (VIII), in. *Revista de Engenharia*, n. 204, 28 de fevereiro de 1889.

e a mais rica propriedade territorial; desde a simples tenda do operário até a pequena indústria em domicílio e as opulentas fábricas e manufaturas atuais[,] *a terra é a base de tudo; fundamento e alçerce de todos os edifícios materiais e imateriais*; de todas as instituições sociais, políticas, econômicas e financeiras; antigas, medievais e modernas; justas ou injustas; equitativas ou iníquas; morais ou imorais; humanas e filantrópicas ou inumanas e atroz; desde a escravidão e a servidão da gleba até o lavrador livre e independente; proprietário e senhor do seu lote rural; desde o latifúndio enorme, indiviso e ilimitado até a parcela perfeitamente demarcada, registrada e cadastrada, com todas as garantias de posse livre, autônoma, perfeita e tranqüila.¹⁵

Por sua vez, o processo de efetivação da “Democracia Rural” se daria através de “meios enérgicos, vigorosíssimos; impostos territoriais geometricamente progressivos; medidas diretas violentas, que aceler[ariam] a eliminação do monopólio territorial”.¹⁶ Contemplava igualmente a valorização da ação do Estado, sobretudo das monarquias *esclarecidas*, cuja remissão a Pombal, Bismarck ou o Imperador D. Pedro II seria estratégica diante da emergência do protesto dos cafeicultores em torno das indenizações aos antigos proprietários de escravos. Afinal, afirmava Rebouças, “todos os patriarcas de 1789 sabiam que era mais fácil democratizar um rei ou uma rainha do que uma assembléia de opulentos proprietários territoriais; ciosos de seus pretensos direitos feudais; senhores de barço e cutelo¹⁷; que só compreendem a monarquia, como um elemento de conservação de seus privilégios, de seus monopólios e de seus parasitismos”.¹⁸

Resumidamente expus acima o programa reformista de Rebouças ao final da década de 1880. Mas, antes que o explore mais detidamente, convém formular algumas questões. A principal delas consiste, a meu ver, em analisar a forma pela qual Rebouças chegou à definição deste programa. Em outras palavras, como pôde ele, por exemplo, dissolver suas antigas prevenções contra os “perigos do governismo”? Mais ainda, o que restou de sua crença nos melhoramentos materiais e nas formas associativas, presente nas reflexões das décadas de 1860 e 1870? Finalmente, quais foram as opções seguidas ao longo dos anos 1880 que o levaram a romper com um programa relativamente anódino de mudanças sociais e econômicas? A

¹⁵ André REBOUÇAS, “Renda da Terra” (I), in. *Revista de Engenharia*, n. 235, 14 de junho de 1890. Grifo meu.

¹⁶ André REBOUÇAS, “Propriedade Territorial, landocracia e Democracia Rural, Monopólio Territorial e Liberdade do Comércio da Terra (extratos da obra inédita de André Rebouças)” (XLIV), in. *Gazeta da Tarde*, 13 de maio de 1887.

¹⁷ *Barço* segundo o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*: “corda ou laço usado para enforcar réus” ou corda com que se açoitavam réus, com leitura do pregão de culpa e pena”. *Cutelo*: instrumento composto de uma lâmina cortante e semicircular, presa a um cabo de madeira, empregado outrora em execuções por decapitação”; “modo, maneira agressiva, violenta pela qual se reprime ou oprime alguém”.

¹⁸ André REBOUÇAS, “Republiquistas” (VI), in. *Cidade do Rio*, 23 de junho de 1888.

resposta a tais questões é, portanto, o objetivo maior deste capítulo.

Minha hipótese será desenvolvida em torno de dois pontos: em primeiro lugar, não obstante as diferenças de enfoque, acredito na existência de uma única questão articuladora, qual seja, a *centralidade da questão agrária*, enfrentada sob prismas distintos. Espero que isso fique claro na comparação entre suas reflexões sobre a modernização agrícola da década de 1870, cuja síntese é tema do próximo item, e seus desdobramentos ao longo da campanha abolicionista. Em segundo lugar, e complementar ao dito acima, entendo que tal mudança de perspectiva possa ser melhor compreendida explorando sua trajetória intelectual, ou, em outros termos, suas novas “rotas de peregrinação”. Ainda que fundamental, uma leitura apenas exegética de sua obra parece-me insuficiente em apontar os dilemas, entraves e opções à sua reflexão crítica. Além do mais, e esta será uma hipótese desenvolvida ao final deste trabalho, entendo que a própria possibilidade de trilhar novos caminhos esteve relacionada com a crise da sociedade imperial, sendo que a elaboração de alternativas aos impasses econômicos, sociais e políticos passava também pela criação de novas instituições.

6.2. Entre a modernização agrícola e a centralidade da questão agrária

Em suas atividades jornalísticas e associativas ao longo da segunda metade da década de 1870, Rebouças não obliterava sua crença na superioridade da agricultura frente à indústria. Como expus ao final do capítulo anterior, durante a polêmica em torno das tarifas alfandegárias na *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, Rebouças rechaçava inclusive as supostas veleidades dos defensores de uma “indústria nacional” que a seu ver, não teria lugar nos trópicos.¹⁹

Para Rebouças, mesmo em outros países “a agricultura progr[edia] como indústria alguma. Quando se estuda superficialmente este século”, continua o autor, “supõe-se que seu progresso se resume nas indústrias manufatureiras: a verdade é que indústria alguma tem mais progredido do que a agricultura, e, tanto mais quanto mais livre é o país que se considera.”²⁰ Na seqüência

¹⁹ Uma interpretação oposta é dada por Richard Graham, para quem “havia poucas coisas que irritavam tanto a André Rebouças quanto o sempre repetido refrão de que o Brasil não deveria nunca industrializar-se, por ser ‘essencialmente uma nação agrícola’. Se existia realmente alguma nação essencialmente agrícola, disse ele, era a Inglaterra, onde ‘ama-se a vida rural acima de tudo’. Se um real e racional desenvolvimento agrícola ainda era possível no Brasil, sob as condições existentes, tornava-se então ridícula a oposição à industrialização.” (Richard GRAHAM, *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1973, p. 217). A meu ver, ao contrário do exposto acima, as objeções de Rebouças ao industrialismo são evidentes, ainda que não necessariamente partilhasse da opinião da exclusividade do mundo agrário. Mais adiante exporei as prevenções de Rebouças em relação à proletarianização urbana, considerada por ele um dos piores malefícios da industrialização.

²⁰ André REBOUÇAS, “Açúcar do Peru”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. VI, n. 71, agosto de 1876.

do argumento propunha a junção de duas formulações jurídicas que deveriam ser combinadas visando resolver a questão social e a questão agrícola no Brasil: assim é que a “deficiente e imperfeita Lei de Emancipação de 28 de setembro de 1871” (isto é, a “Lei do Ventre Livre”), e a “não menos deficiente e imperfeita Lei de garantia de juros aos engenheiros centrais”²¹ poderiam, desde que aplicadas convenientemente, “chegar a um bom meio prático de acelerar simultaneamente a emancipação e o aperfeiçoamento da indústria açucareira e de todas as outras indústrias agrícolas do Brasil”.²²

Aqui reside a meu ver uma importante equação: a resolução da questão social e mesmo da questão agrária *através* do bom encaminhamento da questão agrícola. Assim, a Lei de garantia de juros aos Engenhos Centrais teria um papel capital, pois permitiria a “centralização agrícola”, responsável pela subdivisão da grande propriedade, pelo processo de substituição da força de trabalho escrava, pela integração econômica e social dos ex-escravos e dos ingênuos, e finalmente pelo próprio melhoramento das técnicas de plantio. Em seu artigo “O Futuro dos Ingênuos”, Rebouças criticava a lentidão do governo em “regular as conseqüências naturais” da Lei de 1871, e admitia que trabalhar pela causa dos ingênuos era satisfazer uma “massa, já enorme, que fornec[ia] hóspedes para as nossas cadeias e para Fernando de Noronha”. Mais do que isso, alertava para o fato de que, no tocante aos ingênuos, a “sua educação [era] nossa defesa-própria. A sua ignorância e depravação [eram] perigos vitais”.²³ Longe de se esperar qualquer atitude do governo, deveria partir da sociedade a “iniciativa e o trabalho pesado” de sua educação.²⁴ Numa estratégia de auto-propaganda de sua obra,²⁵ Rebouças indicava ao leitor da *Revista Novo Mundo* que o “bem orientado escritor” da série de artigos “Agricultura Nacional”, publicados no *Jornal do Comércio*, esboçara um projeto que contemplava a educação

²¹ Trata-se aqui da Lei 2.687, de 6 de novembro de 1875, pela qual o Governo Imperial regulamentava os bancos hipotecários. A mesma lei, em seu artigo 2º, autorizava o governo a conceder garantias de juros, até o montante de 30.000 contos, aos engenhos centrais. Esta lei fundava-se, segundo Evaldo Cabral de Melo, na premissa da importação de capital estrangeiro como forma de se criar um grande Banco de Crédito Territorial, sob supervisão do Estado, e reiterava a ortodoxia metalista e centralizadora da corte. (A qual me referi no Capítulo IV, item 4.1.). Além do mais, ainda segundo o autor, “a idéia de aplicar [aos engenhos centrais] o mecanismo da garantia de juros, já empregado na construção de ferrovias, advogara-o o engenheiro André Rebouças, cujas ligações com interesses estrangeiros são bem sabidas” (Evaldo C. de MELLO, *O Norte Agrário e o Império. 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 163). Entretanto, consultando seu *Diário*, não obtive nenhuma informação sobre até que ponto chegou a influência de Rebouças na redação e tramitação do projeto de lei na Assembléia Geral. Não seria demasiado esperar que Rebouças tivesse a mesma atitude em registrar sua participação nesta lei, uma vez que isso ocorreu em relação à Lei Geral das Docas, como vimos (vide Capítulo IV, item 4.2.).

²² *Idem*.

²³ André REBOUÇAS, “O Futuro dos Ingênuos”, in. *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 55, 23 de abril de 1875.

²⁴ *Idem*.

²⁵ Como expus alhures, Rebouças não assinava seus artigos no *Novo Mundo*, embora os artigos aos demais periódicos do Rio de Janeiro, como neste caso, os artigos de 1875 para o *Jornal do Comércio* sob o título de “Agricultura Nacional”, mais tarde reunidos em livro, eram não só assinados mas propagandeados em outros veículos de imprensa. Da mesma forma, quando da publicação deste livro, em 1883, Rebouças escrevia que o “mérito principal do livro [Agricultura Nacional] é colocar a ciência ao alcance de todos. O estilo é de uma simplicidade ateniense. Sente-se nos períodos a preocupação de clareza que tanto distingue Bastiat.” (“Agricultura Nacional”, in. *Jornal da Tarde*, 6 de novembro de 1883).

dos ingênuos junto aos Engenhos Centrais, os quais

serão belos agentes da emancipação, pois tratarão de emancipar os escravos mais dignos da alforria e que em vez de ficarem abandonados a todos os vícios contraídos na escravidão, serão logo empregados nos trabalhos rurais. D’outro lado, esses estabelecimentos, sendo obrigados a manter escolas para seus operários serão outras tantas escolas agrícolas, ricamente dotadas de terras e dos melhores aparelhos rurais e maquinismos para seus trabalhos especiais. Colocados sob os auspícios destes estabelecimentos, os ingênuos receberiam, parece-nos, excelente instrução teórica e prática. Ainda que só se fundem quinhentos engenhos centrais, não parece difícil que cada um deles se encarregasse de vinte ingênuos, e teríamos assim dez mil pessoas recebendo excelente educação rural.²⁶

Um argumento nada devedor a um programa que previa a “emancipação dos escravos pela *livre vontade dos seus possuidores* em empregá-los como colonos e assalariados nos trabalhos rurais”²⁷ e, mediante os Engenhos e Fazendas Centrais, satisfazer à modernização da agricultura, adotando desde o “arado no amanho das terras” à abolição do “sistema de cultura extensiva a ferro e fogo com *derrubada e queimada*; abandon[ando], enfim, (...) toda a *rotina*, que é mais fatal à lavoura do que a toda decantada *falta de braços e de capital*”.²⁸

O princípio da “centralização agrícola” sendo “em última análise, a aplicação à agricultura do grande princípio econômico da divisão do trabalho”,²⁹ era desta sorte, na visão de Rebouças, a solução mais racional para a crise do escravismo, crise que afigurava-lhe como um imperativo do tempo. Em 1874, afirmava:

É hoje opinião formada entre as pessoas mais cultas desse país, que em presença do movimento emancipador, que tão brilhantemente se realiza neste Império, os grandes

²⁶ André REBOUÇAS, “O Futuro dos Ingênuos”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 55, 23 de abril de 1875.

²⁷ André REBOUÇAS, “Crédito Real”, in *Revista Novo Mundo*, Vol. V, n. 57, 23 de junho de 1875. Grifo meu.

²⁸ *Idem*. Grifo do autor.

²⁹ André REBOUÇAS, *Agricultura Nacional: estudos econômicos. Propaganda abolicionista e democrática*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1988. [Edição fac-similar de Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux & Co., 1883], p. 13. Rebouças assim definia o mecanismo básico do Engenho Central: “O senhor de engenho, filantrópico e previdente, divide as suas vastas terras em lotes, que vende, afora, ou arrenda aos seus emancipados e colonos nacionais ou estrangeiros; confia-lhes todos os trabalhos da produção da cana de açúcar; concentra toda a sua atenção na fabricação do açúcar e dos produtos conexos; compra as máquinas e os aparelhos necessários para exercer nas melhores condições econômicas a indústria sacarina, e consegue, assim, por seu simples esforço individual, fundar um *engenho central*”. (*Idem*, p. 2). Tal processo era ilustrado também em relação à cultura cafeeira. Até aqui, Rebouças seguia uma cartilha comum a muitos modernizadores de seu tempo, como os diversos discursos proferidos na *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. (vide, por exemplo, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, ns. 8 e 9 – agosto e setembro de 1875). No entanto, a meu ver a inovação de Rebouças estava em defender aqui não apenas o Engenho ou Fazenda Centrais, mas o “princípio da centralização agrícola e industrial”, o qual, como veremos, seria extensível a toda e qualquer cultura agrícola do país.

proprietários agrícolas não têm outra solução racional senão subdividir com os emancipados e com os imigrantes as suas desmesuradas propriedades rurais.³⁰

Com a escravidão tendo seus dias contados, urgia esperar que “o Engenho Central, a Fazenda Central e o Imposto Territorial prepar[assem] o dia da cultura racional e livre.”³¹ Embora concebesse como binômio indissolúvel *centralização agrícola & imposto territorial*, na verdade Rebouças admitia, naquele contexto, a superioridade do primeiro sobre o segundo no tocante ao parcelamento ou subdivisão da grande propriedade: a centralização agrícola era, afinal de contas, um “meio indireto não coercitivo”, ao passo que “o imposto [era] sempre um meio odioso. Necessidade fatal das sociedades organizadas,” prossegue o autor, “o imposto, mesmo o mais racional dos impostos, destinado ao mais alto fim político e social, é sempre mal recebido pelos povos.”³²

Tal era sua expectativa de que o interesse bem compreendido dos senhores de engenho e dos fazendeiros de café, “filantrópicos e previdentes”,³³ alavancasse a modernização agrícola e trouxesse a reboque a concretização do programa emancipacionista e imigrantista:

A fazenda central permitirá que o emancipado, que o imigrante, por mais pobre que seja, cultive uma dezena de cafeeiros em suas terras, e que, no dia mesmo da colheita, leve os frutos, sem preparação alguma, à fazenda central, e os venda logo, obtendo imediatamente o produto de seus esforços. A cultura do café ficará, destarte, nas mesmas condições que a cultura de flores, de frutos, de hortaliças, ou de qualquer outro artigo do consumo urbano quotidiano.

Não se pode calcular a influência, que só esta simples possibilidade terá no desenvolvimento do bem-estar dos emancipados, dos imigrantes e dos colonos, e, conseqüentemente, na riqueza e na prosperidade nacional.

A fazenda central funcionará assim, como um grande e poderoso agente de emancipação, de imigração e de colonização.³⁴

Embora o exemplo arrolado acima seja uma fazenda de café, Rebouças empreendeu em *Agricultura Nacional* um exaustivo estudo de todas as províncias brasileiras e seus principais

³⁰ André REBOUÇAS, *Garantia de Juros*, *Op. Cit.*, p. 124.

³¹ André REBOUÇAS, *Ao Itatiaia*, Rio de Janeiro: Typographia e Livraria de Laemmert e Co., 1878, p. 31.

³² *Idem*, p. 15.

³³ André REBOUÇAS, *Agricultura Nacional*, *Op. Cit.*, p. 3.

³⁴ *Idem*, p. 112.

produtos agrícolas de exportação, admitindo que a rigor, qualquer cultura pudesse ser desenvolvida com base nos mecanismos de “centralização agrícola”. E, além da “conseqüente e imediata reforma do sistema de cultura *extensivo* para o sistema de cultura *intensivo*” que tal centralização implicava, esta levaria vantagem também sobre a colonização por “parceria”. Aludindo aos resultados da iniciativa do Senador Vergueiro em Ibicaba, Rebouças acreditava que a “subdivisão racional das exageradas extensões de terra”, a “paga imediata em dinheiro, ao emancipado, ao imigrante e colono, do café em cereja, evitando assim, todas as dificuldades, que tiveram os primeiros ensaios de colonização particular em São Paulo” e, finalmente, a possibilidade de se “satisfazer, desde o primeiro dia, a maior aspiração do emancipado, do imigrante ou do colono – possuir um pedaço de terra!”,³⁵ eram fatores que confirmavam a superioridade do princípio de centralização agrícola sobre todas as outras formas conhecidas de racionalização do trabalho agrícola e de colonização. De fato, tal princípio ia a par com o que Rebouças não se cansava de repetir em seus escritos, qual seja, a sentença atribuída a Joseph Garnier relativa à pequena propriedade territorial:

‘le moyen le plus efficace et le plus énergique pour civiliser les barbares, ou semi barbares, de l’Europe, de l’Afrique, de l’Amérique et de l’Asie, pour émanciper les serfs et les esclaves, consiste à leur constituer une propriété foncière individuelle’.³⁶

Em meados da década de 1870, Rebouças admitia uma convivência pacífica entre dois regimes fundiários: ao mesmo tempo em que acelerava a “subdivisão do solo”, os engenhos e fazendas centrais reuniram também “todas as vantagens da grande propriedade”, embora eliminassem “todos os vícios e inconvenientes do monopólio territorial”.³⁷

Finalmente, dois outros aspectos atestavam a superioridade do princípio de centralização. Em primeiro lugar, além de contribuir para a transição ao trabalho livre, os engenhos e fazendas centrais estimulariam o crédito nos mais recônditos lugares, tornando-se assim os “verdadeiros bancos rurais, disseminados por todo o Brasil e em contato imediato com todas as categorias de lavradores”.³⁸ Afinal, os bancos territoriais e hipotecários, preconizados por muitos como expediente financeiro capaz de salvar a “lavoura nacional da crise por que passa

³⁵ *Idem*, p. 120.

³⁶ *Idem*, p. 126.

³⁷ *Idem*, p. 142.

³⁸ *Idem*, p. 300.

atualmente”,³⁹ se deparariam, segundo Rebouças, com a total ausência de um “cadastro de terras” confiável e seguro, encontrando em seu lugar “escrituras e demarcações feitas por pilotos dos tempos coloniais”.⁴⁰ Este cadastro seria doravante feito tanto através das estradas de ferro, transformadas em empresas de colonização, como pelos próprios engenhos e fazendas centrais.

Em segundo lugar, o “princípio de centralização agrícola” se converteria naturalmente em “princípio de centralização industrial”, uma espécie de *agro-indústria* responsável pelo processo de agregação de valor aos produtos agrícolas visando sua exportação:

Com o desenvolvimento progressivo da nação brasileira, o princípio de centralização agrícola se transformará em *princípio de centralização industrial*: isto é, de cada engenho central, de cada fazenda central, nascerá uma fábrica central.

A fazenda central, o engenho central preparava os produtos agrícolas para serem exportados para a Europa e para os Estados Unidos, e aí, ainda modificados por uma indústria mais avançada para uso dos consumidores.

A fábrica central brasileira enviará para a Europa e para os Estados Unidos o produto agrícola pronto para ser imediatamente consumido.⁴¹

Era sob tais moldes que concebia a possibilidade de algumas indústrias serem criadas no país, surgidas diretamente da modernização da agricultura, e não como concorrentes às fábricas estrangeiras. Tampouco indústrias “urbanas”, tidas como “artificiais”, como visto acima, por ocasião do debate sobre tarifas alfandegárias na *SAIN*. Aludindo à possibilidade de se criar uma indústria têxtil no Vale do Rio São Francisco, através do princípio da centralização agrícola, Rebouças enfatizava que “as fábricas de algodão [fossem] de preferência fundadas no interior do país e não nos portos de mar. As fábricas brasileiras deve[riam] ter por fim fornecer

³⁹ Aqui, Rebouças parece estar respondendo a muitos que defendiam, junto à *SAIN*, a criação de bancos de Crédito Real subvencionados por garantias de juros. Como por exemplo Buarque de Macedo, para quem tal “dispêndio ao tesouro” significaria todavia “um dispêndio dos mais profícuos ao país, e que cessar[ia] logo que tais estabelecimentos, pela nova organização da propriedade agrícola, pudessem] caminhar por si.” (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 11, 4 de novembro de 1873). Rebouças também parece responder ao projeto de “auxílio à Lavoura”, apresentado em 1875 por Cardozo de Menezes, Aratijo Brusque, Bandeira de Melo, dentre outros, o qual, embora tivesse pontos de contato em relação ao seu diagnóstico, e inclusive apontasse para a criação de Engenhos e Fazendas Centrais, propunha também a criação de bancos de crédito e hipotecários: “Acreditam as comissões [da *SAIN*] que as letras hipotecárias, emitidas pelos bancos de crédito territorial, organizados sob a proteção do governo, com autonomia própria nas circunscrições de maior produção agrícola, pela forma exposta, exercerão todo crédito e [ilegível], e serão especialmente procuradas pelos credores da lavoura, hoje que estão ameaçados de liquidação vários engenhos e estabelecimentos industriais, e que o crédito tanto se retrai; hoje, que por esse motivo tão difícil é a aquisição de capitais, as pessoas que vêm seus créditos mal parados serão as primeiras a receber em pagamento deles, e sem desconto, as letras hipotecárias dos bancos fiscalizados auxiliados pelos poderes públicos.” (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 7, 17 de julho de 1875).

⁴⁰ *Idem*, p. 298.

⁴¹ *Idem*, p. 6.

pano de algodão barato aos nossos lavradores; seria loucura que elas aspirassem ir concorrer com as fábricas inglesas nos mercados estrangeiros. É, pois, no interior do Brasil que elas devem ser fundadas”.⁴²

Rebouças por certo não estava isolado em sua expectativa quanto aos melhoramentos materiais, econômicos e sociais que os engenhos e fazendas centrais pudessem trazer. Entre a década de 1870 e início da seguinte, não fugia à longa tradição do “movimento de modernização” agrícola que, desde a crise do Antigo Sistema Colonial, tanto em Portugal como no Brasil, subsumia o pensamento iluminista anti-escravista europeu no discurso agrônomo em prol da racionalização das técnicas de cultivo. Afinal, segundo Fernando Lourenço, “antiescravismo, valorização do trabalho, adubação, uso do arado, produção camponesa, ensino agrícola [eram] todos tópicos que se inaugura[vam] em tempos coloniais e persistir[iam] nas sucessivas proposições dos projetos de reforma da agricultura brasileira”,⁴³ do que os inúmeros manuais, compêndios e memórias apresentados na *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* e nas diversas Sociedades de Aclimação constituíam vivo exemplo.⁴⁴

No que tange aos Engenhos Centrais, eles foram muito apreciados nas sessões da *SAIN* sobretudo na década de 1870, num contexto em que, segundo Peter Eisenberg, esboçou-se uma reação à estagnação da cultura açucareira, em franco declínio desde meados da década de 1850, quando os principais mercados importadores europeus optaram pelo açúcar de beterraba, favorecendo suas próprias refinarias domésticas.⁴⁵ Rebouças participou destes debates, e um dos resultados práticos foi a instituição da Lei 2.687, de 6 de novembro de 1875, a qual autorizava o governo a conceder garantias de juros, até o montante de 30.000 contos, aos engenhos centrais. Buscava-se, de um lado, a promoção do “mais eficiente uso dos fatores de produção: cada plantação poderia dedicar seus recursos apenas à agricultura, assim criando facilidades e melhoramentos como uso de fertilizantes, irrigação e mecanização”.⁴⁶ De outro, pensava-se também no horizonte futuro, regido pelo trabalho assalariado. Nesse sentido, o engenho central contribuiria para o barateamento da força de trabalho, uma vez que a “mão-

⁴² *Idem*, p. 239. Nesta passagem, Rebouças recorre à mesma imagem presente em seu *Diário*, por ocasião de sua viagem aos Estados Unidos, comparando a “alegre, cândida, e brilhante” Lowell, à “triste, negra e escura” Manchester, e concluía: “Abençoado seja quem fundar uma Lowell no Brasil! (...) O que esperamos para fundar a grande indústria manufatureira na província de Minas Gerais? Porque não mandamos vir de Lowell, da gentil filha do Merrimack e da atividade yankee, máquinas para fiar e tecer algodão? Porque não havemos de constituir em Minas Gerais um centro industrial e manufatureiro para dar produtos de algodão, de lã, de seda e de ferro, aos habitantes do imenso planalto, que se estende da Serra da Mantiqueira até aos Andes?” (*Idem*, p. 79 e ss.).

⁴³ Fernando Antonio LOURENÇO, *Agricultura Ilustrada: idéias para o melhoramento moral e material da lavoura brasileira no século XIX*, Tese de Doutorado – IFCH/Unicamp, 1998, p. 8.

⁴⁴ *Idem*, pp. 140 e ss.

⁴⁵ Peter EISENBERG, *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco – 1840 – 1910*. Rio de Janeiro / Campinas: Paz e Terra / Editora da Unicamp, 1977.

⁴⁶ *Idem*, p. 111.

de-obra total demandada pelos agricultores declinaria devido ao número de trabalhadores dispensados pelo engenho e não readmitidos nos canaviais”,⁴⁷ e os trabalhadores “postos na ociosidade por estas mudanças passariam a fazer pressão sobre o nível salarial, forçando-o a baixar”.⁴⁸

Apesar de sua suposta racionalidade, os engenhos centrais malograram, quer enquanto empresas, quer enquanto processo de transformação da estrutura social. Na década de 1870, as poucas iniciativas fracassaram por falta de capital e pela “má fé” daqueles que especulavam em torno da venda de ações destas companhias.⁴⁹ Na década seguinte, buscou-se então atrair o capital estrangeiro, sobretudo inglês. Foram concedidas a cinco grandes companhias britânicas a permissão de construir ao todo 32 engenhos centrais em nove províncias do Império, a maioria no norte, mas também em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.⁵⁰ Dentre elas, a *Central Sugar Factors of Brazil, Limited* em 1881, construindo o primeiro engenho central de Pernambuco, e a *North Brazilian Sugar Factors, Limited*, fundada em 1882 por uma empresa ferroviária britânica e por um grupo de engenheiros civis de Londres. A primeira entrou em liquidação em 1886, vitimada tanto pela maquinaria obsoleta que importara como pelos interesses de “lucros a curto prazo” de seus diretores, e a segunda, embora também beneficiada com garantia de juros, no caso, 6% sobre um total de 3.750 contos para a construção de sete engenhos, até 1886 não começara a moer em engenho algum.⁵¹ Não foram exceção. Os únicos engenhos centrais bem sucedidos foram os criados por brasileiros, já durante a República, cujo sucesso deveu-se, segundo Peter Eisenberg, tanto à “forma do subsídio: um empréstimo direto” como à “condição dos que o receberam – agricultores brasileiros interessados em fabricar açúcar, não em especulações”.⁵²

Também para Evaldo Cabral de Mello,⁵³ a política dos engenhos centrais do Governo Imperial fora promovida pela associação de capitais estrangeiros e pelo “ativo *lobby* de ‘melhoramentos materiais’ que vicejava no Rio de Janeiro à sombra dos lucros fáceis de intermediação, que proporcionavam a obtenção e a venda de concessões governamentais”.⁵⁴ E tal fato teria justamente atuado como um dos fatores que apressaram a ruína dos engenhos centrais: a especulação em torno da compra e venda de concessões e de ações das companhias

⁴⁷ *Idem*, p. 112.

⁴⁸ *Idem, ibidem*.

⁴⁹ *Idem*, p. 114.

⁵⁰ Richard GRAHAM, *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. Op. Cit.*, p. 158.

⁵¹ Peter EISENBERG, *Modernização sem mudança. Op. Cit.*, pp. 119/120.

⁵² *Idem*, p. 122.

⁵³ Evaldo Cabral de MELLO, *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1999 (2ª edição), p. 162.

⁵⁴ *Idem, ibidem*.

já constituídas. “Ocorrera”, afirma Cabral de Mello, “que a *advocacia administrativa* da Corte e indivíduos influentes haviam se apoderado, como já haviam feito com as ferrovias, das concessões de garantia de juros destinados aos engenhos centrais, não para utilizá-las diretamente mas para, como intermediários, vendê-las a terceiros na praça de Londres”, algo que muitos coevos viam como “um novo ramo de negócios do Governo”.⁵⁵

Ora, segundo Rebouças admitia em 1887, foram precisamente a “advocacia administrativa” e a especulação acionária – que ele define como “mistérios de Londres” –, os responsáveis indiretos pelo fracasso tanto das estradas de ferro como dos engenhos centrais. Numa espécie de *mea culpa* em relação às próprias expectativas nutridas anteriormente, afirmava então que a ação perniciosa dos elementos acima “fizeram dos engenhos centrais um fiasco ainda mais acabrunhador do que o da rede das vias férreas provinciais!!...”.⁵⁶

No entanto, e aqui reside uma questão a meu ver fundamental, o que o “neologismo”⁵⁷ do termo “Advocacia Administrativa” significava era a realidade bem concreta da permanência dos complexos interesses clientelistas e agrários que emperravam iniciativas progressistas, “interesses” esses que, longe de serem bem compreendidos, agiam em sentido contrário, esterilizando a própria modernização ao reiterarem o monopólio territorial. Rebouças reconhecia então a força do poderoso “exército” que o “landlordismo” possuía, infiltrando-se nos Gabinetes ministeriais e lançando seu espectro nas bolsas de valores. Em resposta a isso, lançava então as bases do programa *radical* que assinalaria a ruptura definitiva com seu antigo programa modernizador. Trata-se aqui da ênfase no imposto territorial como o único mecanismo possível, tanto para a subdivisão da terra e transição para o trabalho livre, como para o próprio desenvolvimento agrícola:

É preciso também dizer que não tínhamos ainda avançado bastante no combate contra o monopólio territorial para conhecer toda a força do hediondo exército de rotina, de ignorância, de malevolência, de hipocrisia e de [ilegível], de que [o monopólio territorial] dispõe. (...) Atualmente, novembro de 1886, proclamamos bem

⁵⁵ *Idem*, p. 173. Grifo meu.

⁵⁶ André REBOUÇAS, “Propriedade Territorial - Landocracia e Democracia Rural, Monopólio Territorial e Liberdade do Comércio da Terra. (extratos da obra inédita de André Rebouças)” (XLIV). In *Gazeta da Tarde*, 13 de maio de 1887.

⁵⁷ Aqui Rebouças atribuía significado a este termo: “Durante o ano de 1886, esteve sempre em discussão, na imprensa e nas duas casas do Parlamento, a miséria das estradas de ferro, construídas e geridas pelo Estado ou por ele garantidas. A Imprensa Democrática atribuía esse tristíssimo fiasco à Advocacia Administrativa; (...) É preciso que expliquemos aos vindouros o que significa esse neologismo – *Advocacia Administrativa*. Foi ele inventado por Buarque de Macedo, quando ministro da Agricultura, para estigmatizar um famigerado político, que viveu e morreu traficando em todas as estradas de ferro, em todas as empreitadas, em todas as especulações mercantis, inclusive em lojas de papel para fornecimento às Secretarias de Estado!” (André REBOUÇAS, “Estradas de Ferro. Sua esterilização pela advocacia administrativa e pelo monopólio territorial” (I), in *Gazeta da Tarde*, 22 de março de 1887. Grifos do auto).

alto, são necessários meios enérgicos, vigorosíssimos; impostos territoriais geometricamente progressivos; medidas diretas violentas, que acelerem a eliminação do monopólio territorial, e impeçam para todo sempre o reaparecimento desse demônio em nossa amada Pátria.⁵⁸

Nas citações acima de um artigo publicado em 1887, Rebouças aplicava aos engenhos centrais o mesmo diagnóstico sombrio que quatro anos antes relacionara às estradas de ferro. Tal diagnóstico era, a meu ver, produto de sua participação em agremiações abolicionistas e reformistas, sobretudo após 1883, quando então se assinala uma redefinição de suas perspectivas intelectuais: o “modernizador” dos anos 1870 transforma-se paulatinamente no “reformista” que seria ao longo da década de 1880. O documento que permite vislumbrar esta mudança é o panfleto N° 1 para a *Confederação Abolicionista* intitulado *Abolição Imediata e Sem Indenização*. Nele, Rebouças não apenas percebia a inutilidade dos melhoramentos materiais como recurso às transformações sociais, em se mantendo inalterada a paisagem fundiária, como trilhava também a rota, até então evitada, do posicionamento “político”, encarado agora como estratégia fundamental tanto à propaganda abolicionista, como para a implantação do imposto territorial. Ainda que por “política”, como veremos, Rebouças entendesse algo bem diverso do que a participação eleitoral, partidária, e mesmo a agitação popular das ruas.

Em primeiro lugar, Rebouças deixava de reconhecer o comportamento “filantrópico e previdente” dos possuidores de escravos e, em lugar disso, enfatizava a violência privada que caracterizava a escravidão e o monopólio territorial. Nesse sentido, afirmava que

o senhor de escravo, de chicote na mão, *julga-se dispensado de raciocinar*. Não admite réplica, nem contradição. O hábito do absolutismo e da tirania para com os escravos reduziu os fazendeiros e os senhores de engenho à impossibilidade de tratar com homens livres. À menor contrariedade recorrem aos meios violentos: ao ferro, ao fogo, ao assassinato e ao incêndio das propriedades rurais dos foreiros e dos agregados.

Tudo isso é intrínseco, é fatalmente inato na índole perversa do demônio do escravagismo. Só acabará no dia da Abolição.⁵⁹

⁵⁸ André REBOUÇAS, “Propriedade Territorial - Landocracia e Democracia Rural, Monopólio Territorial e Liberdade do Comércio da Terra. (extratos da obra inédita de André Rebouças).” (XLIV). In. *Gazeta da Tarde*, 13 de maio de 1887.

⁵⁹ André REBOUÇAS, *Abolição Imediata e Sem Indenização - Confederação Abolicionista*. (Panfleto n. 1). Rio de Janeiro: Typographia Central de Evaristo R. da Costa, 1883, p. 20. Grifo meu.

Sendo assim, de nada adiantariam vias de comunicação modernas em se mantendo inalterados o “escravagismo” e o monopólio territorial. Em suma, Rebouças reconhecia, perplexo, que

debalde, à custa de sacrifícios inauditos, introduzimos em nossa Pátria navegação a vapor, estradas de ferro, telégrafos elétricos e todos os grandes promotores do progresso, de riqueza, de prosperidade e de bem-estar...

Debalde... porque o escravagismo e o monopólio territorial empregam o sublime invento de Watt e de Fulton em transportar escravos; deixam as margens das estradas de ferro desertas, e os telégrafos elétricos em penúria...

Todos esses instrumentos, que na Grande República Norte-Americana, produziram maravilhas de progresso, são neste Império embotados e inutilizados pelo hediondo escravagismo e pelo desenfreado monopólio territorial”.⁶⁰

Doravante sua perspectiva incorporará dois caminhos simultâneos, duas frentes de batalha em perfeita simbiose. Em suas próprias palavras, o “trabalho democrático” deverá “ser duplo”:

cumprir libertar a terra e restituir a Liberdade à raça africana. Em nosso estandarte deve ler-se - Abolição e Democracia Rural. Será pelo imposto territorial que conseguiremos a subdivisão do solo, a pequena lavoura, a agricultura com propriedade, a Democracia Rural em uma só palavra; a Abolição permitirá a colonização nacional estrangeira, colocará o Brasil em condições análogas a da grande Republica Norte-Americana.⁶¹

O imposto territorial, outrora preterido por ser um “meio odioso”, seria agora concebido como o “complemento necessário e indispensável”⁶² da Abolição, permitindo finalmente a reforma de “todo o nosso sistema agrícola”. Ora, assumir tal projeto implicava necessariamente atribuir ao Estado um papel fundamental, não mais secundário ou, como outrora, de mero garantidor das liberdades individuais e permissivo à livre associação de interesses. O que não deixava de ser um problema que, embora perceptível desde então, só seria enfrentado seriamente ao final da campanha abolicionista, em 1888. Assim é que entendo

⁶⁰ *Idem*, p. 41.

⁶¹ *Idem*, p. 30.

⁶² *Idem*, p. 34.

o paradoxo que ele mesmo introduzia ao afirmar que, sendo o imposto territorial imprescindível,

a questão [era] somente encontrar um ministro, assaz forte e devotado para fazer votar esse imposto por um senado e por uma câmara, superabundantes de *landlords*, fazendeiros e senhores de engenho, monopolizadores de latifúndios e exploradores de escravos.⁶³

Que espécie de *super-ministro* seria este, senão justamente alguém que triunfasse sobre os mecanismos jurídicos e políticos da monarquia *parlamentar*, ainda que “às avessas” – como Rebouças bem percebia ao apontar o papel da Guarda Nacional na formação das “câmaras unânimes”?⁶⁴ Não à toa, a menção ao agente capaz de introduzir o imposto territorial foi mantida no limbo durante sua participação no movimento abolicionista, e como veremos, somente depois de 1888 Rebouças faria suas reflexões em torno do Poder.

6.3. Abolição e Reforma Agrária: as associações do “progresso no Novo Mundo”

Que para Rebouças o monopólio territorial e o “escravagismo” fossem “duas entidades intrinsecamente conexas”, espécie de “irmãos siameses fatais”, ou antes “dois monstros insaciáveis que devora[vam] este Império”, excluindo-o do “progresso no Novo Mundo”,⁶⁵ a leitura de seus artigos jornalísticos não deixa dúvidas. Entretanto, resta explicar como chegou a tal veredicto. O propósito deste item é narrar brevemente sua experiência em outras associações além das exclusivamente empresariais e profissionais: privilegiarei aqui as diversas sociedades abolicionistas, a *Sociedade Central de Imigração* e o *Clube de Engenharia*, além de sua produção jornalística, igualmente alvo desta narrativa.

Rebouças teve um papel ativo na organização destas agremiações. Fundou e re-fundou, respectivamente em 1879 e em 1883, a *Sociedade Abolicionista da Escola Politécnica*; atuou em 1880 ao lado de Joaquim Nabuco junto à *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*; ajudou a organizar em 1883, com Alfredo d’Escagnolle Taunay, Carl Von Koseritz e outros a *Sociedade Central de Imigração*; teve papel ativo na criação da *Confederação Abolicionista* em 1883; atuou no *Club de*

⁶³ *Idem*, p. 34.

⁶⁴ Vide para isso o Capítulo V, item 5.4.

⁶⁵ André REBOUÇAS, “Propriedade Territorial - Landocracia e Democracia Rural. (extratos da obra inédita de André Rebouças)” (XXXII), in *Gazeta da Tarde*, 22 de abril de 1887.

Engenharia redigindo artigos para a *Revista de Engenharia* até 1891. Sua participação nestas sociedades reflete-se também na riqueza da produção jornalística do período: entre 1883 e 1891, Rebouças publicou mais de cento e cinquenta artigos abolicionistas e de denúncia do monopólio territorial, em jornais como a *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio*, *Cidade do Rio* e *Revista de Engenharia*, todos eles, à exceção do *Jornal do Comércio*, órgãos de divulgação de suas respectivas entidades.

Embora date de 1867 suas primeiras reflexões em torno da questão do trabalho escravo, foi somente a partir da chamada renovação do debate abolicionista parlamentar, em 1879, que Rebouças protagonizou sua participação pública enquanto organizador de associações abolicionistas e colaborador assíduo em seus veículos de imprensa.⁶⁶ Desde a dissolução da *Companhia Docas D. Pedro II* e sua encampação pelo Governo em 1877, Rebouças dividia seu tempo entre as aulas na *Escola Politécnica*, a redação de artigos para o *Novo Mundo*, e alguns trabalhos como consultor em obras públicas, todos de menor vulto se comparados aos esforços hercúleos que empreendeu anteriormente. A exceção era o *Caminho de Ferro Conde d'Eu*, na província da Paraíba, companhia esta organizada em Londres, sendo Rebouças o titular da concessão.⁶⁷

Fato digno de nota foi o registro no *Diário* de sua aliança com Joaquim Nabuco, ocasião em que menciona ainda seu primeiro artigo de cunho abolicionista: “Carlos Gomes e a Emancipação”.⁶⁸ Desde 1879, Rebouças tornou-se o zeloso tesoureiro e organizador de eventos e agremiações abolicionistas, e não descuro em promover a obra do maestro nos *meetings*, cujos “Festivais Carlos Gomes” eram também uma forma de angariar fundos para a propaganda abolicionista.⁶⁹ Em 1880, no 58º aniversário da independência brasileira, Rebouças juntou-se ao grupo antiescravista que, na residência de Nabuco na Praia do Flamengo, organizou a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*. Em novembro daquele ano, vinha a lume o

⁶⁶ Em 1879, o deputado Jeronymo Sodré, representante da Bahia em discurso de 5 de março, fazia um apelo para a extinção total e rápida da escravatura, opondo-se à dilação da Lei Rio Branco, de 1871. Segundo Robert Conrad, data de então a renovação do debate abolicionista na Assembléia Geral, após oito anos de vigência da Lei de 1871. Segundo a interpretação de Conrad, a Lei Rio Branco era demasiado “complexa em seu compromisso de alterar o *status quo* de modo satisfatório para os críticos da escravatura” e defender ao mesmo tempo os direitos dos donos de escravos. Daí que sua intenção fosse a de “estabelecer um estágio de evolução para um sistema de trabalho livre sem causar grande mudança imediata na agricultura ou nos interesses econômicos. Esperava-se, assim, que remendasse uma instituição em declínio, enquanto eliminava sua última fonte de renovação; que protegesse os interesses da geração viva dos senhores, enquanto resgatava a geração seguinte de escravos. Anunciada como uma grande reforma, essa lei era, realmente, um compromisso intrincado. Todavia, contribuiu significativamente para o colapso da escravatura, dezessete anos mais tarde.” (Robert CONRAD, *Os últimos anos da Escravatura no Brasil – 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. pp.167 e 113, respectivamente).

⁶⁷ Por conta disso, afirma que recebeu “22:133\$333 de prêmio como concessionário (...), por trabalhos de 16 anos” (*Diário*, 8 de julho de 1880). Doravante a empresa se denominaria *Conde d'Eu Railway Company Limited*.

⁶⁸ *Diário*, 9 de julho de 1880. O artigo saiu pelo *Jornal do Comércio*.

⁶⁹ Em 1880, o primeiro dos festivais organizados com esta finalidade rendeu, segundo Rebouças, 4:647\$000. É provável que o maestro abdicasse de uma parte da renda em benefício do movimento abolicionista. (*Diário*, 9 de novembro de 1880).

primeiro número de *O Abolicionista*, no qual se atacava a “legalidade da própria escravatura, minada como estava pela colossal e contínua violação da lei de 7 de novembro de 1831”.⁷⁰ Rebouças e Nabuco já formavam então a sólida parceria que se manteria ao longo da década, sobrevivendo mesmo à queda do Regime, durante o auto-exílio de Rebouças. Além de Nabuco, seriam seus companheiros de jornada militantes abolicionistas, jornalistas e políticos como José do Patrocínio, João Clapp, Joaquim Serra, Alfredo Taunay, Beaurepaire Rohan, José Avelino Gurgel do Amaral, Carl von Kosertiz, dentre outros.

Em seu *Diário*, registrou as primeiras manifestações abolicionistas da Corte, como a polêmica recepção ao ministro dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Henry Washington Hilliard, um “sulista e antigo confederado” que agora dava seu depoimento otimista diante dos benefícios que a abolição da escravatura trouxera para os estados do Sul daquele país. Noticiando o evento que ajudara a organizar, Rebouças escrevia na *Gazeta da Tarde* que, pela primeira vez, a “família abolicionista brasileira se estava reunindo para ‘distribuir o sagrado pão da Eucaristia em favor dos que sofrem nos ferros do cativo’”.⁷¹

A “família abolicionista”, no caso, compunha-se das três principais organizações abolicionistas da Corte, todas ligadas entre si e fundadas em 1880: a *Associação Central Emancipadora* de José do Patrocínio e Nicolau Moreira, o jornal *Gazeta da Tarde*,⁷² dirigido por José Ferreira de Menezes, e a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, organizada em torno de Joaquim Nabuco.⁷³ Rebouças figurou em todas elas, como consta em seu *Diário*, ao mencionar que redigira os estatutos da *Associação Central Emancipadora*,⁷⁴ distribuía o manifesto da *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*⁷⁵ e elaborara diversos artigos para a *Gazeta da Tarde*, descrevendo sobretudo as primeiras conferências, *meetings* e festivais.⁷⁶ Nestes dois primeiros anos da década de 1880, Rebouças se empenhou tanto na organização e apoio logístico ao movimento como na redação de alguns poucos artigos de caráter abolicionista.

Entretanto, a forte reação escravocrata contra os abolicionistas, que muitos destes não esperavam, vindo tanto da Câmara dos Deputados como da imprensa – reação que consistia basicamente no apoio à Lei Rio Branco como o limite possível para o processo de eliminação

⁷⁰ Joseph CONRAD, *Op. Cit.*, p. 172/3.

⁷¹ *Idem*, p. 174.

⁷² O primeiro dos grandes jornais abolicionistas foi o *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, o qual, juntamente com *O Abolicionista*, despertou o interesse do público em 1880. Mas este pioneiro foi ultrapassado em “radicalidade”, segundo J. Conrad, pelo *Gazeta da Tarde*, sob breve controle de José Ferreira de Menezes, e depois por José do Patrocínio, mantendo-se até 1887 como o principal veiculador de notícias sobre o movimento abolicionista na Corte. Em 1887, *A Cidade do Rio* ocupou este lugar. (*Idem*, p. 181).

⁷³ *Idem*, p. 185.

⁷⁴ *Diário*, 20 de setembro de 1880.

⁷⁵ *Diário*, 28 de setembro de 1880.

⁷⁶ *Diário*, 30 de setembro de 1880.

da escravidão, algo que, mediante o sistema de pecúlios e manumissões normais daria à instituição uma sobrevida de cerca de vinte anos –, arrefeceu esta chamada “primeira fase” da campanha, culminando com a derrota dos partidários da abolição imediata, e particularmente de Joaquim Nabuco, nas eleições de 1881.⁷⁷

Por outro lado, concomitante à participação no movimento abolicionista da Corte, e talvez acompanhando seu próprio refluxo, Rebouças reaproximou-se da Engenharia Civil em fins de 1882. Entre setembro daquele ano e janeiro de 1883, Rebouças fizera sua 3ª viagem à Europa, ao que tudo indica motivado pela amizade com Charles Neate, com quem montara um escritório em Londres visando projetos de melhoramentos dos portos do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Paraíba.⁷⁸ Graças à amizade com Neate, Rebouças fora apresentado a inúmeros engenheiros e gerentes de companhias europeus e brasileiros, aos quais prestaria depois trabalhos de consultoria, tanto em Londres como em seu retorno ao Brasil.⁷⁹ Também tivera participação na gerência da *Conde d’Eu Railway Company*, sendo representado no Rio de Janeiro pelo ex-aluno de *Escola Central*, José Américo dos Santos.⁸⁰ Como não podia deixar de ser, Rebouças peregrinava pelas docas e portos europeus, notadamente na Holanda, cuja engenharia portuária lhe impressionara a ponto de sugerir sua aplicação em regiões brasileiras de topografia similar, como lhe parecia ser o litoral do Rio Grande do Sul.⁸¹ Na estadia, estreitou também suas relações de amizade com José Carlos Rodrigues, que se mudara de Nova York para Londres, além de acompanhar Joaquim Nabuco – o qual após sua derrota eleitoral também passara a viver em Londres –, nas conferências da *Anti Slavery Society*.⁸²

Em seu retorno ao Brasil, Rebouças ainda buscou reassumir o ritmo de administrador e engenheiro de obras públicas como na década anterior. Chegou a criar, com José Avelino Gurgel do Amaral e outros, uma nova companhia, a *Metropolitana – Nova Amsterdã*, cujo objetivo era a “canalização, drenagem, saneamento e edificação dos terrenos alagados do Rio de Janeiro”.⁸³ Além disso correspondia-se com os inúmeros engenheiros e empresários, na maioria estrangeiros, interessados em empreendimentos ferroviários no Brasil. Dentre eles o empresário rio grandense José J. de Carvalho Bastos, o qual lhe apresentou o deputado

⁷⁷ Robert CONRAD, *Op. Cit.*, pp. 200-206.

⁷⁸ *Diário*, 6 de outubro de 1882.

⁷⁹ Cf. Richard GRAHAM, *Grã-Bretanha e Brasil*, *Op. Cit.*, p. 209.

⁸⁰ *Diário*, 31 de dezembro de 1882.

⁸¹ *Diário*, 8 de março de 1883.

⁸² *Diário*, 15 de novembro de 1882.

⁸³ *Diário*, 18 de março de 1883.

provincial Carl von Koseritz, recém chegado ao Rio de Janeiro vindo do Rio Grande do Sul.⁸⁴

No entanto, também neste aspecto houve, a meu ver, uma mudança qualitativa em suas atividades empresariais, pautando agora seu ritmo pelas afinidades eletivas advindas do compromisso com as bandeiras da imigração espontânea, colonização e denúncia do estatuto territorial. Exemplo disso seria a tentativa de criação conjunta de uma companhia ferroviária e uma companhia de colonização / imigração em Minas Gerais: a *The Minas Central Railway of Brazil, Limited* e a *The Terra Roxa of Brazil Immigration Company*.⁸⁵ As evidências de que estes empreendimentos eram pensados conjuntamente são os freqüentes registros da correspondência com Joaquim Nabuco, que em Londres era informado de assuntos como “propaganda abolicionista, democracia rural e a Terra Roxa Immigration Company, etc”.⁸⁶ A tramitação dos estatutos da *The Minas Central* pelo Conselho de Estado terminou em outubro de 1883, com a aprovação do decreto de concessão. Entretanto, a partir de 1884, mesmo após a vinda de negociantes ingleses como Thomas H. Linkates e o engenheiro W. Martineau, as diversas expedições de Rebouças a Minas Gerais em companhia de José Américo dos Santos, e as referências às ordens para pagamento dos “juros garantidos” à Companhia⁸⁷, os registros em seu *Diário* relativos à Companhia se tornam cada vez mais escassos, o que permite supor, ou que a empreitada teve vida curta, ou que ao menos a participação de Rebouças naquele empreendimento foi abreviada.

Outra iniciativa, igualmente malograda, foi a tentativa em 1885 de contratação da *Sociedade Central de Imigração (SCI)* por parte da diretoria geral do *Banco Predial* na elaboração de um projeto de “estabelecimento de imigrantes nas fazendas entregues ao Banco [Predial] por dívidas hipotecárias”.⁸⁸ Foram feitas diversas reuniões na *SCI* tratando de projetos deste tipo, inclusive com a extensão da proposta ao *Banco do Brasil* alguns meses depois.⁸⁹

Finalmente, Rebouças registra em *Diário* seu empenho em estreitar um vínculo entre a *SCI* e o *Club de Engenharia*, este último visto por ele como um elemento fundamental para cimentar entre os engenheiros o compromisso com a demarcação de terras para imigrantes e o tão decantado “cadastro territorial”.

⁸⁴ *Diário*, 18 de abril de 1883.

⁸⁵ A *The Minas Central Railway of Brazil*, ao que parece, não teve vida longa. Ainda em 1883, Rebouças encontrou-se com o diretor do *Banco do Comércio* Antonio da Costa Chaves Faria e o deputado mineiro Manuel José Soares, interessados em vender o *Caminho de Ferro de S. João Del Rey* à Companhia (*Diário*, 5 de setembro de 1883). Apesar disso, são várias as referências de Rebouças em seu *Diário* registrando suas tentativas de “salvar” a Companhia.

⁸⁶ *Diário*, 24 de setembro de 1883.

⁸⁷ *Diário*, 9 de setembro de 1884.

⁸⁸ *Diário*, 27 de abril de 1885.

⁸⁹ *Diário*, 19 de junho de 1885.

O *Club de Engenharia*, fundado em 1880 por iniciativa de Conrad Jacob Niemeyer, engenheiro e industrial que cedeu uma das salas de sua propriedade à organização desta agremiação foi, segundo Maria Alice R. de Carvalho, uma iniciativa que teria selado uma “associação prática entre engenharia e indústria”,⁹⁰ e correspondido a mais uma “tentativa de institucionalização do tema do progresso”. Além disso, a intervenção prática dos engenheiros nas reformas urbanas do Rio de Janeiro, e sobretudo o “higienismo” que marcaria a última década do século XIX e as primeiras do XX, teriam representado a tentativa de “governar por retas”, constitutiva do ideário político dos engenheiros.⁹¹

Rebouças não chegou a participar do debate sobre a reforma urbana, embora em seus textos possamos encontrar referências ao “higienismo” que impregnara a atmosfera intelectual das discussões do *Club* nos anos finais da década de 1880. Em seus artigos para a *Revista de Engenharia*, sobretudo entre 1887 e 1891, Rebouças deplorava a industrialização e mesmo a urbanização acentuadas, temeroso da “miséria” que a proletarização pudesse trazer em seu bojo. Em lugar disso, enfatizava a “segurança” da pequena propriedade territorial. Por outro lado, em alguns artigos se lamentaria também da cumplicidade de muitos engenheiros com o “espírito de rotina”, ao contrário daqueles que considerava “pioneiros” em tentativas de alterar, através da própria profissão, o legado escravista e o monopólio territorial.

Acredito que a epígrafe que abre esta terceira parte do trabalho esclarece um pouco sua visão sobre as potencialidades *emanipatórias* que creditava à Engenharia, se acaso seus praticantes se compromissassem com os aspectos propriamente “sociais” de sua profissão. Tal compromisso passava, por exemplo, pelo próprio traçado das estradas de ferro, no que os chamados “engenheiros primários”, ele incluso, serviriam de exemplo de devoção à reforma do estatuto territorial:

Os engenheiros brasileiros *primários* responderam, por vezes, aos potentados deste império: “nós não somos políticos: estamos traçando estradas de ferro para uma pátria, e não para servir aos vossos interesses”.

⁹⁰ Maria A. Rezende de CARVALHO, *Quatro Vezes Cidade*, Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994, p. 60.

⁹¹ *Idem*, p. 67. Segundo a autora, embora houvesse diferentes concepções de civilização entre os membros do *Club*, o tema da “reforma urbana” da década de 1880 ao início do século seguinte teria unido diversas correntes. Dentre elas, a dos “reformadores republicanos”, para quem a “cidade expressaria uma visão atomista e mecanicista do social, pela qual as unidades coletivas [seriam] construídas a partir de indivíduos e decompontíveis em unidades sempre redutíveis à sua menor expressão”, e a dos “reformadores monarquistas”, para os quais a cidade “expressaria uma visão da racionalidade estatal superposta à natureza – imagem a que não faltava uma certa reverência à empresa colonial, e aos seus mitos específicos. Sob a tradição romântica, como se sabe, em seu período de maior aceitação pelas elites políticas e intelectuais do século XIX, reelaborara-se o mito do paraíso terrestre, *trópo* narrativo a que se liga uma imagem originária do Brasil, caracterizada pela exigência de um princípio estruturante, de uma razão estratégica que encontrava na vontade do príncipe ideal sua possibilidade de materialização em instituições e personagens.” (*Idem*, p. 79).

Claro está que esses *rebeldes*, que esses loucos refratários foram logo demitidos, e que seus lugares foram imediatamente ocupados por *engenheiros secundários* bem ignorantes e bem servis para receberem instruções da *advocacia administrativa*, para assinarem relatórios feitos por ela; para aprovarem todos os orçamentos e todas as contas finais dos empreiteiros altamente protegidos!

(...)

Nosso livro: *Garantia de Terras* [(sic) aqui, Rebouças refere-se a *Garantia de Juros*] – *Estudos Econômicos* – é, da primeira à última página, um combate renhido contra a maléfica influência dos políticos ambiciosos e trêfegos no traçado e na gerência das estradas de ferro. Foi escrito de 1870 a 1884, exatamente quando o Parlamento discutia e votava a série de vias-férreas para as pequenas províncias, e a rede de estradas de ferro estratégicas para o Rio Grande do Sul.⁹²

Em que pese suas tentativas de retomar sua vida profissional e empresarial, na década de 1880 seu destino seria mesmo a propaganda reformista na imprensa. Ao retornar da Europa, em 1883, Rebouças estava a par do processo de emancipação na província do Ceará, partilhando do novo ânimo da campanha pela abolição. Ironicamente, o sucesso do abolicionismo naquela província deveu-se à reação escravocrata de 1880 e 1881, a qual teve como um dos seus efeitos a decretação de leis anti-tráfico interprovincial por parte das províncias escravistas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, temerosas diante da entrada maciça de escravos vindos das empobrecidas e decadentes províncias setentrionais, e do que isso poderia significar em termos de quebra do pacto escravista em nível nacional.⁹³ Assim, a aprovação de leis requerendo o registro de escravos e impondo taxas proibitivas à sua entrada nas províncias cafeeiras do Sul, gerou uma forte desvalorização da propriedade escrava nas províncias do Norte, conseqüentemente favorecendo o descumprimento da manutenção da instituição por parte daqueles cuja renda advinha, cada vez mais, dos seus escravos, os quais constituíam, não muito exageradamente para alguns dos coevos, a “única moeda em circulação” após a devastação que as secas de 1877 a 1880 impuseram à produção agrícola.⁹⁴

Para Evaldo Cabral de Melo, o “pacto escravista” já havia sido posto em questão desde que a dissidência conservadora escravista se encastelara nas províncias cafeeiras, à época da votação da Lei do Ventre Livre. Tal reforma por sinal, só pôde ser votada graças aos votos das

⁹² André REBOUÇAS, “Estradas de Ferro – sua esterilização pela advocacia administrativa e pelo monopólio territorial”, in. *Gazeta da Tarde*, 22 de março de 1887. Grifos do autor.

⁹³ Robert CONRAD, *Op. Cit.*, p. 209.

⁹⁴ *Idem*, p. 213.

deputações da Bahia e Pernambuco, regiões onde o “sentimento escravista ficara enfraquecido na esteira do tráfico interprovincial de escravos e onde o controle dos chefes sobre suas máquinas partidárias parecia sólida”.⁹⁵ Curiosamente, embora São Paulo e Rio de Janeiro tivessem votado contra a Lei Rio Branco em 1871, em 1880/81 a concebiam como o bastião da contra-reforma. Nesse sentido, a Lei Rio Branco, e mesmo seu próprio Gabinete, teria representado um divisor de águas no compromisso escravista nacional entre as províncias cafeeiras e as províncias do Norte.⁹⁶

No entanto, nos primeiros anos de 1880 o Ceará estava à frente do processo de emancipação, tanto espontânea como mediante a indenização através dos fundos de emancipação, culminando pela libertação total em 1884. Foi tal otimismo que fez a campanha abolicionista ganhar novo fôlego. Em 1883, criou-se a *Confederação Abolicionista*, no âmbito da qual Rebouças escreveu diversos artigos na *Gazeta de Notícias* e na *Gazeta da Tarde*. Referindo-se ao Ceará, Rebouças recordaria inclusive da ópera *Salvator Rosa* e sua personagem principal, afirmando que “para nós abolicionistas, a vela triangular e branca da jangada é hoje um símbolo de liberdade (...). A Itália gloria-se de Masaniello, o pescador que um dia libertou Nápoles; o Ceará ostenta hoje os seus jangadeiros, inumeráveis Masaniellos na libertação dos escravos!”⁹⁷

No entanto, por maior que fosse seu entusiasmo diante da campanha abolicionista, Rebouças a concebia menos como um movimento de caráter exclusivamente “político”, ou antes feito pela “anarquia humanitária da igualdade” das ruas, do que empreendido nos moldes da “ciência” e mediante o ritmo ditado pelo progresso da razão. Além disso, era enfático em proclamar a indistinção entre escravidão e monopólio territorial, no que a transição entre “passado” e “presente” era vista como a destruição dos monopólios de toda ordem e sua substituição pelo “rumo certo” e “geometricamente positivo” da “democracia rural” e da modernização das técnicas de cultivo.

Em outras palavras, tratava-se agora da modernização *agrícola* através da resolução da *questão agrária*, no que a abolição era um aspecto importante e mesmo decisivo, mas sem dúvida alguma *um* aspecto. Assim é que, refletindo sobre o fluxo e refluxo da propaganda na qual tomava parte, e referindo-se igualmente à reação escravocrata, afirmava que

⁹⁵ Evaldo C. de MELO, *Op. Cit.*, p. 22/3.

⁹⁶ *Idem.*, p. 41.

⁹⁷ André REBOUÇAS, “O Exemplo do Ceará”, in. *Gazeta da Tarde*, 10 de novembro de 1883. Sobre a ópera *Salvator Rosa*, vide Capítulo V, item 5.1.

o início da propaganda abolicionista causou às classes imediatamente interessadas na agricultura uma impressão profunda. Afigurou-se-lhes que a inexperiência e o sentimentalismo haviam empunhado um facho para resolver *pela anarquia humanitária da igualdade* graves problemas econômicos.

O tempo tem-se incumbido de demonstrar que a propaganda abolicionista, longe de brotar a mercê do acaso, *segue um rumo certo, científico e obedece geometricamente a um método positivo.* (...) A propaganda abolicionista mete resolutamente ombros ao trabalho da *substituição do passado pelo presente, isto é do feudalismo territorial pela democracia rural, da cultura extensiva e ruínosa pelo da cultura intensiva e próspera, finalmente, do monopólio de alguns pela cooperação de todos.* ⁹⁸

Noutro artigo do período, ao chamar atenção para a antítese entre a província do Ceará e a de São Paulo, Rebouças reiterava a argumentação, cara a seu pensamento, de entrelaçar a “abolição imediata e sem indenização” à mudança do estatuto territorial e à imigração. Era assim pois, que São Paulo afigurava-lhe não só a província melhor preparada para a abolição, como também para a imigração estrangeira, impedida todavia pelo “déspota de chicote” que era o fazendeiro. Enquanto o Ceará era o “herói da abolição”, São Paulo era o “castelo forte do hediondo escravagismo”. No entanto, continua Rebouças, “província alguma esta[ria] melhor preparada para a abolição imediata, instantânea e sem indenização alguma, do que São Paulo”:

[Na província de São Paulo] a rede de estradas de ferro está completa em seus grandes troncos; umas já chegaram aos confluente navegáveis do Rio Grande ou do Paraná; outros já penetraram nas províncias limítrofes de Goiás e de Minas Gerais.

O planalto de São Paulo possui o mais ameno clima do mundo; a capital da província já é servida por lombardos e por italianos de todas as procedências. (...) A província de São Paulo é a mais conhecida na Europa; no dia, em que se anunciasse no *Times*, que o território ubérrimo dessa riquíssima província estava livre, nesse dia tomariam vapor para o porto de Santos milhares e milhares de emigrantes.

Não há negar; quem repele o emigrante é o *fazendeiro*; é o senhor de barão e cutelo; é o déspota de chicote, de vergalhão e de azorrague; é o usurpador dos lotes dos colonos; o incendiário de suas choupanas; o sultão insaciável prostituindo mulheres

⁹⁸ André REBOUÇAS, “Agricultura Nacional”, in *Gazeta da Tarde*, 6 de novembro de 1883. Grifos meus.

casadas, viúvas e órfãs...

(..) No dia seguinte ao da abolição, aconteceria ao planalto de São Paulo o mesmo que ao vale do Mississipi, depois da guerra de emancipação nos Estados Unidos. A produção em café cresceria, como lá cresceu a do algodão – a Terra-roxa e o massapé, lavrados por homens livres, produziriam dez vezes mais do que regadas pelas lágrimas e pelo suor de míseros escravos.⁹⁹

O interesse de Rebouças pela imigração e pela colonização, e sobretudo pela imigração “espontânea”, não era recente. Viu-se aqui o quanto o tema já estava presente em suas reflexões durante a participação na Guerra do Paraguai.¹⁰⁰ No entanto, ganharia ritmo e colorido novos a partir de seus contatos com Koseritz, F. Schmidt, Alfredo Taunay, Beaurepaire Rohan e outros a partir de 1883. Em seu retorno da Europa, Rebouças encontrou-se com Carl von Koseritz, e pôde freqüentar as reuniões que este fizera propagandeando a imigração alemã no Rio de Janeiro.

Em viagem a Corte e a São Paulo em 1883, Koseritz¹⁰¹ publicou em seu jornal, o *Koseritz Deutsche Zeitung* e no *Gazeta de Porto Alegre* suas impressões (sob os títulos “Cartas da corte” e “Em viagem”, e respectivamente em alemão e português), também lançadas na Alemanha em formato de livro: *Imagens do Brasil (Bilder aus Brasilien)*, Leipzig-Berlin: Wilhelm Friedrich, 1885, 379 p.) é, acredito, a visão de um “estrangeiro” e de um homem de “província”, como ele mesmo se refere, sobre a capital do Império brasileiro na época da campanha abolicionista, e apesar do positivismo e do liberalismo do autor, soa indisfarçável seu aristocratismo¹⁰² e

⁹⁹ André REBOUÇAS, “A Província de São Paulo depois da Abolição”, in *Gazeta da Tarde*, 31 de maio de 1883.

¹⁰⁰ Vide Capítulo II, item 2.3.

¹⁰¹ Carl von Koseritz era alemão de Dessau, e passou a residir no Brasil em 1830, tendo chegado aos 21 anos com a tropa mercenária engajada por Sebastião do Rego Barros para o serviço do Império, na guerra contra Rosas. Desde cedo lançou-se como jornalista, tornando-se também deputado provincial. Em Pelotas, no Rio Grande do Sul, fundou seu primeiro jornal, *O Noticiador*, em 1856, e desde então fundaria e redigiria outros jornais, dentre os quais o *Koseritz Deutsche Zeitung* (1864-1885), o qual teve grande difusão nas províncias do Sul, chegando a se tornar o “verdadeiro órgão de expressão do pensamento e das reivindicações dos alemães do Brasil meridional”. (Afonso Arinos de Melo FRANCO, “Prefácio”, in Carl von KOSERITZ, *Imagens do Brasil* (tradução de Afonso A. de Melo Franco) Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980, p. 10). Em 1883, Koseritz relata ter participado de um jantar de gala no Clube *Germânia*, homenageando diversas autoridades alemãs em visita ao Brasil, dentre elas o Príncipe Henrique da Prússia (neto do Kaiser Guilherme I). Afirma que, embora não pudesse expressar-se em discurso, pois que na solenidade “quaisquer outros discursos [além do Príncipe alemão e da diretoria do Germânia] estavam proibidos,” transcrevia em seu livro o discurso que faria acaso lhe fosse dada oportunidade, dizendo-se “ser o único representante, nesta mesa, dos 80.000 alemães e descendentes de alemães da província do Rio Grande do Sul.” Lançava ainda, neste discurso imaginário, loas à “unidade da Alemanha” e sobretudo à “Casa Real dos Hohenzollerns, à qual foi reservado unir a Alemanha sob a égide da Prússia, e dar um fim à luta centenária pela hegemonia no coração da Europa!” (*Idem*, p. 157).

¹⁰² Em que pese o anticlericalismo do autor, sua adesão ao positivismo e ao evolucionismo darwinista, suas impressões sobre Petrópolis confirmam este aristocratismo, acrescentando o fato de que aquela cidade sediava uma das primeiras colônias alemãs do País: “Sim, Petrópolis é uma cidade imperial, aqui se respira de novo um ar europeu. Espaçosas casas apalacetadas, magníficas vilas, jardins, ruas largas e bem calçadas, percorridas por canais atravessados por numerosas pontes (...) tudo faz uma impressão agradável e duradoura. Também se vê carros muito elegantes, cavalos de raça, bonitas librés, cocheiros estilados, etc., criados de primeira ordem, aos quais não estamos habituados no Brasil”(sic). (*Idem*, p. 64/5); “Aqueles pobres colonos, que para aqui foram enviados em 1828, a fim de derrubarem as florestas e arrancarem do chão pedregoso parcos ganhos, mercê de esforçados trabalhos, nunca poderiam sonhar que, neste local, havia de florescer, um dia, uma cidade senhorial” (*Idem*, p. 65, grifo meu); “Petrópolis é uma cidade

mesmo certa antipatia pelos abolicionistas, que a seu ver ganhavam preeminência na imprensa da Corte. Assim interpreto o seguinte registro, em que Koseritz se refere ao jornal abolicionista de José do Patrocínio, a *Gazeta da Tarde*.

(...) por exemplo, a ‘Gazeta da Tarde’, que trabalhava em denegrir a tudo e a todos, conquistou uma situação tão alta que roça pelo fabuloso. O senhor Patrocínio está agora se metendo pessoalmente com o Imperador e da mais insolente maneira que se possa imaginar. Fizesse ele o mesmo em uma qualquer República, e não estaria assentado aqui, atrás das grades de madeira da bancada de imprensa, mas atrás das grades de ferro de uma boa cadeia. O imperador é a primeira autoridade do Brasil, e pode ser censurado, (merece-o, mesmo, muitas vezes), no que diz respeito à sua política; mas ele é um homem honrado, uma personalidade respeitável, e é de fato altamente desagradável ver-se um tal homem agredido de forma tão sórdida.¹⁰³

Sem dúvida, Koseritz não nutria nenhuma simpatia pelo movimento abolicionista de caráter “popular”, concebido por ele como uma reunião de “capoeiras (negros escravos amotinados) e semelhantes ‘indivíduos catilinários’ (...) A coisa é realmente séria. O Rio tem nos seus capoeiras um mau elemento e deles se aproveita a propaganda revolucionária dos abolicionistas, sublevando os homens de cor”.¹⁰⁴ Contudo, apesar de sua ojeriza às tendências mais populares da propaganda abolicionista, Koseritz via de bom grado a recepção que a “pequena imprensa (‘Gazeta da Tarde’, ‘Folha Nova’, ‘Brasil’ e ‘Diário do Brasil’)” mostrou em “favor da nossa iniciativa”. No caso, a afirmação de que “nós declaramos guerra ao latifúndio e tentamos levar à vitória o sistema da pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas. Os barões do café pretendem continuar a sua vida de vagabundos e se esforçam por isto na procura de novos escravos, de cor amarela, em substituição aos antigos pretos”.¹⁰⁵

De fato, Koseritz foi um dos principais agitadores da propaganda pela imigração espontânea e pela pequena propriedade territorial, sendo que a propaganda imigrantista deveria ser veiculada também na Alemanha, através dos esforços da *Sociedade de Geografia Econômica de Berlim*, sendo igualmente provável que nisso residisse seu interesse em publicar na Alemanha suas impressões sobre o Brasil. Reunindo-se com Hermann Blumenau e H. A. Gruber, no bojo

verdadeiramente aristocrática, e nela não existe o “Zé-Povinho”, isto é, a população que de tudo se ri e que quer arrastar na lama o que se acha situado mais alto que ela.” (*Idem*, p. 68).

¹⁰³ *Idem*, p. 87.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 243.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 223.

da criação da *Sociedade Central de Imigração*, lançaram ambos uma circular a “todos os ministros, conselheiros, senadores, deputados, altos funcionários, jornalistas, capitalistas, negociantes e a diferentes sociedades”, cujo conteúdo é revelador do programa desta Sociedade:

A crise de trabalho que ameaça o país em futuro próximo, e a indisfarçável verdade de que a grande agricultura deve se transformar no sistema da pequena propriedade, a qual criará para todos, graças à generalidade da produção, um bem-estar tranqüilo, no nosso solo fértil, são as razões por que todos os olhos se dirigem angustiosamente para a imigração, que proporcionou à grande União Norte-americana o colossal progresso que faz a admiração do mundo. E tanto isto é verdade que o Poder Legislativo depois de ter posto em pé de igualdade com os naturais do país os cidadãos naturalizados e os não católicos, dirige a sua atenção para a grande naturalização e para o casamento civil, duas condições essenciais para a formação espontânea de uma corrente migratória para o Brasil. Mas a ação legislativa não basta. É necessário, fora dela, que seja feita propaganda tanto na Europa como no Brasil. É o que faz o louvável Comitê Central de Geografia Econômica, que, com apoio na sua filial do Império, faz há anos uma extensiva propaganda em favor do Brasil, uma propaganda que já atingiu belos resultados, fazendo convergir para o Brasil a atenção simpática dos centros de emigração.¹⁰⁶

A circular de 5 de novembro de 1883, reproduzida acima, traduzia as intenções básicas da *Sociedade Central de Imigração*, a qual, segundo Irina Vassilieff, era a “manifestação mais expressiva do processo de organização e promoção da imigração estrangeira no século XIX” em nível nacional.¹⁰⁷

O tom do discurso proferido pelos partidários da imigração espontânea, Koseritz à frente, sem dúvida chamou a atenção de Rebouças, que acompanhou as primeiras reuniões da Sociedade em outubro, e, embora não chegasse a redigir seus estatutos – elaborados pelo visconde de Barbacena, Alfredo Taunay, Koseritz, Blumenau e Hugo Gruber –, tornou-se seu 1º secretário, cabendo a presidência ao general Henrique de Beaurepaire Rohan, a vice-presidência a Taunay e a 2ª secretaria a Ennes de Souza. Compunham ainda a Sociedade Ferdinand Schmid, os barões de Irapuã, Teffé e de Tautphaeus, Hugo Gruber, Nicolau

¹⁰⁶ *Idem*, p. 219.

¹⁰⁷ Irina VASSILIEFF, *A Sociedade Central de Imigração nos fins do século XIX e a ‘Democracia Rural’*. Tese de doutoramento. FFLCH / USP, São Paulo, 1987, p. 2.

Joaquim Moreira, Gustavo Trinks e João Clapp.¹⁰⁸ Imediatamente à sua fundação no Rio de Janeiro, a *SCI* promoveu em diversas províncias a criação de filiais, quase todas elas empenhadas em seguir as diretrizes da matriz: a recusa em promover imigrantes “assalariados”, contratados para certos trabalhos, e sobretudo substitutos do braço escravo, além da promoção da idéia de venda das terras laterais aos caminhos de ferro e a reivindicação do imposto territorial.

Tal programa era seguido pelas filiais da Sociedade em *quase* todas as províncias, pois obviamente havia objeções: em primeiro lugar, apesar dos seus promotores iniciais seguirem os princípios acima, o projeto imigrantista não era uno e estruturado, mas, ao contrário, foco de divergências, sendo a principal delas a que veio se formar através da *Sociedade Promotora da Imigração*, surgida em São Paulo em 1886 e criada por fazendeiros insatisfeitos com os rumos dados pela *SCI*.¹⁰⁹ Seria aquilo que mais tarde Rebouças denominaria de “imigração Prado”, em referência aos irmãos Antônio Prado, futuro presidente da província de São Paulo e Martinho Prado, este último organizador ele mesmo da *Sociedade Promotora da Imigração* e propugnador da imigração subvencionada pelo Estado com vistas a suprir de braços a lavoura cafeeira. Mesmo no interior do núcleo original da *SCI* as coisas não eram tão pacíficas, havendo sempre aqueles que se posicionavam favoravelmente a um sistema de parcerias como algo intermediário entre a pequena propriedade e a idéia de “braços para a lavoura”. No entanto, as principais divergências haviam sido apontadas por Koseritz já em outubro de 1883, quando então as registrava em suas impressões sobre as primeiras reuniões da *SCI*:

Nós queremos imigrantes para fazer deles pequenos proprietários, e desta maneira estabelecer a policultura; o Centro [da Lavoura e do Comércio] porém representa os interesses dos plantadores de café, e do comércio respectivo, e deseja antes de tudo braços para as grandes propriedades. Existe assim uma oposição decisiva entre as duas direções, mas, apesar de tudo ainda, é possível uma saída, porque todo plantador esclarecido deve compreender que chegou o tempo em que o parcelamento dos grandes latifúndios se tornou uma necessidade.¹¹⁰

São inegáveis, a meu ver, as semelhanças entre as propostas de Koseritz acima e as de

¹⁰⁸ *Idem*, p. 36.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 30.

¹¹⁰ Carl von KOSERITZ, *Op. Cit.*, p. 220.

Rebouças. Contudo, a presença deste último na *SCI*, representando simultaneamente uma fração do movimento abolicionista e defendendo a pequena propriedade tanto para imigrantes como para nacionais, além da veemência de sua condenação ao estatuto territorial, eram elementos que radicalizavam a proposta de imigração estrangeira.

E nisso percebo também uma característica da participação de Rebouças nestas agremiações: ela passava por certas “alianças” estratégicas entre representantes de diferentes setores sociais e orientações ideológicas. Decorria disso, a meu ver, uma superposição dos “temas” que ele divulgava pela imprensa, de forma intencionalmente “triangulada”. Era assim que Rebouças publicava em periódicos abolicionistas como a *Gazeta da Tarde* e *Gazeta de Notícias* alguns artigos assinados por ele como representante da *Sociedade Central de Imigração*; nos artigos para o *Jornal do Comércio*, subscrevia-se como representante do *Centro Abolicionista da Escola Politécnica*; uma aliança verdadeiramente “estratégica” passava também pela incitação aos engenheiros, sobretudo quanto a tormentosa questão do cadastro das terras e do traçado ferroviário, elementos que permitiriam a aplicação segura de um imposto territorial cobrado não sobre a renda da terra, mas sobre sua superfície.

Foi aliás neste sentido que Ângela Alonso interpretou a participação de Rebouças ao longo do movimento reformista dos anos 1880, sobretudo no que concernia à organização do que a autora entende como os “novos liberais”:¹¹¹ fazendo a “faina miúda dos bastidores, arrecadando fundos para manutenção do grupo” e dedicando-se à formação de agremiações de toda ordem, Rebouças teria tido papel aglutinador de vários segmentos distintos. Foi igualmente importante na aliança entre “conservadores” e “liberais republicanos” (representados, por exemplo, por José Carlos Rodrigues e Salvador de Mendonça) que caracterizou também a atuação dos “novos liberais”. Sendo uma das dissidências liberais, os “novos liberais” não chegaram a romper propriamente com o regime monárquico, uma vez que muitos dos seus membros eram filhos de políticos e altos burocratas que tinham assumido posições de destaque na política imperial. No entanto, a partir da década de 1870 tiveram dificuldade em ascender socialmente através da carreira política, evidenciando a “esclerose” das instituições monárquicas *saquaremas*, incapazes de abrir o leque de oportunidades e incorporar neófitos ao mecanismo político. Em relação às perspectivas ideológicas do grupo, destacam-se

¹¹¹ Ângela ALONSO, *Idéias em Movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*. Tese (Doutorado), FFLCH/USP, 2000, p. 80. Segundo a autora, a compreensão do “movimento ‘intelectual’ dos anos 1870” se explica pela conjuntura política de crise das instituições imperiais. Nesse sentido, os principais grupos que se formam no período são caracterizados por uma espécie de “identidade negativa”, mais do que por doutrinas, instituições, origens sociais e interesses: o que eles compartilham é, afirma a autora, “uma comunidade de situação: a marginalização frente ao *status quo saquarema*”. (*Idem*, p. 67).

seu liberalismo monárquico, seu cosmopolitismo e, sobretudo, a aposta de que a questão fundamental não estava na falência do sistema eleitoral, mas na *escravidão*. Neste sentido, a noção de que a escravidão constituía o “pilar da crise estrutural do Império” fora a principal arma de ataque do grupo, empunhada particularmente por Joaquim Nabuco. Contudo, apesar de apostar na monarquia como salvaguarda da nação, os “novos liberais” fizeram alianças com membros do Partido Conservador e com os Liberais republicanos.¹¹²

Uma expressão deste tipo de atitude foi a mutualidade estabelecida entre Rebouças e Beaurepaire Rohan.¹¹³ Reagindo às críticas de “estrangeirismo” que lhe eram dirigidas,¹¹⁴ Rebouças respondia dando a palavra a Rohan, expondo fragmentos de seu opúsculo *Escolas Agrícolas*, de 1882, no qual se lia que os principais entraves aos “naturais desta terra” eram a “miséria” e a “ignorância”:

A miséria, porque, habitando um país tão vasto, *não podem entretanto adquirir a propriedade territorial*, a qual pertence exclusivamente a poucos, e estes, admitindo-os apenas como *agregados*, reservam o direito de lhes *mandar queimar as palhoças*, quando entendem conveniente a seus interesses expeli-los da sua propriedade.

É evidente que, em semelhantes condições, acabrunhados, abatidos em sua dignidade, os pobres brasileiros não podem criar amor ao trabalho, vegetam mais do que vivem.

A ignorância, que os habilita para certos serviços, é uma conseqüência deste estado de coisas. Nem receberam a conveniente educação, nem a podem dar a seus filhos.¹¹⁵

Voltando à questão da participação de Rebouças nas distintas agremiações, e à luz do exposto acima sobre a forma de sua atuação, acredito que, por mais que o imigrantismo fosse a grande bandeira da *SCI*, e por mais que a denúncia da escravidão figurasse como lugar de honra tanto no programa de Nabuco e dos chamados “novos liberais”, como no movimento abolicionista em suas mais distintas correntes, ocorre que Rebouças trilhava um caminho paralelo, similar em muitos pontos a todos os programas acima, mas definitivamente um *outro caminho*. E nisso residia a meu ver sua maior característica, que era a ênfase quase que exclusiva

¹¹² *Idem*, pp. 80 e ss.

¹¹³ Henrique de Beaurepaire Rohan era filho do Marechal de Campo Conde de Beaurepaire, veterano da Independência. Engenheiro militar, percorreu quase todo o território brasileiro, traçando planos de estradas, projetos de urbanismo, etc. Foi presidente da província do Paraná (1856) e da Paraíba (1857). No *Congresso Agrícola* de 1878 no Rio de Janeiro, Rohan escreveu a *memória* “O Futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil”, na qual propunha o ensino agrícola aos indígenas, em moldes próximos aos defendidos por Rebouças. Além do mais, Rohan se destacou como propagandista de colônias nacionais.

¹¹⁴ André REBOUÇAS, “Sociedade Central de Imigração – VII - Colonização Nacional”, in *Gazeta de Notícias*, 27 de janeiro de 1884.

¹¹⁵ Beaurepaire ROHAN, *Escolas Agrícolas*, apud. André REBOUÇAS, *Idem*. Grifos de Rebouças.

na *questão agrária*, sendo ela não apenas manejada no sentido de articular posicionamentos distintos, como sua principal contribuição em todos os matizes que compunham o “espectro” do reformismo na década de 1880. Um corolário disso seria também a perspectiva do que entendo como as “metamorfozes da expropriação”, cujos pontos mencionarei adiante.

Com relação à imigração, Rebouças afirmava que o “grande *desideratum* do emigrante – cumpre jamais esquecer – é possuir um lote de terra, perfeitamente demarcado e com o seu título de domínio.” Com base nisso rechaçava tudo aquilo que a seu ver correspondiam à manutenção da grande propriedade territorial e monocultora, pois o “escopo da imigração”, a seu ver, não estava apenas em substituir a mão-de-obra, mas sobretudo em “formar a grande nacionalidade brasileira”, afinal:

todas as formas de colonização como salariato, parceria, arrendamento, etc, etc, podem provar mais ou menos bem; não satisfazem, porém, a grande aspiração do imigrante. É preciso afastar toda idéia de tutela, de subserviência, de dependência. O imigrante livre, independente, perfeito senhor das suas ações, trabalhando, economizando, capitalizando para si e para sua família – eis o empenho máximo. Cumpre não confundir o problema da imigração com a da substituição dos braços necessários à grande lavoura. Esta quer salarizados, e chega a preferir até os da raça inferior. O escopo da imigração, porem, é de ordem muitíssimo mais elevada; busca organizar os elementos, que devem *formar a grande nacionalidade brasileira, senhora da maior e melhor parte do continente Sul-Americano*. Exige, por isso mesmo, a *maior seleção nestes elementos*.¹¹⁶

Sobre o abolicionismo, é também sintomática sua apreciação do movimento à luz da questão agrária. Ao longo dos primeiros meses de 1884, Rebouças, divulgou o então recente livro de Joaquim Nabuco, *Reformas Nacionais - O Abolicionismo*, selecionando os trechos que lhe pareciam mais importantes e que a seu ver mereciam ser conhecidos pelo público: no caso, os capítulos XIII, “Influência da escravidão sobre a nacionalidade”, e XIV, “Influência sobre o território e a população do interior”. Rebouças publicou cerca de dez longos artigos reproduzindo em partes a íntegra destes capítulos, e comentando-os na seqüência. Sublinhava os aspectos que complementaríamos a abolição da escravatura, como a quebra do monopólio territorial, a introdução da “democracia rural” e a imigração. A citação abaixo é ilustrativa de

¹¹⁶ André REBOUÇAS, “Imigrante proprietário”, in. *Gazeta de Notícias*, 23 de dezembro de 1883. Grifos meus.

um posicionamento que vê com reservas, por exemplo, a ênfase exclusiva na “liberdade”, pois que o “parasitismo”, caso não fosse enfrentado seriamente, contribuiria em pôr por terra toda e qualquer possibilidade de efetiva emancipação. E “parasitismo”, ver-se-á, derivava do monopólio territorial:

O capítulo XIII, *influência da escravidão sobre a nacionalidade*, é “(...) o mais precioso de tão inestimável livro: é aí que se prova como escravizadores e escravizados desceram juntamente a tal estado de abjeção que para uns e outros, a liberdade não é mais a primeira e a mais imperiosa das aspirações.

(...)

Em socionomia esta depravação moral chama-se *parasitismo*.

Há *parasitismo* nos escravocratas, que estão convencidos que vão ficar pobres e cair na maior desgraça e miséria quando lhes faltar o negro, cujo suor e sangue sugam à sombra de leis mais negras e mais bárbaras do que eles mesmos.

Há *parasitismo* dos escravos, que temem o dia da emancipação, por terem de então prover à própria subsistência, pelo trabalho, pelo esforço próprio.¹¹⁷

Afinal, continua Rebouças, não era “pela raça escravizada que combatemos, é pela constituição da pátria, que anelamos, *realmente livre, na qual seja direito positivo de todos aspirar a tudo*, dentro da ilimitada esfera de sua atividade, de seus talentos e de suas virtudes”.¹¹⁸ E permitir a “todos aspirar a tudo” mediante seus “talentos e virtudes” era, fundamentalmente “*substituir os alicerces da nossa pátria*”¹¹⁹: substituir o “hediondo escravagismo”, o “atroz monopólio territorial”, a “oligarquia absorvendo todas as funções públicas e estendendo-se até aos bancos e as empresas meramente industriais”, o “militarismo caricato de coronéis sem soldados, só tendo por fim enfeudar as populações e fazê-las funcionar como autômatos nas comédias eleitorais”, o “sistema econômico disparatado, impostos aristocráticos e oligárquicos, e obsoletas tarifas aduaneiras”,¹²⁰ dentre outras verdadeiras mazelas, por “fundações novas cimentadas com os eternos princípios da liberdade, da igualdade e da fraternidade”,¹²¹ e nada melhor do que as fórmulas de “imigrante proprietário”, “colono nacional proprietário” e

¹¹⁷ André REBOUÇAS, “Centro Abolicionista da Escola Politécnica - Nacionalização do solo pelo imposto Territorial Geometricamente Progressivo - Documentos contra o monopólio territorial no Império do Brasil”, in *Jornal do Comércio*, 18 de abril de 1884.

¹¹⁸ *Idem, ibidem*. Grifos do autor.

¹¹⁹ *Idem*, 21 de abril de 1884.

¹²⁰ *Idem, ibidem*.

¹²¹ *Idem, ibidem*.

“liberto proprietário” para compor a liga que permitiria o cimento deste novo alicerce social:

O *imigrante proprietário* é o elemento que trabalhamos para introduzir dos países da Europa mais avançados na evolução social.

O *colono nacional proprietário* ser-nos-há fornecido pela educação, pelo exemplo e pelo estímulo, desses infelizes, que os *landlords* deste império reduziram em aviltar capangas de eleição, a miseráveis, ociosos e parasitas dos fazendeiros e dos senhores de engenho; quando não os fizeram descer até sicários e assassinos.

O *liberto-proprietário* será dado pela abolição. É o *âmbito* da evolução natural do *escravizado a servo da gleba*, a *colono*, a *parceiro* e a *proprietário territorial*, com todos os estímulos de um ser livre e independente, trabalhando efetivamente para assegurar o seu bem-estar e o futuro de seus filhos.¹²²

Esta leitura que Rebouças fazia do abolicionismo, subsumindo-o à questão do estatuto territorial, esteve presente durante toda a campanha. Após a Abolição em 1888, Rebouças tornaria à questão lembrando aos seus leitores na *Revista de Engenharia* que

a abolição do latifúndio [era] ainda mais auspiciosa do que a abolição do escravo. No dia em que os 8.337.218 quilômetros quadrados da mais fértil terra do mundo puderem ser oferecidos ao proletariado europeu; medidos, preparados e divididos em lotes de 20 a 30 hectares; garantidos pela Lei Torrens; livres de litígios e de chicanas; transmissíveis por endosso; comprados e vendidos a todo o momento; sempre trabalhados; produzindo e reproduzindo-se indefinidamente; nesse dia – que o bom Deus aproxime –, o Brasil deixará no olvido todos os prodígios de progresso e de prosperidade dos Estados Unidos, da Austrália e da Nova Zelândia...¹²³

Um verdadeiro *mercado* de terras, com predomínio da pequena propriedade, era a tradução talvez mais superficial da “democracia rural”. A tradução mais profunda, contudo, dizia respeito a outros aspectos, a meu ver mais caros à sua linha de argumentação: trata-se aqui do que entendo como as “metamorfoses da expropriação”, responsáveis pela negação da plena emancipação do indivíduo em relação às formas mais ou menos compulsórias de trabalho.

¹²² *Idem*, 30 de abril de 1884.

¹²³ André REBOUÇAS, “Imposto Territorial – elementos para o cadastro nacional.” (I), in. *Revista de Engenharia*, n. 205, 14 de março de 1889.

Desde a escravidão ao salariado, estas consistiriam em entraves àquilo que a acepção mais profunda da “democracia rural” queria implantar. Afinal, “quem possui a terra possui o homem”, dirá Rebouças:

Quem possui a terra possui o homem... O Landlord, o senhor da terra, tem os mesmos estimulantes para a tirania e para o absolutismo que qualquer régulo do interior d’Africa. Na Idade Média os barões feudais tinham direito de baração e cutelo; direito de vida e de morte sobre os vilões, sobre os *manns*, sobre os *roturiers*, sobre os servos da gleba; enforcavam os judeus-bofarinheiros, que penetravam em seus domínios para mascatear, e apossavam-se impunemente das cobiçadas sedas e pedrarias do Oriente. É preciso, pois, repetir incessantemente: - quando o problema da terra está errado, tudo está errado: errado desde a base, desde o fundamento, desde os alicerces.¹²⁴

Se o “proletariado agrícola” tinha afinal “inúmeras denominações”, tais como “pariás” na Índia, “felláhs” no Egito, “mujicks” na Rússia, “caipiras, caboclos, camaradas, foreiros, moradores, meeiros, rendeiros, etc, conforme as denominações especiais do interior do Brasil”, “rotos” no Chile; “tenants at will” na Irlanda, “coolies e chins” na Ásia,¹²⁵ não teria melhor sorte o “proletariado industrial”. Afinal, o próprio “salariado” em si constituía, a seu ver, uma forma moderna de escravidão:

O salariado é a forma hodierna da escravidão nos países que se dizem mais civilizados. Em rigor matemático, satisfazendo a todas as hipóteses e a todas as contingências, não se pode afirmar que o salariado seja uma evolução progressiva da escravidão; porque vem logo o *Sweatign*; o salariado forçado; o salário reduzido ao mínimo absoluto; o trabalho elevado ao máximo possível; o trabalho esgotante e atrofiante: e, então, força é confessar que esse salariado é tão ruim e tão mau, tão imoral e tão iníquo como a nefanda escravidão... É tristíssimo; mas é verdade...¹²⁶

Se para Rebouças o próprio salário era uma forma disfarçada de escravidão, isto advinha afinal do fato de que a própria industrialização se estava organizando através de monopólios, tanto através das medidas protecionistas adotadas nos países do Velho e do Novo Mundo,

¹²⁴ André REBOUÇAS, “Renda da Terra.” (I), in. *Revista de Engenharia*, n. 235, 14 de junho de 1890.

¹²⁵ André REBOUÇAS, “Colonização da Algeria”(I), in. *Revista de Engenharia*, n. 237, 14 de julho de 1890.

¹²⁶ André REBOUÇAS, “O problema do Salariado”, in. *Revista de Engenharia*, n. 261, 14 de julho de 1891.

como pelos cartéis montados pelos próprios industriais:

As fábricas são atualmente para a Plutocracia o que os castelos feudais eram outrora para a Aristocrática Medieval. As chaminés das fábricas esmagam-nos como as torres e os *donjons* dos senhores feudais. Cobram imposto de sangue e de virgindade, *droit de jambage*, exatamente como os barões e os bispos da satânica idade média. Eles ostentam-se arqui-milionários – *milliardaires*, mas os míseros operários – homens, mulheres e crianças – vegetam, definham, atrofiam-se e apodrecem na miséria, na vagabundagem e na prostituição...

Ai de nós! – Parasitismo plutocrático industrial! Como é iníquo e atroz! *Proteção ao Trabalho Nacional* – Que mentira!¹²⁷

O avanço da questão operária na Europa e nos Estados Unidos atormentava Rebouças. E se “o clarim e o fuzil [eram] impotentes, não [seria] insensato, não [seria] utópico indagar e estudar outras soluções para a *Questão Operária*, que não é senão uma das inúmeras faces do infinito problema da miséria”.¹²⁸ Rebouças expunha aqui uma outra imagem do progresso e da tecnologia, bem diferente daquela que lhe encantara outrora. E quem a seu ver promovia tal quadro desolador era a permanência da expropriação, metamorfoseada em proletarização: “vede o que neste momento se passa em Essen, no território das famosas oficinas de Krupp”, as quais o próprio Rebouças visitara em outros tempos:

o Exército alemão é obrigado a fuzilar os mineiros e os operários que fundiram os canhões de aço que lhes deram as terríveis vitórias de 1870 e 1871...porque? Pela grande injustiça, pela cruel imortalidade, pela atroz iniquidade do salariedade forçado; da explosão do homem pela Plutocracia no fundo das negras minas de carvão de pedra; sem ar, sem luz; no risco iminente de uma explosão de *grisú*; ou então, em suas ciclópicas oficinas ao ardor das fornalhas regeneradoras de Siemens, ou dos enormes conversores de aço Bessenmer...

A *greve*, o motim, a revolução é a crise do desespero; é preferir morrer fuzilado a viver morrendo de frio e de fome; a perecer de inanição, legando à mulher e às filhas a miséria e a prostituição...¹²⁹

¹²⁷ André REBOUÇAS, “Protecionismo”, in *Revista de Engenharia*, n. 242, 28 de setembro de 1890.

¹²⁸ André REBOUÇAS, “A questão operária”, in *Revista de Engenharia*, n. 234, 28 de maio de 1890.

¹²⁹ André REBOUÇAS, “Imposto Territorial”, in *Revista de Engenharia*, n. 210, 28 de maio de 1889.

A “solução”, ele já apontara, estava na pequena propriedade territorial: nada mais distante do conflito e do militarismo e do que a benévola atitude do pequeno proprietário rural. Afinal, desde o fim da Guerra do Paraguai, Rebouças concebia como solução alternativa às guerras e conflitos, bem como à escravidão e superação do legado colonial, a promoção da colonização agrícola e o incentivo à pequena propriedade.

Apontei acima como o autor concebia aquele caleidoscópio de reformas necessárias. Evidentemente, todo este esforço pressupunha um aspecto a meu ver, *essencial: o caráter conservador do pequeno proprietário*. É assim que Rebouças define a questão num artigo sugestivo, escrito cerca de um ano após a abolição, e há um mês antes da proclamação da República:

Assim, pois, o pequeno proprietário é conservador por excelência; amigo da paz e da tranquilidade; inimigo da guerra e de revoluções; perfeitamente superior às sugestões dos politicantes charlatães de comunismo e de socialismo.

O lavrador-proprietário é o defensor nato da Pátria. Não combate por um ideal; expõe a vida para que não lhe roubem o campo, que plantou, e a choupana que edificou. Não foge para Londres nem para Coblentz; não vai intrigar com ingleses nem com prussianos; não invade o sagrado solo da França para restaurar reis e seus bárbaros privilégios.¹³⁰

Além do mais, a turbulência da questão operária e do avanço dos movimentos socialistas europeus soava para Rebouças como a contrapartida dos mais “terríveis revolucionários”, quais sejam, as *classes aristocráticas*, as quais reagiam de pronto “logo que se tenta reformar os abusos feudais; abolir seus monopólios e seus privilégios”.¹³¹

É de se esperar, portanto, seguindo o raciocínio exposto na série de artigos intitulado “Republicuistas” para o *Cidade do Rio*, em 1888, que somente formas autocráticas de governo pudessem dar a solução mais eficaz para tão graves questões. Rebouças reagia então, muito particularmente, ao projeto apresentado por Cotegipe no Senado, autorizando a emissão de títulos no valor de 200 mil contos para reembolsar os antigos proprietários de escravos. No entanto, os argumentos que lançou àquela época podem ser perfeitamente interpretados como sendo o posicionamento do autor ao longo do segundo lustro da década de 1880, ainda que não o tivesse explicitado claramente. Não se trata “apenas” da adoção do *regime* monárquico

¹³⁰ André REBOUÇAS, “Imposto Territorial”. In. *Revista de Engenharia*, n. 216, 28 de agosto de 1889.

¹³¹ *Idem*.

como a melhor forma de governo, mas sobretudo da percepção de que para Rebouças, *socionômica*mente falando, acreditava poder demonstrar serem “as *repúblicas mais aristocráticas, mais oligárquicas e mais plutocráticas do que as Monarquias*”: diferentemente da valorização parlamentar e institucional que Joaquim Nabuco, por exemplo, lhe caracterizava, Rebouças concebia a monarquia como o equilíbrio de três forças, propondo então uma “Monarquia Popular e Democrática” que pudesse vencer a tão temida “aristocracia territorial”, um adversário maior em muitos aspectos do que a própria escravidão (“A escravidão é, apenas, um acidente da Aristocracia Territorial”):

Nas Monarquias há três forças em equilíbrio:

- A força monárquica, dinástica, real ou imperial;
- A força aristocrática, oligárquica e plutocrática;
- A força democrática; a reação natural dos elementos de produção pelo cérebro e pelos músculos.

O equilíbrio exige a convergência das três forças em um mesmo ponto, e que cada força seja igual e contrária a resultante de todas as outras.

Quem rompe o equilíbrio é, quase sempre, a força aristocrática; oligárquica e plutocrática pela sua insubordinação, contra os princípios gerais de Moral, de Justiça e de Equidade; pelo seu parasitismo; pela sua ganância; pela sua gula insaciável de prazeres brutais.

A restauração do equilíbrio exige que a Monarquia incline-se para a Democracia; nos momentos críticos é necessária a superposição das duas forças, para produzirem uma resultante máxima, que infalivelmente vence todos os esforços aristocráticos, oligárquicos e plutocráticos.

Foi o que aconteceu a 13 de maio de 1888. A Salvadora da Monarquia superpô-se ao Abolicionismo Democrático; por esse movimento heróico, produziu um tal prodígio de força, que assombrou a nós mesmos, combatentes de nove tristes e dolorosíssimos anos...¹³²

A resistência dos grandes proprietários, à sombra de uma “Republica egoística, plutocrática e oligárquica”, tão distante das “repúblicas filantrópicas de Turgot, de Voltaire e de Condorcet; tão diversa da república internacional e cosmopolita de Benjamin Franklin, de Whashington e

¹³² André REBOUÇAS, “

de Abrahan Lincoln...”¹³³, representaria a continuidade da escravidão em outras bases, como evidencia sua crítica à emigração subvencionada reivindicada pelos cafeicultores.

O estrangeiro, para o landlord, deveria ser conservado em estado semi-servil, como servo de gleba, como meeiro, rendeiro, foreiro, agregado, assalariado com redução ao menor salário possível. O landlord nativista e monopolizador odeia o imigrante proprietário de um lote de terra, o qual certamente é elemento primordial, a célula genésica da Democracia Rural.¹³⁴

Ao associar tais interesses ao movimento republicano, Rebouças não apenas reiterava a ação emancipadora da Coroa, como apontava que apenas ela teria a capacidade de dissolver o foco de resistência oligárquico sem representar o perigo de uma revolução de caráter nacional-popular. Em outras palavras, Rebouças acenava para a *solução autocrática* como forma de empreender o curso *evolutivo* da modernização e da reforma, em substituir alicerces antigos por novos, instaurar o progresso e consolidar a civilização. E o sucesso disto no País passava também por um “terceiro reinado”, que a seu ver era “o ômega atual da salutar evolução monárquica, iniciada pelo marquês do Pombal; e tudo pressagia que ele será para Isabel I o que foi o maior dos portugueses para D. José.”¹³⁵

Referência importante nesse sentido era a atitude igualmente modernizadora e autocrática de Bismarck, “menosprezando os *junkers* ou morgados da velha Alemanha, comprando os latifúndios da desgraçada aristocracia polaca, dividindo suas terras e vendendo-as a pequenos proprietários alemães. Concepção grandiosa, que eleva, na fronteira oriental do novo império, uma muralha da Democracia Rural, de cidadãos proprietários do solo; que hão de defender a Pátria Alemã até o último alento; muralha viva e enérgica, ativa e vigilante, que vale mais do que todos os fuzis de repetição, do que todos os revólveres, do que todas as metralhadoras, do que todas as baterias encouraçadas de Kiel, de Sapndau e de Berlim...”¹³⁶

Crônica de uma morte anunciada?

¹³³ André REBOUÇAS, “Republicuistas”, in *Cidade do Rio*, 19 de junho de 1888.

¹³⁴ André Rebouças para Alfredo Taunay, 12 de junho de 1896.

¹³⁵ André REBOUÇAS, “Pequena propriedade”, in *Cidade do Rio*, 12 de junho de 1888.

¹³⁶ *Idem*.

Considerações finais

No entardecer do Império

Embora expressasse a partir de 1888 suas esperanças num Terceiro Reinado, Rebouças não foi contemporâneo do apogeu das instituições monárquicas. Ele conviveu com seu outono, expondo-se ao drama que precedeu a tragédia, tanto da monarquia, como a sua própria, uma vez que optou ao final por vincular-se a ela.

Ao longo deste trabalho, procurei mostrar em que medida Rebouças acompanhou alguns aspectos deste longo período de *transição* que foi o Segundo Reinado¹, e quais foram suas respostas à *crise* da sociedade de seu tempo. Acredito ainda que o que dá sentido a seus escritos, à sua trajetória intelectual, possa estar contido nestas duas palavras: *transição* e *crise*, sabendo também o quanto ambas se articulam.

Sobre o que pode significar a *transição*, Fernando Novais a define como sendo aquela “fase que antecede a etapa propriamente revolucionária”, e na qual se “tentam soluções até certo ponto novas, numa alternativa pouco consciente de rupturas violentas, abandonando a orientação integrada e ortodoxa das etapas anteriores em que o processo ainda não está sensivelmente afetado pela crise de estrutura”.²

Por sua vez, a *crise* para Itsván Jancsó, “não aparece à consciência dos homens como modelo em vias de esgotamento, mas como percepção da perda da operacionalidade de formas consagradas de reiteração da vida social. Em outras palavras, é na busca de alternativas que a crise se manifesta, é nela que adquire efetiva vigência”.³

Nesse sentido, procurei acompanhar Rebouças em sua jornada, pavimentada pela busca de alternativas às instituições que lhe pareciam corroídas pelo tempo, e nisso sua própria trajetória é instigante: as vias que percorreu, as paradas obrigatórias, os contatos que fez pelo caminho, as paisagens que admirou, os vales em que se perdeu, a viagem final – a qual infelizmente não pôde ser analisada aqui, mas cuja documentação, isto é, o registro da correspondência mantida na Europa e na África, permitirá uma incursão futura –, enfim, tudo isso permite várias leituras e interpretações. O propósito destas considerações finais é elencar alguns momentos-chave deste percurso, deixando em aberto trilhas possíveis de serem percorridas futuramente.

¹ cf. Caio PRADO JR. “Roteiro para a Historiografia do Segundo Reinado (1840-1889)”. in. *Evolução Política do Brasil e outros Estudos*. São Paulo Editora Brasiliense. 1961. p. 199.

² Fernando Antonio NOVAIS. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo: Hucitec, 1995, p. 13.

³ István JANCÓS. *Na Bahia, contra o Império – História da sedição de 1789*. São Paulo/Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1996, p. 203.

1865 – 1866

O ponto de partida desta longa travessia começou com sua participação na Guerra do Paraguai, narrada no Capítulo II. Obviamente, Rebouças só pode sentir realmente como *drama* os acontecimentos que vislumbrou na Guerra – e que não foram muitos, nem os mais decisivos, embora os mais simbólicos –, em virtude da formação recebida na *Escola Militar* da Corte.

Não era uma escola qualquer, mas uma espécie de *oásis* meritocrático numa sociedade estamental. Um dos efeitos dos regulamentos de 1850 foi a relativa democratização e abertura da *Escola Militar* (mais tarde *Escola Central* e finalmente *Escola Politécnica* em 1874), àqueles que pretendiam seguir uma carreira não necessariamente militar, aproveitando o ensino voltado para a Matemática e para a Engenharia, e trazendo de roldão a própria profissionalização da carreira do oficialato, atenuando o veio aristocrático que a caracterizara até então. Outra conseqüência disso foi o afastamento dos membros da elite imperial, que continuava seguindo o ensino jurídico e deplorando o militarismo. Combinadas, a democratização da carreira e o desprestígio social do oficialato resultou na gestação de um sentimento corporativista, o qual expressava-se na denúncia do “atraso” do Império e dos mecanismos políticos, considerando indistintamente os partidos imperiais e identificando-os como representantes da “elite fazendeira, fundamentada na escravidão e no empreguismo, [que] era o principal obstáculo ao progresso do Brasil”.⁴

O choque entre o ambiente intelectual que o forjara, com sua aposta na profissionalização da carreira militar e a denúncia modernizadora às instituições monárquicas, e a sensação de falência destas para a continuidade das operações, foi o que tornou possível a Rebouças, por exemplo, ler a retomada da cidade de Uruguaiana como um evento da maior importância: sua percepção contemporânea aos acontecimentos reiterava o tom denunciante da *Escola Militar*, deplorando a *Guarda Nacional*, os interesses partidários e a própria escravidão,⁵ embora concebendo também, já àquela época, instrumentos mais eficazes do que a militarização para a consolidação e defesa das fronteiras e do território, como a colonização, a imigração e a construção de estradas de ferro.

⁴ John SCHULZ, *Op. Cit.*, p. 31.

⁵ Já a magnanimidade do Imperador, único capaz de contrarrestar os interesses “aristocráticos”, representados a seu ver pelo facciosismo e beligerância partidárias e imbricadas com a *questão agrária* e o *militarismo* “republicano”, foi uma rememoração tardia daquele evento no período pós-abolição e pós-queda do Regime, visão esta tornada possível em virtude de outras influências e escolhas.

1867 – 1870

O momento seguinte em sua trajetória foi marcado pela inserção profissional, cuja narrativa expus nos Capítulos III e IV. Embora livre da carreira militar, o espectro da guerra ainda rondaria seu destino. Ora, Rebouças foi nomeado como engenheiro responsável pela recuperação das docas da Alfândega por Zacarias de Góis e Vasconcelos, cujo Gabinete vivenciou o próprio início da mais longa crise do Império: foi vitimado a 16 de julho de 1868 em função das necessidades que a continuidade das operações militares impunham, e que estavam em desarmonia com as “operações” normais do patronato político. O acirramento do conflito partidário, agravado com a queda do Gabinete Zacarias, em função da incompatibilidade entre os membros da Liga Progressista no poder e o conservador Caxias, general insubstituível à frente do comando-em-chefe das forças aliadas, exporia a face perversa da lógica patrimonial e a partidarização da guerra. A “questão militar” que se manifestaria no pós-guerra, e que determinaria a forma com que o regime monárquico fora posto abaixo, demonstraria o corolário negativo da lógica patrimonial: a militarização da política.⁶

Assim é que Rebouças exerceu sua carreira profissional de engenheiro civil ao longo do “plano inclinado do Império”. Um ano após sua indicação, o ministério que o acolhera caía. A inversão partidária do episódio de 1868 foi o ponto de partida mais visível da deterioração do regime. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, a partir de 1868

começa a crescer a onda que vai derrubar a instituição monárquica. Ela viveria ainda alguns anos, às vezes até com o antigo brilho. Os homens mais lúcidos, no entanto, sabiam que o Império estava condenado. Em 1869 começa o seu declínio até chegar à queda em 1889. Ele já revelara seu potencial, o que tinha de positivo e negativo. Agora ia viver quase vegetativamente, pois eram sabidos os seus limites. A data de 1868 encerra o período de esplendor e abre o das crises que levarão à sua ruína.⁷

As décadas de 1870 e 1880 conhecerão a agudização das contradições políticas do Império: a contradição entre o “princípio moderno da soberania popular e o da sanção divina”, entre um “liberalismo formal e a falta de autêntica democracia”. A novidade, ainda segundo Sérgio Buarque, não estava na presença de algumas destas contradições, mas no fato de “terem

⁶ Wilma P. COSTA. *A Espada de Dâmocles. Op. Cit.* p. 239.

⁷ Sérgio Buarque de HOLANDA. *O Brasil Monárquico (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, 5º volume – Do Império à República)*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 9.

conseguido equilibrar-se tão longamente, quase três quartos de séculos, e em tamanha profusão, em terra onde tudo pareceu conspirar, desde o começo, contra sua sobrevivência”,⁸ algo que poderia explicar a própria singularidade da monarquia brasileira, cuja maior façanha foi ter procurado ser um regime liberal apesar de comportar o trabalho escravo.

Entre 1867 e 1870, tanto no Gabinete Zacarias, como no Itaboraí, a atuação de Rebouças à frente da modernização portuária da Corte foi pautada por enormes tensões. A complexidade de suas tarefas mais urgentes e cotidianas esteve ligada à dinâmica clientelista e patrimonialista. Além do mais, sua própria permanência em dois gabinetes tão contrastivos e inimigos entre si talvez se explique pelas outras tantas relações clientelistas que soube tecer, sendo a principal delas sua aproximação com a família imperial, conde d’Eu à frente.

Aliás, talvez tenha sido sob estes dois ministérios que a dinâmica acima tenha chegado aos limites mais intoleráveis. Não à toa, como afirma Sérgio Buarque, “embora poucos pusessem em dúvida a probidade pessoal de um Zacarias de Góis, ou de um Itaboraí, foi provavelmente durante os seus governos” que o favoritismo, o clientelismo e a corrupção “ecoaram mais vivamente na imprensa”, tamanho o grau em que o “patronato já embebera toda a vida pública”.⁹ No entanto, o fato de serem vistos como os mais corruptos do Império deveu-se mais à agudização do conflito partidário do que aos vícios de seus ocupantes.¹⁰

Rebouças percebeu então que uma das possibilidades de dar continuidade à sua carreira, sem depender das quedas e ascensões de Gabinetes ou a rotatividade dos cargos públicos que acompanhava tais oscilações, passava pela criação e rotinização de formas de inserção não “políticas”, ou antes político-partidárias. Longe de significar sua incompatibilidade total com as relações clientelistas, mas ao contrário valendo-se delas, ainda que de forma ambígua, Rebouças procurou num determinado tipo de profissionalização da Engenharia Civil saídas que permitissem a continuidade dos “melhoramentos materiais”. Algumas paradas importantes em seu percurso foram o *Instituto Politécnico*, que ajudou inclusive a fortalecer, e a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, em ambas buscando formas de atuação pautadas por critérios eminentemente técnicos e, algo mais importante, ligadas diretamente às atividades econômicas. Embora Rebouças, defendesse a liberdade profissional e sua regulação extra-estatal, sua

⁸ *Idem*, p. 69.

⁹ *Idem*, p. 95.

¹⁰ “Bastava que tal ou qual ato de favoritismo prejudicasse representante de uma facção diferente, para que logo o denegrissem, às vezes hipocritamente, as gazetas antiministeriais, e tal o destempero da imprensa de oposição aos ministérios de 3 de agosto e 16 de julho, que se tem a impressão, ao ler os jornais, de achar-se o país constantemente na iminência de uma catástrofe. Em outras ocasiões essas críticas poderiam ser tratadas com olímpico desdém pelos donos da situação, mas agora tudo parecia diferente, estando o Império, como estava, às voltas com uma guerra cruenta” (*Idem*, p. 95).

inserção na burocracia imperial falava mais alto. Incapaz de se desvincular completamente dela, buscou formas novas mesmo nesse ambiente, como a “garantia de juros” às empresas concessionárias de serviços públicos.

O curioso é que seu principal “aliado” neste esforço foi ninguém menos do que um dos *cardeais* da trindade *saquarema*, o visconde de Itaboraí, aquele que em matéria monetária era a “ortodoxia em pessoa”.¹¹ Desde 1850 Itaboraí fora um dos responsáveis pela confecção do aparato jurídico que argamassou as grandes transformações econômicas pelas quais o Império passou, que foram desde a criação do Banco do Brasil – como forma de controlar os capitais liberados ao fim do tráfico intercontinental de escravos – à juridificação da vida empresarial.¹² Na qualidade de um dos maiores articuladores da consolidação das instituições políticas e da coesão da classe senhorial, Itaboraí, pode-se dizer sem cair no exagero, foi também um dos gestores da transição de uma economia colonial para uma economia mercantil-escravista nacional, no que a bibliografia conhece como a culminação do Tempo Saquarema.¹³

Assim é que, embora Itaboraí fosse o último representante da velha trindade saquarema, seu Gabinete de 1868 pautou-se pelo reconhecimento da necessidade de reformas, “e até de reformas insistentemente pleiteadas pelos liberais”, como a da reforma da Guarda Nacional e a reforma eleitoral, além de outra mais delicada, a da “questão servil”, todavia procrastinada enquanto durou a Guerra.¹⁴ Data de 1869, por exemplo, uma legislação acerca da modernização portuária que perdurou até 1930, o Decreto n. 1.746, de 13 de outubro de 1869, praticamente idealizada por Rebouças e pouco modificada por Itaboraí.

Esta atitude dos Conservadores de usurpar bandeiras caras aos Liberais precipitou o surgimento de uma oposição, constituída pela formação de um Novo Partido Liberal em 1869, unindo alas antes divergentes como a dos liberais “históricos” e dos “progressistas”, embora a não absorção dos mais exaltados fizesse com que estes gestassem o que seria o Partido Republicano.¹⁵ Isso deu lugar também a uma cisão no próprio Partido Conservador, dividido entre aqueles mais propensos a reformas dentro da ordem e os mais emperrados, cisão que aumentaria sob o Gabinete Rio Branco.

Por sua vez, também as contradições econômicas se tornam cada vez mais decisivas. Pode-

¹¹ *Idem*, p. 107.

¹² Cf. Maria Bárbara LEVY, *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas – esboços de história empresarial*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994; Ana Maria RIBEIRO DE ANDRADE. *1864: conflito entre metalistas e pluralistas*. Dissertação de Mestrado – IFCH / UFRJ. Rio de Janeiro, 1987.

¹³ Cf. Ilmar Rohloff de MATTOS. *Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

¹⁴ Sérgio Buarque de HOLANDA. *Op. Cit.*, p. 108.

¹⁵ *Idem*, p. 117.

se dizer que o próprio desenvolvimento do capitalismo mercantil assinalava a crise irreversível da sociedade escravista. A análise de Florestan Fernandes, situa o contexto que vai de meados da década de 1860 ao final do Império como o período de emergência dessa crise. “Ao desaparecer”, afirma o autor,

em sua crise de morte, a escravidão deixava de produzir-se a si própria para produzir o seu contrário, para gerar uma ‘vida nova’. A própria expansão da economia urbano-comercial engendrava novos elos ou aprofundava os elos antigos entre a escravidão mercantil e o desenvolvimento capitalista dentro do país. Agora, desdobra-se diante do observador o circuito total. O que aparece, à primeira vista, como o excedente econômico produzido pelo café – e que é, ainda, em larga medida, o excedente econômico resultante do trabalho escravo – está na raiz de todo o processo econômico de alguma importância. Nessa época, a acumulação originária sofre um desdobramento, pois a imigração suscita uma evolução nova, de largo prazo. (...) Nas convulsões finais, portanto, a escravidão mercantil exercia influências construtivas que não preencheram antes, nem no período colonial nem no período de transição neo-colonial, pela simples razão que antes não existia um meio capitalista consolidado, capaz de aproveitar seus efeitos multiplicadores. Sob um capitalismo comercial plenamente constituído e quase maduro, não se tratava mais de provocar certos deslanches. Mas, de pôr a acumulação de capital mercantil gerada pela escravidão a serviço da revolução burguesa.¹⁶

A crise, portanto, foi estrutural e atingiu todos os setores da sociedade. Entretanto, na medida em que uma crise, conforme nos indica ainda Fernando Novais, é aquela situação em que as tensões estruturais superam as condições de equilíbrio do sistema, ela impunha também perspectivas de mudança, novas alternativas.¹⁷

1871 – 1875

O que Rebouças pôde fazer junto ao Gabinete Itaboraí foi dar ensejo a uma incipiente modernização portuária, no que são características a formação de duas grandes companhias nas quais concorreram tanto o capital nacional como o capital estrangeiro. Tudo isto à custa das dificuldades “habituais” em trilhar a enorme burocracia exigida para a constituição de empresas, a qual Rebouças criticará veementemente ao longo da década seguinte. A ascensão

¹⁶ Florestan FERNANDES. “A sociedade escravista no Brasil”. In. *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976, p.30.

¹⁷ Fernando NOVAIS. *Op. Cit.*, p. 237.

do Gabinete Rio Branco, constituído em sua maior parte de “elementos novos do partido conservador” e decididos, como ele próprio, “a executar um amplo programa de reformas, entre as quais se incluía a do ‘elemento servil’”,¹⁸ parecia poder concretizar as aspirações dos mais empenhados na modernização.

De fato, o mais longo Gabinete da história do Segundo Reinado (1871-1875), o Gabinete Rio Branco teria sua atuação pautada pelo que o próprio Imperador expressara em sua fala do trono em 3 de maio de 1871: a necessidade de introdução de braços livres, de modernização dos meios de transporte, de linhas telegráficas, de uma reforma eleitoral, de uma reforma da Guarda Nacional, e, finalmente, de uma “reforma da legislação sobre o estado servil”, que não deveria “continuar a ser uma aspiração nacional indefinida e incerta”.¹⁹

E foi exatamente a discussão na câmara da Lei do Ventre Livre, que obrigou a primeira justificativa explícita da escravidão no Segundo Reinado. Segundo Ângela Alonso, o debate sobre ela foi também um debate sobre um dos cânones mais intocados do Império, a escravidão – seu próprio alicerce –, e a reação às reformas uniu as “duas pontas do espectro político”, pois que a medida explicitava a partilha dos valores fundamentais entre liberais e conservadores.²⁰

Entretanto, o Gabinete Rio Branco conduziu um programa de modernização social que constituiu “talvez a maior tentativa de reformas do Segundo Reinado”,²¹ levando a cabo um programa caro aos liberais, além de sua agenda abrigar a promoção da modernização da infraestrutura do País, gerando condições para a expansão econômica e de novas atividades.

Paradoxalmente, foi sob este Gabinete modernizador que Rebouças sentiu os piores dissabores: a perda da gerência das obras da Alfândega em 1871; as enormes dificuldades em levar adiante a *Docas D. Pedro II*, com a concorrência que lhe foi feita por Mariano Procópio, ajudado por Rio Branco; as dificuldades quanto ao traçado da Estrada de Ferro no Paraná; a oposição enfrentada pelos diretores de uma companhia criada por ele, a *Docas da Alfândega*, privilegiada pelo grupo apoiado por Rio Branco; finalmente, os entraves à fusão das duas companhias portuárias da Corte, o que o levou a empreender uma viagem à Europa e aos Estados Unidos, na tentativa, em vão, de que ao retornar os ânimos estivessem apaziguados.

A modernização empreendida por Rio Branco foi, segundo Ângela Alonso, “incompleta”:

¹⁸ Sérgio Buarque de HOLANDA, *Op. Cit.*, p. 136.

¹⁹ *Idem.*, p. 138/9.

²⁰ Ângela ALONSO, *Op. Cit.*, p. 50.

²¹ *Idem.*, p. 51.

primeiro porque não incorporou os setores novos que vicejava com a dinamização econômica “ao centro do sistema político”, segundo porque fez erodir a própria sustentação política do regime, ao “acirrar o conflito intra-elite”. Em suma, gerou mais expectativas do que o sistema político podia comportar, e isso talvez explique o porquê do aspecto agonístico que Rebouças, por exemplo, vivenciou. Afinal, sua atitude “quixotesca” só tinha sentido num contexto em que remava contra a maré, o que não era o caso agora, tendo que conviver com vários outros competidores pelos escassos recursos materiais disponíveis.

Nesse sentido, segundo Ângela Alonso, o Gabinete Rio Branco, representando o último esforço concentrado da “auto-reforma” da ordem imperial, desencadeou também “a dissolução da ordem saquarema, sinalizando o fim da aliança entre os dois partidos e o início de uma era em que a palavra de ordem voltou a ser a da Regência: revolução”.²² dinamizou-se a economia, atraiu-se capital inglês, expandiu-se as estradas de ferro, com resultados para a crescente produção cafeeira e o incremento da urbanização, expandiu-se o sistema de ensino, todavia, o sistema político continuou restrito, em antagonismo com as instituições modernas então criadas.²³ Em suma, complexificação social sem novas formas de incorporação política. Mais do que isso: “as dificuldades deste sistema em lidar com a mudança de padrão da sociedade pôs às claras a indissolubilidade do vínculo entre a escravidão e a monarquia. (...) Um efeito importante da crise foi expandir a discussão dos dilemas estruturais para além do círculo da elite, configurando um espaço público paralelo à vida parlamentar”.²⁴

1875 – 1883

A imprensa canalizou boa parte do protesto e do descontentamento dos setores novos surgidos da modernização incompleta do Gabinete Rio Branco. Esse percurso também foi trilhado por Rebouças, cuja trajetória intelectual está exposta no Capítulo V. Percebo aqui duas vias pelas quais Rebouças expressou seu protesto contra a verdadeira “estagnação” que marcou o Gabinete Caxias, sucessor de Rio Branco, o qual freou “abruptamente as reformas, retomando o ritmo e a lógica do Segundo Reinado”: retardou a prometida laicização do Estado, interrompeu a reforma educacional, freou os melhoramentos materiais, aprovou uma reforma eleitoral mais restritiva do que a anterior.²⁵

O rumo tomado por Rebouças neste contexto, isto é, a “Economia Política”, foi sua

²² *Idem*, p. 59.

²³ *Idem*, p. 62.

²⁴ *Idem*, p. 63.

²⁵ *Idem*, p. 61.

tentativa de resposta aos condicionamentos impostos pelo que denominava por “rotina”. Não que fosse uma solução nova: já no período anterior formulara esta resposta. No entanto, a expressara através de suas iniciativas, ou ao menos julgava que assim o fazia. Agora, na falta de oportunidades à aplicação dos pressupostos de sua “Economia Política”, só restava expressá-la através da imprensa. Sintomaticamente, um destes veículos chamava-se *Revista Novo Mundo*, publicada em Nova York para os brasileiros que ainda apostavam na modernização material como forma de modernização social e política da sociedade.

1883 – 1889

O novo percurso de Rebouças ao longo da década de 1880, narrado no Capítulo VI, representou uma busca por reformas que atentassem particularmente à questão do acesso à terra. Toda sua argumentação passa por ela, por perceber que a raiz de todos os obstáculos à modernização situava-se no seu monopólio. Todavia, ao apostar, sobretudo a partir de 1888, em formas autocráticas de democratização da terra, Rebouças retornaria, talvez sem o querer, a um momento-chave de constituição do próprio Estado brasileiro, nascido dos estertores do antigo sistema colonial, que, em sua crise estrutural, ensejou as tentativas reformistas por parte do Estado português: não era à toa que Portugal iniciava, com Pombal, a “era do despotismo esclarecido”:

Imposto de cima para baixo, o processo de mudança tinha que começar por um reforço do poder do Estado; daí o confronto com as forças que obstavam a esta centralização extrema: a nobreza, os jesuítas. Firmado no poder absolutista da realeza, o governo pombalino procedeu à remoção dos óbices institucionais à modernização do país: a inquisição passou a subordinar-se diretamente ao poder régio, suprimiu-se a distinção entre cristãos-velhos e novos, empreendeu-se a modernização do ensino. Ao mesmo tempo, uma maior racionalização se impunha na administração através do Erário-régio.²⁶

A busca de um novo “pai dos pobres”, fosse Bismarck, Pombal, Pedro II ou Isabel I, em seus últimos anos no Brasil, antes de embarcar com a família imperial no *Alagoas* e peregrinar, já sem rumo algum, pela Europa e pela África, foi, acredito, a forma que Rebouças encontrou de evitar uma espécie de tragédia anunciada. Em vão.

²⁶ Fernando NOVAIS, *Op. Cit.*, p. 223.

Bibliografia**Obras de André Rebouças**

1870

Companhia da Doca da Alfândega do Rio de Janeiro. [publicação dos documentos que motivaram o acréscimo de 500:000\$000 no seu capital. Estudo das alterações feitas ao seu regulamento pelo decreto nº 4618 de 4 de novembro de 1870]. Rio de Janeiro. Typ. Imp. de Villeneuve e Co. 1870.

1874

Garantia de Juros; estudos para sua aplicação às empresas de utilidade pública no Brasil pelo engenheiro André Rebouças. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1874.

“Agricultura Nacional. Estudos Econômicos”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. [várias edições entre 1874 e 1875].

Milho-Forageira; nota pelo engenheiro André Rebouças. Rio de Janeiro. Typ. do Imperial Instituto Artístico. 1875. (Associação Brasileira de Acclimação).

“O Partido Católico”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 52. Janeiro de 1875.

“O Militarismo despovoando o Brasil”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N.53. Fevereiro de 1875.

“Infeliz Paraíba!” *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 53. Fevereiro de 1875.

“Desocupemos o Paraguai”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 54. Março de 1875.

“Bom Patriotismo e Máu Patriotismo”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 54. Março de 1875.

“Expulsão dos Jesuítas”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 54. Março de 1875.

“Sobre Loterias”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 55. Abril de 1875.

“A Pena de Açoites”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 55. Abril de 1875.

“Martin Garcia”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 55. Abril de 1875.

“O Futuro dos Ingênuos”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 55. Abril de 1875.

“Igreja e Estado”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 55. Abril de 1875.

“O Militarismo na República Argentina”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 56. Maio de 1875.

“Novo Empréstimo Brasileiro”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 56. Maio de 1875.

“Imigração”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 56. Maio de 1875.

“A Guerra – Jultada por Jeremias Benthán”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 57. Junho de 1875.

- “Benjamin Franklin. Estudos Autobiográficos”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 57. Junho de 1875.
- “Crédito Rural”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 57. Junho de 1875.
- “O Visconde de Souza Franco”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 23. Julho de 1875.
- “A Crise Financeira de 1875”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 58. Julho de 1875.
- “A Paz e a Arbitragem”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 59. Agosto de 1875.
- “Guerra e Vitória”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 61. Outubro de 1875.
- “Educação Técnica – desenho”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 61. Outubro de 1875.
- “Banhos Públicos”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 63. Dezembro de 1875.

1876

- Acondicionamento da erva mate*. Rio de Janeiro. Typ. e lith. Carioca. (destinado a Filial da Associação Brasileira de Aclimação da Província do Paraná) 1876.
- “A Mulher Forte”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 65. Fevereiro de 1876.
- “Apicultura”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 65. Fevereiro de 1876.
- “Navegação Fluvial”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 69. Junho de 1876.
- “O Paraguai hipotecado”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 70. Julho de 1876.
- “O Uruguai Livre”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 70. Julho de 1876.
- “Plantas Carnívoras”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 70. Julho de 1876.
- “Acúcar do Perú”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 71. Agosto de 1876.
- “República Argentina”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 72. Setembro de 1876.
- “Fraternidade e Liberdade de Comércio”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 72. Setembro de 1876.
- “Contra o luxo”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 72. Setembro de 1876.

1877

- Parecer do Presidente interino da Seção de Comércio | André Rebouças | sobre a reforma da tarifa das Alfândegas do Império do Brasil*. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Typ. de G. Leuzinger e Filhos. 1877.
- “Liberdade de Cabotagem”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 74. Fevereiro de 1877.
- “Comércio Marítimo do Brasil”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 74. Fevereiro de 1877.
- “Progresso agrícola em Pernambuco”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 74. Fevereiro de 1877.

“O Zollverein Americano”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 74. Fevereiro de 1877.

“O Imposto Direto”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 74. Fevereiro de 1877.

“Emigração russa”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 75. Março de 1877.

“Ainda trinta mil apólices”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 75. Março de 1877.

“Descentralização”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 75. Março de 1877.

“Iniciativa Individual”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 75. Março de 1877.

“Caixas Econômicas Escolares”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 75. Março de 1877.

“Imposto Territorial”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 77. Maio de 1877.

“O Manifesto de Manchester”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 77. Maio de 1877.

“Caixas Econômicas”. *Revista Novo Mundo*. Nova York. N. 83. Novembro de 1877.

1878

Ao Itatiaia. Rio de Janeiro. Typografia e Livraria de Lombaerts e Comp. 1878.

1883

Confederação Abolicionista. Abolição Imediata e sem Indenisação. Pamphleto n° 1. Rio de Janeiro. Typ. Central de Evaristo R. da Costa. 1883.

Agricultura Nacional. Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureaux e Co. 1883. (2ª edição fac-similar: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1888).

1884

“Nacionalização do Solo pelo Imposto Territorial”. *Jornal do Comércio*. 13-26/03 e 2-23/04 de 1884.

“Gratidão ao Ceará Abolicionista”. *Jornal do Comércio*. 25 de março de 1884.

“O Café e a Abolição”. *Gazeta da Tarde*. 7 de setembro de 1884

1887

“Transmissão da Propriedade Territorial por Endosso (Sistema Torrens – Torrens’ Act)”. *Revista de Engenharia*. n.162, 28 de maio de 1887.

“Arquitetura Civil. (memória ... Seção Solene do Instituto Politécnico em 16 de dezembro de 1887)”. *Revista de Engenharia*. ns. 176 a 179 (28 dezembro de 1887 – 14 de fevereiro de 1888)

1888

“Higiene”. *Revista de Engenharia*. ns. 180 a 185. 28 fevereiro de 1888 a 18 setembro 1888.

“Abolição da Miséria”. *Revista de Engenharia*. ns. 194 a 204. 28 setembro 1888 a 28 fevereiro 1889.

“Republicuistas”. *Cidade do Rio*. 16 a 26 julho de 1888.]

“Indenização. A conta corrente do Escravagismo”. *Cidade do Rio*. 25 junho de 1888.

“Aristocracia Mendicante”. *Cidade do Rio*. 27 junho de 1888.

“Auxílios à Lavoura”. *Cidade do Rio*. 28 junho de 1888.

“Pequena Propriedade”. *Cidade do Rio*. 28 junho a 12 julho de 1888.

1889

“Imposto Territorial. Elementos para o Cadastro Nacional”. *Revista de Engenharia*. ns. 205-221. 14 março a 14 novembro de 1889.

1890

“Lei Torrens”. *Revista de Engenharia*. n. 233. 14 maio de 1890.

“A Questão operária”. *Revista de Engenharia*. ns. 234. 28 maio de 1890.

“Renda da Terra”. *Revista de Engenharia*. n.235-236. 14 a 28 julho de 1890.

“Colonização da Argélia”. *Revista de Engenharia*. ns. 237-238. 14 julho a 14 agosto de 1890.

“O Zollverein brasileiro”. *Revista de Engenharia*. ns. 239-240. 14 a 28 agosto de 1890.

“Protecionismo”. *Revista de Engenharia*. ns. 241-242. 14 a 28 setembro de 1890.

“Teoria Econômica de Sully”. *Revista de Engenharia*. ns. 243-244. 14 a 28 outubro de 1890.

“Gênese da Sesmaria”. *Revista de Engenharia*. ns. 245-246. 14 a 28 novembro de 1890.

“O Problema da Irlanda”. *Revista de Engenharia*. ns. 247-248 14 a 28 dezembro de 1890.

1891

“O Problema da África”. *Revista de Engenharia*. ns. 249-251. 14 janeiro a 14 fevereiro de 1891.

“O Sistema Aduaneiro”. *Revista de Engenharia*. ns. 252-253. 28 fevereiro a 14 março de 1891.

“Instrução Técnica”. *Revista de Engenharia*. ns. 256-257. 28 abril a 14 maio de 1891.

“O Problema Hebreu”. *Revista de Engenharia*. ns. 258-260. 28 maio a 28 junho de 1891.

“O Problema do Salariado”. *Revista de Engenharia*. ns. 261-262. 14 a 28 junho de 1891.

“Beklem-Regt. Democracia Rural na Holanda”. *Revista de Engenharia*. ns. 263-265. 14 agosto a 14 setembro de 1891.

Documentos com periodização extensa

Catálogo de Correspondências – 1873-1898 (manuscrito)

- Vol. 1 (junho de 1873 - janeiro de 1891)
 - Vol. 2 (janeiro a julho de 1891)
 - Vol. 3 (julho a novembro de 1891)
 - Vol. 4 (outubro de 1891 a julho 1892)
 - Vol. 5 (junho de 1892 a maio de 1893)
 - Vol. 6 (junho a outubro de 1893)
 - Vol. 7 (setembro de 1893 a março 1895)
 - Vol. 8 (março de 1895 a julho de 1897)
 - Vol. 9 (julho 1897 a abril 1898)
- (coleção pertencente à Fundação Joaquim Nabuco – CEHIBRA)

Diário Pessoal – 1863-1889 (manuscrito)

- Diário 1 (abril a dezembro 1863)
 - 1º janeiro a 31 dezembro 1864
 - 1º janeiro a 5 junho 1865
 - Diário 2 (6 junho a 10 outubro 1865 - Guerra do Paraguai)
 - Diário 3 (10 outubro 1865 a 15 março 1866)
 - Diário 4 (23 junho a 16 dezembro 1866)
 - Diário 5 (17 novembro 1866 a 17 setembro 1867)
 - Diário 6 (17 setembro 1867 a 22 agosto 1868)
 - Diário 7 (22 agosto 1868 a 20 maio 1869)
 - Diário 8 (21 maio 1869 a 1 fevereiro 1870)
 - Diário 9 (2 fevereiro a 11 outubro 1870)
 - Diário 10 (12 outubro 1870 a 3 junho 1871)
 - Diário 11 (4 junho a 13 novembro 1871)
 - Diário 12 (15 dezembro 1871 a 17 junho 1872)
 - Diário 13 (17 junho a 30 novembro 1872)
 - Diário 14 (1 dezembro 1872 a 30 abril 1873)
 - Diário 15 (1 maio a 16 novembro 1873)
 - Diário 16 (17 novembro 1873 a 31 dezembro 1874 e a 3 maio 1875)
 - Diário 17 (4 março 1875 a 3 novembro 1876)
 - Diário 18 (1 janeiro a 31 dezembro 1886)
 - Diário 19 (1 janeiro a 31 dezembro 1889)
 - Doc. 20 a 22 (notas esparças)
- (coleção pertencente à Fundação Joaquim Nabuco – CEHIBRA)

Obs. A Fundação Joaquim Nabuco não dispõe dos diários de 1877-1885, o de 1887-1888, e os posteriores a 1890. Os diários de 1883-1885, 1887-1888 e o de 1893 estão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB-RJ).

Bibliografia Geral

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizages do Poder. O Bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*. Tese –

- doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / USP. 2000.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- ANDRADE, André Luiz Alípio de. *Variações sobre um tema: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia / Unicamp, 2002.
- BASTOS, Elide Rugai. “150 anos de um debate sobre reforma agrária”, in. *Cadernos AEL – Conflitos no Campo*, n. 7, 2º semestre de 1997.
- BEIGUELMAN, Paula. “O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império” in. *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. 3. São Paulo: Difel, 1967.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- BENTIVOGLIO, Julio. “Política e Diretrizes Econômicas no início do Segundo Reinado (1840-1860): Limites e desafios da modernização”, p. 3. in *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas [Proceedings of the 5th Brazilian Congress of Economic History and the 6th International Conference on Business History]*. 2003.
- BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- BOEHER, George C. A. “José Carlos Rodrigues and “O Novo Mundo”, in. *Journal of Inter-American Studies*, January, 1967, vol. IX, n. 1.
- BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. <<http://www.cebela.org.Brasil>>.
- BROCA, Brito. *André Rebouças no Exílio*, Biblioteca do IHGB, nº catálogo L. 738.
- BURKE, Peter. “The Virgin of the Carmine and the Revolt of Masaniello”. In. *Past and Present*, 99, maio 1983, pp. 3-21.
- CAMILLO, Ema Elisabete R. *Modernização Agrícola e Máquinas de Beneficiamento: um estudo da Lidgerwood MFG Co. Ltd., década de 1850 a 1890*. Dissertação de mestrado em Economia, Instituto de Economia, Unicamp, 2003.
- CAMPOS, Gabriela Vieira de. *O literário e o não-literário nos textos e imagens do periódico ilustrado O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da Monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2002.

- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da Economia Brasileira*. Tese de doutorado – IFCH / Unicamp. Campinas, 1975.
- CARREIRA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
- CARVALHO, Ítala Gomes Vaz. *Vida de Carlos Gomes*. Rio de Janeiro: A Noite, 1935.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Iuperj / Relume-Dumará. 1996.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século. André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj / Revan, 1998.
- CARVALHO, Maria A. Rezende de. *Quatro Vezes Cidade*, Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.
- COELHO, Edmundo Campos. *Profissões Imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- COELHO, Geraldo Mártires. “O Guarany, o Teatro de São Carlos e a Lisboa de 1880” (mimeo) <www.amazonasopera.com.Brasil/gomes/cgomes9.html>.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da Escravatura no Brasil – 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Wilma P. *A Espada de Dâmocles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.
- COSTA, Wilma Peres. “Viagens e peregrinações: a trajetória dos intelectuais de dois mundos”, in. Elide Rugai BASTOS, Marcelo RIDENTI e Denis ROLLAND. *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- DANTES, Maria Amélia M. (org.). *Espaços da Ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- Diário íntimo do Engenheiro Vauthier (1840-1846)*. Prefácio e notas de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940.
- DIAS, Maria Odila S. *André Rebouças. Diário. A Guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 1973.
- Dicionário Bibliográfico Português*. Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa, Imprensa Nacional, 23 vol., 1858-1923 – Versão eletrônica em CD-ROM.
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança. A indústria açucareira em Pernambuco – 1840-1910*. Campinas: Paz e Terra / Editora da Unicamp, 1977.

- ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. "A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a centralidade do poder monárquico", in. *História Econômica & História de Empresas*. V.2 (2002)
- EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II – 1855-1865*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: o Triângulo e o Trapézio*. São Paulo: Editora Globo. 3ª edição. 1988.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- FERREIRA, Luiz Octávio. *Os politécnicos: ciência e reorganização social segundo pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)*. Dissertação / UFRJ, maio de 1989.
- FREYRE, Gilberto. "Introdução à Segunda Edição", in. *Sobrados e Mucambos*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1968.
- GALVÃO, Walnice N. "Euclides, elite modernizadora e enquadramento". In. *Euclides da Cunha*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1984.
- GHISLANZONI, Antonio. *Salvator Rosa – drama lyrico em 4 actos*. Musica de Carlos Gomes. (Tradução de S. Boccanera Júnior) Bahia: Imprensa Economica, 1893.
- GÓES, Marcus. "Carlos Gomes – um pioneiro (quase) esquecido", mimeo, disponível na internet em <www.amazonasopera.com.Brasil/gomes/cgomes16.html>.
- GOLDMANN, Lucien. *A Sociologia do Romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- GOUREVITCH, Peter. "Protectionism and Free Trade: The Crisis of 1873-96", in. *Politics in Hard Times. Comparative responses to International Economic Crises*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1986.
- GRAHAM, Richard. "Escravocratas, latifundiários e o fim do Império", in. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

- GRAHAM, Richard. *Grã Bretanha e o Início da Modernização do Brasil (1850-1914)*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1973.
- HARDMANN, Francisco Foot. *Trem Fantasma. A modernidade na Selva*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção da tradição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico* (Tomo II, 5º volume – Do Império à República). 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- HONORATO, Cezar T. “O Estado Imperial e a modernização portuária”, in. Tamás SZMRECSANYI e José R.A. LAPA. *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec / Fapesp / ABPHE, 1996.
- IZECKSOHN, Victor. *O Cerne da Discórdia – A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- JUCÁ, J. (s/d) *‘Quem tem a Terra possui o homem’*. *Reforma & Utopia no Contexto do Segundo Império*. (mimeo). Tradução da tese da mesma autora André Rebouças. A study of his Life and his Ideas in Historical Context. Thesis of the degree of Ph.D., School of Comparative Studies, University of Essex, England, 1986).
- JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: Reforma & Utopia no contexto do segundo império: quem possui a terra possui o Homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.
- KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. (tradução de Afonso A. de Melo Franco) Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.
- LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas – esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.
- LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada: idéias para o melhoramento moral e material da lavoura brasileira no século XIX*. Tese de Doutorado – IFCH/Unicamp, 1998.
- LOUZEIRO, José. *André Rebouças*. Rio de Janeiro. Ed. Tempo Brasileiro. 1968.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.
- LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II*. (Vol II). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1977.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

- MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*. Rio de Janeiro, 1942.
- MELLO, Evaldo C. de. *O Norte Agrário e o Império. 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- NABUCO, Carolina. *A Vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1956.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5ª edição. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.
- NETTO, José Paulo. “Lukács: tempo e modo” in. José P. NETTO (org). *George Lukács*. São Paulo: Editora Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, s/d.
- NEVES, Getúlio das. “André Rebouças” in. *Revista da Escola Politécnica*. Rio de Janeiro, 1898.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- REBOUÇAS, Antonio P. *O Poder Moderador eficazmente defendido e a Monarquia Federativa combatida e profligada*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1868.
- REBOUÇAS, Antonio P. *Recordações da Vida Parlamentar do Advogado Antonio Pereira Rebouças. Moral, Jurisprudência, Política e Liberdade Constitucional*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870.
- RIBEIRO DE ANDRADE, Ana Maria. *1864: conflito entre metalistas e pluralistas*. Dissertação de Mestrado – IFCH / UFRJ. Rio de Janeiro, 1987.
- RIO BRANCO, Visconde de. *Cartas ao Amigo Ausente*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1953. (Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues)
- ROCHA, Antonio Penalves. *A Economia política na Sociedade Escravista (Um estudo dos textos econômicos de Cairu)*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ROSEN, Charles. “Ópera Romântica: Política, Lixo e Grande Arte”, in. *A Geração Romântica*. São Paulo: Edusp, 2000.
- RUIZ, Roberto. *André Rebouças, sua vida, sua obra, seus ideais*. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Publicações do Ministério dos Transportes (série Biografias de Engenheiros), 1973
- SAES, Décio. *A Formação do Estado Burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- SANTOS, Sydney M. G. *André Rebouças e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional de Editores de Livros, 1985.
- SCHULZ, John. *O Exército na Política. Origens da intervenção militar. 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SCHWARZ, Roberto. “As Idéias for a do lugar”, in. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- SHINN, Terry. “Des Corps d’État au secteur industriel: genèse de la profession d’ingénieur, 1750-1920”, in. *Revue Française de Sociologie*. Vol. XIX, n. 1, janvier-mars, 1978.
- SILVA TELLES, Pedro Carlos da. *Historia da Engenharia no Brasil* (vol. I – Séculos XVI a XIX), Rio de Janeiro: Editora Clavero / Clube de Engenharia, 1994.
- SKINNER, Quentin. “Significado y comprensión en la historia de las ideas”. In. *Prismas – Revista de Historia Intelectual*. Quilmes. Universidad Nacional de Quilmes, 2000.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SPITZER, Leo. “Assimilação, marginalidade e identidade: os dois mundos de André Rebouças, Cornelius May e Stephan Zweig”, in. *Estudos Afro-Asiáticos*. Vol. 3. 1980.
- SPITZER, Leo. *Lives in Between. Assimilation and Marginality in Austria, Brazil, West Africa 1780-1945*. London: Cambridge University Press, 1989.
- TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, 1946.
- TAVARES BASTOS, Aureliano C. *Cartas do Solitário*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- TAVARES BASTOS, Aureliano C. *A Província, estudo sobre a descentralização no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975
- TOCQUEVILLE, Alexis. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.
- URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial. Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- VASSILIEFF, Irina. *A Sociedade Central de Imigração nos fins do século XIX e a ‘Democracia Rural’*. Tese de doutoramento. FFLCH / USP, São Paulo, 1987.
- VERÍSSIMO, Ignácio José e VERÍSSIMO, Ana Flora (orgs.). *Diário e Notas Autobiográficas de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1938.
- VERÍSSIMO, Ignácio José. *André Rebouças através de sua auto-biografia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939.

- VETRO, Gaspare Nello. *Antonio Carlos Gomes*. Milano: Nuove Edizioni, s/d.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.
- VIEIRA, Hermes. *A vida e a época do visconde do Rio Branco*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda, 1992.
- VILLARI, Rosário. "Masaniello: contemporary and recent interpretations". In. *Past and Present*. 108, agosto 1985, pp. 117-132.
- WALCH, Jean. *Bibliographie du Saint-Simonisme avec Trois Textes inédits*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1967.
- WALCH, Jean. *Michel Chevalier: économiste saint-simoniens (1806-1879)*. Paris: Librairie Philosophique, 1975.
- WEULERSSE, Georges. *La physiocratie à l'aube de la révolution, 1781-1792*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985.